ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 210

Brasília - DF, quarta-feira, 31 de outubro de 2018

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Congresso Nacional 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 9
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 12
Ministério da Cultura 17
Ministério da Defesa 18
Ministério da Educação 18
Ministério da Fazenda 19
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 31
Ministério da Integração Nacional 32
Ministério da Justiça 32
Ministério da Saúde 36
Ministério da Segurança Pública 41
Ministério das Cidades 44
Ministério de Minas e Energia 50
Ministério do Desenvolvimento Social 58
Ministério do Esporte 67
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 68
Ministério do Trabalho 73
Ministério dos Direitos Humanos 84
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 84
Ministério Público da União 86
Poder Judiciário 89
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 92

Total de páginas desta edição: 127

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AG. REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.837 **(1)**

ORIGEM : 5837 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S) : FESECOVI - FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E DOS EDIFÍCIOS EM CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS
ADV.(A/S) : JOSE ERINALDO DANTAS FILHO (11200/CE) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 24.8.2018 a 30.8.2018.

Ementa: Agravo regimental em ação direta de inconstitucionalidade. Artigo 103, IX, CF. Controle concentrado. Entidade de classe de âmbito nacional. Ilegitimidade. Pertinência temática. Processo objetivo. Ausência de estreita relação entre o objeto do controle e a defesa dos direitos da classe representada pela entidade.

1. A jurisprudência firme da Corte é no sentido de que, dentre as entidades sindicais, apenas as confederações sindicais possuem legitimidade para propor ação direta, conforme o disposto no art. 103, IX, da Constituição Federal. Precedentes.

2. As entidades de classe e as confederações sindicais somente poderão lançar mão das ações de controle concentrado quando tiverem em mira normas jurídicas que digam respeito aos interesses típicos da classe representada. Precedentes.

3. A pertinência temática é verdadeira projeção do interesse de agir no processo objetivo, que se traduz na necessidade de que exista uma estreita relação entre o objeto do controle e a defesa dos direitos da classe representada pela entidade requerente.

4. Não verificada correlação entre os objetivos institucionais perseguidos pela entidade e as normas impugnadas, as quais dizem respeito à majoração das alíquotas da contribuição ao PIS e da Cofins relativas à venda de combustíveis.

5. Nego provimento ao agravo regimental.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 66, DE 2018

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 850, de 10 de setembro de 2018**, publicada no Diário Oficial da União no dia 11, do mesmo mês e ano, e republicada em 12 de setembro do corrente ano, que "Autoriza o Poder Executivo federal a instituir a Agência Brasileira de Museus - Abram e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 30 de outubro de 2018
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 67, DE 2018

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 851, de 10 de setembro de 2018**, publicada no Diário Oficial da União no dia 11, do mesmo mês e ano, que "Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 30 de outubro de 2018
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.546, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Altera o Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, para excluir a previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência e estabelecer que os critérios de aprovação dessas provas poderão seguir os mesmos critérios aplicados aos demais candidatos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 34, § 2º e § 3º, e no art. 35 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....
.....

Informa

Informamos que foi publicada no DOU de 3/10/2018 a **Portaria nº 283, de 2 de outubro de 2018**, da Imprensa Nacional, que dispõe sobre normas para publicação e pagamento de atos no Diário Oficial da União. O novo normativo substitui e revoga a Portaria nº 268/2009 a partir de 1° de novembro próximo. Para mais informações, acesse a seção **NOTÍCIAS DA IMPRENSA NACIONAL** no portal eletrônico.

III - a previsão de adaptação das provas escritas e práticas, inclusive durante o curso de formação, se houver, e do estágio probatório ou do período de experiência, estipuladas as condições de realização de cada evento e respeitados os impedimentos ou as limitações do candidato com deficiência;

IV - a exigência de apresentação pelo candidato com deficiência, no ato da inscrição, de comprovação da condição de deficiência nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, sem prejuízo da adoção de critérios adicionais previstos em edital;

V - a sistemática de convocação dos candidatos classificados, respeitado o disposto nos § 1º e § 2º do art. 1º; e

VI - a previsão da possibilidade de uso, nas provas físicas, de tecnologias assistivas que o candidato com deficiência já utilize, sem a necessidade de adaptações adicionais, inclusive durante o curso de formação, se houver, e no estágio probatório ou no período de experiência." (NR)

"Art. 4º .....
.....

§ 4º Os critérios de aprovação nas provas físicas para os candidatos com deficiência, inclusive durante o curso de formação, se houver, e no estágio probatório ou no período de experiência, poderão ser os mesmos critérios aplicados aos demais candidatos, conforme previsto no edital." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de outubro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Gustavo do Vale Rocha

DECRETO Nº 9.547, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Institui o Programa Brasil Mais Produtivo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Brasil Mais Produtivo, destinado a elevar os níveis de produtividade e de eficiência na indústria brasileira por meio de ações de extensionismo industrial.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos
relativos a pessoal da
Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos,
editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste Decreto, consideram-se ações de extensionismo industrial aquelas que possuem o objetivo de promover e difundir conhecimentos, técnicas e práticas produtivas geradoras de externalidades positivas, por meio da prestação de serviços, da indicação de melhorias gerenciais e de técnicas de aperfeiçoamento contínuo da gestão dos processos fabris.

Art. 2º São objetivos do Programa Brasil Mais Produtivo:

I - o desenvolvimento e a aplicação de técnicas destinadas ao aumento da produtividade e da eficiência no processo produtivo em empresas industriais de diferentes segmentos no território nacional;

II - o desenvolvimento e a aplicação de ferramentas e soluções tecnológicas de monitoramento da produtividade e da eficiência no processo produtivo; e

III - a promoção da cultura de aperfeiçoamento contínuo no processo produtivo das empresas nacionais.

Art. 3º Compete ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços:

I - coordenar o Programa Brasil Mais Produtivo;

II - exercer a sua gestão estratégica;

III - editar as normas complementares necessárias à sua implementação;

IV - definir as suas diretrizes;

V - elaborar periodicamente o seu planejamento estratégico;

VI - coordenar as instituições envolvidas, conforme os eixos temáticos do Programa;

VII - definir os critérios de aplicação dos atendimentos de extensionismo industrial;

VIII - ajustar e validar as metodologias aplicadas nos projetos-piloto para posterior escalonamento dos atendimentos de extensionismo industrial;

IX - articular e viabilizar parcerias que proporcionem recursos necessários à implementação do Programa; e

X - avaliar periodicamente os resultados e sugerir ajustes para aprimorar o desempenho da aplicação das metodologias de melhoria contínua do Programa.

Parágrafo único. Para os fins da avaliação de que trata o inciso X do **caput**, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços poderá solicitar o auxílio de instituição especializada.

Art. 4º A Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços atuará como secretaria-executiva do Programa Brasil Mais Produtivo e prestará o apoio administrativo e técnico necessário ao funcionamento do Programa.

Art. 5º A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, nos termos do contrato de gestão, será designada como instituição responsável pela gestão operacional do Programa Brasil Mais Produtivo, sob a coordenação do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

§ 1º Competirá à ABDI:

I - prestar o apoio operacional e técnico ao coordenador do Programa;

II - contratar a prestação de serviços técnicos de extensionismo industrial;

III - promover a gestão dos contratos de consultoria prestada às empresas beneficiárias do Programa;

IV - monitorar a execução dos atendimentos de extensionismo industrial;

V - receber dos prestadores de serviços técnicos de extensionismo industrial os dados dos atendimentos, sistematizar os resultados e encaminhar ao coordenador do Programa as informações necessárias ao planejamento, à implementação, ao controle, à avaliação e ao aperfeiçoamento do Programa; e

VI - viabilizar a transparência dos resultados alcançados pelo Programa à sociedade, inclusive por meio de plataformas digitais.

§ 2º A ABDI centralizará os recursos financeiros para execução do Programa Brasil Mais Produtivo e poderá celebrar convênio ou outro instrumento de parceria para recebimento dos recursos, inclusive com órgãos e entidades da administração pública que tenham interesse em apoiar e utilizar o Programa em eixos temáticos correlatos às suas missões institucionais, observado o disposto no art. 17 da Lei nº 11.080, de 30 de dezembro de 2004, e nas normas aplicáveis à ABDI.

Art. 6º Os prestadores de serviços a que se refere o inciso II do § 1º do art. 5º serão previamente credenciados por meio de chamamento público realizado pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Parágrafo único. O credenciamento de que trata o **caput** dependerá da validação dos candidatos pelo comitê estratégico do eixo temático correspondente, conforme critérios de capacidade:

I - técnica e de execução reconhecidas;

II - de atendimento na abrangência territorial definida pelo chamamento público;

III - de padronização do atendimento;

IV - de ajustar a metodologia de acordo com as orientações do órgão coordenador; e

V - de organizar, reunir e encaminhar as informações dos atendimentos à ABDI.

Art. 7º O Programa Brasil Mais Produtivo contará com contrapartidas financeiras das empresas beneficiadas, a serem definidas pelo órgão coordenador, que poderá estabelecer tratamento diferenciado conforme o porte empresarial.

Art. 8º Os órgãos e as entidades públicas federais, estaduais, distritais e municipais, os organismos internacionais, as entidades empresariais e as organizações da sociedade civil poderão colaborar financeiramente com o Programa Brasil Mais Produtivo por intermédio da ABDI, na forma prevista no inciso II do **caput** do art. 17 da Lei nº 11.080, de 2004, e em conformidade com as demais normas aplicáveis à ABDI.

Art. 9º O Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços poderá instituir comitês técnicos e comitês de orientação estratégica no âmbito do Programa Brasil Mais produtivo.

§ 1º Os comitês de que trata o **caput**:

I - serão destinados a questões referentes aos eixos temáticos específicos do Programa Brasil Mais Produtivo;

II - poderão incluir, por meio de convite, representantes de outros órgãos e entidades, públicas ou privadas;

III - terão duração máxima de cinco anos, permitida a renovação desse prazo; e

IV - terão, no máximo, dez membros titulares.

§ 2º Os comitês poderão convidar representantes de outros órgãos e entidades públicas ou privadas para participar de suas reuniões, sem direito a voto.

§ 3º Não poderá haver mais de dez comitês, criados na forma prevista neste artigo, em funcionamento.

§ 4º A participação nos comitês de que trata este artigo será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de outubro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Marcos Jorge

MINISTÉRIO DA DEFESA

DECRETO DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar, resolve

ADMITIR,

no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar, no grau de Grande Oficial, o General de Exército FRANCISCO JAVIER VARELA SALAS, Chefe do Estado-Maior Geral do Exército Espanhol.

Brasília, 30 de outubro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Joaquim Silva e Luna

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 613, de 30 de outubro de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.033.

Nº 614, de 30 de outubro de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional das renovações das autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 738, de 6 de maio de 2015 - Associação Comunitária Braçonortense, no município de Braço do Norte - SC;

2 - Portaria nº 3.592, de 19 de agosto de 2015 - Associação Cachoeirense de Integração e Comunicação, no município de Ouro Preto - MG;

3 - Portaria nº 6.311, de 1 de dezembro de 2015 - Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa, no município de Lagoa Formosa - MG;

4 - Portaria nº 71, de 1 de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - RN, no município de Apodi - RN;

5 - Portaria nº 78, de 1 de fevereiro de 2016 - de Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, no município de Jaru - RO;

6 - Portaria nº 127, de 1 de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Comunidade em Ação, no município de Muzambinho - MG;

7 - Portaria nº 173, de 1 de fevereiro de 2016 - Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Radiodifusão do Bairro da Assembleia de Incentivo à Cultura, Arte, Esporte de Lazer, no município de Cruz das Almas - BA;

8 - Portaria nº 1.259, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Amigos de Unaí, no município de Unaí - MG;

9 - Portaria nº 590, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Esperança e Paz, no município de Ouro Preto do Oeste - RO;

10 - Portaria nº 1.095, de 7 de junho de 2017 - Associação da Rádio Comunitária Educativa Cristal FM, no município de Corumbiara - RO;

11 - Portaria nº 1.099, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Cultural Ibititaense Rádio Rochedo FM, no município de Ibititá - BA;

12 - Portaria nº 1.461, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Assu, no município de Assu - RN;

13 - Portaria nº 1.823, de 7 de junho de 2017 - Associação Serrote Educativa, no município de Serrolândia - BA;

14 - Portaria nº 1.893, de 7 de junho de 2017 - Associação de Radiodifusão e Desenvolvimento Comunitário de Forquilha, no município de Forquilha - CE;

15 - Portaria nº 1.946, de 7 de junho de 2017 - Associação de Rádio Comunitária Transamazônica FM, no município de Porto Velho - RO;

16 - Portaria nº 2.179, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Radiodifusão Ondas de Paz de Alto Rio Novo/ES, no município de Alto Rio Novo - ES;

17 - Portaria nº 2.187, de 7 de junho de 2017 - Ascocol - Associação Comunitária de Colorado do Oeste - RO, no município de Colorado do Oeste - RO;

18 - Portaria nº 2.188, de 7 de junho de 2017 - Obras Sociais e Culturais Conceição de Itajaí, no município de Itajaí - SC;

19 - Portaria nº 2.620, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Miratense - Ascom, no município de Mirante da Serra - RO;

20 - Portaria nº 4.138, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária de Pojuca, no município de Pojuca - BA; e

21 - Portaria nº 6.739, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Beneficente e Comunitária do Movimento Sócio-Cultural e Educativo de Itatim - ABCCI, no município de Itatim - BA.

Nº 615, de 30 de outubro de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional das autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 770, de 6 de dezembro de 2001, alterada pela Portaria nº 3.684, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária Alvipolense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural - ASCA, no município de Alvinópolis - MG;

2 - Portaria nº 629, de 20 de novembro de 2007 - Associação de Moradores de Cacaulândia, no município de Cacaulândia - RO;

3 - Portaria nº 315, de 25 de novembro de 2013 - Associação de Difusão Comunitária de Bacabeira, no município de Bacabeira - MA;

4 - Portaria nº 361, de 25 de abril de 2013 - Associação Comunitária Amapaense de Comunicação, no município de Amapá do Maranhão - MA;

5 - Portaria nº 369, de 25 de abril de 2013 - Associação Comunitária Cultural e Educativa de Vila Nova, no município de Barra do Ouro - TO;

6 - Portaria nº 31, de 6 de fevereiro de 2014 - Associação Comunitária de Comunicação Rio Mapari, no município de Humberto de Campos - MA;

7 - Portaria nº 2.228, de 5 de junho de 2015 - Associação Movimento Rádio Comunitária Educativa Mirante FM, no município de Chapada dos Guimarães - MT;

8 - Portaria nº 2.761, de 30 de julho de 2015 - Associação dos Moradores de Santo Antônio Rio Verde, no município de Catalão - GO;

9 - Portaria nº 4.819, de 1º de dezembro de 2015 - Associação Cultural Comunitária Jampa - ACCJ, no município de João Pessoa - PB;

10 - Portaria nº 6.639, de 6 de janeiro de 2016 - Associação Comunitária de Radiodifusão da Praia dos Ingleses - Acorpi, no município de Florianópolis - SC;

11 - Portaria nº 1.356, de 9 de maio de 2016 - Associação dos Moradores Amigos de Maragogipe, no município de Maragogipe - BA;

12 - Portaria nº 1.918, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Lúcia, no município de Santa Lúcia - PR;

13 - Portaria nº 1.943, de 7 de junho de 2017 - Associação de Desenvolvimento Social e Cultural de Beneditinos - PI (ADSCULBE), no município de Beneditinos - PI;

14 - Portaria nº 3.365, de 28 de setembro de 2017 - ACCEC - Associação Comunitária Cultural e Educacional de Caetanos - BA, no município de Caetanos - BA;

15 - Portaria nº 4.044, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária de Radiodifusão do Povoado Bela Vista, no município de Batalha - PI;

16 - Portaria nº 5.074, de 28 de setembro de 2017 - Associação Master de Radiodifusão Comunitária de Itanhém (rádio Master), no município de Itanhém - BA;

17 - Portaria nº 5.431, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária e Cultural de Radiodifusão Tapera FM, no município de Chorrochó - BA;

18 - Portaria nº 5.871, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Comunitária de Radiodifusão Tabajara FM, no município de Petrolina - PE;

19 - Portaria nº 6.278, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Nova Barra, no município de Barra - BA;

20 - Portaria nº 758, de 14 de março de 2018 - Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural do Povoado Três Caminhos - ADCT, no município de Barras - PI;

21 - Portaria nº 790, de 14 de março de 2018 - Associação Cultural e de Radiodifusão Comunitária Divina FM - BA, no município de Cardeal da Silva - BA;

22 - Portaria nº 2.322, de 2 de maio de 2018 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Dom Luciano Mendes de Almeida, no município de Ipatinga - MG;

23 - Portaria nº 3.249, de 5 de julho de 2018 - Associação Comunitária de Comunicação Inovação FM, no município de Mirante do Paranapanema - SP;

24 - Portaria nº 3.709, de 2 de agosto de 2018 - Associação Comunitária da Rádio Sucesso FM de Nova Ubiratã, no município de Nova Ubiratã - MT;

25 - Portaria nº 6.846, de 16 de janeiro de 2018 - Associação para o Progresso Cultural e Sucesso de São José da Coroa Grande - APCS, no município de São José da Coroa Grande - PE; e

26 - Portaria nº 7.337, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Dom Macedo FM, no município de Dom Macedo Costa - BA.

CASA CIVIL

PORTARIA Nº 1.176, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Estabelece medidas de governança para órgãos subordinados e entidades vinculadas da Casa Civil da Presidência da República.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando o disposto no Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016, e na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece medidas de governança para as seguintes unidades da Casa Civil da Presidência da República:

I - Imprensa Nacional;

II - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário;

III - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); e

IV - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI).

Art. 2º Para os fins desta Portaria, devem ser considerados os conceitos e os princípios constantes da política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional prevista no Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, bem como as disposições do Decreto de 7 de março de 2017, que cria o Conselho Nacional para a Desburocratização - Brasil Eficiente, e do Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017.

Art. 3º Os órgãos e as entidades previstos no caput do art. 1º deverão estabelecer medidas de estruturação de modelo de governança, no mínimo, para os seguintes temas de governança:

I - Organização Institucional;

II - Assessoramento e Acompanhamento Legislativo;

III - Assuntos Orçamentários, Financeiros e Patrimoniais;

IV - Governança Pública;

V - Programa de Integridade;

VI - Contratações;

VII - Passagens e Afastamentos do País;

VIII - Controle Interno e Correição;

IX - Recursos Humanos; e

X - Tecnologia da Informação.

Art. 4º Para o tema de governança Organização Institucional, as medidas a que se refere o art. 3º devem observar as seguintes diretrizes:

I - elaborar e, após aprovado, revisar periodicamente o regimento interno;

II - promover e acompanhar a implementação de ações que busquem a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública, o alinhamento estratégico e a integração dos serviços públicos; e

III - promover e acompanhar a implementação de medidas que permitam a redução da produção normativa com o propósito de consolidar e indexar a legislação existente, sempre que possível.

Art. 5º Para o tema de governança Assessoramento e Acompanhamento Legislativo, as medidas a que se refere o art. 3º devem observar as seguintes diretrizes:

I - assessorar a direção do órgão ou entidade em relação às propostas normativas priorizadas pela direção e que estejam em trâmite no Congresso Nacional, em fase de sanção e veto ou em discussão interna no âmbito do Poder Executivo; e

II - acompanhar as proposições legislativas em trâmite no Congresso Nacional, afetas ao órgão ou entidade, conjuntamente com a Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República e com a Subchefia de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Governo da Presidência da República.

Art. 6º Para o tema de governança Assuntos Orçamentários, Financeiros e Patrimoniais, as medidas a que se refere o art. 3º devem observar as seguintes diretrizes:

I - estabelecer procedimentos para elaboração de propostas e alterações orçamentárias dos respectivos órgãos e entidades;

II - acompanhar física e financeiramente as ações e os programas dos respectivos órgãos e entidades, avaliando-os quanto à eficácia e efetividade;

III - informar, quando demandado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, as necessidades orçamentárias e financeiras adicionais e suas respectivas finalidades;

IV - primar pela obediência ao princípio da segregação de funções definido pelo Sistema de Contabilidade Federal; e

V - Promover o controle do acervo Patrimonial da Instituição, inclusive o registro e a atualização bienal dos imóveis e sua respectiva destinação e arrecadação, mediante a utilização dos sistemas coorporativos da União União e sobre os regramentos estabelecidos pela Secretaria-Geral da Presidência da República.

Art. 7º Para o tema de governança Governança Pública, as medidas a que se refere o art. 3º devem observar as seguintes diretrizes:

I - instituir comitê interno de governança, nos termos do art. 14 do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, ou atribuir as competências correspondentes a colegiado já existente, por ato de seu dirigente máximo;

II - incentivar e promover iniciativas para implementar o acompanhamento de resultados no órgão ou entidade e promover soluções para melhoria do desempenho institucional;

III - incentivar e promover iniciativas que adotem instrumentos para o aprimoramento do processo decisório, como a segregação de funções para mitigação de riscos e a difusão do modelo de decisões colegiadas;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - promover e acompanhar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança definidos pelo Comitê Interministerial de Governança em seus manuais, resoluções e recomendações, e pelos referenciais de governança aplicáveis a órgãos e entidades da administração pública, dentre eles, o Índice Integrado de Governança e Gestão do Tribunal de Contas da União; e

V - publicar as decisões do comitê interno de governança ou do órgão colegiado equivalente, em sítio eletrônico do órgão ou entidade, ressalvado o conteúdo sujeito a sigilo, conforme previsto no art. 16 do Decreto nº 9.203, de 2017.

Art. 8º Para o tema de governança Programa de Integridade, as unidades da Casa Civil da Presidência da República deverão ser instituir Programa de Integridade, nos termos da Portaria nº 1.089, de 25 de abril de 2018, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

Parágrafo único. Os Programas de Integridade deverão estar aprovados até o dia 30 de novembro de 2018.

Art. 9º Para o tema de governança Contratações, as unidades da Casa Civil da Presidência da República deverão instituir medidas de acordo com a Política instituída no Anexo I, observadas as disposições dos Anexos III e IV.

Art. 10. Para o tema de governança Passagens e Afastamentos do País, os órgãos subordinados e as entidades vinculadas da Casa Civil da Presidência da República deverão instituir medidas de governança para a solicitação, a autorização e a concessão de passagens, e para o afastamento de servidores do país, de acordo com os dispositivos do Anexo II.

Art. 11. Para o tema de governança Controle Interno e Correição, as medidas a que se refere o art. 3º devem observar as seguintes diretrizes:

I - promover e acompanhar a implementação das demandas do Tribunal de Contas da União e da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República; e

II - manter registro atualizado sobre:

a) o atendimento das recomendações relacionados ao controle interno;

b) o andamento de procedimentos e processos disciplinares.

Art. 12. Para o tema de governança Recursos Humanos, as medidas a que se refere o art. 3º devem observar as seguintes diretrizes:

I - dimensionar, distribuir e avaliar a força de trabalho a partir do estabelecimento de critérios de análise da produção que contemplem as competências requeridas, a variabilidade das condições de atuação e as necessidades do órgão.

II - regulamentar seus processos internos referentes a:

a) pedidos de licença capacitação;

b) afastamento de servidores para a realização de cursos de aperfeiçoamento e estudos de longa e curta duração;

c) processos de remoção interna, se couber; e

d) cessão de servidor.

Parágrafo único. Para a construção dos regramentos constantes deste artigo, as unidades poderão levar em consideração as diretrizes estabelecidas no Anexo V e a Norma IV-202/2014, da Secretaria de Administração, no âmbito da Presidência da República.

Art. 13. Para o tema de governança Tecnologia da Informação, as medidas a que se refere o art. 3º devem observar as seguintes diretrizes:

I - manter atualizado a cada 2 anos o plano diretor de tecnologia da informação e comunicação;

II - monitorar o desempenho do plano diretor de tecnologia da informação e comunicação; e

III - priorizar a alocação de recursos para o cumprimento das metas estabelecidas em planos de trabalho celebrados com a Secretaria de Tecnologia da Informação, quando houver.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revoga-se a Portaria nº 903, de 31 de julho de 2018.

ELISEU PADILHA

ANEXO I

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Para os fins deste Anexo, serão considerados os conceitos e as diretrizes constantes do Referencial de Governança e Gestão do Sistema de Serviços Gerais (SISG), elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, órgão central do SISG.

CAPÍTULO II

DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

Art. 2º Fica delegada aos dirigentes máximos dos órgãos e entidades previstos no art. 1º desta Portaria competência para autorizar a celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação dos contratos administrativos em vigor relativos a atividades de custeio, com valor inferior a R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), sendo vedada a subdelegação.

CAPÍTULO III

DAS INSTÂNCIAS E DOS INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA

Seção I

Dos Comitês de Governança das Contratações

Art. 3º As unidades da Casa Civil da Presidência da República deverão instituir Comitês de Governança das Contratações, que serão constituídos pelos seus respectivos dirigentes máximos e pelas autoridades diretamente subordinadas a eles.

§ 1º Os membros dos Comitês de Governança das Contratações deverão se reunir, no mínimo, duas vezes ao ano.

§ 2º As deliberações e as decisões serão consignadas em atas com vista franqueada a qualquer interessado, salvo quando se tratarem de informações sigilosas.

Seção II

Do Plano Anual de Contratações

Art. 4º O Plano Anual de Contratações será elaborado na forma do Anexo III e deverá estar alinhado ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e ao Plano Estratégico do órgão ou entidade vinculada, observados os prazos dos contratos em vigor e das eventuais prorrogações previstas em lei.

Art. 5º A elaboração do Plano Anual de Contratações contará com a participação de representantes dos setores do órgão ou entidade vinculada, e deve contemplar, para cada contratação pretendida, no mínimo:

I - descrição do objeto e seu código correspondente nos catálogos de materiais e serviços do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG);

II - quantidade estimada para a contratação;

III - valor estimado baseado em contratações anteriores ou estimativa formal do tema de governança Contratações;

IV - identificação do requisitante;

V - justificativa da necessidade da contratação;

VI - período estimado para executar a aquisição;

VII - classificação orçamentária da despesa;

VIII - riscos da contratação;

IX - necessidades tecnológicas e de informação previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação, apoiadas pela aquisição, no caso de contratação de soluções de tecnologia; e

X - objetivos estratégicos previstos no Plano Estratégico, apoiados pela aquisição.

Art. 6º Se o Plano Anual de Contratações não for aprovado até o prazo previsto no inciso I do caput do art. 11, não poderão ser efetuadas novas contratações, salvo aquelas expressamente autorizadas pelo respectivo Comitê de Governança das Contratações.

Art. 7º Ficam dispensadas de constar do Plano Anual de Contratações:

I - as contratações de serviços de engenharia de valor até dez por cento do limite previsto na alínea "a" do inciso I do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II - as contratações de outros serviços e compras de valor até dez por cento do limite previsto na alínea "a" do inciso II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993; e

III - as contratações de serviços executados de forma contínua de que trata o inciso II do caput do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993, quando tiverem sua duração prorrogada.

Seção III

Da Consulta à Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República

Art. 8º Os Comitês de Governança das Contratações submeterão à Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República os processos de contratação com valores acima de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para fins de realização de consultas técnicas, nos termos e prazos estabelecidos pela Portaria nº 43, de 25 de setembro de 2017, dessa Secretaria.

Parágrafo único. A consulta à Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República deverá ser feita previamente à autorização do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, nos casos em que esta for necessária para a celebração de novos contratos administrativos e para a prorrogação dos contratos administrativos em vigor.

Seção IV

Dos Demais Instrumentos de Governança

Art. 9º O gerenciamento de riscos será feito em todas as fases do processo de contratação.

Parágrafo único. Os contratos administrativos serão classificados de acordo com o Modelo de Curva ABC, na forma prevista no Anexo IV.

Art. 10. As unidades da Casa Civil da Presidência da República deverão:

I - estabelecer um plano permanente de capacitação dos servidores envolvidos diretamente no funcionamento do tema de governança Contratações;

II - priorizar a utilização do Painel de Preços, disponível em sítio eletrônico, e de contratações similares de outros entes públicos, para fins de pesquisa de preços;

III - utilizar os modelos de minuta padronizados de editais, termos de referência e projetos básicos da Advocacia-Geral da União;

IV - utilizar os cadernos de logística expedidos pelo órgão central do SISG; e

V - nos contratos administrativos do tipo contrato de gestão, os recursos financeiros devem ser mantidos em conta específica aberta para este fim, e a movimentação dos recursos financeiros deve ser realizada exclusivamente por meio eletrônico.

§ 1º Será admitida a utilização de minutas de editais, termos de referência e projetos básicos elaborados pelo próprio órgão ou entidade vinculada apenas em caráter excepcional, e mediante justificativa.

§ 2º A movimentação de recursos por meio eletrônico a que se refere o inciso V do caput, se dará por meio de crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados e as informações relativas ao uso dos recursos transferidos para despesas com fornecedores e prestadores de serviços seja objeto de ampla divulgação no sítio da entidade parceira.

CAPÍTULO IV

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 11. Os Comitês de Governança das Contratações serão as autoridades supervisoras dos contratos administrativos firmados pelos respectivos órgãos e entidades vinculadas, e deverão:

I - aprovar o Plano Anual de Contratações até o dia trinta de abril do ano de sua elaboração;

II - monitorar a execução do Plano Anual de Contratações;

III - aprovar as eventuais alterações de prioridades e de demandas, e autorizar a retirada e a inclusão de aquisições, até o dia 30 (trinta) de novembro do ano da elaboração do Plano Anual de Contratações;

IV - aprovar, justificadamente, a inclusão de itens no Plano Anual de Contratações fora do prazo previsto no inciso anterior;

V - monitorar os contratos administrativos de maior vulto, tendo como referência a Curva ABC, e os contratos essenciais ao alcance dos objetivos estratégicos do órgão ou entidade vinculada; e

VI - estruturar o processo de avaliação da adequação dos custos da execução financeira dos instrumentos de contratos administrativos do tipo contrato de gestão.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 12. A autoridade responsável pelos contratos administrativos deverá verificar o atendimento às recomendações do respectivo órgão de assessoria jurídica, anteriormente à publicação do instrumento convocatório.

Art. 13. Caberá ao dirigente máximo da unidade definir internamente os setores responsáveis por:

I - enviar as demandas de contratações a serem incluídas no Plano Anual, contendo, no mínimo, os itens indicados no art. 5º deste Anexo;

II - consolidar o Plano Anual de Contratações e submetê-lo à aprovação do Comitê de Governança das Contratações;

III - divulgar o Plano Anual na internet, após a aprovação do Comitê de Governança das Contratações; e

IV - elaborar a Curva ABC dos contratos administrativos e submetê-la ao Comitê de Governança das Contratações.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 14. Enquanto o primeiro Plano Anual de Contratações não tiver a sua execução iniciada, os processos de contratação cujos valores sejam estimados em mais de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) serão aprovados pelos respectivos Comitês de Governança das Contratações.

ANEXO II

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Para os fins deste Anexo, devem ser observados os conceitos e as diretrizes constantes dos Manuais do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) desenvolvidos pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 2º As propostas de concessão de diárias e passagens para os deslocamentos nacionais e internacionais deverão observar os prazos e os procedimentos previstos nos normativos vigentes e nos Manuais do SCDP.

§1º Em caráter excepcional, devidamente justificado, os dirigentes máximos poderão autorizar viagem em prazo inferior ao estabelecido no caput, desde que cumpridos os procedimentos estabelecidos nos Manuais do SCDP.

§2º As diárias deverão ser pagas antecipadamente, de uma só vez, salvo as hipóteses previstas no art. 5º do Decreto 5.992, de 19 de dezembro de 2006, desde que cumpridos os procedimentos estabelecidos nos Manuais do SCDP.

Art. 3º As propostas de concessão de diárias e passagens deverão ser acompanhadas de parecer favorável do Proponente.

Parágrafo único. Caberá ao proponente instruir o pedido com as informações e documentos necessários, especialmente no que diz respeito aos seguintes aspectos:

I - o objeto da viagem;

II - a data do deslocamento, o local e os horários dos compromissos assumidos;

III - os documentos comprobatórios do motivo do deslocamento do servidor, tais como convites, programações, certificados ou folders;

IV - a estimativa de custos das diárias e passagens;

V - a vinculação do serviço ou evento a programas, projetos ou ações em andamento no órgão ou entidade;

VI - a relação de pertinência entre a função ou cargo do proposto com o objeto da viagem;

VII - a relevância da prestação do serviço ou participação do servidor para as finalidades do órgão ou entidade;

VIII - a economicidade da viagem; e

IX - a compatibilidade do trajeto com o evento.

CAPÍTULO II

DAS INSTÂNCIAS E DOS INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA

Seção I

Do Plano Anual de Viagens ao Exterior

Art. 4º As unidades da Casa Civil da Presidência da República deverão instituir um Plano Anual de Viagens ao Exterior.

§ 1º O plano a que se refere o caput, para o exercício subsequente, deve ser apresentado ao dirigente máximo do órgão ou entidade, em cada exercício, até o primeiro dia útil do mês de dezembro, para fins de planejamento e controle dos gastos.

§ 2º Se o Plano Anual não for aprovado até trinta dias após a apresentação a que se refere o § 1º, não poderão ser efetuadas autorizações de afastamento do país de servidores desses órgãos e entidades, enquanto não houver a aprovação.

§ 3º Na programação das viagens ao exterior, os dirigentes das unidades da Casa Civil da Presidência da República deverão propor somente o quantitativo de afastamentos considerado adequado.

§ 4º Os pedidos de afastamento deverão pautar-se pela economicidade e pertinência com os propósitos da respectiva organização.

§ 5º A autorização de afastamento para a participação de servidores em feiras, fóruns, seminários, congressos, simpósios e outros eventos com o fim de aperfeiçoamento será de, no máximo, um representante por órgão ou entidade.

§ 6º Somente em caráter excepcional e quando houver necessidade devidamente justificada, o número de participantes que trata o § 5º poderá ser ampliado, mediante aprovação do dirigente máximo do órgão ou entidade.

§ 7º Para os afastamentos a que se refere o § 5º, devem ser priorizados os eventos que estejam incluídos no plano anual de capacitação estabelecido no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.

§ 8º Para o caso de afastamento que não conste no Plano Anual, o processo da autorização deve ser acompanhado de justificativa aprovada pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.

Seção II

Dos demais instrumentos de governança para viagens ao exterior

Art. 5º As propostas de concessão de diárias e passagens ao exterior serão obrigatoriamente acompanhadas de autorização para afastamento do País concedidas pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, a ser publicado no Diário Oficial da União.

§ 1º As propostas de que trata o caput devem ser encaminhadas ao Gabinete do Ministro com antecedência mínima de vinte dias, considerando-se a data do afastamento.

§ 2º Em caráter excepcional, as propostas tratadas no § 1º poderão ser enviadas em prazo inferior ao estabelecido, desde que acompanhado de justificativa apresentada pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.

§ 3º O pagamento das viagens para o exterior somente poderá ser executado após todas as aprovações no fluxo do processo do SCDP, sendo a autorização para afastamento do País concedida pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República uma das aprovações obrigatórias para que ocorra o pagamento.

§ 4º Em caso de necessidade de retificação da autorização em relação ao período do afastamento, mantido o mérito do pleito original, o órgão ou entidade solicitante poderá adquirir as passagens previamente à nova publicação no Diário Oficial da União, mediante a aprovação do seu dirigente máximo.

CAPÍTULO III

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 6º Os dirigentes máximos das unidades da Casa Civil da Presidência da República serão as autoridades supervisoras dos afastamentos concedidos de seus respectivos servidores, e deverão:

I - aprovar o Plano Anual de Viagens ao Exterior;

II - monitorar a execução do Plano Anual; e

III - aprovar as eventuais alterações de prioridades e demandas, bem como autorizar a retirada e a inclusão de viagens no Plano Anual.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º O servidor que se beneficie de diárias e passagens nacionais ou ao exterior concedidas no âmbito da Casa Civil da Presidência da República deverá prestar contas no prazo máximo definido pelo Manual de Prestação de Contas do SCDP.

Parágrafo único. Em caráter excepcional, poderá ser autorizado viagem em prazo inferior ao estabelecido no caput, desde que cumprido os procedimentos estabelecidos nos Manuais do SCDP.

Art. 8º A apresentação inadequada da prestação de contas obriga o beneficiário de diárias e passagens nacionais ou ao exterior à devolução dos recursos ao Tesouro da União na forma estabelecida pelo Manual de Prestação de Contas do SCDP.

Art. 9º Não são devidas diárias quando as despesas com hospedagem, alimentação e locomoção urbana forem custeadas pela organização do evento ou do serviço a ser realizado.

Art. 10. Serão restituídas ao erário, em sua totalidade e no prazo de cinco dias, as diárias recebidas em excesso pelo servidor ou quando, por qualquer circunstância, não ocorrer o afastamento.

ANEXO III

MODELO DE PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

a) PLANILHA DESCRITIVA DAS NECESSIDADES

Material de Consumo (33.90.30)								
Item	Classificação orçamentária	Descrição	CATMAT	UF	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)	Prioridade
1	33.90.30.XX							
2	33.90.30.XX							
3	33.90.30.XX							
...	...							
Material Permanente (44.90.52)								
Item	Classificação orçamentária	Descrição	CATMAT	UF	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)	Prioridade
1	44.90.52.XX							
2	44.90.52.XX							
3	44.90.52.XX							
...	...							
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (33.90.39)								
Item	Classificação orçamentária	Descrição	CATSER	UF	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)	Prioridade
1	33.90.39.XX							
2	33.90.39.XX							
3	33.90.39.XX							
...	...							

Legenda: Prioridade 1 - devem estar disponíveis no primeiro trimestre de 2018; Prioridade 2 - devem estar disponíveis até o primeiro semestre de 2018; e Prioridade 3 - devem estar disponíveis até o fim do segundo semestre de 2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b) RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Item	Riscos inerentes	Ação mitigante
1		
2		
3		
...		

c) JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Item	Setor requisitante	Necessidade(s) tecnológica(s) e de informação	Objetivo(s) estratégico(s)	Justificativa
1				
2				
3				
...				

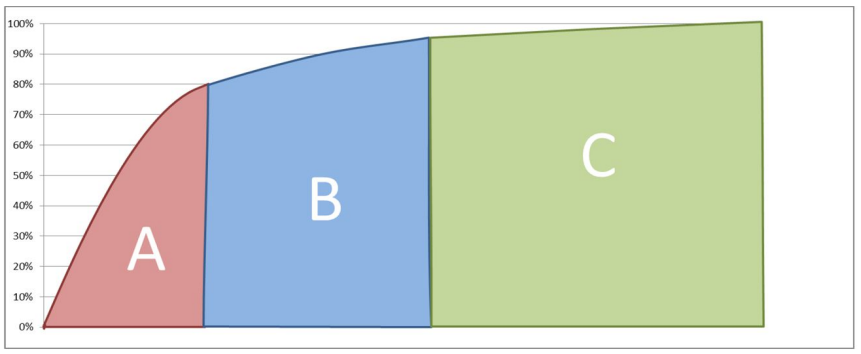
d) CALENDÁRIO DE LICITAÇÕES

Ordem	Descrição sintética da contratação	Data prevista para a realização da sessão pública
1		XX/XX/2018
2		XX/XX/2018
3		XX/XX/2018
...		...

ANEXO IV

MODELO DE CURVA ABC

Classificação	A	B	C
Valor total (R$)	80%	15%	5%
Contratos	20%	30%	50%



Legenda: Grupo A – 20% dos contratos representam 80% do valor contratado; Grupo B – 30% dos contratos representam 15% do valor contratado; e Grupo C – 50% dos contratos representam 5% do valor contratado.

ANEXO V

Art. 1º Os afastamentos para licença capacitação deverão estar disciplinados em normativos internos e poderão estabelecer, como requisitos mínimos para a devida concessão, além dos já previstos nos normativos vigentes:

I - a forma de demonstração da pertinência do curso ou estudo pretendido com as atribuições desenvolvidas pelo servidor;

II - as condições mínimas referentes ao curso para o qual se poderá pleitear a licença, tais como:

a) Regime;

b) Tempo de duração; e

c) Carga horária;

III - o procedimento formal que deverá ser observado pelo requerente para apresentação do pedido de afastamento, especialmente quanto à:

a) antecedência mínima do pedido;

b) os indicativos do conteúdo programático das disciplinas constantes do programa.

Art. 2º Os afastamentos para realização de cursos de pós-graduação stricto Sensu, previstos no art. 96-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, deverão estar disciplinados em normativos internos e poderão estabelecer, como requisitos mínimos para a devida concessão, além dos já previstos nos normativos vigentes:

I - A forma de demonstração da pertinência do curso ou estudo pretendido com as atribuições desenvolvidas pelo servidor;

II - O percentual máximo de afastamentos que poderão ser autorizados simultaneamente, considerando a unidade de forma global e especificamente o setor no qual o servidor está em exercício;

III - As condições mínimas referentes ao curso para o qual se poderá pleitear a licença, tais como:

a) Natureza;

b) Regime;

c) Tempo de duração;

d) Carga horária;

IV - As condições que devem ser preenchidas pelo servidor para o deferimento do pedido, tais como:

a) Estabilidade;

b) Tempo de serviço;

c) Exercício efetivo no órgão no momento do afastamento;

d) Inexistência de processo administrativo disciplinar ou ético em que o requerente conste como investigado ou declaração da comissão disciplinar ou ética de que o afastamento não prejudicará as apurações;

e) Inexistência de afastamento do servidor em razão de cumprimento de penalidade disciplinar;

V - As condições que devem ser atestadas pelo chefe da unidade para possibilitar o deferimento do pedido, tais como a inexistência de prejuízo para a continuidade do serviço, a observância de percentual máximo de afastamentos global e por setor, a importância do estudo a ser desenvolvido para o melhoramento da atividade pública desenvolvida pelo órgão;

VI - As condições referentes ao estabelecimento de ensino para o qual será possível se pleitear o afastamento, tais como, avaliação do curso e da Universidade pela CAPES e/ou por outro ranking universitário mundialmente reconhecido, forma de avaliação dos cursos de curta duração;

VII - O procedimento formal que deverá ser observado pelo requerente para apresentação do pedido de afastamento, especialmente quanto à:

a) antecedência mínima do pedido;

b) a forma de comprovação de ter sido selecionado ou convidado para participar do curso, bem como quanto aos documentos que devem instruir o requerimento; e

c) os indicativos do conteúdo programático das disciplinas constantes do programa

VIII - As obrigações do requerente, caso seja deferido seu pedido, quanto à apresentação de relatório contendo informações sobre o andamento do curso, aproveitamento dos créditos e aprovação final, inclusive considerando o envio à unidade de cópia de trabalho de conclusão do curso, dissertação ou tese apresentados, bem como as eventuais consequências da não finalização do curso ou da não aprovação final;

IX - O órgão competente, dentro da estrutura da unidade, para aferição do cumprimento do regramento estabelecido, que terá competência para sugerir o deferimento ou não do pedido de afastamento, de acordo com as regras previstas pela unidade nos termos deste artigo; e

X - A condição de que o servidor se compromete a exercer papel de multiplicador do conteúdo absorvido.

Art. 3º Os processos de remoção, a pedido, que impliquem em mudança de sede, conforme previsto no art. 36 da Lei nº 8.112, de 1990, poderão estar disciplinados em normativos internos e poderão estabelecer, como requisitos mínimos para a devida remoção, além dos já previstos nos normativos vigentes:

I - previsão de um concurso de remoção, com critérios objetivos, onde seja oferecida pelo menos uma vaga para preenchimentos pelos candidatos interessados; e

II - previsão de remoção por permuta.

Art. 4º Os processos de cessão de servidor poderão estar disciplinados em normativos internos e poderão estabelecer além dos requisitos previstos nos normativos vigentes, regras e condições para cessão para outros órgãos ou entidades dos Poderes da União, dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO

Processo nº 00100.015111/2018-20

Interessado: AR THERA CERTIFICACOES

DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa THERA CERTIFICAÇÕES LTDA., CNPJ 30.000.451/0001-90 (AR THERA CERTIFICAÇÕES), vinculada às AC VALID BRASIL e VALID RFB, com funcionamento no endereço: PÇ ARTUR BERNARDES Nº 98 - CENTRO - TEIXEIRAS / MG.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS

Diretor-Presidente

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PORTARIA Nº 645, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre os procedimentos para regularização fundiária de ocupações incidentes em terras situadas em áreas rurais no âmbito da Amazônia Legal, definidas no art. 3º da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009 e revoga a Portaria MDA nº 23, de 30 de abril de 2010 e a Portaria MDA nº 37 de 18 de junho de 2009.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso de sua atribuição que lhe confere o art. 33 da Lei nº 11.952 de junho de 2009, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Anexo I do Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016, resolve:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria estabelece os procedimentos necessários à regularização fundiária de ocupações incidentes em terras situadas em áreas rurais da União e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no âmbito da Amazônia Legal, definidas no art. 3º da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009.

Art. 2º O disposto nesta portaria aplica-se à regularização fundiária de:

I - ocupações no âmbito da Amazônia Legal nas áreas rurais registradas em nome do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA ou da União, sob gestão da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD, descritas no art. 3º da Lei nº 11.952, de 2009; e

II - áreas remanescentes de projetos com características de colonização criados pelo INCRA, dentro da Amazônia Legal, anteriormente a 10 de outubro de 1985.

§1º As áreas remanescentes de projetos, referidas no inciso II, compreendem áreas ainda não tituladas, tituladas pendentes da verificação das condições resolutivas e áreas não destinadas.

§2º Para fins do disposto no inciso II do caput, consideram-se os seguintes projetos com características de colonização:

I - projeto de colonização oficial;

II - projeto de assentamento rápido;

III - projeto de assentamento conjunto;

IV - projeto especial de colonização;

V - projeto de assentamento dirigido;

VI - projeto fundiário;

VII - projeto integrado de colonização; e

VIII - outros projetos definidos em ato do dirigente máximo do INCRA.

CAPÍTULO II
DOS REQUISITOS E PROCEDIMENTOS

Art. 3º Para o procedimento de regularização fundiária, é necessário que a gleba pública federal e os projetos com características de colonização atendam aos seguintes requisitos:

I - registro no Cartório de Registro de Imóveis em nome da União ou do INCRA;

II - georreferenciamento e certificação do perímetro;

III - consulta quanto ao interesse público e social conforme previsto no art. 13 do Decreto nº 9.309, de 15 de março 2018; e

IV - assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional - CDN, na porção que incidir em faixa de fronteira.

Art. 4º Para regularização da ocupação, o(s) ocupante(s) deverão atender os seguintes requisitos:

I - ser brasileiro nato ou naturalizado;

II - não ser proprietário de imóvel rural em qualquer parte do território nacional;

III - praticar cultura efetiva;

IV - comprovar o exercício de ocupação e exploração direta, mansa e pacífica, por si ou por seus antecessores, anterior a 22 de julho de 2008; e

V - não ter sido beneficiado por programa de reforma agrária ou de regularização fundiária de área rural, ressalvadas as exceções previstas nos incisos I e II do art. 9º do Decreto nº 9.309, de 2018.

§1º Fica vedada a regularização de ocupações em que o(s) requerente(s) exerçam cargo ou emprego público:

I - no INCRA;

II - na Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República - SEAD;

III - na Secretaria do Patrimônio da União - SPU; ou

IV - nos órgãos estaduais de terras.

§2º Não se aplica a vedação do §1º a servidores públicos aposentados.

§3º Não será admitida a regularização em favor de requerente que conste do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo do Ministério do Trabalho e Emprego.

§4º A regularização fundiária em condomínio pressupõe que todos os condôminos atendam aos requisitos previstos nesta portaria.

Art. 5º A regularização fundiária de ocupações incidentes em terras públicas rurais atenderá aos seguintes procedimentos:

I - cadastramento das ocupações e identificação ocupacional por Município ou por gleba;

II - elaboração de memorial descritivo dos perímetros das ocupações, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica, com as coordenadas dos vértices definidores dos limites do imóvel rural, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro; e

III - formalização de processo administrativo, previamente à titulação, com os documentos e as peças técnicas descritos nos incisos I e II, e aprovado pelo órgão competente.

§1º O cadastramento será feito por meio de formulário de requerimento e declaração preenchido e assinado pelos requerentes, acompanhado do georreferenciamento da ocupação submetida ao Sistema de Gestão Fundiária e dos seguintes documentos:

I - cópia de documento de identificação nacional com foto;

II - cópia de documento que comprove a condição de brasileiro nato ou naturalizado;

III - cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

IV - cópia da certidão de casamento, declaração de união estável ou união homoafetiva, quando for o caso; e

V - cópia de atestado de óbito do cônjuge quando o (a) requerente (a) for viúvo (a);

§2º As fotocópias deverão ser autenticadas em cartório ou apresentadas juntamente com a documentação original para conferência do servidor público responsável pela recepção dos documentos.

§3º Serão aceitos como documentos de identificação nacional:

I - carteira de identidade;

II - carteira de trabalho;

III - carteira profissional;

IV - passaporte;

V - carteira de identificação funcional;

VI - documentos de identificação militares; e

VII - outro documento público que permita a identificação do requerente.

§4º O requerente receberá comprovante de protocolo de requerimento.

§5º Caso o requerente não saiba ou não possa assinar, o requerimento pode ser subscrito a rogo.

§6º O formulário de requerimento e declaração de que trata o § 1º conterá as seguintes informações:

I - os dados pessoais do(s) ocupante(s);

II - a área e a localização do imóvel;

III - o tempo de ocupação direta e de ocupação de seus antecessores;

IV - a atividade econômica desenvolvida no imóvel e a atividade complementar;

V - a existência de conflito agrário ou fundiário;

VI - endereço para correspondência, telefone e endereço de correio eletrônico quando houver; e

VII - declaração quanto ao atendimento aos requisitos estabelecidos para a regularização fundiária, nos termos do art. 10 desta Portaria.

§7º O cadastramento poderá ser realizado por meio de instrumento procuratório particular, conforme modelo constante do anexo I, ou público com poderes específicos.

Seção I
DA MEDIÇÃO E DEMARCAÇÃO

Art. 6º As peças técnicas (planta e memorial descritivo) apresentadas pelo requerente ou contratadas pela administração serão recebidas, analisadas e, caso atendam aos requisitos normativos, validadas.

§1º O profissional habilitado responsável pela elaboração do memorial descritivo será aquele credenciado junto ao INCRA para a execução de serviços de georreferenciamento de imóveis rurais.

§2º O memorial descritivo elaborado pelo profissional habilitado de que trata o § 1º será submetido ao Sistema de Gestão Fundiária para validação.

Art. 7º Os serviços técnicos de medição e demarcação das ocupações, perímetros das glebas públicas e perímetros de remanescentes de projetos de assentamento com características de colonização poderão ser executados em parceria por meio de Acordos de Cooperação Técnica.

Parágrafo único. O memorial descritivo elaborado pelo profissional habilitado de que trata o caput será submetido ao Sistema de Gestão Fundiária, para fiscalização e homologação pelo órgão competente.

Art. 8º Identificada a existência de disputas em relação aos limites das ocupações, a SERFAL poderá buscar acordo entre as partes, observado o disposto no art. 8º da Lei nº 11.952, de 2009.

§1º Se for estabelecido acordo entre as partes, essas assinarão declaração, conforme anexo II, para validar a concordância quanto aos limites demarcados.

§2º Se não houver acordo entre as partes, a regularização das ocupações será suspensa para decisão administrativa.

§3º Havendo disputa judicial entre particulares pela posse da ocupação, o processo de regularização fundiária será suspenso até a prolação de decisão pelo juízo, prosseguindo a instrução do processo de regularização em nome do vencedor da demanda.

§4º Na pendência de disputa judicial, havendo acordo extrajudicial entre as partes, este deverá ser comunicado ao juízo competente. Havendo extinção do processo judicial será dado prosseguimento ao processo administrativo de regularização fundiária.

Seção II
DA VISTORIA DAS OCUPAÇÕES

Art. 9º A vistoria prévia à regularização das ocupações em áreas de até quatro módulos fiscais, nos termos estabelecidos no art. 13 da Lei nº 11.952, de 2009, será obrigatória nas seguintes hipóteses:

I - se o imóvel houver sido objeto de termo de embargo ou infração ambiental, lavrado pelo órgão ambiental federal;

II - se houver indícios de fracionamento fraudulento da unidade econômica de exploração da ocupação a serem atestados pela Subsecretaria de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SERFAL, verificada por meio de técnicas de sensoriamento remoto;

III - se o cadastramento a que se refere o art. 5º desta portaria houver sido realizado por meio de procuração;

IV - se houver conflito declarado no ato de cadastramento a que se refere o art. 5º desta portaria ou registrado junto à Ouvidoria Agrária Nacional; ou

V - se houver ausência de indícios de ocupação ou exploração anterior a 22 de julho de 2008 a serem atestados pela Subsecretaria de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SERFAL, verificada por meio de técnicas de sensoriamento remoto.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§1º A vistoria será realizada no imóvel objeto de termo de embargo ou infração ambiental, na hipótese prevista no inciso I do caput e verificará se o preenchimento de requisitos à regularização fundiária, em parte ou na totalidade da área, decorreu de dano ambiental, situação em que o pedido será indeferido, exceto se houver celebração de termo de ajustamento de conduta ou instrumento similar, firmado com o órgão ambiental competente ou com o Ministério Público.

§2º A dispensa de vistoria prévia em áreas de até quatro módulos fiscais deve ser justificada nos autos do processo administrativo de regularização por meio de documento hábil a comprovar o cumprimento da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4269/2009.

§3º O relatório de vistoria terá prazo de validade de dois anos.

§4º O relatório de vistoria deverá conter pelo menos uma coordenada de localização geoespacial do imóvel, além de outras que o vistoriador considere relevantes dentro do perímetro da ocupação.

§5º A confecção do relatório de vistoria deverá seguir as determinações contidas no Manual Técnico aprovado pela Subsecretaria de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SERFAL.

§6º Será dispensada a vistoria em caso de revogação expressa da procuração e ratificação dos atos de requerimento e declaração, conforme modelo do anexo III.

Seção III
DAS DECLARAÇÕES

Art. 10. Para as áreas de até quatro módulos fiscais, os requisitos estabelecidos no art. 5º da Lei nº 11.952, de 2009, serão verificados por meio de declaração dos requerentes, sob as penas da lei, de que:

I - não sejam proprietários de outro imóvel rural em qualquer parte do território nacional e não tenham sido beneficiários por programa de reforma agrária ou de regularização fundiária rural ou estejam entre as exceções previstas no art. 9º, do Decreto nº 9.309, de 2018;

II - exerçam ocupação e exploração direta, mansa e pacífica, por si ou por seus antecessores, anteriormente a 22 de julho de 2008;

III - pratiquem cultura efetiva;

IV - não exerçam cargo ou emprego público:

a) no INCRA;

b) na Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República;

c) na Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ou

d) nos órgãos estaduais de terras;

V - não mantenham, em sua propriedade, trabalhadores em condições análogas às de escravos; e

VI - o imóvel não se encontre sob embargo ambiental ou seja objeto de infração do órgão ambiental federal, estadual e municipal.

Art. 11. A regularização fundiária de ocupações incidentes em terras públicas rurais com área superior a quatro módulos fiscais e até o limite de dois mil e quinhentos hectares será precedida de:

I - declaração firmada pelos requerentes, sob as penas da lei, de que preencham os requisitos estabelecidos no art. 10 desta Portaria;

II - elaboração de relatório de vistoria da ocupação, subscrita por profissional regularmente habilitado do Poder Executivo Federal ou por outro profissional habilitado em razão de convênio, acordo ou instrumento congênere firmado com órgão ou entidade da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal; e

III - apresentação de documentos, conforme relação exemplificativa do anexo IV, que comprovem a ocupação e exploração direta, por si ou seus antecessores em data anterior a 22 de julho de 2008.

§1º As informações constantes do relatório de vistoria poderão ser complementadas por documentos, técnicas de sensoriamento remoto e outros meios de prova.

§2º Caso a vistoria seja decorrente de convênio, acordo ou instrumento congênere, tal circunstância deverá ser registrada nos autos.

Seção IV
DAS CONSULTAS OBRIGATÓRIAS

Art. 12. Para fins de verificação do preenchimento dos requisitos do artigo 5º da Lei 11.952, de 2009 deverão ser realizadas consultas, utilizando o CPF do(s) requerente(s), aos seguintes sistemas e cadastros:

I - Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR);

II - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA);

III - Sistema de Informações de Protocolos (SISPROT);

IV - Sistema Eletrônico de Informações (SEI);

V - Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização (SICAFI) do IBAMA; e

VI - Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Parágrafo único. A validade das consultas para fins de instrução processual é de um ano.

Seção V
DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS E DA ANÁLISE PROCESSUAL

Art. 13. O processo administrativo de regularização fundiária deverá estar instruído com as seguintes peças:

I - requerimento e declaração de preenchimento de requisitos assinados pelo(s) requerente(s);

II - cópia dos documentos pessoais do(s) requerente(s) conforme previsto no art. 5º desta Portaria;

III - cópia da certidão de casamento ou declaração de união estável, se o caso;

IV - cópia de certidão de óbito do cônjuge ou companheiro, se o caso;

V - resultados da realização das pesquisas aos sistemas previstos no art. 12 desta portaria, validados eletronicamente ou por servidor.

VI - documentos que comprovem a ocupação e exploração direta do imóvel anterior a 22 de julho de 2008, quando necessário;

VII - cópia da planta e do memorial descritivo do imóvel georreferenciado aprovado por fiscalização no Sistema de Gestão Fundiária;

VIII - cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pelo georreferenciamento;

IX - análise de sobreposição do imóvel;

X - relatório de vistoria, se for o caso;

XI - manifestação conclusiva do técnico responsável pela análise do processo;

XII - despacho de dispensa de vistoria, para áreas abaixo de quatro módulos fiscais, quando for o caso;

XIII - despacho conclusivo quanto ao preenchimento dos requisitos à regularização;

XIV - despacho de dispensa de análise jurídica, quando for o caso;

XV - manifestação jurídica, quando for o caso; e

XVI - ato de aprovação para emissão do título ou indeferimento da titulação.

Parágrafo único. A instrução processual pode ser encerrada imediatamente caso seja verificado motivo, devidamente fundamentado, para indeferimento da regularização fundiária.

CAPÍTULO III
DA DECISÃO DO MÉRITO

Art. 14. Feita a instrução e análise prevista no art. 13 desta Portaria, o processo será encaminhado à:

I - Subsecretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal para decisão de mérito, se houver manifestação pelo indeferimento da regularização; e

II - Assessoria Jurídica da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - ASJUR/SEAD para análise jurídica, se houver manifestação pelo deferimento da regularização, se for o caso.

§1° Após a manifestação jurídica, a Assessoria Jurídica da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - ASJUR/SEAD encaminhará os autos à Subsecretaria de Regularização Fundiária da Amazônia Legal para decisão final.

§2° Deferida a dispensa de licitação pelo Subsecretário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, seguir-se-á o procedimento estabelecido no Capítulo IV desta Portaria.

Art. 15. Indeferido o pedido de regularização, a decisão será publicada em Boletim de Serviço e será notificado o ocupante, dando-lhe ciência dos termos da decisão e facultando-lhe apresentar recurso no prazo de 30 (trinta) dias.

§1º Apresentado o recurso, será realizada análise técnica fundamentada, facultada a reconsideração pela Subsecretaria de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SERFAL.

§2º Não havendo a reconsideração, o recurso será decidido pelo Secretário Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, após manifestação jurídica da Assessoria Jurídica da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - ASJUR/SEAD.

§3º Se improvido o recurso, o ocupante deverá ser notificado dos termos da decisão.

§4º Se provido o recurso, seguir-se-á à instrução processual.

§5º Decorrido o prazo previsto no caput ou improvido o recurso do interessado, seguir-se-ão medidas administrativas visando à destinação do imóvel.

CAPÍTULO IV
DA TITULAÇÃO

Art. 16. Os títulos de domínio e de concessão de direito real de uso serão expedidos:

I - em nome da mulher e do homem, obrigatoriamente, nos seguintes casos:

a) quando forem casados; ou

b) quando conviverem em regime de união estável;

II - em nome dos conviventes, no caso de união homoafetiva; e

III - da sociedade de fato que ocupe e explore a área.

§1º O título será emitido preferencialmente em nome da mulher.

§2º As áreas ocupadas que abranjam parte ou a totalidade de terrenos de marinha, terrenos marginais ou reservados, seus acrescidos ou outras áreas insuscetíveis de alienação nos termos do art. 20 da Constituição Federal, poderão ser regularizadas mediante outorga de título de concessão de direito real de uso.

§3º Na hipótese de apenas parte da área objeto de regularização fundiária rural ser inalienável, poderão ser expedidos ao ocupante, após a delimitação devida, concomitantemente, título de domínio correspondente à área alienável e concessão de direito real de uso referente à área inalienável, desde que toda a área tenha sido objeto de requerimento único de regularização fundiária.

Art. 17. O título de domínio ou, na hipótese prevista no § 4º do art. 6º da Lei nº 11.952, de 2009, o termo de concessão de direito real de uso, conterá, entre outras, cláusulas que determinem, pelo prazo de dez anos, sob condição resolutiva, além da inalienabilidade do imóvel:

I - a manutenção da destinação agrária, por meio de prática de cultura efetiva;

II - o respeito à legislação ambiental, em especial quanto ao cumprimento do disposto no Capítulo VI, da Lei nº 12.651, de 2012;

III - a não exploração de mão de obra em condição análoga à de escravo; e

IV - as condições e a forma de pagamento.

Art. 18. A Subsecretaria de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SERFAL expedirá os títulos de domínio - TD's e as concessões de direito real de uso - CDRU's e publicará em Boletim de Serviço a decisão que autorize sua expedição.

§1º O beneficiário receberá a via do título de domínio - TD ou da concessão de direito real de uso - CDRU, cópia(s) da planta(s) e do(s) memorial(is) descritivo(s) do imóvel, o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) acompanhado da Guia de Recolhimento da União - GRU e da ART do responsável pelo georreferenciamento.

§2º O título de domínio - TD e as concessão de direito real de uso - CDRU conterão código único de identificação, com validade e autenticidade passíveis de consulta por meio eletrônico.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§3º Após a coleta das assinaturas com a indicação da data de recebimento, os títulos de domínio - TD's e as concessões de direito real de uso - CDRU's deverão ser digitalizados e incluídos no sistema da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD.

§4º Os títulos de domínio - TD's e as concessões de direito real de uso - CDRU's expedidos deverão ser assinados pelo Subsecretário de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, pelos requerentes e por mais duas testemunhas devidamente identificadas.

§5º O Subsecretário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal poderá delegar a competência de aprovação e expedição dos títulos de domínio - TD's e as concessões de direito real de uso - CDRU's.

§6º Os títulos de domínio - TD's e as concessões de direito real de uso - CDRU's podem ser firmados por meio de instrumento procuratório público e com poderes específicos.

§7º A relação dos títulos de domínio - TD's e as concessões de direito real de uso - CDRU's expedidos será divulgada em sítio eletrônico da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário -SEAD.

Art. 19. Após aprovação e emissão do título deverão ser atualizados os seguintes sistemas:

I - Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, alterando-se a situação jurídica do imóvel de "posse por simples ocupação" para "posse a justo título"; e

II - Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, alterando-se a situação de "área não titulada" para "área titulada não registrada".

§1º Após registro do título de domínio - TD e a concessão de direito real de uso - CDRU's no cartório de registro de imóveis o beneficiário poderá requerer a atualização cadastral do SNCR na Subsecretaria de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SERFAL, no INCRA, ou na Unidade Municipal de Cadastro.

§2º Após registro do título de domínio - TD e a concessão de direito real de uso - CDRU no cartório de registro de imóveis o beneficiário poderá requerer a atualização da situação do imóvel do SIGEF na Subsecretaria de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SERFAL, no INCRA, ou no cartório de registro de imóveis.

§3º Uma vez tornado insubsistente, cancelado, resolvido ou anulado, o registro do imóvel nos sistemas SNCR e SIGEF deverá ser revertido à condição de "posse por simples ocupação" e "área não titulada".

Art. 20. Os títulos de domínio - TD's e as concessões de direito real de uso - CDRU's expedidos sob a vigência desta Portaria e não firmados pelo(s) requerente(s) no prazo de três anos, contados a partir da data de expedição, serão tornados insubsistentes juntamente com a decisão que autorizou a expedição.

§1º A revogação da decisão que autorizou a expedição deverá ser publicada em Boletim de Serviço da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD, sem prejuízo de que seja procedida a destinação do imóvel.

§2º Decorrido o prazo referido no caput e havendo manifestação do interessado, será reaberta a instrução e novamente verificado o preenchimento dos requisitos previstos no artigo 5º, da Lei 11.952, de 2009.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21. As dúvidas na aplicação desta Portaria serão dirimidas pela Subsecretaria de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Art. 22. O disposto nos §2º e §5º do art. 5º desta Portaria aplica-se somente aos processos instaurados após a vigência dessa portaria.

Art. 23 Nos processos instaurados antes da vigência desta Portaria, para áreas de até um módulo fiscal, pode ser aferido o estado civil mediante declaração do ocupante, sob as penas da lei.

Art. 24 Enquanto não for elaborado o manual técnico de vistoria previsto no §5º do Art. 9º desta Portaria, permanece vigente o Manual de Vistoria aprovado pela Portaria Conjunta SERFAL/SRFA Nº 1, de 31 de agosto de 2010.

Art. 25. Fica revogada a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA nº 23, de 30 de abril de 2010 e suas alterações, e a Portaria Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA nº 37, 18 de junho de 2009 e suas alterações.

Art. 26. Esta Portaria entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a data de sua publicação.

JEFFERSON CORITEAC

ANEXO I
MODELO DE DOCUMENTO DE PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular o(a) Sr.(a) _____ _____ (outorgante), inscrito no Cadastro de Pessoas Física sob o nº _____, RG nº_____, sexo_____, nacionalidade_____, natural de_____, estado civil_____, residente(s) à_____ _____, no município _____, UF_____ nomeia e constitui seu procurador o(a) Sr.(a)_____ _____ (outorgado), inscrito no Cadastro de Pessoas Física sob o nº _____ _____, RG nº _____, sexo _____, nacionalidade _____, natural de _____, estado civil _____, Residente(s) à_____, no município de_____ conferindo-lhe poderes para requerer a regularização fundiária da ocupação do imóvel denominado_____, localizada na Gleba_____, no munícipio_____ _____, Estado_____, bem como, praticar os atos processuais respectivos e receber notificações no seguinte endereço: _____ _____

Data, local
Assinatura (outorgante)

ANEXO II
MODELO DE declaraÇÃO DE ACORDO

Pelo presente instrumento, Eu_____, CPF nº _____, e eu _____, CPF nº _____, declaramos que foi realizado acordo em relação aos limites das ocupações, conforme parcelas submetidas ao SIGEF sob os códigos:

1.Parcela código Nº xxxxxx;

2.Parcela código Nº xxxxxx.

Data, local

Assinatura do declarante

ANEXO III
MODELO REVOGAÇÃO PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento, eu _____, CPF nº _____, informo que fica revogada a procuração concedida ao Sr(a). _____, CPF nº _____.

Data, local

Assinatura

ANEXO IV
DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO DE DETENÇÃO ANTERIOR A 22 DE JULHO DE 2008:

1.Títulos emitidos pelo governo federal ou estadual;

2.Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR;

3.declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP;

4.Comprovante de pagamento de Imposto Territorial Rural - ITR;

5.Cadastro em Órgãos de assistência técnica;

6.Protocolo de abertura de processo em órgão público;

7.Nota fiscal de insumos agrícolas;

8.Multas/Notificações de órgãos ambientais;

9.Nota fiscal de compra e venda da produção;

10.Guia de transporte animal;

11.Cartão de vacinação do rebanho animal;

12.Cartão de produtor;

13.Contratos de cessão de área entre particulares.

Obs: Todos os documentos de comprovação devem possibilitar a vinculação com a área requerida.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

SÚMULA Nº 83, DE 30 DE OUTUBRO 2018

A ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos XII e XVIII, e tendo em vista o disposto nos arts. 28, inciso II, e 43, *caput*, e § 1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; no art. 38, § 1°, inciso II, da Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; no art. 17-A, inciso II, da Lei n° 9.650, de 27 de maio de 1998; no art. 9° da Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002; e no art. 2º, do Decreto n° 2.346, de 10 de outubro de 1997, bem como no Ato Regimental nº 1/AGU, de 2 de julho de 2008, e no Processo nº 00405.005221/2014-25,

Considerando o efeito multiplicador do instituto da repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE nº 677.730/RS (art. 102, § 3º, da CF; art. 543-A do CPC/1973; e arts 1.035 e 1.036 do CPC vigente), resolve:

Editar a presente Súmula, de observância obrigatória para todos os órgãos jurídicos da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e seus integrantes, a ser publicada no Diário Oficial da União por três dias consecutivos:

"Servidores inativos e pensionistas do extinto DNER possuem direito aos efeitos financeiros decorrentes do enquadramento de servidores ativos no Plano Especial de Cargos do DNIT. "

REFERÊNCIAS:

Legislação: Constituição Federal - art. 40, § 8º; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; e Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal - RE nº 677.730/RS, Pleno, DJe de 24.10.2014.

GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

OS MINISTROS DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, DA FAZENDA E DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, todos no desempenho das atribuições de integrantes-titulares do Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos (CIEP), criado pelo Decreto n° 7.920, de 15 de fevereiro de 2013, considerando o que consta nos autos do Processo nº 21000.035073/2018-20, resolvem:

Art. 1º Fica aprovada a proposta dos representantes da Câmara Técnica do CIEP que, em reunião ocorrida em 03 de outubro de 2018, deliberaram sobre:

I - a venda "Balcão" de até 100 mil toneladas de milho em grãos, para atendimento aos pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, ovinos e caprinos, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), nos seguintes termos:

a) o preço de venda do milho será de acordo com a Portaria Interministerial Mapa/MF nº 38, de 9 de março de 2004;

b) os limites por beneficiários/mês permanecem os estabelecidos por meio da Resolução CIEP nº 01, de 23/02/2018:

c) a compra de até 300.000 unidades de sacaria de polipropileno para o ensaque do milho a ser vendido na operação Balcão.

II - os Preços para a Liberação dos Estoques Públicos (PLE) serão de:

a) R$ 40,46/60 kg para o trigo da região Sul, com vigência até junho de 2019; e

b) R$ 40,18/50 kg para o arroz em casca da região Sul, com vigência até janeiro de 2019.

III - a venda dos estoques públicos pela Conab, por intermédio do Sistema Eletrônico de Comercialização de até 10,6 mil toneladas de trigo e de até 43,8 mil toneladas de arroz em casca.

Art. 2º A implementação das medidas previstas nesta Resolução, caso demandem subvenção econômica, fica condicionada às disponibilidades orçamentária e financeira.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e a venda do milho e compra da sacaria poderão se estender até 31/12/2019.

BLAIRO MAGGI
Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

EDUARDO REFINETTI GUARDIA
Ministro de Estado da Fazenda

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO

SERVIÇO DE SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 8, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O CHEFE SUBSTITUTO DO SERVIÇO DE SANIDADE VEGETAL, da DDA/SFA-SP, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso XVI do artigo 267 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA n° 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei n° 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21052.016644/2018-11, resolve:

Art. 1° Credenciar, sob o número BR-SP698, a empresa Paleari & Gacia Paleari LTDA, CNPJ 16.861.714/0001-24, localizada na Rua Campos Sales, 432, Centro, em Bariri/SP, para na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: Fumigação em Câmaras de Lona, Fumigação em Contêineres, Fumigação em Silos Herméticos e Fumigação em porões de navio, todos exclusivamente com Fosfina

Art. 2° O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 12 (doze) meses, conforme §4° do Art. 1°- Anexo I - da Instrução Normativa SDA n°66/2006, podendo ser renovado mediante requerimento encamin

hado à Superintendência Federal de Agricultura,

Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - SFA/SP.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS FERNANDO ALVES ZAGO

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 45, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUAiRIA , no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 18 e 53 do Anexo I do Decreto no 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto no Decreto no 5.741, de 30 de março de 2006, no parágrafo único do art. 70, da Instrução Normativa n° 39, de 27 de novembro de 2017, considerando a necessidade de instituir no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (Programa OEA), módulo complementar ao Programa OEA-Integrado, e o que consta do Processo no 21000.039771/2018-02, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa no 39, de 27 de novembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

ANEXO LIV - DO PROGRAMA BRASILEIRO DE OPERADOR ECONÔMICO AUTORIZADO

(Programa OEA-Agro)

Considerações Gerais:

1. Instituir no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (Programa OEA), módulo complementar ao Programa OEA-Integrado, nos termos assim definidos na Portaria RFB Nº 2384, de 13 de julho de 2017, doravante denominado Programa OEA-Agro.

2. Entende-se por Operador Econômico Autorizado (OEA) o interveniente em operação de comércio exterior envolvido na movimentação internacional de mercadorias a qualquer título que, mediante o cumprimento voluntário dos critérios de segurança aplicados à cadeia logística ou das obrigações tributárias e aduaneiras, conforme a modalidade de certificação, demonstre atendimento aos níveis de conformidade e confiabilidade exigidos pelo Programa OEA e seja certificado nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 09 de dezembro de 2015.

3. Entende-se por Operador Econômico Autorizado (OEA-Agro) o interveniente certificado no módulo de certificação principal, com base nas modalidades do Programa OEA estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 2015, que de forma voluntária cumpra com os critérios de conformidade com a defesa agropecuária, demonstre atendimento aos níveis de conformidade e confiabilidade exigidos pelo Programa OEA-Agro e seja certificado nos termos deste Anexo.

4. O Programa OEA-Agro tem caráter voluntário e a não adesão por parte dos intervenientes não implica impedimento ou limitação na atuação destes em operações regulares de comércio exterior.

Objetivos:

5. São objetivos do Programa OEA-Agro:

facilitar o comércio internacional de produtos de interesse agropecuário;

simplificar e garantir previsibilidade, segurança, agilidade e transparência em processos de importação e exportação de produtos de interesse agropecuário;

otimizar o uso dos recursos humanos e financeiros do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA, na fiscalização e certificação de mercadorias de interesse agropecuário no comércio internacional;

articular ações conjuntas de facilitação de comércio entre o MAPA e outros órgãos federais no trânsito de produtos de interesse agropecuário.

Intervenientes:

6.Poderão ser certificados como OEA-Agro os seguintes intervenientes de comércio internacional:

a) o exportador de produto de interesse agropecuário;

b) o importador de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário, inclusive embalagens e suportes de madeira.

Critérios para certificação:

7.O Programa OEA-Agro está estruturado em uma única modalidade, sendo a certificação concedida de acordo com o tipo de operação executada pelo interveniente, a categoria de produto de interesse agropecuário e o grau de conformidade do interveniente.

8. O processo de certificação do Programa OEA-Agro consiste na avaliação do processo de gestão adotado pelo requerente para minimizar riscos existentes em questões de interesse do MAPA nas operações de comércio exterior.

9. Para certificação no Programa OEA-Agro deverá ser observado o atendimento de:

requisitos de admissibilidade, os quais tornam o operador apto a participar do programa;

a) critérios de elegibilidade, que indicam a confiabilidade do operador; e

b) critérios de conformidade com a defesa agropecuária.

10. A certificação será concedida para o CNPJ do estabelecimento matriz, podendo ser extensivo a todos os estabelecimentos, salvo eventual ressalva quando da certificação.

11. O requerente deverá designar um funcionário como ponto de contato com o MAPA e seu respectivo suplente, com acesso a diversos setores da empresa, para tratar da prestação das informações necessárias durante o processo de certificação, bem como das solicitações apresentadas após a certificação.

12. A certificação do Programa OEA-Agro deverá ser requerida mediante:

a) formalização do requerimento de certificação ao Programa OEA-Agro via preenchimento e envio de formulário no sistema eletrônico do Programa OEA;

b) atendimento aos requisitos de admissibilidade, conforme estabelecido neste Anexo; e

c) preenchimento do Questionário de Autoavaliação (QAA) para aferição dos critérios de elegibilidade e de conformidade com a defesa agropecuária.

Requisitos de admissibilidade:

13. Os requerentes à certificação OEA-Agro devem cumprir os requisitos gerais de admissibilidade:

a) possuir histórico de operações de comércio exterior de mercadoria de interesse agropecuário por, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses;

b) inexistência de indeferimento de pedido de certificação ao Programa OEA-Agro nos últimos 24 (vinte e quatro) meses;

c) ser certificado no Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado da Receita Federal do Brasil;

d) existir nota explicativa específica da categoria de produto de interesse agropecuário do agente de comércio exterior, conforme itens 30 e 47 deste Anexo.

14. Com base nas informações prestadas pelo requerente e nas obtidas por meio de consultas nos sistemas do MAPA, constatado o atendimento dos requisitos de admissibilidade, será efetuada a análise dos critérios de elegibilidade e dos critérios de conformidade com a defesa agropecuária abrangidos por este Anexo.

Critérios de elegibilidade:

15. São critérios de elegibilidade do Programa OEA-Agro:

a) histórico de cumprimento da legislação agropecuária;

b) gestão de procedimentos operacionais dedicados ao controle e monitoramento de critérios de conformidade com a defesa agropecuária em processos de importação e exportação junto ao MAPA, inclusive com registros que permitam a auditoria destes;

c) gestão dos riscos de interesse da defesa agropecuária, de acordo com a ISO 31.000;

d) política para seleção de parceiros comerciais; e

e) política de recursos humanos.

Critérios de conformidade com a defesa agropecuária:

16. São critérios de conformidade com a defesa agropecuária:

a) identidade;

b) qualidade;

c) saúde animal;

d) sanidade vegetal;

e) rastreabilidade;

f) inviolabilidade do contentor; e

g) conformidade documental e respectiva descrição das mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário utilizados no registro da declaração Agropecuária do Trânsito Internacional - DAT.

17. Os critérios de conformidade com a Defesa Agropecuária serão estabelecidos em detalhe por categoria de produto de interesse agropecuário.

Benefícios:

18. Aos operadores certificados no Programa OEA-Agro, serão concedidos benefícios nas atividades de controle e fiscalização executados nas operações de comércio e trânsito internacional de produtos de interesse agropecuário, executados no âmbito do Sistema Vigiagro.

19. Os benefícios serão concedidos de acordo com o tipo de operação executada pelo interveniente, a categoria de produto de interesse agropecuário e o grau de conformidade do interveniente.

20. Os benefícios serão:

a) as DAT´s serão direcionadas em maior proporção relativa para os níveis de fiscalização agropecuária simplificado (verde) e intermediário (amarelo), preferencialmente através de sistema eletrônico;

b) a análise fiscal será prioritária para as DAT's selecionadas nos níveis de fiscalização agropecuária intermediário (amarelo) e completo (vermelho), preferencialmente através de sistema eletrônico;

c) a emissão de certificado sanitário internacional ou fitossanitário será realizada de forma prioritária em unidades do Vigiagro;

d) a emissão de certificado sanitário internacional ou certificado fitossanitário em unidades do Vigiagro ou central de certificação em regime de plantão exclusivo;

e) a certificação sanitária internacional ou fitossanitária poderá ser remota, externamente à unidade de despacho, no âmbito de atuação do Vigiagro;

f) a CGVIGIAGRO designará um servidor como ponto de contato com as empresas OEA-Agro; e

g) a CGVIGIAGRO poderá conceder outros benefícios, além dos estabelecidos neste Anexo.

Prazos e Prioridades:

21. O prazo para conclusão da análise do requerimento de Certificação será de até:

a) 30 (trinta) dias, para análise dos requisitos de admissibilidade;

b) 90 (noventa) dias, para análise dos critérios de elegibilidade e dos critérios de conformidade com a defesa agropecuária, contados da data da decisão pela admissibilidade do requerimento.

22. Constatado o não atendimento dos requisitos de admissibilidade, o requerente será intimado a sanear o processo.

23. A pedido do requerente, poderão ser prorrogados os prazos para saneamento ou apresentação de esclarecimentos ou documentos adicionais.

24. O não atendimento da exigência para saneamento do processo no prazo definido pelo MAPA, implicará no arquivamento do processo.

25. No curso da análise dos critérios de elegibilidade e dos critérios de conformidade com a defesa agropecuária, poderá ser solicitado esclarecimento ou documento adicional quando necessário para a apreciação do pedido formulado.

26. Suspendem-se os prazos mencionados no item 21, deste anexo, até que o requerente atenda às exigências efetuadas pela CGVIGIAGRO, nos termos do item 25.

27. Constatado o não cumprimento dos critérios de elegibilidade ou dos critérios de conformidade com a defesa agropecuária, a requisição de certificação será indeferida.

28. Na hipótese de indeferimento da requisição de certificação, caberá apresentação de recurso, em instância única, no prazo de até 30 (trinta) dias da ciência do indeferimento, ao Coordenador-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional do MAPA.

Da Autorização:

29. A certificação será concedida em caráter precário, com prazo de validade indeterminado por meio de Ato declaratório Executivo (ADE) emitido pelo chefe da Unidade Descentralizada de Vigilância Agropecuária Internacional - Gestão dos Programas Especiais (UPRO/DOF/CGVIGIAGRO) e publicado no Diário Oficial da União (DOU).

30. O ADE indicará a categoria de produto de interesse agropecuário e o(s) CNPJ(s) do agente de comércio exterior.

31. A certificação poderá ser acompanhada de recomendações que visem ao aumento do grau de conformidade.

32. O atendimento às recomendações será objeto de acompanhamento e será considerado para fins de redução do escopo e do nível de inspeção na revisão periódica da certificação.

33. A concessão de certificação não implica homologação pelo MAPA das informações apresentadas no pedido de certificação.

34. Após a publicação do ADE, será expedido o Certificado OEA-Agro.

35. Caso o agente certificado autorize, será divulgada a sua participação no Programa OEA-Agro por meio do sítio do MAPA na Internet, no endereço http://www.agricultura.gov.br/assuntos/vigilancia-agropecuaria/oea-agro.

Condições para Permanência:

36. Para fins de permanência Programa de Certificação OEA-Agro, caberá aos agentes certificados a manutenção do atendimento aos requisitos e critérios necessários para a obtenção da certificação e às demais disposições constantes neste Anexo.

37. A ocorrência de quaisquer fatos que comprometam o atendimento dos requisitos e critérios necessários para a manutenção da certificação deverá ser comunicada à UPRO/DOF/CGVIGIAGRO.

38. A UPRO/DOF/CGVIGIAGRO deverá ser consultada quando houver dúvida quanto à relevância dos fatos a que se refere o item 37.

39. A constatação do não atendimento das condições para permanência no OEA-Agro poderá acarretar a exclusão de ofício do agente certificado.

40. O agente certificado será submetido a acompanhamento pela UPRO/DOF/CGVIGIAGRO e deverá manter atualizados seus dados cadastrais.

41. A exclusão do operador certificado do módulo principal do Programa OEA, a pedido ou de ofício, enseja a sua exclusão do programa OEA-Agro.

Revisão da Certificação

42. As empresas certificadas como OEA-Agro serão submetidas à revisão de sua certificação a cada 3 (três) anos.

43. Após a realização da revisão periódica e constatando-se aumento no grau de conformidade do interveniente, poderá ser concedido o intervalo de 5 (cinco) anos para a próxima revisão.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Disposições finais e transitórias:

44. Ficam incorporados ao OEA-Agro os atos do projeto-piloto do OEA-Agro, praticados antes da publicação deste Anexo, que representem auditoria e fiscalização baseadas em normas do MAPA.

45. A empresa participante de projeto-piloto do OEA-Agro após a publicação da Portaria Conjunta RFB/SDA será certificada OEA-AGRO provisoriamente, devendo preencher o formulário QAA do Programa OEA-Agro, preferencialmente de forma eletrônica, e submetendo à CGVIGIAGRO no período de 90 dias, permanecendo certificada provisoriamente até que se encerre a análise dos requisitos de admissibilidade, dos critérios de elegibilidade e dos critérios de conformidade com a defesa agropecuária.

46. Quando da conclusão da análise dos requisitos de admissibilidade, dos critérios de elegibilidade e dos critérios de conformidade com a defesa agropecuária das empresas participantes do projeto-piloto, será providenciada a certificação definitiva para aqueles que demonstrarem atendimento das condições para certificação OEA-Agro, com publicação de novo ADE.

47. Ficam aprovados o formulário QAA, disponíveis no sítio do MAPA na internet, no endereço http://www.agricultura.gov.br/vigiagro/formularios.

48. Deverão ser juntadas evidências que comprovem as informações apresentadas no QAA.

49. Serão publicadas notas explicativas por categoria de produto no sítio do MAPA na Internet, no endereço http://www.agricultura.gov.br/assuntos/vigilancia-agropecuaria/oea-agro.

Legislação e outros atos normativos relacionados:

50. Instrução Normativa RFB nº 1598, de 09 de dezembro de 2015;

51. Portaria RFB nº 2384, de 13 de julho de 2017;

52. Portaria MAPA nº 562, de 11 de abril de 2018

QUESTIONÁRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DO PROGRAMA BRASILEIRO DE OPERADOR ECONÔMICO AUTORIZADO (Programa OEA-Agro)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

a) Unidades operacionais

i) Identificar o estabelecimento matriz;

ii) Identificar a existência de eventuais filiais, seus respectivos CNPJ´s, esclarecendo se o requerimento de certificação é específico para uma determinada unidade operacional ou se alcança toda a empresa.

iii) Informar se a empresa está estruturada em estabelecimentos e esclarecer para quais delas está se solicitando a certificação ao Programa OEA-Agro.

b) Relacionamento da empresa com o MAPA

i) Informar se o requerente é registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e qual o tipo do registro.

c) Escopo do pedido de Certificação ao Programa OEA-Agro

i) Identificar exatamente o escopo das atividades realizadas pela empresa para fins de análise do pedido de certificação, discriminando o tipo de operação executada pelo interveniente e a categoria de produto agropecuário.

2. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

a) Histórico de cumprimento da legislação agropecuária.

i) Informar o histórico recente (24 meses) de eventuais não conformidades frente a legislação agropecuária, observando o escopo de certificação pleiteado pela empresa.

ii) Indicar medidas que foram adotadas para cada eventual não-conformidade registrada.

b) Gestão dos procedimentos operacionais dedicados ao controle e monitoramento de critérios de conformidade com a defesa agropecuária.

i) Informar sobre a eventual existência de um sistema de gestão dos procedimentos operacionais dedicados ao controle e monitoramento de critérios de conformidade com a defesa agropecuária.

ii) Informar a forma de registro dos procedimentos de controle e monitoramento, a segurança da informação, os mecanismos disponíveis para auditoria, os responsáveis pelos procedimentos na empresa, entre outros detalhes importantes.

c) Gestão dos riscos de interesse da defesa agropecuária, de acordo com a ISO 31.000.

i) Informar se o requerente dispõe de processo de gerenciamento de riscos que estabeleça ações destinadas a identificar, analisar, avaliar, priorizar, tratar e monitorar eventos com potencial impacto negativo no cumprimento de requisitos dos critérios de interesse da defesa agropecuária.

ii) Apresentar registros e evidências com relação ao processo.

d) Política para seleção de parceiros comerciais

i) Indicar os procedimentos, critérios e registros adotados na seleção de parceiros comerciais com vistas a mitigação dos riscos relacionados aos critérios de interesse da defesa agropecuária para o escopo (tipo de operação executada pelo interveniente e a categoria de produto agropecuário) pretendido na certificação OEA-Agro

e) Política de recursos humanos

i) Indicar os cargos sensíveis envolvidos na gestão dos riscos de interesse da defesa agropecuária na empresa, os critérios técnicos adotados para seleção, política de treinamento, e respectivos registros sobre o tema.

3. CRITÉRIOS DE CONFORMIDADE COM A DEFESA AGROPECUÁRIA

a) Identidade: conjunto de parâmetros ou características que permitem identificar ou caracterizar um produto de interesse agropecuário quanto à sua natureza, aparência, à sua característica sensorial, à sua composição, garantias, seu tipo de processamento e ao seu modo de apresentação.

i) Indicar o procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, que é empregado, dispondo sobre o controle, o monitoramento e a mitigação dos riscos inerentes a IDENTIDADE do produto de interesse agropecuário indicado no escopo pretendido na certificação OEA-Agro.

ii) Indicar o procedimento para registro de não conformidades.

iii) Indicar o procedimento para tratamento das não conformidades, responsáveis e eventuais comunicados às autoridades competentes.

b) Qualidade: conjunto de parâmetros que permite caracterizar as especificações de um produto de interesse agropecuário em relação a um padrão desejável ou definido, quanto aos seus fatores intrínsecos e extrínsecos, medida ou teor de fatores essenciais de composição, características sensoriais e fatores higiênico-sanitários e tecnológicos.

i) Indicar o procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, que é empregado, dispondo sobre o controle, o monitoramento e a mitigação dos riscos inerentes a IDENTIDADE do produto de interesse agropecuário indicado no escopo pretendido na certificação OEA-Agro.

ii) Indicar o procedimento para registro de não conformidades.

iii) Indicar o procedimento para tratamento das não conformidades, responsáveis e eventuais comunicados às autoridades competentes.

c) Saúde Animal: conjunto de parâmetros de interesse agropecuário relacionados à saúde de animais terrestres e aquáticos.

i) Indicar o procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, que é empregado, dispondo sobre o controle, o monitoramento e a mitigação dos riscos inerentes a SAÚDE ANIMAL e ZOONOSES do produto de interesse agropecuário indicado no escopo pretendido na certificação OEA-Agro.

ii) Indicar o procedimento para registro de não conformidades.

iii) Indicar o procedimento para tratamento das não conformidades, responsáveis e eventuais comunicados às autoridades competentes.

d) Sanidade Vegetal: conjunto de parâmetros de interesse agropecuário relacionados à sanidade das populações vegetais, em especial com relação às pragas quarentenárias e pragas não quarentenárias regulamentadas.

i) Indicar o procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, que é empregado, dispondo sobre o controle, o monitoramento e a mitigação dos riscos inerentes a SANIDADE VEGETAL do produto de interesse agropecuário indicado no escopo pretendido na certificação OEA-Agro.

ii) Indicar o procedimento para registro de não conformidades.

iii) Indicar o procedimento para tratamento das não conformidades, responsáveis e eventuais comunicados às autoridades competentes.

e) Rastreabilidade: conjunto de parâmetros relacionados à rastreabilidade do produto de interesse agropecuário e que se relaciona com os critérios de identidade, qualidade, saúde animal e sanidade vegetal.

i) Indicar o procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, que é empregado, dispondo sobre o controle, o monitoramento e a mitigação dos riscos inerentes a RASTREABILIDADE do produto de interesse agropecuário indicado no escopo pretendido na certificação OEA-Agro.

ii) Indicar o procedimento para registro de não conformidades.

iii) Indicar o procedimento para tratamento das não conformidades, responsáveis e eventuais comunicados às autoridades competentes.

f) Inviolabilidade do Contentor ou envio: conjunto de parâmetros relacionados à inviolabilidade do produto de interesse agropecuário e que se relaciona com os critérios de identidade, qualidade, saúde animal e sanidade vegetal.

i) Indicar o procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, que é empregado, dispondo sobre o controle, o monitoramento e a mitigação dos riscos inerentes a INVIOLABILIDADE DO CONTENTOR do produto de interesse agropecuário indicado no escopo pretendido na certificação OEA-Agro.

ii) Indicar o procedimento para registro de não conformidades.

iii) Indicar o procedimento para tratamento das não conformidades, responsáveis e eventuais comunicados às autoridades competentes.

g) Conformidade documental: conjunto de parâmetros relacionados à conformidade documental e descrição do produto de interesse agropecuário e que se relaciona com os critérios de identidade, qualidade, saúde animal e sanidade vegetal.

i) Indicar o procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, que é empregado, dispondo sobre o controle, o monitoramento e a mitigação dos riscos inerentes a CONFORMIDADE DOCUMENTAL E DESCRIÇÃO do produto de interesse agropecuário indicado no escopo pretendido na certificação OEA-Agro.

ii) Indicar o procedimento para registro de não conformidades.

ii) Indicar o procedimento para tratamento das não conformidades, responsáveis e eventuais comunicados às autoridades competentes. " (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 5.643, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Altera a Portaria MCTIC nº 3.045, de 07 de junho de 2018, que dispõe sobre a destinação do saldo de recursos remanescente, proveniente da licitação de que trata o Edital n° 2/2014-SOR/SPR/CD-ANATEL.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, inciso III, da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, que transfere as competências do extinto Ministério das Comunicações para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

CONSIDERANDO a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações e estabeleceu, no art. 10, inciso I, "b", que compete privativamente à União manter e explorar diretamente os serviços públicos de telégrafos, de telefones interestaduais e de radiocomunicações, ressalvadas as exceções constantes desta lei, inclusive quanto aos de radiodifusão e ao serviço internacional;

CONSIDERANDO o disposto no art. 32 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que determina que os serviços de radiodifusão, os quais compreendem os de radiodifusão de sons e imagens, serão executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 1º e 2º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o regulamento dos Serviços de Radiodifusão, que dispõe que compete, exclusivamente, à União dispor sobre qualquer assunto referente aos serviços de radiodifusão;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º do Decreto nº 4.901, de 26 de novembro de 2003, que institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, e alterações, segundo o qual é estabelecido que o acesso ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T será assegurado ao público em geral, de forma livre e gratuita, a fim de garantir o adequado cumprimento das condições de exploração objeto das outorgas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 14 do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, e alterações, segundo o qual o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expedirá normas complementares necessárias à execução e operacionalização do SBTVD-T;

CONSIDERANDO o estabelecido no Edital n° 002/2014-SOR/SPR/CD-Anatel, que disciplinou o leilão da faixa de 700 MHz, e que dispõe, no item 7 do Anexo II-B, que o saldo de recursos remanescente deverá ser destinado à distribuição de Conversores de TV Digital Terrestre com interatividade e com desempenho otimizado, ou com filtro 700 MHz, às famílias que já não os tenham recebido, entre outros projetos, sob critérios a serem propostos pelo GIRED e decididos pelo Conselho Diretor da Anatel;

CONSIDERANDO o voto do Ministro Benjamin Zymler, Relator no Acórdão nº 2301/2014 - TCU - Plenário, que, em seu item 89, menciona que o Edital da Anatel previu que, no caso de haver recursos remanescentes, estes deverão ser investidos na distribuição de Conversores de TV Digital às famílias que ainda não os tenham recebido;

CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 5.923/2018/SEI-MCTIC, da Secretaria de Radiodifusão, que realizou a análise sobre o saldo de recursos remanescente, relativo ao ressarcimento dos custos decorrentes da redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação, pagos por cada uma das Proponentes vencedoras do Edital n° 002/2014-SOR/SPR/CD-Anatel; e

CONSIDERANDO o Parecer nº 257/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, elaborado pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que se manifestou favoravelmente à Nota Técnica nº 5.923/2018/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1° Incluir o parágrafo único ao art. 1º da Portaria MCTIC nº 3.045, de 07 de junho de 2018, que passa a ter a seguinte redação:

"Art.1º

.....

Parágrafo único. Visando ao atendimento integral dos objetivos e das obrigações previstos no Edital n° 002/2014-SOR/SPR/CD-Anatel, o saldo de recursos remanescentes poderá ser destinado a outros projetos, aprovados pelo GIRED, com o escopo de implementar, de forma eficaz, o disposto no caput deste artigo."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE GOVERNANÇA DE FUNDOS
CONSELHO GESTOR DO FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 119, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES - FUNTTEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 3º, VI, da Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, e pelo art. 5º do Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001, e considerando a Deliberação Eletrônica nº 02/2018 do Conselho Gestor do Funttel, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Gestor do Funttel, na forma do Anexo I a esta Resolução.

Art. 2º Ficam revogados:

I - a Resolução nº 1, de 20 de março de 2001, publicada no Diário Oficial da União, de 22 de março de 2001;

II - a Resolução nº 5, de 16 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União, de 22 de outubro de 2001;

III - a Resolução nº 25, de 09 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União, de 10 de dezembro de 2002;

IV - os arts. 1º, 2º e 3º da Resolução nº 36, de 1º de dezembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de dezembro de 2005; e

V - a Resolução nº 60, de 12 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União, de 14 de agosto de 2009.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ MULLER BORGES
Presidente do Conselho

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES - FUNTTEL

CAPÍTULO I

Do Fundo

Art. 1º O Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - Funttel tem natureza contábil e o objetivo de estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações, nos termos do art. 77 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO GESTOR E DAS COMPETÊNCIAS

Seção I

Do Conselho Gestor

Art. 2º O Conselho Gestor do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - CGF é um órgão colegiado responsável pela administração do Funttel, conforme disposto no art. 2º da Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001.

Art. 3º O Conselho Gestor será constituído pelos seguintes membros:

I - 2 (dois) representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

II - 1 (um) representante do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços;

III - 1 (um) representante da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel;

IV - 1 (um) representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e

V - 1 (um) representante da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep.

§ 1º O Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações designará, por meio de portaria, os representantes indicados pelos órgãos mencionados nos incisos I a V deste artigo;

§ 2º O Conselho Gestor será presidido por um dos representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, escolhido pelo Ministro;

§ 3º O substituto do Presidente será o outro representante do MCTIC.

§ 4º Em caso de ausência do Presidente e do substituto, os Conselheiros presentes elegerão, dentre seus pares, quem presidirá a reunião.

Art. 4º O mandato de cada Conselheiro é de 3 (três) anos, podendo ser renovado por mais um período.

§ 1º Quando houver substituição de Conselheiro com mandato em curso, considerar-se-á iniciado novo mandato.

§ 2º O membro que desejar deixar o Conselho Gestor antes do fim do mandato previsto no caput deverá oficializar a decisão por meio de pedido de renúncia, a qual independe de aprovação do Conselho Gestor.

§ 3º A comunicação da renúncia de Conselheiro deverá ser apresentada por escrito, devidamente assinada, ao Presidente do Conselho Gestor, que, na sequência, dela dará ciência ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 5º O Conselho Gestor atua por meio do Plenário, com o suporte de sua Secretaria-Executiva.

Parágrafo único. O Plenário consiste nas reuniões ordinárias e extraordinárias dos membros do Conselho Gestor.

Seção II

Das Competências

Art. 6º Compete ao Conselho Gestor:

I - aprovar o regimento interno e alterações posteriores;

II - aprovar as normas de aplicação de recursos do Funttel em programas, projetos e atividades prioritárias na área de telecomunicações, em consonância com o disposto no art. 1º da Lei nº 10.052, de 2000;

III - aprovar, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano de Aplicação de Recursos a ele submetido pelos agentes financeiros e pela Fundação CPqD, conforme definido, respectivamente, nos arts. 16 e 17 do Decreto nº 3.737, de 2001;

IV - submeter, anualmente, ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a proposta orçamentária do Funttel, para inclusão no projeto de lei orçamentária anual a que se refere o § 5º do art. 165 da Constituição Federal, observados os objetivos definidos no art. 1º da Lei nº 10.052, de 2000, as políticas de desenvolvimento tecnológico fixadas pelos Poderes Executivo e Legislativo e a existência de linhas de crédito;

V - prestar contas da execução orçamentária e financeira do Funttel;

VI - deliberar, anualmente, sobre os relatórios de execução física e financeira da Fundação CPqD e dos agentes financeiros, bem como sobre os relatórios de acompanhamento dos agentes financeiros;

VII - decidir sobre outros assuntos de interesse do Funttel;

VIII - propor a regulamentação dos dispositivos da Lei nº 10.052, de 2000, no âmbito de sua competência;

IX - estabelecer as normas referentes à operacionalização do Funttel;

X - zelar pelo fiel cumprimento e observância da legislação pertinente ao Funttel.

§ 1º Em razão da complexidade da matéria, o Conselheiro poderá pedir vista do processo, sendo a deliberação adiada para a reunião seguinte.

§ 2º Sempre que julgar conveniente, o CGF poderá formar Grupos Técnicos (GT) para solicitar estudos ou pareceres sobre determinados assuntos de seu interesse.

I - os Grupos Técnicos previstos no § 2º deste artigo terão por objeto a análise de matérias específicas que lhes forem submetidas pelo CGF, ao qual fornecerão as informações que lhes forem solicitadas;

II - os Grupos Técnicos serão coordenados por um representante indicado pela Secretaria-Executiva do CGF;

III - os Grupos Técnicos serão compostos por profissionais indicados pelos representantes das entidades referidas no art. 3º deste Regimento.

Art. 7º Compete ao Presidente do Conselho Gestor:

I - convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - presidir as sessões plenárias, orientar os debates, tomar os votos, e votar;

III - manifestar voto de qualidade, em caso de empate nas deliberações do Conselho Gestor;

IV - decidir, ad referendum do Conselho Gestor, quando se tratar de matéria inadiável e não houver tempo hábil para a realização de reunião, devendo dar conhecimento imediato da decisão aos Conselheiros;

V - requisitar as informações de que o Conselho Gestor necessitar;

VI - promover a gestão administrativa, financeira e orçamentária do Funttel, ressalvadas as competências do Conselho Gestor;

VII - exercer a orientação, supervisão e coordenação da Secretaria-Executiva do Conselho Gestor;

VIII - designar o Secretário-Executivo do Conselho Gestor do Funttel;

IX - ordenar as despesas do Fundo;

X - publicar as resoluções aprovadas pelo Conselho Gestor;

XI - exercer as demais funções previstas neste Regimento Interno.

§ 1º A decisão de que trata o inciso IV deste artigo será submetida à deliberação do CGF na primeira reunião subsequente ao ato, acompanhada de motivação.

§ 2º Cabe ao Presidente indicar ou designar servidores para exercerem as funções necessárias à gestão prevista no inciso VI deste artigo.

§ 3º O Presidente do Conselho Gestor poderá delegar a ordenação das despesas do Funttel à integrantes da Secretaria-Executiva do Conselho Gestor.

Art. 8º Compete aos Conselheiros:

I - participar das reuniões, apreciar e votar as matérias submetidas a exame;

II - encaminhar ao Conselho Gestor, por intermédio de sua Secretaria-Executiva, quaisquer matérias que tenham interesse em submeter ao Colegiado;

III - propor a realização de diligências e atividades fiscalizatórias que se fizerem necessárias à comprovação da regular aplicação dos recursos do Funttel, bem como do cumprimento dos contratos, convênios, acordos e ajustes; e

IV - fornecer ao Conselho Gestor, quando solicitadas pela Secretaria Executiva ou por qualquer dos conselheiros, todas as informações e dados relativos ao Funttel a que tenham acesso ou que se situem em suas esferas de competência, desde que não protegidas por legislação específica, como subsídio às deliberações do Conselho Gestor.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO III

DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 9º A Secretaria-Executiva será exercida por servidores do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e terá as seguintes atribuições:

I - assessorar o Presidente, nos assuntos de competência do Conselho Gestor;

II - agendar as reuniões do Conselho Gestor;

III - organizar as pautas das reuniões, responsabilizando-se pelo cumprimento do disposto no artigo 11 deste Regimento;

IV - secretariar as reuniões e lavrar as respectivas atas, responsabilizando-se pelo cumprimento do disposto no artigo 13;

V - manter organizado acervo documental de interesse do Funttel;

VI - oferecer subsídios ao Conselho para dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas relativas ao Funttel;

VII - providenciar meios para a publicação, no Diário Oficial da União, das resoluções proferidas pelo Conselho Gestor;

VIII - promover as articulações necessárias para a instalação dos Grupos Técnicos e acompanhar suas atividades;

IX - promover o atendimento às demandas dos órgãos de controle por ocasião das auditorias sobre o Funttel, providenciando as justificativas e esclarecimentos necessários, no que se refere ao Conselho Gestor e à Secretaria-Executiva;

X - acompanhar a arrecadação e os comprometimentos financeiros das receitas do Funttel e apresentar ao Conselho Gestor relatórios e fatos relevantes sobre a matéria;

XI - auxiliar o Conselho Gestor na elaboração das propostas do Funttel a serem submetidas ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com vistas à elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, assim como suas respectivas modificações;

XII - elaborar minutas de acordos, ajustes, convênios, contratos e de instrumentos semelhantes para apreciação, na forma de legislação pertinente;

XIII - apresentar análises técnicas e econômico-financeiras dos projetos e subsequentes acompanhamentos apresentados pela Fundação CPqD, para orientar as tomadas de decisão do Conselho Gestor;

XIV - avaliar mérito e prioridades das propostas de projetos apresentadas pelos agentes financeiros, para orientar as tomadas de decisões do Conselho Gestor;

XV - apresentar, anualmente, ao Conselho Gestor relatório consolidando a execução física e financeira, bem como os objetivos dos projetos apoiados pelo Funttel;

XVI - analisar e apresentar ao Conselho Gestor, para a apreciação, as prestações de contas dos Agentes Financeiros e da Fundação CPqD, bem como de eventuais convênios firmados diretamente com o convenente para aplicação dos recursos do Funttel;

XVII - encaminhar ao Conselho Gestor, para apreciação, no primeiro semestre de cada exercício, análise quanto à prestação de contas apresentada pela Fundação CPqD, em conformidade com os parágrafos 5º e 6º do art. 17 do Decreto nº 3.737/2001;

XVIII - elaborar a proposta do relatório anual de gestão do Funttel e organizar a proposta da prestação de contas anual, com vistas à apreciação pelo Conselho Gestor;

XIX - elaborar e executar anualmente plano de acompanhamento e fiscalização das aplicações dos recursos do Fundo;

XX - consolidar as propostas apresentadas para o planejamento das aplicações dos recursos do Funttel e elaborar proposta final a ser submetida à apreciação do Conselho Gestor;

XXI - notificar as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações a efetuarem o pagamento de débito resultante da inexatidão no recolhimento da contribuição do Funttel; e

XXII - exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho Gestor.

Parágrafo único. As despesas necessárias ao desempenho das atividades exercidas especificamente para o apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ao Conselho Gestor do Funttel poderão ser realizadas com recursos do Funttel, conforme regramento específico.

CAPÍTULO IV

DAS REUNIÕES, CONSULTAS E DELIBERAÇÕES

Seção I

Das Reuniões

Art. 10. O Conselho Gestor reunir-se-á:

I - ordinariamente, com periodicidade trimestral, por convocação do Presidente, em dia, hora e local marcados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

II - extraordinariamente, a qualquer tempo, por requerimento de qualquer Conselheiro, observado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. O ato de convocação da reunião extraordinária será formalizado pelo Presidente do Conselho Gestor, em até 5 (cinco) dias após o recebimento de requerimento, e a reunião será realizada no prazo estabelecido no inciso I deste artigo.

Art. 11 Os Conselheiros deverão receber, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, a pauta correspondente à reunião, acompanhada da versão definitiva das matérias nela constantes, das respectivas notas informativas ou técnicas, bem como propostas de resolução produzidas pela Secretaria-Executiva do Conselho Gestor.

Parágrafo único. Excepcionalmente, o Conselho Gestor, por decisão da maioria dos presentes à reunião, poderá permitir a inclusão de voto extrapauta, atendendo à justificativa de urgência e relevância apresentada pelo Conselheiro proponente ou pela Secretaria-Executiva.

Art. 12 Somente poderão ser realizadas reuniões com a presença de, no mínimo, 4 (quatro) Conselheiros.

§ 1º A participação de Conselheiro em reunião poderá ocorrer por meio de por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, caso em que será considerada presença.

§ 2º Em caso de impossibilidade de comparecimento, inclusive para os efeitos do caput deste artigo, o Conselheiro poderá ser representado por pessoa por ele indicada para participar em reunião.

§ 3º A indicação do representante disposta no parágrafo anterior dar-se-á mediante o envio de documento assinado pelo Conselheiro à Secretaria-Executiva, conforme modelo no Anexo II deste Regimento.

§ 4º Será facultada aos representantes dos Conselheiros a participação nas reuniões, em conjunto com o titular, caso em que não terá direito a voto.

Art. 13 Após a realização de cada sessão plenária do Conselho Gestor, será lavrada minuta de ata e enviada pela Secretaria-Executiva do CGF, por meio eletrônico, no prazo de 7 (sete) dias úteis, para a apreciação dos Conselheiros.

§ 1º O Conselheiro, ou seu representante na respectiva reunião, terá o prazo de 7 (sete) dias úteis para manifestar-se sobre a minuta de ata.

§ 2º Findo o prazo previsto no § 1º deste artigo, a minuta de ata será considerada aprovada pelo Conselheiro que não se manifestar.

§ 3º Em caso de relevância e urgência, o Presidente poderá reduzir o prazo para o envio, a apreciação e a manifestação sobre a ata.

§ 4º A ata de reunião deverá ser assinada por todos os Conselheiros ou seus representantes que tenham participado da reunião.

§ 5º Após as assinaturas, a ata será encaminhada por meio eletrônico aos Conselheiros e representantes e arquivada pela Secretaria-Executiva.

Seção II

Das Deliberações

Art. 14. O Conselho Gestor do Funttel decidirá por maioria absoluta de votos, observado o quórum previsto no art. 12 deste Regimento.

Parágrafo único. Obtido o quórum de deliberação, a eventual ausência subsequente de Conselheiro e de representante de Conselheiro que já tenha apresentado o seu voto não impedirá a conclusão válida do processo de votação.

Art. 15. As decisões do Conselho Gestor do Funttel serão registradas em ata e, quando for o caso, adotar-se-á a forma de resolução.

§ 1º As resoluções do CGF serão assinadas pelo Conselheiro que tiver presidido a reunião respectiva em que ocorreu a deliberação sobre a matéria.

§ 2º As resoluções serão expedidas em ordem numérica crescente e publicadas no Diário Oficial da União.

CAPÍTULO V

DA UTILIZAÇÃO DE CORREIO ELETRÔNICO

Art. 16 Quando considerar conveniente, em razão de economicidade e celeridade processual, ou por provocação de ao menos 2 (dois) Conselheiros, o Presidente, diretamente ou pela Secretaria-Executiva, poderá submeter matérias à consulta ou deliberação, por meio eletrônico, aos membros do Colegiado.

§ 1º O processo de consulta ou de deliberação deve ser iniciado por mensagem eletrônica que contenha a indicação precisa da matéria, prazo para resposta e referência explícita a esta Resolução.

§ 2º As mensagens eletrônicas contendo propostas de deliberação devem ser dirigidas aos Conselheiros, que deverão respondê-las diretamente.

§ 3º A falta de manifestação será considerada abstenção.

§ 4º O Conselheiro não pode se manifestar por meio de terceiros.

§ 5º Havendo solicitação expressa de no mínimo 2 (dois) Conselheiros para a não utilização do meio eletrônico para deliberação em determinada matéria, o procedimento deve ser encerrado e o tema levado para deliberação em plenário.

§ 6º Encerrada a discussão ou deliberação, cabe à Secretaria-Executiva do CGF dar ciência aos Conselheiros dos votos apresentados, do resultado, bem como das providências a serem adotadas.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. O Conselho Gestor poderá convidar entidades representativas da sociedade para participar das reuniões.

Art. 18. Os membros do Conselho Gestor não serão remunerados pela atividade nele exercida.

Art. 19. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações prestará ao Conselho Gestor todo o apoio técnico, administrativo e financeiro necessário ao exercício das atividades de sua competência, nos termos do Decreto 3.737, de janeiro de 2001.

Art. 20. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão resolvidos pelo Conselho Gestor do Funttel.

ANEXO II

Ao Presidente do Conselho Gestor do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - Funttel.

Pelo presente instrumento, eu _____, representante do _____ junto ao Conselho Gestor do Funttel, indico _____, portador(a) do CPF nº _____-_____, endereço eletrônico _____, telefone nº (DDD)_____-_____, para representar-me durante a _____ª reunião do Conselho Gestor do Funttel, marcada para a data de XX de XXXX de XXXX, podendo o mesmo praticar todos os atos inerentes à função de Conselheiro do CGF especialmente aqueles necessários à apreciação e votação das matérias submetidas a exame.

Local e data.

_____

Identificação e assinatura do Conselheiro

RESOLUÇÃO Nº 120, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES - FUNTTEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 3º da Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, pelo art. 5º do Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001, e pelo §5º do art. 12 da Resolução nº 01 do Funttel, de 20 de março de 2001, resolve:

Art. 1º Os artigos 4º e 5º da Resolução nº 92, de 08 de outubro de 2012, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4° A coleta, a geração e a avaliação dos indicadores do Funttel terão periodicidade anual com referência ao exercício imediatamente anterior.

Parágrafo único. Os dados, objeto da coleta e da avaliação citados no caput, poderão ser solicitados a partir do início da execução do objeto até cinco anos posteriores à conclusão da execução do projeto ou da atividade apoiados.

Art. 5º As entidades beneficiadas, os intervenientes e os executores apresentarão, anualmente, nos prazos e nas condições determinadas pelo Conselho Gestor do Funttel, as informações necessárias à composição dos indicadores definidos no art. 7º desta Resolução.

§ 1º As informações poderão, excepcionalmente, ser solicitadas a qualquer tempo, desde que respeitado o período previsto no parágrafo único do art. 4º.

§ 2º Os agentes financeiros deverão prever cláusula nos instrumentos de contrato sobre a obrigatoriedade de fornecimento das informações citadas no caput pela entidade beneficiada, inclusive com impedimento de nova contratação ou suspensão de parcela vincenda enquanto perdurar a inadimplência."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ MÜLLER BORGES
Presidente do Conselho

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 8.191, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 53516.014322/2018-20.

Expede autorização à ALEX ANTÔNIO SCHWENGBER, CPF nº 023.551.999-57, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCIO ANTONIO PROTZEK
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 7.751, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO - CAMPUS BOTUCATU, CNPJ nº 48.031.918/0002-05 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

DEBORA YAMADA
Gerente
Substituta

ATOS DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 7.787 - MUNICÍPIO DE LORENA, CNPJ nº 47.563.739/0001-75;

Nº 7.797 - CONDOMÍNIO NOVA SÃO PAULO, CNPJ nº 51.442.838/0001-76;

Nº 7.808 - RUMO MALHA OESTE S.A., CNPJ nº 39.115.514/0001-28

DEBORA YAMADA
Gerente
Substituta

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATOS DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 7.905 - ASSOCIAÇÃO LOTEAMENTO JARDIM DAS PALMEIRAS, CNPJ nº 51.913.903/0001-02;

Nº 7.916 - PAUPEDRA PEDREIRAS PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 49.034.010/0001-37;

Nº 7.917 - SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO DE CATANDUVA, CNPJ nº 10.559.279/0001-00

DEBORA YAMADA
Gerente
Substituta

ATOS DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização à para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

Nº 8.150 - 99 TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 18.033.552/0001-61;

Nº 8.151 - SÃO JOÃO ENERGIA AMBIENTAL S/A, CNPJ nº 06.215.456/0001-55

DEBORA YAMADA
Gerente
Substituta

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATO Nº 7.838, DE 19 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) HDG SERVICOS AMBIENTAIS LTDA, CNPJ nº 08.824.990/0001-94 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

ATO Nº 7.959, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) GOCIL NORDESTE SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA - EPP, CNPJ nº 06.261.891/0001-16 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

ATOS DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Nº 8.122 - Expede autorização à SEGURPRO VIGILANCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0030-17, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 8.123 - Expede autorização à MAURI SPONCHIADO, CPF nº 546.554.559-34, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

ATOS DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Nº 8.166 - Expede autorização à CELSE - CENTRAIS ELETRICAS DE SERGIPE S.A., CNPJ nº 23.758.522/0001-52, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 8.168 - Expede autorização à BRASILAGRO - COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRICOLAS, CNPJ nº 07.628.528/0008-25, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 8.169 - Expede autorização à ADSUMUS SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 30.588.816/0001-49, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 8.170 - Expede autorização à SAG VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.324.112/0001-96, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 7.055, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 53500.002104/2002-54.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 13/08/2018, a autorização outorgada à SCC TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ/MF nº 01.265.490/0001-10, por intermédio do Ato n° 31038, de 13/11/2002, publicado no DOU de 18/11/2002, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 7.074, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 53500.042935/2018-26.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISÃO RECORD S.A, CNPJ/MF nº 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Sebastião da Grama/SP.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Nº 7.103 - Processo nº 53500.043128/2018-21.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO RIBEIRAO LTDA, CNPJ/MF nº 12.073.102/0001-16, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Demerval Lobão/PI.

Nº 7.118 - Processo nº 53500.043171/2018-96.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE RADIO CLUBE DE SAO JOSE DOS CAMPOS LTDA, CNPJ/MF nº 60.194.503/0001-77, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de São José dos Campos/SP.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 7.196, DE 23 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 53500.014249/2012-70.

Extingue, por cassação, a autorização do Serviço de Comunicação Multimídia, expedida à R V R COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, CNPJ/MF nº 04.532.945/0002-96, por meio do Ato nº 7228, de 03/12/2012, publicado no DOU de 14/12/2012, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133 e 139, da Lei nº 9472, de 16/07/1997.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 7.323, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 53500.033512/2018-15.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 18/07/2018, a autorização outorgada à JONAS ANTONIO GARBIN ME, CNPJ/MF nº 01.572.868/0001-29, por intermédio do Ato n° 5939, de 15/09/2010, publicado no DOU de 24/09/2010, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 4 DE OUTUBRO DE 2018

Nº 7.450 - Processo nº 53500.044666/2018-32.

Expede autorização à INSTALACOES E MANUTENCOES GRILLO LTDA, CNPJ/MF nº 13.800.197/0001-95, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.480 - Processo nº 53500.040951/2018-84.

Expede autorização à LIG10 TELECOMUNICACOES EIRELI, CNPJ/MF nº 13.882.209/0001-78, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.481 - Processo nº 53500.043172/2018-31.

Expede autorização à T&D SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/MF nº 29.748.847/0001-30, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Nº 8.146 - Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 26/02/2019 a 10/03/2019.

Nº 8.147 - Autoriza EDP TRANSMISSAO ALIANCA SC S.A., CNPJ nº 27.831.352/0001-45, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, nas cidade de Águas Mornas/SC, Anita Garibaldi/SC, Biguaçu/SC, Bom Jardim da Serra/SC, Campo Belo do Sul/SC, Lages/SC, Rio Fortuna/SC, São Joaquim/SC, São Martinho/SC e Urupema/SC, no período de 05/11/2018 a 03/01/2019.

Nº 8.148 - Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 05/11/2018 a 12/11/2018.

Nº 8.149 - Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 05/11/2018 a 12/11/2018.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

GERÊNCIA DE ESPECTRO, ÓRBITA E RADIODIFUSÃO

ATO Nº 7.825, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018

Altera os Planos Básicos de Distribuição de Canais de TV, RTV, TVD, TVA, FM e de OM. Proc. 53500.044483/2018-17. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no D.O.U, sua íntegra estará disponível no portal: http://www.anatel.gov.br

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.115/2018

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 216ª. Reunião Ordinária ocorrida em 04/10/2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01250.082241/2017-36
Requerente: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
CQB: 001/96
Assunto: Liberação comercial de milho (Zea mays L.) geneticamente modificado, evento MZIR098.
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise de pedido de liberação comercial de milho (Zea mays L.) geneticamente modificado, evento MZIR098 e seus derivados para uso exclusivo na alimentação Humana e Animal incluindo as finalidades de manipulação, transporte, transferência, comercialização, importação, exportação, armazenamento, consumo e descarte, concluiu pelo DEFERIMENTO. Este deferimento NÃO INCLUI autorização para plantios comerciais do Milho MZIR098. Com o objetivo de evitar o fluxo gênico dos grãos, considerando que o uso proposto é apenas para alimentação humana e animal, deverão ser adotadas as medidas de biossegurança apresentadas no parecer técnico. No âmbito das competências que lhe são atribuídas pelo art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que o pedido atende às normas e às legislações vigentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal, e concluiu que o milho MZIR098 é substancialmente equivalente ao milho convencional, sendo seu consumo seguro para a saúde humana e animal. No tocante ao meio ambiente, a CTNBio concluiu que o milho MZIR098 não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, guardando com a biota relação idêntica à do milho convencional.

A CTNBio esclarece que este extrato prévio não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.118/2018

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 216ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10 de outubro de 2018, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo nº: 01250.062891/2017-65
Requerente: Instituto de Biociências de Botucatu -UNESP - Câmpus de Botucatu
CQB: 164/02
Endereço: Instituto de Biociências de Botucatu UNESP - Câmpus de Botucatu. Rua Professor Doutor Antonio Celso Wagner Zanin s/n CEP: 18618-689 - Botucatu / SP.
Assunto: Solicitação de extensão de CQB para instalações para execução de atividades com OGMs da classe 2 de risco biológico.
Extrato Prévio: nº 5999/17, publicado no DOU em 18 de maio do 2018.
Reunião: 216ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10 de outubro de 2018.
Decisão: DEFERIDO
A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para projeto com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança NB-2, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A Presidente do Comissão Interna de Biossegurança do Instituto de Biociências de Botucatu - UNESP - Câmpus de Botucatu, Dra. Maria Isabel Nogueira Cano, solicita à CTNBio parecer técnico para extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB) da instituição para inclusão da área do Laboratório de Biossegurança do Departamento de Microbiologia e Imunologia Departamento de Microbiologia e Imunologia para execução de atividades de pesquisa em regime de contenção e ensino com organismos geneticamente modificados da classe de risco biológico 2 nas instalações da instituição. As instalações a serem credenciadas são denominadas: Laboratório de Biossegurança do Departamento de Microbiologia e Imunologia Departamento de Microbiologia e Imunologia, situado no Rua Dr. Plinio Pinto e Silva, S/N. Distrito de Rubião Júnior. CEP 18618-689, Botucatu, SP. A instituição solicita que as áreas sejam credenciadas para o nível de biossegurança 2 junto a CTNBio. Os organismos a serem manuseados nas instalações são amostras de sangue humano potencialmente contaminadas com vírus HIV-1 da classe de risco 3. O projeto a ser desenvolvido denomina-se: "Avaliação de parâmetros imunológicos, inflamatórios e bioquímicos em pacientes HIV-positivos sob uso da terapia antirretroviral em associação com a própolis", sob a responsabilidade do Dr. João Manuel Grisi Candeias. O responsável pela unidade operativa declara que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para o laboratório e a qualificação da equipe de pesquisadores envolvida no projeto, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização dos projetos propostos. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.
A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.
A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.119/2018

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 216ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10 de outubro de 2018, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:
Processo nº 01250.040020/2018-71
Requerente: Instituto Carlos Chagas da Fundação Oswaldo Cruz - ICC/Fiocruz
CQB: 313/10
Endereço: Rua Professor Algacyr Munhoz Mader, 3775 - CIC, Curitiba - PR. CEP: 81350-010.
Assunto: Solicitação de parecer para transporte de organismo geneticamente modificado da classe de risco 2.
Extrato Prévio nº: 6138/18 publicado no DOU de 29 de agosto de 2018.
Decisão: Deferido
A CTNBio, após apreciação da Solicitação de parecer para transporte de OGM da classe de risco 2 para atividades de pesquisa em regime de contenção, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico.O presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto Butantan, Dr. Augusto Savio Peixoto Ramo, solicita à CTNBio parecer técnico para transporte de organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 para instalações com nível de biossegurança NB-2. A instalação de origem do organismo geneticamente modificado é o Laboratório de Biologia Molecular de Tripanossomatídeos, sob a responsabilidade do Dr. Stenio Perdigão Fragoso, e a instalação de destino é Laboratório de Biologia Celular, sob a responsabilidade do Dr. Otacilio da Cruz Moreira. O endereço de destino da amostra é: Laboratório de Biologia Celular do Instituto Oswaldo Cruz-IOC, Av. Brasil, 4365 - Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21040-360. as amostras a serem transportadas foram descritas como: formas epimastigotas (não infectantes) de T. cruzi (aproximadamente 1x10^{6}células) serão transportadas em meio de cultura LIT (tiver Infusion Tryptose), em criotubos de 1,8 ml. O processo descreve as condições de transporte a serem seguidas e as medidas de biossegurança aplicáveis ao transporte. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.
A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.
A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.120/2018

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 216ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10 de outubro de 2018, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:
Processo nº: 01200.000950/2015-35
Requerente: Purac Sínteses Indústria e Comércio Ltda. - Corbion Brasil
CQB: 452/18
Requerente: Solazyme Brasil Óleos Renováveis e Bioprodutos Ltda
CQB: 328/11
Extrato prévio nº: 6193/2018 , publicado no DOU em 04 de outubro de 2018.
Assunto: transferência da titularidade de linhagens geneticamente modificadas da microalga Prototheca moriformis S5223.
A CTNBio, após apreciação do pedido de transferência da titularidade de linhagens geneticamente modificadas da microalga Prototheca moriformis S5223, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. Os representantes legais das empresas Purac Sínteses Indústria e Comércio Ltda. - Corbion Brasil, detentora do Certificado de Qualidade em Biossegurança CQB 452/18, e da Solazyme Brasil Óleos Renováveis e Bioprodutos Ltda., detentora do Certificado de Qualidade em Biossegurança CQB 328/11, Sra. Maria Cecilia Londono e Sr. Eduardo Castro Silva Cavalcante, respectivamente, solicitam a CTNBio a transferência da propriedade das linhagens geneticamente modificada da microalga Prototheca moriformis S5223 aprovada para uso comercial pela CTNBio através do parecer técnico nº 4675/2015, publicado no DOU em 25 de agosto de 2015. A empresa Purac Sínteses Indústria e Comércio Ltda. - Corbion Brasil será a responsável pela linhagem aprovada para uso comercial. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.
A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.
A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.121/2018

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 216ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10 de outubro de 2018, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:
Processo nº: 01200.001052/2013-32
Requerente: Purac Sínteses Indústria e Comércio Ltda. - Corbion Brasil
CQB: 452/18
Requerente: Solazyme Brasil Óleos Renováveis e Bioprodutos Ltda.
CQB: 328/11
Extrato prévio nº: 6192/2018, publicado no DOU em 4 de outubro de 2018.
Assunto: transferência da titularidade de linhagens geneticamente modificadas da microalga Prototheca moriformis S2014.
A CTNBio, após apreciação do pedido de transferência da titularidade de linhagens geneticamente modificadas da microalga Prototheca moriformis S2014, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. Os representantes legais das empresas Purac Sínteses Indústria e Comércio Ltda. - Corbion Brasil, detentora do Certificado de Qualidade em Biossegurança CQB 452/18, e da Solazyme Brasil Óleos Renováveis e Bioprodutos Ltda., detentora do Certificado de Qualidade em Biossegurança CQB 328/11, Sra. Maria Cecilia Londono e Sr. Eduardo Castro Silva Cavalcante, respectivamente, solicitam a CTNBio a transferência da propriedade das linhagens geneticamente modificada da microalga Prototheca moriformis S2014 aprovada para uso comercial pela CTNBio através do parecer técnico nº 3775/2013, publicado no DOU em 21 de outubro de 2013. A empresa Purac Sínteses Indústria e Comércio Ltda. - Corbion Brasil será a responsável pela linhagem aprovada para uso comercial. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.
A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.122/2018

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 216ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10 de outubro de 2018, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:
Processo nº: 01200.001880/2015-32
Requerente: Purac Sínteses Indústria e Comércio Ltda. - Corbion Brasil
CQB: 452/18
Requerente: Solazyme Brasil Óleos Renováveis e Bioprodutos Ltda.
CQB: 328/11
Extrato prévio nº: 6194/2018, publicado no DOU em 4 de outubro de 2018.
Assunto: transferência da titularidade de linhagens geneticamente modificadas da microalga Prototheca moriformis S6697.
Decisão: DEFERIDO
A CTNBio, após apreciação do pedido de transferência da titularidade de linhagens geneticamente modificadas da microalga Prototheca moriformis S6697, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. Os representantes legais das empresas Purac Sínteses Indústria e Comércio Ltda. - Corbion Brasil, detentora do Certificado de Qualidade em Biossegurança CQB 452/18, e da Solazyme Brasil Óleos Renováveis e Bioprodutos Ltda., detentora do Certificado de Qualidade em Biossegurança CQB 328/11, Sra. Maria Cecilia Londono e Sr. Eduardo Castro Silva Cavalcante, respectivamente, solicitam a CTNBio a transferência da propriedade das linhagens geneticamente modificada da microalga Prototheca moriformis S6697 aprovada para uso comercial pela CTNBio através do parecer técnico nº 4768/2015, publicado no DOU em 26 de outubro de 2015. A empresa Purac Sínteses Indústria e Comércio Ltda. - Corbion Brasil será a responsável pela linhagem aprovada para uso comercial. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.
A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.123/2018

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 216ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10 de outubro de 2018, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:
Processo nº: 01200.004868/2015-80
Requerente: Purac Sínteses Indústria e Comércio Ltda. - Corbion Brasil
CQB: 452/18
Requerente: Solazyme Brasil Óleos Renováveis e Bioprodutos Ltda.
CQB: 328/11
Assunto: transferência da titularidade de linhagens geneticamente modificadas da microalga Prototheca moriformis S8695
Extrato prévio nº: 6195/2018, publicado no DOU em 4 de outubro de 2018.
Decisão: Deferido
A CTNBio, após apreciação do pedido de transferência da titularidade de linhagens geneticamente modificadas da microalga Prototheca moriformis S8695, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. Os representantes legais das empresas Purac Sínteses Indústria e Comércio Ltda. - Corbion Brasil, detentora do Certificado de Qualidade em Biossegurança CQB 452/18, e da Solazyme Brasil Óleos Renováveis e Bioprodutos Ltda., detentora do Certificado de Qualidade em Biossegurança CQB 328/11, Sra. Maria

Cecilia Londono e Sr. Eduardo Castro Silva Cavalcante, respectivamente, solicitam a CTNBio a transferência da propriedade das linhagens geneticamente modificada da microalga Prototheca moriformis S8695 aprovada para uso comercial pela CTNBio através do parecer técnico nº 5238/2016, publicado no DOU em 13 de outubro de 2016. A empresa Purac Sínteses Indústria e Comércio Ltda. - Corbion Brasil será a responsável pela linhagem aprovada para uso comercial. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.124/2018

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 216ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10 de outubro de 2018, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.001472/2016-61

Requerente: Purac Sínteses Indústria e Comércio Ltda. - Corbion Brasil

CQB: 452/18

Requerente: Solazyme Brasil Óleos Renováveis e Bioprodutos Ltda.

CQB: 328/11

Assunto: transferência da titularidade de linhagens geneticamente modificadas da microalga Prototheca moriformis S8885.

Extrato prévio nº: 6196/2018, publicado no DOU em 4 de outubro de 2018.

Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido de transferência da titularidade de linhagens geneticamente modificadas da microalga Prototheca moriformis S8885, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. Os representantes legais das empresas Purac Sínteses Indústria e Comércio Ltda. - Corbion Brasil, detentora do Certificado de Qualidade em Biossegurança CQB 452/18, e da Solazyme Brasil Óleos Renováveis e Bioprodutos Ltda., detentora do Certificado de Qualidade em Biossegurança CQB 328/11, Sra. Maria Cecilia Londono e Sr. Eduardo Castro Silva Cavalcante, respectivamente, solicitam a CTNBio a transferência da propriedade das linhagens geneticamente modificada da microalga Prototheca moriformis S8885 aprovada para uso comercial pela CTNBio através do parecer técnico nº 5286/2016, publicado no DOU em 09 de dezembro de 2016. A empresa Purac Sínteses Indústria e Comércio Ltda. - Corbion Brasil será a responsável pela linhagem aprovada para uso comercial. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 5.492-SEI, DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, tendo em vista o disposto no art. 9º, parágrafo único, do Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão, aprovado pelo Decreto n.º 5.731, de 17 de fevereiro de 2005, o disposto no art. 29 da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.053677/2018-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 23545/2018/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1o Transferir à TVCI - TV Comunicações Interativas Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Paranaguá, estado do Paraná, a autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, visando à retransmissão de seus próprios sinais, mediante utilização do canal 29 (vinte e nove), no município de Aracaju, estado de Sergipe, autorização essa outorgada inicialmente à RBN-Rede Brasil Norte de Televisão Ltda., nos termos da Portaria nº 2.270, de 24 de outubro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 07 de novembro de 2002.

Parágrafo único. A execução do serviço, cuja transferência está sendo autorizada por esta Portaria, reger-se-á pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOISÉS QUEIROZ MOREIRA

PORTARIA Nº 5.558-SEI, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, tendo em vista o disposto no art. 9º, parágrafo único, do Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão, aprovado pelo Decreto n.º 5.731, de 17 de fevereiro de 2005, o disposto no art. 29 da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.053690/2018-58, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 23745/2018/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1o Transferir à TVCI TV Comunicações Interativas Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Paranaguá, estado de Paraná, a autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, visando à retransmissão de seus próprios sinais, mediante utilização do canal 29 (vinte e nove), no município de Goiânia, estado de Goiás, autorização essa outorgada inicialmente à Fundação Boas Novas, nos termos da Portaria no 2706, de 02 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 06 de dezembro de 2002.

Parágrafo único. A execução do serviço, cuja transferência está sendo autorizada por esta Portaria, reger-se-á pelo Decreto no 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOISÉS QUEIROZ MOREIRA

PORTARIA Nº 5.562-SEI, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, tendo em vista o disposto no art. 9º, parágrafo único, do Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão, aprovado pelo Decreto n.º 5.731, de 17 de fevereiro de 2005, o disposto no art. 29 da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.053689/2018-23, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 23783/2018/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1o Transferir à TVCI TV Comunicações Interativas Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Paranaguá, estado do Paraná, a autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, visando à retransmissão de seus próprios sinais, mediante utilização do canal 36 (trinta e seis), no município de João Pessoa, estado da Paraíba, autorização essa outorgada inicialmente à Fundação Boas Novas, nos termos da Portaria no 85, de 6 de março de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 08 de março de 2001.

Parágrafo único. A execução do serviço, cuja transferência está sendo autorizada por esta Portaria, reger-se-á pelo Decreto no 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOISÉS QUEIROZ MOREIRA

PORTARIA Nº 5.595-SEI, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, tendo em vista o disposto no art. 9º, parágrafo único, do Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão, aprovado pelo Decreto n.º 5.731, de 17 de fevereiro de 2005, o disposto no art. 29 da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.053684/2018-09, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 23792/2018/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1o Transferir à TVCI TV Comunicações Interativas Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Paranaguá, estado do Paraná, a autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, visando à retransmissão de seus próprios sinais, mediante utilização do canal 28 (vinte e oito), em tecnologia digital, no município de Natal, estado do Rio Grande do Norte, autorização essa outorgada inicialmente à Fundação Boas Novas, nos termos da Portaria no 1658, de 26 de agosto de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 06 de setembro de 2002.

Parágrafo único. A execução do serviço, cuja transferência está sendo autorizada por esta Portaria, reger-se-á pelo Decreto no 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOISÉS QUEIROZ MOREIRA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 3.371-SEI, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.026877/2011-58, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade FUNDAÇÃO ÂNGELO REDIVO, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de ARARANGUÁ/SC, o canal 28 (vinte e oito), correspondente à faixa de frequência de 554 a 560 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

PORTARIA Nº 4.443-SEI, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.037729/2018-90, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade FUNDAÇÃO VALENTIN BRUZON, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de IVAIPORÃ/PR, o canal 16 (dezesseis), correspondente à faixa de frequência de 482 a 488 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

PORTARIA Nº 5.105-SEI, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53900.010590/2016-77, resolve:

Art. 1º Consignar à TV RECORD DE RIO PRETO S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de PAULICÉIA/SP, o canal 43 (quarenta e três), correspondente à faixa de frequência de 644 a 650 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 5.116-SEI, DE 5 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.005068/2016-71, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO LAGES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Garopaba/SC, o canal 23 (vinte e três), correspondente à faixa de frequência de 524 a 530 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

DESPACHO Nº 1.741-SEI, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 1º, inciso II, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do processo n.º 53500.073544/2017-72, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 21176/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o requerimento de aumento de potência e de mudança do sistema irradiante para coordenadas fora da localidade de outorga interposto pela RADIO 'O CRUZEIRO' FM LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nazaré estado da Bahia.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.600-SEI, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.061860/2017-97, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de MINEIROS DO TIETÊ, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal digital nº 22 (vinte e dois), a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 19929/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 1.605-SEI, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.061861/2017-31, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de PILAR DO SUL, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal digital nº 22 (vinte e dois), a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 20011/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 1.620-SEI, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.048897/2018-19, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de AUTAZES, estado do AMAZONAS, utilizando o canal digital nº 40 (quarenta), nos termos da Nota Técnica nº 20185/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 1.650-SEI, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.064528/2017-84, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TV IMPERADOR LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de GUAÍRA, estado de São Paulo, utilizando o canal digital nº 28 (vinte e oito), nos termos da Nota Técnica nº 20753/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 1.745-SEI, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso III, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.048493/2018-17, resolve autorizar a alteração de características técnicas para utilização em tecnologia digital da estação da TV MAR LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de ITARIRI, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal nº 33 (trinta e três).

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

PORTARIA Nº 2.740-SEI, DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do § 4º do art. 77 da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.026620/2018-27, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 11804/2018/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Prefeitura Municipal de Matão, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Matão, estado de São Paulo, utilizando o canal 56 (cinquenta e seis), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a TVCI TV Comunicações Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Paranaguá, estado do Paraná.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

RETIFICAÇÃO

No Despacho Decisório nº 3105-E de 24/10/2018, publicada no DOU nº. 208 de 29/10/2018, Seção 1, página 1, em relação ao projeto "CÂMARA ENTRE BALAS", para considerar o seguinte:

Onde se lê: Proponente: TATIANA ABBES MARQUES VIANA - ME

Leia-se: Proponente: 4 YOU FILMES - EIRELI

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 164, de 25 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 207, de 26 de outubro de 2018, seção 1, páginas 30 e 31:
Onde se lê:
ANEXO I à Portaria nº 164, de 25 de outubro de 2018
Projeto qualificado em caráter final:

Nº de inscrição	Nome do Projeto	Empresa Proponente	UF	Categoria aprovada	Valor aprovado pela Comissão	Nota Critério A	Nota Critério B	Nota Critério C	Nota Critério D	Nota Critério E	Nota Final
on-715284118	BIG Festival (Brazil's Independent Games Festival) - 7a edição	Bits Produções Ltda.	SP	A. R$400.000,01 até R$600.000,00	R$ 400.000,00	9	10	10	10	3	42

Leia-se:
ANEXO I à Portaria nº 164, de 25 de outubro de 2018
Projeto qualificado em caráter final:

Nº de inscrição	Nome do Projeto	Empresa Proponente	UF	Categoria aprovada	Valor aprovado pela Comissão	Nota Critério A	Nota Critério B	Nota Critério C	Nota Critério D	Nota Critério E	Nota Final
on-715284118	BIG Festival (Brazil's Independent Games Festival) - 7a edição	Bits Produções Ltda.	SP	A. R$400.000,01 até R$600.000,00	R$ 420.000,00	9	10	10	10	3	42

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

No preâmbulo da Portaria Normativa nº 40/GM-MD, de 11 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 142, de 25 de julho de 2018, Seção 1 pág 9, onde se lê: "Decreto de 12 de julho de 2018", leia-se: "Decreto de 12 de junho de 2018".

COMANDO DA MARINHA

SECRETARIA-GERAL

DIRETORIA DE ABASTECIMENTO

EXTRATO DE ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO: nº 192/2018.
P ASSAGEM DE FUNÇÃO
Passou, em 31JUL2018, as funções de Chefe-Geral dos Serviços e Ordenador de Despesas, o CF (IM) CLEUCIO DA SILVA RODRIGUES.
ASSUNÇÃO DE FUNÇÃO
Assumiu, em 31JUL2018, as funções de Chefe do Departamento de Apoio Administrativo, de Chefe-Geral dos Serviços e de Ordenador de Despesas, o CMG (RMl-IM) CARLOS ALBERTO FERREIRA DA ROCHA.

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO

PORTARIA Nº 31, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO, no uso de suas atribuições legais e, considerando: o Ato da Reitoria Nº 1770/15, o Edital Nº. 09/2018 - CTF de 4 de outubro de 2018, publicado no DOU de 8 de outubro de 2018, Seção 3, nº 194, pág. 41, Processo Nº. 23111.019546/2018-07 e as Leis Nº. 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/03, publicadas em 10/12/93, 27/10/93 e 15/05/03, respectivamente, resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo, para a contratação de Professor Substituto, Regime de Tempo Integral TI-40 (40 horas semanais) do Colégio Técnico de Floriano, na cidade de Floriano-PI.

ÁREA DE AGRONOMIA

Habilitando os seguintes candidatos: JOÃO RODRIGUES DA CUNHA (1º colocado), JOSIMAR SOARES DA SILVA JÚNIOR (2º colocado), LEONARDO FONSECA DA ROCHA (3º colocado) e JODEAN ALVES DA SILVA (4º colocado), e classificando para contratação o primeiro colocado.

RICARDO DE CASTRO RIBEIRO SANTOS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 2.230-GR, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O REITOR do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe conferem o Decreto Presidencial de 10/03/2015, publicado no DOU Nº 47, de 11/03/2015, Seção 2, pág. 2, resolve:

PRORROGAR, por 12 (doze) meses a partir de 01/11/2018, o prazo de validade do Edital de Homologação nº 14, de 30/10/2017, publicado no DOU nº 210, de 01/11/2017, Seção 3, página 53, que trata do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto, objeto do Edital nº 12 - CAMPUS TEFÉ, de 06/10/2017, publicado no DOU nº 194, de 09/10/2017, seção 3, página 42.

ANTONIO VENANCIO CASTELO BRANCO

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 773, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017, com as alterações introduzidas pela Portaria Normativa nº 742, de 02/08/2018, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de mantidas, conforme planilha anexa, na forma de aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento, nos termos do Art. 43 da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017.

§ 1º A Instituição de Educação Superior incorporadora assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção da qualidade de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados, além de assumir a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite no sistema e-MEC.

§ 2º declara-se extinta a Instituição de Educação Superior incorporada à Instituição incorporadora.

Art. 2º A Instituição de Educação Superior incorporadora deverá protocolar novo pedido de recredenciamento no próximo período de abertura do sistema e-MEC para o ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO

Processo e-MEC	Mantenedora, CNPJ	IES Incorporadora	IES Incorporada	Denominação da IES após a unificação de mantidas	Endereço da IES após a unificação de mantidas
201807542	Instituição Adventista Nordeste Brasileira de Educação e Assistência Social, 07.114.699/0001-60	Faculdade Adventista da Bahia (4531)	Seminário Adventista Latino-Americano de Teologia (2001)	Faculdade Adventista da Bahia - FADBA (4531)	Br 101 Km 197, Estrada Capueiruçu, s/n - Capueiruçu - Cachoeira/BA

PORTARIA Nº 774, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017, com as alterações introduzidas pela Portaria Normativa nº 742, de 02/08/2018, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de mantidas, conforme planilha anexa, na forma de aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento, nos termos do Art. 43 da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017.

§ 1º A Instituição de Educação Superior incorporadora assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção da qualidade de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados, além de assumir a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite no sistema e-MEC.

§ 2º declara-se extinta a Instituição de Educação Superior unificada à Instituição solicitante.

Art. 2º Será dada continuidade ao trâmite do processo de recredenciamento da instituição incorporadora, de modo a possibilitar a visita de avaliação no contexto da unificação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO

Processo e-MEC	Mantenedora, CNPJ	IES Incorporadora	IES Incorporada	Denominação da IES após a unificação de mantidas	Endereço da IES após a unificação de mantidas
201801403	SER Educacional S.A., 04.986.320/0001-13	Faculdade UNINASSAU Jaboatão dos Guararapes (18075)	Faculdade UNINASSAU Jaboatão (18209)	Faculdade UNINASSAU Jaboatão dos Guararapes - UNINASSAU (18075)	Rua 101, 15 - Guararapes - Jaboatão dos Guararapes/PE

PORTARIA Nº 775, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017, com as alterações introduzidas pela Portaria Normativa nº 742, de 02/08/2018, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de mantidas, conforme planilha anexa, na forma de aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento, nos termos do Art. 43 da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017.

§ 1º A Instituição de Educação Superior incorporadora assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção da qualidade de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados, além de assumir a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite no sistema e-MEC.

§ 2º declara-se extinta a Instituição de Educação Superior incorporada à Instituição incorporadora.

Art. 2º A Instituição de Educação Superior incorporadora deverá protocolar novo pedido de recredenciamento no próximo período de abertura do sistema e-MEC para o ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

Processo e-MEC	Mantenedora, CNPJ	IES Incorporadora	IES Incorporada	Denominação da IES após a unificação de mantidas	Endereço da IES após a unificação de mantidas
201810000	Instituto Educacional Santo Agostinho Ltda., 03.735.981/0001-03	Faculdade de Direito Santo Agostinho (2275)	Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas Santo Agostinho (1919); Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas Santo Agostinho (1925); Faculdade de Saúde e Desenvolvimento Humano Santo Agostinho (3117); e Instituto Superior de Educação Santo Agostinho (2508).	Faculdade Santo Agostinho - FASA (2275)	Avenida Osmani Barbosa, - até 1715 - lado ímpar, 937 - Conjunto Residencial JK - Montes Claros/MG

PORTARIA Nº 776, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017, com as alterações introduzidas pela Portaria Normativa nº 742, de 02/08/2018, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de mantidas, conforme planilha anexa, na forma de aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento, nos termos do Art. 43 da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017.

§ 1º A Instituição de Educação Superior incorporadora assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção da qualidade de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados, além de assumir a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite no sistema e-MEC.

§ 2º declara-se extinta a Instituição de Educação Superior incorporada à Instituição incorporadora.

Art. 2º A Instituição de Educação Superior incorporadora deverá protocolar novo pedido de recredenciamento no próximo período de abertura do sistema e-MEC para o ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO

Processo e-MEC	Mantenedora, CNPJ	IES Incorporadora	IES Incorporada	Denominação da IES após a unificação de mantidas	Endereço da IES após a unificação de mantidas
201811028	Faculdades Brasil Inteligente S/S Ltda., 17.558.597/0001-97	Faculdade Cosmopolita (18077)	Faculdade Brasil Inteligente (18093)	Faculdade Cosmopolita (18077)	Avenida Tavares Bastos, 1313 - Marambaia - Belém/PA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 4.285, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Aplicar a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, nos termos do art.7º da Lei n.º10.520/2002, pelo prazo de 02 (dois) meses, à empresa VLB IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI - ME (CNPJ n.º 09.087.548/0001-95), por deixar de apresentar proposta escrita no Pregão Eletrônico n.º 64/2017. (Processo nº 23076.028153/2017-90)

ANÍSIO BRASILEIRO DE FREITAS DOURADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 700, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.033653/2018-65, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro de Ciências, Tecnologias e Saúde, para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Ciências da Saúde, objeto do Edital nº 053/2018/DDP, publicado no Diário Oficial da União de 05 de julho de 2018, Seção 3, página 106.

Campo de Conhecimento: Enfermagem em Saúde da Família e Comunidade/Ensino tutorial/Habilidades clínicas/Fundamentos do SUS

Regime de Trabalho: DE

Vagas: 01 (uma)

Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto A/1

Lista geral:

Classificação	Candidato	Média final
1º	ROGER FLORES CECCON	8,51
2º	KELLIN DANIELSKI	8,28

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

PORTARIA N° 701, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.019668/2018-11, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro de Ciências da Saúde, para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Análises Clínicas, objeto do Edital nº 053/2018/DDP, publicado no Diário Oficial da União de 05 de julho de 2018, Seção 3, página 106.

Campo de Conhecimento: Farmácia/Fisiopatologia e Diagnóstico Laboratorial

Regime de Trabalho: DE

Vagas: 01 (uma) sendo esta, preferencialmente, reservada para candidatos negros conforme prevê a seção 4 deste Edital

Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto A/1

Lista geral:

Classificação	Candidato	Média final
1º	JUSSARA KASUKO PALMEIRO	9,30
2º	CLEONICE MARIA MICHELON	8,75

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

Ministério da Fazenda

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.690, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Propõe alteração dos limites para contratação de operações de crédito interno com e sem garantia da União com órgãos e entidades do setor público em 2018, que deverão ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, definidos no Anexo à Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 29 de outubro de 2018, tendo em vista as disposições do art. 4º, incisos VI e VIII, da mencionada Lei, resolveu:

Art. 1º A Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art.5º .....

§ 1º Para efeito do disposto no caput, o Conselho Monetário Nacional estabelecerá o limite, especificando os montantes máximos que poderão ser contratados em operações de crédito com e sem garantia da União.

....." (NR)

Art. 2º O Anexo à Resolução nº 4.589, de 2017, passa a vigorar na forma do Anexo desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN

Presidente do Banco Central do Brasil

ANEXO

(Anexo da Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017)

Limite anual para contratação de operações de crédito com órgãos e entidades do setor público a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

Ano	Operações com garantia da União	Operações sem garantia da União	Total
2018	Até R$13.000.000.000,00	Até R$11.000.000.000,00	Até R$24.000.000.000,00

RESOLUÇÃO Nº 4.691, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Altera as Resoluções ns. 3.932, de 16 de dezembro de 2010, e 4.676, de 31 de julho de 2018, que dispõem sobre o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 29 de outubro de 2018, com base nos arts. 4º, incisos VI e VIII, da referida Lei, 8º, inciso XII, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, 7º do Decreto-Lei nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, e 95 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, resolveu :

Art. 1º O Regulamento anexo à Resolução nº 3.932, de 16 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 14. .....

.....

II - limite máximo do valor de avaliação do imóvel financiado de R$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

....." (NR)

Art. 2º A Resolução nº 4.676, de 31 de julho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º .....

.....

V - cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de contratos de alienação de imóveis;

VI - caução de direitos creditórios ou aquisitivos decorrentes de contratos de venda ou promessa de venda de imóveis; ou

VII - cessão fiduciária de direitos creditórios ou aquisitivos decorrentes de contratos de venda ou promessa de venda de imóveis.

....." (NR)

Art. 3º Fica revogado o § 7º do art. 14 do Regulamento anexo à Resolução nº 3.932, de 2010.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.692, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Altera a Resolução nº 4.655, de 26 de abril de 2018, que dispõe sobre a cobrança de encargos em decorrência de atraso no pagamento ou na liquidação de obrigações relacionadas com faturas de cartão de crédito e de demais instrumentos de pagamento pós-pagos.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 29 de outubro de 2018, com base no art. 4º, incisos VI e VIII, da referida Lei, e tendo em vista o art. 7º da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, resolveu,

Art. 1º A Resolução nº 4.655, de 26 de abril de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º .....

§ 1º A alteração de limites de crédito, quando não realizada por iniciativa do cliente, deve, no caso de:

I - redução, ser precedida de comunicação ao interessado, com, no mínimo, trinta dias de antecedência; e

II - majoração, ser condicionada à prévia aquiescência do cliente.

§ 2º Os limites de crédito podem ser reduzidos sem observância do prazo da comunicação prévia que trata o inciso I do § 1º, desde que verificada deterioração do perfil de risco de crédito do cliente, conforme critérios definidos na política de gerenciamento do risco de crédito.

§ 3º No caso de redução de limites de crédito nos termos do § 2º, a comunicação ao cliente deve ocorrer até o momento da referida redução." (NR)

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 4.655, de 2018.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.693, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre condições e limites para a realização de operações de crédito com partes relacionadas por instituições financeiras e por sociedades de arrendamento mercantil, para fins do disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 29 de outubro de 2018, com base no disposto nos arts. 34, §§ 4º e 6º, da referida Lei, 7º e 23 da Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e na Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, resolveu:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre condições e limites para a realização de operações de crédito com partes relacionadas por instituições financeiras e por sociedades de arrendamento mercantil, para fins do disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 2º São consideradas partes relacionadas de uma instituição, para fins desta Resolução:

I - seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

II - seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;

III - o cônjuge, o companheiro e os parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau, das pessoas naturais mencionadas nos incisos I e II;

IV - as pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital; e

V - as pessoas jurídicas:

a) com participação societária qualificada em seu capital;

b) em cujo capital, direta ou indiretamente, haja participação societária qualificada;

c) nas quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e

d) que possuírem diretor ou membro de conselho de administração em comum.

Art. 3º Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se qualificada a participação, direta ou indireta, detida por pessoas naturais ou jurídicas no capital das instituições referidas no art. 1º ou dessas instituições no capital de pessoas jurídicas, equivalente a 15% (quinze por cento) ou mais das respectivas ações ou quotas representativas.

Art. 4º Para fins desta Resolução, considera-se operação de crédito:

I - empréstimos e financiamentos;

II - adiantamentos;

III - operações de arrendamento mercantil financeiro;

IV - prestação de aval, fiança, coobrigação ou qualquer outra modalidade de garantia pessoal do cumprimento de obrigação financeira de terceiros;

V - disponibilização de limites de crédito e outros compromissos de crédito;

VI - créditos contratados com recursos a liberar;

VII - depósitos interfinanceiros regulados nos termos do art. 4º, inciso XXXII, da Lei nº 4.595, de 1964; e

VIII - depósitos e aplicações no exterior, nos termos da regulamentação em vigor, em instituições financeiras ou equiparadas a instituições financeiras.

Parágrafo único. Considera-se também realizada com parte relacionada qualquer operação que caracterize negócio indireto, simulado ou mediante interposição de terceiro, com o fim de realizar operação prevista nos incisos do caput deste artigo.

Art. 5º As instituições mencionadas no art. 1º podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas, cumulativamente, as condições previstas no art. 6º e os limites previstos no art. 7º.

Art. 6º As operações de crédito com partes relacionadas, ressalvados os casos previstos na legislação ou na regulamentação específica, somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições.

§ 1º São consideradas condições compatíveis com as de mercado os parâmetros adotados pela instituição em operações de crédito de mesma modalidade para tomadores de mesmo perfil e risco de crédito.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se inclusive às hipóteses previstas nos incisos II a V do § 4º do art. 34 da Lei nº 4.595, de 1964.

Art. 7º O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido o valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais:

I - 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e

II - 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

§ 1º Os limites de que trata este artigo devem ser apurados na data da concessão da operação de crédito, tendo por base o documento contábil relativo ao penúltimo mês em relação à data-base de referência.

§ 2º Devem ser computadas nos limites de que trata o caput as operações de crédito com partes relacionadas que sejam:

I - cedidas a terceiros com retenção substancial de riscos e de benefícios ou de controle; e

II - adquiridas de terceiros, independentemente da retenção ou transferência de riscos e de benefícios ou de controle pelo cedente.

Art. 8º O disposto no art. 7º não se aplica:

I - às operações com empresas controladas pela União, no caso das instituições financeiras públicas federais;

II - às operações de crédito que tenham como contraparte instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

III - às obrigações assumidas entre partes relacionadas em decorrência de responsabilidade imposta a membros de compensação e demais participantes de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação autorizados pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários e suas respectivas contrapartes em operações conduzidas no âmbito das referidas câmaras ou prestadores de serviços;

IV - aos depósitos e aplicações de que trata o art. 4º, inciso VIII; e

V - às operações de crédito realizadas:

a) com as pessoas jurídicas de que trata o art. 2º, inciso V, alínea "d", desde que os diretores ou conselheiros de administração em comum com a instituição concedente do crédito sejam considerados independentes em ambas as contrapartes;

b) por cooperativa de crédito singular, cooperativa central de crédito e confederação de centrais;

c) por banco cooperativo, com as cooperativas pertencentes ao mesmo sistema cooperativo; e

d) pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pelos bancos de desenvolvimento e pelas agências de fomento, com pessoas jurídicas das quais direta ou indiretamente participem.

§ 1º A exceção de que trata a alínea "a" do inciso V do caput aplica-se apenas à instituição concedente de crédito:

I - constituída sob a forma de sociedade anônima de capital aberto; e

II - sujeita à obrigatoriedade de constituição de comitê de auditoria, nos termos da Resolução nº 3.198, de 27 de maio de 2004.

§ 2º Considera-se independente, para fins desta Resolução, o diretor ou conselheiro de administração que atenda, no mínimo, às seguintes condições, em ambas as contrapartes:

I - não detenha participação qualificada, não seja acionista controlador, membro do grupo de controle ou de outro grupo com participação qualificada, nem cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau destes;

II - não esteja vinculado por acordo de acionistas; e

III - não seja ou tenha sido nos últimos três anos:

a) diretor ou membro de órgãos estatutários ou contratuais, inclusive nas suas empresas ligadas;

b) funcionário, inclusive de suas empresas ligadas;

c) cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau, das pessoas referidas nas alíneas "a" e "b"; e

d) beneficiário de remuneração, além da relacionada à atividade de conselheiro independente ou a eventual participação societária.

§ 3º O diretor ou conselheiro de administração das instituições financeiras públicas somente será considerado independente se atender, além das condições previstas no § 2º, o disposto no art. 22, § 1º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Art. 9º As instituições mencionadas no art. 1º devem estabelecer, até 1º de abril de 2019, política para a realização de operações de crédito com partes relacionadas.

Parágrafo único. A política de que trata o caput deve ser:

I - aprovada pelo conselho de administração ou, caso inexistente, pela diretoria da instituição; e

II - formalizada em documento específico, mantido à disposição do Banco Central do Brasil, juntamente com seu histórico de alterações.

Art. 10. As instituições referidas no art. 1º devem dispor de registros atualizados de identificação de todas as partes relacionadas e mantê-los no mínimo por cinco anos após a data em que cada parte deixe de ser considerada relacionada.

Art. 11. O disposto nos arts. 9º e 10 não se aplica às cooperativas de crédito singulares, cooperativas centrais de crédito e confederações de centrais.

Art. 12. O Banco Central do Brasil fica autorizado a baixar as normas e a adotar as medidas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 13. Ficam revogados:

I - o inciso II do art. 4º da Resolução nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000;

II - a Resolução nº 4.596, de 28 de agosto de 2017; e

III - a Resolução nº 4.599, de 13 de setembro de 2017.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2019.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.694, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Altera a Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, que autoriza a constituição e o funcionamento de fundos de investimento em direitos creditórios e de fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 29 de outubro de 2018, com base no art. 4º, inciso VI, da referida Lei, na Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, nos arts. 7º e 23, alínea "a", da Lei

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e 3º, incisos I a IV, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, resolveu:

Art. 1º A Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

.....

§ 1º A administração dos fundos referidos no caput somente pode ser exercida por bancos múltiplos, bancos comerciais, caixas econômicas, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, desde que tenham registro como administradores de carteiras de valores mobiliários na Comissão de Valores Mobiliários, nos termos da regulamentação em vigor.

§ 2º A regulamentação de que trata o caput deve prever, no mínimo:

I - a possibilidade de aplicação de recursos no fundo apenas por investidores qualificados, considerada a definição constante da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários, exceto nas hipóteses expressamente definidas por essa autarquia;

II - as situações que exijam a classificação de risco de crédito do fundo, ou dos direitos creditórios e dos títulos representativos desses direitos, por agência classificadora de risco de crédito autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários;

....." (NR)

"Art. 2º .....

.....

IV - a instituição cedente, na hipótese de coobrigar-se ou, por qualquer forma, reter risco relativamente aos créditos envolvidos na negociação, permanece obrigada a prestar informações ao Sistema de Informações de Créditos (SCR), nos termos da regulamentação em vigor; e

V - a instituição administradora do fundo deve prestar informações ao SCR acerca de créditos adquiridos sem coobrigação ou qualquer outra forma de retenção de risco por parte da instituição cedente, nos termos da regulamentação em vigor.

....." (NR)

Art. 2º Ficam revogados o inciso VI do § 2º e o § 3º do art. 1º da Resolução nº 2.907, de 2001.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DESPACHO DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Processo Administrativo Sancionador CVM Nº RJ2014/12838
Reg. Col. nº 9756/2015

Acusados	Advogados
Eike Fuhrken Batista	Darwin Corrêa (OAB/RJ 112.989) Juliana Dal Sasso (OAB/RJ 167.645) Sergio Bermudes (OAB/RJ 17.587) Marcio Vieira S. C. Ferreira (OAB/RJ 59.384) Marcelo Fontes (OAB/RJ 63.975) Ricardo Loretti (OAB/RJ 130.613)
José Roberto Penna Chaves Faveret Cavalcanti	Nelson Laks Eizirik (OAB/RJ 38.730) Renata Moritz Serpa Coelho (OAB/RJ 80.133)
Luiz Eduardo Guimarães Carneiro	
Reinaldo José Belotti Vargas	
Roberto Bernardes Monteiro	

Assunto: Prorrogação de prazo para manifestação
Diretor Relator: Henrique Machado
DESPACHO

1. Em 09.10.2018, os acusados foram intimados para se manifestarem, em até 30 dias, sobre novas provas juntadas aos autos do presente processo, nos termos da decisão proferida em 05.10.2018 (fls. 1509 a 1510).

2. Como os acusados Luiz Eduardo Guimarães Carneiro, Reinaldo José Belotti Vargas, José Roberto P. C. Faveret Cavalcanti e Roberto Bernardes Monteiro acessaram os novos documentos em 23.10.2018, eles apresentaram pedido de prorrogação do prazo (fl. 1523).

Diante de tais circunstâncias, defiro prazo adicional de 30 (trinta) dias, iniciando-se a sua contagem a partir do dia 23.10.2018, e remeto o processo à CCP para que providencie a publicação do presente despacho no Diário Oficial da União, conforme o art. 40 da Deliberação CVM nº 538/08, e na rede mundial de computadores.

HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA
Diretor Relator

DESPACHO DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Processo Administrativo Sancionador CVM Nº RJ2015/1421
Reg. Col. nº 9757

Acusados	Advogados
Eike Fuhrken Batista	Darwin Corrêa (OAB/RJ 112.989) Juliana Dal Sasso (OAB/RJ 167.645) Sergio Bermudes (OAB/RJ 17.587) Marcio Vieira S. C. Ferreira (OAB/RJ 59.384) Marcelo Fontes (OAB/RJ 63.975) Ricardo Loretti (OAB/RJ 130.613)
Luiz Eduardo Guimarães Carneiro	Nelson Laks Eizirik (OAB/RJ 38.730) Renata Moritz Serpa Coelho (OAB/RJ 80.133)

Assunto: Prorrogação de prazo para manifestação
Diretor Relator: Henrique Machado
DESPACHO

1. Em 09.10.2018, os acusados foram intimados para se manifestarem, em até 30 dias, sobre novas provas juntadas aos autos do presente processo, nos termos da decisão proferida em 05.10.2018 (fls.1203-1204).

2. Como o acusado Luiz Eduardo Guimarães Carneiro acessou novos documentos em 23.10.2018, ele apresentou pedido de prorrogação do prazo (fl. 1217).

Diante de tais circunstâncias, defiro prazo adicional de 30 (trinta) dias, iniciando-se a sua contagem a partir do dia 23.10.2018, e remeto o processo à CCP para que providencie a publicação do presente despacho no Diário Oficial da União, conforme o art. 40 da Deliberação CVM nº 538/08, e na rede mundial de computadores.

HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA
Diretor Relator

DESPACHO DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Processo Administrativo Sancionador CVM Nº RJ2015/1954
Reg. Col. nº 9862/2015

Acusados	Advogados
Eike Fuhrken Batista	Darwin Corrêa (OAB/RJ 112.989) Juliana Dal Sasso (OAB/RJ 167.645) Sergio Bermudes (OAB/RJ 17.587) Marcio Vieira S. C. Ferreira (OAB/RJ 59.384) Ricardo Loretti (OAB/RJ 130.613)
Luiz do Amaral de França Pereira	Nelson Laks Eizirik (OAB/RJ 38.730) Renata Moritz Serpa Coelho (OAB/RJ 80.133)
Samir Zraick	
Gelson da Silva Batista	João Pedro B. do Nascimento (OAB/RJ 123.229)
Bernardo de Araújo Chaves Perseke	Julian Fonseca Peña Chediak (OAB/RJ 78.241)

Assunto: Prorrogação de prazo para manifestação
Diretor Relator: Henrique Machado
DESPACHO

1. Em 09.10.18, os acusados foram intimados a se manifestar, em até 30 (trinta) dias, a respeito de novos documentos juntados aos autos do processo em epígrafe, nos termos da decisão de 05.10.18 (fls. 1322 a 1323).

2. Como os acusados Luiz do Amaral de França Pereira, Samir Zraick, Bernardo de Araújo Chaves Perseke e Gelson da Silva Batista, acessaram os novos documentos em 23.10.2018, eles apresentaram pedido de prorrogação do prazo (fls. 1351 a 1353).

Diante de tais circunstâncias, defiro prazo adicional de 30 (trinta) dias, iniciando-se a sua contagem a partir do dia 23.10.2018, e remeto o processo à CCP para que providencie a publicação do presente despacho no Diário Oficial da União, conforme o art. 40 da Deliberação CVM nº 538/08, e na rede mundial de computadores.

HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA
Diretor Relator

DESPACHO DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Processo Administrativo Sancionador CVM Nº 21/2010

Reg. Col. nº 9868/2015

Acusados	Advogados
ABRAMO DOUEK	PAULO BENEDITO LAZZARESCHI - OAB/SP 25.245
ALPHASTAR INVESTMENT FUND LLC - DEUTSCHE BANK S.A. - BCO ALEMÃO	Não constituiu advogado
ARISTIDES CAMPOS JANNINI	CARLOS MOTTA - OAB/SP 172.703
BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A. (EX-BANCO WESTLB DO BRASIL S.A.)	CARLOS MOTTA - OAB/SP 172.703
BANCO RENDIMENTO S.A.	PAULO BENEDITO LAZZARESCHI - OAB/SP 25.245
BCS ASSET MANAGEMENT S/A - BANCO ITAÚ S.A.	Não constituiu advogado
BELMEQ ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	Não constituiu advogado
BMC ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	NELSON LAKS EIZIRIK - OAB/RJ 38.730
BNY MELLON SERVICOS FINANCEIROS DTVM S.A.	NELSON LAKS EIZIRIK - OAB/RJ 38.730
CELSO DA COSTA TEIXEIRA	CARLA SABACK DAU - OAB/RJ 182.764
EDALBRÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	NELSON LAKS EIZIRIK - OAB/RJ 38.730
EMÍLIO KLARNET	JOSÉ MAURÍCIO FERREIRA MOURÃO - OAB/RJ 53.484
ERIC DAVY BELLO	FERNANDO LUIZ DA ROCHA FREIRE - OAB/RJ 60.793
ESTRE AMBIENTAL S.A.	FABRICIO ROCHA - OAB/SP 206.338
EZRA HARARI	NELSON LAKS EIZIRIK - OAB/RJ 38.730
FELIPE NEIRA LAUAND	NELINA GOMES BARRETO - OAB/SP 338.721
FENEL SERVIÇOS LTDA.	Não constituiu advogado
FLAVIO NUNES FERREIRA RIETMANN	FÁBIO LOPES VILELA BERBEL - OAB/RJ 159.740
FRANCISCO ALARCON COELHO FILHO	Não constituiu advogado
GISELE MARA DE MORAES	FABRICIO ROCHA - OAB/SP 206.338
GLOBAL EQUITY ADMINISTRADORA DE RECURSOS S/A	ALEXANDRE COSTA RANGEL - OAB/RJ 134.522
GLOBAL TREND INVESTMENT LLC - BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM S.A.	EDSON QUEIROZ BARCELOS JÚNIOR - OAB/DF 19.502
HÉLIO RENATO LANIADO	LUIZ EDUARDO GOMES GUIMARÃES - OAB/ SP 144.381
HORÁCIO PIRES ADÃO	MARCELLO IGNÁCIO PINHEIRO DE MACÊDO - OAB/RJ 65.541
INFINITY CCTVM S.A.	JOSÉ EDUARDO CARNEIRO QUEIROZ - OAB/SP 150.350
JORGE GURGEL FERNANDES NETO	MARCOS DE CAMARGO E SILVA - OAB/SP 118.028
JOSE CARLOS LOPES XAVIER DE OLIVEIRA	LUIZ ANTONIO DE SAMPAIO CAMPOS - OAB/RJ 75.714
LÚCIO BOLONHA FUNARO	WALFRIDO JORGE WARDE JR. - OAB/SP 139.503
LUÍS FELIPPE ÍNDIO DA COSTA	MARIA LUCIA CANTIDIANO - OAB/RJ 33.754
LUIS OCTAVIO AZEREDO LOPES INDIO DA COSTA	MARIA LUCIA CANTIDIANO - OAB/RJ 33.754
LUIS ROBERTO ACHÉ MAIA FRAGALI	ALFREDO SÉRGIO LAZZARESCHI NETO - OAB/SP 154.169
LUIZ MEZAVILLA FILHO	Não constituiu advogado
MÁRCIO ROGÉRIO TEIXEIRA FRANCISCO	Não constituiu advogado
MARCO ANTONIO SOUZA ALHO	CARLA SABACK DAU - OAB/RJ 182.764
MARCOS CESAR DE CASSIO LIMA	Não constituiu advogado
MARTÔNIO EURÍPEDES AVELAR	Não constituiu advogado
MERCATTO GESTÃO DE RECURSOS LTDA	CARLOS TADEU CARVALHO AZEVEDO - OAB/RJ 114.770

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NORIVAL WEDEKIN	DOMINIQUE AMARAL - OAB/SP 290.220
PATRICIA ARAUJO BRANCO	ALEXANDRE COSTA RANGEL - OAB/RJ 134.522
PATRÍCIA MATALON	ANTONIO AUGUSTO FIGUEIREDO BASTO - OAB/PR 16.950
PAULO ALVES MARTINS	Não constituiu advogado
PAULO ROBERTO DA VEIGA CARDOZO MONTEIRO	CARLOS TADEU CARVALHO AZEVEDO - OAB/RJ 114.770
PERIMETER ADMINISTRACAO DE RECURSOS LTDA	ALFREDO SÉRGIO LAZZARESCHI NETO OAB/SP 154.169
SERGIO GUARACIABA MARTINS REINAS	EDSON QUEIROZ BARCELOS JÚNIOR - OAB/DF 19.502
SPREAD CONSULTORIA LTDA	CARLA SABACK DAU - OAB/RJ 182.764
TELETRUST DE RECEBIVEIS S.A.	MARCOS DE CAMARGO E SILVA - OAB/SP 118.028

Assunto: Prorrogação de prazo para manifestação sobre provas
Diretor Relator: Carlos Alberto Rebello Sobrinho
DESPACHO

1. Tendo em vista o pedido de prorrogação de prazo apresentado pelo BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. ("Requerente") no âmbito do PAS CVM nº 21/2010 e considerando já ter sido deferido, por meio do despacho de 29.10.2018, o pedido de vista dos autos formulado pela procuradora constituída pelo Requerente, concedo o prazo adicional de 15 (quinze) dias, a contar da intimação desta decisão, a todos os acusados para manifestação acerca da planilha elaborada pela Superintendência de Processos Sancionadores (SPS) com os cálculos de probabilidade dos resultados apresentados em negócios realizados no mercado futuro pelos comitentes acusados no referido processo.

2. Remeto os autos do referido processo à CCP para que esta proceda com a intimação dos interessados e de seus advogados por meio de publicação do presente despacho no Diário Oficial da União, nos termos do art. 40, da Deliberação CVM nº 538, de 2008, e a sua divulgação na rede mundial de computadores.

CARLOS ALBERTO REBELLO SOBRINHO
Diretor Relator

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

3ª SEÇÃO

1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017).

DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): FRANCISCO MARTINS LEITE CAVALCANTE
1 - Processo nº: 11065.905879/2008-13 - Recorrente: MAQUINAS BECKER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 11065.905880/2008-30 - Recorrente: MAQUINAS BECKER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 11065.905882/2008-29 - Recorrente: MAQUINAS BECKER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 11065.905884/2008-18 - Recorrente: MAQUINAS BECKER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 11065.905885/2008-62 - Recorrente: MAQUINAS BECKER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 11065.905886/2008-15 - Recorrente: MAQUINAS BECKER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 11065.905887/2008-51 - Recorrente: MAQUINAS BECKER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 11065.905888/2008-04 - Recorrente: MAQUINAS BECKER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 11065.905889/2008-41 - Recorrente: MAQUINAS BECKER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 11065.905890/2008-75 - Recorrente: MAQUINAS BECKER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 11065.905891/2008-10 - Recorrente: MAQUINAS BECKER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 11065.905196/2008-58 - Recorrente: MAQUINAS BECKER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): FRANCISCO MARTINS LEITE CAVALCANTE
13 - Processo nº: 10805.720612/2007-95 - Recorrente: NET SIGN COMUNICACAO VISUAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10805.720613/2007-30 - Recorrente: NET SIGN COMUNICACAO VISUAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10805.720614/2007-84 - Recorrente: NET SIGN COMUNICACAO VISUAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10805.720615/2007-29 - Recorrente: NET SIGN COMUNICACAO VISUAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS ROBERTO DA SILVA
17 - Processo nº: 10783.900858/2010-40 - Recorrente: GRAMAZINI GRANITOS E MARMORES THOMAZINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10783.908239/2008-89 - Recorrente: GRAMAZINI GRANITOS E MARMORES THOMAZINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10783.905484/2009-15 - Recorrente: GRAMAZINI GRANITOS E MARMORES THOMAZINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10830.903330/2013-62 - Recorrente: LOG & PRINT GRAFICA E LOGISTICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10830.903328/2013-93 - Recorrente: LOG & PRINT GRAFICA E LOGISTICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10830.903331/2013-15 - Recorrente: LOG & PRINT GRAFICA E LOGISTICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 13971.904737/2009-12 - Recorrente: RODOLFO KIRSCHNER E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 13971.905581/2009-89 - Recorrente: RODOLFO KIRSCHNER E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 13971.902749/2011-19 - Recorrente: RODOLFO KIRSCHNER E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10983.912729/2009-12 - Recorrente: PAUTA DISTRIBUICAO E LOGISTICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10983.912146/2009-83 - Recorrente: PAUTA DISTRIBUICAO E LOGISTICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): ORLANDO RUTIGLIANI BERRI
28 - Processo nº: 10830.906122/2009-39 - Recorrente: ALUJET INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10830.922720/2009-55 - Recorrente: ALUJET INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10830.922721/2009-08 - Recorrente: ALUJET INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10880.673209/2009-29 - Recorrente: FIT - PLAST SYSTEM INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10880.933766/2009-12 - Recorrente: FIT - PLAST SYSTEM INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10880.971659/2009-84 - Recorrente: FIT - PLAST SYSTEM INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10880.991925/2011-18 - Recorrente: FIT - PLAST SYSTEM INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10983.914035/2009-10 - Recorrente: ICON ESTAMPOS E MOLDES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10983.914036/2009-56 - Recorrente: ICON ESTAMPOS E MOLDES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10983.914037/2009-09 - Recorrente: ICON ESTAMPOS E MOLDES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10983.914477/2009-58 - Recorrente: ICON ESTAMPOS E MOLDES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 11075.001612/2007-47 - Recorrente: EMBRARROZ ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): ORLANDO RUTIGLIANI BERRI
40 - Processo nº: 13909.000047/2007-76 - Recorrente: CIA. IGUACU DE CAFE SOLUVEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 13971.904344/2009-09 - Recorrente: SCHELLER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 13971.910447/2009-08 - Recorrente: CLICHERIA BLUMENAU LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 15892.000097/2009-77 - Recorrente: VICUNHA TEXTIL S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 16048.000055/2007-98 - Recorrente: DOW BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 16403.000027/2009-46 - Recorrente: PINC IS TIGRE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 16403.000028/2009-91 - Recorrente: PINC IS TIGRE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 19740.000396/2005-72 - Recorrente: FUND CAEMI DE PREV SOCIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATO VIEIRA DE AVILA
48 - Processo nº: 10380.000687/2004-41 - Recorrente: MAISA INDUSTRIA E COMERCIO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10805.001673/2004-15 - Recorrente: DIAUTO DISTR DE AUTOMOVEIS VL PAULA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 19675.000575/2003-79 - Recorrente: EUCATEX QUIMICA E MINERAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10725.001224/2004-59 - Recorrente: M.M.DA ROSA F. COM.E SERV.DE TELEFONIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): RENATO VIEIRA DE AVILA
52 - Processo nº: 10725.001226/2004-48 - Recorrente: M.M.DA ROSA F.COM.E SERV.DE TELEFONIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 11065.003153/2004-11 - Recorrente: D M RECRUT E SELECAO DE PESSOAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 13982.000505/2006-11 - Recorrente: COOPERATIVA CREDITO RURAL ITAPIRANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10480.013869/2001-10 - Recorrente: CONSTRUTORA VENDA GRANDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10925.002629/2006-10 - Recorrente: COOPERATIVA DE CREDITO RUR CPOS NVOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 11808.000391/2008-59 - Recorrente: DECAL BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10314.003661/2009-53 - Recorrente: FLEURY SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10142.720796/2014-63 - Recorrente: REMPEL & PILATTI LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10909.720227/2011-66 - Recorrente: KOMLOG IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 11131.001101/2007-11 - Recorrente: FUJICOM COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10909.003980/2005-45 - Recorrente: DETROIT BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10909.003979/2005-11 - Recorrente: DETROIT BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10909.003981/2005-90 - Recorrente: DETROIT BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): RENATO VIEIRA DE AVILA
65 - Processo nº: 10940.001036/2005-67 - Recorrente: NORSKE SKOG PISA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10940.002319/2005-26 - Recorrente: NORSKE SKOG PISA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 19515.002294/2004-74 - Recorrente: SOTENCO EQUIPAMENTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 13973.000066/2005-67 - Recorrente: SASSE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 13973.000359/2004-63 - Recorrente: SASSE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 13973.000001/2005-11 - Recorrente: SASSE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 18471.000687/2004-34 - Recorrente: COOPMULTSERV-COOP DE TRABALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 13799.720010/2018-13 - Recorrente: JAIRO VICENTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ORLANDO RUTIGLIANI BERRI
Presidente da 1ª Turma Extraordinária da 3ª Seção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017).

DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): LARISSA NUNES GIRARD

1 - Processo nº: 10209.000538/2006-35 - Recorrente: AMAZON AGENCY LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 10814.001137/2008-26 - Recorrente: CAMPANIA PANAMENA DE AVIACION S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 10814.016233/2007-98 - Recorrente: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 18336.001866/2006-13 - Recorrente: EMPRESA MARANHENSE DE ADM PORTUARIA-EMAP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 10907.722309/2013-27 - Recorrente: SAVINO DEL BENE DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 11128.009514/2008-76 - Recorrente: SAMPEL REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARIA EDUARDA ALENCAR CAMARA SIMOES

7 - Processo nº: 11128.724482/2016-42 - Recorrente: YUSEN LOGISTICS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 11128.720537/2017-26 - Recorrente: ETTORI SERVICOS ADUANEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10907.720466/2013-06 - Recorrente: ANDES OPERADOR MULTIMODAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 10909.721930/2016-04 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 11128.721251/2011-72 - Recorrente: FREE SHIPPING-AGENCIAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 10907.720630/2017-09 - Recorrente: IB FREIGHT IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARIA EDUARDA ALENCAR CAMARA SIMOES

13 - Processo nº: 11128.720773/2016-61 - Recorrente: IN TIME LOGISTICA EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10907.720462/2013-10 - Recorrente: MERCOCAMP - INTERNATIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10907.722390/2013-45 - Recorrente: MULLER & PASSOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 10916.720045/2013-68 - Recorrente: PLUS CARGO INTERNACIONAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 11128.722114/2013-17 - Recorrente: SAFETY LOGISTICA EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 10909.722087/2016-75 - Recorrente: TAKELOG LOGISTICA DE COMERCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 11128.721064/2015-12 - Recorrente: VENTANA SERRA DO BRASIL AGENCIAMENTO DE CARGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 11050.721137/2011-93 - Recorrente: UNIMAR AGENCIAMENTOS MARITIMOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10907.002298/2008-06 - Recorrente: UNIMAR AGENCIAMENTOS MARITIMOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): ALAN TAVORA NEM

22 - Processo nº: 11128.721171/2017-11 - Recorrente: V.SANTOS ASSESSORIA ADUANEIRA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 10907.720609/2013-71 - Recorrente: ROCHA TERMINAIS PORTUARIOS E LOGISTICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 10907.720614/2013-84 - Recorrente: OCEAN EXPRESS SERVICOS EM COMERCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 10907.720606/2013-38 - Recorrente: FRETTES LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10580.911460/2009-81 - Recorrente: SERRANA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 11128.720025/2011-74 - Recorrente: WORLD CARGO - LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): ALAN TAVORA NEM

28 - Processo nº: 10907.720606/2017-61 - Recorrente: UPS SCS TRANSPORTES (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 11128.720863/2014-91 - Recorrente: UPS SCS TRANSPORTES (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 11128.000083/2009-63 - Recorrente: NOBEL TRANSP. INT.E NACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 11684.000896/2008-67 - Recorrente: GREENWICH INTERNATIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

32 - Processo nº: 11128.000142/2006-51 - Recorrente: MSC MEDITERRANEAN SHIPPING BR. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 10907.001845/2006-66 - Recorrente: VALE FERTIL INDÚSTRIAS ALIMENTICIAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

34 - Processo nº: 16624.000763/2008-19 - Recorrente: RECIPLAST IND E COM DE PLASTICOS LTDA EP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 11968.000444/2010-13 - Recorrente: RED LINE DO BRASIL CONSULTORIA EM COMERCIO EXTERIOR E LOGISTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 11128.721008/2015-88 - Recorrente: REAL FREIGHT - LOGISTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 11128.720987/2017-19 - Recorrente: GAC LOGISTICA DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 11128.721183/2012-22 - Recorrente: REACH ASSESSORIA E CONSULTORIA EM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 11128.000422/2009-10 - Recorrente: SHIPLOG BRASIL AGENCIAMENTO DE CARGAS & LOGISTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 11128.720246/2011-42 - Recorrente: TOP GLOBAL ASSESSORIA ADUANEIRA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LARISSA NUNES GIRARD
Presidente da 2ª Turma Extraordinária da 3ª Seção

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 40, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 38 de 29 de janeiro de 2018 do Ministério da Fazenda e tendo em vista no disposto no § 2º do art. 25 da Portaria nº 6.209 do Ministério da Previdência Social, de 16 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de outubro de 2018, o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é de R$ 1.230,45 (um mil e duzentos e trinta reais e quarenta e cinco centavos).

Art. 2º O INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ABI-RAMIA CAETANO

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.842, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.701, de 14 de março de 2017, que Institui a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 32-A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, no art. 7º da Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002, no Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e no art. 3º do Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014,, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 1.701, de 14 de março de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

..... § 1º .....

II - para o 2º grupo, que compreende as demais entidades integrantes do "Grupo 2 - Entidades Empresariais" do Anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 2016, exceto as optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pelo art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que a condição de optante conste do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) em 1º de julho de 2018, e as entidades empresariais pertencentes ao 1º grupo, referidos no inciso I, a partir das 8 (oito) horas de 10 de janeiro de 2019, referentes aos fatos ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2019;

III - para o 3º grupo, que compreende os obrigados não pertencentes ao 1º, 2º e 4º grupos, a que se referem respectivamente os incisos I, II e IV, a partir das 8 (oito) horas de 10 de julho de 2019, referentes aos fatos ocorridos a partir de 1º de julho de 2019; e

IV - para o 4º grupo, que compreende os entes públicos, integrantes do "Grupo 1 - Administração Pública" e as organizações internacionais, integrantes do "Grupo 5 - Organizações Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais", ambas do Anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 2016, em data a ser fixada em ato da RFB.

§ 1º-C Não integram o grupo dos contribuintes a que se referem os incisos I e II do § 1º as entidades que, por sua natureza jurídica, sejam enquadradas nos grupos 1 - Administração Pública, 4 - Pessoas Físicas e 5 - Organizações Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais, do Anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 2016.

§ 1º-D A partir do mês de competência em que a entrega da DCTFWeb for obrigatória para cada grupo descrito nos incisos do caput, as contribuições sociais previdenciárias deverão ser recolhidas por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), gerado no sistema declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb), disciplinada pela Instrução Normativa RFB nº 1.787, de 7 de fevereiro de 2018.

....." (NR)

Art. 2º-A O sujeito passivo que deixar de apresentar a EFD-Reinf no prazo fixado ou que a apresentar com incorreções ou omissões será intimado a apresentar a declaração original, no caso de não apresentação, ou a prestar esclarecimentos, nos demais casos, no prazo estipulado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e ficará sujeito às seguintes multas:

I - de 2% (dois por cento) ao mês calendário ou fração, incidentes sobre o montante dos tributos informadas na EFD-Reinf, ainda que integralmente pagas, no caso de falta de entrega da declaração ou de entrega após o prazo, limitada a 20% (vinte por cento), observado o disposto no § 3º; e

II - de R$ 20,00 (vinte reais) para cada grupo de 10 (dez) informações incorretas ou omitidas.

§ 1º Para efeitos de aplicação da multa prevista no inciso I do caput, será considerado como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo fixado para a entrega da declaração, e como termo final a data da efetiva entrega ou, no caso de não apresentação, a data da lavratura do Auto de Infração ou da Notificação de Lançamento.

§ 2º A multa mínima a ser aplicada será de:

I - R$ 200,00 (duzentos reais), no caso de omissão de declaração sem ocorrência de fatos geradores; ou

II - R$ 500,00 (quinhentos reais), se o sujeito passivo deixar de apresentar a declaração no prazo fixado ou apresentá-la com incorreções ou omissões.

§ 3º Observado o disposto no § 2º, as multas de que trata este artigo serão reduzidas:

I - em 50% (cinquenta por cento), quando a declaração for apresentada após o prazo previsto no § 1º do art. 2º, mas antes de qualquer procedimento de ofício; ou

II - em 25% (vinte e cinco por cento), se houver a apresentação da declaração após o prazo previsto no § 1º do art. 2º, mas até o prazo estabelecido na intimação.

§ 4º Em substituição às reduções de que trata o § 3º, as multas previstas nos incisos I e II do caput e no § 2º terão redução de 90% (noventa por cento) para o microempresário individual (MEI) a que se refere o art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de

14 de dezembro de 2006, e de 50% (cinquenta por cento) para a microempresa (ME) e para a empresa de pequeno porte (EPP) enquadradas no Simples Nacional.

§ 5º O disposto no § 4º não se aplica em caso de fraude, resistência ou embaraço à fiscalização ou falta de pagamento da multa prevista neste artigo no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação.

§ 6º As multas de que trata este artigo serão exigidas mediante lançamento de ofício.

§ 7º No caso de órgãos públicos da administração direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, as multas a que se refere este artigo serão lançadas em nome do respectivo ente da Federação a que pertencem.

§ 8º No caso de autarquia ou fundação pública federal, estadual, distrital ou municipal, em nome desta serão lançadas as multas a que se refere este artigo." (NR)

Art. 3º A EFD-Reinf deverá ser transmitida ao Sped mensalmente até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao mês a que se refere a escrituração, observado o disposto no § 1º.

§ 1º As entidades promotoras de eventos desportivos a que se refere o inciso VII do art. 2º deverão transmitir ao Sped as informações relacionadas ao evento no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a sua realização.

§ 2º Se o último dia do prazo previsto no caput não for dia útil, a entrega da EFD-Reinf deverá ser antecipada para o dia útil imediatamente anterior." (NR)

Art. 2º Fica revogado o § 2º do art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.701, de 14 de março de 2017.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 188, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE. TRIBUTAÇÃO CONCENTRADA. REVENDA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS.

Em se tratando de pessoa jurídica sujeita ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep, produtora ou fabricante dos produtos relacionados no inciso I do art. 1º da Lei nº 10.147, de 2000, permite-se o desconto de créditos relativos à aquisição desses produtos de outra pessoa jurídica importadora, produtora ou fabricante, para revenda no mercado interno ou para exportação, consoante art. 24 da Lei nº 11.727, de 2008.

Os créditos correspondem aos valores das contribuições devidos pelo vendedor em decorrência da operação, ou seja, sob a aplicação das alíquotas que incidiram na sua aquisição.

Na revenda desses produtos adquiridos nas condições acima, deve-se recolher as contribuições conforme as regras de incidência concentrada (alínea "a" do inciso I do art. 1º da Lei nº 10.17, de 2000).

REFORMA A SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 182, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.147, de 2000, art. 1º, I, "a"; Lei nº 10.833, de 2003, art. 25; Lei nº 11.727, de 2008, art. 24.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE. TRIBUTAÇÃO CONCENTRADA. REVENDA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS.

Em se tratando de pessoa jurídica sujeita ao regime de apuração não cumulativa da Cofins, produtora ou fabricante dos produtos relacionados no inciso I do art. 1º da Lei nº 10.147, de 2000, permite-se o desconto de créditos relativos à aquisição desses produtos de outra pessoa jurídica importadora, produtora ou fabricante, para revenda no mercado interno ou para exportação, consoante art. 24 da Lei nº 11.727, de 2008.

Os créditos correspondem aos valores das contribuições devidos pelo vendedor em decorrência da operação, ou seja, sob a aplicação das alíquotas que incidiram na sua aquisição.

Na revenda desses produtos adquiridos nas condições acima, deve-se recolher as contribuições conforme as regras de incidência concentrada (alínea "a" do inciso I do art. 1º da Lei nº 10.17, de 2000).

REFORMA A SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 182, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.147, de 2000, arts. 1º, I, "a" e 2º. Lei nº 10.833, de 2003, art. 25; Lei nº 11.727, de 2008, art. 24.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Concede inscrição no Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi).

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EXERCÍCIO NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e tendo em vista o que consta no processo nº 13119.720233/2017-01, declara:

Art. 1º Concedida, pelo prazo de 3 anos, a inscrição no Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi), tipo usuário, nº UP-01202/0030, de que trata artigo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018, ao estabelecimento W M DA COSTA JORNAL, CNPJ nº 01.813.625/0001-35, sito à Rua Ednair S. de Lima Abadia, nº 164, Bairro Vila Nova, Ceres-GO.

Art. 2º O presente Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO NERCESSIAN BARROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Declara nula, de ofício, a inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica - CNPJ, que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE - MS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 340 inciso VIII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria n.º 430, de 9 de outubro de 2017, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 11 de outubro de 2017,tendo em vista o disposto no artigo 35, § 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016 e o que consta no processo nº 19985.725128/2017-28, resolve:

Art. 1º - declarar nulo por vício, o Ato Cadastral de Inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) o CNPJ nº 21.039.016/0001-88, pertencente a empresa PRISCILA DE SOUZA DUARTE 08114019956, a partir de 15/09/2014

Art.2º - Este Ato declaratório Executivo produz efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, em conformidade com o Parágrafo 2º do Artigo 35, § 2º da Instrução Normativo RFB nº 1634, de 06/05/2016, publicada no D.O.U em 09/05/2016-Seção 1, página 39.

EDSON ISHIKAWA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA

RETIFICAÇÕES

No Ato declaratório Executivo Nº 24, de 15 de outubro de 2018, publicado na Seção 1, Página 43, Edição 206, do Diário Oficial da União, de 25 de outubro de 2018: Onde se lê: "Nome do Projeto: EOL Ventos de Santa Angela 3". Leia-se: "Nome do Projeto: EOL Ventos de Santa Angela 5"

No Ato declaratório Executivo Nº 26, de 15 de outubro de 2018, publicado na Seção 1, Página 43, Edição 206, do Diário Oficial da União, de 25 de outubro de 2018: Onde se lê: "Nome do Projeto: EOL Ventos de Santa Angela 19". Leia-se: "Nome do Projeto: EOL Ventos de Santa Angela 06"

No Ato declaratório Executivo Nº 28, de 15 de outubro de 2018, publicado na Seção 1, Página 43, Edição 206, do Diário Oficial da União, de 25 de outubro de 2018: Onde se lê: "Nome do Projeto: EOL Ventos de Santa Angela 3". Leia-se: "Nome do Projeto: EOL Ventos de Santa Angela 10"

No Ato declaratório Executivo Nº 29, de 15 de outubro de 2018, publicado na Seção 1, Página 43, Edição 206, do Diário Oficial da União, de 25 de outubro de 2018: Onde se lê: "Nome do Projeto: EOL Ventos de Santa Angela 10". Leia-se: "Nome do Projeto: EOL Ventos de Santa Angela 14"

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO 2

RETIFICAÇÃO

No Ato declaratório Executivo DRF/TSA/SACAT nº 10, de 25 de outubro de 2018, publicado no DOU de 26/10/2018, Seção 1, página 40, onde se lê: J R R Castro, inscrito no CNPJ sob o n º 41.267.949/0004-30, leia-se: J R R Castro, inscrito no CNPJ sob o n º 41.267.949/0001-30.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018 (*)

Concede às empresas que menciona o regime especial de substituição tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 2010.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 04 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 11971.720442/2017-61, declara:

Art. 1º. Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 2010, sendo identificado na condição de contribuinte SUBSTITUTO o estabelecimento da empresa RUPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 05.559.838/0001-33, e na condição de contribuinte SUBSTITUÍDO o estabelecimento da empresa VITOPEL DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 03.206.039/0003-10.

Art. 2º. Aplica-se o regime aos produtos abaixo relacionados, os quais serão remetidos com suspensão do IPI pelo SUBSTITUÍDO ao SUBSTITUTO:

Descrição do Produto	Código/TIPI	Alíquota
Filme de Polipropileno Biorientado Transparente Plano ou Coextrusado	3920.20.19	15%
Filme de Polipropileno Biorientado Metalizado Plano ou Coextrusado	3920.20.19	15%
Filme de Polipropileno Biorientado Metalizado/Branco Plano ou Coextrusado	3920.20.19	15%
Filme de Polipropileno Biorientado Opaco Branco Plano ou Coextrusado	3920.20.19	15%
Filme de Polipropileno Biorientado Mate Plano ou Coextrusado	3920.20.19	15%
Filme de Polipropileno Biorientado Perola/Branco Plano ou Coextrusado	3920.20.19	15%

Art. 3º. Os produtos constantes do art. 2º serão recebidos pelo SUBSTITUTO com suspensão do IPI e utilizados para a industrialização dos seguintes produtos:

Descrição do Produto	Finalidade	Código/TIPI	Alíquota
Filme Técnico Bopp Laminado	Fabricação de embalagens de material plástico	3920.20.19	15%
Filme Técnico Laminado	Fabricação de embalagens de material plástico	3920.20.19	15%
Filme Técnico Bopp	Fabricação de embalagens de material plástico	3920.20.19	15%

Art. 4º. Este ADE não convalida a classificação fiscal nem a correspondente alíquota dos produtos mencionados nos arts. 2º e 3º.

Art. 5º. O presente regime será válido pelo prazo de 48 (quarenta e oito meses), com início em 01/11/2018 e término em 31/10/2022, enquanto não ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 2010, podendo ser, a qualquer tempo, alterado a pedido ou de ofício ou, ainda, ser cancelado a pedido.

Art. 6º. Na Nota Fiscal de saída do contribuinte substituído devera constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE SRRF nº 3/2018, de 25 de outubro de 2018", sendo vedado o destaque do imposto suspenso, bem como sua utilização como crédito.

Art. 7º. Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

(*) Republicado por ter sido publicado no Diário Oficial da União nº 209, de 30 de outubro de 2018, página 23, Seção 1, com incorreção relativa à numeração.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU

PORTARIA Nº 61, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU-PE, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no §1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º. Excluir do Refis, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, II da Lei nº 9.964/2000, a pessoa jurídica CONTINENTAL SERVIÇOS RURAIS LTDA. - CNPJ 08.266.892/0001-89, conforme consta no Processo 17580.000342/2017-03.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ GONZAGA VENTURA LEITE JÚNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 113, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE/PE, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17.5.2012, e considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15/06/2007, no Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, e na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, declara:

Art. 1º. HABILITADA a operar como beneficiária do Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), a empresa EÓLICA OURO BRANCO 2 S/A - CNPJ Nº 21.185.644/0001-71, situada na Rua Bom Jesus, 183, Sala 203-B - Bairro do Recife - Recife/PE - CEP 50.030-170, na forma da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, conforme Portaria nº 650, de 04 de dezembro de 2014, do Ministério de Minas e Energia, e Resolução Autorizativa nº 7.031, de 22 de maio de 2018, expedida pela ANEEL, e, ainda, pelo que consta do processo administrativo fiscal nº 10010.016577/0618-84.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos contado da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura. (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º. A referida habilitação é específica para Projeto de Geração de Energia Elétrica da Central Geradora denominada EOL Ouro Branco 2, detalhado na Portaria nº 650, de 04 de dezembro de 2014, expedida pelo MME, e Resolução Autorizativa nº 7.031, de 22 de maio de 2018, expedida pela ANEEL, cujo prazo estimado para conclusão da obra é de 11 (onze) meses.

Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

PORTARIA Nº 65, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE - ALF/REC (PE), no uso da atribuição que lhe confere o art. 340 do Anexo I do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda - MF nº 430, de 09.10.2017, publicada no Diário Oficial da União de 11.10.2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25.02.1967, regulamentados pelo Decreto nº 83.937, de 6.9.1979, e de acordo com o inciso I do artigo 3º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil - IN RFB n° 1.169/2011, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, lotados na Seção de Controle Aduaneiro Pós-despacho (SACAP) e da Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros (SARAD) desta Alfândega para decidir sobre a seleção de operações de importação para aplicação dos procedimentos especiais, nos termos do inciso I do artigo 3º da IN RFB n° 1.169/2011, ainda que por requisição de outras seções ou equipes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CARLOS EDUARDO DA COSTA OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 165, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped), a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX, ao uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinada a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, denominado Repetro-Sped, na modalidade admissão temporária para utilização econômica com dispensa do pagamento dos tributos federais, e importação de bens para permanência definitiva no país com suspensão do pagamento dos tributos federais incidentes na importação, em razão de o dossiê digital de atendimento nº 10010.039664/0918-06, com fulcro nos artigos 2º, inciso III e IV; 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para prestação de serviços MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA, CNPJ matriz Nº 09.098.215/0001-61 e filial CNPJ No 09.098.215/0002-42 até 15/09/2030, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é PETRO RIO O &G EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ No 11.058.804/0001-68.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 166, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped), a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX, ao uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinada a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, denominado Repetro-Sped, na modalidade admissão temporária para utilização econômica com dispensa do pagamento dos tributos federais, e importação de bens para permanência definitiva no país com suspensão do pagamento dos tributos federais incidentes na importação, em razão de o dossiê digital de atendimento nº 10010.039671/0918-08, com fulcro nos artigos 2º, inciso III e IV; 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para prestação de serviços MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA, CNPJ matriz Nº 09.098.215/0001-61 e filial CNPJ No 09.098.215/0002-42 até 28/04/2023, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRÁS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01 .

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 172, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Autoriza a CESSÃO DE USO de mercadorias importadas.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX, ao uso de suas atribuições que lhe confere o art. 340, III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, seção 1, página 22, e considerando o disposto no art. 124, parágrafo único, inciso I, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 6 de fevereiro de 2009, e o que consta no processo administrativo nº 10715.722610/2018-01, resolve:

Art. 1º - Autorizar a CESSÃO DE USO dos bens constantes da DI no 18/0129415-3, com a isenção de tributos prevista na Lei nº 8.010/90, da FUNDAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE - FIOTEC, CNPJ nº 02.385.669/0001-74, para a FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ, CNPJ nº 33.781.055/0001-35

Art. 2º - Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 173, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Autoriza a CESSÃO DE USO de mercadorias importadas.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX, ao uso de suas atribuições que lhe confere o art. 340, III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, seção 1, página 22, e considerando o disposto no art. 124, parágrafo único, inciso I, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 6 de fevereiro de 2009, e o que consta no processo administrativo nº 10715.722611/2018-47, resolve:

Art. 1º - Autorizar a CESSÃO DE USO dos bens constantes da DI no 18/0129551-6, com a isenção de tributos prevista na Lei nº 8.010/90, da FUNDAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE - FIOTEC, CNPJ nº 02.385.669/0001-74,para a FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ, CNPJ nº 33.781.055/0001-35

Art. 2º - Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 174, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinada a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped), na modalidade admissão temporária para utilização econômica com dispensa do pagamento dos tributos federais, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinada a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, denominado Repetro-Sped, na modalidade admissão temporária para utilização econômica com dispensa do pagamento dos tributos federais, em razão de o dossiê digital de atendimento nº 10010.012329/1018-31, com fulcro nos artigos 2º, inciso IV; 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para prestação de serviços BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA ,CNPJ (matriz) nº 07.864.634/0001-31, e suas filiais (07.864.634/0002-12; 07.864.634/0003-01; 07.864.634/0004-84; 07.864.634/0006-46; 07.864.634/0007-27) até 27/12/2033, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é QUEIROZ GALVÃO EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S/A CNPJ nº 11.253.257/0001-71.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
EQUIPE REGIONAL DO SIMPLES NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Declara excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (simples nacional), a pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em exercício na EQUIPE REGIONAL DO SIMPLES NACIONAL, no uso da atribuição que lhe foi delegada conforme o art. 1º da Portaria n.º 32, de 06 de fevereiro de 2018, e tendo em vista o disposto nos arts. 28, 29 e 33 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e nos arts. 83 e 84 da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), a partir de primeiro de janeiro de 2014, a pessoa jurídica LIVE OFFICE A MAIOR RECUPERADORA DE CRÉDITO DO BRASIL EIRELI - EPP, CNPJ 15.792.404/0001-32, em razão de ter incorrido nas hipóteses de exclusão previstas nos incisos II, VIII, e § 1º do artigo 29 da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do processo administrativo nº 10882.723124/2018-70.

Art. 2º Nos termos do § 2º do art. 32 da LC n.º 123/2006, fica facultada ao sujeito passivo à opção pelo recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na forma do lucro presumido ou lucro real trimestral ou anual, no prazo de 05 dias da publicação deste ADE.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação deste Ato declaratório Executivo (ADE), impugnação dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, conforme disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva, nos termos do artigo 83, § 4º da Resolução CGSN n.º 140, de 22 de maio de 2018.

Art. 4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ROBERTO LESSA DE SIQUEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Declara excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (simples nacional), a pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em exercício na EQUIPE REGIONAL DO SIMPLES NACIONAL, no uso da atribuição que lhe foi delegada conforme o art. 1º da Portaria n.º 32, de 06 de fevereiro de 2018, e tendo em vista o disposto nos arts. 28, 29 e 33 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e nos arts. 83 e 84 da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), a partir de primeiro de janeiro de 2014, a pessoa jurídica GENESIS PRIME ASSOCIADOS LTDA. CNPJ 18.632.161/0001-63, em razão de ter incorrido nas hipóteses de exclusão previstas nos incisos II, VIII, e § 1º do artigo 29 da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do processo administrativo nº 10882.723129/2018-01.

Art. 2º Nos termos do § 2º do art. 32 da LC n.º 123/2006, fica facultada ao sujeito passivo à opção pelo recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na forma do lucro presumido ou lucro real trimestral ou anual, no prazo de 05 dias da publicação deste ADE.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação deste Ato declaratório Executivo (ADE), impugnação dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, conforme disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva, nos termos do artigo 83, § 4º da Resolução CGSN n.º 140, de 22 de maio de 2018.

Art. 4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ROBERTO LESSA DE SIQUEIRA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DE BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR
EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 126, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR - DELEX, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dôssie nº 10010.006411/0517-14, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, AGENTE DE CARGA, a empresa GEODIS GERENCIAMENTO DE FRETES DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 52.147.923/0001-74.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUCIANA RODRIGUES BELO COUTO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66, DE 19 DE OUTUBRO DE 2018

Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 271 e 288, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 18186.724777/2018-35, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: Interligação Elétrica Norte e Nordeste S/A

Nº Inscrição no CNPJ: 09.276.712/0001-02

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria MME nº 62, de 6 de março de 2018 (DOU: 08/03/2018)

Nome do projeto: Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica, relativos à Subestação Colinas 500kV, compreendendo: implantação de Medição Fasorial - PMU nos Bays da Linha de Transmissão 500 kV Colinas - Ribeiro Gonçalves C-2

Setor de infraestrutura favorecido: energia

Prazo estimado da obra: 07/06/2016 a 07/06/2020

Nº de matrículas CEI: 512.439.262.075

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 124, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior de uísque, classificado na posição 2208.30.20 da TIPI.

O DELEGADO DA DELEX, matrícula SIAPECAD nº 1292868, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no inciso I, § 1º art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, aprova:

Art. 1º O fornecimento de 18.900 (Dezoito mil e novecentos) selos de controle, tipo uísque, cor amarelo, ao estabelecimento importador AURORA BEBIDAS E ALIMENTOS FINOS LTDA, CNPJ sob nº 61.296.646/0001-52, estabelecido na Rodovia Anhanguera, km 15, módulo 18, Bairro Pirituba, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05112-000, inscrito no Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 08190/003, e sob o nº 08165/011, para esta selagem no exterior de uísques, de acordo com o dossiê digital 10120.004755/1018-54, com as informações descritas na tabela abaixo:

DISCRIMINAÇÃO E CARACTERISTICAS	EMBALAGEM	UNIDADES
Marca coml: The Famous Grouse; Tipo: INB-Blended Scotch Whisky; 12 X 0,75 - G.A. 40% Fabricante: Edrington Distillers Ltd. Preço Br. R$ 37,45	1.575 caixas	18.900 garrafas
TOTAL		18.900 garrafas

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato declaratório Executivo terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO RIQUE PINTO PASSOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 125, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de uísque, classificado na posição 2208.30.20 da TIPI.

O DELEGADO DA DELEX, matrícula SIAPECAD nº 1292868, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no inciso I, § 1º art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, aprova:

Art. 1º O fornecimento de 9.000 (Nove mil) selos de controle, tipo uísque, cor amarelo, ao estabelecimento importador AURORA BEBIDAS E ALIMENTOS FINOS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 61.296.646/0001-52, estabelecida na Rodovia Anhanguera, km 15, módulo 18, Bairro Pirituba, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05112-000, inscrito no Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 08190/003, e sob o nº 08165/012, para esta selagem no exterior de uísques, de acordo com o dossiê digital 10120.004758/1018-98 , com as informações descritas na tabela abaixo:

DISCRIMINAÇÃO E CARACTERISTICAS	EMBALAGEM	UNIDADES
Tipo: Single Malt Scotch Whisky; Marca: The Macallan Rare Cask Single Malt Scotch; 06 X 0,70 - G.A. 43% Fabricante: Macallan Distillers Ltd. Preço Br. R$ 1.230,50	40 caixas	240 garrafas
Tipo: Single Malt Scotch Whisky; Marca: The Macallan Fine OAK 12 Y.O Triple Cask Single Malt Scotch; 06 X 0,70 - G.A. 40% Fabricante: Macallan Distillers Ltd. Preço Br. R$ 154,08	1460 caixas	8.760 garrafas
TOTAL		9.000 garrafas

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato declaratório Executivo terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO RIQUE PINTO PASSOS

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Cancelam os registros especiais para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos (papel imune).

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil LUIS FELIPE TAKANO, matrícula nº 1.815.087, lotado e em exercício NA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR E INDÚSTRIA (DELEX) em São Paulo, no exercício da

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

competência delegada pelo inciso II do art. 7º, da Portaria DELEX nº 73/2018, de 19/04/2018, publicada no DOU de 23/04/2018), tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 340 da Portaria MF nº 430 de 09/10/2017, publicada no DOU de 11/10/2017, e, considerando o disposto na Instrução Normativa RFB n° 1817, de 20/07/2018 e alterações posteriores, resolve como abaixo segue:

ADE Nº 127
Processo 10314.720408/2018-59
Empresa: ALTEC EDITORA E GRÁFICA LTDA. (CNPJ n. 07.747.297/0001-00)
Endereço: Avenida Conceição, n. 2275, Vila Paiva, São Paulo/SP, CEP: 02072-002
Cancela o Registro Especial de GRÁFICA - nº GP-08190/00596, concedido pelo ADE Nº 0182/2014 de 16/06/2014, publicado no DOU em 17/06/2014, para o estabelecimento da empresa acima identificado.

ADE Nº 128
Processo 10314.720401/2018-37
Empresa: CRISTIANO FIGUEIRA DE ALMEIDA GRÁFICA E EDITORA (CNPJ n. 17.588.494/0001-70)
Endereço: Rua Alto da Conceição, n. 456, Vila Nova York, São Paulo/SP, CEP: 03479-050
Cancela o Registro Especial de GRÁFICA - nº GP-08190/00579, concedido pelo ADE Nº 0108/2013 de 09/04/2013, publicado no DOU em 10/04/2013, para o estabelecimento da empresa acima identificado.

ADE Nº 129
Processo 10314.720421/2018-16
Empresa: CROMAT ARTES GRÁFICAS LTDA. (CNPJ n. 07.725.164/0001-25)
Endereço: Rua São Leopoldo, n. 182, Belenzinho, São Paulo/SP, CEP: 03055-000
Cancela o Registro Especial de GRÁFICA - nº GP-08190/0000388, concedido pelo ADE Nº 1126/2010 de 16/06/2010, publicado no DOU em 22/06/2010, para o estabelecimento da empresa acima identificado.

ADE Nº 130
Processo 10314.720446/2018-10
Empresa: FOTOFACTO FOTOLITO E EDITORA LTDA. (CNPJ n. 00.833.447/0002-22)
Endereço: Rua Moacir da Silveira, n. 1220, Jardim Isaura, São Paulo/SP, CEP: 06516-050
Cancela o Registro Especial de GRÁFICA - nº GP-08190/00208, concedido pelo ADE Nº 0331/2010 de 12/05/2010, publicado no DOU em 17/05/2010, e USUÁRIO - nº UP-08190/00578, concedido pelo ADE Nº 0324/2010 de 12/05/2010, publicado no DOU em 17/05/2010, para o estabelecimento da empresa acima identificado.

ADE Nº 131
Processo 10314.720426/2018-31
Empresa: FULL QUALITY GRÁFICA E EDITORA EIRELI (CNPJ n. 05.327.643/0001-68)
Endereço: Rua Tabor, n. 519, Ipiranga, São Paulo/SP, CEP: 04202-020
Cancela o Registro Especial de GRÁFICA - nº GP-08190/00566, concedido pelo ADE Nº 0122/2012 de 30/05/2012, publicado no DOU em 01/06/2012, e USUÁRIO - nº UP-08190/01549, concedido pelo ADE Nº 0121/2012 de 30/05/2012, publicado no DOU em 01/06/2012, para o estabelecimento da empresa acima identificado.

ADE Nº 132
Processo 10314.720337/2018-94
Empresa: GARILLI GRÁFICA E EDITORA LTDA. (CNPJ n. 60.413.762/0001-41)
Endereço: Rua Serra da Bocaina, n. 151, Belenzinho, São Paulo/SP, CEP: 03174-000
Cancela o Registro Especial de GRÁFICA - nº GP-08190/00264, concedido pelo ADE Nº 0311/2010 de 11/05/2010, publicado no DOU em 14/05/2010, para o estabelecimento da empresa acima identificado.

ADE Nº 133
Processo 10314.720312/2018-91
Empresa: GRÁFICA PARAPUA LTDA. (CNPJ n. 62.997.291/0001-91)
Endereço: Rua Diatomaceas, n. 255, sala 1, Jardim Cidade Pirituba, São Paulo/SP, CEP: 02945-070
Cancela o Registro Especial de GRÁFICA - nº GP-08190/00367, concedido pelo ADE Nº 0510/2010 de 18/05/2010, publicado no DOU em 21/05/2011, e IMPORTADOR - nº IP-08190/00438, concedido pelo ADE Nº 0515/2010 de 18/05/2010, publicado no DOU em 21/05/2010, para o estabelecimento da empresa acima identificado.

ADE Nº 134
Processo 10314.720341/2018-52
Empresa: GRÁFICA ROMA LTDA. (CNPJ n. 51.574.523/0001-82)
Endereço: Rua Valdemar Doria, n. 127, Belenzinho, São Paulo/SP, CEP: 03020-050
Cancela o Registro Especial de GRÁFICA - nº GP-08190/00038, concedido pelo ADE Nº 0467/2010 de 17/05/2010, publicado no DOU em 20/05/2011, para o estabelecimento da empresa acima identificado.

ADE Nº 135
Processo 10314.720434/2018-87
Empresa: L J M GRÁFICA E EDITORA LTDA. (CNPJ n. 96.354.170/0001-43)
Endereço: Rua Duarte de Azevedo, n. 803, térreo, Santana, São Paulo/SP, CEP: 02036-022
Cancela o Registro Especial de GRÁFICA - nº GP-08190/00034, concedido pelo ADE Nº 0206/2010 de 22/04/2010, publicado no DOU em 27/04/2011, para o estabelecimento da empresa acima identificado.

ADE Nº 136
Processo 10314.720330/2018-72
Empresa: LABORGRAF ARTES GRÁFICAS LTDA. (CNPJ n. 61.106.050/0001-42)
Endereço: Rua Tagipuru, n. 139, Perdizes, São Paulo/SP, CEP: 01156-000
Cancela o Registro Especial de GRÁFICA - nº GP-08190/00138, concedido pelo ADE Nº 0875/2010 de 04/06/2010, publicado no DOU em 10/06/2011, para o estabelecimento da empresa acima identificado.

ADE Nº 137
Processo 10314.720400/2018-92
Empresa: MAGNAGRAF - IMPRESSÃO DIGITAL, CRIAÇÃO E EDITORA - EIRELI (CNPJ n. 17.615.784/0001-65)
Endereço: Rua Domingos Lopes da Silva, n. 30, Vila Suzana, São Paulo/SP, CEP: 05641-030
Cancela o Registro Especial de GRÁFICA - nº GP-08190/00580, concedido pelo ADE Nº 0120/2013 de 02/05/2013, publicado no DOU em 06/05/2013, e de USUÁRIO - nº UP-08190/01582, concedido pelo ADE Nº 0120/2013 de 02/05/2013, publicado no DOU em 06/05/2013, para o estabelecimento da empresa acima identificado.

ADE Nº 138
Processo 10314.720400/2018-92
Empresa: MAKRO KOLOR GRÁFICA E EDITORA LTDA. (CNPJ n. 46.050.027/0001-90)
Endereço: Rua Sérvia, n. 347, cj. 55, Capela Socorro, São Paulo/SP, CEP: 04763-070
Cancela o Registro Especial de GRÁFICA - nº GP-08190/00501, concedido pelo ADE Nº 1380/2010 de 03/08/2010, publicado no DOU em 05/08/2010, de IMPORTADOR - nº IP-08190/00028, concedido pelo ADE Nº 0201/2010 de 22/04/2010, publicado no DOU em 27/04/2010, e de USUÁRIO - nº UP-08190/00053, concedido pelo ADE Nº 0197/2010 de 22/04/2010, publicado no DOU em 27/04/2010, para o estabelecimento da empresa acima identificado.

ADE Nº 139
Processo 10314.720370/2018-14
Empresa: MARCOS ANTONIO GARCIA DE SÃO JOSÉ (CNPJ n. 07.083.936/0001-72)
Endereço: Rua Imoroti, n. 77, Sacomã, São Paulo/SP, CEP: 04253-020
Cancela o Registro Especial de GRÁFICA - nº GP-08190/00597, concedido pelo ADE Nº 0208/2014 de 23/07/2014, publicado no DOU em 01/08/2014, para o estabelecimento da empresa acima identificado.

ADE Nº 140
Processo 10314.720405/2018-15
Empresa: PROMOGRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA. (CNPJ n. 09.126.176/0001-69)
Endereço: Rua Nicolau Senise, n. 38, Jardim Dos Lagos, São Paulo/SP, CEP: 04771-070
Cancela o Registro Especial de GRÁFICA - nº GP-08190/00489, concedido pelo ADE Nº 0974/2010 de 07/06/2010, publicado no DOU em 10/06/2010, de IMPORTADOR - nº IP-08190/00567, concedido pelo ADE Nº 0976/2010 de 07/06/2010, publicado no DOU em 10/06/2010, e de USUÁRIO - nº UP-08190/01367, concedido pelo ADE Nº 0969/2010 de 07/06/2010, publicado no DOU em 10/06/2010, para o estabelecimento da empresa acima identificado.

ADE Nº 141
Processo 10314.720422/2018-52
Empresa: TSG SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. (CNPJ n. 07.349.922/0001-58)
Endereço: Rua Vitorino Carmilo, n. 230, Campos Eliseos, São Paulo/SP, CEP: 01153-000
Cancela o Registro Especial de GRÁFICA - nº GP-08190/00437, concedido pelo ADE Nº 1203/2010 de 16/06/2010, publicado no DOU em 22/06/2010, e de USUÁRIO - nº UP-08190/01245, concedido pelo ADE Nº 1194/2010 de 16/06/2010, publicado no DOU em 22/06/2010, para o estabelecimento da empresa acima identificado.

ADE Nº 142
Processo 10314.720331/2018-17
Empresa: VAN MOORSEL ANDRADE & CIA. LTDA. (CNPJ n. 61.089.868/0001-02)
Endereço: Rua Sousa Caldas, n. 343, Brás, São Paulo/SP, CEP: 03025-040
Cancela o Registro Especial de GRÁFICA - nº GP-08190/00006, concedido pelo ADE Nº 0361/2010 de 13/05/2010, publicado no DOU em 18/05/2010, e de USUÁRIO - nº UP-08190/00007, concedido pelo ADE Nº 0355/2010 de 13/05/2010, publicado no DOU em 18/05/2010, para o estabelecimento da empresa acima identificado.

ADE Nº 143
Processo 10314.720406/2018-60
Empresa: VISÃO PRINT SOLUÇÃO EM IMPRESSÔES LTDA. (CNPJ n. 08.607.488/0001-21)
Endereço: Rua Bento Barbosa, n. 423, Chácara Santo Antônio, São Paulo/SP, CEP: 04716-020
Cancela o Registro Especial de GRÁFICA - nº GP-08190/00483, concedido pelo ADE Nº 0025/2010 de 26/01/2010, publicado no DOU em 29/01/2010, para o estabelecimento da empresa acima identificado.

ADE Nº 144
Processo 10314.720308/2018-22
Empresa: XAMÃ VM EDITORA E GRÁFICA LTDA. (CNPJ n. 74.264.722/0001-90)
Endereço: Rua Itaoca, n. 130, fundos, Vila Mariana, São Paulo/SP, CEP: 04140-000
Cancela o Registro Especial de GRÁFICA - nº GP-08190/00110, concedido pelo ADE Nº 0513/2010 de 18/05/2010, publicado no DOU em 21/05/2010, para o estabelecimento da empresa acima identificado.
Os presentes Atos declaratórios Executivos entram em vigor na data de sua publicação.

LUIS FELIPE TAKANO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO
EQUIPE DE EXPEDIENTE

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 22 DE OUTUBRO DE 2018

Cancelam os registros especiais para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DA EQUIPE DE EXPEDIENTE DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º da Portaria DEFIS/SPO nº 122, de 26 de Julho de 2018, considerando o disposto na e na Lei 11.945/09 e na Instrução Normativa RFB n° 1817 de 20 de Julho de 2018, publicada no DOU de 24 de Julho de 2018:

Nº 82 - Cancela, o Registro Especial de GRÁFICA GP-08190/00208, concedido pelo ADE 0331/2010 publicado no DOU em 17/05/10 -Processo10880.015038/2001-61 para o estabelecimento da empresa FOTOFACTO FOTOLITO E EDITORA LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 00.833.447/0002-22 com endereço declarado à RUA FORTE DA RIBEIRA 251 - Pq São Lourenço.

Nº 83 - Cancela, o Registro Especial de USUÁRIO - UP 08190/00578, concedido pelo ADE 000324/2010, Processo10880.015038/2001-61 para o estabelecimento da empresa FOTOFACTO FOTOLITO E EDITORA LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 00.833.447/0002-22 com endereço declarado à RUA FORTE DA RIBEIRA 251 - Pq São Lourenço.

Nº 84- Cancela, o Registro Especial de GRÁFICA - GP 08190/00566, concedido pelo ADE 0122/2012 publicado no DOU em 01/06/2012-Processo 19515.721180/2012-37, para o estabelecimento da empresa FULL QUALITY GRAFICA E EDITORA EIRELI inscrita no CNPJ sob o nº 05.327.643/0001-68 com endereço declarado à RUA TABOR 519 - Ipiranga.

Nº 85 - Cancela, o Registro Especial de USUÁRIO UP-08190/01549 concedido pelo ADE nº 0121/2012 publicado em 01/06/12 no Processo 11610.721490/2012-61, para o estabelecimento da empresa FULL QUALITY GRAFICA E EDITORA EIRELI inscrita no CNPJ sob o nº 05.327.643/0001-68 com endereço declarado à RUA TABOR 519 - Ipiranga.

Nº 86 - Cancela, o Registro Especial de USUÁRIO UP-08190/01631, concedido pelo ADE nº 0200/2014 publicado no DOU em 22/07/14 - Processo nº 11610.723594/2014-72, para o estabelecimento da empresa SEVEN EDITORA E PRODUTORA DE EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 09.024.317/0001-32
com endereço declarado à RUA MAJOR SERTORIO 200 - VILA BUARQUE.

Nº 87 - Cancela, o Registro Especial de USUÁRIO UP-08190/01627 concedido pelo ADE nº 0179/2014 publicado no DOU em 17/06/14- Processo Nº 11610.722245/2013-52 para o estabelecimento da empresa AQUA NEGOCIOS COM SAUDE PROPAGANDA E EDITORACAO EIRELI inscrita no CNPJ sob o número 10.635.773/0001-06 , com endereço à RUA GEORGIA 170 - BROOKLIN PAULISTA.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 88 - Cancela, o Registro Especial de USUÁRIO UP-08190/01625 concedido pelo ADE nº 0177/2014 publicado no DOU em 16/06/14- Processo Nº 11610.721970/2014-94 para o estabelecimento da empresa RODRIGUES & RODRIGUES EDITORA LTDA inscrita no CNPJ sob o número 14.014.777/0001-10, com endereço à RUA IRMA PIA 422 - JAGUARÉ.

Nº 89 - Cancela , o Registro Especial para USUÁRIO UP-08190/01646, concedido pelo ADE 0103/2015 publicado no DOU em 29/06/15 -Processo nº 18186.720730/2015-50, para o estabelecimento da empresa EDITORA NEWS SIMPLES LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 14.792.339/0001-82, com endereço à AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 1827 - JARDIM PAULISTANO.

Nº 90 - Cancela, o Registro Especial para USUÁRIO UP 08190/01671, concedido pelo ADE 0097/2016 , publicado no DOU em 12/07/16-Processo nº 16592.721339/2016-36 para o estabelecimento da empresa AMANDA DA SILVA GUERRERO EDITORA inscrita no CNPJ sob nº 19.239.028/0001-04 com endereço declarado à RUA ANTONIO ALVES TEIXEIRA 381 - JD. JABAQUARA.

Nº 91 - Cancela, o Registro Especial para USUÁRIO UP-08190/01637 concedido pelo ADE 0324/2014 publicado no DOU em 21/01/15-Processo nº 11610.728924/2014-16, para o estabelecimento da empresa TOTAL GUITAR BRASIL EDITORA LTDA., inscrita no CNPJ sob Nº 20.667.029/0001-39 com endereço declarado à RUA COSTA AGUIAR 1471 - IPIRANGA.

Nº 92 - Cancela , o Registro Especial para USUÁRIO UP-08190/01660 concedido pelo ADE 0046/2016 publicado no DOU em 29/03/16-Processo nº 18186.727157/2015-13, para o estabelecimento da empresa EDITORA CYREC EIRELI , inscrita no CNPJ sob nº 20.758.889/0001-88 , com endereço à RUA GABRIEL DOS SANTOS 445 - SANTA CECÍLIA.

Nº 93 - Cancela, o Registro Especial para GRÁFICA GP-08190/00602 concedido pelo ADE 00306/14, publicado no DOU em 08/12/2014-Processo nº 18186.732321/2014-15, para o estabelecimento da empresa OURO NEWS ACABAMENTOS GRAFICOS EIRELI , inscrita no CNPJ sob Nº21.278.598/0001-55 , com endereço à RUA DOUTOR CARLOS GUIMARAES 77 - CATUMBI.

Nº 94 - Cancela, o Registro Especial de DISTRIBUIDOR DP 08190/00178 concedido pelo ADE nº 0054/2016 publicado no DOU em 07/06/16-Processo nº 18186.723167/2016-52, para o estabelecimento da empresa RODRIGO RECHE RIBEIRO , inscrita no CNPJ sob Nº 23.000.867/0001-42 , com endereço à RUA COTOXO 970 -PERDIZES.

Nº 95 - Cancela, o Registro Especial para IMPORTADOR IP 08190/00658, concedido pelo ADE 0053/2016 publicado no DOU em 07/06/16 - 18186.723167/2016-52, para o estabelecimento da empresa RODRIGO RECHE RIBEIRO , inscrita no CNPJ sob Nº 23.000.867/0001-42 , com endereço à RUA COTOXO 970 - PERDIZES.

Nº 96 - Cancela, o Registro Especial de USUÁRIO - UP-08190/01668 concedido pelo ADE nº 0082/2016 publicado no DOU em 28/07/16- Processo Nº 18186.723371/2016-73- para o estabelecimento da empresa EDITORA MULHERES QUE decideM LTDA inscrita no CNPJ sob o número 23.615.398/0001-76 com endereço à RUA JOSE ANTONIO MARTINS 50 - VILA SÃO PAULO.

Nº 97 - Cancela, o Registro Especial para USUÁRIO UP-08190/01657, concedido pelo ADE 0032/2016 publicado no DOU em em 17/03/16 - Processo Nº 18186.720620/21016-79, para o estabelecimento da empresa ASSOCIACAO NOVA ESCOLA inscrita no CNPJ sob o número 23.741.834/0001-53 com endereço à RUA DOS PINHEIROS 870 - PINHEIROS

Nº 98 - Cancela, o Registro Especial de GRÁFICA GP 08190/0034, concedido pelo ADE 0206/10 publicado no DOU em 27/04/10 - Processo 13804.003466/2001-42 , para o estabelecimento da empresa L J M GRAFICA E EDITORA LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 96.354.170/0001-43 com endereço declarado à RUA DUARTE DE AZEVEDO 803 - SANTANA.

Nº 99 - Cancela, o Registro Especial para USUÁRIO UP-08190/01643, concedido pelo ADE 0070/2015 publicado no DOU em em 18/05/15 - Processo Nº 13807.721470/2015-61, para o estabelecimento da empresa ATTAR EDITORIAL E COMERCIAL LIMITADA inscrita no CNPJ sob o número 56.124.670/0001-74 com endereço à RUA MAD MAZARELLO 336 - ALTO DE PINHEIRO.

Os presentes Atos declaratórios Executivos entram em vigor na data de sua publicação.

RENATO VERNARECCIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 172, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Cancela o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições estabelecidas no art. 6º, II, b, da Lei 10.593/2002; art. 340, II, da Portaria MF 430/2017; e art. 5º, da Instrução Normativa RFB 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando os termos do Processo Administrativo 13276.720040/2010-49, em conformidade com o art. 2º, III, da Lei 11.945/2009, e de acordo com o art. 11, III, IV da Instrução Normativa RFB 1.817, de 20 de julho 2018, declara:

Art. 1º - Cancelado, a pedido do contribuinte, o Registro Especial nº GP-02502/00010, para a atividade de GRAFICA, concedido pelo ADE nº 0005/2011, de 14/06/2011, publicado no DOU em 16/06/2011, para o estabelecimento LEONORA COMERCIO INTERNACIONAL LTDA, CNPJ 03.064.692/0001-20, localizado na Avenida da Pedra Branca, nº 184, Sala 01 Pedra Branca, CEP 88137-270, Palhoça/SC.

Parágrafo Único - É cabível recurso, no prazo de 30 dias, contados da publicação deste ato, ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Florianópolis.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ PAULO DO NASCIMENTO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 173, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Cancela o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições estabelecidas no art. 6º, II, b, da Lei 10.593/2002; art. 340, II, da Portaria MF 430/2017; e art. 5º, da Instrução Normativa RFB 1.817, de 20 de julho de 2018, considerando os termos do Processo Administrativo 10909.001005/2010-60, em conformidade com o art. 2º, III, da Lei 11.945/2009, e de acordo com o art. 11, I, III e IV, da Instrução Normativa RFB 1.817, de 20 de julho 2018, declara:

Art. 1º - Cancelado o Registro Especial nº DP-09.201/00008, para a atividade de DISTRIBUIDOR, concedido pelo ADE nº 0086/2011, de 13/06/2011, publicado no DOU em 20/06/2011, para o estabelecimento TBLV COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PAPEIS LTDA, CNPJ 04.155.947/0003-94, localizado na Avenida Jose Eugenio Muller, 1130, Sala 02, Vila Operária, CEP 88303-171, Itajaí/SC.

Parágrafo Único - É cabível recurso, no prazo de 30 dias, contados da publicação deste ato, ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Florianópolis.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ PAULO DO NASCIMENTO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 174, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Cancela o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições estabelecidas no art. 6º, II, b, da Lei 10.593/2002; art. 340, II, da Portaria MF 430/2017; e art. 5º, da Instrução Normativa RFB 1.817, de 20 de julho de 2018, considerando os termos do Processo Administrativo 10909.001005/2010-60, em conformidade com o art. 2º, III, da Lei 11.945/2009, e de acordo com o art. 11, I, III e IV, da Instrução Normativa RFB 1.817, de 20 de julho 2018, declara:

Art. 1º - Cancelado o Registro Especial nº IP-09.201/00010, para a atividade de IMPORTADOR, concedido pelo ADE nº 0085/2011, de 13/06/2011, publicado no DOU em 20/06/2011, para o estabelecimento TBLV COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PAPEIS LTDA, CNPJ 04.155.947/0003-94, localizado na Avenida Jose Eugenio Muller, 1130, Sala 02, Vila Operária, CEP 88303-171, Itajaí/SC.

Parágrafo Único - É cabível recurso, no prazo de 30 dias, contados da publicação deste ato, ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Florianópolis.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ PAULO DO NASCIMENTO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 175, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Cancela o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições estabelecidas no art. 6º, II, b, da Lei 10.593/2002; art. 340, II, da Portaria MF 430/2017; e art. 5º, da Instrução Normativa RFB 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando os termos do Processo Administrativo 16542.000412/2001-41, em conformidade com o art. 2º, III, da Lei 11.945/2009, e de acordo com o art. 11, IV da Instrução Normativa RFB 1.817, de 20 de julho 2018, declara:

Art. 1º - Cancelado, a pedido do contribuinte, o Registro Especial nº GP-09201/00023, para a atividade de GRAFICA, concedido pelo ADE nº 0085/2010, de 24/05/2010, publicado no DOU em 27/05/2010, para o estabelecimento GRAFICA AGNUS LTDA, CNPJ 04.491.814/0001-27, localizado na Rua Fulvio Vieira da Rosa, nº 458, Barreiros, CEP 88117-750, São José/SC.

Parágrafo Único - É cabível recurso, no prazo de 30 dias, contados da publicação deste ato, ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Florianópolis.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ PAULO DO NASCIMENTO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 176, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Cancela o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições estabelecidas no art. 6º, II, b, da Lei 10.593/2002; art. 340, II, da Portaria MF 430/2017; e art. 5º, da Instrução Normativa RFB 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando os termos do Processo Administrativo 11516.722746/2015-79, em conformidade com o art. 2º, III, da Lei 11.945/2009, e de acordo com o art. 11, IV da Instrução Normativa RFB 1.817, de 20 de julho 2018, declara:

Art. 1º - Cancelado, a pedido do contribuinte, o Registro Especial nº UP-09201/00042, para a atividade de USUÁRIO, concedido pelo ADE nº 0249/2015, de 17/09/2015, publicado no DOU em 21/09/2015, para o estabelecimento AGEIS GRAFICA E EDITORA LTDA, CNPJ 05.248.863/0001-04, localizado na Rua Virgílio Espíndola, nº 321, Centro, CEP 88103-070, São José/SC.

Parágrafo Único - É cabível recurso, no prazo de 30 dias, contados da publicação deste ato, ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Florianópolis.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ PAULO DO NASCIMENTO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 177, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Cancela o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições estabelecidas no art. 6º, II, b, da Lei 10.593/2002; art. 340, II, da Portaria MF 430/2017; e art. 5º, da Instrução Normativa RFB 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando os termos do Processo Administrativo 11516.001003/2012-19, em conformidade com o art. 2º, III, da Lei 11.945/2009, e de acordo com o art. 11, IV da Instrução Normativa RFB 1.817, de 20 de julho 2018, declara:

Art. 1º - Cancelado, a pedido do contribuinte, o Registro Especial nº IP-09201/00012, para a atividade de IMPORTADOR, concedido pelo ADE nº 2013/0001, de 03/01/2013, publicado no DOU em 04/01/2013, para o estabelecimento CENTRO DE APOIO A EDITORAÇÃO REPRODUÇÃO E DIGITALIZAÇÃO AGORA PRINT, CNPJ 07.615.720/0001-00, localizado na Servidão Abilio Silva, 27, CEP 88036-240, Trindade, Florianópolis/SC.

Parágrafo Único - É cabível recurso, no prazo de 30 dias, contados da publicação deste ato, ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Florianópolis.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ PAULO DO NASCIMENTO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 178, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Cancela o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições estabelecidas no art. 6º, II, b, da Lei 10.593/2002; art. 340, II, da Portaria MF 430/2017; e art. 5º, da Instrução Normativa RFB 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando os termos do Processo Administrativo

11516.000144/2013-03, em conformidade com o art. 2º, III, da Lei 11.945/2009, e de acordo com o art. 11, IV da Instrução Normativa RFB 1.817, de 20 de julho 2018, declara:

Art. 1º - Cancelado, a pedido do contribuinte, o Registro Especial nº UP-09201/00037, para a atividade de USUARIO, concedido pelo ADE nº 2013/0222, de 24/10/2013, publicado no DOU em 28/10/2013, para o estabelecimento V&T EDITORA E GRAFICA, CNPJ 07.653.891/0001-24, localizado na Telemaco Pereira Pereira Liberato, 58 Sala 01 e 02, Fazenda, CEP 88301-630, Itajaí/SC.

Parágrafo Único - É cabível recurso, no prazo de 30 dias, contados da publicação deste ato, ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Florianópolis.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ PAULO DO NASCIMENTO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA

SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Declara inscrito no registro especial estabelecimento que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA - PR, localizado na SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, no uso da competência estabelecida no artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) a que estão obrigados os fabricantes, os usuários, importadores, os distribuidores e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando o constante do Processo Administrativo nº 12571.720119/2018-44, declara:

Art. 1°. Inscrito no REGISTRO ESPECIAL para realizar operações com papel imune, na qualidade de fabricante de papel, inscrição FP-09104/00022, e importador, inscrição IP-09104/00006, nos termos do artigo 8º, incisos I e III, da Instrução Normativa RFB nº 1.817/2018, o estabelecimento da pessoa jurídica B.O. PAPER BRASIL INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA, CNPJ 07.632.665/0005-90, com endereço à rodovia PR 151, km 207,5, setor Desaguadora, Distrito Industrial, no município de Jaguariaíva - PR, CEP 84.200-000.

Art. 2°. O estabelecimento inscrito deverá cumprir as obrigações previstas na instrução normativa acima citada, sob pena de cancelamento do registro, bem como observar os demais atos legais e as normas pertinentes.

Art. 3°. Este Ato declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data da publicação no Diário Oficial da União e as inscrições no REGISTRO ESPECIAL terão o prazo de validade de 3 (três) anos.

CARLOS TADAHIRO SUZUKI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Declara inscrito no registro especial estabelecimento que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA - PR, localizado na SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, no uso da competência estabelecida no artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) a que estão obrigados os fabricantes, os usuários, importadores, os distribuidores e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando o constante do Processo Administrativo nº 16408.000622/2006-99, declara:

Art. 1°. Inscrito no REGISTRO ESPECIAL para realizar operações com papel imune, na qualidade de distribuidor, inscrição DP-09104/00002, nos termos do artigo 8º, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.817/2018, o estabelecimento da pessoa jurídica B.O. PAPER BRASIL INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA, CNPJ 07.632.665/0001-67, com endereço à rodovia Municipal DR 001, km 7, Fazenda Barra Mansa, no município de Arapoti - PR, CEP 84.990-000.

Art. 2°. O estabelecimento inscrito deverá cumprir as obrigações previstas na instrução normativa acima citada, sob pena de cancelamento do registro, bem como observar os demais atos legais e as normas pertinentes.

Art. 3°. Este Ato declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data da publicação no Diário Oficial da União e a inscrição no REGISTRO ESPECIAL terá o prazo de validade de 3 (três) anos.

CARLOS TADAHIRO SUZUKI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Declara inscrito no registro especial estabelecimento que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA - PR, localizado na SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, no uso da competência estabelecida no artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) a que estão obrigados os fabricantes, os usuários, importadores, os distribuidores e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando o constante do Processo Administrativo nº 12571.000092/2010-12, declara:

Art. 1°. Inscrito no REGISTRO ESPECIAL para realizar operações com papel imune, na qualidade de distribuidor, inscrição DP-09104/00003, nos termos do artigo 8º, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.817/2018, o estabelecimento da pessoa jurídica PISA INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA., CNPJ 31.985.633/0001-20, com endereço à rodovia PR 151, km 207,5, Distrito Industrial, no município de Jaguariaíva - PR, CEP 84.200-000.

Art. 2°. O estabelecimento inscrito deverá cumprir as obrigações previstas na instrução normativa acima citada, sob pena de cancelamento do registro, bem como observar os demais atos legais e as normas pertinentes.

Art. 3°. Este Ato declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data da publicação no Diário Oficial da União e a inscrição no REGISTRO ESPECIAL terá o prazo de validade de 3 (três) anos.

CARLOS TADAHIRO SUZUKI

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ/SC, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017 e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, declara:

Art. 1º Incluídas no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros as seguintes pessoas:

NOME	CPF	PROCESSO
LEONARDO BITTENCOURT DOS SANTOS	099.301.989-70	10909.721927/2018-44
GABRIEL ALFREDO BERNARDES	099.922.269-43	10909.721889/2018-20

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

KLEBS GARCIA PEIXOTO JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ/SC, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017 e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, declara:

Art. 1º Incluída no Registro de Despachantes Aduaneiros a seguinte pessoa:

NOME	CPF	PROCESSO
JEAN PAULO LOURENÇO	036.036.949-96	10909.721871/2018-28

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

KLEBS GARCIA PEIXOTO JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Declara habilitada no regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural (Repetro-Sped) a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ, no uso da competência prevista non art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1.° Fica habilitada no regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, denominado Repetro-Sped, em razão do dossiê digital de atendimento nº 10010.016934/0918-01, com base nos artigos 4º, §1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica OOG-TKP PRODUCAO DE PETROLEO LTDA, CNPJ (matriz) nº 13.920.130/0001-94, extensivo também para a filial CNPJ 13.920.130/0002-75, até 16/02/2022, para atuar como contratada da operadora PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS (CNPJ 33.000.167/0001-02), devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2.° No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto nos arts. 34 a 37 da IN RFB nº 1.781/2017, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 3.° Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

KLEBS GARCIA PEIXOTO JUNIOR

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 750, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 579, de 27 de dezembro de 2017, do MF, e

Considerando o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal;

Considerando o estabelecido nos arts. 2º, 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

Considerando o disposto no inciso I do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, e no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 7º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, complementadas pelo disposto no inciso I do art. 24 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e no inciso XXV do art. 32 do Anexo I do Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Disponibilizar, no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional na Internet, por meio do endereço https://www.tesouro.fazenda.gov.br/demonstrativos-fiscais, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal, de acordo com a Portaria nº 495, de 06 de junho de 2017, da STN, relativo ao mês de setembro de 2018, outros demonstrativos da execução orçamentária e respectivas notas explicativas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JÚNIOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 736, DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Homologar os resultados das ofertas de títulos públicos federais realizados no decorrer do mês de agosto de 2018:

Portaria núm.	Data do leilão	Tipo de leilão	Título	Título venc.	Volta	Data de liquid.	Aceit. taxa (%aa)	Aceit. quant.	Aceit. fin. (R$)	(BC) Aceit. quant.	(BC) Aceit. fin. (R$)
547	02.08.2018	Venda	LFT	01.09.2024	1	03.08.2018	0,0275	1.500.000	14.434.335.976,71	0	0,00
547	02.08.2018	Venda	LFT	01.09.2024	2	03.08.2018	0,0255	32.747	315.120.870,42	0	0,00
546	02.08.2018	Venda	LTN	01.10.2019	1	03.08.2018	7,5949	195.000	179.216.977,72	0	0,00
546	02.08.2018	Venda	LTN	01.10.2020	1	03.08.2018	8,7024	810.000	676.858.823,33	0	0,00
546	02.08.2018	Venda	LTN	01.10.2020	2	06.08.2018	8,6908	184.999	154.641.540,81	0	0,00
546	02.08.2018	Venda	LTN	01.07.2022	1	03.08.2018	10,1588	611.750	419.953.152,30	0	0,00
546	02.08.2018	Venda	LTN	01.07.2022	2	06.08.2018	10,1456	173.468	119.127.979,65	0	0,00
545	02.08.2018	Venda	NTN-F	01.01.2025	1	03.08.2018	10,9247	10.000	9.700.240,00	0	0,00
545	02.08.2018	Venda	NTN-F	01.01.2029	1	03.08.2018	11,3150	10.000	9.346.956,08	0	0,00
548	07.08.2018	Venda	NTN-B	15.05.2023	1	08.08.2018	5,1388	499.000	1.640.574.185,18	0	0,00
548	07.08.2018	Venda	NTN-B	15.05.2023	2	08.08.2018	5,1388	0	0,00	0	0,00
548	07.08.2018	Venda	NTN-B	15.08.2028	1	08.08.2018	5,3988	1.000	3.365.250,21	0	0,00
548	07.08.2018	Venda	NTN-B	15.08.2028	2	08.08.2018	5,3988	0	0,00	0	0,00
548	07.08.2018	Venda	NTN-B	15.05.2035	1	08.08.2018	5,6278	54.000	178.401.190,55	0	0,00
548	07.08.2018	Venda	NTN-B	15.05.2035	2	08.08.2018	5,6278	0	0,00	0	0,00
548	07.08.2018	Venda	NTN-B	15.05.2055	1	08.08.2018	5,6900	46.000	153.171.022,13	0	0,00
548	07.08.2018	Venda	NTN-B	15.05.2055	2	08.08.2018	5,6900	690	2.297.565,33	0	0,00
556	09.08.2018	Venda	LTN	01.04.2019	1	10.08.2018	7,0082	1.000.000	958.446.457,03	0	0,00
556	09.08.2018	Venda	LTN	01.04.2019	2	13.08.2018	7,0034	0	0,00	0	0,00
556	09.08.2018	Venda	LTN	01.10.2020	1	10.08.2018	8,9238	1.500.000	1.249.981.590,92	0	0,00
556	09.08.2018	Venda	LTN	01.10.2020	2	13.08.2018	8,9159	0	0,00	0	0,00
556	09.08.2018	Venda	LTN	01.07.2022	1	10.08.2018	10,3210	1.000.000	683.668.044,73	0	0,00
556	09.08.2018	Venda	LTN	01.07.2022	2	13.08.2018	10,3169	0	0,00	0	0,00
555	09.08.2018	Venda	NTN-F	01.01.2025	1	10.08.2018	0,0000	0	0,00	0	0,00
555	09.08.2018	Venda	NTN-F	01.01.2029	1	10.08.2018	11,4229	50.000	46.540.151,50	0	0,00
555	09.08.2018	Venda	NTN-F	01.01.2029	2	13.08.2018	11,4229	0	0,00	0	0,00
574	16.08.2018	Venda	LFT	01.09.2024	1	17.08.2018	0,0259	2.000.000	19.294.718.334,91	0	0,00
574	16.08.2018	Venda	LFT	01.09.2024	2	17.08.2018	0,0244	71.873	693.384.314,65	0	0,00
573	16.08.2018	Venda	LTN	01.10.2019	1	17.08.2018	7,7689	1.500.000	1.380.023.849,78	0	0,00
573	16.08.2018	Venda	LTN	01.10.2019	2	20.08.2018	7,7625	0	0,00	0	0,00
573	16.08.2018	Venda	LTN	01.10.2020	1	17.08.2018	8,8988	2.000.000	1.670.275.717,95	0	0,00
573	16.08.2018	Venda	LTN	01.10.2020	2	20.08.2018	8,8910	0	0,00	0	0,00
573	16.08.2018	Venda	LTN	01.07.2022	1	17.08.2018	10,3470	1.500.000	1.026.728.376,46	0	0,00
573	16.08.2018	Venda	LTN	01.07.2022	2	20.08.2018	10,3385	0	0,00	0	0,00
572	16.08.2018	Venda	NTN-F	01.01.2025	1	17.08.2018	11,1249	10.100	9.753.351,59	0	0,00
572	16.08.2018	Venda	NTN-F	01.01.2029	1	17.08.2018	11,5930	50.000	46.183.063,85	0	0,00
572	16.08.2018	Venda	NTN-F	01.01.2029	2	20.08.2018	11,5930	0	0,00	0	0,00
580	21.08.2018	Venda	NTN-B	15.05.2023	1	22.08.2018	5,4788	407.750	1.326.877.753,83	0	0,00
580	21.08.2018	Venda	NTN-B	15.05.2023	2	22.08.2018	5,4788	0	0,00	0	0,00
580	21.08.2018	Venda	NTN-B	15.08.2028	1	22.08.2018	5,5620	92.250	299.275.885,26	0	0,00
580	21.08.2018	Venda	NTN-B	15.08.2028	2	22.08.2018	5,5620	0	0,00	0	0,00
580	21.08.2018	Venda	NTN-B	15.05.2035	1	22.08.2018	5,6650	70.500	232.780.436,21	0	0,00
580	21.08.2018	Venda	NTN-B	15.05.2035	2	22.08.2018	5,6650	0	0,00	0	0,00
580	21.08.2018	Venda	NTN-B	15.05.2055	1	22.08.2018	5,7400	229.500	761.075.348,64	0	0,00
580	21.08.2018	Venda	NTN-B	15.05.2055	2	22.08.2018	5,7400	0	0,00	0	0,00
578	22.08.2018	Troca	NTN-B	15.05.2023	1	23.08.2018	5,6300	0	0,00	0	0,00
578	22.08.2018	Troca	NTN-B	15.08.2028	1	23.08.2018	5,7000	0	0,00	0	0,00
578	22.08.2018	Troca	NTN-B	15.05.2035	1	23.08.2018	5,7500	0	0,00	0	0,00
578	22.08.2018	Troca	NTN-B	15.05.2055	1	23.08.2018	5,8400	9.835	32.151.829,68	0	0,00
590	23.08.2018	Venda	LTN	01.04.2019	1	24.08.2018	7,2038	1.000.000	960.065.208,45	0	0,00
590	23.08.2018	Venda	LTN	01.04.2019	2	27.08.2018	7,1856	0	0,00	0	0,00
590	23.08.2018	Venda	LTN	01.10.2020	1	24.08.2018	9,2690	1.000.000	830.525.235,85	5.000.000	4.152.626.180,00
590	23.08.2018	Venda	LTN	01.10.2020	2	27.08.2018	9,2674	0	0,00	0	0,00
590	23.08.2018	Venda	LTN	01.07.2022	1	24.08.2018	10,8859	1.000.000	673.241.559,66	5.000.000	3.366.207.800,00
590	23.08.2018	Venda	LTN	01.07.2022	2	27.08.2018	10,8727	0	0,00	0	0,00
589	23.08.2018	Venda	NTN-F	01.01.2025	1	24.08.2018	0,0000	0	0,00	0	0,00
589	23.08.2018	Venda	NTN-F	01.01.2029	1	24.08.2018	12,1449	50.000	44.853.584,52	0	0,00
589	23.08.2018	Venda	NTN-F	01.01.2029	2	27.08.2018	12,1418	666	597.722,83	0	0,00
600	30.08.2018	Venda	LFT	01.09.2024	1	31.08.2018	0,0242	2.000.000	19.344.103.020,63	0	0,00
600	30.08.2018	Venda	LFT	01.09.2024	2	31.08.2018	0,0230	86.656	838.141.407,09	0	0,00
599	30.08.2018	Venda	LTN	01.10.2019	1	31.08.2018	8,2079	1.500.000	1.378.169.778,89	0	0,00
599	30.08.2018	Venda	LTN	01.10.2019	2	03.09.2018	8,1955	0	0,00	0	0,00
599	30.08.2018	Venda	LTN	01.10.2020	1	31.08.2018	9,4629	1.500.000	1.243.499.428,90	0	0,00
599	30.08.2018	Venda	LTN	01.10.2020	2	03.09.2018	9,4569	0	0,00	0	0,00
599	30.08.2018	Venda	LTN	01.07.2022	1	31.08.2018	11,0880	500.000	334.855.410,06	8.000.000	5.357.686.560,00
599	30.08.2018	Venda	LTN	01.07.2022	2	03.09.2018	11,0854	93.161	62.416.983,67	0	0,00
596	30.08.2018	Venda	NTN-F	01.01.2025	1	31.08.2018	11,9749	10.000	9.354.940,01	0	0,00
596	30.08.2018	Venda	NTN-F	01.01.2029	1	31.08.2018	12,3379	50.000	44.470.292,35	6.000.000	5.336.435.082,00
596	30.08.2018	Venda	NTN-F	01.01.2029	2	03.09.2018	12,3343	9.328	8.300.253,43	0	0,00

JOSE FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 1.003, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.003474/2018-97, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada de patrocínio vazia do Curitiba 6 Tabelionato de Curitiba, CNPJ nº 75.214.320/0001-43, do Plano de Benefícios JMalucelli, CNPB n° 2005.0008-92, administrado pelo Fundo Paraná de Previdência Multipatrocinada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 1.004, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alíneas "a" e "b", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo 44011.003484/2017-41, resolve:

Art. 1º Autorizar a cisão do Plano de Benefícios Pfizer Prev, CNPB nº 1999.0023-18, administrado pela Pfizer Prev - Sociedade de Previdência Privada, referente à patrocinadora Zoetis Indústria de Produtos Veterinários Ltda., CNPJ nº 43.588.045/0001-3, e incorporação da parcela cindida ao Plano de Benefícios Zoetis Prev, CNPB nº 2014.0004-92, administrado pelo MercerPrev - Fundo de Pensão Multipatrocinado.

Art. 2º Autorizar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios Zoetis Prev, CNPB nº 2014.0004-92.

Art. 3º Autorizar o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão ao Plano de Benefícios Zoetis Prev, CNPB nº 2014.0004-92, celebrado em 12 de julho de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 1.006, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004503/2018-38, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o estatuto da entidade HP PREV SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA, atual VALUE PREV SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 1.007, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.005115/2018-74, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada de patrocínio da empresa Inovat Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ nº 27.864.378/0001-90, do Plano de Benefícios Zoetis Prev, CNPB nº 2014.0004-92, administrado pelo Mercerprev - Fundo de Pensão Multipatrocinado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 1.008, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.005981/2018-65, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão celebrado entre a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho 6ª Região, CNPJ nº 11.397.122/0001-80, na condição de instituidora do Plano de Benefícios Previdenciários JURIS - PLANJUS - CNPB n° 2007.0035-38, e a entidade FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA - JUSPREV.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

CONSULTA PÚBLICA Nº 35, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O Secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de fixação do Processo Produtivo Básico - PPB de APARELHO EMISSOR COM RECEPTOR INCORPORADO, DIGITAL, COM TECNOLOGIAS DE TRANSMISSÃO/RECEPÇÃO SEM FIO, TELA SENSÍVEL AO TOQUE E PULSEIRA, COM FUNÇÃO PRINCIPAL DE CONECTIVIDADE SEM FIO COM APARELHOS PORTÁTEIS DE TELEFONIA CELULAR - SMARTWATCH.

O texto também está disponível no sítio da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, no endereço:

http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/ppb/3016-consulta-ppb-2018

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, cgct.ppb@mctic.gov.br e cgri@suframa.gov.br.

IGOR NOGUEIRA CALVET

ANEXO

PROPOSTA Nº 046/2017 - FIXAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO DE APARELHO EMISSOR COM RECEPTOR INCORPORADO, DIGITAL, COM TECNOLOGIAS DE TRANSMISSÃO/RECEPÇÃO SEM FIO, TELA SENSÍVEL AO TOQUE E PULSEIRA, COM FUNÇÃO PRINCIPAL DE CONECTIVIDADE SEM FIO COM APARELHOS PORTÁTEIS DE TELEFONIA CELULAR - SMARTWATCH:

(Obs.: A Consulta Pública está na forma de Portaria - Versão Lei de Informática)

Art. 1º Fica estabelecido para "APARELHO EMISSOR COM RECEPTOR INCORPORADO, DIGITAL, COM TECNOLOGIAS DE TRANSMISSÃO/RECEPÇÃO SEM FIO, TELA SENSÍVEL AO TOQUE E PULSEIRA, COM FUNÇÃO PRINCIPAL DE CONECTIVIDADE SEM FIO COM APARELHOS PORTÁTEIS DE TELEFONIA CELULAR - SMARTWATCH", o seguinte Processo Produtivo Básico, observado o disposto no art. 2º:

	Etapas produtivas	Pontuação
I	projeto e desenvolvimento no País	16
II	encapsulamento dos circuitos integrados de memória DRAM	16
III	montagem e soldagem das células acumuladoras de carga formando um conjunto, e integração com a placa de circuito impresso, quando aplicável.	7
IV	injeção das partes plásticas, moldagem ou outro processo de conformação (impressão 3D) da "caixa" ou "fundo da caixa".	6
VI	estampagem ou usinagem das partes metálicas	5
VI	montagem e soldagem dos componentes na placa principal	12
VII	montagem e soldagem dos componentes na placa do carregador	5
VIII	montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes, do subconjunto tela (*display*)	12
IX	montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes, da base para carregador	6
X	montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes, do carregador	4
XI	impressão de manuais, etiquetas e afins	2
XII	impressão, dobra e corte da embalagem, quando aplicável	1
XIII	integração das partes e peças, montadas de acordo com as etapas acima, na formação do produto final	5
XIV	testes ou ajustes finais	3
	Total:	100

§ 1º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto as etapas XIII e XIV, que não poderão ser terceirizadas.

§ 2º Para a etapa constante do item I, considera-se projeto e desenvolvimento no País, o produto que atenda às especificações, normas e padrões adotados pela legislação brasileira e cujas especificações, projetos e desenvolvimentos tenham sido realizados no País, por técnicos de comprovado conhecimento em tais atividades, residentes e domiciliados no Brasil.

Art. 2º Será atribuída a cada etapa de produção, pontuação total conforme estabelecido no caput do art. 1º, quando da realização da etapa em cem por cento da produção, sendo que a empresa deverá acumular um total de pontos por ano calendário, conforme o seguinte cronograma:

2019	2020	2021	2022 em diante
20	25	30	40

§ 1º Será admitida a proporcionalidade de contagem de pontos para uma mesma etapa, levando-se em conta o total produzido no ano calendário.

Art. 3º Para complementação, em termos do somatório da pontuação, será admitida aplicação em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) adicional ao exigido pela legislação, na proporção de 1 (um) ponto para cada 0,5% (cinco décimos por cento) aplicados, observando-se o limite máximo de 10 (dez) pontos.

§ 1º O investimento em P&D adicional ao exigido pela legislação a que se refere o caput deverá ser calculado sobre o faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização, com fruição do benefício fiscal, deduzidos os tributos incidentes nesta operação.

§ 2º Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento P&D adicionais ao exigido pela legislação, a que se referem este artigo, deverão ser aplicados em Programas e Projetos de Interesse nacional nas áreas de tecnologias da informação e comunicação considerados prioritários pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI.

§ 3º Para efeito do disposto no caput, serão considerados como aplicação em atividades de P&D do ano calendário os dispêndios correspondentes à execução de tais atividades realizados até 31 de março do ano subsequente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 47, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, e regulamentado pelo Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, considerando o estabelecido no Art. 2º da Resolução CAMEX nº 6, de 16 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 17 de fevereiro de 2017, que homologou, nos termos constantes de seu Anexo I, item 2, o compromisso de preços para amparar as importações brasileiras de batatas congeladas, comumente classificadas no código 2004.10.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, quando originárias dos Países Baixos, fabricadas pela empresa Farm Frites BV, torna público que:

1. De acordo com o disposto no tópico D do item 22 do Anexo I da Resolução CAMEX nº 6, de 2017, os preços a serem praticados pela Farm Frites BV deveriam ser reajustados anualmente, com base na variação do HICP (Harmonized Index of Consumer Prices) da Europa e no preço futuro da batata in natura, publicado pelo sítio eletrônico do European Energy Exchange (EEX´s).

2. O preço de exportação reajustado, considerando que as empresas europeias adquirem em média cerca de 50% da batata in natura utilizada na fabricação de batatas congeladas no mercado livre e os outros 50% por meio de contrato, foi apurado com base na seguinte metodologia: i. 50% do ajuste será apurado com base na variação do HICP da Europa no período de outubro do ano anterior à realização do ajuste a setembro do ano de realização do ajuste, aplicado ao preço de exportação da Farm Frites BV em euros; e ii. Os outros 50% do ajuste serão apurados da seguinte forma: a) 61% com base na diferença entre a média simples dos preços futuros da batata in natura, obtidos no sítio eletrônico do EEX´s para os meses de referência utilizados pela publicação (novembro, abril e junho) e, b) 39%, referente à média da participação dos outros custos no custo de produção total da empresa, com base na variação do HICP da Europa no período de outubro do ano anterior à realização do ajuste a setembro do ano de realização do ajuste.

3. Assim, observados os termos do compromisso que previram o reajuste dos preços a serem praticados, bem como as fórmulas previstas, determina-se que:

3.1. O novo preço de exportação de batatas congeladas fabricadas pela Farm Frites BV deverá ser igual ou superior a € 1.231,54/t (mil duzentos e trinta e um euros e cinquenta e quatro centavos por tonelada), na condição CIF.

3.2. O novo preço de exportação em base FOB, conforme o disposto no tópico D do item 32 do Anexo I da Resolução CAMEX nº 6, de 2017, será equivalente a 94,2% do preço de exportação CIF apurado, ou seja, € 1.160,11/t (mil cento e sessenta euros e onze centavos por tonelada).

4. Esta Circular entra em vigor a partir da data de sua publicação no D.O.U.

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CIRCULAR Nº 48, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, e regulamentado pelo Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, considerando o estabelecido no Art. 2º da Resolução CAMEX nº 6, de 16 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 17 de fevereiro de 2017, que homologou, nos termos constantes de seu Anexo I, item 3, o compromisso de preços para amparar as importações brasileiras de batatas congeladas, comumente classificadas no código 2004.10.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, quando originárias da Bélgica, fabricadas pela empresa Lutosa S.A., torna público que:

1. De acordo com o disposto no tópico D do item 22 do Anexo I da Resolução CAMEX nº 6, de 2017, os preços a serem praticados pela Lutosa S.A. deveriam ser reajustados anualmente, com base na variação do HICP (Harmonized Index of Consumer Prices) da Europa e no preço futuro da batata in natura, publicado pelo sítio eletrônico do European Energy Exchange (EEX´s).

2. O preço de exportação reajustado, considerando que as empresas europeias adquirem em média cerca de 50% da batata in natura utilizada na fabricação de batatas congeladas no mercado livre e os outros 50% por meio de contrato, foi apurado com base na seguinte metodologia: i. 50% do ajuste será apurado com base na variação do HICP da Europa no período de outubro do ano anterior à realização do ajuste a setembro do ano de realização do ajuste, aplicado ao preço de exportação da Lutosa S.A. em euros; e ii. Os outros 50% do ajuste serão apurados da seguinte forma: a) 61% com base na diferença entre a média simples dos preços futuros da batata in natura, obtidos no sítio eletrônico do EEX´s para os meses de referência utilizados pela publicação (novembro, abril e junho) e, b) 39%, referente à média da participação dos outros custos no custo de produção total da empresa, com base na variação do HICP da Europa no período de outubro do ano anterior à realização do ajuste a setembro do ano de realização do ajuste.

3. Assim, observados os termos do compromisso que previram o reajuste dos preços a serem praticados, bem como as fórmulas previstas, determina-se que:

3.1. O novo preço de exportação de batatas congeladas fabricadas pela Lutosa S.A. deverá ser igual ou superior a € 1.382,11/t (mil trezentos e oitenta e dois euros e onze centavos por tonelada), na condição CIF.

3.2. O novo preço de exportação em base FOB, conforme o disposto no tópico D do item 32 do Anexo I da Resolução CAMEX nº 6, de 2017, será equivalente a 94,8% do preço de exportação CIF apurado, ou seja, € 1.310,24/t (mil trezentos e dez euros e vinte e quatro centavos por tonelada).

4. Esta Circular entra em vigor a partir da data de sua publicação no D.O.U.

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO

CIRCULAR Nº 49, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, e regulamentado pelo Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, considerando o estabelecido no Art. 2º da Resolução CAMEX nº 6, de 16 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 17 de fevereiro de 2017, que homologou, nos termos constantes de seu Anexo I, item 1, o compromisso de preços para amparar as importações brasileiras de batatas congeladas, comumente classificadas no código 2004.10.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, quando originárias da Bélgica, fabricadas pela empresa Ecofrost S.A., torna público que:

1. De acordo com o disposto no tópico D do item 22 do Anexo I da Resolução CAMEX nº 6, de 2017, os preços a serem praticados pela Ecofrost S.A. deveriam ser reajustados anualmente, com base na variação do HICP (Harmonized Index of Consumer Prices) da Europa e no preço futuro da batata in natura, publicado pelo sítio eletrônico do European Energy Exchange (EEX´s).

2. O preço de exportação reajustado, considerando que as empresas europeias adquirem em média cerca de 50% da batata in natura utilizada na fabricação de batatas congeladas no mercado livre e os outros 50% por meio de contrato, foi apurado com base na seguinte metodologia: i. 50% do ajuste será apurado com base na variação do HICP da Europa no período de outubro do ano anterior à realização do ajuste a setembro do ano de realização do ajuste, aplicado ao preço de exportação da Ecofrost em euros; e ii. Os outros 50% do ajuste serão apurados da seguinte forma: a) 61% com base na diferença entre a média simples dos preços futuros da batata in natura, obtidos no sítio eletrônico do EEX´s para os meses de referência utilizados pela publicação (novembro, abril e junho) e, b) 39%, referente à média da participação dos outros custos no custo de produção total da empresa, com base na variação do HICP da Europa no período de outubro do ano anterior à realização do ajuste a setembro do ano de realização do ajuste.

3. Assim, observados os termos do compromisso que previram o reajuste dos preços a serem praticados, bem como as fórmulas previstas, determina-se que:

3.1. O novo preço de exportação de batatas congeladas fabricadas pela Ecofrost S.A. deverá ser igual ou superior a € 1.171,27/t (mil cento e setenta e um euros e vinte e sete centavos por tonelada), na condição CIF.

3.2. O novo preço de exportação em base FOB, conforme o disposto no tópico D do item 32 do Anexo I da Resolução CAMEX nº 6, de 2017, será equivalente a 94,9% do preço de exportação CIF apurado, ou seja, € 1.111,54/t (mil cento e onze euros e cinquenta e quatro centavos por tonelada).

4. Esta Circular entra em vigor a partir da data de sua publicação no D.O.U.

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 597, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando a competência delegada pela Resolução nº 390, de 31 de agosto de 2001, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Artigo 2º, Parágrafo 1º, e os termos do Parecer Técnico do Projeto nº 160/2018-CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1° APROVAR o projeto simplificado de IMPLANTAÇÃO da empresa TRANSENO DA AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA - EPP, CNPJ nº 01.216.705/0001-03, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 160/2018-CGPRI/SPR, para prestação de serviço de Armazenagem e Transporte de Cargas - Centro de Armazenagem e Distribuição - CAD - , na Zona Franca de Manaus.

Art. 2º DETERMINAR, sob pena de suspensão ou cancelamento do projeto, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

II - o cumprimento das Normas Técnicas do Distrito Industrial Marechal Castello Branco, quando aplicáveis;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

APPIO DA SILVA TOLENTINO

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 306, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
AM	Guajará	Estiagem - 1.4.1.1.0	141	16/10/2018	59051.006090/2018-27
BA	Queimadas	Estiagem - 1.4.1.1.0	475	17/08/2018	59051.005964/2018-29
CE	Antonina do Norte	Estiagem - 1.4.1.1.0	018	08/10/2018	59051.006111/2018-12
MG	Santo Antônio do Jacinto	Estiagem - 1.4.1.1.0	029	28/09/2018	59051.006057/2018-05
RS	Boqueirão do Leão	Enxurradas - 1.2.2.0.0	1975	24/09/2018	59051.006066/2018-98
SE	Nossa Senhora Aparecida	Seca - 1.4.1.2.0	08	09/10/2018	59051.006110/2018-60

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.870, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.11635, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JOÃO PELOGIA FILHO, inscrito no CPF sob o nº 335.110.048-53, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.871, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 15ª Sessão de Turma, realizada no dia 21 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.59078 , resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia de JOÃO GOMES DE CARVALHO post mortem, filho de ESTELITA FERREIRA DA SILVA.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.872, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.11443, resolve:

Desprover o Recurso interposto por ADILSON FRANCISCO CALAZANS DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 250.817.997-34, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.873, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 18ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.60407, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ISAAC NELSON DE MACEDO, inscrito no CPF sob o nº 043.865.232-00.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.874, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.15616, resolve:

Desprover o Recurso interposto por NICOLA ANTONIO D OTTAVIANTONIO, inscrito no CPF sob o nº 537.791.428-72, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.875, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão Plenária, realizada no dia 26 de setembro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.10234, resolve:

Desprover o Recurso interposto por ELIO BARBOZA, inscrito no CPF sob o nº 286.557.881-04, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.876, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.13921, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JUVENAL DE ALMEIDA FERNANDES, inscrito no CPF sob o nº 060.096.895-20, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.877, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.26752, resolve:

Desprover o Recurso interposto por ROBSON MARACAJÁ CAMPOS, inscrito no CPF sob o nº 104.268.414-68, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.878, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 18ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.63527, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia de AÉCIO LAÉCIO BARACHO post mortem, filho de ANA TEREZA BARACHO, formulado por FATIMA FERNANDES BARACHO, inscrita no CPF sob o nº 219.524.948-00.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.879, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.64807, resolve:

Desprover o Recurso interposto por EDISON ROBERTO GOMES DE MORAES, inscrito no CPF sob o nº 058.043.208-40, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.880, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 23 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.17976, resolve:

Desprover o Recurso interposto por GILBERTO BARROS, portador do CPF nº 316.610.767-34, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.881, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 23 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.21716, resolve:

Desprover o Recurso interposto por RUY RODRIGUES DA ROCHA, portador do CPF nº 046.828.581-49, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.882, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão Plenária, realizada no dia 26 de setembro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.06294, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JORGE ROSA FILHO, inscrito no CPF sob o nº 255.495.297-34, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.883, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão Plenária, realizada no dia 26 de setembro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.08303, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JOÃO BARBOSA DE SOUZA FILHO, inscrito no CPF sob o nº 337.009.744-34, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.884, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão Plenária, realizada no dia 26 de setembro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09034, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JUDAS TADEU DIAS DE MORAIS, inscrito no CPF sob o nº 153.978.821-00, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.885, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão Plenária, realizada no dia 26 de setembro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.06865, resolve:

Desprover o Recurso interposto por SERGIO ANTONIO DE ALBUQUERQUE, inscrito no CPF sob o nº 199.251.157-87, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.886, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 18ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.62839, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 139.141.540-04.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.887, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 18ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.57836, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ANTONIO DE SOUZA VILLA MAIOR, inscrito no CPF sob o nº 051.199.287-49.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.888, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 18ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.61234, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia de DURVAL FLORENCIO DA SILVA post mortem, filho de GUILHERMINA COUTINHO DA SILVA, formulado por MARIA HELENA MATEUS DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 408.910.977-91.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.889, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 18ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.63974, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por OSNY DA SILVA VANDELLI, inscrito no CPF sob o nº 192.338.257-87.

TORQUATO JARDIM

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 1.394, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Processo Administrativo n.º 08700.000211/2015-51
Representante: Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom)
Representados: Sindicato das Empresas Transportadoras de Combustíveis e Derivados de Petróleo do Estado de Minas Gerais/MG (Sindtanque/MG); Irani da Silva Gomes e Ailton da Silva Gomes.
Advogados: Carlos Francisco de Magalhães, Raquel Bezerra Cândido Amaral Leitão, Gabriel Nogueira Dias, Rodrigo Bravim Brandão, Bruno Correa Lemos e outros.

Em atenção à Petição SEI nº 0536215, apresentada pelos Representados, com fundamento no art. 70 da Lei nº 12.529/2011, conheço do pedido de reconsideração e, em seu mérito, indefiro o pedido de produção de prova por meio desta Superintendência-Geral (SG), adotando como fundamento os mesmos motivos já expostos Nota Técnica nº 94/2018/CGAA6/SGA2/SG/CADE que foram previamente adotados no Despacho SG nº 1194/2018 (SEI 0527168), nos termos do §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/1999. Cumpre ressaltar que a conduta investigada no Processo Administrativo em epígrafe se refere à suposta prática das infrações elencadas no art. 36, incisos I e IV, c/c §3º, incisos II e IV, da Lei nº 12.529/2011 e, portanto, o mero inconformismo dos Requerentes com o justificado indeferimento da produção da prova pela SG não configura cerceamento de defesa, uma vez que, conforme já explicitado, podem os Representados produzir a aludida prova às suas expensas. Ao Protocolo.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 345, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018: resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

JUAN ANTONIO BACA LOZANO - W194878-1, natural da Espanha, nascido em 09 de dezembro de 1945, filho de Miguel Baca Balboa e de Encarnacion Lozano Lozano, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.005864/2017-03).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

PORTARIA Nº 352, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018: resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INNOCENT VALENTIN OKOYE - V381094-D, natural da Nigéria, nascido em 25 de setembro de 1964, filho de Daniel Okoye e de Patricia Okoye, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.318754/2016-10).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

PORTARIAS DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018: resolve:

Nº 364 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

SABADO N'TCHANGHA - G112915-M, natural de Guiné Bissau, nascida em 30 de dezembro de 1988, filha de M Bumba N'tchangha e de Hood Cumba, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.029580/2017-02).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

Nº 365 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.455/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

FATEMA ZAHRAA HASSOUN - G208106-O, natural da Síria, nascida em 06 de setembro de 2007, filha de Ahmed Hassoun e de Thanaa Oweida, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.033009/2018-65) e

TALA MUFTI - G310740-R, natural da Arábia Saudita, nascida em 07 de julho de 2010, filha de Mohamed Hazem Almufti e de Amera Zawaidie, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.028240/2018-37).

Nº 366 - TORNAR DEFINITIVA a nacionalidade brasileira concedida, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o Art. 70, Parágrafo único, da Lei nº 13.455/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

MOHAMAD HUSSEIN KHALIL - 9673468-Z, natural do Líbano, nascido em 09 de agosto de 2019, filho de Hussein Khalil e de Hanan Hussein Yassine, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08389.015124/2017-41).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DESPACHO

NEGO PROVIMENTO ao recurso, tendo em vista que, conforme disposto no art. 9, da Portaria Interministerial n° 7, de 13 de março de 2018, resta claro que cada renovação do prazo da autorização de residência, a título de estudo, é limitada para no máximo 1 (um) ano, e mantenho o Ato publicado no Diário Oficial da União 27/08/2018, Seção 1, página 121.

Processo nº 08460.017349/2017-21- IAN VINCENT WALDRON

FLÁVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA
Diretor
Substituto

COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS
COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS

DESPACHO Nº 3.433, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Considerando o contido no Processo Nº 08018.001118/2018-13, deste Ministério da Justiça, notifico os interessados no prosseguimento das solicitações de refúgio listadas nos ofícios nº 058 e 059/2018- DPU 2CATDF/GABDRDH DF que a continuação do processo de elegibilidade deverá ser requerida, no prazo de 30 dias, por petição apresentada diretamente à Coordenação-Geral do Comitê Nacional para Refugiados (CG-Conare), a ser encaminhada por via eletrônica (conare@mj.gov.br), contendo o endereço, o e-mail, bem como o número de telefone e de aplicativo de mensagem eletrônica atualizado do interessado, nos termos do art. 6º, inciso II, da Resolução Conare nº 18, de 30 de abril de 2014.

LUIZ PONTEL DE SOUZA
Presidente do Comitê

COORDENAÇÃO-GERAL DE MIGRAÇÃO DE NACIONALIDADE
DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS

INDEFIRO o pedido, considerando que os fatos apresentados não podem ser apreciados como casos não previstos, haja vista que se enquadra na hipótese prevista no 142, inciso I, alínea "e", do Decreto 9.199/17, ou, se for o caso, a título de casos especiais, associados as questões laborais, nos termos do art. 162 do mesmo diploma legal, de competência do Ministério do Trabalho.

Processo nº 08452.005059/2018-15- SAMBA NIANG

Considerando que o interessado possui trabalho no território brasileiro e também requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08434.002152/2017-13, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08434.001397/2018-04- ALIOUNE SARR

Considerando que o interessado possui trabalho no território brasileiro e também requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08505.000633/2017-03, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08505.057349/2018-81- NOURIDINE GBADAMASSI

Considerando que o interessado possui empresa no território brasileiro e também requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08270.011719/2016-73, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08270.015775/2018-49- JULIUS OMOKPO AIYEGBENI

Considerando que o interessado possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08220.001799/2015-63, e considerando ainda o registro de empregado na Carteira de Trabalho, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08435.004644/2018-14- MOR KHEWE MBAYE

Considerando que o interessado possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08220.001799/2015-63, e considerando ainda o registro de empregado na Carteira de Trabalho, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08388.003058/2018-57- TAPHA NDIAYE

Considerando que o requerimento de solicitação de autorização de residência, sob o n° 08220.301835/2016-77, ainda não foi decidido pela Administração Pública, e considerando ainda que uma eventual decisão de deferimento do referido requerimento enquadraria a situação migratória do(a) interessado(a) em uma das hipóteses previstas no art. 142, do Decreto 9.199/17, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08451.006238/2018-80- ALIOU DIOUF

Considerando que o requerimento de solicitação de autorização de residência, sob o n° 08220.005939/2015-72, ainda não foi decidido pela Administração Pública, e considerando ainda que uma eventual decisão de deferimento do referido requerimento enquadraria a situação migratória do(a) interessado(a) em uma das hipóteses previstas no art. 142, do Decreto 9.199/17, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08270.014212/2018-33- PAPA NDIAYE

Considerando que o requerimento de solicitação de autorização de residência, sob o n° 08220.012455/2015-80, ainda não foi decidido pela Administração Pública, e considerando ainda que uma eventual decisão de deferimento do referido requerimento enquadraria a situação migratória do(a) interessado(a) em uma das hipóteses previstas no art. 142, do Decreto 9.199/17, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08452.004890/2018-50- IBRAHIMA WATHIE

Considerando que o requerimento de solicitação de autorização de residência, sob o n° 08451.002747/2014-18, ainda não foi decidido pela Administração Pública, e considerando ainda que uma eventual decisão de deferimento do referido requerimento enquadraria a situação migratória do interessado em uma das hipóteses previstas no art. 142, do Decreto 9.199/17, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08255.014497/2018-09- SAMBA GAYE

Considerando que o requerimento de solicitação de autorização de residência, sob o n° 08220.001383/2015-45, ainda não foi decidido pela Administração Pública, e considerando ainda que uma eventual decisão de deferimento do referido requerimento enquadraria a situação migratória do(a) interessado(a) em uma das hipóteses previstas no art. 142, do Decreto 9.199/17, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08430.014040/2018-18- SIDY KHOUMA

Considerando que o interessado possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08451.010853/2014-67, e considerando ainda que o interessado é microempreendedor no Brasil, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08270.014257/2018-16- ALIOUNE BADARA NDIAYE

Considerando que o interessado possui trabalho no território brasileiro e também requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08222.000360/2015-31, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08430.012756/2018-81- DIEBEL SALL

Considerando que o interessado possui trabalho no território brasileiro e também requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08220.005099/2014-67, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08430.013443/2018-40- CHEIKH SAMB

Considerando que o interessado possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08220.005860/2014-61, e considerando ainda o registro de empregado na CTPS juntada nos autos, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08388.003059/2018-00- AKHMA FALL

Considerando que o interessado possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08451.014374/2015-09, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08451.006542/2018-27- ASSANE MBENGUE

Considerando que o interessado possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08220.007854/2015-29, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08451.006565/2018-31- MODOU MBACKE NIANG

Considerando que o interessado possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08220.007028/2014-07, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08451.006466/2018-50- ALIOUNE LEYE

Considerando que o interessado possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08220.007094/2015-50, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08452.007020/2018-32- MOUSTAPHA KANE

Considerando que o interessado possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08220.001375/2015-07, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08065.002474/2018-81- MOUSSA TALL

Considerando que o interessado possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08220.006788/2015-70, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08452.006963/2018-48- MOUNTAKHA FAYE

Considerando que o interessado possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08220.018069/2014-11, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08451.006330/2018-40- MAGATTE SALL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando que o interessado possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08220.004945/2014-21, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08451.006184/2018-52- TOUBA SAMB

Considerando que o interessado possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08220.015069/2014-69, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08230.008006/2018-61- BABACAR FALL

Considerando que o interessado possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08220.016555/2014-02, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08230.007792/2018-89- ABDOULAYE NIANE

Considerando que o interessado possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08221.003296/2014-31, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08230.007793/2018-23- IBRAHIMA FALL

Considerando que o interessado possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08444.002504/2013-80, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08451.006066/2018-44- MAMADOU BARA DIAKHATE

Considerando que o interessado possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08220.014018/2015-09, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08451.006007/2018-76- THIAMBA YADE

Considerando que o interessado possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08220.005943/2015-31, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08451.005993/2018-47- MATAR NDIAYE

Considerando que o interessado possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08451.017309/2014-46, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08430.013349/2018-91- ALIOU CISSE

Considerando o disposto no art. 10 da Portaria Interministerial n° 3, de 27 de fevereiro de 2018, e considerando ainda que os presentes autos foram restituídos à Polícia Federal para tomar as medidas cabíveis, conforme Ofício n.° 4/2018/DPMig_Aut_de_res_casos_nao_pre/DPMig/CGPMIG/DEMIG/SNJ-MJ, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do processo protocolado nesta Divisão.

Processo nº 08280.013749/2018-67- JOYCE ITZEL YEARWOOD ROYES

Considerando o disposto no art. 10 da Portaria Interministerial n° 3, de 27 de fevereiro de 2018, e considerando ainda que os presentes autos foram restituídos à Polícia Federal para tomar as medidas cabíveis, conforme Ofício n.° 3/2018/DPMig_Aut_de_res_casos_nao_pre/DPMig/CGPMIG/DEMIG/SNJ-MJ, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do processo protocolado nesta Divisão.

Processo nº 08354.004491/2018-05- NEYDA BATISTA BATISTA

Considerando o disposto no art. 10 da Portaria Interministerial n° 3, de 27 de fevereiro de 2018, e considerando ainda que os presentes autos foram restituídos à Polícia Federal para as providências cabíveis, conforme Ofício n.° 48/2018/DPMig_Perm_Reuniao_Familiar/DPMig_Administrativo/DPMig/CGPMIG/DEMIG/SNJ-MJ, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do processo protocolado nesta Divisão.

Processo nº 08458.002498/2018-16- EUGENIA ANDRE PASCOAL

Considerando o disposto no art. 10 da Portaria Interministerial n° 3, de 27 de fevereiro de 2018, e considerando ainda que os presentes autos foram restituídos à Polícia Federal para as providências cabíveis, conforme Ofício n.° 47/2018/DPMig_Perm_Reuniao_Familiar/DPMig_Administrativo/DPMig/CGPMIG/DEMIG/SNJ-MJ, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do processo protocolado nesta Divisão.

Processo nº 08505.049473/2018-73- JUCONG LIU

Considerando o disposto no art. 10 da Portaria Interministerial n° 3, de 27 de fevereiro de 2018, e considerando ainda que os presentes autos foram restituídos à Polícia Federal para as providências cabíveis, conforme Ofício n.° 46/2018/DPMig_Perm_Reuniao_Familiar/DPMig_Administrativo/DPMig/CGPMIG/DEMIG/SNJ-MJ, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do processo protocolado nesta Divisão.

Processo nº 08506.013775/2017-12- VICENZO BELCAMPO

Determino o arquivamento do presente processo, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento INTEGRAL da exigência formulada por esta Divisão.

Processo nº 08505.044735/2018-11- MARIA HELENA LUCAS GONÇALVES

MARTHA PACHECO BRAZ
Chefe

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHOS DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 14, inciso IX, do Decreto nº 9.360, de 7 de maio de 2018; e

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999; e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016; resolve:

Nº 597 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO CENTRO DE ONCOLOGIA DE MARÍLIA, com sede em Marília - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 23.627.316/0001-03, em razão do descumprimento do art. 6º inciso II do Decreto nº 3.100/99.

De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.036516/2018-31.

Nº 598 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO CEARENSE DE BEISEBOL - ACB, com sede em MARACANAU - CE, inscrita no CNPJ sob o nº 19.031.094/0001-94, em razão do descumprimento dos arts. 1º II, 2º II, III, IV e 6º II do Decreto nº 9.790/99.

De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.036497/2018-43.

Nº 613 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social COMUNIDADE TERAPÊUTICA CRUZ E GLÓRIA CTCG, com sede em Nova Serrana - MG, inscrita no CNPJ sob o nº 13.808.285/0001-33. Processo SEI/MJ nº 08000.037212/2018-91.

Nº 614 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA KEMIRA - AFK, com sede em TELEMACO BORBA - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 05.829.129/0001-20, em razão do descumprimento do Art. 2º, incisos II e V; Art. 4º, incisos III, V, VI e VII da Lei nº 9.790/99; Art 1º, inciso VI do Decreto nº 3.100/99 e Art. 3º, inciso III da Portaria MJ nº 362/16.

De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.037776/2018-24.

Nº 615 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ORGANIZAÇÃO DE PROTEÇÃO ANIMAL DO ALEGRETE - O.P.A.A, com sede em ALEGRETE - RS, inscrita no CNPJ sob o nº 10.825.728/0001-06, em razão do descumprimento dos artigos: 3º, incisos III e IV; 4º, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII; 5º, inciso I e V; e 18 da Lei nº 9.790/99.

De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.037730/2018-13.

Nº 616 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA ROMA, com sede em Porto Alegre - RS, inscrita no CNPJ sob o nº 92.098.854/0001-70, em razão do descumprimento dos seguintes artigos da Lei nº 9.790/99: 2º, inciso V; 3º, inciso III; 4º, incisos I, II, III, IV, V e VI; 5º, inciso III.

De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.037408/2018-86.

Nº 617 - Reconsidero a decisão indeferitória proferida por meio do Despacho nº 506, de 3 de agosto de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 7 de agosto de 2018, Seção 1, página 29, para tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ARGILANDO, com sede Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 10.592.148/0001-16. Processo SEI/MJ nº 08000.028546/2018-74.

Nº 618 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ARAÇÁ ESPORTE CLUBE, com sede em Sapiranga - RS, inscrita no CNPJ sob o nº 08.445.588/0001-07, em razão do descumprimento dos artigos: 3º, inciso III; 4º, incisos I, II, IV, V, VI e VIII e art. 5º, incisos III, IV da Lei nº 9.790/99; Art. 1º, incisos III, IV e VI do Decreto 3.100/99; Art. 3º, incisos III, IV e V da Portaria nº 362/16.

De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.038608/2018-56.

Nº 619 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS PARA COMBATE AO CÂNCER DO ABC, com sede em São Bernardo do Campo - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.149.723/0001-45, em razão do descumprimento do Art. 4º, incisos I e II da Lei nº 9.790/99; Art. 1º, inciso VI do Decreto 3.100/99; Art. 3º, inciso III da Portaria MJ nº 362/16.

De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.038512/2018-98.

Nº 621 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social NUCLEO DE AÇÃO SOCIAL LUZ A VIDA, com sede em Miracatu - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 14.757.932/0001-98, em razão do descumprimento do art. 3º IV da Lei nº 9.790/99.

De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.038436/2018-11.

Nº 622 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA BIBLIOTECA, com sede em São Jose dos Campos - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 06.894.681/0001-65, em razão do descumprimento do art. 5º da Lei nº 9.790/99.

De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.038611/2018-70.

Nº 625 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES DA CIDADANIA, com sede em João Pessoa - PB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.818.883/0001-04, em razão do descumprimento dos arts. 4º e 18 da Lei nº 9.790/99.

De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.038667/2018-24.

Nº 626 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO DOS LOJISTAS DE VEICULOS AUTOMOTORES DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO - ASSOVIESP, com sede em São José do Rio Preto - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.524.970/0001-47, em razão do descumprimento do art. 2º incisos II e III e art. 6º do Decreto nº 3.100/99.

De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.038842/2018-83.

Nº 627 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social TABOA FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO, com sede em Cidade - UF, inscrita no CNPJ sob o nº 21.498.105/0001-92, em razão do descumprimento dos arts. 1º II e IV, 2º, III e IV e 6º do Decreto nº 3.100/99.

De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.039245/2018-76.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 628 - Reconsidero a decisão indeferitória proferida por meio do Despacho nº Despacho nº 560, de 17 de setembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 19 de setembro de 2018, Seção 1, página 30, para tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO CENTRO DO IDOSO - VIDA MAIS, com sede em Itapira - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 20.168.056/0001-67. Processo SEI/MJ nº 08000.033063/2018-91

Nº 629 - Reconsidero a decisão indeferitória proferida por meio do Despacho nº 593, de 2 de outubro de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 4 de outubro de 2018, Seção 1, página 61, para tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO ÓRION, com sede em Lages - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 14.606.775/0001-10. Processo SEI/MJ nº 08000.036049/2018-40.

Nº 630 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO AMADA HELENA, com sede em Gravataí - RS, inscrita no CNPJ sob o nº 18.967.577/0001-32, em razão do descumprimento dos arts. 1º IV, 2º III e 6º do Decreto nº 3.100/99.

De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.039407/2018-76.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.528, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre o repasse de recursos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) para o Exercício de 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto n° 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; da Lei nº 10.880, de 09 de junho de 2004; da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008; e da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS Nº 6, de 28 de setembro de 2017, Capítulo VI (Origem: PRT MS/GM 2765/2014), que dispõe sobre as normas para financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), e dá outras providências;

Considerando a Portaria GM/MS n° 1.637, de 1° de outubro de 2015, que dispõe sobre o repasse de recursos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) para o Exercício de 2015, e dá outras providências;

Considerando a Portaria GM/MS n° 1.605, de 1° de setembro de 2016, que dispõe sobre o repasse de recursos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) para o Exercício de 2016, e dá outras providências;

Considerando a Portaria GM/MS n° 2.060, de 14 de agosto de 2017, que dispõe sobre o repasse de recursos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) para o Exercício de 2017, e dá outras providências;

Considerando a Resolução CIB/MS nº 15, de 15 de março de 2018, que atualiza a execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP);

Considerando a Resolução CIB/GO nº 64, de 22 de março de 2018, que aprova AD REFERENDUM a transferência de recurso federal para execução das ações e serviços de saúde referente ao Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) repassando do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde dos municípios de Abadiânia, Alto Paraíso de Goiás, Formoso, Goianira e Minaçu - GO; e

Considerando a Nota Técnica 16/2018-COPRIS/DAB/SCTIE/MS, de 10 de outubro de 2018, que encaminha informações para elaboração da Portaria que dispõe sobre o repasse de recursos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) para o exercício de 2018, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre o repasse dos recursos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) para o Exercício de 2018.

Art. 2º Os recursos federais destinados à execução das ações e serviços de saúde referentes ao Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito da PNAISP, correspondente a R$ 17,73 (dezessete reais e setenta e três centavos) por pessoa privada de liberdade no Sistema Prisional, referente ao Exercício de 2018, deverão ser repassados da seguinte forma:

§ 1º Para os Municípios constantes no Anexo I a transferência dos recursos será realizada do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde; e

§ 2º Para o Distrito Federal e para os Estados constantes no Anexo II a transferência dos recursos será realizada do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados e do Distrito Federal.

Parágrafo único. Estão relacionados no Anexo I os Municípios que pactuaram na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) a transferência de responsabilidades pela execução do financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) e estão aptos à descentralização dos recursos por meio de sua adesão à PNAISP.

Art. 3° O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 4º Os recursos financeiros federais para execução do disposto nesta Portaria são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.303.2015.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO I

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PARA FINANCIAMENTO DO COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SISTEMA PRISIONAL, POR MUNICÍPIO, NO ANO DE 2018.

N°	UF	IBGE	Município	População Prisional	Valor do Repasse	Fonte de Informação Base Populacional
01	AC	120060	Tarauacá	481	R$ 8.528,13	Geopresídios
-	AC Total	-	-	481	R$ 8.528,13	-
02	GO	520250	Aruanã	47	R$ 833,31	Geopresídios
03	GO	520160	Araçu	30	R$ 531,90	Geopresídios
04	GO	520260	Aurilândia	3	R$ 53,19	Geopresídios
05	GO	520410	Cachoeira Alta	82	R$ 1.453,86	Geopresídios
06	GO	520500	Carmo do Rio Verde	19	R$ 336,87	Geopresídios
07	GO	520540	Ceres	180	R$ 3.191,40	Geopresídios
08	GO	520580	Corumbá de Goiás	76	R$ 1.347,48	Geopresídios
09	GO	520590	Corumbaíba	62	R$ 1.099,26	Geopresídios
10	GO	520790	Flores de Goiás	41	R$ 726,93	Geopresídios
11	GO	520810	Formoso	11	R$ 195,03	Geopresídios
12	GO	520880	Goianira	118	R$ 2.092,14	Geopresídios
13	GO	520910	Goiatuba	145	R$ 2.570,85	Geopresídios
14	GO	520970	Hidrolândia	109	R$ 1.932,57	Geopresídios
15	GO	521040	Itaberaí	97	R$ 1.719,81	Geopresídios
16	GO	521060	Itaguaru	31	R$ 549,63	Geopresídios
17	GO	521140	Itauçu	22	R$ 390,06	Geopresídios
18	GO	521150	Itumbiara	456	R$ 8.084,88	Geopresídios
19	GO	521220	Jussara	65	R$ 1.152,45	Geopresídios
20	GO	521260	Mairipotaba	1	R$ 17,73	Geopresídios
21	GO	521308	Minaçu	81	R$ 1.436,13	Geopresídios
22	GO	521380	Morrinhos	206	R$ 3.652,38	Geopresídios
23	GO	521450	Nerópolis	38	R$ 673,74	Geopresídios
24	GO	521560	Padre Bernardo	132	R$ 2.340,36	Geopresídios
25	GO	521860	Rialma	111	R$ 1.968,03	Geopresídios
26	GO	521890	Rubiataba	93	R$ 1.648,89	Geopresídios
27	GO	521900	Sanclerlândia	30	R$ 531,90	Geopresídios
28	GO	522150	Turvânia	7	R$ 124,11	Geopresídios
-	GO Total	-	-	2.293	R$ 40.654,89	-
29	MS	500020	Água Clara	6	R$ 106,38	Geopresídios
30	MS	500070	Anastácio	1	R$ 17,73	Geopresídios
31	MS	500100	Aparecida do Taboado	11	R$ 195,03	Geopresídios
32	MS	500110	Aquidauana	337	R$ 5.975,01	Geopresídios
33	MS	500190	Bataguassu	122	R$ 2.163,06	Geopresídios

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

34	MS	500210	Bela Vista	24	R$ 425,52	Geopresídios
35	MS	500220	Bonito	2	R$ 35,46	Geopresídios
36	MS	500230	Brasilândia	10	R$ 177,30	Geopresídios
37	MS	500240	Caarapó	48	R$ 851,04	Geopresídios
38	MS	500260	Camapuã	13	R$ 230,49	Geopresídios
39	MS	500270	Campo Grande	6.496	R$ 115.174,08	Geopresídios
40	MS	500290	Cassilândia	195	R$ 3.457,35	Geopresídios
41	MS	500295	Chapadão do Sul	17	R$ 301,41	Geopresídios
42	MS	500325	Costa Rica	12	R$ 212,76	Geopresídios
43	MS	500330	Coxim	139	R$ 2.464,47	Geopresídios
44	MS	500348	Dois Irmãos do Buriti	518	R$ 9.184,14	Geopresídios
45	MS	500370	Dourados	3.048	R$ 54.041,04	Geopresídios
46	MS	500430	Iguatemi	24	R$ 425,52	Geopresídios
47	MS	500470	Ivinhema	27	R$ 478,71	Geopresídios
48	MS	500500	Jardim	293	R$ 5.194,89	Geopresídios
49	MS	500568	Mundo Novo	16	R$ 283,68	Geopresídios
50	MS	500570	Naviraí	768	R$ 13.616,64	Geopresídios
51	MS	500620	Nova Andradina	231	R$ 4.095,63	Geopresídios
52	MS	500630	Paranaíba	473	R$ 8.386,29	Geopresídios
53	MS	500660	Ponta Porã	1.045	R$ 18.527,85	Geopresídios
54	MS	500710	Ribas do Rio Pardo	8	R$ 141,84	Geopresídios
55	MS	500720	Rio Brilhante	307	R$ 5.443,11	Geopresídios
56	MS	500730	Rio Negro	2	R$ 35,46	Geopresídios
57	MS	500769	São Gabriel do Oeste	51	R$ 904,23	Geopresídios
58	MS	500770	Sete Quedas	13	R$ 230,49	Geopresídios
59	MS	500790	Sidrolândia	58	R$ 1.028,34	Geopresídios
60	MS	500830	Três Lagoas	940	R$ 16.666,20	Geopresídios
	MS TOTAL	-	-	15.255	R$ 270.471,15	-
61	PR	410480	Cascavel	1.346	R$ 23.864,58	Geopresídios
62	PR	410500	Catanduvas	10	R$ 177,30	Geopresídios
63	PR	410660	Cruzeiro do Oeste	998	R$ 17.694,54	Geopresídios
64	PR	411150	Ivaiporã	149	R$ 2.641,77	Geopresídios
65	PR	411950	Piraquara	6.542	R$ 115.989,66	Geopresídios
66	PR	412060	Prudentópolis	43	R$ 762,39	Geopresídios
67	PR	412440	Santo Antônio do Sudoeste	39	R$ 691,47	Geopresídios
68	PR	412500	São João do Ivaí	34	R$ 602,82	Geopresídios
-	PR Total	-	-	9.161	R$ 162.424,53	-
69	RN	240100	Apodi	49	R$ 868,77	Geopresídios
70	RN	240710	Macaíba	133	R$ 2.358,09	Geopresídios
71	RN	240800	Mossoró	901	R$ 15.974,73	Geopresídios
72	RN	240810	Natal	3.323	R$ 58.916,79	Geopresídios
73	RN	240820	Nísia Floresta	2.607	R$ 46.222,11	Geopresídios
74	RN	240325	Parnamirim	910	R$ 16.134,30	Geopresídios
75	RN	240930	Patu	55	R$ 975,15	Infopen
-	RN Total	-	-	7.978	R$ 141.449,94	-
76	RS	430110	Arroio dos Ratos	704	R$ 12.481,92	Geopresídios
77	RS	430290	Cacequi	48	R$ 851,04	Geopresídios
78	RS	430300	Cachoeira do Sul	242	R$ 4.290,66	Geopresídios
79	RS	430420	Candelária	89	R$ 1.577,97	Geopresídios
80	RS	430440	Canela	221	R$ 3.918,33	Geopresídios
81	RS	430450	Canguçu	122	R$ 2.163,06	Geopresídios
82	RS	430460	Canoas	95	R$ 1.684,35	Geopresídios
83	RS	430510	Caxias do Sul	1.295	R$ 22.960,35	Geopresídios
84	RS	430520	Cerro Largo	90	R$ 1.595,70	Geopresídios
85	RS	430535	Charqueadas	2.412	R$ 42.764,76	Geopresídios
86	RS	430610	Cruz Alta	219	R$ 3.882,87	Geopresídios
87	RS	430660	Dom Pedrito	145	R$ 2.570,85	Geopresídios
88	RS	430700	Erechim	585	R$ 10.372,05	Geopresídios
89	RS	430750	Espumoso	116	R$ 2.056,68	Geopresídios
90	RS	430890	Getúlio Vargas	186	R$ 3.297,78	Geopresídios
91	RS	430940	Guaporé	183	R$ 3.244,59	Geopresídios
92	RS	431020	Ijuí	799	R$ 14.166,27	Geopresídios
93	RS	431050	Iraí	97	R$ 1.719,81	Geopresídios
94	RS	431060	Itaqui	163	R$ 2.889,99	Geopresídios
95	RS	431120	Júlio de Castilhos	67	R$ 1.187,91	Geopresídios
96	RS	431140	Lajeado	453	R$ 8.031,69	Geopresídios
97	RS	431240	Montenegro	1.722	R$ 30.531,06	Geopresídios
98	RS	431350	Osório	2.483	R$ 44.023,59	Geopresídios
99	RS	431370	Palmeira das Missões	141	R$ 2.499,93	Geopresídios
100	RS	431440	Pelotas	1.046	R$ 18.545,58	Geopresídios
101	RS	431490	Porto Alegre	5.896	R$ 104.536,08	Geopresídios
102	RS	431560	Rio Grande	960	R$ 17.020,80	Geopresídios
103	RS	431680	Santa Cruz do Sul	266	R$ 4.716,18	Geopresídios
104	RS	431720	Santa Rosa	435	R$ 7.712,55	Geopresídios
105	RS	431730	Santa Vitória do Palmar	135	R$ 2.393,55	Geopresídios
106	RS	431710	Sant´Ana do Livramento	263	R$ 4.662,99	Geopresídios
107	RS	431740	Santiago	182	R$ 3.226,86	Geopresídios
108	RS	431750	Santo Ângelo	343	R$ 6.081,39	Geopresídios
109	RS	431790	Santo Cristo	72	R$ 1.276,56	Geopresídios
110	RS	431830	São Gabriel	197	R$ 3.492,81	Geopresídios
111	RS	431890	São Luiz Gonzaga	213	R$ 3.776,49	Geopresídios
112	RS	431960	São Sepé	85	R$ 1.507,05	Geopresídios
113	RS	431980	São Vicente do Sul	45	R$ 797,85	Geopresídios
114	RS	432070	Sobradinho	157	R$ 2.783,61	Geopresídios
115	RS	432190	Três Passos	262	R$ 4.645,26	Geopresídios
116	RS	432260	Venâncio Aires	616	R$ 10.921,68	Geopresídios
-	RS Total	-	-	23.850	R$ 422.860,50	-
117	SC	420140	Araranguá	360	R$ 6.382,80	Geopresídios
118	SC	420230	Biguaçu	174	R$ 3.085,02	Geopresídios

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

119	SC	420240	Blumenau	1.793	R$ 31.789,89	Geopresídios
120	SC	420290	Brusque	136	R$ 2.411,28	Geopresídios
121	SC	420360	Campos Novos	137	R$ 2.429,01	Geopresídios
122	SC	420420	Chapecó	2.087	R$ 37.002,51	Geopresídios
123	SC	420460	Criciúma	1.871	R$ 33.172,83	Geopresídios
124	SC	420730	Imbituba	154	R$ 2.730,42	Geopresídios
125	SC	420820	Itajaí	2.765	R$ 49.023,45	Geopresídios
126	SC	420890	Jaraguá do Sul	563	R$ 9.981,99	Geopresídios
127	SC	420910	Joinville	1.633	R$ 28.953,09	Geopresídios
128	SC	420930	Lages	1.385	R$ 24.556,05	Geopresídios
129	SC	420940	Laguna	111	R$ 1.968,03	Geopresídios
130	SC	421010	Mafra	198	R$ 3.510,54	Geopresídios
131	SC	421360	Porto União	182	R$ 3.226,86	Geopresídios
132	SC	421480	Rio do Sul	243	R$ 4.308,39	Geopresídios
133	SC	421605	São Cristóvão do Sul	779	R$ 13.811,67	Geopresídios
134	SC	421650	São Joaquim	13	R$ 230,49	TJ/RS
135	SC	421670	São José do Cedro	101	R$ 1.790,73	Geopresídios
136	SC	421725	São Pedro de Alcântara	1378	R$ 24.431,94	Geopresídios
-	SC Total	-	-	16.063	R$ 284.796,99	-
137	TO	170100	Ananás	39	R$ 691,47	Geopresídios
138	TO	170190	Araguacema	47	R$ 833,31	Geopresídios
139	TO	170220	Araguatins	52	R$ 921,96	Geopresídios
140	TO	170240	Arraias	47	R$ 833,31	Geopresídios
141	TO	170255	Augustinópolis	82	R$ 1.453,86	Geopresídios
142	TO	170300	Babaçulândia	26	R$ 460,98	Geopresídios
143	TO	170386	Cariri do Tocantins	296	R$ 5.248,08	Infopen
144	TO	170550	Colinas do Tocantins	114	R$ 2.021,22	Geopresídios
145	TO	170610	Cristalândia	64	R$ 1.134,72	TJ/TO
146	TO	171200	Lajeado	19	R$ 336,87	Geopresídios
147	TO	171320	Miracema do Tocantins	102	R$ 1.808,46	Geopresídios
148	TO	171330	Miranorte	61	R$ 1.081,53	Geopresídios
149	TO	171575	Palmeirópolis	24	R$ 425,52	Geopresídios
150	TO	171650	Pedro Afonso	18	R$ 319,14	Geopresídios
151	TO	171820	Porto Nacional	164	R$ 2.907,72	Geopresídios
152	TO	172120	Tocantinópolis	69	R$ 1.223,37	Geopresídios
153	TO	172208	Wanderlândia	21	R$ 372,33	Geopresídios
154	TO	172210	Xambioá	39	R$ 691,47	Geopresídios
-	TO Total	-	-	1.284	R$ 22.765,32	-
-	Total Geral		-	76.365	R$ 1.353.951,45	-

Fontes: Base populacional - Sistema Geopresídio do Conselho Nacional de Justiça, Sistema de Informações Penitenciárias (InfoPen) e Tribunais de Justiça.

ANEXO II

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PARA FINANCIAMENTO DO COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SISTEMA PRISIONAL, POR UNIDADE FEDERATIVA, NO ANO DE 2018.

N°	UF	População Prisional	Valor do Repasse	Fonte de Informação Base Populacional
01	AC	5.548	R$ 98.366,04	Geopresídios
02	AL	2.351	R$ 41.683,23	Geopresídios
03	AM	5.973	R$ 105.901,29	Geopresídios
04	AP	2.965	R$ 52.569,45	Geopresídios
05	BA	14.836	R$ 263.042,28	Geopresídios
06	CE	20.763	R$ 368.127,99	Geopresídios
07	DF	16.665	R$ 295.470,45	Geopresídios
08	ES	21.995	R$ 389.971,35	Geopresídios
09	GO	18.861	R$ 334.405,53	Geopresídios
10	MA	10.134	R$ 179.675,82	Geopresídios
11	MG	74.062	R$ 1.313.119,26	Geopresídios
12	MS	1.731	R$ 30.690,63	Geopresídios
13	MT	11.918	R$ 211.306,14	Geopresídios
14	PA	17.612	R$ 312.260,76	Geopresídios
15	PB	13.106	R$ 232.369,38	Geopresídios
16	PE	28.517	R$ 505.606,41	Geopresídios
17	PI	4.664	R$ 82.692,72	Geopresídios
18	PR	22.634	R$ 401.300,82	Geopresídios
19	RJ	50.785	R$ 900.418,05	Geopresídios
20	RN	1.610	R$ 28.545,30	Geopresídios
21	RO	8.666	R$ 153.648,18	Geopresídios
22	RR	2.795	R$ 49.555,35	Geopresídios
23	RS	10.475	R$ 185.721,75	Geopresídios
24	SC	7.390	R$ 131.024,70	Geopresídios
25	SE	5.577	R$ 98.880,21	Geopresídios
26	SP	232.917	R$ 4.129.618,41	Geopresídios
27	TO	2.903	R$ 51.470,19	Geopresídios
-	Total Geral	617.453	R$ 10.947.441,69	-

Fontes: Base populacional - Sistema Geopresídios do Conselho Nacional de Justiça.

PORTARIA Nº 3.541, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Exclui proposta do Anexo da Portaria nº 2.748/GM/MS, de 29 de agosto de 2018, que habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica excluída, do Anexo da Portaria nº 2.748/GM/MS, de 29 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 171, de 4 de setembro de 2018, Seção 1, páginas 27 e 28, proposta do Município descrito no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
BA	IBIASSUCÊ	Fundo Municipal de Saúde de Ibiassucê	36000213244201800	40.000,00	81785125	40.000,00	10122201545250001	3912108	40.000,00

PORTARIA Nº 3.542, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

Exclui propostas do Anexo da Portaria nº 2.749/GM/MS, de 29 de agosto de 2018, que habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica excluída, do Anexo da Portaria nº 2.749/GM/MS, de 29 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 173, de 6 de setembro de 2018, Seção 1, páginas 43 e 44, propostas dos Municípios descritos no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	ARAMARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	36000213406201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
BA	BAIXA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BAIXA GRANDE	36000213949201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
BA	BOTUPORA	FUNSAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BOTUPORA	36000213246201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
BA	CAETANOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000213144201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
BA	FEIRA DE SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FEIRA DE SANTANA	36000213586201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
BA	IBIASSUCÊ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIASSUCE	36000213243201800	81785125	260.000,00	260.000,00	10122201545250001
BA	ITANHEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITANHEM	36000213324201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
BA	MALHADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000213322201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
BA	MIRANGABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000213122201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
BA	MUNDO NOVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MUNDO NOVO - FUMSAUDE	36000213104201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
BA	PONTO NOVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000213367201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
BA	POTIRAGUÁ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE POTIRAGUA	36000213727201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
BA	QUIXABEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUIXABEIRA	36000213368201800	81785125	336.000,00	336.000,00	10122201545250001
BA	SOUTO SOARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOUTO SOARES	36000213589201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
BA	TEOLÂNDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEOLANDIA	36000213378201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001

PORTARIA Nº 3.543, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Exclui proposta do Anexo da Portaria nº 2.948/GM/MS, de 17 de setembro de 2018, que habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica excluída, do Anexo da Portaria nº 2.948/GM/MS, de 17 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 180, de 18 de setembro de 2018, Seção 1, páginas 30 a 32, proposta do Município descrito no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	CAETANOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000218188201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União nº 209, 30 de outubro de 2018, Seção 1, página 49, onde se lê "PORTARIA Nº 3.492, DE 28 DE OUTUBRO DE 2018", leia-se "PORTARIA Nº 3.492, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018".

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.191, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Defere readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016; e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012;

Considerando o anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação Nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as regras e critérios para credenciamento e apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), e dá outras providências; e

Considerando o Parecer nº 233/2018-CGATES/DEGES/SGTES/MS, que aprova a readequação do projeto, resolve:

Art. 1º Deferir a readequação do projeto abaixo relacionado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), nos seguintes termos:

Instituição: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Eldorado do Carajás

CNPJ: 07.396.687/0001-75

Nome do Projeto: Um Olhar ao Norte: Capacitação Regional no Sudoeste do Pará

SIPAR: 25000.002642/2017-21

Prazo de execução: 12 meses

Valor readequado: R$ 336.926,28 (trezentos e trinta e seis mil, novecentos e vinte e seis reais e vinte e oito centavos)

Resumo do projeto: Realizar capacitações voltadas para as áreas de fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia e pedagogia.

Art. 2º Revogar o inciso XXIV, do art. 1º da Portaria SE/MS nº 1.241, de 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHO Nº 271, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria MS/GM nº 3.427, de 24 de outubro de 2018, tendo em vista o disposto no art. 47, IX, aliado ao art. 53, IX do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, em razão de DECISÃO JUDICIAL exarada nos autos do Processo 1021857-75.2018.4.01.3400, suspende, os efeitos da decisão que negou provimento ao recurso administrativo expediente 0414714/18-6, interposto pela DR. Reddys Farmacêutica do Brasil Ltda, publicada no Aresto nº 1.196, de 5 de outubro de 2018, Seção 1, pág. 66, do Diário Oficial da União nº 197, de 11 de outubro de 2018. Publique-se.

RENATO ALENCAR PORTO

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

DESPACHO Nº 267, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio do Despacho do Diretor-Presidente n° 48, publicado no Diário Oficial da União, em 10 de julho de 2017, e em razão da reorganização administrativa, que se encontra em andamento, visando ao adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da nova legislação, resolve prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782, de 1999, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente ao(s) recurso(s) administrativo(s) listado(s) no Anexo.

ALESSANDRA BASTOS SOARES

ANEXO

Empresa: LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A
CNPJ: 31.673.254/0001-02
Processo: 25351.077425/2018-95
Expediente: 0831352/18-1
Nome Comercial (Produto): Cateteres Venosos Centrais Mono lúmen com dispositivo de segurança e anti-reuso
Data do Protocolo: 22/08/2018

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 67, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS relativa à proposta de aprovação das Diretrizes Brasileiras para insuficiência cardíaca com fração de ejeção reduzida, apresentada pela Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

PORTARIA Nº 44, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Torna pública a decisão de não incorporar a detecção da deficiência de glicose-6-fosfato desidrogenase em papel-filtro no teste do pezinho para deficiência de glicose-6-fosfato desidrogenase no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Não incorporar a detecção da deficiência de glicose-6-fosfato desidrogenase em papel-filtro no teste do pezinho para deficiência de glicose-6-fosfato desidrogenase no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art. 3º A matéria poderá ser submetida a novo processo de avaliação pela CONITEC caso sejam apresentados fatos novos que possam alterar o resultado da análise efetuada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

PORTARIA Nº 45, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Torna pública a decisão de não incorporar a detecção da galactosemia no teste do pezinho para deficiência de galactose-1-P-uridil transferase no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Não incorporar a detecção da galactosemia no teste do pezinho para deficiência de galactose-1-P-uridil transferase no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art. 3º A matéria poderá ser submetida a novo processo de avaliação pela CONITEC caso sejam apresentados fatos novos que possam alterar o resultado da análise efetuada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

PORTARIA Nº 50, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Torna pública a decisão de incorporar o adalimumabe na primeira etapa de tratamento após falha da terapia de primeira linha de tratamento da psoríase, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art.1º Incorporar o adalimumabe na primeira etapa de tratamento após falha da terapia de primeira linha de tratamento da psoríase, conforme Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º Conforme determina o art. 25 do Decreto 7.646/2011, o prazo máximo para efetivar a oferta ao SUS é de cento e oitenta dias.

Art.3º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

PORTARIA Nº 51, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Torna pública a decisão de incorporar o secuquinumabe na segunda etapa de tratamento após falha da primeira etapa da segunda linha de tratamento da psoríase, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art.1º Incorporar o secuquinumabe na segunda etapa de tratamento após falha da primeira etapa da segunda linha de tratamento da psoríase, conforme Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º Conforme determina o art. 25 do Decreto 7.646/2011, o prazo máximo para efetivar a oferta ao SUS é de cento e oitenta dias.

Art.3º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

PORTARIA Nº 52, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Torna pública a decisão de incorporar o etanercepte na primeira etapa de tratamento da psoríase após falha de primeira linha em pacientes pediátricos, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art.1º Incorporar o etanercepte na primeira etapa de tratamento da psoríase após falha de primeira linha em pacientes pediátricos, conforme Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º Conforme determina o art. 25 do Decreto 7.646/2011, o prazo máximo para efetivar a oferta ao SUS é de cento e oitenta dias.

Art.3º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

PORTARIA Nº 53, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Torna pública a decisão de incorporar o ustequinumabe na segunda etapa de tratamento após falha da primeira etapa da segunda linha de tratamento da psoríase, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art.1º Incorporar o ustequinumabe na segunda etapa de tratamento após falha da primeira etapa da segunda linha de tratamento da psoríase, conforme Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º Conforme determina o art. 25 do Decreto 7.646/2011, o prazo máximo para efetivar a oferta ao SUS é de cento e oitenta dias.

Art.3º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

PORTARIA Nº 54, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Torna pública a decisão de não incorporar o infliximabe para o tratamento da psoríase no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art.1º Não incorporar o infliximabe para o tratamento da psoríase no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art.2º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art.3º A matéria poderá ser submetida a novo processo de avaliação pela CONITEC caso sejam apresentados fatos novos que possam alterar o resultado da análise efetuada.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

PORTARIA Nº 56, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Torna pública a decisão de incorporar a miltefosina para o tratamento da leishmaniose tegumentar em primeira linha de tratamento no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Incorporar a miltefosina para o tratamento da leishmaniose tegumentar em primeira linha de tratamento no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º Conforme determina o art. 25 do Decreto 7.646/2011, o prazo máximo para efetivar a oferta ao SUS é de cento e oitenta dias.

Art. 3º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 57, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Torna pública a decisão de aprovar o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da doença de Chagas, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da doença de Chagas, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre a tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

PORTARIA Nº 58, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Torna pública a decisão de não incorporar o ipilimumabe para tratamento de pacientes com melanoma metastático com progressão após quimioterapia no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Não incorporar o ipilimumabe para tratamento de pacientes com melanoma metastático com progressão após quimioterapia no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art.3º A matéria poderá ser submetida a novo processo de avaliação pela CONITEC caso sejam apresentados fatos novos que possam alterar o resultado da análise efetuada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

PORTARIA Nº 59, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Torna pública a decisão de incorporar o adalimumabe para uveítes não infecciosa intermediária, posterior e pan-uveítes ativa, mediante Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art.1º Incorporar o adalimumabe para uveítes não infecciosa intermediária, posterior e pan-uveítes ativa, mediante Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º Conforme determina o art. 25 do Decreto 7.646/2011, o prazo máximo para efetivar a oferta ao SUS é de cento e oitenta dias.

Art. 3º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

PORTARIA Nº 60, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Torna pública a decisão de não incorporar o adalimumabe para uveítes não infecciosa intermediária, posterior e pan-uveítes inativa no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art.1º Não incorporar o adalimumabe para uveítes não infecciosa intermediária, posterior e pan-uveítes inativa no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art.2º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art.3º A matéria poderá ser submetida a novo processo de avaliação pela CONITEC caso sejam apresentados fatos novos que possam alterar o resultado da análise efetuada.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

PORTARIA Nº 61, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Revoga a Portaria n.º 55, de 24 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União n.º 206, de 25 de outubro de 2018, seção 1, página 64; e torna pública a decisão de não incorporar a oxigenoterapia hiperbárica para o tratamento do pé diabético no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria n.º 55, de 24 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União n.º 206, de 25 de outubro de 2018, seção 1, página 64; e não incorporar a oxigenoterapia hiperbárica para o tratamento do pé diabético no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br /.

Art. 3º A matéria poderá ser submetida a novo processo de avaliação pela CONITEC caso sejam apresentados fatos novos que possam alterar o resultado da análise efetuada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 313, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Divulga o resultado final da seleção de projetos para o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde PET-Saúde-Interprofissionalidade - 2018/2019, nos termos do Edital SGTES/MS nº 10, de 23 de julho de 2018 e respectivas alterações.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 8.901, de 10 de dezembro de 2016, e considerando os termos da Portaria Interministerial MS/MEC nº 421, de 3 de março de 2010, da Portaria Interministerial MS/MEC nº 422, de 3 de março de 2010, no âmbito do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde, e da Portaria Interministerial MS/MEC nº1.127, de 6 de agosto de 2015 e do Edital SGTES/MS nº 10, de 23 de julho de 2018 e respectivas alterações, resolve:

Art. 1º Divulgar, por meio do portal eletrônico ms.saude.gov.br/sgtes, o resultado final da seleção de projetos para o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde PET-Saúde-Interprofissionalidade - 2018/2019, após análise de recursos, nos termos do item 6.2 do Edital SGTES/MS nº 10, de 23 de julho de 2018.

Art. 2º Os projetos selecionados poderão ter o número de grupos propostos ajustado, considerando os critérios de seleção e orçamento previstos no Edital SGTES/MS nº 10/2013.

Art. 3º O Departamento de Gestão da Educação na Saúde desta Secretaria (DEGES/SGTES/MS) encaminhará informações para as instituições selecionadas, através de mensagens eletrônicas (e-mail), conforme endereços eletrônicos indicados no FORMSUS, sobre os procedimentos para a implementação dos Projetos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIA BRANDÃO GONÇALVES

Ministério da Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 183, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Institui, no âmbito do Ministério da Segurança Pública- MSP, a Rede de Serviços de Informações ao Cidadão-Rede SIC-MSP, designa a autoridade de que trata o art. 40 da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições previstas no art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e no Decreto no 9.360, de 7 de maio de 2018, e tendo em vista o disposto nos art. 9º, inciso I, e 40 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Ministério da Segurança Pública, a Rede de Serviços de Informações ao Cidadão - Rede SIC-MSP, com a finalidade de implementar o disposto na Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º São objetivos da Rede SIC-MSP:

I - atender e orientar o cidadão quanto ao acesso à informação;

II - informar sobre a tramitação de documentos nos órgãos integrantes da estrutura organizacional do Ministério da Segurança Pública;

III - receber e registrar pedidos de acesso à informação; e

IV- aperfeiçoar a transparência das informações no âmbito do Ministério da Segurança Pública.

Art. 3º A Rede SIC-MSP é constituída por todos os órgãos que integram a estrutura organizacional do Ministério da Segurança Pública, ficando organizada da seguinte forma:

I - Serviço de Informação ao Cidadão Central - SIC Central; e

II - Serviços de Informação ao Cidadão Setoriais - SICs Setoriais:

a) Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN);

b) Polícia Federal (PF);

c) Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF); e

d) Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

Parágrafo Único: O SIC Central será integrado pelos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Segurança Pública e órgãos específicos singulares que não estejam listados no inciso II, e funcionará no âmbito da Ouvidoria-Geral, que a coordenará.

Art. 4º Ao SIC Central compete:

I - atender e orientar o cidadão quanto aos procedimentos de acesso a informação;

II - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades;

III - receber pedidos de acesso a informações dirigidos aos órgãos que integram a estrutura organizacional do Ministério da Segurança Pública, encaminhando-os às unidades competentes;

IV - monitorar a tramitação dos pedidos de acesso a informações encaminhados e recebidos diretamente pelas unidades competentes e requerer o fornecimento de respostas tempestivas, conforme procedimentos estabelecidos na Lei nº 12.527, de 2011;

V - fornecer ao cidadão resposta ao pedido de acesso a informações, quando o pedido for encaminhado ao órgão que não dispõe de SIC Setorial, conforme o disposto no art. 11 da Lei nº 12.527, de 2011;

VI - receber recurso contra a negativa de acesso a informações ou pedido de desclassificação, encaminhando à autoridade competente para sua apreciação;

VII - submeter trimestralmente ao Ministro de Estado da Segurança Pública relatório dos pedidos de acesso a informações; e

VIII - elaborar, consolidar e disponibilizar relatório com os pedidos de acesso a informações formulados, para publicação na Internet das respostas aos pedidos mais frequentes da Rede SIC.

Parágrafo Único. O relatório de que trata o inciso VII deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - estatísticas sobre os pedidos recebidos, deferidos e indeferidos e prazos de atendimento, discriminados por órgão; e

II - indicação dos casos graves de descumprimento da Lei nº 12.527, de 2011, especialmente omissões e atrasos reiterados na resposta aos pedidos de acesso a informações.

Art. 5º Aos SICs Setoriais compete:

I - atender e orientar o cidadão quanto aos procedimentos de acesso a informação;

II- informar sobre a tramitação de documentos nas unidades de sua competência;

III- fornecer diretamente ao cidadão resposta ao pedido de acesso a informações relativo às suas unidades, inclusive em relação aos pedidos encaminhados pelo SIC Central, observado o disposto no art. 11 da Lei nº 12.527, de 2011;

IV - receber recurso contra a negativa de acesso a informações ou pedido de desclassificação relativo às suas unidades, encaminhando à autoridade competente para sua apreciação; e

V - encaminhar semestralmente à Ouvidoria-Geral, relatório com os pedidos de acesso a informações formulados, para publicação na Internet das respostas aos pedidos mais frequentes.

§1º O relatório que trata o inciso V deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - estatística sobre os pedidos recebidos, deferidos e indeferidos e prazos de atendimento, discriminado por unidade;

II- diagnóstico sobre o andamento do SIC Setorial;e

III - justificativas para eventuais atrasos ou omissões praticados pelas respectivas unidades no atendimento dos pedidos.

§2º . Os integrantes da rede SIC-MSP, ao receber pedido de acesso à informação fora de suas competências, deverão indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pela informação ou que a detenha.

Art. 6º Os integrantes da rede SIC-MSP ao receber pedido de acesso a informações cujo assunto seja de sua competência, deverá encaminhá-lo imediatamente à unidade competente pela elaboração da resposta.

§ 1º A unidade competente de que trata o caput terá prazo de 15 (quinze) dias, ou, em caso de prorrogação, 25 (vinte e cinco) dias, para encaminhar a resposta ao SIC de origem da demanda;

§ 2º Caso o pedido de acesso a informação envolva mais de uma unidade, este deverá ser enviado a unidade que tiver maior pertinência temática em relação ao tratamento do pedido, a qual caberá solicitar às demais unidades o fornecimento das informações no prazo de 10 (dez) dias;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§3º A unidade que tiver maior pertinência temática deverá consolidar as informações que servirão de resposta ao requerente, não podendo ser responsabilizada pelas informações que não forem de sua competência.

Art.7º O SIC Central, ao receber pedido de acesso a informações relativo ao órgão ou entidade que dispõe de SIC Setorial, deverá encaminhá-lo imediatamente ao SIC competente.

Parágrafo Único. O prazo para resposta ao cidadão será contado a partir da data de recebimento do pedido pelo SIC Central, salvo se o cidadão formular o pedido diretamente ao SIC Setorial competente, quando será contado a partir da data de recebimento pelo respectivo SIC Setorial.

Art. 8º Na hipótese de pedido de acesso a informações de repercussão geral, a Secretaria-Executiva poderá requerer, diretamente ou por meio do SIC Central, informações aos SICs Setoriais competentes, que deverão ser fornecidas no prazo indicado no § 2º do art. 6º.

Parágrafo único. O pedido de acesso à informação de repercussão geral e sua resposta poderão ser publicados na íntegra, de forma ativa, na Internet, ressalvados apenas os trechos sob restrição de acesso válida nos termos da Lei.

Art. 9º O prazo para resposta ao pedido de acesso a informações encaminhado em meio eletrônico será contado a partir da data do efetivo recebimento.

Parágrafo único. Caso a data do recebimento caia em dia não útil, contar-se-á o prazo a partir do primeiro dia útil subsequente.

Art. 10. Negado o pedido de acesso a informações ou não fornecidas as razões da negativa de acesso, o requerente poderá apresentar recurso em primeira instância no prazo de 10(dez) dias, contado da ciência da negativa, à autoridade hierarquicamente superior, que decidirá fundamentadamente no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 1º No caso de não acolhimento do recurso em primeira instância, o requerente poderá apresentar recurso em segunda instância, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da negativa, ao Ministro de Estado da Segurança Pública, que decidirá fundamentadamente no prazo de 5 (cinco) dias;

§ 2º Todos os recursos deverão ser apresentados perante o SIC Central ou Setorial competente.

Art. 11. Caso o recurso de que trata o caput do art. 10 tenha por objeto desclassificação de informações, deverá ser encaminhado à autoridade classificadora para que se proceda à reavaliação de que trata o art. 29 da Lei n.º 12.527, de 2011.

Parágrafo Único: Mantida a classificação da informação nos termos do caput, o recurso deverá ser encaminhado ao Ministro da Segurança Pública, que decidirá fundamentadamente no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 12. Fica designada a Ouvidoria- Geral como a autoridade responsável pelas atribuições descritas no art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011, e pela coordenação do SIC Central.

§ 1º Os titulares dos órgãos referidos no parágrafo único do art. 3º, que não disponham de SIC Setorial, indicarão à Ouvidoria-Geral, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação desta Portaria, servidor que lhe seja diretamente subordinado para atuar como ponto focal.

§ 2º Aos pontos focais designados na forma dos § 1º compete zelar pela adequada aplicação da Lei nº 12.527, de 2011, em seu âmbito, cabendo-lhe, dentre outras atribuições que se fizerem necessárias:

I - receber e adotar providências para responder as comunicações relativas à Lei nº 12.527, de 2011, distribuindo os pedidos de acesso à informação e recursos;

II - controlar os prazos de resposta;

III - disseminar as orientações relativas à Lei nº 12.527, de 2011; e

IV - analisar as respostas recebidas, reorientando as unidades internas quanto à necessária qualidade das respostas.

Art.13. O SIC Central atenderá o público na Esplanada dos Ministérios, Bloco "T", Edifício Sede, Palácio da Justiça, Brasília-DF, CEP 70.064-900, no período de 8h às 18h, ininterruptamente, facultado ao cidadão requerer a informação por meio eletrônico, pelo formulário disponível no sítio http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/ ou enviado por meio de correspondência eletrônica para transparencia.msp@mj.gov.br.

Art. 14. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

RAUL JUNGMANN

PORTARIA Nº 185, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre procedimentos e fluxos internos de tramitação e análise de processos de licitação, contratos, convênios e instrumentos congêneres no âmbito do Ministério da Segurança Pública e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, em conformidade com disposto na Lei nº 13.690, de 10 de julho de 2018, bem como no Decreto nº 9.360, de 7 de maio de 2018, e no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, resolve:

Art. 1º Esta portaria dispõe sobre procedimentos e fluxos internos ao Ministério da Segurança Pública - MSP, quanto à tramitação e análise de processos de licitação, contratos, convênios e instrumentos congêneres, que demandem a autorização ou assinatura do Ministro de Estado e/ou do Secretário-Executivo, bem como os referentes a demandas dos órgãos de controle interno e externo, deverão ser analisados pela Assessoria Especial de Controle Interno - AECI, na forma desta Portaria.

Art. 2º Os processos referidos no artigo anterior em que o signatário seja o Ministro de Estado deverão ser objeto de manifestação prévia formal pela Secretaria-Executiva, pela Consultoria Jurídica e pela AECI.

§ 1º A análise dos processos pela Secretaria Executiva constitui-se mecanismo de assessoramento ao Ministro de Estado, na supervisão e coordenação das atividades dos órgãos integrantes do Ministério, abrangendo os aspectos de conveniência e oportunidade.

§ 2º O exame pela Consultoria Jurídica dos procedimentos abrange os aspectos jurídico-formais, conforme competência definida no respectivo Regimento Interno, observado o disposto na Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993.

§ 3º A análise da Assessoria Especial de Controle Interno abrange as áreas de controle, risco, transparência e integridade da gestão, conforme competência definida no respectivo Regimento Interno.

Art. 3º Nos processos relativos a contratos, convênios e instrumentos congêneres cujos signatários sejam os titulares dos órgãos da estrutura deste Ministério, o exame prévio restringir-se-á à manifestação da Consultoria Jurídica.

Parágrafo único. Os processos relativos a contratos, convênios e instrumentos congêneres assinados pelos titulares dos órgãos da estrutura deste Ministério serão analisados pela unidade de controle interno do respectivo órgão, conforme conste de regulamento interno próprio, observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, com a redação dada pelo Decreto nº 9.189, de 1º de novembro de 2017.

Art. 4º Os processos relativos à proposição de atos normativos que impactem a execução orçamentária e financeira do Ministério da Segurança Pública, bem como a estrutura estratégica e operacional dos programas e ações orçamentárias cujo signatário seja o Ministro de Estado, serão analisados pela Consultoria Jurídica e pela Assessoria Especial de Controle Interno.

§ 1º Nos casos definidos no caput, a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva deverá se manifestar, a partir de estudo elaborado pela área técnica responsável pela proposição.

§ 2º Os processos relativos a instrumentos de conteúdo eminentemente técnico ou de gestão dispensam a análise prévia de que trata o caput e o § 1º.

Art. 5º As demandas dos órgãos de controle interno e externo, particularmente do Tribunal de Contas de União e do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, dirigidas ao Ministro ou ao Secretário-Executivo serão respondidas nominalmente por essas autoridades.

§ 1º Para o atendimento de determinações que recaiam sobre a competência dos órgãos que integram o Ministério, a própria unidade deverá produzir os subsídios necessários, e remetê-las à Assessoria Especial de Controle Interno.

§ 2º Na construção e elaboração das Informações e Planos de Ação, os órgãos poderão contar com o apoio e a orientação da Assessoria Especial de Controle Interno.

§ 3º Recebidas as informações dos órgãos que integram o Ministério, a Assessoria Especial de Controle Interno providenciará o encaminhamento ao órgão de controle demandante, assinado, conforme o caso, pelo Ministro ou Secretário-Executivo, dando ciência às respectivas autoridades das medidas adotadas.

§ 4º Caso haja algum aperfeiçoamento a ser providenciado em relação às informações produzidas pelos respectivos órgãos, a Assessoria Especial de Controle Interno orientará quanto aos ajustes necessários, assinalando prazo para o atendimento da demanda.

Art. 6º As deliberações do Tribunal de Contas da União publicadas no Diário Oficial da União, quando do interesse ou dirigidas aos órgãos da estrutura deste Ministério, serão comunicadas pela AECI à respectiva unidade de controle interno, para ciência e adoção das providências cabíveis.

§ 1º A comunicação a que se refere o caput será efetivada por correio eletrônico no endereço institucional, salvo quando houver necessidade de formalização por processo.

§ 2º As demandas dos órgãos de controle recebidas diretamente pelos órgãos da estrutura deste Ministério deverão ser comunicadas à AECI, também por meio de correio eletrônico no endereço institucional, para ciência e monitoramento, informando o processo gerado.

§ 3º A minuta de respostas aos órgãos de controle encaminhadas diretamente pelos órgãos da estrutura deste Ministério deverá ser tramitada à AECI, por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, previamente à formalização do documento, para fins de assessoramento e monitoramento, com a antecedência de, no mínimo, um dia útil do prazo-resposta, quando estabelecido.

Art. 7º Enquanto vigente o regime de apoio estabelecido no art. 13 do Decreto nº 9.360, de 2018, os processos que exigirem análise jurídica nas matérias de licitação, contratos e convênios serão encaminhados inicialmente à Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça para manifestações que, depois de aprovadas pelos respectivos coordenadores ou coordenadores-gerais serão submetidas à aprovação conclusiva do Consultor Jurídico do Ministério da Segurança Pública.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL JUNGMANN

PORTARIA Nº 187, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública (Força Nacional) em apoio ao Departamento da Polícia Federal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 13.690, de 10 de julho de 2018, na Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, no Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, na Portaria nº 3.383, de 24 de outubro de 2013; nos Convênios de Cooperação Federativa; Inciso VI, art. 53 da Portaria nº 151, de 26 de setembro de 2018; e

Considerando a solicitação do Diretor-Geral do Departamento da Polícia Federal, contida no Ofício nº 354/2018-SEAPRO/GAB/PF, de 25 de outubro de 2018, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional, em caráter episódico e planejado, no período de 29 de outubro de 2018 a 1º de janeiro de 2019, em apoio à Polícia Federal, nas ações de policiamento ostensivo, garantindo a manutenção da ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio, integrando o esforço protetivo no funcionamento do Gabinete de Transição Presidencial, no espaço interno do Centro Cultural Banco do Brasil-CCBB, em Brasília/DF.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do órgão apoiado.

Art. 3º O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pelo Ministério da Segurança Pública.

Art. 4º O prazo do apoio prestado pela Força Nacional poderá ser prorrogado, se necessário, conforme o art. 4º, § 3º, inciso I, do Decreto nº 5.289, de 2004.

Art. 5º O efetivo da Força Nacional será movimentado imediatamente após o vencimento desta Portaria.

Art. 6º A retirada do efetivo nos termos do artigo anterior fica condicionada à solicitação formal de renovação do emprego da Força Nacional, que deverá ser tempestiva.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL JUNGMANN

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 5.857, DE 5 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/75522 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa A.R.G S/A, CNPJ nº 20.520.862/0001-52 para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2215/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.858, DE 5 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/76032 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI, CNPJ nº 03.910.210/0001-05 para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2199/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.914, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/77050 - DPF/PCA/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa UNISER SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 08.457.204/0001-68, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2186/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 5.923, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/86533 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SAO PAULO TURISMO S.A, CNPJ nº 62.002.886/0001-60 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2234/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.962, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/61104 - DPF/GRA/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ALCATEIA SEGURANCA - EIRELI - ME, CNPJ nº 18.836.419/0001-43, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2258/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.966, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/74629 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIGOR VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 01.682.823/0001-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2263/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.968, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/74758 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SETA SEGURANÇA EIRELI - EPP, CNPJ nº 18.642.739/0001-62, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2255/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.095, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/85510 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARCELORMITTAL BRASIL S/A, CNPJ nº 17.469.701/0104-82 para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 2340/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.144, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/60999 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0196-22, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 2024/2018 (CNPJ nº 60.860.087/0196-22) e nº 2375/2018 (CNPJ nº 60.860.087/0163-64).

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.161, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/86703 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PLANSEVIG PLANEJAMENTO SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.335.813/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2212/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.214, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/62959 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GTP - TREZE LISTAS SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 62.874.094/0001-85, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1865/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.218, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/70677 - DPF/JVE/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MAZARI VIGILANCIA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.273.147/0001-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2364/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.219, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/72916 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIPPIM SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 11.349.160/0001-67, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 2354/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.224, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/76792 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMBRASIL EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.426.907/0006-57, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2243/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.227, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/78498 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa POLO SEGURANÇA ESPECIALIZADA EIRELI, CNPJ nº 02.650.833/0001-23, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

18 (dezoito) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

18 (dezoito) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.228, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/79593 - DELESP/DREX/SR/PF/RO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORTE PRINCIPE CENTRO DE FORM APERF DE VIGIL LTDA, CNPJ nº 08.473.422/0001-96, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Rondônia, com Certificado de Segurança nº 2168/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.229, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/79919 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa POLO SEGURANÇA ESPECIALIZADA EIRELI, CNPJ nº 02.650.833/0001-23, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1000 (uma mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.232, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/80655 - DPF/SCS/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AVS VIGILANCIA EIRELI ME, CNPJ nº 18.448.649/0001-35, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2245/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.243, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/84969 - DPF/JVE/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIP SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.954.025/0001-12, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2274/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 6.245, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/85485 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROÁGIL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 15.751.364/0001-80, sediada na Bahia, para adquirir:

Da empresa cedente ATIVA SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 10.423.421/0001-89:

9 (nove) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

90 (noventa) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 34.292, DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08280.016345/2018-25 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Cancelar a Autorização concedida por meio da Portaria nº 23/04/1997, publicado no DOU de 23/04/1997, para exercer atividade em ESCOLTA ARMADA, à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ 17.428.731/0045-56, localizada no DISTRITO FEDERAL.

ROSILENE GLEICI DUARTE SANTIAGO

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Instrução Normativa, de 26 de outubro de 2018, que dá nova redação à Instrução Normativa nº 47 e nº 48, ambas de 22 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a alocação dos recursos do Orçamento Financeiro e Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referentes, respectivamente, à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais e de Infraestrutura Urbana, publicada no Diário Oficial da União de 29 de outubro de 2018, Seção 1, páginas 60 e 61, onde se lê: "INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 26, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018", leia-se: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018"; e na tabela constante do art. 2º onde se lê:

"ANEXO I
ORÇAMENTO OPERACIONAL
PLANO DE CONTRATAÇÕES E METAS FÍSICAS
EXERCÍCIO 2018

PROGRAMAS/DESCONTOS	Metas fisicas	Empregos gerados	Valores
1) Pró-Moradia	8.598	9.275	401.500
2) Carta de Crédito Individual	182.302	507.025	21.949.146
3) Carta de Crédito Associativo	4.027	5.628	243.658
4) Apoio à Produção de Habitações	348.501	809.868	35.059.204
5) Pró-Cotista	28.265	118.965	5.150.000
6) Demais operações habitacionais com pessoas fisicas e jurídicas	3.482	16.089	696.492
7) Descontos nos financiamentos a pessoas fisicas		207.900	9.000.000
TOTAL GERAL	575.175	1.674.750	2.500.000

Leia-se:
"ANEXO I
ORÇAMENTO OPERACIONAL
PLANO DE CONTRATAÇÕES E METAS FÍSICAS
EXERCÍCIO 2018

PROGRAMAS/DESCONTOS	Metas fisicas	Empregos gerados	Valores
1) Pró-Moradia	8.598	9.275	401.500
2) Carta de Crédito Individual	182.302	507.025	21.949.146
3) Carta de Crédito Associativo	4.027	5.628	243.658
4) Apoio à Produção de Habitações	348.501	809.868	35.059.204
5) Pró-Cotista	28.265	118.965	5.150.000
6) Demais operações habitacionais com pessoas fisicas e jurídicas	3.482	16.089	696.492
7) Descontos nos financiamentos a pessoas fisicas		207.900	9.000.000
TOTAL GERAL	575.175	1.674.750	72.500.000

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 759, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 619, de 6 de setembro de 2016, alterada pela Resolução CONTRAN nº 736, de 5 de julho de 2018, estabelece e normatiza os procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados, nos termos do inciso VIII do art. 12 do CTB;

CONSIDERANDO as disposições da Portaria DENATRAN nº 149, de 12 de julho de 2018, que estabelece e normatiza os procedimentos para a arrecadação das multas e demais débitos relacionados a veículos e o repasse dos valores arrecadados, para dispor sobre o pagamento parcelado por meio de cartão de crédito e débito;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.023499/2018-08, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 60 (sessenta) meses, a contar da publicação desta Portaria, a empresa ATP TECNOLOGIA E PRODUTOS S/A., inscrita no CNPJ nº 38.059.846/0001-70, localizada no SGAN Quadra 601, Conjuntos: L, M, R, S, Asa Norte, CEP 70.830-010, Brasília - DF, para exercer a atividade de SUBADQUIRENTE, de acordo com o §4º do art. 25-A da Resolução CONTRAN nº 619, de 6 de setembro de 2016, para atuar junto aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito para viabilizar o pagamento de multas de trânsito e demais débitos relativos ao veículo com cartões de débito ou crédito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 762, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.025996/2018-32, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa NEW PLACAS FABRICAÇÃO DE PLACAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ 10.597.312/0001-88, localizada na Av. Manoel Virginio Sobrinho, nº 250, bairro Padre Pedro Pereira, Afogados da Ingazeira - PE, CEP 56.800-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 763, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.025117/2018-72, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa ASSIS PLACAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ 10.470.470/0001-72, localizada na Rua Goiânia, n° 50, bairro Centro, Assis Chateubriand - PR, CEP 85.935-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 764, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.024709/2018-77, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa 4 AMIGOS FÁBRICA DE PLACAS PARA VEÍCULOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 10.420.261/0001-14, localizada na Av. Getúlio Vargas, nº 882-A, Térreo, bairro Centro, Terra Roxa - PR, CEP 85.990-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 765, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021258/2018-16, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa AUDIPLACAS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 04.547.646/0001-44, localizada na Rua Uirapuru, nº 1765, Sala 01, Centro, Arapongas - PR, CEP 86.701-010, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 766, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021476/2018-51, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa RM FÁBRICA DE PLACAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ 13.467.752/0001-09, localizada na Rua XV de novembro, nº 215, bairro Rondinha, Ampere - PR, CEP 85.640-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 767, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.025952/2018-11, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa ANDRÉ PORTO DOS SANTOS - ME, inscrita no CNPJ 09.623.460/0001-40, localizada na Rua Dr. Mauricio Cardoso, S/N, Casa, bairro Vila Botucarai, Candelaria - RS, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 768, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.023695/2018-74, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa ROSILENE MARGARIDA FERREIRA DOS SANTOS - ME, inscrita no 08.997.208/0004-81, localizada na Rua Raimundo Ferreira, nº 423, bairro Centro, Tabira - PE, CEP 56.780-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 769, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.022765/2018-77, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa FÁBRICA DE PLACAS E TARJETAS GRAMADO LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 10.553.198/0001-94, localizada na Rua Horácio Cardoso, nº 90, Sala 04, bairro Planalto, Gramado - RS, CEP 95.670-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 770, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.025570/2018-89, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa BIANCA LOPES BOTELHO PADOVANI - ME, inscrita no CNPJ 26.412.229/0001-27, localizada na Rua 21 de Abril, nº 345, bairro Centro, Carlos Barbosa - RS, CEP 95.185-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 771, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.028021/2018-66, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa PLACAS DE VEÍCULOS NORTE LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 02.376.447/0005-19, localizada na Rod. BR 280, nº 3177, Sala 01, bairro Porto Grande, Araquari - SC, CEP 89.245-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 772, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.023682/2018-03, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa CPR - CENTRAL DE PLACAS DE RORAIMA LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 14.422.026/0001-32, localizada na Av. Mário Homem de Melo, nº 1692, bairro Mecejana, Boa Vista - RR, CEP 69.304-350, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 773, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.023496/2018-66, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa EMPLACA IND. E COM. DE PLACAS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 78.381.621/0001-50, localizada na Av. Mauá, nº 2578, bairro Zona 09, Maringá - PR, CEP 87.050-020, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 774, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.028013/2018-10, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa PLACAS DE VEÍCULOS NORTE LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 02.376.447/0002-76, localizada na Av. Dr. Nereu Ramos, nº 2427, bairro Rocio Grande, São Francisco do Sul - SC, CEP 89.240-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 775, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.023696/2018-19, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa ROSILENE MARGARIDA FERREIRA DOS SANTOS - ME, inscrita no CNPJ nº 08.997.208/0003-09, localizada na Av. Jerônimo Heráclio, nº 1054, bairro João Ernesto, Limoeiro - PE, CEP 55.700-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 776, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.025225/2018-45, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa JOSÉ ADELMO DE OLIVEIRA SERVIÇOS - ME, inscrita no CNPJ 15.415.600/0001-98 , localizada na Avenida Custódio Conrrado de Lorena e Sá, n° 721, Térreo, bairro AABB, Serra Talhada - PE, CEP 56.912-550, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 777, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.028226/2018-41, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa MARIA SELMA DE JESUS - ME, inscrita no CNPJ nº 11.392.403/0001-40, localizada na Rua Joaquim Dias, nº 39, bairro São Vicente, Itajuba - MG, CEP 37.502-022, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 778, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.020600/2018-61, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa FATIMA STRINGHINI EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ 04.324.616/0001-79, localizada na Rua Marechal Deodoro, nº 657, Sala 02, bairro Centro, Concórdia - SC, CEP 89.700-001, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 779, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.025300/2018-78, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa BIUKAR PLACAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 66.436.304/0003-76, localizada na Rua Pres. John Kennedy, nº 50, bairro Centro, Três Marias - MG, CEP 39.205-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 780, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.025399/2018-16, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa NOVA BASSANO PLACAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ 06.167.009/0001-78, localizada na Rua Pinheiro Machado, n° 1387, Sala 01, bairro Centro, Nova Bassano - RS, CEP 95.340-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 781, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.025038/2018-61, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa AURORA PLACAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ 12.105.668/0001-82, localizada na Rua João Passoni, nº 06, bairro Conjunto Habitacional Elvira Regazzo, Nova Aurora - PR, CEP 85.410-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 782, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.026902/2018-42, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa PATO INDÚSTRIA DE PLACAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 07.557.441/0001-38, localizada na Rua Vicente Machado, nº 381, bairro Jardim Primavera, Pato Branco - PR, CEP 85.502-340, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 783, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.022497/2018-93, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa MARCOS BENITO MACHADO PEREIRA - ME, inscrita no CNPJ nº 94.396.900/0002-24, localizada na Av. Zero Hora, nº 1234, Loja 1A, bairro Jardim Algarve, Alvorada - RS, CEP 94.858-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 784, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.024946/2018-38, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa AUTO PLACAS GOVERNADOR VALADARES LTDA - ME, inscrita no CNPJ 28.269.494/0001-23 , localizada na Rua Santos Dumont, nº 639, bairro Lourdes, Governador Valadares - MG, CEP 35.032-460, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 785, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.028015/2018-17, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa PLACAS DE VEÍCULOS NORTE LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 02.376.447/0003-57, localizada na Av. Paraná, nº 966, bairro Centro, Garuva - SC, CEP 89.248-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 786, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.027034/2018-18, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa EMBRASPLAKE INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE METAIS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 15.417.949/0001-69, localizada na Rua General Reveilleau, nº 478, Sala 03, bairro Amambaí, Campo Grande - MS, CEP 79.005-450, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 787, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.028096/2018-47, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa PATRÍCIA FABIANA DA S. BRITO PLACAS - ME, inscrita no CNPJ nº 08.848.325/0004-83, localizada na Av. Senador Paulo Pessoa Guerra, nº 159, bairro Santo Antônio, Surubim - PE, CEP 55.750-000, para exercer a atividade de

Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 788, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Altera a Portaria DENATRAN nº 1, de 02 de janeiro de 2017, que estabelece os procedimentos para o credenciamento de empresa interessada em produzir a Carteira Nacional de Habilitação, na forma estabelecida pela Resolução CONTRAN nº 598, de 24 de maio de 2016.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 19, incisos I, VI, VII, VIII e XX, da Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB e pelo § 1º do art. 10 da Resolução CONTRAN nº 598, de 24 de maio de 2016;

CONSIDERANDO a revogação da Portaria DENATRAN nº 25, de 32 de março de 2006, pela Portaria DENATRAN nº 176, de 09 de agosto de 2017;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 80000.015736/2012-6, resolve:

Art. 1º Alterar a alínea "a" do inciso II, do art. 2º, da Portaria DENATRAN nº 1, de 02 de janeiro de 2017, que passa avigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º.....

II - .....

a) Indicação do aparelhamento e do pessoal técnico adequados à confecção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e da Permissão Internacional para Dirigir (PID), contendo especificação técnica do Parque Gráfico, indicando as máquinas necessárias para a confecção dos espelhos dos Documentos de Habilitação, em território nacional e rigorosamente de acordo com o modelo instituído pelas Resoluções CONTRAN nº 598/2016 e nº 168/2004 e Portarias DENATRAN nº 15/2006 e nº 176/2017;"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 789, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.019539/2018-17, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa MARCOS BENITO MACHADO PEREIRA - ME, inscrita no CNPJ nº 94.396.900/0001-43, localizada na Rua Rolante, nº 28, Sala 01, Bairro Viamópolis, Viamão - RS, CEP 94.470-570, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 790, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.028017/2018-06, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa PLACAS DE VEÍCULOS NORTE LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 02.376.447/0004-38, localizada na Av. Celso Ramos, nº 1828, bairro Itapema do Norte, Itapoã - SC, CEP 89.249-970, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 791, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.029766/2018-42, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa PRIME PLACAS E LACRES PARA VEÍCULOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 27.073.673/0001-28, localizada na Rua Tiradentes, nº 64, Sala 02, bairro Centro, Ibirama - SC, CEP 89.140-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 792, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021069/2018-43, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa ELIZAMA DANIEL DA FONSECA & CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ 05.766.358/0001-43, localizada na Av. Dorival Cândido Luz de Oliveira, nº 4890, Sala 02, bairro COHAB A, Gravataí - RS, CEP 94.050-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 793, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.025815/2018-78, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa MEGA PLACAS MG COMÉRCIO DE PLACAS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ nº 11.831.118/0001-88, localizada na Rua Cecília Júlia do Prado, nº 185, bairro Centro, Betim - MG, CEP 32.600-166, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 794, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.025951/2018-68, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa ESTAMPADORA DE PLACAS SANTA LUZIA EIRELI - ME, inscrita no CNPJ 15.399.688/0001-00, localizada na Av. Doutor Ângelo Teixeira da Costa, nº 1047, Loja 03, bairro Frimisa, Santa Luzia - MG, CEP 33.045-170, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 795, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.025294/2018-59, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa ROSIVALDO PINTO LOPES - ME, inscrita no CNPJ nº 13.729.066/0001-69, localizada na Rua Ruy Barbosa, n° 06-B, bairro Centro, Salvador - BA, CEP 40.020-070, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 796, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.027018/2018-25, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa PLACAR PLACAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ 13.482.281/0001-08, localizada na Rua Januária, nº 145, bairro Centro, Ipatinga - MG, CEP 35.160-043, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 797, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.025824/2018-69, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa FÁBRICA DE PLACAS MEGA CAR LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 11.816.462/0001-06, localizada na Av. Presidente Juscelino Kubitscheck, nº 58, Letra A, bairro Vila Itacolomi, Ouro Preto - MG, CEP 35.400-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 798, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.025963/2018-92, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa FÊNIX PLACAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ 13.707.282/0001-03, localizada na Rua Gomes Barbosa, nº 998, Loja 03, bairro Centro, Viçosa - MG, CEP 36.570-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 799, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.027761/2018-85, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa DAMASCENO JOSÉ DOS SANTOS - ME, inscrita no CNPJ nº 22.543.832/0001-97, localizada na Av. José David dos Santos, nº 1561, Predial, bairro Centro, Tobias Barreto - SE, CEP 49.300-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 800, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.025813/2018-89, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa DCL PLACAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 29.147.603/0001-00, localizada na Rua Coronel José Pereira da Rocha, nº 243, bairro Santa Helena, Sete Lagoas - MG, CEP 35.700-410, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 801, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.028104/2018-55, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa PATRÍCIA FABIANA DA S. BRITO PLACAS - ME, inscrita no CNPJ nº 08.848.325/0003-00, localizada na Av. Maria Amália Brito Bezerra de Melo, nº B 02, bairro Itaperigo, Barreiros - PE, CEP 55.560-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 802, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.022458/2018-96, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa FABRICA DE PLACAS BH LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 13.081.119/0001-88, localizada na Rua Djezar Leite, nº 138, Loja 202, 203, 204, 205 e 304, bairro Nova Gameleira, Belo Horizonte - MG, CEP 30.510-320, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 803, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021042/2018-51, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa EMPLACAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 25.248.426/0001-90, localizada na Av. João Valentim Pascoal, nº 254, bairro Centro, Ipatinga - MG, CEP 35.160-003, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

DELIBERAÇÃO Nº 175, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Altera a Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, "ad referendum" do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), o art. 6º, inciso XIII, do Regimento Interno do CONTRAN (Anexo da Resolução CONTRAN nº 446, de 2013), e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Considerando o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 80000.118550/2016-99, resolve:

Art. 1º Acrescentar o §4º-A ao art. 1º da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018, com a seguinte redação:

"§ 4º-A. Quando a placa não couber no receptáculo a ela destinado no veículo, o DETRAN poderá autorizar, desde que devidamente justificado pelo seu fabricante ou importador, redução de até 15% (quinze por cento) no seu comprimento, mantida a altura dos caracteres alfanuméricos e os espaços a eles destinados." (NR)

Art. 2º Alterar a alínea "c" do item 1.7.1 do Anexo I da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"1.7.1.....

a) .....

b) .....

c) Veículos oficiais dos Municípios: Bandeira do Estado e Brasão ou Bandeira do Município;"

Art. 3º Alterar o item 1.8.1 do Anexo I da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"1.8.1. Brasão ou Bandeira do Município: deverá medir no máximo Ø 26mm e constar abaixo, o nome do Município (fonte Gill Sans), identificando o domicílio do registro do veículo."

Art. 4º Alterar a Figura I e a Figura II que constam do Anexo I da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018, na forma do Anexo desta Deliberação.

Art. 5º O Anexo desta Deliberação encontra-se disponível no sítio eletrônico do DENATRAN (www.denatran.gov.br).

Art. 6º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 463, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 31, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e o que consta no Processo nº 48360.000123/2018-15, resolve:

Art. 1º A Portaria MME nº 425, de 8 de outubro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º As contribuições dos interessados para o aprimoramento da minuta de Portaria e das Notas Técnicas de que trata o art. 1º serão recebidas pelo Ministério de Minas e Energia, por meio do citado Portal, até 12 de novembro de 2018." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.477, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.003450/2018-87. Interessados: Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro - Castro-DIS, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Copel Distribuição S/A, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do cálculo das Tarifas Iniciais da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro - Castro-DIS, a vigorar a partir de 1° de novembro de 2018, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.478, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.00004978/2018-73. Interessados: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - AME, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Amazonas Distribuidora de Energia S/A - AME, a vigorar a partir de 01 de novembro de 2018, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.479, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.004977/2018-29. Interessados: Boa Vista Energia S/A - Boa Vista, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Boa Vista Energia S/A - Boa Vista, a vigorar a partir de 1º de novembro de 2018, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 31 de outubro de 2018.

Nº 2.492. Processo nº 48500.000087/2017-67. Interessados: CLWP Eólica Parque V Ltda. Usina: EOL Campo Largo V. Unidades Geradoras: UG1 a UG11, de 2.700 kW cada, totalizando 29.700 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Sento Sé, Estado da Bahia.

Nº 2.493. Processo nº 48500.002471/2017-02. Interessados: CLWP Eolica Parque XVIII Ltda. Usina: EOL Campo Largo XVIII. Unidades Geradoras: UG1 a UG11, de 2.700 kW cada, totalizando 29.700 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Sento Sé, Estado da Bahia.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 2.498, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Processo: 48500.001063/2016-44. Interessados: Concessionárias de Distribuição e Consumidores do Sistema Interligado Nacional. Decisão: Fixar os créditos e débitos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, para fins da Liquidação das operações do mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, da competência de setembro de 2018, nos termos do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 826, de 13 de agosto de 2018. A íntegra deste Despacho estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHOS DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

N° 2.487. Processo nº 48500.004288/2018-14. Interessados: Light Serviços de Eletricidade S.A. e Ubirajara Diogo de Siqueira. Decisão: extinguir e arquivar o processo administrativo, considerando a perda do objeto.

N° 2.488. Processo nº 48500.004290/2018-93. Interessados: Light Serviços de Eletricidade S.A. e Valdomiro Joaquim de Oliveira. Decisão: extinguir e arquivar o processo administrativo, considerando a perda do objeto.

N° 2.489. Processo nº 48500.005010/2018-64. Interessados: Light Serviços de Eletricidade S.A. e Elia Ladeira de Souza. Decisão: extinguir e arquivar o processo administrativo, considerando a perda do objeto.

A íntegra destes Despachos está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ RUELLI
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

DESPACHO Nº 1.217, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, publicada no DOU em 1/11/2017, e nº 89, de 5 de março de 2018, publicada no DOU em 06/03/2018, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.200695/2017-22, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e do art. 33 da Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, publicada no DOU em 29/06/2018, que revogou a Resolução ANP nº 26/2012, torna público o seguinte ato:

Fica CANCELADA a Autorização ANP nº 108, de 25 de janeiro de 2013, publicada no DOU em 28 de janeiro de 2013 e retificada em 24 de maio de 2013, outorgada à DISA DESTILARIA ITAÚNAS S.A., CNPJ nº 27.575.950/0002-81, referente à instalação produtora de etanol com capacidade de produção de 420 m³/d de etanol hidratado e 300 m³/d de etanol anidro, localizada na Rodovia BR-101 Norte, km 39,2, Sayonara - ES, como consequência de sua falência, conforme art. 25, I, "b" da Resolução ANP nº 734/2018.

THYAGO GROTTI VIEIRA

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

AUTORIZAÇÃO Nº 1.116, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, tendo em vista o que consta do processo ANP n. º 48610.202884/2018-11 e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP n.º 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Fica a Empresa TERMINAL QUÍMICO DE ARATU S/A TEQUIMAR, cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o de nº 14.688.220/0005-98 autorizada operar a operar um Duto Portuário (LP-09), de 14 polegadas de diâmetro e 2,21km de extensão, destinado à movimentação de granéis líquidos Classes I, II e III, sendo essas classes referentes àquelas constantes na Tabela 1 do item 4.2 da Norma ABNT NBR 17505-1:2013, incluindo derivados de petróleo, biodiesel, mistura de óleo diesel/biodiesel e etanol combustível, no Porto de SUAPE, Município de Ipojuca/PE.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AUTORIZAÇÃO Nº 1.117, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.009222/2018-73, resolve:

Conceder autorização para o concessionário PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20.701-9.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/legislacao) do portal da ANP.

ALFREDO RENAULT

AUTORIZAÇÃO Nº 1.118, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.004796/2018-55, resolve:

Conceder autorização para o concessionário PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20.450-3.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/legislacao) do portal da ANP.

ALFREDO RENAULT

DESPACHO Nº 1.215, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.011681/2018-17, resolve:

Aprovar o credenciamento nº 0838/2018 da Unidade de Pesquisa GMAp - Grupo de Mecânica Aplicada - Escola de Engenharia, vinculada à UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS, CNPJ nº 92.969.856/0001-98.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

ALFREDO RENAULT

DESPACHO Nº 1.216, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.009974/2018-34, resolve:

Aprovar o credenciamento nº 0837/2018 da Unidade de Pesquisa Grupo de Interpretação Exploratória e Caracterização de Reservatórios - GIECAR, vinculada à UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF, CNPJ nº 28.523.215/0001-06.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

ALFREDO RENAULT

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO Nº 1.119, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - A.N.P, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria A.N.P n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução A.N.P nº 10, de 14 de março de 2016 e o que consta no processo n.º 48610.203687/2018-19, autoriza a empresa BELA TERRA COMÉRCIO DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ nº 07.573.492/0001-53, a exercer a atividade de Transportador Revendedor Retalhista na Navegação Interior - (T.R.R.N.I).

MAURO MOTTA LAPORTE

AUTORIZAÇÃO Nº 1.120, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.200981/2017-98, autoriza a empresa TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ n.º 00.472.805/0003-08, a operar a instalação de distribuição de asfalto localizada na Rodovia RS 324 - S/N, Km 04, Bela Vista - Passo Fundo/RS, CEP: 99.700-970 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -28:18:11,900; -52:19:51,300 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 137,19 m³. Fica revogada a Autorização ANP n.º 482 de 24/08/2017.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

MAURO MOTTA LAPORTE

AUTORIZAÇÃO Nº 1.121, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 2, de 19 de janeiro de 2005 e o que consta do processo n.º 48610.200981/2017-98, autoriza a empresa TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ n.º 00.472.805/0001-38, a exercer a atividade de Distribuição de Asfaltos.

MAURO MOTTA LAPORTE

AUTORIZAÇÃO Nº 1.122, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 18, de 19 de junho de 2009 e o que consta do processo n.º 48610.204017/2018-10, autoriza a empresa IDEMITSU LUBE SOUTH AMERICA LTDA, CNPJ n.º 11.323.786/0001-02, a exercer a atividade de produtor de óleo lubrificante acabado automotivo e industrial, em instalações da Total Lubrificantes do Brasil Ltda., CNPJ nº 71.770.689/0001-81. Fica revogada a autorização ANP nº 126, de 26/03/2014 - D.O.U. 27/03/2014.

MAURO MOTTA LAPORTE

AUTORIZAÇÃO Nº 1.123, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 17, de 19/06/2009, e o que consta do processo n.º 48610.204017/2018-10, autoriza a empresa IDEMITSU LUBE SOUTH AMERICA LTDA, CNPJ n.º 11.323.786/0001-02, a exercer a atividade de importação de óleo lubrificante acabado automotivo e industrial. Fica revogada a autorização ANP nº 126, de 17/03/2011 - D.O.U. 18/03/2018.

MAURO MOTTA LAPORTE

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

RETIFICAÇÃO

Torna sem efeito Despacho do Diretor Geral - Relação nº 180/2018/GO, VICTOR HUGO FRONER BICCA, publicado no DOU nº 209, terça feira 30/10/2018, seção 1, página 65, por ter sido publicada indevidamente.

Torna sem efeito Despacho do Superintendente - Relação nº 172/2018/GO, DAGOBERTO PEREIRA SOUZA, publicado no DOU nº 209, terça feira 30/10/2018, seção 1, página 66, por ter sido publicada indevidamente.

Torna sem efeito Despacho do Superintendente - Relação nº 176/2018/GO, DAGOBERTO PEREIRA SOUZA, publicado no DOU nº 209, terça feira 30/10/2018, seção 1, página 66, por ter sido publicada indevidamente.

Torna sem efeito Despacho do Superintendente - Relação nº 182/2018/GO, DAGOBERTO PEREIRA SOUZA, publicado no DOU nº 209, terça feira 30/10/2018, seção 1, página 67, por ter sido publicada indevidamente.

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 88/2018/BA

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Fazenda Brasileiro Desenvolvimento Mineral LTDA. Cpf/cnpj :22.104.045/0001-49 - Processo minerário: 802206/75 - Processo de cobrança: 973423/18 Valor: R$.315.268,54, Processo minerário: 807869/75 - Processo de cobrança: 973424/18 Valor: R$.910.435,98, Processo minerário: 807869/75 - Processo de cobrança: 973425/18 Valor: R$.7.024,85, Processo minerário: 870226/82 - Processo de cobrança: 973426/18 Valor: R$.58.919,61, Processo minerário: 870425/85 - Processo de cobrança: 973427/18 Valor: R$.125,49

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 142/2018/CE

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)

Francisca Danuzia Carneiro de Aquino - 800261/17

r & s Brasil Mineração Ltda Epp - 800155/17, 800156/17, 800161/17, 800162/17, 800163/17, 800164/17

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 143/2018/CE

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Construrban Logistica Ambiental - 800715/16 - Not.161/2018 - R$ 3.953,19
Tijolaria Fortaleza LTDA. - 800722/16 - Not.162/2018 - R$ 3.774,06

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 123/2018/ES

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Multa Aplicada-REL. PESQ.(646)
896.423/2013-TOMAZELI COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA- AI N°218/2018-DNPM/ES
Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-MULTA(904)
896.310/2005-ULTRAMAR MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA- NOT. N°34/2018
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito exigência(1284)
896.110/2014-AREIA T. FERRARI LTDA-OF. N°1.034/2016 DNPM/ES-DOU de 18/07/2016
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1669)
896.102/2015-JM COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA ME- DOU de 14/05/2018

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 187/2018/GO

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Nióbio Brasil s a - 860847/17

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 116/2018/MT

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
866.266/1986-EXTRAMIL-EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.-OF. N°269/2018-Sup
866.515/1988-EXTRAMIL-EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.-OF. N°269/2018-Sup
866.240/1991-EXTRAMIL-EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.-OF. N°269/2018-Sup
866.241/1991-EXTRAMIL-EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.-OF. N°269/2018-Sup
866.248/1991-EXTRAMIL-EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.-OF. N°269/2018-Sup
866.592/1992-EXTRAMIL-EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.-OF. N°269/2018-Sup
866.593/1992-EXTRAMIL-EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.-OF. N°269/2018-Sup
867.290/1992-EXTRAMIL-EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.-OF. N°269/2018-Sup
866.083/1993-EXTRAMIL-EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.-OF. N°269/2018-Sup
866.322/1993-EXTRAMIL-EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.-OF. N°269/2018-Sup
866.147/1998-EXTRAMIL-EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.-OF. N°269/2018-Sup
866.272/1999-EXTRAMIL-EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.-OF. N°269/2018-Sup
866.273/1999-EXTRAMIL-EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.-OF. N°269/2018-Sup
866.397/1999-EXTRAMIL-EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.-OF. N°269/2018-Sup
866.398/1999-EXTRAMIL-EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.-OF. N°269/2018-Sup
866.885/2008-EXTRAMIL-EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.-OF. N°269/2018-Sup
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
866.531/2016-JOÃO MORENO LIMA
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
866.057/2012-ANGELO CARLOS VICARI-ALVARÁ N°15661/2015
866.934/2012-LAGO DOURADO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°15687/2015
866.105/2013-LAGO DOURADO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°15615/2015
866.144/2013-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-ALVARÁ N°15616/2015
866.051/2015-MINERAÇÃO DARDANELOS LTDA-ALVARÁ N°5995/2015
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
866.920/2010-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE - PLG N°27/2018 de 05/10/2018 - Prazo 03 anos
867.003/2014-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE - PLG N°29/2018 de 05/10/2018 - Prazo 03 anos
867.072/2014-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE - PLG N°28/2018 de 05/10/2018 - Prazo 03 anos
866.062/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE - PLG N°31/2018 de 05/10/2018 - Prazo 02 anos
866.753/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE - PLG N°32/2018 de 08/10/2018 - Prazo 03 anos
866.944/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE - PLG N°33/2018 de 08/10/2018 - Prazo 03 anos
867.240/2017-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE - PLG N°26/2018 de 05/10/2018 - Prazo 03 anos
867.391/2017-MARCELO BOZETTI - PLG N°36/2018 de 16/10/2018 - Prazo 03 anos
Indefere por Interferencia Total(1339)
866.661/2018-MOACYR DE CAMPOS
866.706/2018-CCOOPE DE PEQ. MINERADORES DE OURO E P.PRECIOSAS DE N.BANDEIRANTES E OUTROS MUNI
866.747/2018-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DE PEIXOTO DE AZEVEDO
866.748/2018-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DE PEIXOTO DE AZEVEDO
Fase de Lavra Garimpeira
Indefere pedido de renovação da Permissão de Lavra Garimpeira(522)
866.737/2011-ADEMAR FRANCISCO DUTRA
866.738/2011-REINALDO DE OLIVEIRA ROMANO
866.757/2011-ELIO PEREIRA DA SILVA
866.979/2013-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
866.585/2007-REGINALDO LUIZ DE ALMEIDA FERREIRA ME - PLG Nº 45/2008 de 13/10/2008- Vencimento em 13/10/2023
866.586/2007-REGINALDO LUIZ DE ALMEIDA FERREIRA ME - PLG Nº 046/2008 de 13/10/2008- Vencimento em 13/10/2023
866.587/2007-REGINALDO LUIZ DE ALMEIDA FERREIRA ME - PLG Nº 047/2008 de 13/10/2008- Vencimento em 13/10/2023
866.589/2007-REGINALDO LUIZ DE ALMEIDA FERREIRA ME - PLG Nº 049/2008 de 13/10/2008- Vencimento em 13/10/2023
866.590/2007-LM7 MINERAÇÃO EIRELLI - PLG Nº 050/2008 de 13/10/2008- Vencimento em 13/10/2023
866.591/2007-REGINALDO LUIZ DE ALMEIDA FERREIRA ME - PLG Nº 051/2008 de 13/10/2008- Vencimento em 13/10/2023
866.598/2007-REGINALDO LUIZ DE ALMEIDA FERREIRA ME - PLG Nº 053/2008 de 13/10/2008- Vencimento em 13/10/2023
866.599/2007-REGINALDO LUIZ DE ALMEIDA FERREIRA ME - PLG Nº 054/2008 de 13/10/2008- Vencimento em 13/10/2023
866.600/2007-REGINALDO LUIZ DE ALMEIDA FERREIRA ME - PLG Nº 055/2008 de 13/10/2008- Vencimento em 13/10/2023
866.601/2007-REGINALDO LUIZ DE ALMEIDA FERREIRA ME - PLG Nº 056/2008 de 13/10/2008- Vencimento em 13/10/2023
866.602/2007-REGINALDO LUIZ DE ALMEIDA FERREIRA ME - PLG Nº 057/2008 de 13/10/2008- Vencimento em 13/10/2023
866.603/2007-REGINALDO LUIZ DE ALMEIDA FERREIRA ME - PLG Nº 080/2008 de 04/12/2008- Vencimento em 04/12/2023
867.219/2010-P C TRAVEN - PLG Nº 45/2008 de 13/10/2008- Vencimento em 13/10/2023
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)
866.108/2009-MOACYR DE CAMPOS-OF. N°1151/2018-SR
866.113/2009-MOACYR DE CAMPOS-OF. N°1153/2018-SR
866.114/2009-MOACYR DE CAMPOS-OF. N°1152/2018-SR
866.551/2012-LUIZ CLAUDIO PACHER-OF. N°11153/2018-SR
866.273/2013-SILVIA CRISTINA DE OLIVEIRA CAMILO-OF. N°1150/2018-SR
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
866.707/2018-ANTENOR GASPARELLI FILHO

SERAFIM CARVALHO MELO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 117/2018/MT

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Torna sem efeito exigência(569)
867.033/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT-OF. N°023/2016-DOU de 13/04/2016

SERAFIM CARVALHO MELO

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 469/2018/MG

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
832.766/2003-VALE S A-OF. N°1906/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.244/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°1847/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.068/2015-MINERAÇÃO VALE DAS PEDRAS LTDA.-OF. N°1855/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.076/2018-ISRRAEL RAMOS DA CRUZ-OF. N°1907/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.167/2018-JOSÉ MAGALHÃES-OF. N°1908/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.197/2018-MARCELO PEREIRA DUTRA-OF. N°1917/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.208/2018-QUALIQUARTZO MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1919/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.213/2018-RUBIA JULIO-OF. N°1922/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.386/2018-FSTW MINERADORA EIRELI-OF. N°1916/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.395/2018-SILVANA AMORIM RIBEIRO ME-OF. N°1914/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.408/2018-JOABE JOSE BARBOSA-OF. N°1915/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.212/2018-GRANITOS LITORAL LTDA-OF. N°1846/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
830.429/2017-FRANCESCO VITELLO ME-OF. N°1860/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.074/2018-DJALMA DE LAYA MACHADO-OF. N°1861/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.119/2018-MARCUS MONTEIRO DE BARROS-OF. N°1930/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.868/1992-MASTER NIQUEL EXPLORAÇÃO E LAVRA DE JAZIDAS MINERAIS LTDA-OF. N°1965/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
835.620/1995-GRANWHITE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1886/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.486/2001-MINERAÇÃO BONSUCESSO LTDA-OF. N°1531/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.779/2002-CAVA PEDRAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.-OF. N°1942/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
830.587/1997-MINERAÇÃO SANTA PAZ LTDA.-OF. N°1897/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.426/2004-PROSPER MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1823/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
834.228/2007-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°1891/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
832.397/2009-ALDEIA GRANITOS LTDA-OF. N°1903/2018-DGTM/DNPM-MG
834.701/2010-AREAL TORRES & CARVALHO LTDA-OF. N°1941/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
812.322/1976-MAURY FRANÇA ABREU MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1795/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.807/1988-MINERAÇÕES GERAIS LTDA-OF. N°1167/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
834.380/2011-MAURY FRANÇA ABREU MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1793/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG;Arrendatário Bela Rocha Mineração Ltda
832.151/2015-MAURY FRANÇA ABREU MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1792/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG;Arrendatário Ardósia Santa Catarina Ltda
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
831.349/2013-FAZENDA SANTA FELICIDADE EXTRAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE AREIA E ARGILA LTDA ME-OF. N°1830/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

831.626/2015-CERÂMICA CRUZEIRO LTDA-OF. N°1784/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
832.355/2015-CERÂMICA HS LTDA-OF. N°1932/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG - Representante Legal ;Cerâmica Minas Brasil Ltda
832.819/2015-PAULO MATIAS DA SILVA-OF. N°1829/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.912/2015-MELO MENDONÇA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1828/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.064/2016-MARIA DE FÁTIMA BENTO DA SILVA-OF. N°1816/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.448/2017-GH - COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA-OF. N°1803/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.019/2017-RENAN LIMA ROCHA-OF. N°1805/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.365/2017-COLLEM CONSTRUTORA MOHALLEM LTDA-OF. N°1813/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.389/2017-VANIA DE SOUZA LAGE MADUREIRA AMBRÓSIO-OF. N°1962/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.480/2017-CLAUDINEI JOSÉ DE BRITO-OF. N°1802/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.544/2017-LOCAMEX LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A-OF. N°1806/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.615/2017-LUCIMAR SILVERIO DE FREITAS CHAVES EPP-OF. N°1938/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.658/2017-AREIA SÃO JOSE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°1786/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.659/2017-AREIA SÃO JOSE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°1785/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.660/2017-AREIA SÃO JOSE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°1787/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.665/2017-HUGO PRADO DE CASTRO-OF. N°1788/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.666/2017-CHRISTIANO SILVEIRA BASTOS-OF. N°1789/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.678/2017-ADALGISA CARDOSO COSTA-OF. N°1937/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.760/2017-ARETRANS LTDA-OF. N°1934/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.789/2017-F J SILVA ME-OF. N°1831/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.883/2017-SG MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°1817/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.939/2017-KARINE DA SILVA VERLI-OF. N°1956/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.941/2017-WILTON DA CONCEIÇÃO FERREIRA ME-OF. N°1953/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
832.121/2015-SÉRGIO ALVES DE MENEZES-OF. N°1957/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
832.456/2016-DIAS GOMES MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME-OF. N°1808/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
832.082/2017-JOAQUIM ROSA DE MACEDO ME-OF. N°1817/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
831.967/2017-IRENE CRUVINEL LACERDA
831.970/2017-MARCELO DONIZETE FERREIRA 05608901681
831.977/2017-SUL COMERCIO & CONSTRUÇÃO EIRELI ME
832.084/2017-USIBRITA PEDREIRA&COMERCIO EIRELI ME
832.095/2017-MINERADORA TOPÁZIO LTDA ME

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 472/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
833.682/2007-ROMAGRAN ROMUALDO GRANITOS LTDA-OF. N°2178/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Despacho publicado(256)
833.682/2007-ROMAGRAN ROMUALDO GRANITOS LTDA-2179/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
833.682/2007-ROMAGRAN ROMUALDO GRANITOS LTDA- Área de 999,00 hectares para 506,25 hectares-Granito
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
834.175/2011-PONTE ALTA EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTE LTDA. EPP-Areia
834.176/2011-EXTRAÇÃO TRANSPORTE E COMÉRCIO DE AREIA E PEDREGULHO GUANABARA LTDA. EPP-Areia
834.177/2011-EXTRAÇÃO TRANSPORTE E COMÉRCIO DE AREIA E PEDREGULHO GUANABARA LTDA. EPP-Areia
831.398/2013-DIAMANTINA MINERAÇÃO EIRELI ME-Quartzito e Cascalho

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 473/2018/MG

Fase de Disponibilidade
Homologa desistência do requerimento de habilitação para área em disponibilidade(607)
831.877/2007-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA;VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A
831.878/2007-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA;VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A
831.879/2007-VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A
300.313/2009-TERRATIVA MINERAIS S.A.
831.092/2009-GEORRACIONAL CONSULTORIA GEOLÓGICA E MINERAÇÃO S/A LTDA
300.002/2012-JOÃO LÚCIO MELO LIMA
832.553/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 474/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.806/2003-GRANWOLD GRANITOS MUNDIAL MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. ME-OF. N°1961/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Despacho publicado(256)
830.806/2003-GRANWOLD GRANITOS MUNDIAL MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. ME-1960/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.757/2015-JUCÉLIO LEAL FERREIRA-Determina a apresentação de Licença Ambiental e ART conforme Ofício nº2193/2018/FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 475/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.180/2013-ASAMAR SA-OF. N°2189/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
830.181/2013-ASAMAR SA-OF. N°2190/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
830.182/2013-ASAMAR SA-OF. N°2191/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 476/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho publicado(256)
833.560/2014-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-2105/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
832.772/2010-SIDERURGIA SANTO ANTÔNIO LTDA-ALVARÁ N°3673/2011
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
833.560/2014-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-ALVARÁ N°4911/2016
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
832.580/2009-SIDERURGIA SANTO ANTÔNIO LTDA-ALVARÁ N°2561/2011

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 477/2018/MG

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
830.041/2018-PROSPECTAR CONSULTORIA MINERO AMBIENTAL LTDA ME
830.239/2018-IZIMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA ME
830.773/2018-CANTO DOS PEQUÍS AGRICULTURA E PECUÁRIA LTDA
830.777/2018-MINERAÇÃO GAVEA LTDA ME
830.778/2018-MINERAÇÃO GAVEA LTDA ME
830.782/2018-AURÉLIO CLÁUDIO BAQUIÃO
830.784/2018-CONSTRUTORA FATOR MODAL LTDA EPP
830.845/2018-MÁRCIO ANTÔNIO DE PÁDUA COELHO
830.878/2018-SEBASTIÃO NICO FURTADO LEITE
830.886/2018-LRM COMERCIAL LTDA EPP
830.899/2018-LD TRANSPORTADORA & LOCADORA LTDA
830.945/2018-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA
830.958/2018-D.R. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA
830.960/2018-LUIZ MAURO DE FREITAS
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
830.932/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°1848/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.431/2016-JULIANA TRINDADE MARQUES DE OLIVEIRA-OF. N°1951/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.393/2017-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.-OF. N°1929/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.222/2017-TRÊS MINEIRAS PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°1765/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.207/2018-MINERAÇÃO RIBEIRÃO VERMELHO LTDA ME-OF. N°1920/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.209/2018-DANIEL BAHIA KATZ-OF. N°1974/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.211/2018-CERÂMICA PÁSSARO VERDE LTDA-OF. N°1918/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.218/2018-AREIAS PATRIMÔNIO LTDA ME-OF. N°1966/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.269/2018-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-OF. N°1905/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.370/2018-QUARTZO BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA EPP-OF. N°1913/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.550/2018-HELEN PIMENTA RODRIGUES-OF. N°1949/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.557/2018-JOSÉ CARLOS DA SILVA-OF. N°1950/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.561/2018-BOM SUCESSO MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1948/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.221/2018-WANDERSON FONSECA GONÇALVES-OF. N°1856/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
Indefere de Plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(166)
831.617/2017-LEON DENIS CAMPOS
Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(225)
831.924/2013-MINERAÇÃO SOLEDADE LTDA -AI N°37/2018/DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.514/2010-GERALDO ROCHA-OF. N°2122/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Despacho publicado(256)
830.514/2010-GERALDO ROCHA-Determina a apresentação de Licença Ambiental conforme Ofício nº2123/2018/FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
833.134/2013-T.R. ZOIA DE SOUSA ME
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
830.360/2018-MINERAÇÃO TIÃO DUTRA LTDA ME-OF. N°1931/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
830.916/2009-ANTONIO IONE TEIXEIRA DE JESUS - PLG N°26/2018 de 09/10/2018 - Prazo 05 (cinco) anos
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.718/2006-MINERAÇÃO MERCEDES LTDA ME-OF. N°2170/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(363)
830.791/1991-CERÂMICA AVANTE LTDA.-OF. N°392/2016-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
835.572/1994-SF MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1273/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
830.988/2005-MINERAÇÃO GRANDUVALE LTDA-OF. N°1899/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG-180 dias
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
835.687/1993-EMPRESA DE MINERAÇÃO FAVORETO LTDA.- Fonte Londrina I - Marca Monte Carmelo - Embalagem 20L e 10L, sem gás - Marca Vivace - Embalagem 20L e 10L sem gás.- MONTE CARMELO/MG
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
830.202/1980-RED GRANITI MINERAÇÃO LTDA- AI N° 1105/2018-DNPM/MG
830.298/1984-CLEVER PORFIRIO GARCIA-FI- AI N° 1084;1085 e 1086/2018 -DNPM/MG
832.451/1986-GRANITA MINERAÇÃO DE GRANITOS LTDA- AI N° 1098/2018 -DNPM/MG
832.932/1994-ÁGUA MINERAL OURO DE MINAS LTDA EPP- AI N° 1071;1072;1073;1074;1075;1076;1077;1078;1079;1080;1081;1082 e 1083/2018-FISCALIZAÇÃO DNPM/MG
831.330/1999-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.- AI N° 1097/2018 -DNPM/MG
930.986/2007-MINERAÇÃO CALDENSE LTDA- AI N° 1099;1100;1101;1102;1103 e 1104/2018 -DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
001.063/1958-MINERAÇÃO GERAL DO BRASIL S A-OF. N°2183/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
830.202/1980-RED GRANITI MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2165/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
830.298/1984-CLEVER PORFIRIO GARCIA-FI-OF. N°2142/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
830.855/1986-MINERAÇÃO CAFÉ LTDA-OF. N°2160/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
832.451/1986-GRANITA MINERAÇÃO DE GRANITOS LTDA-OF. N°2161/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

833.155/1993-ETGRAN MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2174/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
832.932/1994-ÁGUA MINERAL OURO DE MINAS LTDA EPP-OF. N°2177/2018-FISCALIZAÇÃO/SUPERINTENDÊNCIA do DNPM/MG
831.330/1999-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-OF. N°2158/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
832.120/2008-MINERADORA DO VALE LTDA ME-Registro de Licença N° 3618/2011/DNPM/MG - Vencimento em Indeterminado
831.449/2014-CERÂMICA MINAS FORTE LTDA ME-Registro de Licença N° 4488/2015/DNPM/MG - Vencimento em 11/05/2022
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere requerimento de Registro de Extração por interferência total(822)
832.161/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
831.637/2017-GILBERTO VAZ DE MELLO AZEREDO E CIA LTDA ME
832.229/2017-EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA MARTINS E VIDAL LTDA
830.601/2018-NENEN TRATORES LTDA

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 478/2018/MG

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
833.055/2013-WLISSIS DINIZ GONÇALVES-OF. N°1852/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.452/2014-PEC ENERGIA S. A.-OF. N°1849/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
832.955/2014-IVAN JESUS DA SILVA-OF. N°1924/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
833.060/2014-BRAZMINE MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA-OF. N°1850/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.036/2015-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-OF. N°1853/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.009/2016-LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A.-OF. N°1926/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.549/2016-FERTIMAX FERTILIZANTES ORGANICOS LTDA-OF. N°1851/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.024/2018-MG OXIDOS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1925/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.026/2018-MG OXIDOS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1925/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.118/2018-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-OF. N°1912/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.129/2018-RICARDO DA SILVA MAGALHÃES - ME-OF. N°1947/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.204/2018-DEPÓSITOS MINERAIS SERVIÇOS LTDA-OF. N°1921/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.443/2018-FERTIMAX FERTILIZANTES ORGANICOS LTDA-OF. N°1928/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.463/2018-AREIAS CAJURU LTDA ME-OF. N°1923/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.132/2018-SPLENDOUR MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA-OF. N°1857/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.187/2018-FUNCHAL LTDA-OF. N°1840/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.190/2018-NADSON TORRES SARMENTO ME-OF. N°1858/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
831.053/2017-MARCIO TEZA BENEVENUTE ME-OF. N°1967/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
832.440/2000-COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO-OF. N°1900/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.504/2007-LEÃO DE FERRO MINERAÇAO LTDA-OF. N°2201/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
834.722/2007-ARIDEGRAN GRANITOS LTDA ME-OF. N°1902/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
832.440/2000-COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO-OF. N°1901/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG-180 dias
831.504/2007-LEÃO DE FERRO MINERAÇAO LTDA-OF. N°2423/2016-ANAPRO/DGTM-60 dias
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
831.323/2017-SANDRO ANDRADE FERREIRA ME - PLG N°27/2018 de 24/10/2018 - Prazo 05 (cinco) anos
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
831.448/1998-LEONE MACHADO HOMEM ME-OF. N°1825/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
833.779/2004-NOVABRITA - BRITADORA NOVA SERRANA LTDA-OF. N°1810/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
832.232/2009-GERDAU AÇOS LONGOS S.A.-OF. N°1812/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
834.597/2011-JEANI LIMA ZANON-OF. N°1826/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.182/2013-GERDAU AÇOS LONGOS S.A.-OF. N°1813/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.237/2017-ORGUAL ORGANIZAÇÕES GUANHÃES LTDA. EPP-OF. N°1941/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
833.116/2015-DRAGA CRIS LTDA-OF. N°1958/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
833.219/2015-DRAGA PARAGUAÇU LTDA-OF. N°1959/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.392/2016-R M DA SILVA AREIA ME-OF. N°1802/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
832.312/2016-CERÂMICA VILA CRUZ LTDA-OF. N°1838/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.173/2017-CONSTRUTORA GB LTDA EPP-OF. N°1832/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.483/2017-CERÂMICA MURILO GONZAGA RIBEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°1809/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.848/2017-ELISANJA MARIA RODRIGUES-OF. N°1904/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.036/2017-ANDREIA DURSO DE MEDEIROS CRUZ-OF. N°1839/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.076/2017-CONSTRUTORA E DRAGAGEM PARAOPEBA LTDA-OF. N°1933/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.094/2017-EDELIO DOS SANTOS-OF. N°1820/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.167/2017-JOANISIO FERREIRA DE FREITAS-OF. N°1939/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.217/2017-PLENNA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-OF. N°1837/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.364/2017-EDELIO DOS SANTOS-OF. N°1960/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.542/2017-AREIAS SANTA QUITÉRIA LTDA EPP-OF. N°1964/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.543/2017-AREIAS DO PORTO LTDA ME-OF. N°1963/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.661/2017-TRANSCAÇAMBAS LTDA. ME-OF. N°1815/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.870/2017-CERÂMICA SANSÃO LTDA-OF. N°1954/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.871/2017-CERAMICA MINAS BRASIL LTDA-OF. N°1833/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.873/2017-LUCINEY RODRIGUES PAINA ME-OF. N°1834/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.881/2017-RAPHAEL ROCHA MAUAD-OF. N°1835/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.885/2017-ROBERTO DONIZETI CANDIDO-OF. N°1819/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.927/2017-EVANDO HORÁCIO PINTO-OF. N°1936/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.928/2017-EVANDO HORÁCIO PINTO-OF. N°1935/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.942/2017-IBSON JOSE BORGES ME-OF. N°1952/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
832.080/2017-F J SILVA ME-OF. N°1647/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
832.210/2017-ADENILÇO TARDEM 98306324668-OF. N°1644/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.749/2018-LUIZ ZOCOLI-OF. N°1955/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 479/2018/MG

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
830.349/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.
833.683/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.
834.116/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.
834.249/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.
834.270/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.
834.039/2013-TERRATIVA MINERAIS S.A.
832.866/2014-SPLENDOUR MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA
832.867/2014-SPLENDOUR MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA
832.868/2014-SPLENDOUR MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA
832.869/2014-SPLENDOUR MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA
832.870/2014-SPLENDOUR MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA
832.871/2014-SPLENDOUR MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA
832.890/2014-VALERIA LATINI TENSOL
830.437/2015-ROBERTO DONIZETI CANDIDO
832.479/2016-TERRATIVA MINERAIS S.A.
832.503/2016-TERRATIVA MINERAIS S.A.
832.561/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
830.053/2018-TRÊS MINEIRAS PARTICIPAÇÕES LTDA
830.054/2018-TRÊS MINEIRAS PARTICIPAÇÕES LTDA
830.055/2018-TRÊS MINEIRAS PARTICIPAÇÕES LTDA
830.056/2018-TRÊS MINEIRAS PARTICIPAÇÕES LTDA
830.060/2018-TRÊS MINEIRAS PARTICIPAÇÕES LTDA
830.061/2018-TRÊS MINEIRAS PARTICIPAÇÕES LTDA
830.062/2018-TRÊS MINEIRAS PARTICIPAÇÕES LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
833.179/2013-MAURICIO INDIO DO BRASIL -Alvará N°12.900/2010
831.461/2014-TOLEDO & FILHOS INDÚSTRIA E COMERCIO DE PEDRAS LTDA -Alvará N°1873/2016
831.438/2015-I3 PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS LTDA -Alvará N°6817/2016
832.392/2015-LUIZ EDUARDO MACHADO DE CASTRO -Alvará N°16803/2015
830.963/2016-MÁRCIO LAMOUNIER DOS REIS -Alvará N°926/2017
831.024/2016-RL AGROPECUÁRIA LTDA. -Alvará N°335/2017
831.331/2016-BALTAZAR ALVES DE SOUZA CPF 04249450619 ME -Alvará N°570/2017
831.589/2016-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA -Alvará N°1346/2017
831.590/2016-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA -Alvará N°1009/2017
831.591/2016-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA -Alvará N°1010/2017
832.067/2016-COMPANHIA FERROLIGAS MINAS GERAIS MINASLIGAS -Alvará N°5920/2017
832.566/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°5933/2017
832.829/2016-SEBASTIÃO ALVES DRUMMOND -Alvará N°5952/2017
830.212/2017-MTM MINERAÇÃO EIRELI EPP -Alvará N°7962/2017
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
832.736/2013-ADRIA REGINA DE MOURA NUNES KLINKHAMMER
Homologa desistência do requerimento de PLG(613)
831.442/2017-WALID EL KOURY DAOUD
831.445/2017-WALID EL KOURY DAOUD
831.447/2017-WALID EL KOURY DAOUD
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
834.273/2008-NAVARRO AREIA LTDA
831.558/2012-FARIA E BARBOSA LTDA-ME
831.993/2014-CERÂMICA SOLAR LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
830.114/2012-V E A EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA
830.037/2013-EVALDO MUNIZ FRANCO
833.814/2013-CRISTIANO JOSÉ MACHADO EIRELI ME
832.198/2014-MIRACI DE SOUZA ALMEIDA 05817189682
831.349/2015-JOSÉ EURÍPEDES FERREIRA DOS SANTOS EPP
832.182/2015-JOSÉ EURÍPEDES FERREIRA DOS SANTOS EPP
830.690/2016-MINERAÇÃO PORTO DE SANTO ANTÔNIO EIRELLI ME
830.853/2016-PAULO CESAR BATTESTIM ME
832.816/2016-MARCELO RODRIGUES ALVIM ME
830.604/2017-VALTER GOMES FILHO AREIA ME

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 482/2018/MG

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
000.466/1943-AMG MINERAÇÃO S.A.- AI N° 1067/2018 -DNPM/MG
815.072/1974-GALVANI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.- AI N° 1060;1061/2018 -DNPM/MG-Filial:Roberto Eustáquio Silva Pedrosa
831.005/1982-MINERAÇÃO RIACHO DOS MACHADOS LTDA.- AI N° 1059/2018 -DNPM/MG
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
815.691/1971-EMICON MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA.- AI Nº 969/2016;970/2016;1730/2016;765/2018;766/2018;767/2018; 768/2018;769/2018 e 770/2018-SUPERINTENDÊNCIA/DNPM/MG
831.005/1982-MINERAÇÃO RIACHO DOS MACHADOS LTDA.- AI Nº 235/2018-SUPERINTENDÊNCIA/DNPM/MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

832.621/1986-NIKI MINERAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA- AI Nº 272/2018-DNPM/MG; 919 e 920/2018 -DNPM/MG
Nega provimento a defesa apresentada(476)
832.621/1986-NIKI MINERAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA
Fase de Requerimento de Lavra
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
831.424/2007-Cia Mineradora Catite Duo S.A- AI N°1062/2018 -DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 483/2018/MG

Fica(m) o(s) abaixo relacionado (s) ciente(s) de que julgou-se improcedente a(s) defesa(s)administrativa (s)interposta(s); restando- lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso ao Superintendente do DNPM/MG, relativo ao(s) débitos(s) apurados(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º,IX da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89,nº8.001/90, art.61 da Lei nº9.430/96, Lei nº9993/00, nº10.195/01 e nº10.522/02),no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança:935.514/2011
Notificado: Mineração Roma Indústria e Comércio Ltda.
CNPJ:71.186.597/0001-59
NFLDP Nº3700/2011
Valor:R$79.324,68
Processo de Cobrança:935.515/2011
Notificado: Mineração Roma Indústria e Comércio Ltda.
CNPJ:71.186.597/0001-59
NFLDP Nº3701/2011
Valor:R$79.324,68

PABLO CÉSAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 484/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.303/2008-AREIAS DO DINHO EIRELI-OF. N°2199/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG;2207/2018/MG/Fiscalização/ Superintendência do DNPM/MG
834.174/2011-EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE DE AREIA E PEDREGULHO ITACAMBIRA LTDA EPP-OF. N°2066/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Despacho publicado(256)
830.303/2008-AREIAS DO DINHO EIRELI-2200/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
832.510/2005-VICENTE PEREIRA DE LIMA ME- Área de 646,87 ha para 616,65 ha-Argila Industrial e Areia
830.303/2008-AREIAS DO DINHO EIRELI- Área de 423,15 ha para 49,71 ha-Areia e Argila
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
834.174/2011-EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE DE AREIA E PEDREGULHO ITACAMBIRA LTDA EPP-Areia
830.161/2013-GUSTAVO EPOV DE ALMEIDA PRADO ME-Areia,Quartzo (Industrial e Cascalho) e Ouro (Minério de)
831.116/2014-EMPRESA DE MINERAÇÃO SANTA ROSA LTDA.-Quartzo
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1736)
830.303/2008-AREIAS DO DINHO EIRELI-OF. N°2206/2018/MG/Fiscalização/Superintendência do DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 485/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
833.229/2007-GUSTAVO SOLIS ROSA-AI N°1087/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
830.249/2011-MECANICA E FUNILARIA SANTOS LTDA ME-AI N°1088/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
833.051/2011-LUCIANO COELHO MACEDO-AI N°1089/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
833.387/2011-ALTITUDE MAXIMA EMPREENDIMENTOS E NEGÓCIOS AGROINDUSTRIAIS LTDA-AI N°1090/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
830.138/2012-KLEBER JOSÉ DE ALMEIDA JÚNIOR-AI N°1091/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.802/2012-EMPRESA DE MINERAÇÃO MINASNOVAS LTDA.-AI N°1092/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.817/2012-E.A.CARADORI JUNIOR ME-AI N°1093/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.374/2013-MARLOS VILAS BOAS COELHO-AI N°1094/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.997/2013-VITORIA TRANSPORTES & SERVICOS LTDA ME-AI N°1095/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
830.156/2016-ETGRAN MINERAÇÃO LTDA-AI N°1096/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 486/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
831.514/2008-SOUSA DINIZ CONS. E ASSES. FINANCEIRA LTDA-AI N°1123/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
833.514/2011-LINO GERALDO ALVES DE SOUZA ME-AI N°1124/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
830.490/2013-PHP COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA-AI N°1120/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
832.300/2013-MINERAÇÃO SUL MINEIRA LTDA ME-AI N°1121/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
830.905/2014-WANDERSON ALEXANDRE SANTOS-AI N°1119/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
830.353/2016-MINERAÇÃO ENTRE SERRAS LTDA-AI N°1122/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 488/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.609/2014-JACINTO JÚNIOR BARBOSA SARAIVA ME-OF. N°2092 e 2097/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Despacho publicado(256)
830.609/2014-JACINTO JÚNIOR BARBOSA SARAIVA ME-2096/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
831.462/1998-BART GEMAS LTDA ME-2209/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
832.159/2006-MINERAÇÃO ALTO DAS PEDRAS LTDA.-2075/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.462/1998-BART GEMAS LTDA ME-OF. N°2208/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
833.033/2007-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°2229/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 489/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.727/2010-MINERAÇÃO MELO LTDA ME-OF. N°2168/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
834.007/2012-SHIRLEY APARECIDA DE SOUZA TERRA ME-OF. N°2102/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 490/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
830.144/2002-MINERACAO CORREGO DO OURO LTDA
831.161/2002-MINERACAO CORREGO DO OURO LTDA

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 491/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
832.626/2013-MONTE SINAI MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°14260/2015

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 492/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
832.287/2015-IMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA EPP

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 493/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
833.396/2014-APACHE MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°2196 e 2197/2018/SFPAM/FISCALIZAÇÃO/SUPERINTENDÊNCIA/ DNPM-MG
833.397/2014-APACHE MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°2202 e 2203/2018/SFPAM/FISCALIZAÇÃO/SUPERINTENDÊNCIA/ DNPM-MG
Despacho publicado(256)
833.396/2014-APACHE MINERAÇÃO LTDA ME-Determina a apresentação de Licença Ambiental conforme Ofício nº2198/2018/SFPAM/FISCALIZAÇÃO/SUPERINTENDÊNCIA/ DNPM/MG
833.397/2014-APACHE MINERAÇÃO LTDA ME-Determina a apresentação de Licença Ambiental conforme Ofício nº2204/2018/SFPAM/FISCALIZAÇÃO/SUPERINTENDÊNCIA/ DNPM/MG
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
832.347/1993-SCHERRER & MERKLEIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.- Fonte do Vale e Fonte Sete Salões - Marca:Krenak - Embalagem: 20L,10L,5L,1,5L,510 mL,copinhos 200 mL, todas sem gás;1,5L e 510 mL, com gás(Fonte do Vale) - Marca Krenak - Embalagem:20L,10L(2 versões),5L(2v),1,5 (2v) e 510 mL (2v), copinhos 200 mL (2v), todas sem gás;1,5L (2v) e 510 mL (2v), com gás (Fonte Sete Salões);Marca Aguah - Embalagem 20L e 10L, sem gás (Fonte do Vale e Fonte Sete Salões)- RESPLENDOR/MG
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
831.927/2003-ÁGUA MINERAL SERENA LTDA.- AI N° 1106;1107;1108;1109;1110;1111;1112;1113;1114;1115;1116/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.294/2005-ÁGUA MINERAL SERENA LTDA.- AI N° 1117 e 1118/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
831.927/2003-ÁGUA MINERAL SERENA LTDA.-OF. N°2171/2018-FISC/DNPM/MG
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(1104)
831.927/2003-ÁGUA MINERAL SERENA LTDA.-OF. N°1464/2015-DGTM/DNPM-MG
Fase de Requerimento de Lavra
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(811)
830.041/2003-FENIX MINERAÇÃO OURO PRETO LTDA ME -AI N°560/2018-DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
832.397/2006-ALTO DA BOA VISTA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2195/2018-FISCALIZAÇÃO/SUPERINTENDÊNCIA do DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 467/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1782)
831.180/2009-JURACI LOPES DE OLIVEIRA FILHO - Publicado DOU de 21/06/2018, Relação n° 237, Seção 1, pág. 78- Onde se lê:"...Aprovo Relatório Final de Pesquisa (317) 831.180/2009-Juraci Lopes de Oliveira Filho - Subsância:Areia " Leia-se:"...Aprovo Relatório Final de Pesquisa (317) 831.180/2009-Juraci Lopes de Oliveira Filho - Subsância:Quartzo ..."

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 480/2018/MG

Fase de Licenciamento
Torna sem efeito exigência(766)
832.392/2009-COFERALL EXTRAÇÃO E COMÉRCO DE AREIA LTDA ME-OF. N°688/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG-DOU de 22/05/2018

PABLO CESAR DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 40/2018/PI

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
803.107/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-OF. N°350/2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento a defesa apresentada(242)
803.703/2011-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.704/2011-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.705/2011-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

803.710/2011-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.711/2011-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.712/2011-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.714/2011-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.715/2011-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.716/2011-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.024/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.025/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.036/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.037/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.041/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.042/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.044/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.045/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.046/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.097/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.101/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.102/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.107/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.110/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
803.321/2013-MCM MINERADORA DE CALCÁRIO MATAS LTDA-OF. N°516/2018
803.110/2016-MARIANA DA SILVA OLIVEIRA-OF. N°517/2018
803.111/2016-DETONEX SERVIÇOS EXPLOSIVOS E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°518/2018
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
803.028/2015-COOPERATIVA DE MINERADORES DE AREIA DA GRANDE TERESINA- Área de 43,00 ha para 26,66 ha-Areia
803.032/2015-COOPERATIVA DE MINERADORES DE AREIA DA GRANDE TERESINA- Área de 47,18 ha para 24,94 ha-Areia
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
803.014/2009-CERÂMICA CAPIVARA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA
803.159/2015-AQUONSULT CONSULTORIA E PLANEJAMENTO HIDROGEOLÓGICO LTDA.
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
803.015/2016-CONSTRUTORA SUCESSO S A-TERESINA/PI - Guia n° 07/2018-8.500toneladas-Cascalho-Validade:21/09/2021

ELISEU EMIDIO NEVES CAVALCANTI
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 110/2018/RS

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
810.966/2011-GRAMADO TERMAS PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°835/2018
810.096/2013-JORGE LUIZ PIZZUTTI DOS SANTOS-OF. N°879/2018
811.117/2013-ROSANE DENISE DA LUZ MERSONI-OF. N°836/2018
811.732/2015-IVAN MARCOS DEVENSI-OF. N°882/2018
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
811.727/2015-LKB PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA-ALVARÁ N°3854/2016
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
811.256/2013-MINERAÇÃO VERA CRUZ LTDA-ALVARÁ N°3441/2014
810.909/2014-JOÃO LEONARDO RAMOS DE PAIVA-ALVARÁ N°10593/2014
810.993/2015-PEDRACCON MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°13902/2015
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
007.589/1945-ÁGUAS MINERAIS SARANDI LTDA-Rótulo da Fonte Floresta (LAMIN nº. 046/2016): Fonte da Mata - Água Mineral Natural de 500 ml sem e com gás.- BARRA FUNDA/RS
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
810.189/1995-BASALTEAR INDÚSTRIA DE MINERAIS LTDA.-OF. N°829/2018
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
804.858/1973-COMICAN COMPANHIA DE MINERAÇÃO CANDIOTA-OF. N°880/2018
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
811.391/2012-SUL CAVA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-OF. N°766/2018
811.569/2015-SUL CAVA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-OF. N°766/2018
811.591/2015-SUL CAVA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-OF. N°766/2018
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
810.254/2005-MOACIR FERREIRA ME-OF. N°839/2018
810.998/2007-MOACIR FERREIRA ME-OF. N°839/2018
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
810.807/2002-MINERADORA TERTULIA LTDA ME-OF. N°838/2018
811.391/2012-SUL CAVA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-OF. N°767/2018
811.569/2015-SUL CAVA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-OF. N°767/2018
811.591/2015-SUL CAVA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-OF. N°767/2018

ALVIMAR LUIZ LISOT

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 112/2018/RS

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.086/1986-COMERCIAL DE AREIA CAMILLO LTDA.-OF. N°877/2018
810.004/1990-AREAL BARONESA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°2194/2018
810.005/1990-AREAL BARONESA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°2193/2018
810.553/2005-CERÂMICA BRUXEL LTDA-OF. N°2195/2018
810.647/2006-IRINEU PALUDO ME-OF. N°883/2018
810.072/2007-MAGLIANE ALVES ME-OF. N°757/2018
810.185/2016-ELSON WENDORF E CIA LTDA-OF. N°2197/2018
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
810.304/2016-TERRAPLANAGEM CHESINI LTDA-OF. N°450/2018
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
810.095/1987-MINERAÇÃO CARMEC LTDA- Registro de Licença N° 2862/2005 - Vencimento em 02/05/2022
810.553/2005-CERÂMICA BRUXEL LTDA- Registro de Licença N° 3081/2005 - Vencimento em 09/08/2021
810.320/2013-ARTEFATOS DE CONCRETO E CERÂMICA ROHR LTDA- Registro de Licença N° 64/2014 - Vencimento em 21/08/2023
810.321/2013-ARTEFATOS DE CONCRETO E CERÂMICA ROHR LTDA- Registro de Licença N° 63/2014 - Vencimento em 21/08/2023
811.675/2014-EXTRATORA DE SAIBRO IMPERIAL-Registro de Licença N° 74/2015 - Vencimento em 28/02/2022
Homologa renúncia do Registro de Licença(784)
810.240/2008-CONSTRUTORA TRIUNFO SA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
811.171/2016-EDIO HANSEN-Registro de Licença N° 115/2018 - Vencimento em 18/11/2020
810.453/2018-CONTRATE CONSTRUÇÃO, TRANSPORTE E TERRAPLENAGEM LTDA ME-Registro de Licença N° 116/2018 - Vencimento em 14/05/2023
810.495/2018-BOLOGNESI ENGENHARIA LTDA-Registro de Licença N° 117/2018 - Vencimento em 23/05/2021
810.514/2018-SILON DA SILVA MARTINS CONSTRUÇÃO-Registro de Licença N° 118/2018 - Vencimento em 10/07/2028
810.517/2018-JACO BRAGAGNOLLO-Registro de Licença N° 119/2018 - Vencimento em 02/07/2019
810.541/2018-J J EXTRAÇÃO DE BASALTO LTDA-Registro de Licença N° 120/2018 - Vencimento em 15/06/2028
810.545/2018-LUCAS FAGUNDES BOLINA ME-Registro de Licença N° 121/2018 - Vencimento em 16/07/2022
810.593/2018-SIDICLEI RODRIGO ZANG DE ALMEIDA ME-Registro de Licença N° 122/2018 - Vencimento em 30/07/2022
810.635/2018-DOBIL ENGENHARIA LTDA-Registro de Licença N° 123/2018 - Vencimento em 04/07/2020
810.639/2018-CERÂMICA ARVOREZINHA LTDA-Registro de Licença N° 124/2018 - Vencimento em Indeterminado
810.640/2018-CERÂMICA ARVOREZINHA LTDA-Registro de Licença N° 126/2018 - Vencimento em Indeterminado
810.653/2018-AREAL CHARQUEADAS LTDA ME-Registro de Licença N° 125/2018 - Vencimento em 04/08/2020
810.682/2018-TERRAFACIL SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA-Registro de Licença N° 127/2018 - Vencimento em 30/08/2021
810.706/2018-EC TERRAPLENAGEM E TRANSPORTE LTDA-Registro de Licença N° 128/2018 - Vencimento em 18/04/2020
810.718/2018-L. L. DA SILVA SAIBREIRA-Registro de Licença N° 129/2018 - Vencimento em 26/06/2023
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
810.003/2016-ANDRETTA & CIA LTDA-OF. N°2196/2018
810.571/2018-BRX MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°866/2018
810.598/2018-ALVES SERVIÇOS DE CALÇAMENTO LTDA.-OF. N°2198/2018
810.718/2018-L. L. DA SILVA SAIBREIRA-OF. N°2199/2018
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
810.197/2015-DPE EXTRAÇÃO DE BASALTO LTDA
810.788/2015-OLARIA RAUBER LTDA
811.503/2015-JOÃO ROBERTO SANTANNA
810.927/2016-ANTÔNIO PRESCENDO
811.104/2016-PEDREIRA SECRETTI LTDA ME
810.019/2018-ALDOMAR LEMES DA SILVA ME
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
810.463/2018-TOMAZINI & CIA LTDA ME
810.492/2018-EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO DE PEDRAS NOSSA SENHORA DE FÁTIMA LTDA
810.516/2018-REGIPEDRAS EXTRAÇÃO DE BASALTO LTDA
810.543/2018-JSA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA ME
810.549/2018-BASALTOS PIOVESSAN LTDA
810.605/2018-ALESSON GUTH MODESTO ME
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
810.486/2018-AUGUSTO PESTANA PREFEITURA-OF. N°874/2018
810.487/2018-MUNICIPIO DE ESTAÇÃO-OF. N°875/2018
810.538/2018-MUNICÍPIO DE CAMPOS BORGES-OF. N°843/2018
810.539/2018-MUNICÍPIO DE CAMPOS BORGES-OF. N°844/2018
810.733/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE SINIMBU-OF. N°841/2018
Outorga o Registro de Extração, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação(923)
810.482/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE MUITOS CAPÕES - RS- Registro de Extração N°118/2018 de 18/10/2018
810.483/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE MUITOS CAPÕES - RS- Registro de Extração N°119/2018 de 18/10/2018
810.484/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE MUITOS CAPÕES - RS- Registro de Extração N°120/2018 de 18/10/2018
810.490/2018-PREFEITURA MUNICIPAL BOQUEIRÃO DO LEÃO- Registro de Extração N°121/2018 de 18/10/2018
810.496/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUETINHA- Registro de Extração N°122/2018 de 18/10/2018
810.497/2018-PREFEITURA MUINICIPAL DE IBIAÇÁ-Registro de Extração N°123/2018 de 18/10/2018
810.499/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE IBARAMA- Registro de Extração N°124/2018 de 19/10/2018
810.501/2018-MUNICIPIO DE SANTA MARIA- Registro de Extração N°125/2018 de 19/10/2018
810.502/2018-MUNICIPIO DE SANTA MARIA- Registro de Extração N°126/2018 de 19/10/2018
810.503/2018-MUNICIPIO DE SANTA MARIA- Registro de Extração N°127/2018 de 19/10/2018

ALVIMAR LUIZ LISOT

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 114/2018/RO

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
886.526/2014-LUCAS MENEZES SAMPAIO-OF. N°1288/2018
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
886.296/2012-MERIDIAN MINERAÇÃO JABURI S.A.-ALVARÁ N°2.669/2015
886.297/2012-MERIDIAN MINERAÇÃO JABURI S.A.-ALVARÁ N°2670/2015
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
886.177/2006-CERÂMICA MODELO INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME.-OF. N°1285,1286/2018
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
886.518/2008-MACHADO CO´MÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA-GUAJARÁ-MIRIM/RO - Guia n° 24-50.000toneladas-AREIA- Validade:16/10/2019
Fase de Licenciamento
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de Registro de Licença(765)
886.296/2014-R. A. CHAPARINI MORTENE INDÚSTRIA E COMÉRCIO ME- Cessionário:886036-2018
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
886.036/2018-JOSE JOAIBSON MORTENE

ANDREIA MORESCHI DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 100/2018/TO

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
864.127/2017-ANTONIA ALVES PAIXÃO-Registro de Licença N° 33/2018 - Vencimento em INDETERMINADA
864.138/2017-MARCO ANTONIO CASCAO NASCIMENTO-Registro de Licença N° 29/2018 - Vencimento em INDETERMINADA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

864.139/2017-AMANDA ANDRADE NASCIMENTO-Registro de Licença N° 30/2018 - Vencimento em INDETERMINADA
864.140/2017-ANA CAROLINA CASCAO NASCIMENTO-Registro de Licença N° 31/2018 - Vencimento em INDETERMINADA
864.141/2017-VITOR NASCIMENTO VALADAO-Registro de Licença N° 32/2018 - Vencimento em INDETERMINADA

FABIANO PINEIRO MIRANDA

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 175, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, e art. 2º, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48409.890115/2003, resolve:

Art. 1° Outorgar à Comércio de Pedras Paraíso de Itaperuna Ltda., concessão para lavrar Granito, no Município de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro, numa área de 288,55 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 21°17'17,140"S/41°44'05,713"W; 21°17'54,206"S/41°44'05,709"W; 21°17'54,206"S/41°44'18,361"W; 21°17'54,206"S/41°44'18,373"W; 21°18'09,976"S/41°44'18,372"W; 21°18'09,976"S/41°44'30,851"W; 21°18'09,976"S/41°44'30,862"W; 21°18'29,973"S/41°44'30,861"W; 21°18'29,973"S/41°44'41,780"W; 21°18'29,973"S/41°44'41,790"W; 21°18'53,708"S/41°44'41,790"W; 21°18'53,709"S/41°44'58,098"W; 21°18'55,009"S/41°44'58,098"W; 21°18'55,009"S/41°45'02,956"W; 21°19'17,769"S/41°45'02,956"W; 21°19'17,769"S/41°45'23,422"W; 21°18'57,636"S/41°45'23,427"W; 21°18'57,636"S/41°45'23,435"W; 21°18'53,383"S/41°45'23,436"W; 21°18'53,383"S/41°45'03,650"W; 21°18'53,378"S/41°45'03,649"W; 21°18'51,433"S/41°45'03,649"W; 21°18'51,433"S/41°44'56,363"W; 21°18'51,428"S/41°44'56,362"W; 21°18'29,643"S/41°44'56,362"W; 21°18'29,643"S/41°44'58,790"W; 21°18'03,961"S/41°44'58,791"W; 21°18'03,961"S/41°45'02,340"W; 21°18'03,962"S/41°45'03,303"W; 21°17'46,079"S/41°45'03,302"W; 21°17'46,079"S/41°44'36,588"W; 21°17'44,128"S/41°44'36,588"W; 21°17'44,127"S/41°44'30,343"W; 21°17'44,117"S/41°44'30,343"W; 21°17'44,117"S/41°44'30,325"W; 21°17'39,250"S/41°44'30,326"W; 21°17'39,240"S/41°44'24,445"W; 21°17'39,240"S/41°44'24,428"W; 21°17'31,437"S/41°44'24,428"W; 21°17'31,437"S/41°44'31,713"W; 21°17'20,392"S/41°44'31,713"W; 21°17'20,392"S/41°44'26,181"W; 21°17'20,382"S/41°44'26,181"W; 21°17'20,382"S/41°44'26,163"W; 21°17'19,140"S/41°44'26,163"W; 21°17'19,140"S/41°44'26,181"W; 21°17'17,140"S/41°44'26,182"W; 21°17'17,140"S/41°44'24,166"W; 21°17'17,140"S/41°44'05,713"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 21°17'17,140"S e Long. 41°44'05,713"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1140,0m-SE 00°00'19"903; 364,7m-SW 89°59'48"687; 0,4m-NW 88°21'48"323; 485,0m-SE 00°00'21"264; 359,7m-SW 89°59'48"530; 0,3m-SW 90°00'00"000; 615,0m-SE 00°00'20"123; 314,7m-SW 89°59'40"337; 0,3m-SW 90°00'00"000; 730,0m-SE 00°00'19"779; 470,0m-SW 89°59'38"057; 40,0m-SW 00°00'00"000; 140,0m-SW 89°59'45"267; 700,0m-SE 00°00'20"626; 589,8m-SW 89°59'39"017; 619,2m-NW 00°01'16"616; 0,2m-SW 90°00'00"000; 130,8m-NW 00°01'03"078; 570,2m-NE 89°59'38"297; 0,2m-NE 03°48'50"669; 59,9m-NE 00°00'34"464; 210,0m-NE 89°59'40"353; 0,2m-NE 07°35'40"716; 670,0m-NW 00°00'09"236; 70,0m-SW 90°00'00"000; 789,9m-NW 00°00'26"114; 102,3m-SW 89°59'19"663; 27,8m-SW 89°57'31"341; 550,0m-NW 00°00'22"502; 770,0m-NE 89°59'38"570; 60,0m-NW 00°00'34"377; 180,0m-NE 89°59'48"541; 0,3m-NE 00°00'00"000; 0,5m-NE 90°00'00"000; 149,7m-NW 00°00'13"780; 169,5m-NE 89°59'35"661; 0,3m-NE 00°00'00"000; 0,5m-NE 90°00'00"000; 240,0m-NW 00°00'08"594; 210,0m-SW 89°59'50"178; 339,7m-NW 00°00'12"144; 159,5m-NE 89°59'34"130; 0,3m-NE 00°00'00"000; 0,5m-NE 90°00'00"000; 38,2m-NE 00°00'00"000; 0,6m-SW 90°00'00"000; 61,5m-NE 00°00'00"000; 58,1m-NE 90°00'00"000; 531,9m-NE 89°59'48"366.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

MAURICYO JOSÉ ANDRADE CORREIA

PORTARIA Nº 176, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, e art. 2º, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 99099.800533/1975, resolve:

Art. 1° Outorgar à Companhia Baiana de Pesquisa Mineral, concessão para lavrar Sienito, no Município de Itarantim, Estado da Bahia, numa área de 1.000,00 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 15°46'37,797"S/40°03'13,690"W; 15°46'37,792"S/40°04'37,683"W; 15°46'05,259"S/40°04'37,679"W; 15°46'05,261"S/40°04'20,882"W; 15°45'32,727"S/40°04'20,878"W; 15°45'32,729"S/40°04'04,081"W; 15°45'16,462"S/40°04'04,080"W; 15°45'16,463"S/40°03'47,284"W; 15°45'00,196"S/40°03'47,283"W; 15°45'00,193"S/40°01'49,708"W; 15°45'16,459"S/40°01'49,706"W; 15°45'16,461"S/40°02'06,503"W; 15°45'32,727"S/40°02'06,502"W; 15°45'32,729"S/40°02'23,299"W; 15°46'05,262"S/40°02'23,297"W; 15°46'05,263"S/40°02'40,094"W; 15°46'21,529"S/40°02'40,094"W; 15°46'21,530"S/40°03'13,690"W; 15°46'37,797"S/40°03'13,690"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 9262,0m, no rumo verdadeiro de 87°27'00"372 NE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 15°46'51,264"S e Long. 40°08'24,559"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 2500,0m-W; 1000,0m-N; 500,0m-E; 1000,0m-N; 500,0m-E; 500,0m-N; 500,0m-E; 500,0m-N; 3500,0m-E; 500,0m-S; 500,0m-W; 500,0m-S; 500,0m-W; 1000,0m-S; 500,0m-W; 500,0m-S; 1000,0m-W; 500,0m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

MAURICYO JOSÉ ANDRADE CORREIA

PORTARIA Nº 177, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, e art. 2º, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48409.890583/2012, resolve:

Art. 1° Outorgar à Rio de Janeiro Refrescos Ltda., concessão para lavrar Água Mineral, no Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, numa área de 50,00 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°35'42,708"S/43°14'17,250"W; 22°36'13,307"S/43°14'17,250"W; 22°36'13,307"S/43°14'25,485"W; 22°36'13,307"S/43°14'25,488"W; 22°36'16,917"S/43°14'25,488"W; 22°36'16,917"S/43°14'34,756"W; 22°35'42,708"S/43°14'34,755"W; 22°35'42,708"S/43°14'17,250"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°35'42,708"S e Long. 43°14'17,250"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 941,2m-S; 235,2m-W; 0,1m-W; 111,1m-S; 264,7m-W; 1052,3m-N; 500,0m-E.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 413,67 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°36'11,600"S/43°13'58,110"W; 22°36'11,600"S/43°14'33,120"W; 22°35'47,600"S/43°14'33,120"W; 22°35'47,600"S/43°14'24,670"W; 22°35'31,300"S/43°14'24,670"W; 22°35'31,300"S/43°14'07,380"W; 22°35'14,800"S/43°14'07,380"W; 22°35'14,800"S/43°13'58,830"W; 22°34'58,500"S/43°13'58,830"W; 22°34'58,500"S/43°13'41,540"W; 22°34'33,900"S/43°13'41,540"W; 22°34'33,900"S/43°12'58,100"W; 22°35'14,000"S/43°12'58,100"W; 22°35'14,000"S/43°13'15,080"W; 22°35'30,500"S/43°13'15,080"W; 22°35'30,500"S/43°13'32,370"W; 22°35'46,900"S/43°13'32,370"W; 22°35'46,900"S/43°13'49,670"W; 22°36'03,400"S/43°13'49,670"W; 22°36'03,400"S/43°13'58,110"W; 22°36'11,600"S/43°13'58,110"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°36'11,600"S e Long. 43°13'58,110"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1000,0m-W; 738,3m-N; 241,3m-E; 501,4m-N; 493,8m-E; 507,6m-N; 244,2m-E; 501,4m-N; 493,9m-E; 756,7m-N; 1240,9m-E; 1233,5m-S; 485,1m-W; 507,6m-S; 493,9m-W; 504,5m-S; 494,2m-W; 507,6m-S; 241,1m-W; 252,2m-S.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

MAURICYO JOSÉ ANDRADE CORREIA

PORTARIA Nº 178, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, e art. 2º, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48407.870955/2000, resolve:

Art. 1° Outorgar à Rocha Bahia Mineração Ltda., concessão para lavrar Quartzito, nos Municípios de Érico Cardoso e Paramirim, Estado da Bahia, numa área de 766,30 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 13°36'13,185"S/42°03'41,903"W; 13°36'13,183"S/42°02'35,373"W; 13°34'31,959"S/42°02'35,381"W; 13°34'31,959"S/42°02'27,078"W; 13°34'16,041"S/42°02'27,080"W; 13°34'16,035"S/42°01'38,999"W; 13°36'29,450"S/42°01'38,980"W; 13°36'29,458"S/42°03'22,502"W; 13°36'20,246"S/42°03'22,502"W; 13°36'20,246"S/42°03'41,903"W; 13°36'13,185"S/42°03'41,903"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 16891,1m, no rumo verdadeiro de 71°59'59"663 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 13°33'23,501"S e Long. 42°12'36,309"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1999,9m-E; 3110,8m-N; 249,6m-E; 489,2m-N; 1445,5m-E; 4100,1m-S; 3111,8m-W; 283,1m-N; 583,2m-W; 217,0m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

MAURICYO JOSÉ ANDRADE CORREIA

PORTARIA Nº 180, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, e art. 2º, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 27211.815003/1995, resolve:

Art. 1° Outorgar à Rudnick Minérios Ltda., concessão para lavrar Areia Quartzosa, no Município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, numa área de 50,00 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 26°21'00,984"S / 48°38'16,344"W; 26°20'28,491"S / 48°38'16,344"W; 26°20'28,491"S / 48°37'58,313"W; 26°21'00,984"S / 48°37'58,311"W; 26°21'00,984"S / 48°38'16,344"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 3180,0m, no rumo verdadeiro de 58°30'00"760 NE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 26°21'54,981"S e Long. 48°39'54,132"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1000,0m-N; 500,0m-E; 1000,0m-S; 500,0m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

MAURICYO JOSÉ ANDRADE CORREIA

PORTARIA Nº 181, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, e art. 2º, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48401.810323/2007, resolve:

Art. 1° Outorgar à Heleno L. da Silva & Cia Ltda., concessão para lavrar Água Mineral, no Município de Santo Augusto, Estado do Rio Grande do Sul, numa área de 49,00 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 27°50'09,832"S /53°45'41,867"W; 27°50'09,831"S/53°45'16,286"W; 27°50'32,571"S/53°45'16,284"W; 27°50'32,572"S/53°45'41,867"W; 27°50'09,832"S/53°45'41,867"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 2450,0m, no rumo verdadeiro de 46°34'59"114 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 27°49'15,133"S e Long. 53°46'46,902"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 700,0m-E; 700,0m-S; 700,0m-W; 700,0m-N.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 205,09 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 27°50'09,832"S / 53°45'16,286"W; 27°50'56,069"S / 53°45'16,286"W; 27°50'56,068"S / 53°46'08,949"W; 27°50'09,831"S / 53°46'08,949"W; 27°50'09,832"S / 53°45'16,286"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 27°50'09,832"S e Long. 53°45'16,286"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1423,3m-S; 1441,0m-W; 1423,3m-N; 1441,0m-E.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

MAURICYO JOSÉ ANDRADE CORREIA

PORTARIA Nº 182, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, e art. 2º, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48407.874203/2011, resolve:

Art. 1° Outorgar à Amagran Imp. Exp. Ltda., concessão para lavrar Mármore, no Município de Potiraguá, Estado da Bahia, numa área de 502,94ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 15°44'20,067"S / 39°35'21,741"W; 15°45'25,267"S/39°35'21,741"W; 15°45'25,267"S / 39°36'38,201"W; 15°44'30,983"S / 39°36'38,201"W; 15°44'30,983"S / 39°37'25,042"W; 15°44'20,066"S / 39°37'25,042"W; 15°44'20,067"S / 39°35'21,741"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 15°44'20,067"S e Long. 39°35'21,741"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 2004,1m-S; 2276,1m-W; 1668,6m-N; 1394,5m-W; 335,6m-N; 3670,6m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

MAURICYO JOSÉ ANDRADE CORREIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 186, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, e art. 2º, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48403.831988/2002, resolve:

Art. 1° Outorgar à Cpn Mineração Ltda., concessão para lavrar Água Mineral, no Município de Jacutinga, Estado de Minas Gerais, numa área de 48,03 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°14'11,200"S / 46°38'30,500"W; 22°14'38,100"S / 46°38'30,500"W; 22°14'38,100"S / 46°38'50,771"W; 22°14'11,708"S / 46°38'50,771"W; 22°14'11,708"S / 46°38'50,788"W; 22°14'11,200"S / 46°38'50,788"W; 22°14'11,200"S / 46°38'30,500"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°14'11,200"S e Long. 46°38'30,500"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 827,4m-S; 580,5m-W; 811,8m-N; 0,5m-W; 15,6m-N; 581,0m-E.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 28,01 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°14'18,000"S / 46°38'37,000"W; 22°14'18,000"S / 46°38'52,000"W; 22°14'12,000"S / 46°38'52,000"W; 22°14'12,000"S / 46°38'58,000"W; 22°14'00,000"S / 46°38'58,000"W; 22°14'00,000"S / 46°38'45,000"W; 22°14'03,000"S / 46°38'45,000"W; 22°14'03,000"S / 46°38'37,000"W; 22°14'18,000"S / 46°38'37,000"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°14'18,000"S e Long. 46°38'37,000"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 429,5m-W; 184,6m-N; 171,8m-W; 369,1m-N; 372,3m-E; 92,3m-S; 229,1m-E; 461,4m-S.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

MAURICYO JOSÉ ANDRADE CORREIA

PORTARIA Nº 179, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, e art. 2º, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48422.806948/1976, resolve:

Art. 1° Fica retificada a concessão de lavra outorgada no processo DNPM nº 806.948/1976, de que é titular Cbe Companhia Brasileira de Equipamento, a qual passa a ter a seguinte redação:

"Fica outorgada à Cbe Companhia Brasileira de Equipamento, concessão para lavrar Calcário, no Município de Codó, Estado do Maranhão, numa área de 500,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 04°42'44,265"S / 43°58'53,358"W; 04°42'44,263"S / 43°57'32,237"W; 04°43'49,374"S / 43°57'32,235"W; 04°43'49,375"S / 43°58'53,358"W; 04°42'44,265"S / 43°58'53,358"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 21336,0m, no rumo verdadeiro de 89°22'26"880 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 04°42'36,773"S e Long. 44°10'25,633"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 2500,0m-E; 2000,0m-S; 2500,0m-W; 2000,0m-N".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.95)

MAURICYO JOSÉ ANDRADE CORREIA

PORTARIA Nº 183, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, e do art. 2º, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º, 43, 47, 63, § 2º e 65, alínea "a", do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48411.810309/1976, resolve:

Art. 1º declarar a Caducidade da Concessão de Lavra outorgada pela Portaria nº 1.190, de 20 de julho de 1987, publicada no D.O.U de 22 de julho de 1987, que autorizou a Empresa de Mineração Rainha Ltda., a lavrar Argila, no Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, numa área de 530 hectares, cuja delimitação consta no Processo DNPM nº 48411.810309/1976.

Art. 2º Caberá à Agência Nacional de Mineração - ANM adotar as providências decorrentes da declaração de Caducidade da Concessão de Lavra de que trata o art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.99)

MAURICYO JOSÉ ANDRADE CORREIA

PORTARIA Nº 184, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, e do art. 2º, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º, 43, 47, 63, § 2º e 65, alínea "a", do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48419.880086/1988, resolve:

Art. 1º declarar a Caducidade da Concessão de Lavra outorgada pela Portaria nº 290, de 13 de setembro de 1993, publicada no D.O.U de 14 de setembro de 1993, que autorizou a empresa Indústria e Comércio de Água Mineral e Refrigerantes Estrela Ltda., a lavrar Água Mineral, no Município de Cacoal, Estado de Rondônia, numa área de 1,50 hectares, cuja delimitação consta no Processo DNPM nº 48419.880086/1988.

Art. 2º Caberá à Agência Nacional de Mineração - ANM adotar as providências decorrentes da declaração de Caducidade da Concessão de Lavra de que trata o art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.99)

MAURICYO JOSÉ ANDRADE CORREIA

PORTARIA Nº 185, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, e do art. 2º, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º, 43, 47, 63, § 2º e 65, alínea "a", do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48402.803051/1977, resolve:

Art. 1º declarar a Caducidade da Concessão de Lavra outorgada pela Portaria nº 1.824, de 10 de dezembro de 1985, publicada no D.O.U de 12 de dezembro de 1985, retificada pela Portaria nº 818, de 5 de julho de 1988, publicada no D.O.U. de 7 de julho de 1988, que autorizou a empresa Mineração Sarapui Ltda., a lavrar Argila, nos Municípios de Itapetininga e Sarapuí, Estado de São Paulo, numa área de 342 hectares, cuja delimitação consta no Processo DNPM nº 48402.803051/1977.

Art. 2º Caberá à Agência Nacional de Mineração - ANM adotar as providências decorrentes da declaração de Caducidade da Concessão de Lavra de que trata o art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.99)

MAURICYO JOSÉ ANDRADE CORREIA

Ministério do Desenvolvimento Social

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 19 DE OUTUBRO DE 2018

Aprova e publica o Calendário de Reuniões do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, para o exercício de 2019.

A Plenária do CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS), em reunião ordinária realizada nos dias 16, 17 e 18 de outubro de 2018, no uso da competência que lhe conferem os incisos VIII e XIV do artigo 18 da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), resolve:

Art. 1º Aprovar e publicar o seguinte calendário de reuniões do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, para o exercício de 2019:

Fevereiro

Dia 5	Reunião das Comissões Temáticas
Dias 6 e 7	272ª Reunião Plenária

Março

Dia 5	Carnaval
Dia 11	Reunião Trimestral
Dia 12	Reunião das Comissões Temáticas
Dias 13 e 14	273ª Reunião Plenária

Abril

Dia 8	Reunião das Comissões Temáticas
Dias 9 e 10	274ª Reunião Plenária
Dia 19	Sexta-feira Santa
Dia 21	Tiradente
Dias 24 e 25	Reunião Regional (a definir)
Dias 29 e 30	Reunião Regional (a definir)

Maio

Dia 1	Dia do Trabalhador
Dia 5	Reunião das Comissões Temáticas
Dias 6 e 7	275ª Reunião Plenária

Junho

Dia 4	Reunião Trimestral
Dia 5	Reunião das Comissões Temáticas
Dias 6 e 7	276ª Reunião Plenária
Dia 20	Corpus Christi

Julho

Dia 8	Reunião das Comissões Temáticas
Dias 9 e 10	277ª Reunião Plenária

Agosto

Dia 5	Reunião das Comissões Temáticas
Dias 6 e 7	278ª Reunião Plenária

Setembro

Dia 7	Independência do Brasil
Dia 11	Reunião Trimestral
Dia 12	Reunião das Comissões Temáticas
Dias 13 e 14	279ª Reunião Plenária

Outubro

Dia 8	Reunião das Comissões Temáticas
Dias 9 e 10	280ª Reunião Plenária
Dia 12	Padroeira do Brasil

Novembro

Dia 2	Finados
Dia 5	Reunião das Comissões Temáticas
Dias 6 e 7	281ª Reunião Plenária
Dia 15	Proclamação da República
Dias 19 e 20	Reunião Regional (a definir)
Dias 26 e 27	Reunião Regional (a definir)

Dezembro

Dias 5 a 8	Conferência Nacional
Dia 25	Natal

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NORMA SUELI DE SOUZA CARVALHO
Presidente do Conselho

PAUTA DE REUNIÕES CNAS - NOVEMBRO/2018

Período: 5 a 9/11/2018

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo Ala "A" - 1º andar - Sala 108

Sede do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)

05/11/2018 - REUNIÃO DE COMISSÕES E GRUPO DE TRABALHO

09h às 17h

Reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda: discussão sobre o Decreto nº 9.462/2018 e outros.

Reunião da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências de Assistência Social: classificação das deliberações da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social.

17h às 18h30

Reunião do GT de Incidência Política.

06/11/2018 - REUNIÃO DE COMISSÕES TEMÁTICAS

09h às 13h

Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social: Apresentação do relatório do 3º trimestre/2018 com as informações sobre os processos de Certificação de Entidades de Assistência Social, conforme disposto na Resolução CNAS nº 18/2011 e outros.

Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social: Orçamento da Assistência Social e outros.

Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social: Programação das Reuniões Regionais e outros.

Reunião da Comissão de Política da Assistência Social: Definição de prioridades da comissão para 2019 - Perspectivas da Assistência Social em face a nova conjuntura nacional.

14h às 16h

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Reunião conjunta das Comissões de Financiamento e Orçamento da Assistência Social e de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social: discussão sobre estratégias de fortalecimentos dos conselhos: cartilha com orientação para utilização dos 3% do IGD, e outros.

Reunião conjunta das Comissões de Política da Assistência Social e de Normas da Assistência Social: Revisão da Resolução CNPCP nº 2/2017, que dispõe sobre o encaminhamento de cópia de auto de prisão em flagrante delito de mulheres grávidas, lactantes e com filhos até 12 anos incompletos ou deficientes.

16h às 18h

Reunião da Presidência Ampliada.

07/11/2018 - PLENÁRIA - 270ª REUNIÃO ORDINÁRIA

9h às 09h30

Aprovação da ata da 269ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 270ª Reunião Ordinária do CNAS.

9h30 às 10h

Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros.

10h às 11h

Relato da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda.

11h às 12h

Relato da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências de Assistência Social.

12h às 12h30

Informes do Grupo de Trabalho sobre o Projeto de Integração de Sistemas de Registros de Informações das OSCs no SUAS (Resolução CNASnº 18/2018).

14h às 16h

Cenário atual dos serviços e atendimentos à População em Situação de Rua.

Convidados:

Secretaria Nacional de Assistência Social

Movimento Nacional da População em Situação de Rua

16h às 18h

Incidência Política

08/11/2018 - PLENÁRIA - 270ª REUNIÃO ORDINÁRIA

9h às 10h30

Relato da Presidência Ampliada.

10h30 às 12h30

Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social.

Relato da Reunião conjunta das Comissões de Financiamento e Orçamento da Assistência Social e de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social.

14h às 15h

Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social.

15h às 17h

Relato da Comissão de Política da Assistência Social.

Relato da Reunião conjunta das Comissões de Política da Assistência Social e de Normas da Assistência Social.

17h às 18h

Relato da Comissão de Normas da Assistência Social.

09/11/2018 - REUNIÃO DE COMISSÃO E GRUPO DE TRABALHO

09h às 17h

Reunião conjunta da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social e Comissão de Normas da Assistência Social: revisão da Resolução CNAS nº 237/2006.

Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Projeto de Integração de Sistemas de Registros de Informações das OSCs no SUAS.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 257, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 296/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.066301/2017-09, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.066301/2017-09.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 84/2018, art. 1º, item 14, de 20/04/2018, publicada no DOU de 26/04/2018, que indeferiu o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a concessão de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pelo Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional, CNPJ: 02.671.704/0001-11, Vitória/ES, com validade de 03 (três) anos, a contar da data da publicação no Diário Oficial da União da presente Portaria, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 84/2018, art. 1º, item 14, de 20/04/2018, DOU de 26/04/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 258, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 298/2018/SNAS/DRSP/CGCEB, exarado nos autos do Processo nº 71000.014375/2018-32, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.014375/2018-32.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 85/2018, art. 2º, item 25, de 20/04/2018, publicada no D.O.U. de 26/04/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a RENOVAÇÃO de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Obra Unida Abrigo São Vicente de Paulo, CNPJ 26.117.457/0001-74, Miradouro-MG, com validade de 05 (cinco) anos, de 29/06/2018 a 28/06/2023, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 85/2018, art. 2º, item 25, de 20/04/2018, D.O.U. de 26/04/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 259, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 300/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.000998/2018-28, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.000998/2018-28.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 84/2018, art. 2º, item 45, de 20/04/2018, publicada no DOU de 26/04/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Associação Beneficente Antônio de Pádua - CNPJ: 24.804.445/0001-92, São José Nepomuceno/MG, com validade de 03 (três) anos, de 09/04/2018 a 08/04/2021, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 84/2018, art. 2º, item 45, de 20/04/2018, DOU de 26/04/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 260, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 303/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.068705/2017-29, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.068705/2017-29.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 85/2018, art. 2º, item 7, de 20/04/2018, publicada no DOU de 26/04/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Lar São Vicente de Paulo Vila Vicentina - CNPJ: 50.432.004/0001-17, Batatais/SP, com validade de 03 (três) anos, de 18/11/2017 a 17/11/2020, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 85/2018, art. 2º, item 7, de 20/04/2018, DOU de 26/04/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 261, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 306/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.056676/2017-52, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.056676/2017-52.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 84/2018, art. 2º, item 16, de 20/04/2018, publicada no DOU de 26/04/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Grupo de Fraternidade Espírita José Xavier - CNPJ: 15.555.477/0001-00, Três Lagoas/MS, com validade de 03 (três) anos, de 05/03/2018 a 04/03/2021, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 84/2018, art. 2º, item 16, de 20/04/2018, DOU de 26/04/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 262, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 307/2018/SNAS/DRSP/CGCEB, exarado nos autos do Processo nº 71000.020346/2018-18, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.020346/2018-18.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 218/2018, art. 2º, item 21, de 28/08/2018, publicada no D.O.U. de 29/08/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a RENOVAÇÃO de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Casa do Menor de Rio Grande, CNPJ 92.001. 742/0001-50, com validade de 05 (cinco) anos, de 28/04/2018 a 27/04/2023, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 218/2018, art. 2º, item 21, de 28/08/2018, D.O.U. de 29/08/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 263, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 308/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.069305/2017-31, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.069305/2017-31.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 84/2018, art. 2º, item 24, de 20/04/2018, publicada no DOU de 26/04/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Casa dos Idosos de Nova Granada - CNPJ: 46.611.406/0001-01, Nova Granada/SP com validade de 05 (cinco) anos, de 01/04/2018 a 31/03/2023, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 84/2018, art. 2º, item 24, de 20/04/2018, DOU de 26/04/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 264, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 310/2018/SNAS/DRSP/CGCEB, exarado nos autos do Processo nº 71000.069333/2017-58, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.069333/2017-58.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 179, art. 1º, item 6, de 27/07/2018, publicada no D.O.U. de 30/07/2018, que indeferiu o pedido de concessão da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a CONCESSÃO de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Luz do Amanhecer-Associação Trirriense para Inclusão de Pessoas com Paralisia Cerebral, CNPJ 10.620.371/0001-20, de Três Rios/RJ, com validade de 03 (três) anos, a contar da data da publicação no Diário Oficial da União da presente Portaria, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 179, art. 1º, item 6, de 27/07/2018, D.O.U. de 30/07/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 265, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 313/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.007636/2018-68, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.007636/2018-68.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 146/2018, art. 2º, item 21, de 25/06/2018, publicada no DOU de 26/06/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Família Alagoana Down - CNPJ: 35.561.208/0001-64, Maceió/AL, com validade de 05 (cinco) anos, de 30/07/2018 a 29/07/2023, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 146/2018, art. 2º, item 21, de 25/06/2018, DOU de 26/06/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 266, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 314/2018/SNAS/DRSP/CGCEB, exarado nos autos do Processo nº 71000.017272/2018-24, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.017272/2018-24.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 218/2018, art. 2º, item 19, de 28/08/2018, publicada no D.O.U. de 29/08/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a RENOVAÇÃO de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Instituto das Irmas de Santa Dorothea, CNPJ 01.212.674/0001-12, de São Paulo/SP, com validade de 03 (três) anos, de 30/07/2018 a 29/07/2021, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 218/2018, art. 2º, item 19, de 28/08/2018, D.O.U. de 29/08/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 267, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 316/2018/SNAS/DRSP/CGCEB, exarado nos autos do Processo nº 71000.065646/2017-37, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.065646/2017-37.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 218/2018, art. 1º, item 10, de 28/08/2018, publicada no D.O.U. de 29/08/2018, que indeferiu o pedido de concessão da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a CONCESSÃO de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Coronel Bicaco, CNPJ 91.995.878/0001-60, de Coronel Bicaco/RS, com validade de 03 (três) anos, a contar da data da publicação no Diário Oficial da União da presente Portaria, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 218/2018, art. 1º, item 10, de 28/08/2018, D.O.U. de 29/08/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 268, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 315/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.012211/2018-71, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.012211/2018-71.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 126/2018, art. 2º, item 15, de 08/06/2018, publicada no DOU de 14/06/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Centro de Orientação Humana e Cristã Santa Rita de Cássia - CNPJ: 02.960.131/0001-46, Valinhos/SP, com validade de 05 (cinco) anos, de 01/04/2018 a 31/03/2023, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 126/2018, art. 2º, item 15, de 08/06/2018, DOU de 14/06/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 269, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 319/2018/SNAS/DRSP/CGCEB, exarado nos autos do Processo nº 71000.029237/2018-58, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.029237/2018-58.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 179/2018, art. 2º, item 14, de 27/07/2018, publicada no D.O.U. de 30/07/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a RENOVAÇÃO de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Legião Mirim de Promissão, CNPJ 49.860.034/0001-45, de Promissão/SP, com validade de 05 (cinco) anos, de 26/10/2018 a 25/10/2023, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 179/2018, art. 2º, item 14, de 27/07/2018, D.O.U. de 30/07/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 270, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 318/2018/SNAS/DRSP/CGCEB, exarado nos autos do Processo nº 71000.013881/2018-12, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.013881/2018-12.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 179/2018, art. 2º, item 7, de 27/07/2018, publicada no D.O.U. de 30/07/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a RENOVAÇÃO de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santo Antonio do Itambé, CNPJ 05.890.312/0001-31, /UF, com validade de 05 (cinco) anos, de 05/03/2018 a 04/03/2023 nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 179/2018, art. 2º, item 7, de 27/07/2018, D.O.U. de 30/07/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 271, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 321/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.063562/2017-69, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.063562/2017-69.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 63/2018, art. 2º, item 54, de 26/03/2018, publicada no DOU de 27/03/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Federação das APAES do Estado de Santa Catarina - CNPJ: 95.815.635/0001-53, Florianópolis/SC, com validade de 03 (três) anos, de 30/01/2018 a 29/01/2021, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 63/2018, art. 2º, item 54, de 26/03/2018, DOU de 27/03/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 272, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 324/2018/SNAS/DRSP/CGCEB, exarado nos autos do Processo nº 71000.037291/2018-77, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.037291/2018-77.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 218/2018, art. 2º, item 44, de 28/08/2018, publicada no D.O.U. de 29/08/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a RENOVAÇÃO de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Associação Beneficente o Pequeno Príncipe, CNPJ 00.371.537/0001-68, de Fortaleza/CE, com validade de 03 (três) anos, de 30/08/2018 a 29/08/2021, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 218/2018, art. 2º, item 44, de 28/08/2018, D.O.U. de 29/08/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 273, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 323/2018/SNAS/DRSP/CGCEB, exarado nos autos do Processo nº 71000.014291/2018-07, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.014291/2018-07.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 179/2018, art. 2º, item 10, de 27/07/2018, publicada no D.O.U. de 30/07/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a RENOVAÇÃO de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Associação Franciscana de Solidariedade, CNPJ 11.861.086/0001-63, São Paulo-SP, com validade de 03 (três) anos, de 01/04/2018 a 31/03/2021, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 179/2018, art. 2º, item 10, de 27/07/2018, D.O.U. de 30/07/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 274, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 336/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.029877/2018-68, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.029877/2018-68.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 179/2018, art. 2º, item 15, de 27/07/2018, publicada no DOU de 30/07/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Centro Ecumênico de Publicações e Estudos Frei Tito de Alencar Lima - CNPJ: 55.074.439/0001-50, São Paulo/SP, com validade de 03 (três) anos, de 17/08/2018 a 16/08/2021, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 179/2018, art. 2º, item 15, de 27/07/2018, DOU de 30/07/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 275, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 337/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.005620/2018-11, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.005620/2018-11.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 126/2018, art. 2º, item 12, de 08/06/2018, publicada no D.O.U. de 14/06/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Associação Divina Providência - CNPJ: 04.260.933/0001-79 - Nova Esperança/PR, com validade de 05 (cinco) anos, de 02/12/2018 a 01/12/2023, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 126/2018, art. 2º, item 12, de 08/06/2018, D.O.U. de 14/06/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 276, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 335/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.000613/2018-22, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.000613/2018-22.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 126/2018, art. 2º, item 11, de 08/06/2018, publicada no D.O.U. de 14/06/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Associação de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais e da Comunidade do Distrito Federal - ADAPTE-DF - CNPJ: 02.616.510/0001-13 - Brasília/DF, com validade de 05 (cinco) anos, de 29/09/2018 a 28/09/2023, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 126/2018, art. 2º, item 11, de 08/06/2018, D.O.U. de 14/06/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 277, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 329/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.011192/2018-65, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.011192/2018-65.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 126/2018, art. 2º, item 13, de 08/06/2018, publicada no DOU de 14/06/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Associação Educacional Sons no Silêncio - CNPJ: 04.162.471/0001-57, Salvador/BA, com validade de 05 (cinco) anos, de 28/04/2018 a 27/04/2023, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 126/2018, art. 2º, item 13, de 08/06/2018, DOU de 14/06/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 278, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 328/2018/SNAS/DRSP/CGCEB, exarado nos autos do Processo nº 71000.015183/2018-43, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.015183/2018-43.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 179/2018, art. 2º, item 9, de 27/07/2018, publicada no D.O.U. de 30/07/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a RENOVAÇÃO de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Associação Beneficente Lar do Caminho, CNPJ 45.587.011/0001-58, com validade de 03 (três) anos, de 15/03/2018 a 14/03/2021, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 179/2018, art. 2º, item 9, de 27/07/2018, D.O.U. de 30/07/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 279, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 339/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.054864/2017-46, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.054864/2017-46.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 84/2018, art. 2º, item 13, de 20/04/2018, publicada no DOU de 26/04/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Associação Estrela da Manhã - CNPJ: 09.412.344/0001-82, São Sebastião da Amoreira/PR, com validade de 05 (cinco) anos, de 01/04/2018 a 31/03/2023, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 84/2018, art. 2º, item 13, de 20/04/2018, DOU de 26/04/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 280, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 330/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.000489/2018-03, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.000489/2018-03.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 85/2018, art. 2º, item 21, de 20/04/2018, publicada no D.O.U. de 26/04/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade ABRIGO ROSA MÍSTICA DE EUGENOPOLIS - CNPJ: 04.206.508/0001-00 - Eugenópolis/MG, com validade de 05 (cinco) anos, de 29/05/2018 a 28/05/2023, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 85/2018, art. 2º, item 21, de 20/04/2018, D.O.U. de 26/04/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 281, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 341/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.082016/2017-27, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.082016/2017-27.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 146/2018, art. 2º, item 13, de 25/06/2018, publicada no DOU de 26/06/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imbituva - CNPJ: 79.322.293/0001-83, Imbituva/PR, com validade de 05 (cinco) anos, de 22/12/2017 a 21/12/2022, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 146/2018, art. 2º, item 13, de 25/06/2018, DOU de 26/06/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 282, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 344/2018/SNAS/DRSP/CGCEB, exarado nos autos do Processo nº 71010.005124/2009-57, resolve:

Art.1º Não conhecer o recurso interposto, nos autos do processo nº 71010.005124/2009-57, considerando a intempestividade do requerimento.

Art.2º Manter a decisão proferida por meio da Portaria SNAS/MDS nº 84/2018, art. 2º, item 1, de 20/04/2018, publicada no Diário Oficial da União de 26/04/2018 que indeferiu a renovação da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social à Federação Espírita Brasileira, CNPJ 33.644.857/0001-01, com sede em Brasília/DF.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 283, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 343/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.015996/2018-33, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.015996/2018-33.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 146/2018, art. 2º, item 28, de 25/06/2018, publicada no DOU de 26/06/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Associação dos Deficientes Físicos do Alto Uruguai - CNPJ: 92.413.830/0001-69, Erechim/RS, com validade de 05 (cinco) anos, de 01/04/2018 a 31/03/2023, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 146/2018, art. 2º, item 28, de 25/06/2018, DOU de 26/06/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 284, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 331/2018/SNAS/DRSP/CGCEB, exarado nos autos do Processo nº 71000.024256/2018-98, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.024256/2018-98.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 218/2018, art. 2º, item 36, de 28/08/2018, publicada no D.O.U. de 29/08/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a RENOVAÇÃO de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Instituto Sul Mato Grossense para Cegos Florivaldo Vargas, CNPJ 03.271.764/0001-00, Campo Grande/MS, com validade de 03 (três) anos, de 12/05/2018 a 11/05/2021, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 218/2018, art. 2º, item 36, de 28/08/2018, D.O.U. de 29/08/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 285, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 326/2018/SNAS/DRSP/CGCEB, exarado nos autos do Processo nº 71000.036764/2018-19, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.036764/2018-19.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 218/2018, art. 2º, item 43, de 28/08/2018, publicada no D.O.U. de 29/08/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a RENOVAÇÃO de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Oficina Profissionalizante Clube das Mães do Brasil, CNPJ 73.490.856/0001-66, São Paulo, com validade de 05 (cinco) anos, de 29/09/2018 a 28/09/2023, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 218/2018, art. 2º, item 43, de 28/08/2018, D.O.U. de 29/08/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 286, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 327/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.052273/2017-34, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.052273/2017-34.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 84/2018, art. 2º, item 12, de 26/04/2018, publicada no DOU de 20/04/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos - CNPJ: 62.806.682/0001-81, São Paulo/SP, com validade de 03 (três) anos, de 01/01/2018 a 31/12/2020, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 84/2018, art. 2º, item 12, de 20/04/2018, DOU de 26/04/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 287, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 346/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.014296/2018-21, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.014296/2018-21.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 126/2018, art. 1º, item 11, de 08/06/2018, publicada no DOU de 14/06/2018, que indeferiu o pedido de concessão da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a concessão de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade ASSOCIAÇÃO MÃO AMIGA - CNPJ: 05.879.981/0001-02 - Unaí/MG, com validade de 03 (três) anos, a contar da data da publicação no Diário Oficial da União da presente Portaria, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 126/2018, art. 1º, item 11, de 08/06/2018, DOU de 14/06/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 288, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 347/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.022482/2018-34, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.022482/2018-34.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 146/2018, art. 2º, item 30, de 25/06/2018, publicada no DOU de 26/06/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marilândia - CNPJ: 06.108.936/0001-17, Marilândia/ES, com validade de 05 (cinco) anos, de 06/11/2018 a 05/11/2023, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 146/2018, art. 2º, item 30, de 25/06/2018, DOU de 26/06/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 289, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 349/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.074382/2017-11, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.074382/2017-11.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 146/2018, art. 2°, item 6, de 25/06/2018, publicada no DOU de 26/06/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Associação Educacional para Crianças Especiais Bem Te Vi - CNPJ: 65.047.466/0001-98 - São José dos Campos/SP, com validade de 05 (cinco) anos, de 30/07/2018 a 29/07/2023, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 146/2018, art. 2º, item 6, de 25/06/2018, DOU de 26/06/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 290, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 348/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.072220/2017-30, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.072220/2017-30.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 146/2018, art. 2º, item 7, de 25/06/2018, publicada no DOU de 26/06/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Comunidade dos Pequenos Trabalhadores - CNPJ: 00.688.164/0001-53, Foz do Iguaçu/PR, com validade de 05 (cinco) anos, de 28/04/2018 a 27/04/2023, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 146/2018, art. 2º, item 7, de 25/06/2018, DOU de 26/06/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 291, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 351/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.012150/2018-41, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.012150/2018-41.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 146/2018, art. 2°, item 26, de 25/06/2018, publicada no D.O.U. de 26/06/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Mônica - CNPJ: 08.380.733/0001-00 - Santa Mônica/PR, com validade de 05 (cinco) anos, de 05/03/2018 a 04/03/2023, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 146/2018, art. 2º, item 26, de 25/06/2018, D.O.U. de 26/06/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 292, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 354/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.018343/2018-14, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.018343/2018-14.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 146/2018, art. 2°, item 29, de 25/06/2018, publicada no D.O.U. de 26/06/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade NÚCLEO DE ATENDIMENTO À CRIANÇAS, ADOLESCENTES E FAMÍLIA - CNPJ: 09.548.307/0001-04- BRODOWSKI/SP, com validade de 05 (cinco) anos, de 01/04/2018 a 31/03/2023, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 146/2018, art. 2º, item 29, de 25/06/2018, D.O.U. de 26/06/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 293, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 352/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.074925/2017-91, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.074925/2017-91.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 146/2018, art. 2º, item 9, de 25/06/2018, publicada no DOU de 26/06/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Centro de Nutrição Renascer - CNPJ: 77.124.311/0001-97, Guarapuava/PR, com validade de 05 (cinco) anos, de 29/06/2018 a 28/06/2023, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 146/2018, art. 2º, item 9, de 25/06/2018, DOU de 26/06/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 294, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 357/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.060284/2017-98, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.060284/2017-98.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 146/2018, art. 2°, item 4, de 25/06/2018, publicada no D.O.U. de 26/06/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Legião Feminina de Lençóis Paulista - CNPJ: 49.892.581/0001-02 - Lençóis Paulista/SP, com validade de 03 (três) anos, de 28/04/2018 a 27/04/2021, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 146/2018, art. 2º, item 4, de 25/06/2018, D.O.U. de 26/06/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 295, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 359/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.074538/2017-55, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.074538/2017-55.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 85/2018, art. 2°, item 11, de 20/04/2018, publicada no D.O.U. de 26/04/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Assistencia Social São Luiz - CNPJ: 83.900.811/0001-76 - Florianópolis/SC, com validade de 05(cinco) anos, de 22/12/2017 a 21/12/2022, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 85/2018, art. 2º, item 11, de 20/04/2018, D.O.U. de 26/04/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 296, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 360/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.071463/2017-51, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.071463/2017-51.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 146/2018, art. 2º, item 8, de 25/06/2018, publicada no DOU de 26/06/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Associação Beneficente Fraterno Auxílio Cristão de São Cristóvão - FAC - CNPJ: 02.198.314/0001-76, Canoas/RS, com validade de 05 (cinco) anos, de 23/11/2017 a 22/11/2022, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 146/2018, art. 2º, item 8, de 25/06/2018, DOU de 26/06/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 297, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 361/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.081827/2017-19, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.081827/2017-19.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 146/2018, art. 2º, item 14, de 25/06/2018, publicada no DOU de 26/06/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Fundação Dom Bosco - CNPJ: 17.278.904/0001-86, Belo Horizonte/MG, com validade de 03 (três) anos, de 01/01/2018 a 31/12/2020, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 146/2018, art. 2º, item 14, de 25/06/2018, DOU de 26/06/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 298, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 362/2018/SNAS/DRSP/CGCEB, exarado nos autos do Processo nº 71000.071449/2017-57, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.071449/2017-57.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 85/2018, art. 2º, item 9, de 20/04/2018, publicada no DOU de 26/04/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade RECANTO DOS VELHINHOS DE VALINHOS - CNPJ: 44.637.601/0001-85 - VALINHOS/SP, com validade de 03 (três) anos, de 02/03/2018 a 01/03/2021, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 85/2018, art. 2º, item 9, de 20/04/2018, DOU de 26/04/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 299, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 363/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.023444/2018-07, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.023444/2018-07.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 179/2018, art. 2º, item 12, de 27/07/2018, publicada no DOU de 30/07/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Sociedade Filantrópica Semear de Medianeira-PR - CNPJ: 05.774.123/0001-01, Medianeira/PR, com validade de 03 (três) anos, de 13/07/2018 a 12/07/2021, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 179/201, art. 2º, item 12, de 27/07/2018, DOU de 30/07/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 300, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 364/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.072196/2017-39, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.072196/2017-39.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 63/2018, art. 2º, item 73, de 26/03/2018, publicada no DOU de 27/03/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Centro de Aprendizado e Monitoramento Profissional do Caxingui - CAMP - CNPJ: 48.876.445/0001-66, São Paulo/SP, com validade de 03 (três) anos, de 28/11/2017 a 27/11/2020, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 63/2018, art. 2º, item 73, de 26/03/2018, DOU de 27/03/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 301, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 365/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.014518/2018-14, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.014518/2018-14.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 179/2018, art. 2º, item 6, de 27/07/2018, publicada no DOU de 30/07/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Sebastião do Anta - CNPJ: 07.364.381/0001-37, São Sebastião do Anta/MG, com validade de 05 (cinco) anos, de 05/03/2018 a 04/03/2023, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 179/2018, art. 2º, item 6, de 27/07/2018, DOU de 30/07/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 302, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 320/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.003627/2015-55, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.003627/2015-55.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 41/2018, art. 2º, item 3, de 27/02/2018, publicada no DOU de 28/02/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas - CNPJ: 25.572.868/0001-97, Belo Horizonte/MG, com validade de 05 (cinco) anos, de 03/09/2015 a 02/09/2020, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 41/2018, art. 2º, item 3, de 27/02/2018, DOU de 28/02/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 303, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 367/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.014542/2018-45, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.014542/2018-45.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 179/2018, art. 2º, item 8, de 27/07/2018, publicada no DOU de 30/07/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Colônia Espírita Fraternidade - CNPJ: 54.708.144/0001-26, Avaré/SP, com validade de 03 (três) anos, de 13/07/2018 a 12/07/2021, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 179/2018, art. 2º, item 8, de 27/07/2018, DOU de 30/07/2018.

PORTARIA Nº 304, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 368/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.017268/2018-66, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.017268/2018-66.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 146/2018, art. 2°, item 27, de 25/06/2018, publicada no DOU de 26/06/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DA PENHA - CENHA - CNPJ: 43.028.075/0001-93 - São Paulo/SP, com validade de 03 (três) anos, de 01/04/2018 a 31/03/2021, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 146/2018, art. 2°, item 27, de 25/06/2018, DOU de 26/06/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 305, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, CONSIDERANDO os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 120/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS e Despacho nº 2050/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, constante dos autos do processo nº 71000.065981/2017-35, resolve:

Art. 1º Cancelar o CEBAS concedido por meio do Processo de Concessão nº 71010.004202/2009-04, para o período 13/07/2012 a 12/07/2015, à Casa de Recuperação das Mulheres de Deus, CNPJ: 01.521.260/0001-75, com sede em Brasília/DF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 306, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Deferir as concessões de certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades por atenderem os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, com validade de três anos a partir da publicação desta portaria no D.O.U., nos termos do art. 5º, do Decreto nº 8.242/2014, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, nº do processo e número do parecer técnico:

1)COMISSÃO M. DE ATUAÇÃO COMUNITÁRIA-COMAC DE PETRÓPOLIS, 28.807.352/0001-72, PETROPOLIS/RJ, 71000.067395/2014-82, 40725/2018.

2)CAPEMISA SOCIAL, 33.287.319/0001-07, RIO DE JANEIRO/RJ, 71000.070581/2015-80, 49529/2018.

3)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PALMITINHO, 92.405.083/0001-17, PALMITINHO/RS, 71000.039721/2018-95, 54847/2018.

4)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JAGUARI, 92.455.377/0001-53, JAGUARI/RS, 71000.078359/2017-97, 53269/2018.

5)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXECEPCIONAIS DE RIO BRANCO, 04.518.502/0001-60, RIO BRANCO/AC, 71000.023666/2018-11, 53978/2018.

6)ASSOCIAÇÃO COLIBRI, 92.457.548/0001-83, SANTA MARIA/RS, 71000.034691/2018-21, 54535/2018.

7)CENTRO SOCIAL BETESDA, 07.834.856/0001-01, FORTALEZA/CE, 71000.035892/2018-45, 54584/2018.

8)ASSOCIAÇÃO CRISTÃ LAR COLMEIA, 72.521.412/0001-88, CAMPO BOM/RS, 71000.035311/2018-75, 54540/2018.

9)INSTITUTO JOÃO XXIII, 03.284.781/0001-81, VITORIA/ES, 71000.035879/2018-96, 54591/2018.

10)INSTITUTO JOSÉ LUIZ FERREIRA, 17.084.484/0001-05, BARBACENA/MG, 71000.035794/2018-16, 54600/2018.

11)FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ, 00.106.307/0001-71, CURITIBA/PR, 71000.036766/2018-16, 54655/2018.

12)ENTIDADE FILANTRÓPICA PROJETO ESPERANÇA SÃO PEDRO APÓSTOLO, 04.960.194/0001-28, TAUBATE/SP, 71000.037738/2018-16, 54703/2018.

13)CRECHE PARA IDOSOS SENHORA SANTANA, 19.031.360/0001-89, AVARE/SP, 71000.037777/2018-13, 54743/2018.

14)APACHI - PV - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO CENTRO DE HABILITAÇÃO INFANTIL PRINCESA VICTORIA, 62.481.262/0001-72, RIO CLARO/SP, 71000.037755/2018-45, 54708/2018.

15)CARITAS DIOCESANA DE PARACATU MG, 20.583.522/0001-70, PARACATU/MG, 71000.038272/2018-68, 54747/2018.

16)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LAGOA DA CONFUSÃO, 05.679.059/0001-71, LAGOA DA CONFUSAO/TO, 71000.038529/2018-81, 54769/2018.

17)ASSOCIAÇÃO PROTETORA DE MENORES, 50.984.855/0001-72, JUNDIAI/SP, 71000.039875/2018-87, 54852/2018.

18)LAR DA CRIANÇA ADEODATO DOS REIS MEIRELLES, 19.127.372/0001-01, CRUZILIA/MG, 71000.041692/2018-21, 54971/2018.

19)INSTITUTO MUTA, 09.333.522/0001-80, VALENCA/BA, 71000.041622/2018-73, 54963/2018.

20)INSTITUTO EDUCAÇÃO E CIDADANIA, 07.423.378/0001-47, JUIZ DE FORA/MG, 71000.041960/2018-13, 54999/2018.

21)LAR ESCOLA SANTA LUZIA PARA CEGOS, 45.030.442/0001-19, BAURU/SP, 71000.041756/2018-94, 54981/2018.

22)ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE EDUCAÇÃO - AGE, 05.856.153/0001-59, ALVORADA/RS, 71000.041691/2018-87, 54972/2018.

23)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JUNDIAÍ DO SUL, 07.450.470/0001-04, JUNDIAI DO SUL/PR, 71000.042515/2018-62, 55048/2018.

24)ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE COMBATE AO CANCER, 07.788.586/0001-40, BETIM/MG, 71000.041921/2018-16, 55003/2018.

25)ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JOÃO DE BARRO, 16.758.065/0001-30, BOTUCATU/SP, 71000.043567/2018-56, 55106/2018.

26)ASSOCIAÇÃO RESTAURAR, 24.351.030/0001-00, SAO GABRIEL DO OESTE/MS, 71000.042899/2018-13, 55068/2018.

27)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ALEGRE, 27.368.794/0001-05, ALEGRE/ES, 71000.043436/2018-79, 55098/2018.

28)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS, 48.182.992/0001-41, SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS/SP, 71000.043831/2018-51, 55112/2018.

29)ASSOCIAÇÃO DOS MENORES DE ARROIO DO MEIO, 87.296.950/0001-93, ARROIO DO MEIO/RS, 71000.042903/2018-43, 55067/2018.

30)AMAS - ASSOCIAÇÃO METODISTA DE AÇÃO SOCIAL, 04.481.968/0001-38, CANDIDO MOTA/SP, 71000.044499/2018-42, 55155/2018.

31)AMA - ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS AUTISTAS DE CAMPOS NOVOS, 11.408.672/0001-57, CAMPO NOVO/SC, 71000.044213/2018-29, 55139/2018.

32)AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS SUDESTE BRASILEIRA, 16.524.054/0001-96, PETROPOLIS/RJ, 71000.044167/2018-68, 55130/2018.

33)CONGREGAÇÃO DO SANTÍSSIMO REDENTOR DE GOIÁS, 01.640.770/0001-61, GOIANIA/GO, 71000.044353/2018-05, 55151/2018.

34)NUCLEO DE APOIO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE DE GETULINA, 48.293.161/0001-47, GETULINA/SP, 71000.044863/2018-74, 55178/2018.

35)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TRÊS COROAS, 88.277.603/0001-86, TRES COROAS/RS, 71000.044532/2018-34, 55162/2018.

36)ASSOCIAÇÃO PROJETO D+ DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 05.422.671/0001-64, IPIGUA/SP, 71000.045908/2018-28, 55215/2018.

37)ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL E ASSISTENCIAL DE OLÍMPIA, 12.647.352/0001-12, OLIMPIA/SP, 71000.045347/2018-67, 55209/2018.

38)SOCIEDADE DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA Á INFÂNCIA, 19.278.449/0001-44, CARANGOLA/MG, 71000.044980/2018-38, 55175/2018.

39)ASSISTÊNCIA VICENTINA DE GUARACI, 46.607.636/0001-05, GUARACI/SP, 71000.045353/2018-14, 55198/2018.

40)CASA LAR, 05.533.987/0001-23, TRES CORACOES/MG, 71000.045730/2018-15, 55200/2018.

41)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARILENA, 02.430.522/0001-59, MARILENA/PR, 71000.046642/2018-31, 55230/2018.

42)ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES VISUAIS DE JAGUARÉ - ESTADO DO ESPIRITO SANTO, 03.079.392/0001-14, JAGUARE/ES, 71000.046967/2018-13, 55247/2018.

43)ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIDA NOVA, 03.794.951/0001-78, CONGONHAS/MG, 71000.046851/2018-84, 55240/2018.

44)ASBRINC- ASSOCIAÇÃO BRINCAR E CRESCER, 06.141.723/0001-97, RIO DE JANEIRO/RJ, 71000.046548/2018-81, 55339/2018.

45)ORGANIZAÇÃO SOCIAL VIDA PLENA, 12.134.197/0001-30, UBERLANDIA/MG, 71000.047889/2018-74, 55275/2018.

46)ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO DO MENOR CARENTE DE CAMPO ERE, 75.440.776/0001-21, CAMPO ERE/SC, 71000.047552/2018-67, 55262/2018.

47)ASSOCIAÇÃO DE APOIO A PROMOÇÃO PROFISSIONAL - APROMO, 80.901.853/0001-33, UMUARAMA/PR, 71000.048447/2018-45, 55293/2018.

48)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INOCÊNCIA, 03.050.179/0001-80, INOCENCIA/MS, 71000.048112/2018-27, 55277/2018.

49)ASSOCIAÇÃO NOSSO SONHO, 08.840.705/0001-29, FORTALEZA/CE, 71000.047532/2018-96, 55260/2018.

50)EDUCANDÁRIO SANTA MARIA, 50.800.051/0001-76, AVARE/SP, 71000.048450/2018-69, 55291/2018.

51)ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AS CRIANÇAS E ADOLECENTES - AMAR, 02.992.433/0001-04, PIEDADE/SP, 71000.047890/2018-07, 55263/2018.

52)CASA DE ACOLHIMENTO ABRACE, 01.649.106/0001-83, TUPA/SP, 71000.048569/2018-31, 55300/2018.

53)ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRISTÃ MÃOS SOLIDÁRIAS SOL NASCENTE, 05.488.350/0001-62, BRASILIA/DF, 71000.047932/2018-00, 55279/2018.

54)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ESPERANTINA, 12.175.584/0001-15, ESPERANTINA/PI, 71000.049855/2018-14, 55343/2018.

55)LAR ACOLHEDOR, 10.580.349/0001-01, TRES PASSOS/RS, 71000.049164/2018-11, 55312/2018.

56)ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL PAROQUIA SÃO JOÃO BATISTA DE BARUERI, 57.389.587/0001-90, BARUERI/SP, 71000.049422/2018-69, 55341/2018.

57)ASSOCIAÇÃO ALMATER, 15.670.588/0001-68, JUNDIA/SP, 71000.051029/2018-35, 55356/2018.

58)ASSOCIAÇÃO MISSIONARIA DE APOIO E RESGATE - AMAR, 05.843.471/0001-85, MANAUS/AM, 71000.053376/2018-01, 55394/2018.

Art. 2º Pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 307, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Deferir as renovações de certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades por atenderem os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, nº do processo, número do parecer técnico e período de validade de certificação:

1)CENTRO DE PROMOCAO PARA UM MUNDO MELHOR, 71.752.745/0001-55, CAMPINAS/SP, 71000.048160/2011-49, 44748/2018, de 18/10/2011 a 17/10/2016.

2)CARITAS DIOCESANA DE COLATINA, 01.791.507/0001-73, COLATINA/ES, 71000.042937/2015-95, 47536/2018, de 23/03/2015 a 22/03/2018.

3)FUNDAÇAO BANCO DO BRASIL, 01.641.000/0001-33, BRASILIA/DF, 71000.003320/2015-54, 47543/2018, de 01/04/2015 a 31/03/2018.

4)CENTRO REGIONAL DE ATENÇÃO AOS MAUS TRATOS NA INFÂNCIA DO ABCD - CRAMI, 58.157.710/0001-00, SANTO ANDRE/SP, 71000.066327/2016-68, 50057/2018, de 28/11/2016 a 27/11/2019.

5)ONG PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 01.704.771/0001-22, PORTO ALEGRE/RS, 71000.058340/2017-24, 52016/2018, de 16/12/2017 a 15/12/2020.

6)FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE CAMPINAS, 46.002.176/0001-83, CAMPINAS/SP, 71000.062703/2017-26, 52236/2018, de 01/01/2018 a 31/12/2020.

7)INSTITUTO RONALD MACDONALD DE APOIO A CRIANÇA, 03.011.570/0001-75, RIO DE JANEIRO/RJ, 71000.069299/2017-11, 52541/2018, de 22/04/2018 a 21/04/2021.

8)CENTRO DE APRENDIZAGEM METÓDICA, 44.952.901/0001-59, CUBATAO/SP, 71000.078350/2017-86, 52763/2018, de 01/01/2018 a 31/12/2020.

9)OBRA KOLPING DO BRASIL, 44.041.218/0001-60, SAO PAULO/SP, 71000.079897/2017-07, 52805/2018, de 18/02/2018 a 17/02/2021.

10)INSTITUTO LAR DA JUVENTUDE DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO, 84.305.440/0001-47, ITAJAI/SC, 23000.049491/2017-49, 54949/2018, de 01/01/2018 a 31/12/2020.

11)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BARRETOS, 45.283.009/0001-95, BARRETOS/SP, 71000.000980/2018-26, 55304/2018, de 01/01/2018 a 31/12/2020.

12)CENTRO DE DEFESA E PROMOÇAO DOS DIREITOS HUMANOS DA ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA - CDPDH, 00.276.802/0001-29, FORTALEZA/CE, 71000.017122/2018-11, 53631/2018, de 22/03/2018 a 21/03/2021.

13)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TAQUARITUBA, 50.345.842/0001-53, TAQUARITUBA/SP, 71000.022350/2018-11, 53901/2018, de 12/02/2019 a 11/02/2022.

14)PRO-MENOR SÃO DANIEL COMBONI, 10.926.286/0001-94, ROLIM DE MOURA/RO, 71000.022566/2018-78, 53929/2018, de 28/04/2018 a 27/04/2023.

15)LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE TAQUARITUBA, 50.799.766/0001-56, TAQUARITUBA/SP, 71000.023692/2018-40, 53979/2018, de 06/11/2018 a 05/11/2023.

16)ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DA SERRA, 00.871.222/0001-80, SERRA/ES, 71000.025030/2018-12, 54050/2018, de 31/05/2018 a 30/05/2021.

17)FUNDAÇÃO ECUMÊNICA DE PROTEÇÃO AO EXCEPCIONAL, 76.693.076/0001-01, CURITIBA/PR, 71000.025856/2018-73, 54100/2018, de 01/01/2019 a 31/12/2021.

18)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARAIOSES, 01.869.653/0001-74, ARAIOSES/MA, 71000.028063/2018-14, 54193/2018, de 29/05/2018 a 28/05/2023.

19)FUNDAÇÃO KHALEDY ENRIQUE NUNES MORAIS, 12.707.633/0001-13, ESTREITO/MA, 71000.027956/2018-34, 54173/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2023.

20)JUVENTUDE CÍVICA POAENSE - JUCIP, 03.318.766/0001-07, POA/SP, 71000.030703/2018-48, 54307/2018, de 17/10/2018 a 16/10/2021.

21)CARITAS DIOCESANA DA DIOCESE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, 07.562.421/0001-55, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES, 71000.031679/2018-64, 54337/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

22)ASSOCIAÇÃO PROBRASIL, 03.783.381/0001-10, SAO PAULO/SP, 71000.034354/2018-33, 54491/2018, de 13/07/2018 a 12/07/2021.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

23)ASSOCIAÇÃO DE APOIO A CRIANÇA COM HIV, 03.641.279/0001-80, MANAUS/AM, 71000.034282/2018-24, 54482/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2023.

24)CASA ESPIRITA TERRA DE ISMAEL, 01.824.056/0001-23, JARDINOPOLIS/SP, 71000.035877/2018-05, 54588/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2023.

25)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRANCO DA ROCHA, 51.451.276/0001-27, FRANCO DA ROCHA/SP, 71000.034888/2018-60, 54522/2018, de 02/12/2018 a 01/12/2023.

26)ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO DIMAS, 83.935.379/0001-59, FLORIANOPOLIS/SC, 71000.035442/2018-52, 54542/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

27)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAIBATÉ, 91.554.303/0001-01, CAIBATE/RS, 71000.036395/2018-64, 54645/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

28)IA3 INSTITUTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO HUMANO A ARTES E APRENDIZAGEM, 10.430.790/0001-07, PINDAMONHANGABA/SP, 71000.036316/2018-15, 54633/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2021.

29)COMUNIDADE ANUNCIA, 53.330.767/0001-45, GUARATINGUETA/SP, 71000.036404/2018-17, 54638/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

30)ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FAMILIAR E SOCIAL DO PARANÁ, 76.586.585/0001-35, CURITIBA/PR, 71000.036390/2018-31, 54651/2018, de 01/01/2019 a 31/12/2021.

31)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MOGI-GUAÇU, 46.400.180/0001-08, MOGI GUACU/SP, 71000.036775/2018-07, 54660/2018, de 01/01/2019 a 31/12/2021.

32)ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - AVAPED, 04.942.217/0001-71, SAO JOAO DA BOA VISTA/SP, 71000.037736/2018-19, 54765/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

33)FUNDAÇÃO JOSÉ HILÁRIO DE SOUZA, 22.441.547/0001-65, PEDRO LEOPOLDO/MG, 71000.038764/2018-53, 54767/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

34)CASA DE APOIO PROJETO ESPERANÇA (CAPE), 13.157.758/0001-80, LENCOIS PAULISTA/SP, 71000.037275/2018-84, 54689/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2023.

35)FEDERAÇAO ESTADUAL DAS APAES DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 01.156.276/0001-26, AGRESTINA/PE, 71000.037771/2018-38, 54704/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2021.

36)GUARDA MIRIM DE RIO CLARO, 46.648.861/0001-81, RIO CLARO/SP, 71000.037740/2018-87, 54710/2018, de 25/02/2019 a 24/02/2022.

37)ASSOCIAÇÃO SANTA CLARA, 01.160.767/0001-40, PAULISTA/PE, 71000.037443/2018-31, 54729/2018, de 02/02/2019 a 01/02/2024.

38)ASSOCIAÇÃO CASA DE APOIO INFANTIL MARIA AUGUSTA DO AMARAL CESARIANO, 13.665.784/0001-19, JAU/SP, 71000.038273/2018-11, 54741/2018, de 02/12/2018 a 01/12/2021.

39)ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE RENASCER, 03.084.627/0001-66, JOINVILLE/SC, 71000.040052/2018-02, 54859/2018, de 18/12/2018 a 17/12/2023.

40)ASSOCIAÇÃO O AMOR É A RESPOSTA, 10.408.921/0001-41, PRESIDENTE PRUDENTE/SP, 71000.039203/2018-71, 54797/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2023.

41)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BOFETE, 02.762.435/0001-07, BOFETE/SP, 71000.039266/2018-28, 54804/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2023.

42)INSTITUTO SÃO VICENTE DE PAULO, 08.854.226/0001-61, CAMPINA GRANDE/PB, 71000.039201/2018-82, 54792/2018, de 01/01/2019 a 31/12/2021.

43)ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO HOMEM DE AMANHÃ DE PEDREIRA, 50.066.885/0001-08, PEDREIRA/SP, 71000.040618/2018-98, 54893/2018, de 03/09/2019 a 02/09/2022.

44)CENTRO CULTURAL E SOCIAL SÃO FRANCISCO XAVIER, 79.142.048/0001-94, MARINGA/PR, 71000.040797/2018-63, 54931/2018, de 02/02/2019 a 01/02/2024.

45)GRÊMIO SORRISO, 42.290.726/0001-56, RIO DE JANEIRO/RJ, 71000.040896/2018-45, 54906/2018, de 06/11/2018 a 05/11/2023.

46)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ESTIVA GERBI, 02.281.536/0001-58, ESTIVA GERBI/SP, 71000.041123/2018-86, 54916/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2023.

47)ASSOCIAÇÃO DE APOIO A CRIANÇA COM NEOPLASIA DO RIO DE JANEIRO, 68.782.036/0001-08, RIO DE JANEIRO/RJ, 71000.041180/2018-65, 54921/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2021.

48)CENTRO DE ASSISTENCIA SOCIAL REINO DA CRIANÇA, 00.126.648/0001-09, SAO PAULO/SP, 71000.041798/2018-25, 54986/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2023.

49)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FORTALEZA, 07.143.845/0001-85, FORTALEZA/CE, 71000.041779/2018-07, 54989/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2021.

50)UNIVERSIDADE LIVRE PARA A EFICIÊNCIA HUMANA, 06.977.673/0001-82, CURITIBA/PR, 71000.041754/2018-03, 54983/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2021.

51)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE UBERLÂNDIA, 17.789.991/0001-36, UBERLANDIA/MG, 71000.041627/2018-04, 54964/2018, de 14/12/2018 a 13/12/2021.

52)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PEIXOTO AZEVEDO, 37.466.240/0001-96, PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, 71000.042530/2018-19, 55041/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2023.

53)ASSOCIAÇÃO RIBEIRÃO PIRENSE PARA INTEGRAÇÃO SOCIAL, 47.335.658/0001-18, RIBEIRAO PIRES/SP, 71000.041786/2018-09, 55027/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2023.

54)ASSOCIACAO COMUNITARIA PRO AMPARO DO MENOR, 90.153.891/0001-09, SANTA CRUZ DO SUL/RS, 71000.042054/2018-28, 55014/2018, de 03/10/2018 a 02/10/2021.

55)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA BARBARA D' OESTE, 56.729.502/0001-02, SANTA BARBARA D'OESTE/SP, 71000.042584/2018-76, 55045/2018, de 01/01/2019 a 31/12/2021.

56)ASSOCIAÇÃO INICIATIVA CULTURAL, 07.180.014/0001-83, CURITIBA/PR, 71000.042692/2018-49, 55052/2018, de 02/02/2019 a 01/02/2024.

57)MOVIMENTO DE MULHERES EM SÃO GONÇALO, 39.259.098/0001-31, SAO GONCALO/RJ, 71000.043110/2018-41, 55074/2018, de 06/11/2018 a 05/11/2021.

58)CENTRO DE FORMAÇÃO SÃO JOSÉ, 96.217.591/0001-22, SANTO ANGELO/RS, 71000.043289/2018-37, 55083/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2023.

59)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, 02.188.582/0001-07, SAO JOSE DO CERRITO/SC, 71000.043802/2018-90, 55118/2018, de 01/09/2019 a 31/08/2024.

60)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INDIANÓPOLIS, 80.888.092/0001-27, INDIANOPOLIS/PR, 71000.044681/2018-01, 55159/2018, de 06/08/2019 a 05/08/2024.

61)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CERQUEIRA CÉSAR, 04.315.690/0001-29, CERQUEIRA CESAR/SP, 71000.043808/2018-67, 55117/2018, de 24/06/2019 a 23/06/2022.

62)ASSOCIAÇÃO AMIGOS MELHOR IDADE DE BERNARDINO DE CAMPOS, 04.456.763/0001-00, BERNARDINO DE CAMPOS/SP, 71000.044205/2018-82, 55143/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2023.

63)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO ROQUE, 50.804.376/0001-27, SAO ROQUE/SP, 71000.044347/2018-40, 55152/2018, de 08/12/2018 a 07/12/2021.

64)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAXIAS DO SUL, 88.659.388/0001-88, CAXIAS DO SUL/RS, 71000.043997/2018-78, 55120/2018, de 01/01/2019 a 31/12/2021.

65)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUARANI DAS MISSÕES, 94.449.725/0001-05, GUARANI DAS MISSOES/RS, 71000.044685/2018-81, 55194/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2023.

66)OBRA SOCIAL SÃO JUDAS TADEU, 21.250.873/0001-22, LAJINHA/MG, 71000.044185/2018-40, 55131/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2023.

67)ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE SAGRADA FAMILIA, 08.290.616/0001-56, ITAUNA/MG, 71000.044216/2018-62, 55140/2018, de 02/02/2019 a 01/02/2024.

68)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAPETININGA, 45.445.095/0001-95, ITAPETININGA/SP, 71000.044002/2018-96, 55121/2018, de 17/03/2019 a 16/03/2022.

69)ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE ARIQUEMES, 01.166.235/0001-10, ARIQUEMES/RO, 71000.044682/2018-48, 55163/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2023.

70)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CARAGUATATUBA, 48.672.323/0001-58, CARAGUATATUBA/SP, 71000.044210/2018-95, 55137/2018, de 15/10/2018 a 14/10/2021.

71)OS SEAREIROS, 44.596.666/0001-20, CAMPINAS/SP, 71000.044356/2018-31, 55150/2018, de 26/10/2018 a 25/10/2021.

72)ASSOCIAÇÃO UNIDOS DA MELHOR IDADE DE LARANJAL PAULISTA, 02.333.616/0001-00, LARANJAL PAULISTA/SP, 71000.044545/2018-11, 55158/2018, de 30/06/2019 a 29/06/2024.

73)CENTRO ASSISTÊNCIAL E DE PROMOÇÃO SOCIAL JOANA D'ARC, 05.239.393/0001-04, CAXIAS DO SUL/RS, 71000.044692/2018-83, 55160/2018, de 08/03/2019 a 07/03/2024.

74)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PENHA, 73.889.677/0001-04, PENHA/SC, 71000.045350/2018-81, 55193/2018, de 06/11/2018 a 05/11/2023.

75)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARAISO DO NORTE, 76.977.495/0001-75, PARAISO DO NORTE/PR, 71000.044691/2018-39, 55161/2018, de 02/02/2019 a 01/02/2022.

76)ASSOCIAÇÃO DAS ENTIDADES DO PROJETO TRANSFORMAÇÃO, 12.861.453/0001-91, PASSO FUNDO/RS, 71000.044921/2018-60, 55188/2018, de 02/12/2018 a 01/12/2023.

77)ASSCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E INFÂNCIA - APMI GUARDA MIRIM DE LONDRINA, 78.318.649/0001-42, LONDRINA/PR, 71000.044782/2018-74, 55166/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2021.

78)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO VICENTE, 57.730.087/0001-70, SAO VICENTE/SP, 71000.045352/2018-70, 55197/2018, de 26/10/2018 a 25/10/2021.

79)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MATELÂNDIA, 77.818.300/0001-07, MATELANDIA/PR, 71000.046563/2018-20, 55227/2018, de 15/10/2018 a 14/10/2023.

80)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CANTAGALO, 01.156.547/0001-43, CANTAGALO/PR, 71000.045955/2018-71, 55214/2018, de 06/06/2019 a 05/06/2024.

81)ASSOCIAÇÃO JESUINO MARCOS MAGUILA, 10.297.862/0001-81, MOGI MIRIM/SP, 71000.045743/2018-94, 55201/2018, de 30/06/2019 a 29/06/2024.

82)ASSOCIAÇÃO DE APOIO, ATENDIMENTO E ASSESSORAMENTO A COMUNIDADE SURDA - GENY DE JESUS SOUZA RIBAS, 78.252.269/0001-52, PONTA GROSSA/PR, 71000.044792/2018-18, 55168/2018, de 08/03/2019 a 07/03/2024.

83)ASSOCIAÇÃO SOL MAIOR, 05.989.888/0001-50, PORTO ALEGRE/RS, 71000.045922/2018-21, 55211/2018, de 18/12/2018 a 17/12/2023.

84)ASSOCIAÇAO DESENVOLVENDO VIDA E MISSAO, 11.289.969/0001-40, UBERLANDIA/MG, 71000.046635/2018-39, 55223/2018, de 01/09/2019 a 31/08/2024.

85)ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA Á CRIANÇA E AO ADOLESCENTE CARDÍACOS E AOS TRANSPLANTADOS DO CORAÇÃO, 00.236.857/0001-05, SAO PAULO/SP, 71000.046224/2018-43, 55220/2018, de 26/04/2019 a 25/04/2022.

86)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ALTA FLORESTA, 00.832.170/0001-32, ALTA FLORESTA/MT, 71000.045749/2018-61, 55204/2018, de 02/02/2019 a 01/02/2024.

87)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE HONÓRIO SERPA, 05.606.034/0001-48, HONORIO SERPA/PR, 71000.045367/2018-38, 55191/2018, de 06/11/2018 a 05/11/2023.

88)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IÚNA, 36.027.134/0001-43, IUNA/ES, 71000.045362/2018-13, 55190/2018, de 25/08/2019 a 24/08/2022.

89)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MAIRIPORÃ, 51.258.333/0001-56, MAIRIPORA/SP, 71000.045748/2018-17, 55205/2018, de 22/09/2019 a 21/09/2024.

90)SOCIEDADE AMIGA E ESPORTIVA JARDIM COPACABANA, 52.168.804/0001-06, SAO PAULO/SP, 71000.046049/2018-94, 55210/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2021.

91)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CHOPINZINHO, 80.871.361/0001-42, CHOPINZINHO/PR, 71000.045360/2018-16, 55196/2018, de 18/12/2018 a 17/12/2023.

92)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PRESIDENTE BERNARDES, 57.319.063/0001-22, PRESIDENTE BERNARDES/SP, 71000.046640/2018-41, 55231/2018, de 22/09/2019 a 21/09/2024.

93)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE REGISTRO, 44.304.095/0001-02, REGISTRO/SP, 71000.046856/2018-15, 55239/2018, de 08/12/2018 a 07/12/2021.

94)ABRIGO JESUS MARIA JOSE, 19.369.784/0001-58, MACHADO/MG, 71000.047937/2018-24, 55269/2018, de 30/06/2019 a 29/06/2024.

95)ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL FUTURO MELHOR, 07.888.881/0001-78, BARUERI/SP, 71000.048019/2018-12, 55270/2018, de 30/06/2019 a 29/06/2024.

96)INSTITUIÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UBERLÂNDIA, 25.642.455/0001-31, UBERLANDIA/MG, 71000.046964/2018-80, 55241/2018, de 06/11/2018 a 05/11/2021.

97)CAAP-ASA ASSISTÊNCIA SOCIAL AO ADOLESCENTE, 45.219.623/0001-98, SAO PAULO/SP, 71000.046865/2018-06, 55233/2018, de 16/10/2018 a 15/10/2021.

98)JESUS ESPERANÇA E VIDA, 64.038.607/0001-43, CAJATI/SP, 71000.048424/2018-31, 55289/2018, de 30/06/2019 a 29/06/2024.

99)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ELDORADO DO SUL, 94.068.509/0001-10, ELDORADO DO SUL/RS, 71000.047558/2018-34, 55257/2018, de 02/12/2018 a 01/12/2023.

100)HACALI - HÁ UM CAMINHO DA LIBERDADE, 61.704.086/0001-28, CAJAMAR/SP, 71000.049427/2018-91, 55315/2018, de 02/12/2018 a 01/12/2023.

101)ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE RIO VERDE, 01.671.007/0001-06, RIO VERDE/GO, 71000.050549/2018-21, 55344/2018, de 21/10/2018 a 20/10/2021.

102)PROJETO SOCIAL BATISTA REGULAR, 10.581.414/0001-05, BELO HORIZONTE/MG, 71000.049155/2018-20, 55310/2018, de 02/02/2019 a 01/02/2024.

103)ASSOCIAÇÃO PRÓ-CASA DO MENINO, 28.482.743/0001-64, AFONSO CLAUDIO/ES, 71000.051026/2018-00, 55352/2018, de 02/02/2019 a 01/02/2024.

104)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CABREÚVA, 02.737.446/0001-29, CABREUVA/SP, 71000.049413/2018-78, 55318/2018, de 26/10/2018 a 25/10/2021.

105)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RAUL SOARES, 19.713.544/0001-29, RAUL SOARES/MG, 71000.049157/2018-19, 55305/2018, de 17/12/2018 a 16/12/2023.

106)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MOEMA, 23.777.915/0001-03, MOEMA/MG, 71000.049158/2018-63, 55306/2018, de 21/10/2018 a 20/10/2023.

107)INSTITUTO SCALA, 05.133.524/0001-74, SACRAMENTO/MG, 71000.049156/2018-74, 55309/2018, de 06/11/2018 a 05/11/2023.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

108)ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LAR DO PROGREDIR INFINITO, 55.038.467/0001-12, SAO BERNARDO DO CAMPO/SP, 71000.050542/2018-17, 55345/2018, de 02/12/2018 a 01/12/2023.

109)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VOTUPORANGA, 45.166.030/0001-00, VOTUPORANGA/SP, 71000.052504/2018-91, 55371/2018, de 09/11/2018 a 08/11/2021.

110)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA ISABEL DO IVAÍ, 80.611.221/0001-35, SANTA ISABEL DO IVAI/PR, 71000.053058/2018-31, 55374/2018, de 26/04/2019 a 25/04/2022.

111)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA CANTU, 01.963.182/0001-69, NOVA CANTU/PR, 71000.053065/2018-33, 55376/2018, de 25/07/2019 a 24/07/2024.

112)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SALTO, 56.651.003/0001-40, SALTO/SP, 71000.051891/2018-48, 55364/2018, de 13/12/2018 a 12/12/2021.

113)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIRACAIA, 52.357.712/0001-66, PIRACAIA/SP, 71000.053066/2018-88, 55373/2018, de 28/12/2018 a 27/12/2023.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 308, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades, por contrariarem requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009:

1)SAMARITANO SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CNPJ 02.627.820/0001-33, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.070508/2015-16, parecer técnico nº 49401/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

2)ASSOCIAÇÃO CIVIL NOSSA SENHORA DO CARMO, CNPJ 19.323.013/0001-20, BETIM/MG, processo nº 71000.000394/2018-81, parecer técnico nº 53138/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

3)CENTRO DE REABILITAÇÃO E EQUOTERAPIA DOS CAMPOS GERAIS, CNPJ 10.772.524/0001-54, PONTA GROSSA/PR, processo nº 71000.030764/2018-13, parecer técnico nº 54319/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não demonstrou continuidade, planejamento e universalidade nas ofertas; Não demonstrou atuar preponderantemente no âmbito da Assistência Social.

4)SOCIEDADE BENEFICENTE AMARO, CNPJ 05.917.525/0001-00, NITEROI/RJ, processo nº 71000.027244/2018-15, parecer técnico nº 54148/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social; Não demonstrou continuidade, planejamento e universalidade nas ofertas.

5)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIACHO DOS MACHADOS, CNPJ 05.887.763/0001-10, RIACHO DOS MACHADOS/MG, processo nº 71000.028527/2018-84, parecer técnico nº 54216/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social.

6)ASSOCIAÇAO MISSIONARIA EVANGELICA VIDA MISSAO VIDA, CNPJ 01.139.179/0001-25, ANAPOLIS/GO, processo nº 71000.032933/2018-41, parecer técnico nº 54497/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Não demonstrou atuar preponderantemente no âmbito da Assistência Social; Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

7)ASSOCIAÇÃO MAÇONICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GOIAS, CNPJ 02.851.947/0001-31, GOIANIA/GO, processo nº 71000.034872/2018-57, parecer técnico nº 54533/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social; Não demonstrou continuidade, planejamento e universalidade nas ofertas.

8)CASA DA CRIANÇA FUTURO FELIZ, CNPJ 02.173.852/0001-06, REGISTRO/SP, processo nº 71000.035463/2018-78, parecer técnico nº 54562/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social; Não demonstrou continuidade, planejamento e universalidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

9)ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO PARAZINHO, CNPJ 01.898.577/0001-25, CAUCAIA/CE, processo nº 71000.035472/2018-69, parecer técnico nº 54564/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Não demonstrou atuar preponderantemente no âmbito da Assistência Social; Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

10)INSTITUTO AGORA MATO GROSSO, CNPJ 20.846.363/0001-50, CUIABA/MT, processo nº 71000.036945/2018-45, parecer técnico nº 54669/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

11)DESPERTAR - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA - CENTRO DE EXCELÊNCIA EM DESENVOLVIMENTO HUMANO EM SÃO GABRIEL/RS, CNPJ 28.093.551/0001-66, SAO GABRIEL/RS, processo nº 71000.039233/2018-88, parecer técnico nº 54795/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não demonstrou continuidade, planejamento e universalidade nas ofertas.

12)ASSOCIAÇÃO NACIONAL BENEFICENTE DO JOVEM IDOSO, CNPJ 08.761.008/0001-82, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.039030/2018-91, parecer técnico nº 54802/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social; Não demonstrou continuidade, planejamento e universalidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

13)NÚCLEO CRISTÃO CIDADANIA E VIDA, CNPJ 04.373.052/0001-64, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.040040/2018-70, parecer técnico nº 54860/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

14)INSTITUTO COROADOS DE APRENDIZAGEM E ESTÁGIO, CNPJ 53.308.953/0001-88, PRESIDENTE VENCESLAU/SP, processo nº 71000.039096/2018-81, parecer técnico nº 54785/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

Art. 2º Indeferir o pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades, por contrariarem requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009:

1)CASA DO BOM SAMARITANO, CNPJ 78.019.734/0001-00, LONDRINA/PR, processo nº 71000.124825/2013-90, parecer técnico nº 44589/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

2)ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL, CNPJ 35.797.364/0001-29, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.091465/2014-13, parecer técnico nº 42647/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

3)CÁRITAS BRASILEIRA, CNPJ 33.654.419/0001-16, BRASILIA/DF, processo nº 71000.141760/2014-28, parecer técnico nº 44511/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

4)CENTRO SOCIAL VICENTA MARIA, CNPJ 05.253.117/0001-09, BELEM/PA, processo nº 23000.000168/2015-13, parecer técnico nº 54297/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social; Não demonstrou continuidade, planejamento e universalidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

5)ASSOCIAÇÃO DAS FILHAS DO PURÍSSIMO CORAÇÃO DE MARIA, CNPJ 36.863.322/0001-01, VALPARAISO DE GOIAS/GO, processo nº 71000.040701/2017-86, parecer técnico nº 51245/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

6)AÇÃO COMUNITÁRIA DO BRASIL SÃO PAULO, CNPJ 61.750.246/0001-75, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.061661/2017-14, parecer técnico nº 52175/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

7)FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PESTALOZZI DO ESTADO DE GOIAS, CNPJ 06.059.051/0001-75, GOIANIA/GO, processo nº 71000.010928/2018-88, parecer técnico nº 53380/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

8)SEARA BENDITA INSTITUIÇÃO ESPIRITA, CNPJ 62.629.613/0001-40, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.018408/2018-13, parecer técnico nº 53718/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

9)ASSOCIAÇÃO DE REABILITAÇÃO E APOIO BEM - ME -QUER, CNPJ 26.147.256/0001-10, CATAGUASES/MG, processo nº 71000.022418/2018-53, parecer técnico nº 53926/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

10)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SALGUEIRO, CNPJ 35.446.061/0001-61, SALGUEIRO/PE, processo nº 71000.027270/2018-43, parecer técnico nº 54144/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

11)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE APARECIDA DE GOIÂNIA, CNPJ 26.894.691/0001-08, APARECIDA DE GOIANIA/GO, processo nº 71000.031612/2018-20, parecer técnico nº 54321/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não atua no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Não demonstrou universalidade nas ofertas.

12)ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BUSCA E DEFESA À CRIANÇA DESAPARECIDA, CNPJ 01.474.085/0001-02, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.031931/2018-35, parecer técnico nº 54350/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

13)CENTRO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO - CEDEC, CNPJ 04.428.863/0001-15, ARCOVERDE/PE, processo nº 71000.032617/2018-70, parecer técnico nº 54399/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou atuar preponderantemente no âmbito da Assistência Social.

14)ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DO SUL, CNPJ 79.314.183/0001-70, CRICIUMA/SC, processo nº 71000.036771/2018-11, parecer técnico nº 54658/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

15)ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ADOLESCENTE, CNPJ 34.050.815/0001-05, RIO DE JANEIRO/RJ, processo nº 71000.053069/2018-11, parecer técnico nº 55377/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

Art. 3º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão, sem efeito suspensivo.

Art. 4º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil acerca dos indeferimentos relacionados no art. 2º.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.224, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 05/09/2018 e 03/10/2018, e na reunião extraordinária realizada em 19/09/2018.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 242, de 02 de agosto de 2018, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 05/09/2018 e 03/10/2018, e na reunião extraordinária realizada em 19/09/2018.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SILVA VIEIRA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.111991/2017-91
Proponente: Associação dos Amigos e Paradesportistas de Piracicaba
Título: AAPP, Basquetebol em Cadeira de Rodas III
Registro: 02SP150222015
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 07.199.443/0001-00
Cidade: Piracicaba UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 523.456,84
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0056 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 103890-7
Período de Captação até: 03/10/2020
2 - Processo: 58000.007623/2018-21
Proponente: Associação Futsal São Lourenço
Título: Futsal São Lourenço
Registro: 02SC169482018
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 15.013.838/0001-97
Cidade: São Lourenço do Oeste UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 523.309,36
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0777 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 23085-5
Período de Captação até: 05/09/2020
3 - Processo: 58000.002025/2018-65
Proponente: Associação Projeto Craques da Vida de Cáceres - MT
Título: Projeto Craques da Vida de Cáceres - MT
Registro: 02MT101702012
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 05.918.355/0001-88
Cidade: Cáceres UF: MT
Valor autorizado para captação: R$ 408.697,56
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0184 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 58912-8
Período de Captação até: 03/10/2020
4 - Processo: 58000.118805/2017-45
Proponente: Associação Recreativa e Esportiva Xavier
Título: Projeto Atletas do Futuro
Registro: 02RJ133142013
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 02.491.318/0001-48
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 474.192,73
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5722 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 16553-0
Período de Captação até: 19/09/2020
5 - Processo: 58000.010854/2018-11
Proponente: De Peito Aberto Incentivo ao Esporte, Cultura e Lazer
Título: Projeto Ajudôu Ano IX
Registro: 02MG000162007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 07.952.460/0001-69
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 844.926,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1585 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 29102-1
Período de Captação até: 03/10/2020
6 - Processo: 58000.116582/2017-81
Proponente: Instituto Cesar Cielo
Título: Programa de Clínicas de Natação de Base
Registro: 02SP088682011
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 12.323.740/0001-48
Cidade: Santa Bárbara d Oeste UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 340.012,40
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0459 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 50702-4
Período de Captação até: 05/09/2020
7 - Processo: 58000.008913/2018-91
Proponente: Instituto Incentivar Esporte e Cultura
Título: Desvendar Esporte
Registro: 02SP155372016
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 19.961.707/0001-92
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 541.295,27
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6806 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 11109-0
Período de Captação até: 03/10/2020
8 - Processo: 58000.011778/2016-08
Proponente: Instituto Muda Brasil
Título: Copa Paulista de Futebol Social
Registro: 02SP047452009
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 08.817.519/0001-79
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 404.134,02
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1545 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 23938-0
Período de Captação até: 01/08/2019
9 - Processo: 58000.009649/2018-11
Proponente: Instituto Projeto Neymar JR
Título: Glória
Registro: 02SP127052013
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 16.928.337/0001-01
Cidade: Praia Grande UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 8.924.214,26
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6502 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 14100-3
Período de Captação até: 03/10/2020
10 - Processo: 58000.009156/2018-73
Proponente: Instituto Para o Desenvolvimento do Esporte e da Cultura
Título: Surfista de Ondas Grandes
Registro: 02RJ067142010
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 01.688.611/0001-37
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 2.519.135,34
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1253 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 41147-7
Período de Captação até: 03/10/2020
11 - Processo: 58000.007610/2018-51
Proponente: Instituto Rugby Para Todos
Título: Escolinha Social Rugby Rio - Renovação
Registro: 02SP067102010
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 10.979.371/0001-10
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.408.633,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3519 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 24454-6
Período de Captação até: 03/10/2020
12 - Processo: 58000.119418/2017-26
Proponente: Instituto Valore
Título: Festival de Iniciação Esportiva
Registro: 02SP087472011
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 11.407.279/0001-49
Cidade: Campinas UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 253.557,92
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6851 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 9366-1
Período de Captação até: 28/09/2020
13 - Processo: 58000.008872/2018-33
Proponente: Instituto Viva Vida
Título: Escola Coral de Bodyboarding 2
Registro: 02ES004792007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 07.377.509/0001-05
Cidade: Vila Velha UF: ES
Valor autorizado para captação: R$ 349.201,36
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1240 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 72035-6
Período de Captação até: 30/10/2020
14 - Processo: 58000.006193/2018-20
Proponente: Núcleo de Desenvolvimento Humano e Econômico de Tucumã
Título: Estação Conhecimento Tucumã IV
Registro: 02PA076342010
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 10.590.514/0001-06
Cidade: Tucumã UF: PA
Valor autorizado para captação: R$ 2.904.100,08
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4549 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 19483-2
Período de Captação até: 05/09/2020
15 - Processo: 58000.116823/2017-92
Proponente: Prefeitura Municipal de Curitiba
Título: Vale Transporte Esportivo - VTE
Registro: 01PR028722008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 76.417.005/0001-86
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 103.275,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3793 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 12113-4
Período de Captação até: 05/09/2020
16 - Processo: 58000.006172/2018-12
Proponente: Victória Centro de Desenvolvimento do Esporte e da Cultura
Título: Caminho Através do Esporte (Ano 2)
Registro: 02SP093902011
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 12.484.402/0001-98
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 306.398,40
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0813 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 41957-5
Período de Captação até: 03/10/2020

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 335, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 10 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, e em cumprimento à decisão judicial exarada pela 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro nos autos do Processo nº 0162029-32.2017.4.02.5101, resolve:

Art. 1º Autorizar a nomeação sub judice, de 1 (um) candidato no cargo de Tecnologista Pleno K- I (Enfermagem) - Nível Superior (D25), do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde, em razão de classificação em concurso público, objeto do Edital nº 4, de 13 de outubro de 2014, prorrogado por mais dois anos mediante Portaria nº 48, de 21 de março de 2017.

Art. 2º A responsabilidade pela verificação prévia das condições para a imediata nomeação do candidato a que se refere o art. 1º será do Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, a quem caberá baixar a respectiva portaria de nomeação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

PORTARIA Nº 336, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 10 do Decreto n. 6.944, de 21 de agosto de 2009, e em cumprimento à decisão judicial exarada pela 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro nos autos do Processo n. 0003849-49.2016.4.02.5101, resolve:

Art. 1º Autorizar a nomeação, sub judice, de 1 (um) candidato no cargo de Técnico O-I, Área de Atuação - Técnico de Radioterapia - Nível Médio, do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde, em razão de classificação em concurso público para os cargos do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia, objeto do Edital n. 4, de 13 de outubro de 2014, prorrogado por mais 2 (dois) anos mediante Portaria MP n. 48, de 21 de março de 2017.

Art. 2º A responsabilidade pela verificação prévia das condições para a imediata nomeação do candidato a que se refere o art. 1º será do Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, a quem caberá baixar a respectiva portaria de nomeação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIO

PORTARIA Nº 338, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no exercício das atribuições conferidas pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Disciplinar n. 10292.002241/2006-11, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de revisão ofertado pela ex-servidora pública federal, ZULEIDE AZEVEDO DE ALMEIDA LEAL, Matrícula SIAPE n. 0701291, por estarem ausentes os requisitos previstos no art. 174 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com base no Parecer n. 00552/2018/CA/CONJUR-MP/CGU/AGU, de 15 de maio de 2018.

Art. 2º Manter a pena de demissão que lhe foi imposta pela Portaria n. 346, de 27 de julho de 2010, do então Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no DOU de 28 de julho de 2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JÚNIOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 339, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista o disposto no art. 8º, caput, inciso II, do Decreto n. 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:
Art. 1º Remanejar o limite constante do Anexo I do Decreto n. 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXO I

(Anexo I ao Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018)
REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
R$ 1,00

Órgão		Despesas Discricionárias				
		PAC	Emendas Impositivas		Demais	Total
			Individuais	Bancada		
39000	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	9.351.300	0	0	0	9.351.300
	TOTAL	9.351.300	0	0	0	9.351.300

ANEXO II

(Anexo I ao Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018)
ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
R$ 1,00

Órgão		Despesas Discricionárias				
		PAC	Emendas Impositivas		Demais	Total
			Individuais	Bancada		
39000	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0	0	0	9.351.300	9.351.300
	TOTAL	0	0	0	9.351.300	9.351.300

PORTARIA Nº 340, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Esporte; da Defesa; da Integração Nacional; e do Turismo, crédito suplementar no valor de R$ 58.607.608,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, inciso III, alíneas "c", item "1", "d", item "1", e "h", item "1", e §§ 3º e 6º, da Lei n. 13.587, de 2 de janeiro de 2018, e a delegação de competência de que trata o inciso I do art. 16 do Decreto n. 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:
Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei n. 13.587, de 2 de janeiro de 2018), em favor dos Ministérios do Esporte; da Defesa; da Integração Nacional; e do Turismo, crédito suplementar no valor de R$ 58.607.608,00 (cinquenta e oito milhões, seiscentos e sete mil, seiscentos e oito reais), para atender às programações constantes do Anexo I.
Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, inclusive de emenda individual, conforme indicado no Anexo II.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXO

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2035	Esporte, Cidadania e Desenvolvimento							972.185
		Atividades							
27 811	2035 20JO	Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor							600.185
27 811	2035 20JO 0001	Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor - Nacional							600.185
			F	3	2	90	0	118	600.185
27 812	2035 20JQ	Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social							372.000
27 812	2035 20JQ 0035	Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social - No Estado de São Paulo							372.000
			F	3	6	40	0	100	372.000
TOTAL - FISCAL									972.185
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									972.185

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51205 - Autoridade de Governança do Legado Olímpico - AGLO
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2123	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte							110.000
		Atividades							
27 122	2123 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							110.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

27 122	2123 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional	F	3	2	90	0	100	110.000 110.000
TOTAL - FISCAL									110.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									110.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	Defesa Nacional							300.000
		Atividades							
05 366	2058 8425	Apoio ao Projeto Rondon							300.000
05 366	2058 8425 0001	Apoio ao Projeto Rondon - Nacional							300.000
			F	3	2	90	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									300.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	Defesa Nacional							1.550.883
		Atividades							
05 153	2058 20XK	Logística Militar Terrestre							1.550.883
05 153	2058 20XK 0001	Logística Militar Terrestre - Nacional							1.550.883
			F	3	2	90	0	100	1.550.883
TOTAL - FISCAL									1.550.883
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.550.883

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2040	Gestão de Riscos e de Desastres							52.174.540
		Atividades							
06 182	2040 22BO	Ações de Defesa Civil							6.718.283
06 182	2040 22BO 0001	Ações de Defesa Civil - Nacional							6.718.283
			F	3	2	90	0	100	609.689
			F	4	2	30	0	100	6.108.594
06 182	2040 8348	Apoio a Obras Preventivas de Desastres							44.921.717
06 182	2040 8348 0001	Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Nacional							44.921.717
			F	4	2	30	0	100	43.223.774
			F	4	2	30	0	300	1.697.943
		Projetos							
06 182	2040 14UX	Aperfeiçoamento, modernização e expansão dos Sistemas do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD							534.540
06 182	2040 14UX 5664	Aperfeiçoamento, modernização e expansão dos Sistemas do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD - Em Brasília - DF							534.540
			F	4	2	90	0	100	534.540
TOTAL - FISCAL									52.174.540
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									52.174.540

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54201 - EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2076	Desenvolvimento e Promoção do Turismo							3.500.000
		Atividades							
23 695	2076 20Y5	Promoção Turística do Brasil no Exterior							3.500.000
23 695	2076 20Y5 0001	Promoção Turística do Brasil no Exterior - Nacional							3.500.000
			F	3	2	90	0	100	3.500.000
TOTAL - FISCAL									3.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.500.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Presidência da República
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							1.550.883
		Atividades							
04 122	2101 2000	Administração da Unidade							1.550.883
04 122	2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.550.883
			F	4	2	90	0	100	1.550.883
TOTAL - FISCAL									1.550.883
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.550.883

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							300.000
		Atividades							
12 122	2109 2000	Administração da Unidade							300.000
12 122	2109 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal							300.000
			F	3	2	90	8	100	300.000
TOTAL - FISCAL									300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									300.000

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2035	Esporte, Cidadania e Desenvolvimento							972.185
		Atividades							
27 811	2035 20JO	Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor							600.185
27 811	2035 20JO 0001	Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor - Nacional							600.185
			F	4	2	90	0	118	600.185
27 812	2035 20JQ	Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social							372.000
27 812	2035 20JQ 0035	Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social - No Estado de São Paulo							372.000
			F	4	6	40	0	100	372.000
	2123	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte							110.000
		Atividades							
27 122	2123 2000	Administração da Unidade							110.000
27 122	2123 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							110.000
			F	3	2	90	0	100	110.000
TOTAL - FISCAL									1.082.185
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.082.185

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2040	Gestão de Riscos e de Desastres							52.174.540
		Atividades							
06 182	2040 22BO	Ações de Defesa Civil							51.640.000
06 182	2040 22BO 0001	Ações de Defesa Civil - Nacional							51.640.000
			F	3	2	90	0	100	11.640.000
			F	4	2	40	0	100	38.302.057
			F	4	2	40	0	300	1.697.943
		Projetos							
06 182	2040 14UX	Aperfeiçoamento, modernização e expansão dos Sistemas do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD							534.540
06 182	2040 14UX 5664	Aperfeiçoamento, modernização e expansão dos Sistemas do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD - Em Brasília - DF							534.540
			F	3	2	90	0	100	534.540
TOTAL - FISCAL									52.174.540
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									52.174.540

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2076	Desenvolvimento e Promoção do Turismo							3.500.000
		Atividades							
23 695	2076 20Y3	Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional							3.500.000
23 695	2076 20Y3 0001	Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional - Nacional							3.500.000
			F	3	2	90	0	100	3.500.000
TOTAL - FISCAL									3.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.500.000

PORTARIA Nº 341, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista o disposto no art. 8º, caput, inciso II, do Decreto n. 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:
Art. 1º Remanejar os limites constantes do Anexo I do Decreto n. 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXO I

(Anexo I ao Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018)
REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
R$ 1,00

Órgão		Despesas Discricionárias				
		PAC	Emendas Impositivas		Demais	Total
			Individuais	Bancada		
20000	Presidência da República	0	3.640.000	0	0	3.640.000
24000	Min. da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	0	800.000	0	0	800.000
26000	Min. da Educação	0	2.200.900	0	0	2.200.900
30000	Min. da Justiça e Segurança Pública	0	5.060.135	0	0	5.060.135
32000	Min. de Minas e Energia	0	200.000	0	0	200.000
39000	Min. dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0	370.000	0	0	370.000
42000	Min. da Cultura	0	2.640.000	0	0	2.640.000
44000	Min. do Meio Ambiente	0	700.000	0	0	700.000
51000	Min. do Esporte	0	1.600.000	0	0	1.600.000
54000	Min. do Turismo	0	4.223.065	0	0	4.223.065
55000	Min. do Desenvolvimento Social	0	1.634.935	0	0	1.634.935
56000	Min. das Cidades	0	1.502.190	0	0	1.502.190
81000	Min. dos Direitos Humanos	0	1.076.000	0	0	1.076.000
	TOTAL	0	25.647.225	0	0	25.647.225

ANEXO II

(Anexo I ao Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018)
ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
R$ 1,00

Órgão		Despesas Discricionárias				
		PAC	Emendas Impositivas		Demais	Total
			Individuais	Bancada		
22000	Min. da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0	1.880.000	0	0	1.880.000
36000	Min. da Saúde	0	19.795.325	0	0	19.795.325
40000	Min. do Trabalho	0	146.000	0	0	146.000
52000	Min. da Defesa	0	2.681.135	0	0	2.681.135
53000	Min. da Integração Nacional	0	1.144.765	0	0	1.144.765
	TOTAL	0	25.647.225	0	0	25.647.225

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 11.146, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, constante do art. 49, anexo VII, da Portaria MP nº 220, de 25 de junho de 2014, e tendo em vista o art. 64, do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, o art. 18, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 e a Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04916.000524/2018-76, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR a empresa PETROBRAS, inscrita no CNPJ n° 33.000.167/0001-01, com endereço na Avenida Euzébio Rocha, 1000, Cidade da Esperança, Natal/RN, a realizar a instalação do canteiro de obra e execução da obra Enrocamento do Acesso no Campo de Petróleo de Serra objetivando atenuar ou cessar os efeitos erosivos sobre a região para impedir que ocorram danos ambientais, no município de Macau/RN, em conformidade com o projeto básico apresentado, com recursos próprios, em área de domínio da União, devidamente identificada e caracterizada, conforme Memoriais Descritivos constantes nos arquivos 6660782, 6661914, 6670467, 6680508, 6681786 do Processo Administrativo nº 04916.000524/2018-76.

Art. 2º A obra a que se refere o artigo 1º deve seguir as diretrizes e determinações pertinentes ao patrimônio urbanístico, turístico, histórico, cultural, social, econômico e ambiental.

Art. 3º A obra fica condicionada ao cumprimento rigoroso das recomendações urbanísticas, bem como o licenciamento ambiental, emitido pelos órgãos competentes.

Art. 4º A autorização da obra a que se refere esta Portaria, não implica na transferência de domínio sobre a área a qualquer título.

Art. 5º Durante o período de execução da construção a que se refere o artigo 1°, é obrigatória a fixação de uma (01) placa junto ao canteiro de obras, em local visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, com os seguintes dizeres: "Autorização de obra concedida pela Secretaria de Patrimônio da União", indicando ao final "Macau/RN".

Art. 6º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria, não excluem outros decorrentes da autorização de acordo com a legislação brasileira.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESDRAS ALVES DE QUEIROZ

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 10.042, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, bem como os elementos que integram o Processo nº 04977.012138/2018-11, resolve:

Art. 1º Autorizar a passagem de rede de drenagem, proveniente do empreendimento Conjunto Residencial Vila do Cerrado, localizado na Rua Lázaro Rodrigues, s/n, Bairro Parque Jardim Europa, município de Bauru/SP, em área de propriedade da União. A área da União está compreendida entre o conjunto residencial e o ponto de interligação da bacia de dissipação.

Art. 2º O Requerente, Prefeitura Municipal de Bauru, por meio da empresa Maré Construtora e Incorporadora LTDA realizará as obras, consistindo em passagem de rede enterrada de águas pluviais, cruzando o terreno em direção ao dissipador.

Art. 3º Após conclusão da obra em área da União, o requerente deverá fornecer à Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo uma via da planta cadastral das referidas redes.

Art. 4º A presente autorização se dá em caráter precário e revogável a qualquer momento, não implicando na constituição de nenhum direito sobre a área ou constituição de domínio, não gerando direitos a quaisquer indenizações sobre benfeitorias.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBSON TUMA

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA Nº 11.143, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Aprova o quantitativo de pessoal próprio da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF.

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - SEST considerando o disposto no art. 1º do Decreto nº 3.735, de 24.1.2001, por delegação da Portaria nº 250, de 23.8.2005 e Anexo I, art. 41, inciso VI, letra g, do Decreto nº 9.035, de 20.04.2017, resolve:

Art. 1º Fixar o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, em 70 (setenta) empregados.

Art. 2º Para fins de controle do limite do quantitativo de pessoal das empresas estatais ficam contabilizados, à exceção dos empregados com contrato de trabalho suspenso por motivo de aposentadoria por invalidez, os empregados efetivos, admitidos por intermédio de concursos públicos, os empregados que possuem cargos, empregos ou funções comissionadas, os empregados e servidores cedidos e requisitados, os empregados anistiados com base na Lei nº 8.878, de 11.5.1994, os empregados reintegrados, os empregados contratados por prazo determinado e os que estão licenciados por doença, acidente de trabalho ou quaisquer outros motivos de licenças e afastamentos.

Art. 3º Compete à empresa gerenciar seu quadro próprio de pessoal, praticando atos de gestão para repor empregados desligados do quadro funcional, desde que sejam observados os limites ora estabelecidos, as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 18, de 3.8.2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O Coordenador-Geral de Imigração - Substituto, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 0474/2018 de 24/10/2018, 0475/2018 de 24/10/2018, 0476/2018 de 25/10/2018, 0477/2018 de 25/10/2018, 0478/2018 de 26/10/2018, 0479/2018 de 26/10/2018, 0480/2018 de 29/10/2018 e 0481/2018 de 29/10/2018, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039013539201892 Requerente: SISELECTRON BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: JOSE OMAR PALMAS MONTIEL Data Nascimento: 21/10/1990 Passaporte: G17603021 País: MÉXICO Mãe: LIDIA MONTIEL FLORES Pai: DARIO PALMAS GONZALEZ; Processo: 47039013617201859 Requerente: HEMERSON CEZAR FABIANO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YOSSEF MICHAELI Data Nascimento: 27/01/1976 Passaporte: 21750183 País: ISRAEL Mãe: Esther Michaeli Pai: Shmuel Michaeli; Processo: 47039013987201896 Requerente: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NAJWA DAKIR Data Nascimento: 26/06/1994 Passaporte: QE4951801 País: MARROCOS Mãe: FAIZA LAKHSASSI Pai: MOHAMED DAKIR; Processo: 47039014107201807 Requerente: RESTAURANTE CHINATOWN SHOPPING LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YUMEI WU Data Nascimento: 30/10/1982 Passaporte: E70855946 País: CHINA Mãe: zhanggan dong Pai: zhifang wu; Processo: 47039015011201858 Requerente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOERG THEOBALD Data Nascimento: 29/05/1967 Passaporte: C1Z4F6VC6 País: ALEMANHA Mãe: RENATE THEOBALD Pai: KLAUS THEOBALD; Processo: 47039015735201800 Requerente: PRODUTOS ROCHE QUIMICOS E FARMACEUTICOS S A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JAMES CRAIG LINEHAN Data Nascimento: 30/12/1975 Passaporte: 565767812 País: EUA Mãe: MARY KATHLEEN REZEK Pai: DENNIS CRAIG LINEHAN; Processo: 47039015753201883 Requerente: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAVIDE BAUCINO Data Nascimento: 24/02/1993 Passaporte: YA5574119 País: ITÁLIA Mãe: SEBASTIANA CORALLO Pai: SALVATORE BAUCINO; Processo: 47039015770201811 Requerente: HHR JW RIO DE JANEIRO INVESTIMENTOS HOTELEIROS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANDRE PEDRO RAMOS APARICIO Data Nascimento: 02/08/1983 Passaporte: C457866 País: PORTUGAL Mãe: ANA PAULA ALVES RAMOS APARICIO Pai: ANTONIO PEDRO DA SILVA APARICIO; Processo: 47039015781201809 Requerente: EXPEDIA DO BRASIL AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ALBERTO CERESA Data Nascimento: 05/08/1985 Passaporte: YA1860832 País: ITÁLIA Mãe: DANIELA RONZONI Pai: ANGELO CERESA; Processo: 47039015828201826 Requerente: ELECNOR DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: IGNACIO CORREDOR DEL RIO Data Nascimento: 12/07/1991 Passaporte: PAF475383 País: ESPANHA Mãe: Julia Del Rio Martinez Pai: Jose Corredor Blanco; Processo: 47039015880201882 Requerente: RIO PETROLEO EQUIPAMENTOS E GESTAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SHOUSHAN MA Data Nascimento: 26/02/1989 Passaporte: E30255073 País: CHINA Mãe: LIXIA DOU Pai: ZHIQING MA; Processo: 47039015899201829 Requerente: EATON LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JADE AYANA DIAMOND Data Nascimento: 12/10/1993 Passaporte: 463468846 País: EUA Mãe: LINDA SUE SHELFIELD Pai: Não informado; Processo: 47039016013201864 Requerente: MERCOSUL LINE NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Aylton Alberto Mangue Data Nascimento: 01/11/1994 Passaporte: 15AH76643 País: MOÇAMBIQUE Mãe: MARIA PASCOA TEMBE Pai: PINTO ALBERTO MANGUE; Processo: 47039016017201842 Requerente: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RUI GAMEIRO Data Nascimento: 28/07/1973 Passaporte: 15AI13074 País: FRANÇA Mãe: MADALENA DA CONCEICAO JORGE Pai: RAUL DA CONCEICAO GAMEIRO; Processo: 47039016039201811 Requerente: ENEL BRASIL S.A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Giuliano Persichetti Data Nascimento: 05/02/1972 Passaporte: YA6405690 País: ITÁLIA Mãe: Clara Ranucci Pai: Bernardino Persichetti; Processo: 47039016077201865 Requerente: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SIMHADRI MITTINA Data Nascimento: 15/01/1991 Passaporte: K8546218 País: ÍNDIA Mãe: APPALA NARASAMMA MITTINA Pai: NEELAYYA MITTINA; Processo: 47039016079201854 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: BRADY ANTHONY THERIOT Data Nascimento: 24/10/1984 Passaporte: 545404884 País: EUA Mãe: SHERRY ANN RODRIGUEZ Pai: DALE ANTHONY THERIOT; Processo: 47039016081201823 Requerente: CERAMICA E VELAS DE IGNICAO NGK DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JUMPEI ISASA Data Nascimento: 29/01/1986 Passaporte: TS0282920 País: JAPÃO Mãe: NORIKO ISASA Pai: YOUICHI ISASA; Processo: 47039016083201812 Requerente: ANTARES VISION DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS DE SISTEMAS DE VISAO RASTREABILIDADE E AUTOMACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Manuel Polotti Data Nascimento: 27/05/1987 Passaporte: YA7773969 País: ITÁLIA Mãe: Bruna Merlini Pai: Mirco Polotti; Processo: 47039016086201856 Requerente: BANCO ABN AMRO S.A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RICHARD DE BRUIJN Data Nascimento: 02/11/1977 Passaporte: BF63D99R1 País: HOLANDA Mãe: AFRA PINHEIRO DA SILVA Pai: CORNELIS DE BRUIJN BOER; Processo: 47039016089201890 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JAMES EDWARD ROBBINS Data Nascimento: 04/08/1991 Passaporte: 554158761 País: GRÃ BRETANHA Mãe: ANNE ELIZABETH ROBBINS Pai: JOHN ALBERT ROBBINS; Processo: 47039016090201814 Requerente: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PEDRO MANUEL SIMÕES TRINDADE Data Nascimento: 04/07/1989 Passaporte: N529022 País: PORTUGAL Mãe: ESMERALDA BATISTA SIMÕES DE TRINDADE Pai: MANUEL GONÇALVES RIBEIRO DE TRINDADE; Processo: 47039016102201819 Requerente: ROBERT WALTERS BRASIL LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RICHARD TOWNSEND Data Nascimento: 22/11/1985 Passaporte: 622249458 País: AUSTRÁLIA Mãe: ANNE-MARIE LIDDICOAT Pai: MICHAEL TOWNSEND; Processo: 47039016101201866 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TONGHUI QU Data Nascimento: 18/04/1982 Passaporte: E54906948 País: CHINA Mãe: GUIZHEN ZHAO Pai: YUESI QU; Processo: 47039016106201899 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: QIUYAN HUANG Data Nascimento: 15/08/1983 Passaporte: E91385755 País: CHINA Mãe: GUIHUA LI Pai: DAOPENG HUANG; Processo: 47039016124201871 Requerente: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SABINE KURTH Data Nascimento: 23/12/1966 Passaporte: C36FX253W País: ALEMANHA Mãe: RITA FRANZISKA KLEIMAIER Pai: WERNER HUGO KLEIMAIER; Processo: 47039016122201881 Requerente: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANDRIY GNYLYTSKYY Data Nascimento: 11/06/1973 Passaporte: C468473 País: PORTUGAL Mãe: NADIYA DMYTRIVINA GNYLYSTSKA Pai: PETRO PETROCYCH GNYLYSTSKYY; Processo: 47039016134201814 Requerente: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANDREA GREWE Data Nascimento: 03/11/1989 Passaporte: C8G0G2YV1 País: ALEMANHA Mãe: ELKE GREWE Pai: HANS-JOACHIM GREWE; Processo: 47039016152201898 Requerente: FUNDACAO INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICACOES Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: OSCAR ALBERTO PEREZ REYES Data Nascimento: 23/01/1986 Passaporte: G22794602 País: MÉXICO Mãe: MARTHA ANGELICA REYES VILLAREAL Pai: OSCAR LORENZO PEREZ HERRERA; Processo: 47039016177201891 Requerente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ALAN ARMANDO CURIEL GONZALEZ Data Nascimento: 28/11/1993 Passaporte: G27690042 País: MÉXICO Mãe: IBED GONZÁLEZ ARRIAGA Pai: ARMANDO CURIEL ORNELAS; Processo: 47039016221201863 Requerente: TEKSID DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SIMONE CHICCO Data Nascimento: 15/03/1965 Passaporte: YA8118592 País: ITÁLIA Mãe: ANNA ROSSI Pai: GIACOMO CHICCO; Processo: 47039016231201807 Requerente: BOOKING.COM BRASIL SERVICOS DE RESERVA DE HOTEIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: STEVEN KENNETH KLIMEK Data Nascimento: 14/10/1979 Passaporte: 530926707 País: EUA Mãe: JEAN MARIE THOMSON Pai: THOMAS EDWARD KLIMEK; Processo: 47039016284201810 Requerente: CAL-COMP INDUSTRIA DE SEMICONDUTORES S.A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: EDWIN LAGAR EVORA Data Nascimento: 18/11/1974 Passaporte: EC2058697 País: FILIPINAS Mãe: CONCEPCION LAGAR EVORA Pai: ADOLFO ADRIATICO EVORA; Processo: 47039016292201866 Requerente: EXPRO DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SHANE DERRICK KNOLL Data Nascimento: 11/06/1973 Passaporte: HP922774 País: CANADÁ Mãe: RUTH ELIZABETH KNOLL Pai: LESLIE GERARD KNOLL; Processo: 47039016294201855 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LIN ZHOU Data Nascimento: 31/08/1980 Passaporte: ED2563856 País: CHINA Mãe: LIANXIANG ZHONG Pai:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RENYUAN ZHOU; Processo: 47039016301201819 Requerente: FUNDACAO INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICACOES Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RAUL EFREN HUERTA VALDEZ Data Nascimento: 25/08/1990 Passaporte: G16957210 País: MÉXICO Mãe: SANTA VALDEZ NAVARRETE Pai: SEVERIANO HUERTA VARGAS; Processo: 47039016302201863 Requerente: FUNDACAO INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICACOES Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GERMAN IBARRA ROMERO Data Nascimento: 10/03/1969 Passaporte: G27638622 País: MÉXICO Mãe: ALFONSINA IBARRA BAUTISTA Pai: JUAN ROMERO SANCHEZ; Processo: 47039016316201887 Requerente: WAY BRASIL ENSINO AMERICANO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: VERONICA SEIJO VIERA Data Nascimento: 01/08/1985 Passaporte: 482627766 País: EUA Mãe: AMARILIS VIERA Pai: MANUEL ANGEL SEIJO; Processo: 47039016325201878 Requerente: ALSTOM ENERGIA TERMICA E INDUSTRIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Mohamad Nazrinsyah Bin Mohamad Najib Data Nascimento: 03/10/1989 Passaporte: A37097210 País: MALÁSIA Mãe: Zaleha Binti Agil Pai: Mohamad Najib Bin Abu Bakar; Processo: 47039016369201806 Requerente: GOLDWIND EQUIPAMENTOS E SOLUCOES EM ENERGIA RENOVAVEL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JIE YANG Data Nascimento: 20/05/1992 Passaporte: EI3976042 País: CHINA Mãe: Peixia An Pai: Jicheng Yang; Processo: 47039016373201866 Requerente: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HADRIEN PHILIPPE LEFÈVRE Data Nascimento: 28/03/1992 Passaporte: EN869228 País: BÉLGICA Mãe: MARIE PIERRE MALICE Pai: CLAUDE LEFÈVRE; Processo: 47039016374201819 Requerente: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANNA MAGALIE MARIE-LAURE ANTOINETTE MOTTE Data Nascimento: 13/11/1995 Passaporte: 18CC86622 País: FRANÇA Mãe: BRIGITTE CHRISTIANE RENÉE HOUSSET Pai: JEAN CLAUDE FRANÇOIS RAOUL MOTTE; Processo: 47039016379201833 Requerente: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CEM OEZDEMIR Data Nascimento: 19/05/1977 Passaporte: C8WZ5803Z País: ALEMANHA Mãe: TULAY KUCUKBAZ OEZDEMIR Pai: EROL OEZDEMIR; Processo: 47039016387201880 Requerente: CASAIS BRASIL, ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HUGO JOSE MARTINS RIBEIRO Data Nascimento: 06/12/1975 Passaporte: P597334 País: PORTUGAL Mãe: Maria do Carmo Martins Pai: Manuel Ribeiro; Processo: 47039016409201810 Requerente: FUNDACAO INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICACOES Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CLEMENTE LOPEZ ORTIZ Data Nascimento: 23/11/1989 Passaporte: G30873963 País: MÉXICO Mãe: SOFIA ORTIZ SILVA Pai: ALFREDO LOPEZ PARRA; Processo: 47039016417201858 Requerente: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA PERALTA FERNANDES Data Nascimento: 08/10/1973 Passaporte: C578287 País: PORTUGAL Mãe: MARIA LUISA DE O AMARAL PERALTA FERNANDES Pai: JOSE JULIO PERALTA FERNANDES; Processo: 47039016454201866 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Kjell Arne Brustad Data Nascimento: 19/07/1958 Passaporte: 30783144 País: NORUEGA Mãe: Kjellrun Margrethe Brustad Pai: Andreas Brustad; Processo: 47039016468201880 Requerente: WIPRO DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RAKESH GEDAM Data Nascimento: 05/07/1979 Passaporte: R2701633 País: ÍNDIA Mãe: KIRAN GEDAM Pai: PANTOJI MUNGSUJI GEDAM; Processo: 47039016469201824 Requerente: XPTT BRASIL CONSTRUCAO DE SISTEMAS DE ENERGIA ELETRICA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HAIYANG ZHANG Data Nascimento: 03/01/1990 Passaporte: G43881329 País: CHINA Mãe: FENGHONG XIE Pai: YINGDUAN ZHANG; Processo: 47039016472201848 Requerente: SAAM SMIT TOWAGE BRASIL S.A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JAN BUSSCHER Data Nascimento: 12/07/1982 Passaporte: NRFB25924 País: HOLANDA Mãe: EDITH NOORDHOEK Pai: JAN BUSSCHER; Processo: 47039016485201817 Requerente: FUNDACAO INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICACOES Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOSUE RAFAEL CABRAL RODRIGUEZ Data Nascimento: 14/08/1985 Passaporte: G30970651 País: MÉXICO Mãe: MARIA RODRIGUEZ DE CABRAL Pai: RAFAEL CABRAL CASTANÊDA; Processo: 47039016505201850 Requerente: ELECNOR DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOSE ANGEL PINEDA ORTEGA Data Nascimento: 03/12/1977 Passaporte: PAG893129 País: ESPANHA Mãe: Abilia Ortega Sebastian Pai: Francisco Pineda Arribas; Processo: 47039016507201849 Requerente: WIPRO DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: VINEETH VIJAYAN Data Nascimento: 21/09/1989 Passaporte: S4992415 País: ÍNDIA Mãe: NALINI Pai: VIJAYAN; Processo: 47039016523201831 Requerente: STANLEY ELECTRIC DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HIDEKAZU INOMATA Data Nascimento: 01/11/1967 Passaporte: TK 6.726.025 País: JAPÃO Mãe: SACHIKO INOMATA Pai: MINORU INOMATA; Processo: 47039016528201864 Requerente: YAMAHA MOTOR DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MASAMICHI NAKAGOE Data Nascimento: 26/02/1973 Passaporte: TR8007624 País: JAPÃO Mãe: Terumi Nakagoe Pai: Mitsuaki Nakagoe; Processo: 47039016529201817 Requerente: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TAKASHI MIKI Data Nascimento: 11/08/1980 Passaporte: TR6066756 País: JAPÃO Mãe: Toshiko Miki Pai: Hirokazu Miki; Processo: 47039016530201833 Requerente: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KOJI SHIMIZU Data Nascimento: 23/02/1976 Passaporte: TZ0860703 País: JAPÃO Mãe: Suzuko Shimizu Pai: Katsuhiko Shimizu; Processo: 47039016536201819 Requerente: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TOMAS MENDES Data Nascimento: 10/01/1972 Passaporte: C00014434 País: GUINÉ BISSAU Mãe: FATU GOMES Pai: SAM MENDES; Processo: 47039016551201859 Requerente: AMAZON SERVICOS DE VAREJO DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: STEVEN LORD Data Nascimento: 01/03/1983 Passaporte: CH1HJX1L1 País: ALEMANHA Mãe: RAMONA LORD Pai: VEIT GROEGER; Processo: 47039016565201872 Requerente: LU ZHAOYAN VARIEDADES Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LIDAN CHEN Data Nascimento: 24/11/1979 Passaporte: EB0914633 País: CHINA Mãe: LIDAN CHEN Pai: Não informado; Processo: 47039016567201861 Requerente: RINNAI BRASIL TECNOLOGIA DE AQUECIMENTO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TSUKASA KUBOTA Data Nascimento: 17/10/1963 Passaporte: TZ0763164 País: JAPÃO Mãe: KIYOMI KUBOTA Pai: JUNZO KUBOTA; Processo: 47039016620201824 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NING MA Data Nascimento: 22/08/1984 Passaporte: E89419694 País: CHINA Mãe: CUIPING WU Pai: GENHUI MA; Processo: 47039016621201879 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: QIANG GUO Data Nascimento: 01/03/1992 Passaporte: E60159376 País: CHINA Mãe: XIAOPING LI Pai: CHANGSHUN GUO; Processo: 47039016660201876 Requerente: YBA-OLEOS PUROS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MIGUEL ANGEL BERUMEN MEDINA Data Nascimento: 18/10/1980 Passaporte: GO5944557 País: MÉXICO Mãe: JUANA MEDINA Pai: JUAN ANGEL BERUMEN; Processo: 47039016667201898 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CARLOS EDUARDO NIETO CAMACHO Data Nascimento: 20/12/1975 Passaporte: AG694783 País: CANADÁ Mãe: ELENA AURORA CAMACHO DE NIETO Pai: AURELIO NIETO SANCHEZ; Processo: 47039016670201810 Requerente: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: VASILE ISPAS Data Nascimento: 15/06/1976 Passaporte: 054632464 País: ROMÊNIA Mãe: VASILICA ISPAS Pai: AUREL ISPAS; Processo: 47039016679201812 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Mauro Bettanin Data Nascimento: 28/06/1981 Passaporte: YB3495651 País: ITÁLIA Mãe: Maria Teresa Mistrorigo Pai: Valter Bettanin; Processo: 47039016696201850 Requerente: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TAKAYUKI MIURA Data Nascimento: 10/08/1963 Passaporte: TR3353220 País: JAPÃO Mãe: Sumiko Miura Pai: Hideyuki Miura; Processo: 47039016802201803 Requerente: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TAKEHITO KOMATSU Data Nascimento: 08/01/1987 Passaporte: TS1080978 País: JAPÃO Mãe: TOMOKO KOMATSU Pai: MOTOO KOMATSU; Processo: 47039016805201839 Requerente: ELECNOR DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DOMINGO JIMENEZ GIJON Data Nascimento: 04/12/1955 Passaporte: PAA474653 País: ESPANHA Mãe: Superencia Gijon Renilla Pai: Julio Jimenez Ocana; Processo: 47039016807201828 Requerente: ELECNOR DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JORGE NICOLAS GARCIA Data Nascimento: 05/06/1957 Passaporte: PAC316508 País: ESPANHA Mãe: Salome García Piniella Pai: Angel Nicolás Gutierrez.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039009525201874 Requerente: FERNANDO DE OLIVEIRA MANUTENCOES INDUSTRIAIS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: AGOSTINO TANZI Data Nascimento: 28/07/1959 Passaporte: YB2505999 País: ITÁLIA; Processo: 47039014263201860 Requerente: 99 TECNOLOGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LYUHONG ZHANG Data Nascimento: 23/09/1984 Passaporte: E05163499 País: CHINA; Processo: 47039014412201891 Requerente: METROBARRA S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Wang Lin Data Nascimento: 20/04/1985 Passaporte: PE0830865 País: CHINA; Processo: 47039014413201835 Requerente: METROBARRA S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HONGZHOU ZHANG Data Nascimento: 07/03/1962 Passaporte: PE0830871 País: CHINA; Processo: 47039014432201861 Requerente: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Krikor Demirdjian Data Nascimento: 03/04/1961 Passaporte: 474712836 País: EUA; Processo: 47039014674201855 Requerente: HBL CONSULTORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Chester H. Dietrik Data Nascimento: 09/04/1958 Passaporte: 472771874 País: EUA; Processo: 47039015796201869 Requerente: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LIU LITAO Data Nascimento: 29/01/1992 Passaporte: ED7277864 País: CHINA; Processo: 47039014983201825 Requerente: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BIN JIN Data Nascimento: 21/08/1977 Passaporte: EB2505964 País: CHINA; Processo: 47039015201201875 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: WANG,PENG Data Nascimento: 27/08/1994 Passaporte: E38497772 País: CHINA; Processo: 47039015253201841 Requerente: AMS INDUSTRIA MECANICA E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: OSCAR SALATO Data Nascimento: 02/03/1953 Passaporte: YB1313166 País: ITÁLIA; Processo: 47039015283201858 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ERIK OSCAR ERIKSSON Data Nascimento: 20/10/1989 Passaporte: 92920024 País: SUÉCIA; Processo: 47039015360201870 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: INGRID ELISABET BIRGITTA ERIKSSON Data Nascimento: 05/05/1965 Passaporte: 94910806 País: SUÉCIA; Processo: 47039015497201824 Requerente: SYSTEM1 RESEARCH DO BRASIL SERVICOS DE MARKETING LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PAUL JOSEPH ACHONU Data Nascimento: 05/11/1983 Passaporte: 308671451 País: INGLATERRA; Processo: 47039015548201818 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ZHANG, JIE Data Nascimento: 06/11/1986 Passaporte: EI4959648 País: CHINA; Processo: 47039015578201824 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BANGHONG ZHENG Data Nascimento: 18/01/1976 Passaporte: EB6343694 País: CHINA Imigrante: CHAOYIN ZHANG Data Nascimento: 13/05/1974 Passaporte: ED8285990 País: CHINA Imigrante: GUOJUN XIE Data Nascimento: 02/07/1971 Passaporte: E44511505 País: CHINA Imigrante: LIANGDONG ZHENG Data Nascimento: 16/04/1975 Passaporte: G38466487 País: CHINA Imigrante: YUJIANG YUAN Data Nascimento: 15/08/1971 Passaporte: E24955299 País: CHINA Imigrante: ZHAOQIN ZHANG Data Nascimento: 19/09/1969 Passaporte: EB5337573 País: CHINA; Processo: 47039015577201880 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ZHEN WANG Data Nascimento: 18/02/1989 Passaporte: E94536597 País: CHINA; Processo: 47039015579201879 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHANGQING MA Data Nascimento: 01/11/1980 Passaporte: E16562854 País: CHINA Imigrante: CHONGGUANG QI Data Nascimento: 18/08/1987 Passaporte: E78186883 País: CHINA Imigrante: DAISHE ZHANG Data Nascimento: 18/01/1969 Passaporte: ED9592770 País: CHINA Imigrante: XIANGSHENG XU Data Nascimento: 09/07/1985 Passaporte: ED4466405 País: CHINA Imigrante: XIANGWEI XU Data Nascimento: 15/08/1989 Passaporte: ED7643196 País: CHINA Imigrante: YIXUAN SUN Data Nascimento: 05/07/1985 Passaporte: E94504204 País: CHINA Imigrante: YUHUA PAN Data Nascimento: 15/03/1977 Passaporte: G35058985 País: CHINA; Processo: 47039015583201837 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GUANGBIN ZHOU Data Nascimento: 15/11/1985 Passaporte: ED5169680 País: CHINA Imigrante: LISONG LIU Data Nascimento: 26/02/1971 Passaporte: E50812764 País: CHINA Imigrante: PEIQING ZHENG Data Nascimento: 28/07/1987 Passaporte: EE0768852 País: CHINA Imigrante: RUICAI ZHONG Data Nascimento: 19/05/1971 Passaporte: E05416262 País: CHINA Imigrante: XIAOLIANG LU Data Nascimento: 06/05/1990 Passaporte: E92896391 País: CHINA; Processo: 47039015581201848 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DEQUAN HU Data Nascimento: 16/08/1966 Passaporte: ED8245734 País: CHINA Imigrante: QIANG HUANG Data Nascimento: 17/10/1992 Passaporte: E34441689 País: CHINA; Processo: 47039015586201871 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHENGHAI LIU Data Nascimento: 18/03/1966 Passaporte: EE0525277 País: CHINA Imigrante: DAHUA GONG Data Nascimento: 26/11/1967 Passaporte: G59366192 País: CHINA Imigrante: DEGUO JIANG Data Nascimento: 02/11/1985 Passaporte: E79921560 País: CHINA Imigrante: JIN FENG Data Nascimento: 17/07/1977 Passaporte: E23631108 País: CHINA Imigrante: LANG HE Data Nascimento: 23/06/1992 Passaporte: E57110223 País: CHINA Imigrante: LIN HU Data Nascimento: 14/01/1993 Passaporte: ED8245735 País: CHINA Imigrante: XUEBIN JIANG Data Nascimento: 29/03/1971 Passaporte: E33577949 País: CHINA Imigrante: YINGSHENG DING Data Nascimento: 30/01/1965 Passaporte: ED7562729 País: CHINA Imigrante: YUQIANG JIA Data Nascimento: 06/01/1974 Passaporte: ED6242382 País: CHINA Imigrante: ZHANGYONG HU Data Nascimento: 23/11/1983 Passaporte: EB8650612 País: CHINA; Processo: 47039015795201814 Requerente: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ZHAI ZHAOHUI Data Nascimento: 13/03/1993 Passaporte: E59257081 País: CHINA; Processo: 47039015850201876 Requerente: PIACENTINI DO BRASIL CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: WALDER JIMENEZ ARIAS Data Nascimento: 05/07/1980 Passaporte: E429197 País: COSTA RICA; Processo: 47039015892201815 Requerente: ALFA LAVAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SIMON PALLESEN Data Nascimento: 12/04/1978 Passaporte: 209450265 País: DINAMARCA; Processo: 47039015902201812 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: THOMAS LARS THALINSSON KANS Data Nascimento: 14/06/1977 Passaporte: 91155294 País: SUÉCIA; Processo: 47039015909201826 Requerente: AGUILAR Y SALAS BRASIL IND. E COM. IMP. EXP. E REPRESENTACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FERNANDO RAMOS PACHECO Data Nascimento: 10/02/1966 Passaporte: AAA211772 País: ESPANHA; Processo: 47039015912201840 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANDREAS KUTZNER Data Nascimento: 12/04/1985 Passaporte: CF5GN494J País: ALEMANHA; Processo: 47039015919201861 Requerente: SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SLAVISA PESIC Data Nascimento: 03/02/1962 Passaporte: HN172156 País: CANADÁ; Processo: 47039015946201834 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BERTIL HAAKAN BRAGE Data Nascimento: 13/04/1957 Passaporte: 92046482 País: SUÉCIA; Processo: 47039016049201848 Requerente: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JEAN NOEL GASTON POIRIE Data Nascimento: 23/01/1963 Passaporte: 16CE14962 País: FRANÇA; Processo: 47039016050201872 Requerente: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BENOIT RENE ROURE Data Nascimento: 26/04/1976 Passaporte: 13CL12676 País: FRANÇA; Processo: 47039016051201817 Requerente: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante:

DAVID WARREN HENCH Data Nascimento: 09/12/1965 Passaporte: 584852160 País: EUA; Processo: 47039016052201861 Requerente: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KEVIN NILES LINN Data Nascimento: 25/02/1966 Passaporte: 566779952 País: EUA; Processo: 47039016053201814 Requerente: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MATTHEW THOMAS HACKLER Data Nascimento: 11/05/1979 Passaporte: 488906878 País: EUA; Processo: 47039016054201851 Requerente: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOHANN HOLZER Data Nascimento: 21/11/1957 Passaporte: JOHANN HOLZER País: EUA; Processo: 47039016055201803 Requerente: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SERGIO MARQUEZ Data Nascimento: 12/03/1958 Passaporte: 531132663 País: EUA; Processo: 47039016058201839 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HANGYU KIM Data Nascimento: 29/10/1988 Passaporte: M66746778 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039016059201883 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HYUKJUN KWEON Data Nascimento: 17/02/1988 Passaporte: M34843366 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039016070201843 Requerente: TECH MAHINDRA SERVICOS DE INFORMATICA S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SHILPASHREE BASAVAPURA ASHWATHANARAYANA REDDY Data Nascimento: 06/06/1992 Passaporte: S4346873 País: ÍNDIA; Processo: 47039016093201858 Requerente: ROPER BRASIL COMERCIO E PROMOCAO DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Michael Maurice Sheehan Data Nascimento: 03/10/1985 Passaporte: 563376536 País: EUA; Processo: 47039016100201811 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YONGSUK KIM Data Nascimento: 30/10/1962 Passaporte: M51642350 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039016108201888 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARK LAWRENCE ABBOTT Data Nascimento: 10/01/1970 Passaporte: 510776349 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039016114201835 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: EDWARD JOSEPH SWAYNOS JR Data Nascimento: 22/08/1968 Passaporte: 452040975 País: EUA; Processo: 47039016121201837 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JAN ALVAR FREDRIK PIHL Data Nascimento: 23/07/1967 Passaporte: 94821047 País: SUÉCIA; Processo: 47039016125201815 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JAN HUGO DOCK Data Nascimento: 01/04/1964 Passaporte: 90234216 País: SUÉCIA; Processo: 47039016148201820 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DANIEL GURSTER Data Nascimento: 19/05/1986 Passaporte: CFJM1T5L5 País: ALEMANHA; Processo: 47039016145201896 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ASA BIRGITTA GROENLI Data Nascimento: 22/03/1970 Passaporte: 95276924 País: SUÉCIA; Processo: 47039016185201838 Requerente: ARDAGH INDUSTRIA DE EMBALAGENS METALICAS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: WILLIAM KENNETH SCHAAF Data Nascimento: 09/02/1964 Passaporte: 444723946 País: EUA; Processo: 47039016204201826 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DONG HOI KIM Data Nascimento: 08/05/1979 Passaporte: M39353093 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: SEUNGOH LEE Data Nascimento: 31/10/1985 Passaporte: M09804742 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039016209201859 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARIO HOPF Data Nascimento: 10/06/1965 Passaporte: C78JX0L42 País: ALEMANHA; Processo: 47039016211201828 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JUNICHI HOSHIHARA Data Nascimento: 05/09/1965 Passaporte: TK7231727 País: JAPÃO; Processo: 47039016229201820 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHANGHO HAN Data Nascimento: 13/06/1988 Passaporte: M82441977 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: CHEOLYEON JO Data Nascimento: 21/09/1995 Passaporte: M50741063 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: DAESEONG JEONG Data Nascimento: 03/05/1990 Passaporte: M20758935 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: HAKMYOUNG SEOL Data Nascimento: 06/04/1976 Passaporte: M03862622 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: IL CHUN KIM Data Nascimento: 20/01/1959 Passaporte: M53074135 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: JAI GU CHOI Data Nascimento: 10/05/1965 Passaporte: M69527426 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: JEONGHEE LEE Data Nascimento: 12/04/1977 Passaporte: M34849114 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: JONG RYUL CHOI Data Nascimento: 11/12/1959 Passaporte: M25572410 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039016223201852 Requerente: AGC VIDROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HANS MARIA G. VAN CAUTEREN Data Nascimento: 08/02/1972 Passaporte: EM310621 País: BÉLGICA; Processo: 47039016225201841 Requerente: TECH MAHINDRA SERVICOS DE INFORMATICA S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: VENUGOPALA REDDY DANDU Data Nascimento: 24/04/1979 Passaporte: P6488485 País: ÍNDIA; Processo: 47039016224201805 Requerente: AGC VIDROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JAN DURRER Data Nascimento: 11/01/1954 Passaporte: 41745859 País: REPÚBLICA TCHECA; Processo: 47039016226201896 Requerente: AGC VIDROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Rudi Fernand L. Kinet Data Nascimento: 03/08/1963 Passaporte: EN805314 País: BÉLGICA; Processo: 47039016237201876 Requerente: ASPENTECH SOFTWARE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANDREW RYAN MCINTOSH Data Nascimento: 16/01/1963 Passaporte: AG929672 País: CANADÁ Imigrante: EMMA KATHRINE RISINGER Data Nascimento: 22/08/1989 Passaporte: 506337746 País: EUA Imigrante: ENRIQUE DELGADO Data Nascimento: 03/07/1957 Passaporte: 566282212 País: EUA Imigrante: KERRY CLAYTON SCHUETTE Data Nascimento: 20/12/1991 Passaporte: 521355314 País: EUA; Processo: 47039016236201821 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JONGMIN KIM Data Nascimento: 27/06/1983 Passaporte: M08080280 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: JONGSEOK LEE Data Nascimento: 30/12/1984 Passaporte: M67180738 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: JUNYONG KWON Data Nascimento: 04/05/1980 Passaporte: M03078246 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: KOANGYOUL CHOI Data Nascimento: 25/01/1963 Passaporte: M27005760 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: KUK YUN Data Nascimento: 30/05/1989 Passaporte: M07738409 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: KWANGTAEG HONG Data Nascimento: 20/09/1964 Passaporte: M84272084 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: SEONGGYU KIM Data Nascimento: 20/01/1987 Passaporte: M90845080 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: SOUNG WON JOO Data Nascimento: 23/11/1961 Passaporte: M99925432 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039016241201834 Requerente: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 185 Dia(s) Imigrante: KOICHIRO INADA Data Nascimento: 12/05/1949 Passaporte: TR5854293 País: JAPÃO; Processo: 47039016242201889 Requerente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: BIN HUANG Data Nascimento: 05/11/1978 Passaporte: EC9424257 País: CHINA Imigrante: DACHEN ZHOU Data Nascimento: 05/01/1984 Passaporte: ED8863144 País: CHINA Imigrante: JIAQUN XU Data Nascimento: 05/07/1981 Passaporte: ED5342155 País: CHINA Imigrante: JIAWEI ZHOU Data Nascimento: 01/01/1990 Passaporte: E97090997 País: CHINA Imigrante: XIAOJING REN Data Nascimento: 30/09/1980 Passaporte: G48024455 País: CHINA; Processo: 47039016243201823 Requerente: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 185 Dia(s) Imigrante: TAKASHI FUJITA Data Nascimento: 21/01/1954 Passaporte: TR4180530 País: JAPÃO; Processo: 47039016244201878 Requerente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: DEBO ZHU Data Nascimento: 10/10/1984 Passaporte: E55904784 País: CHINA Imigrante: WENHUI LEI Data Nascimento: 15/01/1985 Passaporte: ED8871326 País: CHINA Imigrante: YANG HAN Data Nascimento: 04/01/1991 Passaporte: ED9605965 País: CHINA Imigrante: ZHIYUAN KANG Data Nascimento: 10/11/1990 Passaporte: ED8892804 País: CHINA; Processo: 47039016245201812 Requerente: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 365 Dia(s) Imigrante: HARUKI UTANI Data Nascimento: 13/01/1997 Passaporte: TR9679141 País: JAPÃO; Processo: 47039016261201813 Requerente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: DAO ZHOU Data Nascimento: 20/04/1993 Passaporte: ED8887417 País: CHINA Imigrante: FAYU XU Data Nascimento: 08/10/1992 Passaporte: E45470175 País: CHINA Imigrante: FUZHU WEI Data Nascimento: 19/09/1993 Passaporte: ED1821086 País: CHINA Imigrante: JIAN DING Data Nascimento: 26/12/1994 Passaporte: EA7448579 País: CHINA Imigrante: JIANWU YUAN Data Nascimento: 25/11/1987 Passaporte: E12156764 País: CHINA Imigrante: YU GUI Data Nascimento: 19/12/1992 Passaporte: EA8306508 País: CHINA; Processo: 47039016260201861 Requerente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: LIJUN WANG Data Nascimento: 24/03/1978 Passaporte: G52207041 País: CHINA Imigrante: XIAOTAO LI Data Nascimento: 28/02/1962 Passaporte: E55912608 País: CHINA; Processo: 47039016269201871 Requerente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: BIAO WANG Data Nascimento: 02/03/1985 Passaporte: G45894442 País: CHINA Imigrante: MINGJIE ZHANG Data Nascimento: 31/03/1994 Passaporte: ED5342726 País: CHINA Imigrante: SHIWEI ZHANG Data Nascimento: 26/02/1993 Passaporte: ED5344747 País: CHINA Imigrante: WEI LIU Data Nascimento: 20/10/1989 Passaporte: E50931266 País: CHINA Imigrante: WEIWEI RUAN Data Nascimento: 12/09/1987 Passaporte: ED8887178 País: CHINA Imigrante: XUAN WANG Data Nascimento: 30/05/1991 Passaporte: ED5346377 País: CHINA; Processo: 47039016267201882 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: XIANGKUI YIN Data Nascimento: 13/09/1981 Passaporte: PE0943770 País: CHINA; Processo: 47039016272201895 Requerente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: GUOQIANG ZHU Data Nascimento: 23/09/1980 Passaporte: ED5354659 País: CHINA Imigrante: JIANCHENG LI Data Nascimento: 21/03/1982 Passaporte: ED2834849 País: CHINA; Processo: 47039016273201830 Requerente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: HUAGUANG LIU Data Nascimento: 13/08/1993 Passaporte: EB7158407 País: CHINA; Processo: 47039016275201829 Requerente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: HAILONG WANG Data Nascimento: 14/12/1976 Passaporte: EA7432186 País: CHINA Imigrante: LEI QIAN Data Nascimento: 18/03/1996 Passaporte: EB6050813 País: CHINA Imigrante: MINJUN HU Data Nascimento: 07/08/1993 Passaporte: EA8308420 País: CHINA Imigrante: YECHI ZHENG Data Nascimento: 22/02/1988 Passaporte: E93481895 País: CHINA Imigrante: YUANZHANG WEI Data Nascimento: 26/02/1992 Passaporte: EI2863883 País: CHINA Imigrante: ZEHUA ZHANG Data Nascimento: 11/05/1992 Passaporte: E34246719 País: CHINA; Processo: 47039016278201862 Requerente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: JIANGSU WU Data Nascimento: 11/02/1990 Passaporte: ED7444237 País: CHINA Imigrante: JIE HUANG Data Nascimento: 27/09/1985 Passaporte: ED7443335 País: CHINA Imigrante: MINGZHOU ZHANG Data Nascimento: 23/06/1983 Passaporte: E55920334 País: CHINA; Processo: 47039016276201873 Requerente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: CHENMENG MIAO Data Nascimento: 12/08/1984 Passaporte: G56944542 País: CHINA; Processo: 47039016280201831 Requerente: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NANJUNDA RAO SURASGAR RAMARAO Data Nascimento: 19/11/1980 Passaporte: L6236253 País: ÍNDIA; Processo: 47039016340201816 Requerente: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSE LUIS GARCIA ACUÑA Data Nascimento: 09/04/1984 Passaporte: G20966848 País: MÉXICO; Processo: 47039016341201861 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHANGHO PARK Data Nascimento: 04/03/1975 Passaporte: M80430569 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039016342201813 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DONG HYEOG GEUM Data Nascimento: 01/09/1961 Passaporte: M84774093 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039016343201850 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HUNTAK HAN Data Nascimento: 13/06/1983 Passaporte: M68576874 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039016344201802 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JIN YONG KIM Data Nascimento: 26/12/1959 Passaporte: M72073933 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039016345201849 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JUNG SHOOL KIM Data Nascimento: 20/11/1953 Passaporte: M58850360 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039016346201893 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KIYOUNG AN Data Nascimento: 30/04/1957 Passaporte: M47470305 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039016347201838 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MYUNGYEOL YOO Data Nascimento: 18/07/1976 Passaporte: M62248717 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039016351201804 Requerente: I M S DO BRASIL SUPORTE E ASSISTENCIA TECNICA EM EQUIPAMENTOS SIDERURGICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DIRK LANGEN Data Nascimento: 16/11/1972 Passaporte: C72XT3FWY País: ALEMANHA; Processo: 47039016364201875 Requerente: BMW MANUFACTURING INDUSTRIA DE MOTOS DA AMAZONIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANDREAS MARKO TOMEC Data Nascimento: 21/11/1971 Passaporte: C3HTCP490 País: ALEMANHA; Processo: 47039016382201857 Requerente: OFF SHORE REPAROS NAVAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ODD GUNNAR VATNE Data Nascimento: 08/03/1959 Passaporte: 29457717 País: NORUEGA; Processo: 47039016388201824 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SUNGWAN CHO Data Nascimento: 15/12/1981 Passaporte: M28366216 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039016389201879 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TAEYEONG AN Data Nascimento: 10/04/1964 Passaporte: M91776476 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039016390201801 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: WOO GYUN OH Data Nascimento: 01/03/1961 Passaporte: M79847917 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039016391201848 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: WOON KIL KIM Data Nascimento: 09/01/1963 Passaporte: M85925451 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039016392201892 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YEONGWOOK PARK Data Nascimento: 25/07/1966 Passaporte: M64846903 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039016393201837 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YANGSOO CHOI Data Nascimento: 11/11/1983 Passaporte: M42988499 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039016394201881 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PYUNGHUN AHN Data Nascimento: 16/04/1993 Passaporte: M53291968 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039016395201826 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PANGU KIM Data Nascimento: 07/08/1974 Passaporte: M98937923 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039016414201814 Requerente: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANTONIO MARIA ALDANONDO TELLERIA Data Nascimento: 13/06/1966 Passaporte: PAF359654 País: ESPANHA Imigrante: GHEORGHE DZITAC Data Nascimento: 19/03/1999 Passaporte: 056148882 País: ROMÊNIA Imigrante: IOAN DZITAC Data Nascimento: 05/08/1983 Passaporte: 056148881 País: ROMÊNIA Imigrante: IOAN TICALA Data Nascimento: 07/10/1990 Passaporte: 056148880 País: ROMÊNIA; Processo: 47039016421201816 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Helge Grande Data Nascimento: 14/12/1959 Passaporte: 32114724 País: NORUEGA; Processo: 47039016429201882 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JIMING YAN Data Nascimento: 14/12/1973 Passaporte: E96965941 País: CHINA Imigrante: PIGENG GAO Data

Nascimento: 02/01/1961 Passaporte: G40604649 País: CHINA Imigrante: YANGANG ZHU Data Nascimento: 22/02/1975 Passaporte: G55800395 País: CHINA Imigrante: ZHONGKE KANG Data Nascimento: 13/06/1975 Passaporte: EE0771708 País: CHINA; Processo: 47039016437201829 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHANGYE LAI Data Nascimento: 04/08/1983 Passaporte: ED9791470 País: CHINA Imigrante: GAIXING ZHANG Data Nascimento: 17/07/1986 Passaporte: E25018953 País: CHINA Imigrante: LE CHEN Data Nascimento: 23/06/1987 Passaporte: E22963172 País: CHINA Imigrante: WENTIAN WU Data Nascimento: 22/02/1991 Passaporte: EA4796024 País: CHINA; Processo: 47039016476201826 Requerente: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PETER CHRISTOPHER KLOPP Data Nascimento: 22/10/1958 Passaporte: 565438098 País: EUA; Processo: 47039016473201892 Requerente: OFF SHORE REPAROS NAVAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: OLE KRISTIAN HINDENES WALSETH Data Nascimento: 08/04/1972 Passaporte: 31888850 País: NORUEGA; Processo: 47039016502201816 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 275 Dia(s) Imigrante: SATHAPORN TUNSAKUL Data Nascimento: 20/08/1977 Passaporte: AA5977660 País: TAILÂNDIA; Processo: 47039016508201893 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 275 Dia(s) Imigrante: MANIT AUNMUANG Data Nascimento: 23/07/1981 Passaporte: AA3253718 País: TAILÂNDIA; Processo: 47039016513201804 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 275 Dia(s) Imigrante: NUT NA PHATTHALUNG Data Nascimento: 05/03/1981 Passaporte: AA4297175 País: TAILÂNDIA; Processo: 47039016515201895 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 275 Dia(s) Imigrante: SURAT THIAMYAM Data Nascimento: 13/04/1973 Passaporte: AA9190088 País: TAILÂNDIA; Processo: 47039016517201884 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 365 Dia(s) Imigrante: UMNUAY PARIYOTHAI Data Nascimento: 23/12/1977 Passaporte: AA7022433 País: TAILÂNDIA; Processo: 47039016519201873 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 365 Dia(s) Imigrante: SILPACHAI SAWATDIKEIT Data Nascimento: 03/11/1975 Passaporte: AA5756669 País: TAILÂNDIA; Processo: 47039016527201810 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JAMES JAY KING Data Nascimento: 25/03/1960 Passaporte: 584414332 País: EUA; Processo: 47039016531201888 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KAREN CASTRINOS Data Nascimento: 19/08/1957 Passaporte: 540403548 País: EUA; Processo: 47039016532201822 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GERALD PATRICK GAUGHAN JR Data Nascimento: 16/11/1969 Passaporte: 572022695 País: EUA; Processo: 47039016533201877 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: VILANDA RUTH MERRITT Data Nascimento: 19/12/1960 Passaporte: 593141909 País: EUA; Processo: 47039016543201811 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOYOUNG NOH Data Nascimento: 29/06/1993 Passaporte: M89402736 País: COREIA DO SUL; Processo: 47039016556201881 Requerente: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: WENXIANG SHANG Data Nascimento: 15/01/1988 Passaporte: E43740020 País: CHINA; Processo: 47039016593201890 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FRANK JOHANNES HARTUNG Data Nascimento: 08/03/1963 Passaporte: C0K35508Y País: ALEMANHA; Processo: 47039016649201814 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YUNLONG MA Data Nascimento: 15/11/1988 Passaporte: PE1547888 País: CHINA; Processo: 47039016661201811 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHAOGANG WU Data Nascimento: 02/03/1985 Passaporte: PE0912440 País: CHINA Imigrante: QINGSONG MENG Data Nascimento: 22/12/1981 Passaporte: PE1505316 País: CHINA; Processo: 47039016705201811 Requerente: STEP ENERGY DO BRASIL INDUSTRIA E SERVICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GABRIEL LUPU Data Nascimento: 22/03/1965 Passaporte: 055689851 País: ROMÊNIA; Processo: 47039016719201826 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JENS WERNER Data Nascimento: 04/07/1974 Passaporte: CF5N78N2C País: ALEMANHA; Processo: 47039016722201840 Requerente: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TOBIAS WINTER Data Nascimento: 25/01/1982 Passaporte: CCN2GC5M9 País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º caput):

Processo: 47039015239201848 Requerente: NOVELIS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PAWEL WOJNICKI Data Nascimento: 11/10/1983 Passaporte: EK0586366 País: POLÔNIA; Processo: 47039015929201805 Requerente: SOUZA CRUZ LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Michael Korber Data Nascimento: 03/08/1966 Passaporte: C1NC4HF6F País: ALEMANHA; Processo: 47039015933201865 Requerente: SOUZA CRUZ LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Dirk Harm Vollmar Data Nascimento: 28/04/1968 Passaporte: C1P63822F País: ALEMANHA; Processo: 47039016252201814 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Per Anders Nicklas Linde Data Nascimento: 16/12/1965 Passaporte: 91555181 País: SUÉCIA; Processo: 47039016268201827 Requerente: APARECIDA PARTNERS PARQUES E ATRACOES TURISTICAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Xing Zhang Data Nascimento: 08/03/1995 Passaporte: ED9664149 País: CHINA; Processo: 47039016586201898 Requerente: GE OIL & GAS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JUAN PABLO PEREZ FERNANDEZ Data Nascimento: 09/05/1984 Passaporte: 144863149 País: VENEZUELA; Processo: 47039016632201859 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 60 Dia(s) Imigrante: GENKI SAITOU Data Nascimento: 11/11/1993 Passaporte: MU6981969 País: JAPÃO; Processo: 47039016635201892 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 60 Dia(s) Imigrante: KATSUSHI SHIBAGAKI Data Nascimento: 07/03/1974 Passaporte: TH8586901 País: JAPÃO; Processo: 47039016636201837 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 60 Dia(s) Imigrante: MASAKI SATO Data Nascimento: 05/04/1994 Passaporte: MU2276294 País: JAPÃO; Processo: 47039016638201826 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 60 Dia(s) Imigrante: SHIN NAKAMURA Data Nascimento: 14/07/1994 Passaporte: MU2767533 País: JAPÃO; Processo: 47039016639201871 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 60 Dia(s) Imigrante: SHOTA OKAWACHI Data Nascimento: 15/08/1990 Passaporte: TK7960923 País: JAPÃO; Processo: 47039016641201840 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 60 Dia(s) Imigrante: TAKATO SONODA Data Nascimento: 29/07/1991 Passaporte: TK6800955 País: JAPÃO; Processo: 47039016642201894 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 60 Dia(s) Imigrante: YOSHIKI AIDA Data Nascimento: 25/07/1994 Passaporte: MU8241954 País: JAPÃO; Processo: 47039016643201839 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 60 Dia(s) Imigrante: YUTA SATO Data Nascimento: 22/02/1994 Passaporte: MU5758991 País: JAPÃO; Processo: 47039017163201895 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PETER OTTO BERNHARDT JR Data Nascimento: 08/06/1984 Passaporte: 492256915 País: EUA; Processo: 47039017175201810 Requerente: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Intae Park Data Nascimento: 25/04/1987 Passaporte: M22957610 País: COREIA; Processo: 47039017201201818 Requerente: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 60 Dia(s) Imigrante: ALEXANDER HASHEM HASHEMIAN Data Nascimento: 03/01/1990 Passaporte: 531030665 País: EUA; Processo: 47039017204201843 Requerente: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 60 Dia(s) Imigrante: ERIC CHRISTOPHER COOPER Data Nascimento: 05/04/1971 Passaporte: 481816349 País: EUA; Processo: 47039017206201832 Requerente: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 60 Dia(s) Imigrante: GREGORY WAYNE MORTON Data Nascimento: 31/08/1968 Passaporte: 525811895 País: EUA; Processo: 47039017336201875 Requerente: CAE SOUTH AMERICA FLIGHT TRAINING DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: John Eugene Breard Data Nascimento: 23/02/1965 Passaporte: HM915220 País: CANADÁ Imigrante: Liam Mulrooney Data Nascimento: 18/01/1982 Passaporte: HH541294 País: CANADÁ Imigrante: Marc Gaudreau Data Nascimento: 08/04/1958 Passaporte: HG347389 País: CANADÁ Imigrante: Serge Theriault Data Nascimento: 18/06/1958 Passaporte: HM929145 País: CANADÁ; Processo: 47039017359201880 Requerente: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Wooram Song Data Nascimento: 17/08/1984 Passaporte: M57691260 País: COREIA; Processo: 47039017361201859 Requerente: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Dongil Kim Data Nascimento: 30/11/1986 Passaporte: M87884102 País: COREIA; Processo: 47039017552201811 Requerente: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: YUJI NAKAMICHI Data Nascimento: 14/10/1963 Passaporte: TS1831096 País: JAPÃO; Processo: 47039017558201898 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PASCAL ERIC FOULON Data Nascimento: 09/11/1966 Passaporte: 18FD81238 País: FRANÇA; Processo: 47039017565201890 Requerente: BRASKEM S.A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HELMUT ANGELE Data Nascimento: 20/06/1983 Passaporte: CGZ8TW7XP País: ALEMANHA; Processo: 47039017570201801 Requerente: BW PAPERSYSTEMS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: The Cuong Luu Data Nascimento: 19/02/1965 Passaporte: C1TYFY3W6 País: ALEMANHA; Processo: 47039017572201891 Requerente: WOOBO INFORMATICA E SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: Sangjin Lee Data Nascimento: 15/02/1989 Passaporte: M06611380 País: COREIA DO SUL; Processo: 47039017575201825 Requerente: WOOBO INFORMATICA E SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: Jonghyup Im Data Nascimento: 14/01/1993 Passaporte: M40062511 País: COREIA DO SUL; Processo: 47039017579201811 Requerente: GAMMA SULAMERICANA COMERCIO, IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Wei Wang Data Nascimento: 01/01/1988 Passaporte: G60962321 País: CHINA; Processo: 47039017577201814 Requerente: WOOBO INFORMATICA E SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: Jeongmin Bae Data Nascimento: 01/02/1988 Passaporte: M20454447, País: COREIA DO SUL; Processo: 47039017580201838 Requerente: WOOBO INFORMATICA E SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: Hoyoung Kim Data Nascimento: 28/10/1983 Passaporte: M61824301 País: COREIA DO SUL; Processo: 47039017583201871 Requerente: GAMMA SULAMERICANA COMERCIO, IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Shuiqiang Zhao Data Nascimento: 16/10/1977 Passaporte: E56846723 País: CHINA; Processo: 47039017587201850 Requerente: SIPA - SUL AMERICA LTDA Prazo: 30 Dia(s) Imigrante: DAN-CIPRIAN CRISTOLTEAN Data Nascimento: 21/02/1992 Passaporte: 053281149 País: ROMÊNIA Imigrante: ENRICO VIANELLO Data Nascimento: 16/06/1980 Passaporte: YB0927342 País: ITÁLIA; Processo: 47039017623201885 Requerente: AET BRASIL SERVICOS STS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Noel Paulus Donald Sprockel Data Nascimento: 24/12/1949 Passaporte: NUL0HJ1D8 País: HOLANDA; Processo: 47039017655201881 Requerente: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: VINOD SUSHANTH DSOUZA KAYYAR Data Nascimento: 13/02/1992 Passaporte: L8261519 País: ÍNDIA; Processo: 47039017657201870 Requerente: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RISHIKESH KUMAR SUMAN Data Nascimento: 22/04/1995 Passaporte: P3723235 País: ÍNDIA; Processo: 47039017662201882 Requerente: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PRADNYA SUNIL SHINGADE Data Nascimento: 22/12/1992 Passaporte: L8272320 País: ÍNDIA; Processo: 47039017665201816 Requerente: GEBO CERMEX DO BRASIL ENGENHARIA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ROBERTO BAGATTI Data Nascimento: 11/04/1964 Passaporte: YB1976551 País: ITÁLIA; Processo: 47039017683201806 Requerente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JESUS LUNA GONZALEZ Data Nascimento: 02/07/1981 Passaporte: G25651907 País: MÉXICO; Processo: 47039017707201819 Requerente: SIMPRO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: EMANUEL MARTINO Data Nascimento: 13/05/1977 Passaporte: YA7347108 País: ITÁLIA; Processo: 47039017708201863 Requerente: SIMPRO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LUIGI CARPIGNANO Data Nascimento: 22/12/1959 Passaporte: YA3621013 País: ITÁLIA; Processo: 47039017716201818 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ALBERTO TABONE Data Nascimento: 25/11/1969 Passaporte: YA2719795 País: ITÁLIA; Processo: 47039017718201807 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARCELLO LIPARI Data Nascimento: 09/04/1982 Passaporte: YA4008636 País: ITÁLIA; Processo: 47039017721201812 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MAURIZIO RAMETTA Data Nascimento: 01/09/1990 Passaporte: YB1994720 País: ITÁLIA; Processo: 47039017723201810 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANDREA CLERICI Data Nascimento: 28/09/1982 Passaporte: YA4590665 País: ITÁLIA; Processo: 47039017727201890 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DANIEL IVAN HERNANDEZ PULIDO Data Nascimento: 12/11/1988 Passaporte: G25424418 País: MÉXICO; Processo: 47039017741201893 Requerente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANDREAS SPICKERS Data Nascimento: 03/06/1986 Passaporte: C735YW8N7 País: ALEMANHA; Processo: 47039017744201827 Requerente: IBQ - INDUSTRIAS QUIMICAS S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Necmetin Zohre Data Nascimento: 26/07/1971 Passaporte: EN874883 País: BÉLGICA; Processo: 47039017745201871 Requerente: IBQ - INDUSTRIAS QUIMICAS S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Steven Quentin J. Gautier Data Nascimento: 29/05/1991 Passaporte: EM735333 País: BÉLGICA; Processo: 47039017746201816 Requerente: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HONG YANGZHONG Data Nascimento: 15/12/1982 Passaporte: E601847B País: SINGAPURA; Processo: 47039017747201861 Requerente: IBQ - INDUSTRIAS QUIMICAS S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Tomas Balnys Data Nascimento: 14/08/1977 Passaporte: 23232351 País: LITUÂNIA; Processo: 47039017764201806 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CODY CHRISTOPHER PETERSON Data Nascimento: 04/05/1990 Passaporte: 544794922 País: EUA; Processo: 47039017778201811 Requerente: OPTIMA DO BRASIL MAQUINAS DE EMBALAGEM LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Rene Collin Data Nascimento: 10/05/1981 Passaporte: C8M81VCVG País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º):

Processo: 47039016295201808 Requerente: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: até 30/01/2019 Imigrante: Bartosz Andrzej Kowalski Data Nascimento: 11/08/1989 Passaporte: EM2393056 País: POLÔNIA; Processo: 47039016300201874 Requerente: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: até 30/01/2019 Imigrante: Bartosz Jakub Wojdan Data Nascimento: 27/02/1993 Passaporte: EM5937077 País: POLÔNIA; Processo: 47039016305201805 Requerente: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: até 30/01/2019 Imigrante: Dominik Kowalczyk Data Nascimento: 13/03/1997 Passaporte: EN2588516 País: POLÔNIA; Processo: 47039016315201832 Requerente: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: até 30/01/2019 Imigrante: Mateusz Oska Data Nascimento: 27/03/1986 Passaporte: EH5545062 País: POLÔNIA; Processo: 47039016323201889 Requerente: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: até 30/01/2019 Imigrante: Norbert Mariusz Piasecki Data Nascimento: 27/02/1972 Passaporte: EE2078438 País: POLÔNIA; Processo: 47039016359201862 Requerente: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: até 30/01/2019 Imigrante: Robert Bronicki Data Nascimento: 11/04/1987 Passaporte: EM3609633 País: POLÔNIA; Processo: 47039017343201877 Requerente: FUNDACAO BUTANTAN Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: LUCIANO SPOLVERATO Data Nascimento: 28/05/1965 Passaporte: YA8616216 País: ITÁLIA; Processo: 47039017762201817 Requerente: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MICHAEL SCHIRMEISEN Data Nascimento: 05/06/1988 Passaporte: CGFNJJ89T País:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALEMANHA; Processo: 47039017813201801 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SYLVAIN BEAUDOUIN Data Nascimento: 23/06/1980 Passaporte: 18AD13964 País: FRANÇA; Processo: 47039018083201857 Requerente: SAPURA ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Patrick Anak Jandoh Data Nascimento: 14/10/1979 Passaporte: K38055562 País: MALÁSIA.

Residência Prévia - RN 07 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041006359201813 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Nicolas Turquet Data Nascimento: 22/04/1978 Passaporte: 18FF86843 País: FRANÇA; Processo: 47041006361201884 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Olivier Legay Data Nascimento: 15/05/1962 Passaporte: 12AA05706 País: FRANÇA; Processo: 47041006363201873 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Yann Jaouen Data Nascimento: 09/01/1969 Passaporte: 17FC12978 País: FRANÇA; Processo: 47041006365201862 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Clément Thierry Didier Godefroy Data Nascimento: 13/09/1987 Passaporte: 18FC92152 País: FRANÇA; Processo: 47041006366201815 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Frédéric Pavic Data Nascimento: 24/10/1965 Passaporte: 16FV07129 País: FRANÇA; Processo: 47041006368201804 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jean-Michel Mareei Derun~ Data Nascimento: 05/12/1971 Passaporte: 17EK60353 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039009735201862 Requerente: IT CONSOL BRASIL CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Carlos Gerardo Patlan Sanchez Data Nascimento: 01/11/1982 Passaporte: G01777267 País: MÉXICO; Processo: 47039011506201816 Requerente: NORSE MARINE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KRISTOFFER JENSSEN ALBERTSEN Data Nascimento: 09/10/1989 Passaporte: 30139197 País: NORUEGA; Processo: 47039011510201876 Requerente: NORSE MARINE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RUNE TOTLAND Data Nascimento: 17/02/1985 Passaporte: 30648413 País: NORUEGA; Processo: 47039014644201849 Requerente: RAYTHEON ANSCHUTZ DO BRASIL SISTEMAS MARITIMOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Scott Derrick Hilton Data Nascimento: 15/06/1981 Passaporte: AA318707 País: CANADÁ; Processo: 47039015067201811 Requerente: ITALSOFA NORDESTE S.A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANTONIO GALLO Data Nascimento: 17/09/1968 Passaporte: YA4389522 País: ITÁLIA; Processo: 47039015243201814 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ATSUSHI OKAWA Data Nascimento: 22/05/1980 Passaporte: TR9181813 País: JAPÃO; Processo: 47039015250201816 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YASUTAKA MIYACHI Data Nascimento: 25/12/1981 Passaporte: TS1079797 País: JAPÃO; Processo: 47039015284201801 Requerente: AK OPERACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ALF EDVARD HOLT KRISTENSEN Data Nascimento: 08/11/1977 Passaporte: 30968319 País: NORUEGA; Processo: 47039015427201876 Requerente: FRIGORIFICO ASTRA DO PARANA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ERNESTO DANIEL SISRO Data Nascimento: 08/02/1958 Passaporte: AAB942861 País: ARGENTINA; Processo: 47039015432201889 Requerente: FRIGORIFICO ASTRA DO PARANA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MOSHE MATOUF Data Nascimento: 14/06/1954 Passaporte: 20753315 País: ISRAEL; Processo: 47039015435201812 Requerente: FRIGORIFICO ASTRA DO PARANA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YAAKOV FRIDMAN Data Nascimento: 26/09/1969 Passaporte: 30324431 País: ISRAEL; Processo: 47039015437201810 Requerente: FRIGORIFICO ASTRA DO PARANA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YORAM DAVID HADAR Data Nascimento: 02/11/1963 Passaporte: 32816327 País: ISRAEL; Processo: 47039015440201825 Requerente: FRIGORIFICO ASTRA DO PARANA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ZADOK CHAVSHUSH Data Nascimento: 14/10/1968 Passaporte: 22569089 País: ISRAEL; Processo: 47039015467201818 Requerente: FIVES DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PIERRE LUC BERUBE Data Nascimento: 20/04/1978 Passaporte: GF891362 País: CANADÁ; Processo: 47039015456201838 Requerente: PECVAL INDUSTRIA LTDA Prazo: 365 Dia(s) Imigrante: YUKIMASA WAKABAYASHI Data Nascimento: 08/05/1973 Passaporte: TR3454293 País: JAPÃO; Processo: 47039015463201830 Requerente: VALLOUREC SOLUCOES TUBULARES DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Wako Kinoshita Data Nascimento: 05/08/1974 Passaporte: TR2403122 País: JAPÃO; Processo: 47039015496201880 Requerente: CAPGEMINI BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KUMAR PRIYANSHU SRIVASTAVA Data Nascimento: 09/09/1985 Passaporte: K1292484 País: ÍNDIA; Processo: 47039015518201810 Requerente: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: AMIT SONDHI Data Nascimento: 26/11/1976 Passaporte: Z3277921 País: ÍNDIA; Processo: 47039015549201862 Requerente: ZARPA CREW SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RYSZARD KAZIMIERZ SKWIERAWSKI Data Nascimento: 02/04/1971 Passaporte: EA1665675 País: POLÔNIA; Processo: 47039015637201864 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SRIGANESHARAGHAVENDRAROHITVAMSIMOHAN KOTA Data Nascimento: 31/08/1988 Passaporte: S4743034 País: ÍNDIA; Processo: 47039015639201853 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SHIKHA GHODESHWAR Data Nascimento: 01/05/1991 Passaporte: K4935957 País: ÍNDIA; Processo: 47039015655201846 Requerente: MOUNT ENGENHARIA, CONSULTORIA, COMERCIO E PARTICIPACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: WALTER MARTIN DE BRUIJN Data Nascimento: 26/09/1957 Passaporte: BKF461BK6 País: PAÍSES BAIXOS; Processo: 47039015654201800 Requerente: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DEEPAKKUMAR LAXMANBHAI PRAJAPATI Data Nascimento: 10/12/1986 Passaporte: Z4665789 País: ÍNDIA; Processo: 47039015747201826 Requerente: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SYLVAIN ALEXANDRE IMBERT Data Nascimento: 05/04/1978 Passaporte: 15CC51927 País: FRANÇA; Processo: 47039015857201898 Requerente: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HIDEAKI TAKADA Data Nascimento: 14/04/1968 Passaporte: TK5138861 País: JAPÃO; Processo: 47039015903201859 Requerente: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YOHEI AOKI Data Nascimento: 10/08/1980 Passaporte: TK3583721 País: JAPÃO; Processo: 47039015920201896 Requerente: BOEING BRASIL SERVICOS TECNICOS AERONAUTICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FRANCISCO ANTONIO NAVARRO FELIX Data Nascimento: 26/10/1970 Passaporte: AAG780184 País: ESPANHA; Processo: 47039015940201867 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HAIZHEN MU Data Nascimento: 09/02/1990 Passaporte: E74846769 País: CHINA; Processo: 47039015948201823 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JIGUO HOU Data Nascimento: 10/04/1975 Passaporte: ED4491316 País: CHINA; Processo: 47039015950201801 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHENDONG WANG Data Nascimento: 15/11/1966 Passaporte: EA4201818 País: CHINA; Processo: 47039015951201847 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ZHONGHUA ZHANG Data Nascimento: 20/03/1989 Passaporte: E08795248 País: CHINA; Processo: 47039015979201884 Requerente: BELOV ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LEBERT ANDRE HOWES III Data Nascimento: 25/12/1987 Passaporte: 522265172 País: EUA; Processo: 47039015981201853 Requerente: BELOV ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RYAN JOSEPH MC DONALD Data Nascimento: 03/01/1989 Passaporte: 542967005 País: EUA; Processo: 47039015983201842 Requerente: BELOV ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RICHARD JASON GRAHAM Data Nascimento: 20/04/1981 Passaporte: 483699567 País: EUA; Processo: 47039016003201829 Requerente: NETCRACKER TECHNOLOGY DO BRASIL - SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: AKSHAY RAMDAS KAWADE Data Nascimento: 02/01/1992 Passaporte: L5251026 País: ÍNDIA; Processo: 47039016007201815 Requerente: FENDERCARE SERVICOS MARINHOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Charles Francis Holden Data Nascimento: 19/06/1956 Passaporte: 538529859 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039016018201897 Requerente: NETCRACKER TECHNOLOGY DO BRASIL - SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SOUMIK BASU Data Nascimento: 11/05/1992 Passaporte: N4555627 País: ÍNDIA; Processo: 47039016019201831 Requerente: NETCRACKER TECHNOLOGY DO BRASIL - SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: EVGENIIA KOZMINA Data Nascimento: 02/08/1987 Passaporte: 714858813 País: RÚSSIA; Processo: 47039016029201877 Requerente: MAERSK H2S SAFETY SERVICES BRASIL SERVICOS DE SEGURANCA CONTRA GAS SULFIDRICO LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: Rodolfo Bersaluna Halop Data Nascimento: 11/09/1958 Passaporte: P6885522A País: FILIPINAS; Processo: 47039016288201806 Requerente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BORJA URZAIZ MARTIN Data Nascimento: 16/07/1983 Passaporte: AAJ971833 País: ESPANHA; Processo: 47039016610201899 Requerente: BUHLER INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: YVAN MANTOVANI Data Nascimento: 04/01/1959 Passaporte: 17EK036395 País: FRANÇA; Processo: 47039016308201831 Requerente: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KATSUMI KOBAYASHI Data Nascimento: 27/01/1965 Passaporte: TK1536507 País: JAPÃO; Processo: 47039016311201854 Requerente: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HIKARU OIKAWA Data Nascimento: 17/09/1973 Passaporte: TK4678832 País: JAPÃO; Processo: 47039016368201853 Requerente: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: AKIHITO OHASHI Data Nascimento: 19/05/1971 Passaporte: TR8572617 País: JAPÃO; Processo: 47039016372201811 Requerente: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HIROAKI KATSUTA Data Nascimento: 25/01/1972 Passaporte: TR8563361 País: JAPÃO; Processo: 47039016377201844 Requerente: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YUICHIRO KOBAYASHI Data Nascimento: 01/12/1972 Passaporte: TR8071420 País: JAPÃO; Processo: 47039016381201811 Requerente: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TAKESHI TERADA Data Nascimento: 25/07/1990 Passaporte: TK9959114 País: JAPÃO; Processo: 47039016400201809 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NIKUNJ MATHUR Data Nascimento: 03/06/1993 Passaporte: N1317680 País: ÍNDIA; Processo: 47039016404201889 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SHIVASHIS GANGULY Data Nascimento: 07/07/1989 Passaporte: K4916479 País: ÍNDIA; Processo: 47039016441201897 Requerente: FENDERCARE SERVICOS MARINHOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Neil Arthur Wilson Data Nascimento: 29/08/1969 Passaporte: 551555580 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039016442201831 Requerente: FENDERCARE SERVICOS MARINHOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: David José Ferreira Nobre Data Nascimento: 17/02/1988 Passaporte: N323746 País: PORTUGAL; Processo: 47039016455201819 Requerente: NETCRACKER TECHNOLOGY DO BRASIL - SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KAVYA DONTHISARAM Data Nascimento: 18/05/1995 Passaporte: M0563736 País: ÍNDIA; Processo: 47039016459201899 Requerente: NETCRACKER TECHNOLOGY DO BRASIL - SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SRUJAN REDDY TEKULA Data Nascimento: 23/01/1995 Passaporte: L1283660 País: ÍNDIA.

Residência Prévia - RN 05 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041006110201808 Requerente: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SAI KUMAR REDDYGALLA Data Nascimento: 25/03/1996 Passaporte: P9287074 País: ÍNDIA Imigrante: SAI MOHAN MOGILI Data Nascimento: 31/03/1997 Passaporte: P8318778 País: ÍNDIA Imigrante: SALVATORE CORBISIERO Data Nascimento: 24/04/1973 Passaporte: YA7914411 País: ITÁLIA Imigrante: SALVATORE GAROZZO Data Nascimento: 12/02/1982 Passaporte: YA3484389 País: ITÁLIA Imigrante: SAMEER SHABI SHIRODKER Data Nascimento: 15/09/1984 Passaporte: L4844045 País: ÍNDIA Imigrante: SANDEEP ARAVINDAKSHAN Data Nascimento: 12/01/1989 Passaporte: K0091377 País: ÍNDIA Imigrante: SANDRA GONZALEZ GONZALEZ Data Nascimento: 12/01/1986 Passaporte: PAF924657 País: ESPANHA Imigrante: SARA GAVACCIUTO Data Nascimento: 14/12/1996 Passaporte: YB0444904 País: ITÁLIA Imigrante: SARA OTTONELLO Data Nascimento: 20/04/1996 Passaporte: YA9766420 País: ITÁLIA Imigrante: SATHISH KUMAR SENTHIL KUMAR Data Nascimento: 11/09/1988 Passaporte: J0155609 País: ÍNDIA Imigrante: SATYAM JOKIM MALYA Data Nascimento: 17/12/1989 Passaporte: J9118065 País: ÍNDIA Imigrante: SAYANTAN SAHA Data Nascimento: 11/05/1991 Passaporte: L2045038 País: ÍNDIA Imigrante: SEBASTIAN LIVIO SAVIO INFANT D MELLO Data Nascimento: 19/08/1980 Passaporte: R5098595 País: ÍNDIA Imigrante: SHAYAMJI SUDAMAPRASAD SONI Data Nascimento: 20/10/1990 Passaporte: K9266156 País: ÍNDIA Imigrante: SIAN GRIFFITHS Data Nascimento: 30/10/1990 Passaporte: YB1810072 País: ITÁLIA Imigrante: SIMONE LUCHETTI Data Nascimento: 07/02/1987 Passaporte: YA3524274 País: ITÁLIA Imigrante: SINESH ETTUTHENGIL CHINNAPPAN Data Nascimento: 05/04/1982 Passaporte: H9996716 País: ÍNDIA Imigrante: SOLOMON RAJU IEMMARAJU Data Nascimento: 08/08/1995 Passaporte: N6003637 País: ÍNDIA Imigrante: STEFANO PANEPINTO Data Nascimento: 02/05/1988 Passaporte: YA4927673 País: ITÁLIA Imigrante: STEVIN GONSALVES Data Nascimento: 07/02/1990 Passaporte: L3210229 País: ÍNDIA; Processo: 47041006112201899 Requerente: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DUMITRU DIACONU Data Nascimento: 19/10/1976 Passaporte: 054077624 País: ROMÊNIA Imigrante: EMANUELE FARACE Data Nascimento: 25/04/1987 Passaporte: YA8673004 País: ITÁLIA Imigrante: SUSANA ALEXANDRA MENESES CAVACO Data Nascimento: 14/12/1986 Passaporte: N617367 País: PORTUGAL Imigrante: SUSANNE KREJCI Data Nascimento: 26/03/1980 Passaporte: P7509006 País: ÁUSTRIA Imigrante: SUSHIL KUMAR JAISWAL Data Nascimento: 15/11/1987 Passaporte: K3512524 País: ÍNDIA Imigrante: TABOR ALBERTO OBANDO GONZALEZ Data Nascimento: 20/02/1979 Passaporte: C01426985 País: NICARÁGUA Imigrante: THIRUPATHI THIPPARAPU Data Nascimento: 14/05/1988 Passaporte: Z4389281 País: ÍNDIA Imigrante: THOMAS FEDERICO CONTI Data Nascimento: 18/04/1992 Passaporte: YA3222365 País: ITÁLIA Imigrante: THOMAS FRAU Data Nascimento: 16/01/1979 Passaporte: YB2489548 País: ITÁLIA Imigrante: VAILEN PETER D COSTA Data Nascimento: 02/10/1989 Passaporte: J6282790 País: ÍNDIA Imigrante: VALERIA FERRERO Data Nascimento: 15/04/1973 Passaporte: YA9194756 País: ITÁLIA Imigrante: VALERIO COLOMBAN Data Nascimento: 19/05/1985 Passaporte: YA5926828 País: ITÁLIA Imigrante: VERONIKA HUEMER Data Nascimento: 17/01/1969 Passaporte: U1106809 País: ÁUSTRIA Imigrante: VIKAS CHAUHAN Data Nascimento: 10/07/1988 Passaporte: K8043015 País: ÍNDIA Imigrante: VISHNU PADARATH Data Nascimento: 17/10/1994 Passaporte: L7331151 País: ÍNDIA Imigrante: VITO LABALESTRA Data Nascimento: 10/11/1977 Passaporte: YA3664468 País: ITÁLIA Imigrante: WILBERT LEONARDO ROJAS DOUGLAS Data Nascimento: 03/01/1975 Passaporte: E647797 País: COSTA RICA Imigrante: YADAGIRI NAKKA Data Nascimento: 31/12/1979 Passaporte: K6899427 País: ÍNDIA Imigrante: YASH PAUL SHARMA Data Nascimento: 15/07/1993 Passaporte: N4453165 País: ÍNDIA Imigrante: YGNACIO DEOGRACIA MEDINA Data Nascimento: 31/07/1979 Passaporte: RD4590882 País: REPÚBLICA DOMINICANA Imigrante: ZYLA MARISKA TIJDINK Data Nascimento: 28/09/1993 Passaporte: NNDHL4LB9 País: HOLAND.

Residência Prévia - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 47041005299201811 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Carmelo Giano Data Nascimento: 09/04/1969 Passaporte: YA2263356 País: ITÁLIA; Processo: 47041005303201833 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Gioacchino Lo Scalzo Data Nascimento: 25/10/1958 Passaporte: YA5509489 País: ITÁLIA; Processo: 47041005321201815 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 20/08/2020 Imigrante: Alexios Fotiadis Data Nascimento: 11/06/1986 Passaporte: AN3281327 País: GRÉCIA Imigrante: Antonio Jr Moratalla Donacao Data Nascimento: 26/06/1976 Passaporte: EB9524130 País: FILIPINAS Imigrante: Archie Suarez Conejos Data Nascimento: 03/07/1987 Passaporte: EC2952899 País: FILIPINAS Imigrante: Efstratios Psaradellis Data Nascimento: 09/03/1957 Passaporte: AN0359522 País: GRÉCIA Imigrante: Georgios Mines Data Nascimento: 05/10/1972 Passaporte: AP1317642 País: GRÉCIA Imigrante: Japhet Herbert Balane Oclida Data Nascimento: 07/07/1982 Passaporte: EC1342073 País: FILIPINAS Imigrante: Joesyl Kim Anduyan Tahil Data Nascimento: 17/10/1982 Passaporte: P2683869A País: FILIPINAS Imigrante: Melvin Piodina Luares Data Nascimento: 26/09/1973 Passaporte: EC1847386 País: FILIPINAS; Processo: 47041005331201851 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Aleksandrs Gavriss Data Nascimento: 01/01/1976 Passaporte: LV5550064 País: LETÔNIA Imigrante: Bartosz Ostapowicz Data Nascimento: 06/05/1989 Passaporte: EE2011521 País: POLÔNIA Imigrante: Dmitrijs Goliks Data Nascimento: 26/02/1983 Passaporte: LV5067356 País: LETÔNIA Imigrante: Dmitry Poroshin Data Nascimento: 08/06/1984 Passaporte: 711909109 País: RÚSSIA Imigrante: Jaroslaw Marian Cieslak Data Nascimento: 10/04/1978 Passaporte: ED5188353 País: POLÔNIA Imigrante: Pawel Dariusz Cendrowski Data Nascimento: 04/04/1983 Passaporte: EK2817958 País: POLÔNIA Imigrante: Ruslan Danchenkov Data Nascimento: 17/01/1968 Passaporte: 655342892 País: RÚSSIA Imigrante: Valentyn Petrov Data Nascimento: 15/03/1961 Passaporte: FF915860 País: UCRÂNIA Imigrante: Viktor Elsner Data Nascimento: 03/10/1989 Passaporte: 715801916 País: RÚSSIA Imigrante: Vladimir Neplyuev Data Nascimento: 18/08/1979 Passaporte: 722658217 País: RÚSSIA; Processo: 47041005336201883 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Charliemen Nabuya Aguaje Data Nascimento: 22/10/1991 Passaporte: EC8232165 País: FILIPINAS Imigrante: Edsel Zamayla Belino Data Nascimento: 21/09/1978 Passaporte: P1259182A País: FILIPINAS Imigrante: Jefrhy Beltran Sarangaya Data Nascimento: 01/10/1982 Passaporte: P3777255A País: FILIPINAS Imigrante: Joel Tamano Tomazar Data Nascimento: 25/11/1987 Passaporte: EC5794269 País: FILIPINAS Imigrante: Jonathan Sumalinog Tocoyo Data Nascimento: 12/02/1980 Passaporte: EC2815171 País: FILIPINAS Imigrante: Keneeth Claro Cabriel Data Nascimento: 19/09/1988 Passaporte: P7333995A País: FILIPINAS Imigrante: Michael Jackson Palay Ladica Data Nascimento: 08/02/1985 Passaporte: EC7695129 País: FILIPINAS Imigrante: Richard Mercader Navarroza Data Nascimento: 12/09/1971 Passaporte: P4587361A País: FILIPINAS Imigrante: Russel Palac Galido Data Nascimento: 03/07/1975 Passaporte: P0049378A País: FILIPINAS Imigrante: Stephen Felipe Salem Data Nascimento: 26/11/1977 Passaporte: P4672244A País: FILIPINAS; Processo: 47041005485201842 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Arriel Roderos Javier Data Nascimento: 18/09/1968 Passaporte: P8002292A País: FILIPINAS Imigrante: Glenn Patulilic Moreno Data Nascimento: 05/06/1985 Passaporte: P0766127A País: FILIPINAS Imigrante: John Erick Ceballos Sofia Data Nascimento: 01/06/1989 Passaporte: P1854275A País: FILIPINAS Imigrante: Lew Mark Ruaya Batistil Data Nascimento: 08/04/1980 Passaporte: P3783153A País: FILIPINAS; Processo: 47041005548201861 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Andrey Dorogikh Data Nascimento: 25/10/1975 Passaporte: 750070755 País: RÚSSIA Imigrante: Piotr Jan Wika Data Nascimento: 24/06/1993 Passaporte: EN0795408 País: POLÔNIA; Processo: 47041005550201830 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Denny Nuqui Baking Data Nascimento: 28/11/1981 Passaporte: P4104546A País: FILIPINAS Imigrante: Jerist Lucena Javier Data Nascimento: 10/01/1988 Passaporte: P6723732A País: FILIPINAS Imigrante: Reynaldo Jr Salvador Bantog Data Nascimento: 18/09/1990 Passaporte: P8521010A País: FILIPINAS; Processo: 47041005554201818 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Maciej Kamil Grondecki Data Nascimento: 18/01/1990 Passaporte: ED8206214 País: POLÔNIA Imigrante: Wojciech Ryszard Kluge Data Nascimento: 23/04/1978 Passaporte: EJ8898590 País: POLÔNIA Imigrante: Wojciech Waldemar Baczkowski Data Nascimento: 08/12/1993 Passaporte: EH1234700 País: POLÔNIA; Processo: 47041005645201853 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Nelson Punzalan Entona Data Nascimento: 25/02/1967 Passaporte: P5842483A País: FILIPINAS; Processo: 47041005654201844 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Andrey Vyborov Data Nascimento: 03/11/1974 Passaporte: 723176192 País: RÚSSIA Imigrante: Anton Leonchik Data Nascimento: 16/11/1989 Passaporte: 713439143 País: RÚSSIA Imigrante: Ihor Sadlyak Data Nascimento: 13/02/1972 Passaporte: FK824985 País: UCRÂNIA Imigrante: Ivan Pinchuk Data Nascimento: 23/11/1985 Passaporte: 713497262 País: RÚSSIA Imigrante: Kirill Isakov Data Nascimento: 30/08/1994 Passaporte: 732161036 País: RÚSSIA; Processo: 47041005670201837 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ASOKAN GOPALAN Data Nascimento: 25/05/1976 Passaporte: Z3395106 País: ÍNDIA; Processo: 47041005671201881 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: IRINEL-GABRIEL SPATARU Data Nascimento: 03/12/1974 Passaporte: 054710865 País: ROMÊNIA; Processo: 47041005679201848 Requerente: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 03/07/2020 Imigrante: Hoan John Le Data Nascimento: 14/01/1976 Passaporte: 531257343 País: EUA; Processo: 47041005683201814 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 18/01/2020 Imigrante: Peter Vrolijk Data Nascimento: 20/05/1987 Passaporte: NRD15FCD5 País: HOLANDA; Processo: 47041005699201819 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Dennis Gonzales Quiban Data Nascimento: 03/11/1968 Passaporte: P4510288A País: FILIPINAS Imigrante: Tomas Jr. Jose Narag Data Nascimento: 30/05/1976 Passaporte: P7803832A País: FILIPINAS; Processo: 47041005705201838 Requerente: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: John Carroll Toms Data Nascimento: 31/08/1962 Passaporte: 565744045 País: EUA; Processo: 47041005707201827 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 20/08/2020 Imigrante: Evanthia Antoniou Data Nascimento: 12/10/1992 Passaporte: K00016946 País: CHIPRE Imigrante: Nikolaos Sitaras Data Nascimento: 01/04/1979 Passaporte: AM0591444 País: GRÉCIA; Processo: 47041005708201871 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2020 Imigrante: Krishnakumar Vetrialagan Data Nascimento: 06/05/1985 Passaporte: Z3929861 País: ÍNDIA Imigrante: Mohideen Pitchai Mahaboobkhan Abdul Majeed Data Nascimento: 08/08/1984 Passaporte: L9928847 País: ÍNDIA; Processo: 47041005709201816 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 12/02/2019 Imigrante: DAMIAN RYSZARD STRUSINSKI Data Nascimento: 26/01/1970 Passaporte: ED5425120 País: POLÔNIA; Processo: 47041005710201841 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Artem Khoroshun Data Nascimento: 04/06/1982 Passaporte: FJ487154 País: UCRÂNIA Imigrante: Kostiantyn Stepanov Data Nascimento: 12/03/1971 Passaporte: FE608506 País: UCRÂNIA Imigrante: Nodar Beridze Data Nascimento: 11/03/1963 Passaporte: 16AA55107 País: GEÓRGIA Imigrante: Petro Pelevyn Data Nascimento: 01/08/1980 Passaporte: FF761648 País: UCRÂNIA Imigrante: Serhii Rudakov Data Nascimento: 21/05/1979 Passaporte: FL008189 País: UCRÂNIA; Processo: 47041005713201884 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 27/05/2019 Imigrante: Drikas Denser Data Nascimento: 27/05/1995 Passaporte: L2327126 País: ÍNDIA Imigrante: Jitesh Premji Patelia Data Nascimento: 13/03/1980 Passaporte: J4536473 País: ÍNDIA Imigrante: Raja Roy Data Nascimento: 10/12/1987 Passaporte: L9067816 País: ÍNDIA Imigrante: Ramkrushn Govindbhai Tandel Data Nascimento: 26/12/1986 Passaporte: N1388502 País: ÍNDIA Imigrante: Vasudev Moothedam Data Nascimento: 15/01/1999 Passaporte: P9870009 País: ÍNDIA; Processo: 47041005715201873 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Imigrante: Fidel Taton Samillano Data Nascimento: 13/02/1981 Passaporte: EC5313921 País: FILIPINAS; Processo: 47041005719201851 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Arve Lindeland Data Nascimento: 29/08/1969 Passaporte: 32834854 País: NORUEGA; Processo: 47041005722201875 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Imigrante: Lionel Logatoc Jawili Data Nascimento: 28/04/1977 Passaporte: P4931588A País: FILIPINAS; Processo: 47041005724201864 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Richard Franco Faulve Data Nascimento: 09/05/1974 Passaporte: EC8333591 País: FILIPINAS Imigrante: Romeo Gumapac Jimenez Data Nascimento: 27/08/1973 Passaporte: P8788363A País: FILIPINAS; Processo: 47041005726201853 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/08/2020 Imigrante: Ion Todasca Data Nascimento: 23/09/1962 Passaporte: 15433029 País: ROMÊNIA; Processo: 47041005732201819 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 15/09/2019 Imigrante: BONG ANDRO ROSACENA YAP Data Nascimento: 27/04/1994 Passaporte: EC6409113 País: FILIPINAS Imigrante: HAROLD VALDE SALES Data Nascimento: 15/06/1980 Passaporte: P5959180A País: FILIPINAS Imigrante: JOSE DANNY MURRO ARDIANO Data Nascimento: 31/12/1973 Passaporte: EC1531399 País: FILIPINAS Imigrante: LOYD GARIANDO ALVERO Data Nascimento: 27/04/1987 Passaporte: EC5992339 País: FILIPINAS Imigrante: PANCHITO PAR PASTORFIDE Data Nascimento: 18/05/1971 Passaporte: P8851825A País: FILIPINAS; Processo: 47041005729201897 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/08/2020 Imigrante: Cristian Boruz Data Nascimento: 13/10/1972 Passaporte: 054149152 País: ROMÊNIA; Processo: 47041005730201811 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/07/2020 Imigrante: Spyridon Kelesidis Data Nascimento: 08/06/1995 Passaporte: AM0094257 País: GRÉCIA; Processo: 47041005735201844 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PAWEL RYSZARD TWARDOWSKI Data Nascimento: 03/04/1969 Passaporte: EE4233990 País: POLÔNIA; Processo: 47041005738201888 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 27/05/2019 Imigrante: Gajanan Sambha Shinde Data Nascimento: 28/02/1992 Passaporte: L6049420 País: ÍNDIA Imigrante: Prashantkumar Manojbhai Tandel Data Nascimento: 28/06/1985 Passaporte: L9455477 País: ÍNDIA Imigrante: Rahul Rajendra Mohite Data Nascimento: 19/05/1991 Passaporte: L5265770 País: ÍNDIA Imigrante: Santosh Kumar Singh Data Nascimento: 02/03/1993 Passaporte: J7595529 País: ÍNDIA Imigrante: Vinod Kumar Bugata Data Nascimento: 10/08/1991 Passaporte: L2935478 País: ÍNDIA; Processo: 47041005736201899 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 27/07/2020 Imigrante: Joseph Denish Leon Data Nascimento: 08/06/1979 Passaporte: J1734016 País: ÍNDIA Imigrante: Thejeshwara Aravinda Kumar Vullayam Data Nascimento: 27/07/1994 Passaporte: M0564375 País: ÍNDIA; Processo: 47041005739201822 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: STEFAN-AURELIAN NEACSU Data Nascimento: 11/04/1974 Passaporte: 055225526 País: ROMÊNIA; Processo: 47041005742201846 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 17/07/2020 Imigrante: ANWAR Data Nascimento: 20/12/1985 Passaporte: B9088147 País: INDONÉSIA Imigrante: ROBERT HENRY SNADDON Data Nascimento: 20/01/1972 Passaporte: 510988644 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041005741201800 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GABRIEL BOGDAN Data Nascimento: 22/08/1982 Passaporte: 055887859 País: ROMÊNIA; Processo: 47041005745201880 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 31/01/2019 Imigrante: MARCIN TADEUSZ KOLODZIEJSKI Data Nascimento: 30/12/1970 Passaporte: EH4570351 País: POLÔNIA; Processo: 47041005752201881 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/07/2020 Imigrante: Konstantinos Koutsouradis Data Nascimento: 21/08/1996 Passaporte: AK5007124 País: GRÉCIA; Processo: 47041005760201828 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 12/02/2019 Imigrante: Jonathan Geoffrey Ansell Data Nascimento: 15/05/1985 Passaporte: 534553512 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041005762201817 Requerente: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: até 15/01/2019 Imigrante: Aleksandrs Grigorjevs Data Nascimento: 15/01/1971 Passaporte: LV4681481 País: LETÔNIA; Processo: 47041005797201856 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 31/01/2019 Imigrante: CLEATON TREVOR DUGUID Data Nascimento: 16/03/1961 Passaporte: 510792895 País: GRÃ BRETANHA.

Residência Prévia - RN 11/2017 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039016992201851 Requerente: WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: DANIEL MORA Data Nascimento: 03/11/1970 Passaporte: 17EC68569 País: FRANÇA; Processo: 47039017259201853 Requerente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Imigrante: JUNGWOOK CHOI Data Nascimento: 18/04/1976 Passaporte: M81913123 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039017317201849 Requerente: LABORATORIOS SERVIER DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: CHRISTOPHE GEORGES PAUL SABATHIER Data Nascimento: 07/07/1967 Passaporte: 12DA00327 País: FRANÇA; Processo: 47039017316201802 Requerente: KINUGAWA FABRICACAO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: TAKESHI TAKAHATA Data Nascimento: 23/10/1966 Passaporte: TK6355498 País: JAPÃO; Processo: 47039017323201804 Requerente: BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A. Prazo: 3 Ano(s) Imigrante: FERNANDO VALDERRÁBANO VAZQUEZ Data Nascimento: 27/09/1967 Passaporte: XDA016263 País: ESPANHA; Processo: 47039017328201829 Requerente: CJ DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: SANGDOO CHOI Data Nascimento: 03/02/1985 Passaporte: M78277369 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039017391201865 Requerente: METAL ONE SHIBAURA BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: YUZO NAGANO Data Nascimento: 17/09/1976 Passaporte: TZ 0.831.393 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RN 19 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039013975201861 Requerente: DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PHILIPP KURZ Data Nascimento: 13/11/1990 Passaporte: CH1HHXW3Y País: ALEMANHA; Processo: 47039014448201874 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Yann Geraud Bouka Mombot Data Nascimento: 21/12/1981 Passaporte: A0358885 País: CONGO; Processo: 47039015728201808 Requerente: SANOFI-AVENTIS FARMACEUTICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MAKOTO UMINO Data Nascimento: 01/09/1987 Passaporte: TK6455440 País: JAPÃO; Processo: 47039016118201813 Requerente: GIVAUDAN DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MATIAS PABLO CORREA Data Nascimento: 06/06/1989 Passaporte: AAB702729 País: ARGENTINA; Processo: 47039016375201855 Requerente: HANSA-FLEX DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: STEFFEN HANCK Data Nascimento: 02/08/1992 Passaporte: C29GYXP24 País: ALEMANHA; Processo: 47039016386201835 Requerente: SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL SEGUROS S.A. Prazo: 49 Dia(s) Imigrante: SWATI JETLI Data Nascimento: 22/11/1971 Passaporte: Z2135036 País: ÍNDIA; Processo: 47039016422201861 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JIAN SU Data Nascimento: 21/02/1976 Passaporte: G37715009 País: CHINA; Processo: 47039016453201811 Requerente: GV DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ACO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JESUS ARTURO IBARRA HERNANDEZ Data Nascimento: 16/12/1983 Passaporte: G26888159 País: MÉXICO; Processo: 47039016555201837 Requerente: NOVO NORDISK FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANDRES ROSAS SAUCEDO Data Nascimento: 11/11/1987 Passaporte: G28330478 País: MÉXICO; Processo:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

47039016633201801 Requerente: UNILEVER BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TABITHA WANGARI KIMANI Data Nascimento: 08/05/1992 Passaporte: B112840 País: QUÊNIA; Processo: 47039016748201898 Requerente: ORANGE BUSINESS SERVICES BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANTOINE CHRISTIAN LE CALVEZ Data Nascimento: 12/11/1994 Passaporte: 18EA27276 País: FRANÇA; Processo: 47039016765201825 Requerente: ALCOA ALUMINIO S/A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: STEPHEN JOSEPH DOBROSIELSKI Data Nascimento: 19/08/1982 Passaporte: 578758535 País: EUA.

Residência - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039012621201808 Requerente: PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANTOINE FABIEN GASTON BRETON Data Nascimento: 08/10/1975 Passaporte: 17FV12865 País: FRANÇA Mãe: CORINNE MARIE GENEVIEVE DE BROUARD Pai: JEAN PIERRE GASTON BRETON; Processo: 47039014216201816 Requerente: APMT SERVICOS RETROPORTUARIOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Ségolène Albane Marie Alice Drogy Data Nascimento: 30/07/1970 Passaporte: 14FV06981 País: FRANÇA Mãe: Chantal Marie Christine Berthou Pai: Alain René Bernard Drogy; Processo: 47039014295201865 Requerente: NUCTECH DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JIE FENG Data Nascimento: 17/05/1983 Passaporte: G47579183 País: CHINA Mãe: YING XUE Pai: GUOXIANG FENG; Processo: 47039014470201814 Requerente: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SHIYING GU Data Nascimento: 03/09/1975 Passaporte: EI6775931 País: CHINA Mãe: FENGLAN CHEN Pai: XIFU GU; Processo: 47039014502201881 Requerente: PANIBRASIL MASSAS CONGELADAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Carla Marisa Gaspar Mendes Data Nascimento: 16/10/1972 Passaporte: P061273 País: PORTUGAL Mãe: Maria do Carmo Gaspar da Costa Mendes Pai: Virgolino Pinto Mendes; Processo: 47039014612201843 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: VAROL MERT Data Nascimento: 01/01/1965 Passaporte: U01198859 País: TURQUIA Mãe: Feride Mert Pai: Mehmet Mert; Processo: 47039014638201891 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ZHENXING SHENG Data Nascimento: 26/09/1985 Passaporte: E45088737 País: CHINA Mãe: ZIMEI ZHANG Pai: CHUNHAI SHENG; Processo: 47039014758201899 Requerente: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TIANLEI ZHOU Data Nascimento: 11/08/1970 Passaporte: E06213586 País: CHINA Mãe: RUIXIANG WANG Pai: YUANLI ZHOU; Processo: 47039015266201811 Requerente: ATP TECNOLOGIA E PRODUTOS S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MANUEL DE OLIVEIRA CUARTERO Data Nascimento: 17/03/1989 Passaporte: AAG856191 País: ESPANHA Mãe: MARIA DEL PILAR CUARTERO EGIDO Pai: MANUEL DE OLIVEIRA GONZALEZ; Processo: 47039014819201818 Requerente: A ASSOCIACAO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Dama Dhummakupt Data Nascimento: 22/10/1991 Passaporte: AA4561805 País: TAILÂNDIA Mãe: Chutima Dhummakupt Pai: Adisai Dhummakupt; Processo: 47039014951201820 Requerente: ROSITA CUYA RETAMAR Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ROSITA CUYA RETAMAR Data Nascimento: 10/11/1966 Passaporte: EC3728358 País: FILIPINAS Mãe: Francisca de Leon Gapo Pai: Clodualdo Gonzalvo Cuya; Processo: 47039015110201830 Requerente: CIERI AGUIAR SERVICOS MEDICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Omar Alejandro Rosas Laya Data Nascimento: 11/06/1986 Passaporte: 133935365 País: VENEZUELA Mãe: Carmen Aminta Laya Bastidas de Rosas Pai: Omar José Rosas Gonzales; Processo: 47039015466201873 Requerente: DAS FABRICACAO DE AUTO PECAS BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JAEKYUNG LEE Data Nascimento: 18/09/1987 Passaporte: M33485946 País: CORÉIA DO SUL Mãe: YOUNGMI SONG Pai: JUNHUI LEE; Processo: 47039015646201855 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SHAUN HANCOCK Data Nascimento: 22/01/1962 Passaporte: PI1839790 País: IRLANDA Mãe: ARLENE MARGERY HANCOCK Pai: ERIC WILLIAM HANCOCK; Processo: 47039015790201891 Requerente: RINNAI BRASIL TECNOLOGIA DE AQUECIMENTO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KEITA KANEDA Data Nascimento: 17/06/1986 Passaporte: TZ1211064 País: JAPÃO Mãe: MICHIKO KANEDA Pai: SHOKICHI KANEDA; Processo: 47039015819201835 Requerente: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ERSIN ERKAN Data Nascimento: 10/09/1985 Passaporte: C8F3CR230 País: ALEMANHA Mãe: NESRIN ERKAN Pai: EROL ERKAN; Processo: 47039015856201843 Requerente: PRODUMAR - EXPORTADORA DE PRODUTOS DO MAR EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MANUEL ANTONIO CACHARRON ARESTIN Data Nascimento: 12/12/1965 Passaporte: PAA064943 País: ESPANHA Mãe: MARIA ARESTIN VILAS Pai: ANTONIO CACHARRON REY; Processo: 47039015885201813 Requerente: BYD DO BRASIL LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: YUANDE PAN Data Nascimento: 28/08/1985 Passaporte: E05511985 País: CHINA Mãe: LIU QINGYUN Pai: PAN ZELU; Processo: 47039015891201862 Requerente: MAPFRE RE DO BRASIL COMPANHIA DE RESSEGUROS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NOELIA AVILA MONTIEL Data Nascimento: 20/07/1987 Passaporte: PAB249857 País: ESPANHA Mãe: JOSEFA MONTIEL DOMÍNGUEZ Pai: ANTONIO ÁVILA GONZÁLEZ; Processo: 47039015900201815 Requerente: ICBC DO BRASIL BANCO MULTIPLO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CHAO LIU Data Nascimento: 11/10/1992 Passaporte: PE1031888 País: CHINA Mãe: JUNYING WU Pai: YIJIANG LIU; Processo: 47039016065201831 Requerente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TAKENAO WADA Data Nascimento: 06/06/1964 Passaporte: TK6597644 País: JAPÃO Mãe: KIMIKO WADA Pai: TOSHIMITSU WADA; Processo: 47039016151201843 Requerente: NSK BRASIL LTDA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: RYUTARO KURODA Data Nascimento: 14/07/1982 Passaporte: TK6654929 País: JAPÃO Mãe: ATSUKO KURODA Pai: TAKARA KURODA; Processo: 47039016200201848 Requerente: ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MAOLIANG LU Data Nascimento: 08/04/1983 Passaporte: EC4373528 País: CHINA Mãe: KANGXIA WANG Pai: SHUXIN LU; Processo: 47039016207201860 Requerente: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Masami Muta Data Nascimento: 18/01/1964 Passaporte: TR2179598 País: JAPÃO Mãe: Taeko Muta Pai: Hitomi Muta; Processo: 47039016219201894 Requerente: MACQUARIE BRASIL PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: THOMAS EDMUND PRICE Data Nascimento: 13/08/1988 Passaporte: PA9168208 País: AUSTRÁLIA Mãe: SHERRIAN HADLEY PRICE Pai: DAVID JAMES PRICE; Processo: 47039016307201896 Requerente: Y&R PROPAGANDA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Joseph Baide Data Nascimento: 06/04/1975 Passaporte: 545457982 País: EUA Mãe: Elba Baide Pai: Jose Angel Baide; Processo: 47039016310201818 Requerente: SISTEMA PRODUTOR SAO LOURENCO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: QITAO HU Data Nascimento: 17/08/1982 Passaporte: PE1084626 País: CHINA Mãe: XINGRONG LU Pai: SHAOJIN HU; Processo: 47039016438201873 Requerente: TOYO SETAL EMPREENDIMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Fumiko Mori Data Nascimento: 11/07/1987 Passaporte: TK0958985 País: JAPÃO Mãe: Michiyo Mori Pai: Tadahiro Mori; Processo: 47039016450201888 Requerente: VIX MIDIA DIGITAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SERGIO JAVIER CISNEROS MORALES Data Nascimento: 16/07/1981 Passaporte: E14941092 País: MÉXICO Mãe: ALICIA MORALES DE CISNEROS Pai: SERGIO JAVIER CISNEROS; Processo: 47039016461201868 Requerente: BIOSAR BRASIL - ENERGIA RENOVAVEL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOÃO MAGALHÃES GAIO VIEIRA DA COSTA Data Nascimento: 12/04/1981 Passaporte: C650359 País: PORTUGAL Mãe: ISABEL MARIA PEIXOTO GAIO VIEIRA DA COSTA Pai: JOSÉ MANUEL VIEIRA DA COSTA; Processo: 47039016478201815 Requerente: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DIOGO MANUEL PINTO PIMENTEL SALVADO Data Nascimento: 02/02/1986 Passaporte: N258458 País: PORTUGAL Mãe: MARIA DE FÁTIMA RAMOS PINTO SALVADO Pai: JOAQUIM MANUEL SIMÕES PIMENTEL SALVADO; Processo: 47039016482201883 Requerente: TIBERINA AUTOMOTIVE MG - COMPONENTES METALICOS PARA INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SARA VENTURINI Data Nascimento: 05/07/1988 Passaporte: YA1092732 País: ITÁLIA Mãe: LUANA FELICIONI Pai: MAURIZIO VENTURINI; Processo: 47039016481201839 Requerente: CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Julie Ines Monique Benoit Data Nascimento: 01/04/1989 Passaporte: 09PH99467 País: FRANÇA Mãe: FRANCOISE HENRIETTE JOB Pai: PHiLIPPE ROBERT ROGER BENOIT; Processo: 47039016562201839 Requerente: IL SOLE MODA ITALIANA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LIN JIAYONG Data Nascimento: 16/12/1966 Passaporte: E78954265 País: CHINA Mãe: Cai Xiuxiang Pai: Lin Jingqiu; Processo: 47039016575201816 Requerente: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TAKESHI HORIUCHI Data Nascimento: 11/03/1971 Passaporte: TR6777102 País: JAPÃO Mãe: YURIKO HORIUCHI Pai: KIICHI HORIUCHI; Processo: 47039016578201841 Requerente: BARTOLOMEI DESIGN LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SÉGOLÈNE DOMINIQUE VALÉRIE GIRAUDIER Data Nascimento: 06/04/1991 Passaporte: 11CX79857 País: FRANÇA Mãe: Dominique Rousseau Pai: Dominique Jean André Giraudier; Processo: 47039016581201865 Requerente: SISTEMA PRODUTOR SAO LOURENCO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HONGBO JIANG Data Nascimento: 18/06/1987 Passaporte: PE1478826 País: CHINA Mãe: LIU SHUYING Pai: BENKUI JIANG; Processo: 47039016592201845 Requerente: CONFEDERACAO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DANIEL HERNANDEZ IBARRA Data Nascimento: 02/12/1955 Passaporte: J777025 País: CUBA Mãe: Blanca Ibarra Ramirez Pai: Daniel Maria Hernandez Fonte; Processo: 47039016594201834 Requerente: KPMG CONSULTORIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Laura Gelabert Guillot Data Nascimento: 02/05/1991 Passaporte: PAG958951 País: ESPANHA Mãe: Anna Guillot Pai: Juan Andres Gelabert; Processo: 47039016591201809 Requerente: DELTA ELECTRONICS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ARUN JAIN Data Nascimento: 04/09/1976 Passaporte: L7230521 País: ÍNDIA Mãe: RAMESH KUMARI Pai: VINOD KUMAR JAIN; Processo: 47039016630201860 Requerente: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CHRISTOPHER THIERRY PIERRE SCRIVENER Data Nascimento: 22/06/1978 Passaporte: 16FV04634 País: FRANÇA Mãe: SEVERINE HENRIETTE B DE R D HAUTEVILLE Pai: NOEL BERNARD CHRISTIAN SCRIVENER; Processo: 47039016721201803 Requerente: HENKEL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Hendrik Angelkort Data Nascimento: 01/06/1980 Passaporte: C5HTK9J23 País: ALEMANHA Mãe: Ulrike Maria Angelkort Pai: Franz-Hermann Angelkort.

Residência - RN 03 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 3º):

Processo: 47039015387201862 Requerente: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: até 30/06/2019 Imigrante: SOMIN YUN Data Nascimento: 26/03/1970 Passaporte: M59647480 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039016227201831 Requerente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GILBERTO MASINI Data Nascimento: 07/06/1959 Passaporte: YA4039198 País: ITÁLIA; Processo: 47039016402201890 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FANMING MENG Data Nascimento: 30/04/1979 Passaporte: G43619902 País: CHINA Imigrante: JINGGUANG YAN Data Nascimento: 19/10/1989 Passaporte: E16587618 País: CHINA Imigrante: QIQIANG ZHENG Data Nascimento: 16/03/1988 Passaporte: E56375672 País: CHINA Imigrante: ZHENGUO JIAO Data Nascimento: 20/02/1989 Passaporte: E51412556 País: CHINA; Processo: 47039016401201845 Requerente: CM.PROJECT.ING SOUTH AMERICA CONSULTORIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PATRICK GÜNTHER Data Nascimento: 06/01/1978 Passaporte: C77R06WNN País: ALEMANHA; Processo: 47039016572201874 Requerente: PLACAS DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: OLLI MIKKO KOTILAINEN Data Nascimento: 11/04/1980 Passaporte: FP1925423 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039016629201835 Requerente: FLORAPLAC MDF LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YURII VASYLIEV Data Nascimento: 17/03/1984 Passaporte: FE441116 País: UCRÂNIA; Processo: 47039016646201872 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RUI ZHU Data Nascimento: 17/09/1992 Passaporte: E87699980 País: CHINA Imigrante: XINMING LI Data Nascimento: 06/02/1992 Passaporte: E45230791 País: CHINA

Residência - RN 07 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041006370201875 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Stéphane, Patrick, Philippe Rideau Data Nascimento: 05/08/1965 Passaporte: 14CY95743 País: FRANÇA; Processo: 47041006373201817 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Emmanuel, Gérard Papazian Data Nascimento: 02/09/1963 Passaporte: 14AR41179 País: FRANÇA

Residência - RN 04 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039015616201849 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SHUAI LIU Data Nascimento: 21/01/1993 Passaporte: E90874166 País: CHINA; Processo: 47039016001201830 Requerente: BIOSAR BRASIL - ENERGIA RENOVAVEL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PANAGIOTIS PARAKOILAS Data Nascimento: 28/03/1991 Passaporte: AN4499558 País: GRÉCIA; Processo: 47039016362201886 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RAJESH SINGH RAJPUT Data Nascimento: 22/07/1989 Passaporte: J3320520 País: ÍNDIA; Processo: 47039016626201800 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Samuel Karl Cornee Data Nascimento: 29/10/1985 Passaporte: 10CI64622 País: FRANÇA

Residência - RN 06 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041005005201843 Requerente: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Keagan Shann Tito Cardoz Data Nascimento: 20/06/1981 Passaporte: Z3054131 País: ÍNDIA; Processo: 47041005607201809 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/04/2019 Imigrante: Ronnie Padasay Nono Data Nascimento: 20/12/1992 Passaporte: P6257557A País: FILIPINAS; Processo: 47041005684201851 Requerente: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: até 05/10/2020 Imigrante: Jacek Czarnecki Data Nascimento: 23/06/1971 Passaporte: EJ8115376 País: POLÔNIA; Processo: 47041005901201811 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Iain William Howell Data Nascimento: 01/11/1961 Passaporte: 504529218 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041005947201821 Requerente: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Phillip Riley Dunnam Data Nascimento: 25/05/1978 Passaporte: 483717586 País: EUA

Residência - RN 11/2017 Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º):

Processo: 47039014255201813 Requerente: BOMCOBRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA PETROLEO E GAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JIANAN JIAO Data Nascimento: 04/12/1987 Passaporte: EC0512472 País: CHINA; Processo: 47039015268201818 Requerente: UNICHARM DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA., Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TOMOYASU IKEUCHI Data Nascimento: 14/05/1987 Passaporte: TK5011404 País: JAPÃO; Processo: 47039015269201854 Requerente: ZENSHO DO BRASIL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YUJI OHTA Data Nascimento: 24/08/1988 Passaporte: TS1073141 País: JAPÃO; Processo: 47039015768201841 Requerente: WINTERSHALL DO BRASIL SERVICOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: GERHARD MAXIMILIAN HAASE Data Nascimento: 15/09/1956 Passaporte: C4KMHR3P1 País: ALEMANHA; Processo: 47039015862201809 Requerente: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: RUI ARMANDO GONÇALVES TELES DE CASTRO COELHO Data Nascimento: 11/12/1973 Passaporte: C529103 País: PORTUGAL; Processo: 47039015947201889 Requerente: HITACHI SOUTH AMERICA LTDA Prazo: Indeterminado

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Imigrante: KAZUHIRO IKEBE Data Nascimento: 14/06/1957 Passaporte: TZ1201048 País: JAPÃO; Processo: 47039015942201856 Requerente: AJINOMOTO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: TAKATSUGU ASAKAWA Data Nascimento: 05/07/1970 Passaporte: TZ1149867 País: JAPÃO; Processo: 47039015959201811 Requerente: BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Marc Maurice Eric Hasson Data Nascimento: 03/01/1968 Passaporte: 18FV00260 País: FRANÇA; Processo: 47039016068201874 Requerente: NITRO - GAS SPRINGS COMERCIO DE CILINDROS DE NITROGENIO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JOSÉ MANUEL ROCHA PINA FORA Data Nascimento: 31/12/1964 Passaporte: P413734 País: PORTUGAL; Processo: 47039016087201809 Requerente: NARI BRASIL HOLDING LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: SHANXIANG WANG Data Nascimento: 05/08/1968 Passaporte: EA8363997 País: CHINA; Processo: 47039016120201892 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: LIM CHEE BOON Data Nascimento: 28/08/1984 Passaporte: K0409023R País: CINGAPURA; Processo: 47039016321201890 Requerente: MEDIMPEX DO BRASIL PRODUTOS FARMACEUTICOS E MEDICO-HOSPITALARES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: NORBERT ISTVAN MOLNAR Data Nascimento: 08/05/1978 Passaporte: BH5408209 País: HUNGRIA; Processo: 47039016397201815 Requerente: QUARTZO INCORPORACOES E PARTICIPACOES S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: Vladimir Alexandre Grangeia Vieira da Ponte Data Nascimento: 09/11/1975 Passaporte: C402606 País: PORTUGAL; Processo: 47039016475201881 Requerente: ZOETIS INDUSTRIA DE PRODUTOS VETERINARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JOSE FRANCISCO ORTIZ COLLADO Data Nascimento: 01/04/1963 Passaporte: E12981224 País: MÉXICO; Processo: 47039016525201821 Requerente: TAKARA BELMONT P AMERICA DO SUL IND E COM DE MOV LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: YUTAKA AWASHIMA Data Nascimento: 07/07/1971 Passaporte: TK5526913 País: JAPÃO; Processo: 47039016579201896 Requerente: GIDI DO BRASIL IMOBILIARIA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: GIORGIO DOMENICHINI Data Nascimento: 18/09/1933 Passaporte: AA4045115 País: ITÁLIA; Processo: 47039016650201831 Requerente: RAVEN DO BRASIL PARTICIPACOES E SERVICOS TECNICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Jeffrey Lynn Rohlena Data Nascimento: 25/12/1967 Passaporte: 548591929 País: EUA

Residência - RN 19 - Residência - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039015214201844 Requerente: BAYER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANDREAS MEHREN Data Nascimento: 12/05/1986 Passaporte: C75CF5HL9 País: ALEMANHA; Processo: 47039017229201847 Requerente: JTI PROCESSADORA DE TABACO DO BRASIL LTDA. Prazo: até 05/01/2020 Imigrante: MARTIN CHOINIÈRE Data Nascimento: 26/05/1968 Passaporte: HL060367 País: CANADÁ

Residência - RN 20 - Residência - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039006531201870 Requerente: CLARA PAJARES GIL Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CLARA PAJARES GIL Data Nascimento: 24/11/1982 Passaporte: PAD535807 País: ESPANHA; Processo: 47039012495201883 Requerente: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Satheeshkumar Veerahanumakkanapalya Honnappa Data Nascimento: 02/04/1981 Passaporte: H6198385 País: ÍNDIA; Processo: 47039012569201881 Requerente: SOLIU OLADEJO GANIYU Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Soliu Oladejo Ganiyu Data Nascimento: 23/09/1983 Passaporte: A05301261 País: NIGÉRIA; Processo: 47039012858201881 Requerente: DRAGAN LATINOVIC Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Dragan Latinovic Data Nascimento: 01/07/1982 Passaporte: 013071818 País: SÉRVIA; Processo: 47039012862201849 Requerente: JELENA MAKSIC Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jelena Maksic Data Nascimento: 20/04/1981 Passaporte: 013076358 País: SÉRVIA; Processo: 47039014088201819 Requerente: RUBENS VIANA RAMOS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Jonas Mikael Alexander Soderholm Data Nascimento: 16/02/1972 Passaporte: 89512084 País: SUÉCIA; Processo: 47039015775201843 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: DIEGO BERNAL RICO Data Nascimento: 20/10/1982 Passaporte: AAH856653 País: ESPANHA; Processo: 47039015910201851 Requerente: SESHADRI MERUVA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SESHADRI MERUVA Data Nascimento: 29/01/1981 Passaporte: L6525424 País: ÍNDIA; Processo: 47039016098201881 Requerente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: Nicola Sambonet Data Nascimento: 20/10/1983 Passaporte: 731083MK País: ITÁLIA; Processo: 47039016376201808 Requerente: GIOVANNI ZANOTTI Prazo: até 31/05/2020 Imigrante: GIOVANNI ZANOTTI Data Nascimento: 28/05/1986 Passaporte: YA4625939 País: ITÁLIA; Processo: 47039016378201899 Requerente: IVON ORAMAS POLO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Ivón Oramas Polo Data Nascimento: 24/03/1967 Passaporte: J097949 País: CUBA; Processo: 47039018007201841 Requerente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: Sudha Ahuja Data Nascimento: 04/02/1984 Passaporte: M2069574 País: ÍNDIA

Residência - RN 13 - Residência - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039008482201818 Requerente: Damien Tom Blanchard Prazo: Indeterminado Imigrante: Damien Tom Blanchard Data Nascimento: 26/10/1982 Passaporte: 15AF65870 País: FRANÇA; Processo: 47039008097201862 Requerente: ACE - ABRUZZO CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ANTONELLO BOTTONE Data Nascimento: 21/12/1959 Passaporte: YA9029106 País: ITÁLIA; Processo: 47039008912201893 Requerente: AGRICOLA BAUKE POSTMA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: BAUKE PETRUS FRANCISCUS POSTMA Data Nascimento: 14/07/1960 Passaporte: NYF897L63 País: HOLANDA; Processo: 47039011940201898 Requerente: DIGNITUS BRASIL PATRIMONIO E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: TAMMO NIKOLAS SCHLOTTKE Data Nascimento: 18/10/1980 Passaporte: C4VWWLXW9 País: ALEMANHA Imigrante: TAMMO NIKOLAS SCHLOTTKE Data Nascimento: 18/10/1980 Passaporte: C4VWWLXW9 País: ALEMANHA; Processo: 47039012931201814 Requerente: VILLA METISSE HOTELARIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: sebastien nicolas francois vigier Data Nascimento: 16/04/1972 Passaporte: 16CH49615 País: FRANÇA; Processo: 47039013405201871 Requerente: YANGZI BRASIL CORPORATION S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: FEI XU Data Nascimento: 19/10/1988 Passaporte: E13061842 País: CHINA; Processo: 47039014866201861 Requerente: JARDIM DAS MARGARIDAS EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: PIERRE ALAIN CELNIK Data Nascimento: 21/06/1958 Passaporte: 14VY19040 País: FRANÇA; Processo: 47039016419201847 Requerente: SOLATIO ENERGIA GESTAO DE PROJETOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JAIME SUREDA BONNIN Data Nascimento: 02/10/1971 Passaporte: PAC883349 País: ESPANHA

Residência - RN 14 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47041005259201861 Instituição: ABADIA SAO GERALDO Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Juan Francisco Bastida Murillo Data Nascimento: 28/08/1961 Passaporte: G25102390 País: MÉXICO; Processo: 47041005341201896 Instituição: MEMBROS DA IGREJA DE DEUS INTERNACIONAL Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Roland Fabilane Mendoza Data Nascimento: 31/12/1983 Passaporte: P3071562A País: FILIPINAS; Processo: 47041005424201885 Instituição: SOCIEDADE MISSIONARIA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Raimundo Ambrósio da Fonseca Inteta Data Nascimento: 26/08/1971 Passaporte: 15AJ36801 País: MOÇAMBIQUE; Processo: 47041005568201831 Instituição: INST DAS FRANCISCANAS MISSIONARIAS DE MARIA NO BRASIL Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ABHA LAKRA CARLUS LAKRA Data Nascimento: 03/07/1981 Passaporte: M6933525 País: ÍNDIA; Processo: 47041005586201813 Instituição: ORDEM CARMELITANA DESCALCA NO BRASIL Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOHANNES JOSEPHUS HUBERTUS HENRICUS BONTEN Data Nascimento: 16/03/1940 Passaporte: NX7FB2997 País: HOLANDA; Processo: 47041005675201860 Instituição: COMUNIDADE MISSIONARIA DE VILLAREGIA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARIA ROSA TESTA Data Nascimento: 22/05/1937 Passaporte: YA9929133 País: ITÁLIA; Processo: 47041005682201861 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA ARAUTOS DO EVANGELHO Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MANUEL AMILCAR RAMOS VEIGA Data Nascimento: 10/05/1966 Passaporte: P494887 País: PORTUGAL; Processo: 47041005718201815 Instituição: SVERDI PROPAGACAO E CULTURA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KOFFI MITRONOUGNAN TENGUE Data Nascimento: 10/12/1982 Passaporte: EB238256 País: TOGO; Processo: 47041005720201886 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TYSON REX BARRINGTON Data Nascimento: 16/09/1998 Passaporte: 533657374 País: EUA; Processo: 47041005763201861 Instituição: ELBA TAMARA DAVILA URBINA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ELBA TAMARA DAVILA URBINA Data Nascimento: 30/08/1991 Passaporte: C01116664 País: NICARÁGUA; Processo: 47041005723201810 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JANDIRA DA ROSA FONSECA DUARTE MIRANDA Data Nascimento: 20/02/1995 Passaporte: J495572 País: CABO VERDE; Processo: 47041005728201842 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Owen Spencer Lunt Data Nascimento: 18/10/1998 Passaporte: 560489489 País: EUA; Processo: 47041005731201866 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Isaac Ellis Burton Data Nascimento: 09/06/1999 Passaporte: 526734695 País: EUA; Processo: 47041005733201855 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Mitchell Clark Cutler Data Nascimento: 02/10/1998 Passaporte: 570343812 País: EUA; Processo: 47041005737201833 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Daycen Jay Fowles Data Nascimento: 24/10/1998 Passaporte: 573500815 País: EUA; Processo: 47041005740201857 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Cody Chase Morgan Data Nascimento: 05/12/1998 Passaporte: 560500985 País: EUA; Processo: 47041005743201891 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Micah Elias Hydrick Data Nascimento: 20/02/1997 Passaporte: 533270345 País: EUA.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante JOHN GABRIEL THUESTAD exercer concomitantemente o cargo de Conselho de Administração na Empresa MINERACAO PARAGOMINAS S.A. Processo: 47039.014970/2018-56, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.009792/2018-41.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante MARIANO LEONARDO VELA exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na Empresa CHEVRON BRASIL BM-S-2 LTDA. Processo: 47039.016477/2018-71, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.010417/2018-44.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante MARIANO LEONARDO VELA exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na Empresa CHEVRON BRASIL BM-C-4 LTDA. Processo: 47039.016479/2018-60, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.010417/2018-44.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante MARIANO LEONARDO VELA exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na Empresa CHEVRON BRASIL OLEO E GAS LTDA. Processo: 47039.016483/2018-28, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.010417/2018-44.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante MARIANO LEONARDO VELA exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na Empresa CHEVRON BRASIL PETROLEO LTDA. Processo: 47039.016486/2018-61, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.010417/2018-44.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante MARIANO LEONARDO VELA exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na Empresa CHEVRON EXPLORACAO E PRODUCAO DO BRASIL LIMITADA. Processo: 47039.016487/2018-14, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.010417/2018-44.

O Coordenador-Geral de Imigração - Substituto, no uso de suas atribuições; indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 47039013519201811 Requerente: ANTARES CLUB S.A HOTEL LAGOINHA Prazo: 3 Mês(es) Imigrante: MATEO ROSS AMADO-CATTANEO Passaporte: 540220958; Processo: 47039015844201819 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SHUAI LIU Passaporte: E 03788230; Processo: 47041004570201893 Requerente: BRYAN MARK SURRETT Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Bryan Mark Surrett Passaporte: 570346077; Processo: 47041005182201820 Requerente: INSTITUTO MISSOES CONSOLATA Prazo: Indeterminado Imigrante: Richard Mutua Wambua Passaporte: A2511035; Processo: 47041005183201874 Requerente: INSTITUTO MISSOES CONSOLATA Prazo: Indeterminado Imigrante: Andrew Nicholas Ouma Passaporte: A2486897; Processo: 47041005184201819 Requerente: INSTITUTO MISSOES CONSOLATA Prazo: Indeterminado Imigrante: Ambrose Omeyo Ekitoi Passaporte: A2486905; Processo: 47041005452201801 Requerente: IGREJA DE CRISTO INTERNACIONAL DE SAO PAULO Prazo: Indeterminado Imigrante: SOLOMON DARIUS LOWE Passaporte: 520928455; Processo: 47041005185201863 Requerente: INSTITUTO MISSOES CONSOLATA Prazo: Indeterminado Imigrante: Nicolas Betino Letikirich Passaporte: A2342248; Processo: 47041005200201873 Requerente: INSTITUTO MISSOES CONSOLATA Prazo: Indeterminado Imigrante: Ibrahim Muinde Musyoka Passaporte: A2334958; Processo: 47041005574201899 Requerente: FUNDACAO BETANIA O.N.L.U.S Prazo: Indeterminado Imigrante: MICHELE ZANET Passaporte: AA4325560; Processo: 47041005581201891 Requerente: FUNDACAO BETANIA O.N.L.U.S Prazo: Indeterminado Imigrante: PAOLA BARBABELLA Passaporte: AA3968848; Processo: 47041005583201880 Requerente: FUNDACAO BETANIA O.N.L.U.S Prazo: Indeterminado Imigrante: VERONICA CURCIO Passaporte: YA7458383; Processo: 47039017369201815 Requerente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ELENA PARTESOTTI Passaporte: AA4486676; Processo: 47039017370201840 Requerente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LEVENTE CSIKOR Passaporte: BD5151225; Processo: 47039013928201818 Requerente: CAE SOUTH AMERICA FLIGHT TRAINING DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Maxime Beaudry-Marchand Passaporte: GJ044785; Processo: 47039014256201868 Requerente: KOMATSU DO BRASIL LTDA Prazo: 11 Mês(es) Imigrante: SHUYU NAGAOKA Passaporte: TL0203163; Processo: 47039015032201873 Requerente: BMW DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: FELIX MICHAEL WIMMER Passaporte: CH1HLP449; Processo: 47039015039201895 Requerente: GMA DO BRASIL REVESTIMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DOMENICO STIFANI Passaporte: YA5102849; Processo: 47039014509201801 Requerente: CARIBBEAN BRASIL FOOTBALL CLUB EDUCACAO E PROMOCAO ESPORTIVA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CARMEN FABEKA LEBRON PEREYRA Passaporte: RD3989334; Processo: 47039014510201828 Requerente: CARIBBEAN BRASIL FOOTBALL CLUB EDUCACAO E PROMOCAO ESPORTIVA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RAMON SEÑE COSTA Passaporte: AAI969775; Processo: 47039014536201876 Requerente: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Jeongrae Lee Passaporte: M36710583; Processo: 47039015302201846 Requerente: BOSCH REXROTH LTDA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: GERRIT VAN DEN BELT Passaporte: BY9B36P92 Imigrante: Jonas Raeymaekers Passaporte: EP034693; Processo: 47039016480201894 Requerente: MODEC SERVICOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: até 27/11/2019 Imigrante: TAKESHI OKITA Passaporte: TR6473549; Processo: 47039008569201887 Requerente: PORTO5 INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOSE HUMBERTO DA SILVA MAGALHÃES Passaporte: N426094; Processo: 47039013485201865 Requerente: IRANDY DE FATIMA DE A RIBEIRO Prazo: Indeterminado Imigrante: EDUARDO MANUEL FERREIRA AZINHEIRA Passaporte: N355025; Processo: 47039013604201880 Requerente: A MAIS DESENHOS DE ARQUITETURA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: IGNASI FORCADA MARTORELL Passaporte: AAB213366; Processo: 47039013635201831 Requerente: JESUS ALEJANDRO GONZALEZ MENDEZ Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jesus Alejandro Gonzalez Mendez Passaporte: G299739; Processo: 47039013666201891 Requerente: FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DE ALAGOAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Enno Paul Nagel Passaporte: C7G91503G; Processo: 47039013685201818 Requerente: IRANDY DE FATIMA DE A RIBEIRO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: EDUARDO MANUEL FERREIRA AZINHEIRA Passaporte: N355025; Processo: 47039015588201860 Requerente: UNEF UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FEIRA DE SANTANA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Matteo Nigro Passaporte: YB0153135; Processo: 47039016222201816 Requerente: COMERCIAL ALIMENTACAO AASHRI BAD LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SUNDAR SINGH Passaporte: H6292601; Processo: 47039016339201891 Requerente: ROSY ELVINE CHINDJE NGANKAK Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Rosy Elvine Chindje Ngankak Passaporte: 0508103; Processo: 47039014467201809 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HOANG QUANG NGUYEN Passaporte: PA2798179; Processo: 47039015956201870 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KJETIL ELLINGSEN Passaporte: 33463616; Processo: 47039016447201864 Requerente: B-PROJECTS TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JING JING Passaporte: E98180135 Imigrante: YUAN WANG Passaporte: E61377011; Processo: 47039015441201870 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GUANGYOU SUN Passaporte: E83197320; Processo: 47039015453201802 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GUOJI MA Passaporte: G33635496; Processo: 47039015465201829 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CUNYOU XIAO Passaporte: ED2414895; Processo: 47039015480201877 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HUAIJING JING Passaporte: G35021102; Processo: 47039015491201857 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ZHENGTAO MAN Passaporte: G49052990; Processo: 47039015501201854 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HONGBIN LIU Passaporte: E35851262; Processo: 47039015502201807 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ZHENYU ZUO Passaporte: ED0926536; Processo: 47039015509201811 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GANG LI Passaporte: E93163148; Processo: 47039015538201882 Requerente: M&S CERNAMBI NORTE OPERACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KRISHNAKUMAR MATAPRASAD TIWARI Passaporte: P5677227; Processo: 47039016080201889 Requerente: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: até 12/11/2019 Imigrante: JOSE GREGORIO GONZALEZ GALINDO Passaporte: 132264693; Processo: 47039016126201860 Requerente: M&S CERNAMBI NORTE OPERACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JIMI RYU Passaporte: TK7711436; Processo: 47039016128201859 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: até 20/11/2019 Imigrante: NAOKI OZAWA Passaporte: TR8559853; Processo: 47039016130201828 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: até 14/12/2019 Imigrante: TAKAHIRO SUGANO Passaporte: TR2978149; Processo: 47039016350201851 Requerente: RAYTHEON ANSCHUTZ DO BRASIL SISTEMAS MARITIMOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Nathan Andrew Blinder Passaporte: AE904166; Processo: 47039015882201871 Requerente: ASSOCIACAO PRAYER HAUS 490 IGREJA APOSTOLICA - APHIA Prazo: Indeterminado Imigrante: JOHN PASCAL TURNER Passaporte: 561819781; Processo: 47041004552201810 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/01/2019 Imigrante: Robert Tolones Damirez Passaporte: EC6324955; Processo: 47039007153201841 Requerente: EDEN COMERCIO DE COSMETICOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: ANDREA BURATTIN Passaporte: YB1353559; Processo: 47039008218201876 Requerente: BRASPORT PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ANTÔNIO ALBERTO PEIXOTO MARTINS Passaporte: N282958; Processo: 47039010009201892 Requerente: P. W. COMERCIO DE MATERIAL ESCOLAR LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: WANG FENG Passaporte: G30236475; Processo: 47039016289201842 Requerente: SOLOMON TRADING LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: XIAOZHONG HUANG Passaporte: G54075796; Processo: 47041005435201865 Requerente: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 15/10/2018 Imigrante: RODNEY SHANE CLOTIAUX Passaporte: 422034960; Processo: 47041005913201837 Requerente: PEDRO DANIEL RODRIGUES MARQUES Prazo: Indeterminado Imigrante: PEDRO DANIEL RODRIGUES MARQUES Passaporte: M981873; Processo: 47041005861201807 Requerente: CLINICA DE OLHOS DR. WALDEMAR OLIVEIRA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: DARIEL RAMOS HERNANDEZ Passaporte: J322145.

PAULO HENRIQUE GOMES DA SILVA

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.002759/2016-27	208912916	Banco Bradesco S.A	AM
2	46202.010346/2016-16	209847476	Banco Bradesco S.A	AM
3	46202.012869/2016-05	210290170	Climazon Industrial Ltda	AM
4	46202.012870/2016-21	210290234	Climazon Industrial Ltda	AM
5	46202.015997/2015-11	207881375	Diocese de Parintins	AM
6	46202.015998/2015-66	207881359	Diocese de Parintins	AM
7	46202.015999/2015-19	207881367	Diocese de Parintins	AM
8	46202.015294/2016-74	210658045	EB Engeco e Braga Incorporacoes Ltda	AM
9	46202.015295/2016-19	210658053	EB Engeco e Braga Incorporacoes Ltda	AM
10	46202.015296/2016-63	210658061	EB Engeco e Braga Incorporacoes Ltda	AM
11	46202.014119/2016-60	210528001	Engeco Engenharia e Construcoes Ltda	AM
12	46202.014120/2016-94	210528028	Engeco Engenharia e Construcoes Ltda	AM
13	46202.014121/2016-39	210528036	Engeco Engenharia E Construcoes Ltda	AM
14	46202.014122/2016-83	210528052	Engeco Engenharia e Construcoes Ltda	AM
15	46202.011323/2016-29	210010428	Hospital e Maternidade Santo Alberto Ltda	AM
16	46202.011325/2016-18	210015829	Hospital e Maternidade Santo Alberto Ltda	AM
17	46202.011326/2016-62	210010738	Hospital e Maternidade Santo Alberto Ltda	AM
18	46202.011329/2016-04	210016914	Hospital e Maternidade Santo Alberto Ltda	AM
19	46202.011330/2016-21	210016833	Hospital e Maternidade Santo Alberto Ltda	AM
20	46202.008798/2016-38	209566655	Jabil do Brasil Industria Eletroeletronica Ltda	AM
21	46202.008799/2016-82	209566698	Jabil do Brasil Industria Eletroeletronica Ltda	AM
22	46202.013779/2016-23	210459719	Jabil do Brasil Industria Eletroeletronica Ltda	AM
23	46202.013780/2016-58	210458526	Jabil do Brasil Industria Eletroeletronica Ltda	AM
24	46202.013781/2016-01	210460091	Jabil Industrial do Brasil Ltda	AM
25	46202.013782/2016-47	210460156	Jabil Industrial do Brasil Ltda	AM
26	46202.013719/2016-19	210470232	Josemias Lobato - ME	AM
27	46202.013335/2016-98	210401389	Masa da Amazonia Ltda	AM
28	46202.013337/2016-87	210401397	Masa da Amazonia Ltda	AM
29	46202.013338/2016-21	210401419	Masa da Amazonia Ltda	AM
30	46202.013339/2016-76	210401401	Masa da Amazonia Ltda	AM
31	46202.015299/2016-05	210648287	Partners Participacoes Ltda	AM
32	46202.015300/2016-93	210648325	Partners Participacoes Ltda	AM
33	46202.015301/2016-38	210648341	Partners Participacoes Ltda	AM
34	46202.015302/2016-82	210648368	Partners Participacoes Ltda	AM
35	46202.012393/2016-02	210248459	Samsung Eletronica da Amazonia Ltda	AM
36	46202.012696/2016-17	210066890	Samsung Eletronica da Amazonia Ltda	AM
37	47904.000378/2015-88	205669573	Asa Moto Center Comercio e Servicos Ltda	BA
38	47904.001672/2015-15	205951490	Braspe Empreendimentos e Servicos Eireli	BA
39	47904.001919/2015-95	206011351	Braspe Empreendimentos e Servicos Eireli	BA
40	47904.001914/2015-62	206020341	Caixa Economica Federal	BA
41	47904.001915/2015-15	206020481	Caixa Economica Federal	BA
42	47904.001916/2015-51	206020520	Caixa Economica Federal	BA
43	47904.001917/2015-04	206020872	Caixa Economica Federal	BA
44	47904.001744/2015-16	205970770	Companhia do Metro da Bahia	BA
45	47904.001745/2015-61	205971202	Companhia do Metro da Bahia	BA
46	47904.001749/2015-49	205971245	Companhia do Metro da Bahia	BA
47	47904.001750/2015-73	205970711	Companhia do Metro da Bahia	BA
48	47904.001752/2015-62	205971393	Companhia do Metro da Bahia	BA
49	47102.000595/2015-11	208584129	Construquali Engenharia Ltda	BA
50	47904.004174/2015-16	206305745	Empresa Municipal de Urbanizacao de Vitoria da Conquista	BA
51	47904.004175/2015-61	206305672	Empresa Municipal de Urbanizacao de Vitoria da Conquista	BA
52	47904.006407/2015-15	206691734	Itau Unibanco S.A.	BA
53	47904.006408/2015-60	206691726	Itau Unibanco S.A.	BA
54	47904.008941/2014-85	203949838	Viacao Aguia Branca S A	BA
55	46206.012650/2016-68	210841648	Servegel - Apoio Administrativo e Suporte Operacional Ltda	DF
56	46208.007821/2016-17	210132388	Anicuns S A Álcool e Derivados	GO
57	46208.007118/2016-17	209954922	Direcional Engenharia S/A	GO
58	46208.005096/2015-61	206760019	Eliza Martins dos Santos 89247507120	GO
59	46208.005097/2015-14	206760035	Eliza Martins dos Santos 89247507120	GO
60	46208.005098/2015-51	206760043	Eliza Martins dos Santos 89247507120	GO
61	46208.005099/2015-03	206760060	Eliza Martins dos Santos 89247507120	GO
62	46208..006609/2017-13	212074580	IC Construções Eireli - ME	GO
63	46208.006552/2017-52	211962015	IC Construções Eireli - ME	GO
64	46208.006553/2017-05	211961906	IC Construções Eireli - ME	GO
65	46208.006555/2017-96	211949914	IC Construções Eireli - ME	GO
66	46208.006559/2017-74	211950025	IC Construções Eireli - ME	GO
67	46208.006560/2017-07	211934500	IC Construções Eireli - ME	GO
68	46208.006561/2017-43	211959022	IC Construções Eireli - ME	GO
69	46208.006572/2017-23	212074512	IC Construções Eireli - ME	GO
70	46208.006573/2017-78	211964786	IC Construções Eireli - ME	GO
71	46208.006574/2017-12	211837105	IC Construções Eireli - ME	GO
72	46208.006575/2017-67	211966169	IC Construções Eireli - ME	GO
73	46208.006576/2017-10	211970913	IC Construções Eireli - ME	GO
74	46208.006577/2017-56	211966223	IC Construções Eireli - ME	GO
75	46208.006578/2017-09	212074407	IC Construções Eireli - ME	GO
76	46208.006579/2017-45	211937355	IC Construções Eireli - ME	GO
77	46208.006580/2017-70	212075543	IC Construções Eireli - ME	GO

78	46208.006581/2017-14	212075551	IC Construções Eireli - ME	GO
79	46208.006582/2017-69	212075535	IC Construções Eireli - ME	GO
80	46208.006583/2017-11	212075501	IC Construções Eireli - ME	GO
81	46208.006584/2017-58	212075519	IC Construções Eireli - ME	GO
82	46208.006585/2017-01	212075497	IC Construções Eireli - ME	GO
83	46208.006586/2017-47	212075489	IC Construções Eireli - ME	GO
84	46208.006587/2017-91	212075471	IC Construções Eireli - ME	GO
85	46208.006588/2017-36	212075462	IC Construções Eireli - ME	GO
86	46208.006589/2017-81	212075420	IC Construções Eireli - ME	GO
87	46208.006590/2017-13	212075411	IC Construções Eireli - ME	GO
88	46208.006591/2017-50	212075373	IC Construções Eireli - ME	GO
89	46208.006592/2017-02	212075365	IC Construções Eireli - ME	GO
90	46208.006593/2017-49	212075390	IC Construções Eireli - ME	GO
91	46208.006594/2017-93	212075331	IC Construções Eireli - ME	GO
92	46208.006595/2017-38	212075322	IC Construções Eireli - ME	GO
93	46208.006596/2017-82	212075314	IC Construções Eireli - ME	GO
94	46208.006597/2017-27	212075306	IC Construções Eireli - ME	GO
95	46208.006598/2017-71	212075276	IC Construções Eireli - ME	GO
96	46208.006599/2017-16	212075241	IC Construções Eireli - ME	GO
97	46208.006600/2017-11	212075225	IC Construções Eireli - ME	GO
98	46208.006601/2017-57	212075217	IC Construções Eireli - ME	GO
99	46208.006602/2017-00	212075195	IC Construções Eireli - ME	GO
100	46208.006603/2017-46	212075187	IC Construções Eireli - ME	GO
101	46208.006604/2017-91	212075161	IC Construções Eireli - ME	GO
102	46208.006605/2017-35	212075144	IC Construções Eireli - ME	GO
103	46208.006606/2017-80	212075136	IC Construções Eireli - ME	GO
104	46208.006607/2017-24	212074865	IC Construções Eireli - ME	GO
105	46208.006608/2017-79	212074857	IC Construções Eireli - ME	GO
106	46208.006610/2017-48	212074571	IC Construções Eireli - ME	GO
107	46208.006619/2017-59	212074563	IC Construções Eireli - ME	GO
108	46208.006620/2017-83	212074547	IC Construções Eireli - ME	GO
109	46208.006621/2017-28	212074598	IC Construções Eireli - ME	GO
110	46208.006622/2017-72	212074601	IC Construções Eireli - ME	GO
111	46208.006623/2017-17	212074644	IC Construções Eireli - ME	GO
112	46208.006624/2017-61	212074652	IC Construções Eireli - ME	GO
113	46208.006625/2017-14	212074679	IC Construções Eireli - ME	GO
114	46208.006626/2017-51	212074687	IC Construções Eireli - ME	GO
115	46208.006627/2017-03	212074695	IC Construções Eireli - ME	GO
116	46208.006628/2017-40	212074709	IC Construções Eireli - ME	GO
117	46208.006629/2017-94	212074725	IC Construções Eireli - ME	GO
118	46208.006630/2017-19	212074750	IC Construções Eireli - ME	GO
119	46208.006631/2017-63	212074776	IC Construções Eireli - ME	GO
120	46208.006632/2017-16	212074784	IC Construções Eireli - ME	GO
121	46208.006633/2017-52	212074806	IC Construções Eireli - ME	GO
122	46208.006634/2017-05	212074792	IC Construções Eireli - ME	GO
123	46208.006635/2017-41	212074814	IC Construções Eireli - ME	GO
124	46208.007157/2016-14	209934107	L&S Veículos e Combustíveis Ltda	GO
125	46208.002355/2016-83	209033011	Morato Lopes Indústria e Comércio de Carnes Derivados e Service Ltda - ME	GO
126	46223.002196/2017-18	211602949	Centro Comunitario da Radional e Adjacencias	MA
127	46223.003480/2017-01	212043790	Centro Comunitario da Radional e Adjacencias	MA
128	46223.000047/2017-14	211041041	D. da Cruz - Comercio - ME	MA
129	46237.000228/2017-83	211565148	Construtora Xpec Eireli	MG
130	46237.000229/2017-28	211565121	Construtora Xpec Eireli	MG
131	46237.000230/2017-52	211533378	Construtora Xpec Eireli	MG
132	46237.000231/2017-05	211533475	Construtora Xpec Eireli	MG
133	46237.000232/2017-41	211533513	Construtora Xpec Eireli	MG
134	46237.000233/2017-96	211533556	Construtora Xpec Eireli	MG
135	46237.000234/2017-31	211533581	Construtora Xpec Eireli	MG
136	46237.000235/2017-85	211533629	Construtora Xpec Eireli	MG
137	46237.000236/2017-20	211533661	Construtora Xpec Eireli	MG
138	46237.000237/2017-74	211533696	Construtora Xpec Eireli	MG
139	46237.000238/2017-19	211533742	Construtora Xpec Eireli	MG
140	46237.000239/2017-63	211533785	Construtora Xpec Eireli	MG
141	46237.000240/2017-98	211533815	Construtora Xpec Eireli	MG
142	46237.000241/2017-32	211533882	Construtora Xpec Eireli	MG
143	46237.000242/2017-87	211533947	Construtora Xpec Eireli	MG
144	46237.000243/2017-21	211533971	Construtora Xpec Eireli	MG
145	46237.000244/2017-76	211534056	Construtora Xpec Eireli	MG
146	46237.000245/2017-11	211534081	Construtora Xpec Eireli	MG
147	46237.000246/2017-65	211534099	Construtora Xpec Eireli	MG
148	46237.000247/2017-18	211534102	Construtora Xpec Eireli	MG
149	46237.000248/2017-54	211534129	Construtora Xpec Eireli	MG
150	46237.001803/2016-84	210916940	Hospital Nossa Senhora Auxiliadora	MG
151	46246.002202/2016-80	210334487	Irmandade Nossa Senhora das Merces de Montes Claros	MG
152	46246.002203/2016-24	210334525	Irmandade Nossa Senhora das Merces de Montes Claros	MG
153	46246.002204/2016-79	210334541	Irmandade Nossa Senhora das Merces de Montes Claros	MG
154	47747.007909/2016-02	210954850	Maternidade Octaviano Neves S.A	MG
155	47747.007910/2016-29	210954884	Maternidade Octaviano Neves S.A	MG
156	47747.008502/2016-94	211069973	Maternidade Octaviano Neves S.A	MG
157	47747.008503/2016-39	211069884	Maternidade Octaviano Neves S.A	MG
158	46243.000231/2014-75	202707041	Petronas Lubrificantes Brasil S.A	MG
159	46243.000233/2014-64	202679802	Petronas Lubrificantes Brasil S.A	MG
160	46243.000235/2014-53	202704335	Petronas Lubrificantes Brasil S.A	MG
161	46243.000237/2014-42	202706958	Petronas Lubrificantes Brasil S.A	MG
162	46246.003801/2015-30	208422277	Sollar Construtora e Incorporadora Ltda	MG
163	46246.003802/2015-84	208422307	Sollar Construtora e Incorporadora Ltda	MG
164	46246.003803/2015-29	208422323	Sollar Construtora e Incorporadora Ltda	MG
165	46246.003804/2015-73	208422331	Sollar Construtora e Incorporadora Ltda	MG
166	46246.003805/2015-18	208422366	Sollar Construtora e Incorporadora Ltda	MG
167	46246.003806/2015-62	208422404	Sollar Construtora e Incorporadora Ltda	MG
168	46246.003807/2015-15	208422439	Sollar Construtora e Incorporadora Ltda	MG
169	46246.003808/2015-51	208422463	Sollar Construtora e Incorporadora Ltda	MG
170	46246.003809/2015-04	208422480	Sollar Construtora e Incorporadora Ltda	MG
171	46246.003810/2015-21	208422501	Sollar Construtora e Incorporadora Ltda	MG
172	46246.003811/2015-75	208422536	Sollar Construtora e Incorporadora Ltda	MG
173	46246.003812/2015-10	208422561	Sollar Construtora e Incorporadora Ltda	MG
174	46246.003813/2015-64	208422587	Sollar Construtora e Incorporadora Ltda	MG
175	47747.008217/2013-21	201761971	Usina Itaiquara de Açúcar e Álcool S.A.	MG
176	47747.008218/2013-75	201762064	Usina Itaiquara de Açúcar e Álcool S.A.	MG
177	47747.008219/2013-10	201762099	Usina Itaiquara de Açúcar e Álcool S.A.	MG
178	47747.008220/2013-44	201762145	Usina Itaiquara de Açúcar e Álcool S.A.	MG
179	46300.002101/2017-98	212325493	Cargill Agricola S A	MS
180	46300.002102/2017-32	212325841	Cargill Agricola S A	MS
181	46300.002103/2017-87	212325540	Cargill Agricola S A	MS
182	46300.002104/2017-21	212325558	Cargill Agricola S A	MS
183	46300.002105/2017-76	212325574	Cargill Agricola S A	MS
184	46300.002106/2017-11	212325671	Cargill Agricola S A	MS
185	46300.002107/2017-65	212325710	Cargill Agricola S A	MS
186	46300.002108/2017-18	212325621	Cargill Agricola S A	MS
187	46300.002109/2017-54	212325761	Cargill Agricola S A	MS
188	46300.002110/2017-89	212325949	Cargill Agricola S A	MS
189	46653.004315/2015-37	207054932	Betonflex-Artefatos de Concreto e Construções Eireli	MT
190	46653.004316/2015-81	207054924	Betonflex-Artefatos de Concreto e Construções Eireli	MT
191	46653.004981/2014-94	204869277	Bunge Alimentos S/A	MT
192	46653.003209/2015-36	206706839	Comercial Amazônia de Petróleo Ltda	MT
193	46653.004563/2015-88	206797028	Construtora Triunfo S/A.	MT
194	46653.004564/2015-22	206797010	Construtora Triunfo S/A.	MT
195	46653.004565/2015-77	206797001	Construtora Triunfo S/A.	MT
196	46653.004566/2015-11	206796901	Construtora Triunfo S/A.	MT
197	46653.004567/2015-66	206796897	Construtora Triunfo S/A.	MT
198	46653.004568/2015-19	206796889	Construtora Triunfo S/A.	MT
199	46653.004569/2015-55	206796871	Construtora Triunfo S/A.	MT
200	46653.004570/2015-80	206796862	Construtora Triunfo S/A.	MT
201	46653.004571/2015-24	206796854	Construtora Triunfo S/A.	MT
202	46653.004572/2015-79	206796838	Construtora Triunfo S/A.	MT
203	46653.004573/2015-13	206796820	Construtora Triunfo S/A.	MT
204	46653.004574/2015-68	206796811	Construtora Triunfo S/A.	MT
205	46653.004575/2015-11	206796803	Construtora Triunfo S/A.	MT
206	46653.004576/2015-57	206675984	Construtora Triunfo S/A.	MT
207	46653.004577/2015-00	206675976	Construtora Triunfo S/A.	MT
208	46653.004578/2015-46	206675968	Construtora Triunfo S/A.	MT
209	46653.004579/2015-91	206675950	Construtora Triunfo S/A.	MT
210	46653.004580/2015-15	206675941	Construtora Triunfo S/A.	MT
211	46653.004581/2015-60	206675917	Construtora Triunfo S/A.	MT
212	46653.004582/2015-12	206675909	Construtora Triunfo S/A.	MT
213	46653.004583/2015-59	206675895	Construtora Triunfo S/A.	MT
214	46653.004584/2015-01	206480164	Construtora Triunfo S/A.	MT
215	46653.004585/2015-48	206480091	Construtora Triunfo S/A.	MT
216	46653.004586/2015-92	207144630	Construtora Triunfo S/A.	MT
217	46653.004587/2015-37	207144656	Construtora Triunfo S/A.	MT
218	46653.004588/2015-81	207144621	Construtora Triunfo S/A.	MT
219	46653.004589/2015-26	207144664	Construtora Triunfo S/A.	MT
220	46653.004590/2015-51	207144699	Construtora Triunfo S/A.	MT
221	46653.004591/2015-03	207144672	Construtora Triunfo S/A.	MT
222	46653.004592/2015-40	207144648	Construtora Triunfo S/A.	MT

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

223	46653.004593/2015-94	207131911	Construtora Triunfo S/A.	MT
224	46653.004594/2015-39	207131937	Construtora Triunfo S/A.	MT
225	46653.004595/2015-83	207131945	Construtora Triunfo S/A.	MT
226	46653.004596/2015-28	207131961	Construtora Triunfo S/A.	MT
227	46653.004597/2015-72	207131970	Construtora Triunfo S/A.	MT
228	46653.004598/2015-17	207131988	Construtora Triunfo S/A.	MT
229	46653.004599/2015-61	207131996	Construtora Triunfo S/A.	MT
230	46653.004600/2015-58	207132003	Construtora Triunfo S/A.	MT
231	46653.004601/2015-01	207132011	Construtora Triunfo S/A.	MT
232	46653.004602/2015-47	207132020	Construtora Triunfo S/A.	MT
233	46653.004603/2015-91	207131805	Construtora Triunfo S/A.	MT
234	46653.004604/2015-36	207131635	Construtora Triunfo S/A.	MT
235	46653.004605/2015-81	207131848	Construtora Triunfo S/A.	MT
236	46653.004606/2015-25	207131651	Construtora Triunfo S/A.	MT
237	46653.004607/2015-70	207131643	Construtora Triunfo S/A.	MT
238	46653.004608/2015-14	207131686	Construtora Triunfo S/A.	MT
239	46653.004609/2015-69	207131708	Construtora Triunfo S/A.	MT
240	46653.004610/2015-93	207131724	Construtora Triunfo S/A.	MT
241	46653.004611/2015-38	207131864	Construtora Triunfo S/A.	MT
242	46653.004612/2015-82	207131741	Construtora Triunfo S/A.	MT
243	46653.004613/2015-27	207131457	Construtora Triunfo S/A.	MT
244	46653.004614/2015-71	207131783	Construtora Triunfo S/A.	MT
245	46653.004615/2015-16	207131473	Construtora Triunfo S/A.	MT
246	46653.004616/2015-61	207131520	Construtora Triunfo S/A.	MT
247	46653.004617/2015-13	207131490	Construtora Triunfo S/A.	MT
248	46653.004618/2015-50	207131571	Construtora Triunfo S/A.	MT
249	46653.004619/2015-02	207131546	Construtora Triunfo S/A.	MT
250	46653.004620/2015-29	207131562	Construtora Triunfo S/A.	MT
251	46653.004621/2015-73	207131601	Construtora Triunfo S/A.	MT
252	46653.004622/2015-18	207131627	Construtora Triunfo S/A.	MT
253	46653.004623/2015-62	207131431	Construtora Triunfo S/A.	MT
254	46653.002951/2015-24	205754066	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	MT
255	46653.004317/2015-26	207076201	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	MT
256	46653.004384/2015-41	207059209	Expresso Nova Cuiabá Ltda	MT
257	46653.000043/2016-87	208712640	Luiz Carlos Lopes	MT
258	46653.000044/2016-21	208712631	Luiz Carlos Lopes	MT
259	46653.003065/2016-07	209857005	Luiz Carlos Lopes	MT
260	46653.003066/2016-43	209857013	Luiz Carlos Lopes	MT
261	46653.003067/2016-98	209857137	Luiz Carlos Lopes	MT
262	46653.003068/2016-32	209857170	Luiz Carlos Lopes	MT
263	46653.003069/2016-87	209856866	Luiz Carlos Lopes	MT
264	46653.000496/2016-11	208917641	Marcos Martinho Avallone Pires	MT
265	46653.000497/2016-58	208917870	Marcos Martinho Avallone Pires	MT
266	46653.000498/2016-01	208917021	Marcos Martinho Avallone Pires	MT
267	46653.000499/2016-47	208917951	Marcos Martinho Avallone Pires	MT
268	46653.000500/2016-33	208918019	Marcos Martinho Avallone Pires	MT
269	46653.004376/2015-02	207089281	Mcdonald's Comércio de Alimentos Ltda	MT
270	46653.004377/2015-49	207084173	Mcdonald's Comércio de Alimentos Ltda	MT
271	46306.000634/2015-13	206197012	Oba-Oba Confecções Ltda	MT
272	46653.003984/2015-91	206992998	Unimed Cuiabá Cooperativa de Trabalho Médico	MT
273	46653.003985/2015-36	206992955	Unimed Cuiabá Cooperativa de Trabalho Médico	MT
274	47533.001525/2015-01	205898777	Aracuária Transporte Coletivo Ltda.	PR
275	47533.001526/2015-47	205898815	Aracuária Transporte Coletivo Ltda.	PR
276	47533.001527/2015-91	205898831	Aracuária Transporte Coletivo Ltda.	PR
277	46212.012786/2016-99	209691263	Viacao Tamandare Ltda	PR
278	46212.012789/2016-22	209757876	Viacao Tamandare Ltda	PR
279	46212.012790/2016-57	209757981	Viacao Tamandare Ltda	PR
280	46212.012791/2016-00	209758082	Viacao Tamandare Ltda	PR
281	46212.012792/2016-46	209758155	Viacao Tamandare Ltda	PR
282	46212.012793/2016-91	209758341	Viacao Tamandare Ltda	PR
283	46212.012794/2016-35	209758414	Viacao Tamandare Ltda	PR
284	46212.012795/2016-80	209773049	Viacao Tamandare Ltda	PR
285	46212.012797/2016-79	209773430	Viacao Tamandare Ltda	PR
286	46212.012799/2016-68	209773499	Viacao Tamandare Ltda	PR
287	46212.012801/2016-07	209627921	Viacao Tamandare Ltda	PR
288	46212.012802/2016-43	209627948	Viacao Tamandare Ltda	PR
289	46212.012803/2016-98	209628006	Viacao Tamandare Ltda	PR
290	46212.012804/2016-32	209628014	Viacao Tamandare Ltda	PR
291	46212.012805/2016-87	209628022	Viacao Tamandare Ltda	PR
292	46212.012806/2016-21	209628049	Viacao Tamandare Ltda	PR
293	46212.012808/2016-11	209628065	Viacao Tamandare Ltda	PR
294	46212.012810/2016-90	209628081	Viacao Tamandare Ltda	PR
295	46212.012839/2016-71	209691298	Viacao Tamandare Ltda	PR
296	46212.012842/2016-95	209758759	Viacao Tamandare Ltda	PR
297	46212.012843/2016-30	209758813	Viacao Tamandare Ltda	PR
298	46212.012844/2016-84	209758881	Viacao Tamandare Ltda	PR
299	46212.012845/2016-29	209758953	Viacao Tamandare Ltda	PR
300	46212.012846/2016-73	209759356	Viacao Tamandare Ltda	PR
301	46212.012847/2016-18	209773537	Viacao Tamandare Ltda	PR
302	46212.012848/2016-62	209773561	Viacao Tamandare Ltda	PR
303	46212.012853/2016-75	209628154	Viacao Tamandare Ltda	PR
304	46212.012854/2016-10	209628162	Viacao Tamandare Ltda	PR
305	46212.012855/2016-64	209628171	Viacao Tamandare Ltda	PR
306	46212.012856/2016-17	209628189	Viacao Tamandare Ltda	PR
307	46212.012857/2016-53	209628197	Viacao Tamandare Ltda	PR
308	46212.012858/2016-06	209628219	Viacao Tamandare Ltda	PR
309	46212.012859/2016-42	209628235	Viacao Tamandare Ltda	PR
310	46212.012861/2016-11	209628294	Viacao Tamandare Ltda	PR
311	46212.012962/2016-92	209759275	Viacao Tamandare Ltda	PR
312	46269.002170/2015-73	206686641	Aditech Comercial Eletrica e Servicos Ltda - EPP	SP
313	46269.002171/2015-18	206686633	Aditech Comercial Eletrica e Servicos Ltda - EPP	SP
314	46269.002173/2015-15	206686625	Aditech Comercial Eletrica e Servicos Ltda - EPP	SP
315	46269.004674/2015-28	208109269	Colchoes Apolo Spuma Ltda	SP
316	46269.004675/2015-72	208109391	Colchoes Apolo Spuma Ltda	SP
317	46269.004676/2015-17	208109439	Colchoes Apolo Spuma Ltda	SP
318	46219.005205/2017-83	211630501	Engenharia e Construcoes CSO Ltda.	SP
319	46219.005206/2017-28	211630519	Engenharia e Construcoes CSO Ltda.	SP
320	46219.005207/2017-72	211630527	Engenharia e Construcoes CSO Ltda.	SP
321	46219.005208/2017-17	211630535	Engenharia e Construcoes CSO Ltda.	SP
322	46219.005209/2017-61	211630543	Engenharia e Construcoes CSO Ltda.	SP
323	46219.005210/2017-96	211629481	Engenharia e Construcoes CSO Ltda.	SP
324	46219.005211/2017-31	211629499	Engenharia e Construcoes CSO Ltda.	SP
325	46219.005212/2017-85	211629502	Engenharia e Construcoes CSO Ltda.	SP
326	46219.005213/2017-20	211629511	Engenharia e Construcoes CSO Ltda.	SP
327	46219.005214/2017-74	211629529	Engenharia e Construcoes CSO Ltda.	SP
328	46219.006900/2017-62	211873705	Engenharia e Construcoes CSO Ltda.	SP
329	46219.006901/2017-15	211874078	Engenharia e Construcoes CSO Ltda.	SP
330	46473.002707/2014-07	203395921	Expertise Marketing Promocional Ltda.	SP
331	46473.002708/2014-43	203396219	Expertise Marketing Promocional Ltda.	SP
332	46473.002709/2014-98	203396766	Expertise Marketing Promocional Ltda.	SP
333	46473.002710/2014-12	203396065	Expertise Marketing Promocional Ltda.	SP
334	46269.003636/2016-39	210412178	Huziteka Estamparia de Metais Ltda	SP
335	46473.003721/2010-96	21813736	Instituto de Oftalmologia Tadeu Cvintal S/C Ltda	SP
336	46219.014457/2015-31	207277036	Monteadriano Engenharia e Construção S.A. do Brasil	SP
337	46258.000615/2017-71	211354449	Unipetro Prudente Distribuidora de Petroleo Ltda	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46202.015996/2015-77	200.589.202	Diocese de Parintins	AM
2	46202.015293/2016-20	200.810.871	EB Engeco e Braga Incorporações Ltda.	AM
3	46202.014123/2016-28	200.801.872	Engeco Engenharia e Construções Ltda.	AM
4	46202.006820/2015-24	200.498.339	Ótica a Especialista Ltda.	AM
5	46202.015297/2016-16	200.810.740	Partners Participações Ltda.	AM
6	46202.015298/2016-52	200.810.685	Partners Participações Ltda.	AM
7	46202.015630/2011-74	506.531.112 - TRet nº 506.683.311	Tel Empreiteira e Locadora de Mão de Obra Ltda..	AM
8	46206.003084/2014-31	200.242.954	Brasília Empresa de Segurança S.A.	DF
9	47747.008216/2013-86	200.164.830	Usina Itaiquara de Açúcar e Álcool S.A.	MG
10	46312.001572/2016-69	200.708.392	Agrisul Agrícola Ltda.	MS
11	46312.001573/2016-11	200.708.414	Agrisul Agrícola Ltda.	MS
12	46213.019215/2014-11	200.347.446	Iitapessoca Agro Industrial S.A.	PE
13	46213.022136/2014-80	200.377.949	Rexam Beverage Can South America S.A.	PE
14	46213.022137/2014-24	200.377.914	Rexam Beverage Can South America S.A.	PE
15	47533.001524/2015-58	200.448.978 - TRet nº 200.667.131	Aracuária Transporte Coletivo Ltda.	PR
16	46212.012785/2016-44	200.741.683	Viação Tamandaré Ltda.	PR
17	46215.003192/2011-52	506.461.904	Organização Brasileira de Cultura e Educação Orbrace	RJ
18	46218.008444/2015-33	200.511.343	BPM 360 Soluções em Processos Ltda. - ME	RS
19	46218.003044/2013-70	200.040.260 - TRet nº 200.596.390	Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura - SPAC	RS
20	46269.002174/2015-51	200.515.217	Aditech Comercial Elétrica e Serviços Ltda. - EPP	SP
21	46253.000770/2009-28	705.025993	Agri-Tillage do Brasil Ins. e Comércio de Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda.	SP
22	46269.004673/2015-83	200.607.120	Colchões Apolo Spuma Ltda.	SP
23	46473.002711/2014-67	200.266.977	Expertise Marketing Promocional Ltda.	SP
24	46473.000052/2003-71	505.131.161 - TRet nº 505.131.161	Gatusa - Garagem Americanopolis Transportes Urbanos Ltda.	SP
25	46473.001498/2001-51	187662	Kilo Sabor Refeições Caseiras Ltda.	SP
26	46783.000089/2012-97	705.046.770 - TRet nº 705.046.966	Medasa - Medeiros Neto Destilaria de Álcool S.A.	SP
27	46219.014456/2015-97	200.541.897	Monteadriano Engenharia e Construção S.A. do Brasil	SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

28	46259.011870/2011-44	506.571.483	Rio Verde Engenharia e Construções Ltda.	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46213.013710/2014-17	203999916	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46218.020260/2013-80	200.196.324	Sociedade Pelotense de Assistência a Cultura - SPAC	RS
2	46218.020263/2013-13	200.196.316	Sociedade Pelotense de Assistência a Cultura - SPAC	RS
3	46218.020262/2013-79	200.196.294	Sociedade Pelotense de Assistência a Cultura - SPAC	RS
4	46220.005160/2014-65	200.338.781	Município de Itajaí	SC

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46208.006554/2017-41	211959545	IC Construções Eireli - ME	GO
2	46208.006556/2017-31	211958913	IC Construções Eireli - ME	GO
3	46208.006557/2017-85	211958760	IC Construções Eireli - ME	GO
4	46208.006558/2017-20	211960187	IC Construções Eireli - ME	GO
5	46259.011871/2011-99	21435367	Rio Verde Engenharia e Construções Ltda.	SP
6	46259.011872/2011-33	21435375	Rio Verde Engenharia e Construções Ltda.	SP
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46778.000948/2004-15	505.362.678 - TAD nº 506.707.075	Postes Nordeste S.A. - Salvador	BA
2	46293.000304/2011-91	506.463.22 - TAD nº 506.714.373	Município de Guaíra	PR
3	46215.000170/2012-11	100.235.026 - TAD nº 100.297.200	Pastelaria Central do Acre Ltda. - ME	RJ
4	46220.000504/2014-40	200.227.963 - TAD nº 201.257.424	Município de Imarui	SC

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46259.000929/2015-01	25856201	Limeirense Fertilizantes Ltda.	SP
2	46259.000930/2015-27	25856197	Limeirense Fertilizantes Ltda.	SP
3	46259.000931/2015-71	25856189	Limeirense Fertilizantes Ltda.	SP
4	46259.000932/2015-16	25856171	Limeirense Fertilizantes Ltda.	SP
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46222.006076/2011-04	506.518.299	Brascomp Compensados do Brasil S.A.	PA
2	46222.002466/2008-00	506.039.765	Instituto de Medicina Interna e Materno Infantil S/C Ltda.	PA
3	46259.000933/2015-61	200.449.524	Limeirense Fertilizantes Ltda.	SP

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46653.001324/2016-57	209226692	Marcos Martinho Avallone Pires	MT

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.020648/2013-13	202376028	Monkal Empreendimentos Ltda.	BA
2	46205.010339/2014-22	203797612	Centro de Incentivo a Vida	CE
3	46205.010340/2014-57	203797787	Centro de Incentivo a Vida	CE
4	46205.003793/2016-99	209039221	Renovadora de Pneus Olico Ltda.	CE
5	47747.003039/2015-11	206367244	Belfar Ltda.	MG
6	47747.003042/2015-27	206367988	Belfar Ltda.	MG
7	46240.001501/2016-57	210963093	Victor Padula Villar - ME	MG
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	47747.003044/2015-16	200.480.642 - TAD nº200.693.964	Belfar Ltda.	MG
2	47747.007911/2016-73	200.835.041 - TAD nº 201.000.610	Maternidade Otaviano Neves S.A.	MG

1) Pelo arquivamento em razão de:
1.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 1º §1º da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46223.003416/2011-27	20093306	Engemont Engenharia e Montagem Ltda.	MA
2	46311.001765/2012-04	25163698	Energia Verde - Produção Rural Ltda.	MA

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Tendo em vista a decisão proferida no Processo Judicial nº 0020874-28.2017.5.04.0663. Vara do Trabalho de Passo Fundo do Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região, a Portaria 326/2013 e a Nota Técnica n.° 85/2018/CIP/GAB/SRT/MTb, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve CANCELAR o registro sindical do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações, Telefonistas e Operadores de Mesa Telefônicas de Passo Fundo e Região - RS, processo administrativo 46000.006349/95-08.

Tendo em vista a decisão proferida no Processo Judicial nº 0001198-30.2017.5.10.0016 do Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, a Portaria 326/2013 e a Nota Técnica n.° 87/2018/CIP/GAB/SRT/MTb, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve CANCELAR o registro sindical do SINDOJUS-SC - Sindicato dos Oficiais de Justiça e Avaliadores do Estado de Santa Catarina, CNPJ: 20.264.876/0001-52, Processo n. 46220.004647/2014-21, e anotações publicadas no DOU nº 42, Seção 1, pág 204, de 02/03/2018

Tendo em vista a decisão proferida no Processo Judicial nº 0001281-37.2017.5.10.0019 da 19ª Vara do Trabalho de Brasília, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, a Portaria 326/2013 e a Nota Técnica 86/2018/CIP/GAB/SRT/MTb, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve CANCELAR a alteração estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES DE MAQUINAS PESADAS, OPERADORES DE EMPILHADEIRAS, GUINDASTES, RETRO-ESCAV, PATROL, PAS MECNICAS NO ESTADO DO ES , CNPJ: 39.797.287/0001-68, processo administrativo 46000.005098/96-17.

MAURO RODRIGUES DE SOUZA

Ministério dos Di reitos Humanos

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 524, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

Aprova revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTIC 2017/2019.

O SECRETARIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe a Portaria Ministerial nº 160 art. 2º, inciso XII, e considerando a Resolução nº 02, de 27 de setembro de 2018, do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério dos Direitos Humanos,

Considerando que o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério dos Direitos Humanos foi elaborado por Comissão Técnica, com representantes das várias áreas e que os valores indicados ainda serão precisados a partir de licitações a serem realizadas, ou seja, sem vinculação deste Ministéri, resolve:

Art. 1º Aprovar a revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação dos Direitos Humanos - PDTIC 2017/2019.

Art. 2º O PDTIC 2017/2019 está disponível no endereço: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/PDTIC20172019.pdf

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO DIAS VARELLA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RETIFICAÇÃO

No art. 1º da Decisão nº 168, de 23 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2018, Seção 1, página 87, onde se lê: "...devidamente constituída e existente de acordo com as leis do Uruguai...", leia-se: "...devidamente constituída e existente de acordo com as leis do Chile...".

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 2.395, DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão E, aprovado pela Portaria nº 2.710/SPO, de 29 de agosto de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.567085/2017-11, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1588/SPO de 22 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2018, Seção 1, página 95, que suspende cautelarmente a homologação do curso teórico e prático de Mecânico de Manutenção Aeronáutica módulo Aviônicos - MMA-AVI da STENQUERVICHE & CALÇA TREINAMENTOS LTDA-ME.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 2.676, DE 27 DE AGOSTO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão E, aprovado pela Portaria nº 2.710/SPO, de 29 de agosto de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.011269/2018-02, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento da base operacional da WEST WINGS ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA., localizada no aeródromo de AEROCASCAVEL, SDSJ, Rodovia PR-486, Km 08, Cascavel - PR, CEP: 85.820-899, enquanto permanecer válida a autorização de funcionamento da Entidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 3.171, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão E, aprovado pela Portaria nº 2.710/SPO, de 29 de agosto de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.019607/2018-46, resolve:

Art. 1º Homologar, por 5 (cinco) anos, os Cursos Teóricos de Piloto Privado de Avião - PPA, Piloto Privado Helicóptero - PPH, Piloto Comercial de Avião - PCA/IFR, Piloto Comercial Helicóptero - PCH, Instrutor de Voo Avião - INVA, Instrutor de Voo Helicóptero - INVH e Voo Por Instrumentos - IFR da SOCIEDADE AVANTIS DE ENSINO E ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 3.272, DE 19 DE OUTUBRO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão E, aprovado pela Portaria nº 2.710/SPO, de 29 de agosto de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.042240/2018-64, resolve:

Art. 1º Revogar o curso teórico de Lançador de Paraquedista Avião - LPQA, do Aeroclube de Juiz de Fora, situado à Av. Prefeito Mello Reis, Nº 311, Área C1 - Parque Alto - Aeroporto em Juiz de Fora (MG), CEP: 36.033-560.

Art. 2º Revogar o curso teórico de Lançador de Paraquedista Avião - LPQA, do Aeroclube de Novo Hamburgo, situado à Rua Ana Terra, Nº 10 - Canudos em Novo Hamburgo - RS, CEP: 93.544-410.

Art. 3º Revogar o curso teórico de Lançador de Paraquedista Avião - LPQA e o curso teórico e prático de Piloto Rebocador de Planador - PRBP, do Aeroclube de Carazinho, situado à Aeroporto Municipal - BR. 285 - Km 220 - Santa Terezinha em Carazinho - RS, CEP: 99.500-000.

Art. 4º Revogar o curso teórico e prático de Piloto Rebocador de Planador - PRBP, do Aeroclube de Itápolis, situado à Aeroporto Dr. Luís Dante Santoro, S/N - Distrito Industrial III em ITÁPOLIS - SP, CEP: 14.900-000.

Art. 5º Revogar o curso teórico e prático de Piloto Rebocador de Planador - PRBP, do Aeroclube do Planalto Central, situado à Aeroporto de Formosa - Hangar 7 em FORMOSA - GO, CEP: 73.800-000.

Art. 6º Revogar o curso teórico e prático de Piloto Rebocador de Planador - PRBP, do Aeroclube de Marília, situado à Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes s/nº em Marília - SP, CEP: 17.515-430.

Art. 7º Revogar o curso teórico e prático de Piloto Rebocador de Planador - PRBP, do Aeroclube Politécnico de Planadores, situado à Av. Antonio Pincinatto, nº 2820, Hangar 500 - Aeroporto de Jundiaí em JUNDIAÍ - SP, CEP: 13.211-771.

Art. 8º Revogar o curso prático de Piloto Rebocador de Planador - PRBP, do Aeroclube de Bauru, situado à Alameda Dr. Octávio Pinheiro Brisolla, Nº. 19-100, Jardim Aeroporto, em Bauru - SP, CEP 17.012-19.

Art. 9º Revogar o curso teórico e prático de Piloto Rebocador de Planador - PRBP, do Aeroclube de Voo a Vela CTA, situado à Rodovia dos Tamoios, km6,5 em São José dos Campos - SP, CEP: 12.230-971.

Art. 10º Revogar o curso prático de Piloto Rebocador de Planador - PRBP, do Aeroclube de Tatuí, situado à Via Municipal Karl Heinz Jahmann , S/N° em Tatuí - SP, CEP: 18.270-970.

Art. 11º Revogar o curso teórico e prático de Piloto Rebocador de Planador - PRBP, do Aeroclube de Rio Claro, situado à Via Pres. Kennedy, Nº 601 - Aeroporto Adhemar, em RIO CLARO - SP, CEP:13.501-270.

Art. 12º Revogar o curso teórico e prático de Piloto Rebocador de Planador - PRBP, do Aeroclube de Bebedouro, situado à Aerop. Cmte. Luis Martins de Araújo - KM 383 - Rod. Brig.Faria Lima, em Bebedouro - SP, CEP 14.700-970.

Art. 13º Revogar o curso teórico e prático de Piloto Rebocador de Planador - PRBP, do Aeroclube de Campo Mourão, situado à Rodovia - PR 317, Km 82 - Aeroporto Municipal, em CAMPO MOURÃO - PR, CEP: 87.310-310.

Art. 14º Revogar o curso teórico e prático de Piloto Rebocador de Planador - PRBP, do Aeroclube de Blumenau, situado à Rua Rua Emst Kaestner, 1.255 - Anexo ao Aeroporto Quero-Quero, em Blumenau - SC, CEP 89.068-010.

Art. 15º Revogar o curso teórico e prático de Piloto Rebocador de Planador - PRBP, do Aeroclube de Planadores Albatroz, situado à Av. Marcilio Dias, nº 2085 - Bairro Albatroz, em Osório - RS, CEP: 95.520-000.

Art. 16º Revogar o curso teórico e prático de Piloto Rebocador de Planador - PRBP, do Aeroclube de Montenegro, situado à Aeródromo Municipal de Montenegro - Aeroporto, em Montenegro - RS, CEP: 95.780-000.

Art. 17º Revogar o curso teórico e prático de Piloto Rebocador de Planador - PRBP, do Aeroclube de Erechim, situado à Rua Delmar Luiz Rigoni, 255 - bairro Aeroporto, em Erechim-RS,CEP: 99.708-820.

Art. 18º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 3.284, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão E, aprovado pela Portaria nº 2.710/SPO, de 29 de agosto de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.042263/2018-79, resolve:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, os cursos teóricos e práticos de Piloto Privado de Avião - PPA, Piloto Comercial de Avião - PCA e Instrutor de Voo Avião - INVA; e o curso teórico/prático de Piloto Agrícola Avião - PAGA, do AEROCLUBE DE PONTA GROSSA, situado à Rua Mathias Grani, s/n - Cara-Cará, CEP: 84.045-980 - Ponta Grossa - PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 3.303, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão E, aprovado pela Portaria nº 2.710/SPO, de 29 de agosto de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.037371/2018-20, resolve:

Art. 1º Suspender cautelarmente o Certificado de Atividade Aérea, do AEROCLUBE DO PLANALTO CENTRAL, situado no Aeroporto de Formosa, Hangar nº 7, em Formosa (GO), CEP: 73800-000.

Art. 2º Suspende cautelarmente as homologações dos cursos práticos de Piloto de Planador (PPL), Instrutor de Voo de Planador (INPL) e Piloto de Rebocador de Planador (PRBP) do AEROCLUBE DO PLANALTO CENTRAL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 3.340, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão E, aprovado pela Portaria nº 2.710/SPO, de 29 de agosto de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.101012/2015-91, resolve:

Art. 1º Revogar a autorização de funcionamento da ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL JAMBOCK (FILIAL), situada à Rua Zacarias Alves Pereira, n° 1206 - Aristocrata, em São José dos Pinhais - PR, CEP; 83030-480.

Art. 2º Revogar as homologações dos cursos teóricos de Piloto Privado de Avião (PPA), Piloto Comercial/IFR de Avião (PCA/IFR), Piloto Privado de Helicóptero (PPH), Piloto Comercial de Helicóptero (PCH), dos cursos teóricos e práticos de Comissário de Voo (CMV) e Mecânico de Manutenção Aeronáutica, módulos GMP, CEL e AVI, da ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL JAMBOCK (FILIAL).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 6.505, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, com fulcro no que determina o art. 45 da Lei nº 9.784, de 1999, considerando o que consta do Processo nº 50300.016447/2018-21 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Medida Administrativa Cautelar de procedência da empresa SUPER TERMINAIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.335.535/0002-55, visando a declaração de suspeição/impedimento em face do servidor ALBER FURTADO DE VASCONCELOS NETO para atuar nos processos de titularidade da representante ou da empresa concorrente, CHIBATÃO NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.098.383/0006-87, nos termos do Despacho CRG/ANTAQ/Nº11/2018 (SEI nº 0601474), que decidiu por ARQUIVAR a indigitada denúncia.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

UNIDADE REGIONAL DE SÃO PAULO-SP

DESPACHO Nº 28, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 50300.004811/2018-19. Fiscalizada: LOCALFRIO - ARMAZÉNS GERAIS FRIGORÍFICOS S.A. CNPJ: 58.317.751/0002-05. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 27.000 (vinte e sete mil reais), pelo cometimento da infração tipificada no inciso XXII do art. 32 da Resolução nº 3.274/2014-ANTAQ.

GUILHERME DA COSTA SILVA
Chefe

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

BALANCETE PATRIMONIAL

CNPJ - 44.837.524/0001-07
BALANCETE PATRIMONIAL ENCERRADO EM 30/09/2018

ATIVO	R$ MIL	*PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO*	R$ MIL
Circulante	**269.490**	***Circulante***	**400.066**
Caixa e equivalentes de caixa	179.313	Salários, provisão e encargos sociais	71.765
Valores vinc. à aplicação em infraestrutura	14.368	Fornecedores e prestadores de serviços	12.871
Contas a receber, líquidas	53.688	Impostos e contribuições a recolher	25.546
Estoques	419	Plano de pensão	1.925
Créditos tributários	61	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	238.865
Outros créditos	21.641	Obras efetuadas por arrendatários	16.832
		Parcelam. Cíveis, Trabalhistas e Tributários	16.392
		Outras obrigações	15.870
Não Circulante	**2.980.661**	***Não Circulante***	**1.397.838**
Realizável a Longo Prazo	**1.239.522**	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	121.694
Contas a receber, líquidas	833.851	Receita diferida	341.641
IRPJ e CSLL diferidos	266.602	Obras efetuadas por arrendatários	115.951
Depósitos judiciais	116.782	Créditos da União para aumento capital	778.935
Bens destinados a alienação	824	Parcelam. Cíveis, Trabalhistas e Tributários	1.755
Partes relacionadas	8.183	Outras obrigações	37.862
Outros créditos	13.280		
		Patrimônio Líquido	**1.452.247**
		Capital social	1.414.100
Imobilizado	1.729.513	Reserva de Lucros	4.299
Intangível	11.626	Lucros acumulados	33.848
TOTAL DO ATIVO	**3.250.151**	**TOTAL DO PASSIVO E PATR. LÍQUIDO**	**3.250.151**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
DE 01-01-2018 A 30-09-2018

	R$ MIL
Receita líquida	664.340
Custo dos serviços	(331.308)
Despesas administrativas	(208.551)
Outras receitas (despesas) operacionais	(17.347)
Resultado financeiro líquido	(37.294)
Resultado operacional antes do IRPJ e CSLL	69.840
Imposto de renda e contribuição social corrente	(31.978)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(4.014)
Resultado do exercício	33.848

JOSÉ ALEX BOTÊLHO DE OLIVA — Diretor-Presidente
FRANCISCO JOSÉ ADRIANO — Diretor de Administração e Finanças
PÉRSIO BELLUOMINI MORAES — Contador CRC/1SP215355/O-0

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 37, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

A DIRETORA PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I- Homologar o Leilão nº 02/2018, do tipo maior valor de outorga, realizado no dia 28/09/2018 (Processo CDP nº 2068/2018), referente à Cessão de Uso Onerosa de área e infraestrutura pública não afetas às operações portuárias, destinada a armazenagem e distribuição de gás liquefeito de petróleo-GPL, localizada dentro do Terminal Petroquímico de Miramar, no Estado do Pará, denominadas BEL06;

II-Adjudicar, em consequência, vencedora do referido Leilão, à empresa NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA-CNPJ nº 06.980.064/0168-52, pelo valor de outorga de R$ 1,01 (um real e um centavo), bem como por ter cumprido todas as exigências editalícias;

III- Determinar a publicação deste ato no Diário Oficial da União.

MARIA HELENA MOSCOSO DA SILVA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 38, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

A DIRETORA PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I- Homologar a Concorrência Pública CDP nº 07/2018, realizado no dia 25/06/2018 (Processo Licitatório nº 3072/2017), tendo como objeto à Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva nas tubovias e válvulas do Terminal Petroquímico de Miramar da Companhia Docas do Pará - CDP, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

II- Adjudicar, em consequência, vencedora da referida Licitação à empresa VEIMAKI M/S LTDA, CNPJ- nº 14.120.091/0001-03, pelo valor global de R$ 312.365,88 (trezentos e doze mil trezentos e sessenta e cinco reais e oitenta e oito centavos);

III- Encaminhar à DIRAFI para emissão de Ordem de Compra, consoante legislação vigente;IV- Após III, encaminhar à GEJURI para elaboração do instrumento correspondente;V- Determinar a publicação deste ato no Diário Oficial da União.

MARIA HELENA MOSCOSO DA SILVA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 39, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

A DIRETORA PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I- Homologar a Concorrência Pública CDP nº 01/2018, realizado no dia 30/05/2018 (Processo Licitatório nº 2649/2017), tendo como objeto à Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de embrechamento da muralha do cais do Porto de Belém, na faixa de cais do armazém 11 até a OCRIM da Companhia Docas do Pará - CDP, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

II- Adjudicar, em consequência, vencedora da referida Licitação à empresa MAR E RIOS SERVIÇOS TÉCNICOS, MARÍTIMOS E SUBAQUÁTICOS LTDA - ME, CNPJ Nº. 06.237.792/0001-07, pelo valor global de R$ 248.191,30(duzentos e quarenta e oito mil cento e noventa e um real e trinta centavos);

III- Encaminhar à DIRAFI para emissão de Ordem de Compra, consoante legislação vigente;IV-

Após III, encaminhar à GEJURI para elaboração do instrumento correspondente;V- Determinar a publicação deste ato no Diário Oficial da União.

MARIA HELENA MOSCOSO DA SILVA

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 185, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 17 da Resolução CSMPF nº 168, de 2 de agosto de 2016, que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 57, inciso I, alínea "a" da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e considerando a deliberação tomada na 4ª Sessão Extraordinária de 2018 (PGEA nº 1.00.001.000031/2017-51), resolve:

Art. 1º O parágrafo único do art. 17 da Resolução n. 168, de 2 de agosto de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.17. .....

Parágrafo único. Se coincidir com feriado a primeira terça-feira do mês, a sessão ordinária será adiada para outra data a ser designada pela Presidência do Conselho.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Presidente do Conselho

LUCIANO MARIZ MAIA
Conselheiro

ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO
Conselheira

MARIA HILDA MARSIAJ PINTO
Conselheira

LINDORA MARIA ARAUJO
Conselheira

JOSE FLAUBERT MACHADO ARAUJO
Conselheiro

JOSE BONIFACIO BORGES DE ANDRADA
Conselheiro

MARIO LUIZ BONSAGLIA
Conselheiro

NIVIO DE FREITAS SILVA FILHO
Conselheiro

LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN
Conselheira

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
3ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2018

Aos dezessete dias de outubro de dois mil e dezoito às quatorze horas e dez minutos, iniciou-se, com transmissão via intranet do MPT e via Youtube, a Décima Quarta (14a) Sessão Ordinária da 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, na sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral do Trabalho localizada no SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, 16º Andar, Edifício CNC, em Brasília-DF. Presentes a Coordenadora, Subprocuradora-Geral do Trabalho, Sandra Lia Simón e as Procuradoras Regionais do Trabalho, Júnia Bonfante Raymundo e Márcia Campos Duarte. Após os cumprimentos iniciais, deu-se início à deliberação dos feitos, conforme abaixo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1) PROCEDIMENTOS NÃO HOMOLOGADOS

Processo IC-001410.2016.07.000/4 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: SUPERMERCADO FAMÍLIA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento quanto o tema 09.04. CTPS E REGISTRO DE EMPREGADOS, e homologar o arquivamento quanto aos temas 09.06.02. Jornada de Trabalho; 09.06.02.01. Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei; 09.06.03. Descanso e Intervalos; 09.06.03.03. Descanso Semanal; 09.14.01. Alimentação do Trabalhador; e 09.14.04. Descontos Indevidos, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000502.2016.11.000/8 - Assunto: 1.CODEMAT, 3.CONAFRET, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ISS MANUTENCAO E SERVICOS INTEGRADOS LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento no tocante aos itens 06.01.02.11. Outros Motivos de Discriminação, 09.01. Abusos Decorrentes do Poder Hierárquico do Empregador e 03.01.04. Desvirtuamento da Intermediação de mão-de-obra ou da Terceirização de serviços; e homologar o feito quanto aos temas 01.01.07. Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho e 09.14.01. Alimentação do Trabalhador, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002510.2017.03.000/7 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, INQUIRIDO: LOTT, OLIVEIRA BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-004390.2017.03.000/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S/A (SUCESSORA DA ANGLOGOLD ASHANTI BRASIL MINERAÇÃO LTDA), NOTICIANTE: MTE - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM MINAS GERAIS - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, devendo ser expedido ofício à Corregedoria do MPT para ciência, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001815.2017.04.000/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: ATENA SERVICOS MEDICOS LTDA - ME , NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002542.2017.05.000/9 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PRT DA 5ª REGIÃO, INQUIRIDO: SETA CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA LTDA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000101.2017.08.003/0 - Assunto: 2.CONAETE - Interessados: INQUIRIDO: FAZENDA MARAFON - LUCIANO FRANCISCO MARAFON, NOTICIANTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA - PROMOTORIA DE JUSTICA AGRARIA DE SANTAREM - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002560.2017.10.000/7 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: TELLUS S/A INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-005032.2018.02.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: DAVID E ANICETO ADVOGADOS ASSOCIADOS, NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-005213.2018.02.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO, NOTICIADO: ZODIO BRASIL COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E ALIMENTOS SA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento quanto ao tema "09.03.01. Cota legal" e homologar o arquivamento quanto ao tema "09.06.03.03. Descanso Semanal", nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000199.2018.10.001/8 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO DO ESTADO DO TOCANTINS - SINEP/TO, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES ESCOLA PARTICULARES DO ESTADO DO TOCANTINS - SINTEPET-TO, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS ESCOLAS PARTICULARES DE PALMAS - SINTEPP - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000950.2018.20.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE TOBIAS BARRETO/SE, NOTICIANTE: PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO - VARA DO TRABALHO DE LAGARTO/SE - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, determinando-se, de ofício, a remessa dos autos ao 7° Ofício Geral da PRT-20ª Região/SE para adoção das providências cabíveis, nos termos do voto do(a) relator(a).

2) RECURSOS ADMINISTRATIVOS DELIBERADOS

Processo IC-000004.2014.09.004/5 - Assunto: 1.CODEMAT, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SINDICAM - SINDICATO DOS TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS AUTÔNOMOS DE BENS DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ, INQUIRIDO: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001240.2016.05.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, INQUIRIDO: SABORE CIA COMERCIO E SERVIÇOS DE ALIMENTOS LTDA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-005262.2017.03.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIADO: HOSPITAL VITALLIS BARREIRO LTDA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do recurso e homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000168.2017.23.003/8 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: CLEITON MULLER CASA SANTA , NOTICIANTE: MARIA ALICE RIBEIRO DA SILVA , INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE VERA, INQUIRIDO: WALDIR ALESSANDRO GABRIEL - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-005267.2018.02.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), NOTICIADO: SÃO PAULO TRANSPORTE SA (SPTRANS) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000662.2018.02.001/7 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIADO: SINHORES - SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002707.2018.03.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: COTTAR ENGENHARIA E MANUTENÇÕES LTDA, NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002753.2018.03.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, NOTICIADO: RESTAURANTE DC BELO HORIZONTE LTDA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001255.2018.06.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: ENTRE AMIGOS O BODE LTDA. , NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000996.2018.08.000/9 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE CAMETÁ, NOTICIANTE: SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO ESTADO DO PARÁ - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do recurso e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000214.2018.09.008/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: SINEPE/PR - SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO DO ESTADO DO PARANÁ - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002459.2018.15.000/5 - Assunto: 4.CONAP, 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: JULIO CÉSAR GIROTTO, NOTICIADO: MUNICIPIO DE CASA BRANCA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000731.2018.19.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO, INQUIRIDO: MUNICIPIO DE MACEIO, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento parcial para que haja a retificação do polo passivo do presente IC (Clube Fênix de Alagoas) e homologar o arquivamento do feito por fundamento jurídico diverso do invocado pelo órgão oficiante, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001043.2018.22.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

3) PROCEDIMENTOS HOMOLOGADOS COM DESTAQUE

Processo NF-002926.2018.15.000/6 - Assunto: 1.CODEMAT, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: THALITA PEREIRA DE SOUZA 34882888890 - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) redator(a) designada Dra. Junia Bonfante Raymundo. Vencida a Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-001290.2018.18.000/3 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: TRANSPORTES ZILLI LTDA. - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) redator(a) designada Dra. Júnia Bonfante Raymundo. Vencida a Dra. Márcia Campos Duarte quanto ao declínio de atribuições..

4) CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA

Processo IC-001164.2017.05.000/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANDERSON FONTES PASSOS GUIMARÃES, INQUIRIDO: ASSOCIACAO EDUCATIVA E CULTURAL DE CAMAÇARI - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002574.2017.06.000/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: FMM PERNAMBUCO COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004885.2018.02.000/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: LOFEMA BENEFICIADORA DE METAIS LTDA, NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento quanto aos temas 09.04. CTPS E REGISTRO DE EMPREGADOS, 09.06.03.04. Férias, 09.14.02. Atraso ou não ocorrência do Pagamento e 09.14.09. Reajuste salarial decorrente de dissídio; e, converter em diligência o julgamento quanto ao tema "09.01. ABUSOS DECORRENTES DO PODER HIERÁRQUICO DO EMPREGADOR (campo de especificação obrigatória) - Complemento: perseguições, suspensões, exigências abusivas e sobrecarga de trabalho", nos termos do voto do(a) relator(a).

5) DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

Processo IC-000431.2017.04.008/4 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - PTM DE NOVO HAMBURGO, INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE ARARICÁ - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000274.2018.01.007/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: NR - SERVIÇOS CONTÁBEIS, ORGANIZAÇÕES E ASSISTÊNCIA EMPRESARIAL - SOCIEDADE SIMPLES LTDA, NOTICIANTE: UNIÃO FEDERAL/MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO/GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM PETRÓPOLIS - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por maioria, não referendar a decisão declinatória de atribuição em favor do Ministério Público Federal e, por unanimidade, homologar o indeferimento liminar, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida parcialmente a Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-005921.2018.02.000/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, NOTICIADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (CONSELHO TUTELAR DE CIDADE TIRADENTES I) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do declínio de atribuições, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003193.2018.04.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: TERESOPOLIS TENIS CLUBE, NOTICIADO: THIAGO PUJOL NUNES DA SILVA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por maioria, não referendar o declínio de atribuições, devendo a PRT de Origem expedir ofício com cópia da notícia de fato à Procuradoria da República no Município de Porto Alegre (sem remessa dos autos) e ao Ministério do Trabalho para ciência e providências cabíveis, nos termos do voto do(a) redator(a) designada Dra. Junia Bonfante Raymundo. Vencida a Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000092.2018.07.002/8 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: Município de Piquet Carneiro, NOTICIANTE: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIQUET CARNEIRO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do declínio de atribuições, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000264.2018.12.002/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar o indeferimento liminar; e, por maioria, não referendar o declínio de atribuição, devendo a PRT de Origem expedir ofício com cópia da notícia de fato à Procuradoria da República no Município de Criciúma (sem remessa dos autos) e ao Ministério do Trabalho para ciência e providências cabíveis nos respectivos âmbitos de atuação, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida parcialmente a Dra. Márcia Campos Duarte.

Também foi deliberado, por unanimidade, referendar o declínio de atribuição dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ - NF-003581.2018.01.000/5, NF-000215.2018.01.002/6, NF-000608.2018.01.006/4, NF-000678.2018.01.006/5, NF-000680.2018.01.006/1, NF-000684.2018.01.006/7, NF-000688.2018.01.006/2 - PRT 2ª Região-SP - IC-000212.2017.02.004/8 - PRT 3ª Região-MG - NF-000768.2018.03.002/6, NF-000429.2018.03.006/2, NF-000154.2018.03.008/0 - PRT 4ª Região-RS - NF-000464.2018.04.007/0 - PRT 5ª Região-BA - IC-000268.2017.05.005/9, NF-000183.2018.05.005/6, NF-000143.2018.05.007/9, NF-000150.2018.05.007/7 - PRT 6ª Região-PE - NF-000426.2018.06.002/5 - PRT 9ª Região-PR - PAJ-000072.2016.09.004/3 - PRT 12ª Região-SC - PP-000135.2006.12.002/0, NF-000263.2018.12.002/6 - PRT 13ª Região-PB - NF-001061.2018.13.000/4 - PRT 15ª Região-Campinas - NF-002627.2018.15.000/0, NF-002860.2018.15.000/1 - PRT 16ª Região-MA - IC-000067.2017.16.002/9, NF-000735.2018.16.000/5 - PRT 17ª Região-ES - NF-000996.2018.17.000/2 - PRT 18ª Região-GO - NF-000188.2018.18.001/1.

6) HOMOLOGAÇÕES DE ARQUIVAMENTO: Foi deliberado, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ - IC-001524.2010.01.000/2, IC-000554.2011.01.006/8, IC-000176.2012.01.007/6, IC-001445.2013.01.000/9, IC-001120.2014.01.000/9, IC-003314.2014.01.000/5, IC-003991.2014.01.000/3, IC-004503.2014.01.000/6, IC-004608.2014.01.000/0, IC-000015.2014.01.005/9, IC-001904.2015.01.000/8, IC-001937.2015.01.000/3, IC-001998.2015.01.000/7, IC-002424.2015.01.000/2, IC-002783.2015.01.000/7, IC-003399.2015.01.000/5, IC-003842.2015.01.000/1, IC-004240.2015.01.000/5, IC-004512.2015.01.000/9, IC-004559.2015.01.000/2, IC-005110.2015.01.000/7, IC-005145.2015.01.000/3, IC-005321.2015.01.000/3, IC-000546.2015.01.004/2, IC-001364.2015.01.004/5, IC-000256.2015.01.005/6, IC-000386.2016.01.000/4, IC-001962.2016.01.000/7, IC-002833.2016.01.000/4, PP-005289.2016.01.000/0, IC-000043.2016.01.002/0, IC-000297.2016.01.002/1, IC-000527.2016.01.003/6, IC-000969.2016.01.004/1, IC-000375.2016.01.005/5, IC-000499.2016.01.005/3, IC-000636.2016.01.005/7, IC-000661.2016.01.005/7, IC-000126.2016.01.007/0, IC-000400.2017.01.000/9, IC-000827.2017.01.000/0, IC-001097.2017.01.000/0, IC-001502.2017.01.000/1, IC-001735.2017.01.000/1, IC-002387.2017.01.000/3, IC-002856.2017.01.000/5, IC-003006.2017.01.000/3, IC-006245.2017.01.000/2, IC-006721.2017.01.000/4, PP-006757.2017.01.000/6, IC-006809.2017.01.000/2, IC-000437.2017.01.001/6, IC-000213.2017.01.002/0, IC-000376.2017.01.003/2, IC-000833.2017.01.004/6, IC-000061.2017.01.006/3, IC-000600.2017.01.006/0, IC-000387.2018.01.000/6, IC-000389.2018.01.000/9, IC-000897.2018.01.000/4, PP-001065.2018.01.000/1, PP-001203.2018.01.000/7, IC-001304.2018.01.000/0, IC-001356.2018.01.000/2, PP-001740.2018.01.000/2, PP-002259.2018.01.000/0, NF-002835.2018.01.000/9, NF-003149.2018.01.000/4, IC-000102.2018.01.001/0, IC-000097.2018.01.003/0, IC-000163.2018.01.003/2, NF-000091.2018.01.004/8, NF-000728.2018.01.004/5, PP-000045.2018.01.007/1 - PRT 2ª Região-SP - IC-000554.2007.02.001/7, IC-002725.2012.02.000/5, IC-005946.2012.02.000/2, IC-001972.2013.02.000/9, IC-000955.2014.02.000/1, IC-004126.2014.02.000/7, IC-000105.2014.02.005/4, IC-007282.2015.02.000/7, IC-008178.2015.02.000/4, IC-008619.2015.02.000/8, IC-009626.2015.02.000/6, IC-000533.2015.02.002/6, IC-000411.2015.02.003/1, IC-001128.2016.02.000/7, IC-001639.2016.02.000/5, IC-004482.2016.02.000/9, NF-005470.2016.02.000/0, IC-007572.2016.02.000/4, IC-008266.2016.02.000/6, IC-009038.2016.02.000/1, IC-000520.2016.02.005/5, IC-002665.2017.02.000/2, IC-003864.2017.02.000/0, IC-004266.2017.02.000/5, IC-007501.2017.02.000/6, IC-009549.2017.02.000/1, IC-000744.2017.02.001/0, IC-000900.2017.02.002/3, IC-000660.2017.02.003/3, IC-000001.2017.02.004/9, IC-000200.2017.02.005/9, IC-000486.2017.02.005/1, IC-000637.2017.02.005/8, PP-001448.2018.02.000/5, PP-002075.2018.02.000/7, NF-002284.2018.02.000/2, PP-002406.2018.02.000/7, PP-002492.2018.02.000/2, PP-002769.2018.02.000/3, NF-003318.2018.02.000/5, PP-003332.2018.02.000/5, PP-003657.2018.02.000/7, NF-003713.2018.02.000/7, NF-004322.2018.02.000/7, PP-004356.2018.02.000/8, NF-004592.2018.02.000/6, NF-004606.2018.02.000/8, PP-004651.2018.02.000/2, PP-004695.2018.02.000/0, NF-004817.2018.02.000/4, NF-004847.2018.02.000/3, NF-004864.2018.02.000/0, NF-004874.2018.02.000/6, NF-004928.2018.02.000/3, NF-004950.2018.02.000/9, NF-005148.2018.02.000/6, NF-005210.2018.02.000/0, NF-005244.2018.02.000/1, NF-005345.2018.02.000/4, NF-005414.2018.02.000/7, NF-005415.2018.02.000/2, NF-005428.2018.02.000/5, NF-005443.2018.02.000/0, NF-005456.2018.02.000/3, NF-005469.2018.02.000/6, NF-005488.2018.02.000/3, NF-005505.2018.02.000/3, NF-005571.2018.02.000/6, NF-005602.2018.02.000/4, NF-005603.2018.02.000/0, NF-005628.2018.02.000/0, NF-005695.2018.02.000/8, NF-005702.2018.02.000/1, NF-005715.2018.02.000/4, NF-005728.2018.02.000/7, NF-005871.2018.02.000/8, NF-006005.2018.02.000/5, NF-006292.2018.02.000/0, IC-000350.2018.02.001/2, NF-000618.2018.02.001/9, IC-000647.2018.02.001/4, IC-000456.2018.02.002/0, NF-000487.2018.02.002/8, NF-000539.2018.02.002/2, IC-000072.2018.02.003/0, IC-000083.2018.02.003/5, IC-000127.2018.02.003/0, IC-000268.2018.02.003/4, NF-000384.2018.02.003/1, PP-000091.2018.02.004/0, IC-000179.2018.02.005/1 - PRT 3ª Região-MG - PP-001083.2012.03.000/4, IC-001487.2013.03.000/7, IC-003162.2014.03.000/3, IC-003285.2014.03.000/0, IC-000260.2014.03.010/2, IC-000352.2015.03.000/8, IC-002711.2015.03.000/3, IC-002853.2015.03.000/7, IC-000520.2015.03.001/0, IC-000294.2015.03.007/8, IC-003442.2016.03.000/6, IC-003715.2016.03.000/5, IC-000102.2016.03.001/9, IC-000705.2016.03.001/7, IC-000696.2016.03.002/1, IC-003230.2017.03.000/6, IC-003242.2017.03.000/3, IC-003595.2017.03.000/3, IC-000376.2017.03.001/4, IC-000506.2017.03.001/0, IC-000852.2017.03.001/5, IC-000210.2017.03.002/5, IC-000428.2017.03.002/0, IC-000011.2018.03.000/0, IC-001294.2018.03.000/1, PP-001537.2018.03.000/1, IC-001602.2018.03.000/2, IC-001922.2018.03.000/7, IC-002837.2018.03.000/1, IC-000208.2018.03.003/2, NF-000344.2018.03.003/4, NF-000340.2018.03.007/2, IC-000089.2018.03.009/2, IC-000209.2018.03.010/7 - PRT 4ª Região-RS - IC-000647.2012.04.000/0, IC-000364.2014.04.004/0, IC-000166.2014.04.005/8, IC-000267.2014.04.006/3, IC-000516.2014.04.006/4, IC-000658.2015.04.000/9, IC-000306.2015.04.006/4, IC-000342.2015.04.007/9, IC-001332.2016.04.000/6, IC-002547.2016.04.000/2, IC-003100.2016.04.000/8, IC-003607.2016.04.000/2, PP-003790.2016.04.000/9, IC-003821.2016.04.000/7, IC-003993.2016.04.000/0, IC-004426.2016.04.000/3, IC-004723.2016.04.000/0, IC-004764.2016.04.000/0, IC-000607.2016.04.006/8, IC-000276.2016.04.007/8, IC-000254.2016.04.008/4, IC-000328.2017.04.000/8, IC-000588.2017.04.000/8, IC-000767.2017.04.000/3, IC-001090.2017.04.000/3, IC-002107.2017.04.000/0, IC-002323.2017.04.000/5, IC-002863.2017.04.000/7, IC-003148.2017.04.000/9, IC-003347.2017.04.000/8, IC-003363.2017.04.000/9, IC-003925.2017.04.000/9, IC-004072.2017.04.000/6, IC-004104.2017.04.000/0, IC-004117.2017.04.000/2, IC-004132.2017.04.000/8, IC-004676.2017.04.000/1, IC-000080.2017.04.006/1, IC-000085.2017.04.006/8, IC-000262.2017.04.006/0, IC-000395.2017.04.006/9, IC-000491.2017.04.007/0, IC-000325.2017.04.008/0, IC-000013.2018.04.000/4, IC-000059.2018.04.000/4, IC-000224.2018.04.000/7, IC-000402.2018.04.000/0, IC-000439.2018.04.000/2, IC-000761.2018.04.000/8, PP-000839.2018.04.000/5, NF-000879.2018.04.000/4, NF-001200.2018.04.000/2, IC-001227.2018.04.000/3, PP-001268.2018.04.000/4, PP-001616.2018.04.000/0, IC-001746.2018.04.000/7, IC-001811.2018.04.000/9, IC-002723.2018.04.000/6, NF-002823.2018.04.000/4, NF-002880.2018.04.000/5, NF-003149.2018.04.000/6, PP-000121.2018.04.005/0, IC-000183.2018.04.008/1 - PRT 5ª Região-BA - IC-000432.2011.05.000/4, IC-000061.2012.05.004/2, IC-002453.2014.05.000/8, IC-000615.2015.05.006/1, IC-002473.2016.05.000/4, IC-000831.2017.05.000/7, IC-002571.2017.05.000/2, IC-002708.2017.05.000/0, IC-002989.2017.05.000/1, IC-000177.2017.05.005/1, IC-000512.2017.05.006/0, IC-000029.2018.05.000/2, IC-000111.2018.05.000/8, PP-000473.2018.05.000/9, NF-001293.2018.05.000/8, PP-001326.2018.05.000/7, PP-001347.2018.05.000/5, NF-001379.2018.05.000/5, IC-001686.2018.05.000/7, NF-001794.2018.05.000/0, IC-000089.2018.05.001/3, IC-000083.2018.05.003/3, IC-000012.2018.05.005/2, IC-000119.2018.05.006/4 - PRT 6ª Região-PE - IC-000414.2014.06.000/2, IC-003071.2016.06.000/3, IC-000957.2017.06.000/0, IC-002986.2017.06.000/6, IC-003881.2017.06.000/0, IC-000610.2017.06.002/3, IC-000237.2018.06.000/0, PP-000241.2018.06.000/0, IC-001355.2018.06.000/1, NF-001366.2018.06.000/3, NF-001529.2018.06.000/9, NF-001964.2018.06.000/6, IC-000156.2018.06.002/2, PP-000256.2018.06.002/0, IC-000260.2018.06.002/0, IC-000318.2018.06.002/2 - PRT 7ª Região-CE - IC-001003.2014.07.000/1, IC-001042.2014.07.000/1, IC-000280.2015.07.000/0, IC-000659.2015.07.000/8, IC-001943.2015.07.000/4, IC-000351.2015.07.001/0, IC-000289.2015.07.002/5, IC-000854.2016.07.000/5, IC-000255.2017.07.000/5, IC-000285.2017.07.000/7, IC-000827.2017.07.000/5, IC-001789.2017.07.000/1, IC-000213.2018.07.000/6, IC-000253.2018.07.000/5, PP-000389.2018.07.000/3, PP-000422.2018.07.000/3, PP-000630.2018.07.000/4, PP-000644.2018.07.000/3, PP-000708.2018.07.000/1, PP-001017.2018.07.000/6, NF-001130.2018.07.000/9, NF-001580.2018.07.000/0, NF-000122.2018.07.001/7 - PRT 8ª Região-PA - IC-001110.2010.08.000/0, IC-000277.2014.08.003/4, IC-000373.2016.08.000/3, IC-000021.2016.08.003/0, IC-000205.2016.08.003/1, IC-000717.2017.08.000/8, IC-000807.2017.08.000/1, IC-002025.2017.08.000/7, IC-002028.2017.08.000/3, IC-000153.2017.08.003/5, IC-000189.2017.08.003/5, IC-000489.2018.08.000/0, PP-000662.2018.08.000/7, NF-001017.2018.08.000/5 - PRT 9ª Região-PR - IC-000114.2011.09.007/1, IC-000655.2014.09.000/0, IC-002419.2014.09.000/9, IC-002565.2015.09.000/8, IC-000278.2015.09.005/8, IC-000977.2016.09.000/7, IC-002777.2016.09.000/1, IC-003867.2016.09.000/0, IC-000293.2016.09.001/0, IC-000310.2016.09.006/5, IC-000129.2016.09.008/6, IC-000144.2017.09.000/3, IC-000579.2017.09.000/0, IC-001520.2017.09.000/0, IC-001984.2017.09.000/0, IC-002606.2017.09.000/6, PP-002718.2017.09.000/0, IC-002956.2017.09.000/0, IC-003000.2017.09.000/8, IC-003576.2017.09.000/1, IC-003651.2017.09.000/9, IC-000301.2017.09.001/2, IC-000480.2017.09.001/2, IC-000539.2017.09.001/1, IC-000576.2017.09.001/1, IC-000044.2017.09.005/9, IC-000192.2017.09.005/1, IC-000239.2017.09.005/0, IC-000263.2017.09.005/4, IC-000178.2017.09.007/7, IC-000148.2017.09.009/7, IC-000015.2017.09.010/4, IC-000131.2018.09.000/0, IC-000226.2018.09.000/2, IC-000629.2018.09.000/4, PP-001123.2018.09.000/0, PP-001580.2018.09.000/0, PP-001604.2018.09.000/9, NF-001755.2018.09.000/3, PP-001787.2018.09.000/3, NF-001810.2018.09.000/8, PP-001912.2018.09.000/6, NF-001963.2018.09.000/3, IC-000308.2018.09.001/0, IC-000079.2018.09.003/0, PP-000020.2018.09.005/7, IC-000097.2018.09.007/9, IC-000107.2018.09.007/2, IC-000179.2018.09.008/7, IC-000189.2018.09.008/4, IC-000021.2018.09.009/1, IC-000073.2018.09.010/2, IC-000150.2018.09.010/9 - PRT 10ª Região-DF - IC-000141.2015.10.000/4, IC-000018.2016.10.000/9, IC-000852.2016.10.000/8, IC-001181.2016.10.000/6, IC-001710.2016.10.000/0, IC-000129.2016.10.002/0, IC-000080.2016.10.003/0, IC-000257.2017.10.000/3, IC-000616.2017.10.000/0, IC-001165.2017.10.000/7, IC-001362.2017.10.000/5, IC-001483.2017.10.000/0, IC-001549.2017.10.000/5, IC-001652.2017.10.000/0, IC-001933.2017.10.000/5, IC-002004.2017.10.000/4, IC-002073.2017.10.000/3, IC-002244.2017.10.000/4, IC-002256.2017.10.000/1, IC-002285.2017.10.000/5, IC-002464.2017.10.000/1, IC-002535.2017.10.000/5, IC-002591.2017.10.000/1, IC-002924.2017.10.000/2, IC-000338.2017.10.001/1, IC-000186.2017.10.002/7, IC-000038.2017.10.003/1, IC-000040.2018.10.000/2, IC-000149.2018.10.000/3, IC-000272.2018.10.000/9, PP-000422.2018.10.000/9, IC-000470.2018.10.000/2, PP-000691.2018.10.000/0, PP-000768.2018.10.000/0, IC-000798.2018.10.000/2, IC-000950.2018.10.000/9, PP-001292.2018.10.000/9, IC-001303.2018.10.000/4, IC-001348.2018.10.000/7, IC-001381.2018.10.000/4, IC-001391.2018.10.000/0, PP-001889.2018.10.000/4, IC-000055.2018.10.002/9 - PRT 11ª Região-AM - IC-000569.2013.11.000/8, IC-000560.2016.11.000/9, IC-000311.2017.11.000/5, NF-000641.2017.11.000/1, IC-000202.2018.11.000/9, IC-000766.2018.11.000/9, NF-000851.2018.11.000/8 - PRT 12ª Região-SC - IC-000437.2013.12.000/6, IC-000035.2014.12.005/4, IC-000253.2015.12.001/0, IC-000438.2015.12.005/0, IC-000280.2016.12.000/0, IC-001050.2016.12.000/0, IC-000197.2016.12.004/6, IC-000428.2016.12.005/5, IC-000860.2017.12.000/7, IC-000212.2017.12.003/9, IC-000131.2017.12.004/7, IC-000323.2017.12.004/9, IC-000349.2017.12.005/0, IC-000357.2017.12.005/4, PP-000019.2018.12.000/7, IC-000544.2018.12.000/6, NF-000178.2018.12.004/3 - PRT 13ª Região-PB - IC-000308.2013.13.000/3, IC-000750.2013.13.000/1, IC-001199.2013.13.000/5, IC-001216.2013.13.000/5, IC-001318.2013.13.000/3, IC-001500.2013.13.000/8, IC-001641.2013.13.000/6, IC-001717.2013.13.000/7, IC-001738.2013.13.000/5, IC-000882.2014.13.000/7, IC-001250.2014.13.000/0, IC-001577.2014.13.000/2, IC-000396.2015.13.000/1, IC-000801.2015.13.000/5, IC-000826.2015.13.000/1, IC-000544.2016.13.000/1, IC-000736.2016.13.000/3, IC-001169.2016.13.000/1, IC-001234.2016.13.000/2, IC-001273.2016.13.000/2, IC-000094.2017.13.000/4, IC-000139.2017.13.000/6, IC-000340.2017.13.000/2, IC-000421.2017.13.000/2, IC-000898.2017.13.000/0, IC-001132.2017.13.000/6, IC-001623.2017.13.000/1, IC-001689.2017.13.000/2, IC-001959.2017.13.000/5, IC-000047.2017.13.002/7, IC-000526.2018.13.000/5, NF-000619.2018.13.000/5, IC-

000802.2018.13.000/0, NF-000862.2018.13.000/3, PP-000025.2018.13.001/9, IC-000213.2018.13.001/2 - PRT 14ª Região-RO - IC-000200.2012.14.002/9, IC-000764.2014.14.000/8, IC-000181.2015.14.000/7, IC-000244.2016.14.000/8, IC-000163.2016.14.002/4, IC-000399.2017.14.000/7, IC-000425.2017.14.000/9, IC-000122.2017.14.002/1, IC-000072.2018.14.001/0, IC-000078.2018.14.001/3 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-000005.2010.15.002/2, IC-000025.2012.15.000/0, IC-000460.2013.15.000/6, IC-003153.2014.15.000/1, IC-003320.2014.15.000/0, IC-000230.2014.15.002/7, IC-000107.2015.15.000/8, IC-000583.2015.15.000/3, IC-000112.2015.15.001/1, IC-000400.2015.15.002/4, IC-000510.2015.15.005/4, IC-000299.2015.15.006/3, IC-000221.2015.15.007/0, IC-000284.2015.15.008/0, IC-000710.2015.15.008/5, IC-000687.2016.15.001/8, PP-000930.2016.15.001/1, IC-000253.2016.15.006/9, IC-000467.2016.15.006/8, IC-000771.2016.15.008/3, IC-002756.2017.15.000/9, IC-002964.2017.15.000/9, IC-003078.2017.15.000/0, IC-000767.2017.15.001/4, IC-000373.2018.15.000/8, PP-000593.2018.15.000/9, PP-000640.2018.15.000/1, PP-000994.2018.15.000/8, IC-001189.2018.15.000/4, PP-001782.2018.15.000/0, IC-002024.2018.15.000/0, IC-002282.2018.15.000/1, IC-002320.2018.15.000/0, NF-002865.2018.15.000/9, NF-002898.2018.15.000/4, PP-000007.2018.15.001/3, PP-000324.2018.15.001/6, PP-000513.2018.15.001/9, PP-000646.2018.15.001/8, PP-000109.2018.15.002/5, IC-000120.2018.15.002/2, PP-000511.2018.15.002/4, PP-000077.2018.15.003/0, PP-000215.2018.15.003/3, PP-000255.2018.15.003/2, PP-000276.2018.15.003/3, NF-000310.2018.15.003/0, NF-000336.2018.15.003/2, IC-000013.2018.15.004/2, IC-000127.2018.15.008/6, IC-000291.2018.15.008/7 - PRT 16ª Região-MA - IC-000106.2013.16.000/7, IC-000278.2014.16.000/1, IC-000093.2014.16.002/3, IC-000613.2015.16.000/1, IC-001077.2015.16.000/2, IC-000219.2015.16.001/5, IC-000751.2016.16.000/9, IC-000523.2017.16.000/6, IC-000663.2017.16.000/3, IC-000982.2017.16.000/6, IC-000090.2017.16.002/2, PP-000468.2018.16.000/1, NF-000736.2018.16.000/1, NF-000789.2018.16.000/7, NF-000801.2018.16.000/6, NF-000816.2018.16.000/5, NF-000896.2018.16.000/3, IC-000045.2018.16.002/1 - PRT 17ª Região-ES - IC-001009.2012.17.000/1, IC-001345.2015.17.000/2, IC-001014.2016.17.000/8, IC-001084.2016.17.000/2, IC-000332.2017.17.000/1, IC-000907.2017.17.000/0, PP-001416.2017.17.000/0, IC-000216.2017.17.001/2, IC-000109.2018.17.000/0, IC-000209.2018.17.000/9, PP-000217.2018.17.000/3, NF-000746.2018.17.000/0, NF-000755.2018.17.000/0, PP-000775.2018.17.000/5, PP-000884.2018.17.000/4, NF-000954.2018.17.000/0, NF-000965.2018.17.000/4, IC-000047.2018.17.001/7, IC-000077.2018.17.001/1 - PRT 18ª Região-GO - IC-000458.2015.18.000/8, IC-001072.2015.18.000/1, IC-000061.2016.18.000/3, IC-000285.2016.18.002/3, IC-000195.2016.18.003/0, IC-001113.2017.18.000/0, IC-001371.2017.18.000/1, IC-000345.2017.18.002/5, IC-000002.2018.18.000/9, IC-000774.2018.18.000/0, IC-000902.2018.18.000/2, IC-001222.2018.18.000/0, NF-001223.2018.18.000/5, IC-001258.2018.18.000/1, NF-001318.2018.18.000/3, IC-000149.2018.18.003/5 - PRT 19ª Região-AL - IC-000402.2014.19.001/0, IC-000084.2016.19.000/3, IC-001110.2017.19.000/1, IC-000075.2017.19.001/7, IC-000091.2017.19.001/4, IC-000016.2018.19.000/8, IC-000023.2018.19.000/4, IC-000544.2018.19.000/2, PP-000718.2018.19.000/2, IC-000970.2018.19.000/1, IC-000054.2018.19.001/7 - PRT 20ª Região-SE - IC-000330.2015.20.000/9, IC-000628.2015.20.000/7, IC-001681.2016.20.000/3, IC-002798.2016.20.000/3, IC-002970.2016.20.000/1, IC-000591.2017.20.000/0, IC-001252.2017.20.000/2, IC-001365.2017.20.000/2, IC-001389.2017.20.000/7, IC-000397.2018.20.000/5, NF-001237.2018.20.000/9, NF-001269.2018.20.000/9 - PRT 21ª Região-RN - IC-000392.2014.21.000/3, IC-000845.2014.21.000/7, IC-001763.2016.21.000/7, IC-000468.2017.21.000/6, IC-000275.2017.21.002/4, NF-000953.2018.21.000/0, IC-000041.2018.21.001/5, IC-000049.2018.21.001/3, IC-000098.2018.21.001/7 - PRT 22ª Região-PI - IC-000218.2016.22.001/0, IC-001687.2017.22.000/4, PP-000225.2018.22.000/5, PP-000432.2018.22.000/0, IC-000573.2018.22.000/3, IC-000683.2018.22.000/9, PP-000978.2018.22.000/8 - PRT 23ª Região-MT - IC-000466.2015.23.000/0, IC-000654.2016.23.000/9, IC-000779.2016.23.000/3, IC-000113.2017.23.003/0, IC-000007.2018.23.000/0, IC-000644.2018.23.000/7, IC-000700.2018.23.000/0, NF-000746.2018.23.000/8, IC-000189.2018.23.001/5, NF-000190.2018.23.003/1 - PRT 24ª Região-MS - PP-000144.2018.24.000/7, PP-000296.2018.24.000/4, PP-000389.2018.24.000/4, IC-000394.2018.24.000/0, IC-000037.2018.24.001/6, IC-000048.2018.24.002/2.

Eu, Luiz Cláudio Barbosa Lucas, Secretário da sessão, nos termos do artigo 18, inciso XII, da Resolução nº 142/CSMPT, lavrei a presente ata e a encaminhei a todos os Membros da 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão (MPT) para leitura e aprovação, com determinação de publicá-la no Diário Oficial da União.

Encerrou-se a sessão às 15:35 horas.

SANDRA LIA SIMÓN
Coordenadora

JÚNIA BONFANTE RAYMUNDO
Membro

MÁRCIA CAMPOS DUARTE
Membro

LUIZ CLÁUDIO BARBOSA LUCAS
Secretário

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 317, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre os procedimentos relativos à mudança da Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região, para a Torre Corporate do empreendimento TREND Nova Carlos Gomes, localizado na Av. Senador Tarso Dutra nº 605, em Porto Alegre, e dá outras providências.

O PROCURADOR-CHEFE da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso III c/c artigo 2º, § 2º, incisos III e XXI da Portaria PGT/MPT nº 1728, de 2 de outubro de 2017, considerando a aquisição, por meio da Superintendência do Patrimônio da União de 3 (três) Pavimentos (7º, 8º e 9º Andares), bem como a locação de 2 (dois) Pavimentos (10º e 11º), da Edificação denominada Trend Nova Carlos Gomes ("TNCG"), situada na Avenida Tarso Dutra nº 605, Bairro Petrópolis, nesta Capital, para as instalações da nova Sede da PRT4, conforme informações constantes no PGEA nº 003493.2017.04.900/0 e no PGEA nº 000217.2018.04.900/0; e

Considerando a necessidade de organizar os procedimentos necessários para viabilizar a transferência da Sede para as novas dependências, de forma a minimizar eventuais prejuízos ao trabalho desenvolvido e ao atendimento ao público externo na PRT4;, resolve:

Art. 1º Os procedimentos relativos à mudança ocorrerão de 5 a 16 de novembro de 2018;

Art. 2º Devido à necessidade de desligamento, transferência e reinstalação da rede lógica e equipamentos de informática, haverá apenas expediente interno no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região - Sede, no período compreendido entre 5 a 16 de novembro de 2018, destinado à organização de todo o material nos respectivos gabinetes e setores, a fim de viabilizar o início das atividades na nova sede, a partir de 19 de novembro de 2018;

Art. 3º Ficam suspensos os prazos administrativos, o atendimento ao público externo e aos advogados entre 5 a 16 de novembro de 2018, e, até 30.11.2018, a realização de audiências administrativas, à exceção daquelas consideradas urgentes;

Art. 4º O acesso ao ambiente de teletrabalho, bem como aos sistemas MPT Digital e Administrativo, continuará normalmente, com prejuízo apenas do acesso aos arquivos que se encontram na rede;

Art. 5º A Chefia analisará, caso a caso, as demandas não constantes na presente portaria;

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

VICTOR HUGO LAITANO

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÃO DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

NOTÍCIA DE FATO 110.2018.000330
EMENTA. DIRSA. ABUSO DE AUTORIDADE. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES DO MPF. MATÉRIA JÁ APURADA NO ÂMBITO DO MPM. ARQUIVAMENTO.

Declínio de atribuições promovido pelo Ministério Público Federal em Inquérito Civil para providências quanto à possível prática de abuso de autoridade por Major-Brigadeiro-do-Ar que ocupou o cargo de Diretor de Saúde da Aeronáutica. Matéria que já foi objeto de apuração no âmbito do Ministério Público Militar. Arquivamento determinado pelo PGJM.

JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral de Justiça Militar

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 499, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018 (*)

Dispõe sobre a instituição do Centro Nacional e dos Centros Locais de Inteligência da Justiça Federal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o item 4 dos Macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, consistente na "gestão de demandas repetitivas e grandes litigantes", visando reduzir o acúmulo de processos na Justiça Federal com especial atenção para os relativos à litígios multitudinários que, após identificados, comportam solução semelhante, com reversão ou prevenção de cultura excessiva da judicialização;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ n. 235, de 13 de julho de 2016, objetivando a padronização e a publicidade de processos que ensejem a criação de precedentes vinculantes, bem como de feitos suspensos ou sobrestados;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 6º, 67, 68 e 69 do Código de Processo Civil - CPC e na Resolução CNJ n. 125, de 29 de novembro de 2010;

CONSIDERANDO a sensível problemática do ajuizamento de inúmeras demandas repetitivas contra entes públicos, caracterizando o perfil de litigiosidade predominante na Justiça Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção, pelo Judiciário, de metodologias de gestão de acervos processuais, possibilitando enfoque preventivo com a identificação da origem de conflitos a serem submetidos à Justiça Federal e o estabelecimento de rotinas para fortalecimento do sistema de precedentes instituído pelo Código de Processo Civil;

CONSIDERANDO o decidido no Processo n. CJF-PPN-2018/00022, na sessão realizada em 24 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica referendada a criação do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal e dos Centros Locais de Inteligência, instituídos pela Portaria n. CJF-POR-2017/00369, de 19 de setembro de 2017, vinculados ao Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.

Art. 2º Compete ao Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal:

I - o monitoramento de demandas judiciais, visando:

a) prevenir o ajuizamento de demandas repetitivas ou de massa, a partir da identificação das possíveis causas geradoras do litígio, com a possível mediação e encaminhamento de eventual solução na seara administrativa;

b) acompanhar e monitorar o ajuizamento de demandas repetitivas ou de massa na Justiça Federal, a partir de relatórios elaborados pelos Centros Locais de Inteligência, com a finalidade de propor soluções para os conflitos e prevenir futuros litígios;

c) emitir notas técnicas referentes às demandas repetitivas ou de massa, notadamente para recomendar a uniformização de procedimentos administrativos e jurisdicionais e o aperfeiçoamento da legislação sobre a controvérsia;

d) informar aos Tribunais Regionais Federais e à Turma Nacional de Uniformização a possibilidade de adoção de mutirões de julgamentos de processos que versem sobre matéria idêntica, bem como propor soluções de natureza não jurisdicional em razão de conflitos repetitivos ou de massa;

e) propor medidas para o aperfeiçoamento procedimental das rotinas cartorárias dos Tribunais Regionais Federais no processamento de feitos que tenham recebido a mesma solução;

f) fomentar a implementação de medidas preventivas e de projetos de soluções alternativas de conflitos;

g) coordenar a instalação e supervisionar o funcionamento dos Centros Locais de Inteligência no âmbito dos Tribunais Regionais Federais, bem como a comunicação entre eles e os Núcleos de Gerenciamento de Precedentes dos Tribunais Regionais Federais;

h) propor ou realizar estudos sobre as causas e consequências do excesso de litigiosidade na Justiça Federal;

i) organizar reuniões, propor encontros e seminários com membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, das Defensorias Públicas, da Advocacia Pública e Privada, do Poder Executivo e do Poder Legislativo, com organizações da sociedade civil, universidades, estudiosos e outros que, de qualquer modo, possam contribuir para o debate e apresentação de propostas que visem ao aprimoramento da prestação jurisdicional na matéria relacionada às suas atribuições;

j) realizar audiências públicas visando obter subsídios para o estudo de temas sob apreciação.

II - o gerenciamento de precedentes, visando:

a) subsidiar a indicação de recurso especial ou extraordinário representativo de controvérsia, nos termos do art. 1.036, caput e § 1º, do CPC, no âmbito dos Tribunais Regionais Federais, com a apresentação de dados do impacto numérico (quantidade de processos ajuizados e suspensos, assim como de pessoas abrangidas) e do impacto financeiro relacionado a processos em tramitação fundados em idêntica questão de direito;

b) subsidiar a afetação de recursos repetitivos e admissão de incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR, com a apresentação de dados do impacto numérico (quantidade de processos ajuizados e suspensos e de pessoas abrangidas) e do impacto financeiro relacionado a processos em tramitação fundados em idêntica questão de direito;

c) subsidiar possível alteração de entendimento firmado em casos repetitivos (recursos repetitivos e IRDR) pelo Superior Tribunal de Justiça e pelos Tribunais Regionais Federais, com a apresentação de fatos e dados que justifiquem a reavaliação do precedente;

d) indicar ao Superior Tribunal de Justiça e aos Tribunais Regionais Federais situações fáticas ou jurídicas identificadas em processos em tramitação que possam estar dificultando a aplicação do entendimento firmado em casos repetitivos a processos correlatos;

e) subsidiar a admissão de Incidente de Assunção de Competência - IAC pelo Superior Tribunal de Justiça e pelos Tribunais Regionais Federais, com a apresentação de fatos e dados que indiquem, em processos em tramitação, os requisitos do art. 947 do CPC;

f) propor a padronização, em todas as instâncias e graus de jurisdição, da gestão dos processos suspensos em razão da admissão de incidentes de demandas repetitivas ou afetação de processos ao regime de julgamento dos recursos repetitivos ou de recursos extraordinários com repercussão geral, nos termos da Resolução CNJ n. 235/2016.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º O Centro Nacional de Inteligência é integrado por um Grupo Decisório e um Grupo Operacional, cabendo ao primeiro fixar as diretrizes de trabalho do Centro Nacional e deliberar pela aprovação ou rejeição das notas técnicas que lhe sejam encaminhadas pelo segundo.

Art. 4º Integram o Grupo Decisório:

I - o Ministro Diretor do Centro de Estudos Judiciários, que o preside;

II - um Ministro representante da Comissão Gestora de Precedentes do Superior Tribunal de Justiça; e

III - os cinco Desembargadores Federais presidentes das Comissões Gestoras de Precedentes existentes em cada Tribunal Regional Federal.

Parágrafo único. O Grupo Decisório será assessorado pelo Juiz Coordenador do Grupo Operacional, com a assessoria do titular da Secretaria do Centro de Estudos Judiciários.

Art. 5º Integram o Grupo Operacional:

I - cinco Juízes Federais indicados por cada um dos Tribunais Regionais Federais entre aqueles com experiência em gestão de demandas repetitivas ou conciliação;

II - cinco Juízes Federais coordenadores do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes existente em cada um dos Tribunais Regionais Federais;

III - um Juiz Federal indicado pelo Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais;

IV - um Juiz Federal representante da Associação dos Juízes Federais do Brasil;

V - um servidor responsável pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes de cada Tribunal Regional Federal; e

VI - o assessor-chefe do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

§ 1º Caberá ao ministro diretor do Centro de Estudos Judiciários indicar o Juiz Coordenador do Grupo Operacional dentre os magistrados dele integrantes.

§ 2º O Grupo Operacional será assessorado pelo titular da Secretaria do Centro de Estudos Judiciários.

Art. 6º O Grupo Operacional realizará reuniões ordinárias presenciais com periodicidade bimestral na sede do Conselho da Justiça Federal, ou em outro local que venha a ser proposto pelos seus membros e definido por seu Presidente, devendo a respectiva pauta ser disponibilizada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

§ 1º As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Ministro Presidente do Centro Nacional de Inteligência.

§ 2º Caberá ao Grupo Operacional realizar periodicamente a supervisão de aderência das notas técnicas aprovadas, a fim de subsidiar o Grupo Decisório e avaliar a necessidade de desenvolvimento de alguma estratégia complementar sobre o respectivo tema.

Art. 7º O Grupo Decisório poderá, mediante proposta do Grupo Operacional, regulamentar o funcionamento virtual das atividades do Centro Nacional e dos Centros Locais de Inteligência.

Art. 8 O Centro Nacional de Inteligência poderá sugerir ao Conselho da Justiça Federal e aos Tribunais Regionais Federais o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas que permitam a melhor identificação de demandas judiciais repetitivas e de massa na Justiça Federal.

Art. 9º Para dotar o Centro Nacional de Inteligência dos meios necessários ao fiel desempenho de suas atribuições, poderão ser firmadas parcerias ou convênios com órgãos e entidades públicas e privadas.

Art. 10. Cada Seção Judiciária terá um Centro Local de Inteligência, com a estrutura adaptada às possibilidades de cada Região, preferencialmente integrada às Centrais de Conciliação.

Art. 11. Compete aos Centros Locais de Inteligência:

I - apresentar ao Centro Nacional, mediante iniciativa própria ou por solicitação de terceiros, fatos e dados inerentes a demandas judiciais repetitivas ou com grande repercussão social para subsidiar os trabalhos na atuação estratégica de gestão processual e de precedentes;

II - identificar e monitorar demandas judiciais repetitivas ou de massa, bem como os temas que apresentam maior número de controvérsias, por meio de estudos e levantamentos técnicos, inclusive dados estatísticos;

III - propor ou realizar estudos sobre as causas e consequências do excesso de litigiosidade, assim como da estimativa do custo econômico das demandas judiciais repetitivas identificadas no âmbito de competência jurisdicional da Seção Judiciária;

IV - convidar as partes e advogados, públicos ou privados, para reuniões definidoras de estratégias para rápida solução de litígios;

V - propor ao Centro Nacional medidas normativas e de gestão voltadas à modernização de rotinas processuais, organização, especialização e estruturação das unidades judiciárias atingidas pelo excesso de litigância, em integração com os Tribunais Regionais Federais e Tribunais Superiores;

VI - elaborar propostas e ações coordenadas com órgãos e instituições públicas visando ao combate da fragmentação na resolução dos conflitos;

VII - organizar reuniões e propor encontros e seminários com membros do Judiciário, do Ministério Público, das Defensorias Públicas, da Advocacia Pública e Privada, do Poder Executivo e do Poder Legislativo, com organizações da sociedade civil, universidades, estudiosos e todos quanto que, de qualquer maneira, possam contribuir para o debate e apresentação de propostas que visem ao aprimoramento da prestação jurisdicional;

VIII - realizar audiências públicas;

IX - realizar periodicamente supervisão de aderência de suas notas técnicas.

Art. 12. A Secretaria de Tecnologia da Informação e a Secretaria de Estratégia e Governança do Conselho da Justiça Federal, respeitadas as disponibilidades técnicas e de pessoal, prestarão apoio ao Centro Nacional e aos Centros Locais, a partir de iniciativa do Grupo Decisório.

Art. 13. Os integrantes do Centro Nacional e dos Centros Locais poderão solicitar o apoio de especialistas de outras áreas para a análise dos dados e temas mapeados.

Art. 14. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

(*) Republicada por ter saído no DOU, de 3/10/2018, Seção 1, página 183, com incorreção no original.

CERTIDÕES DE JULGAMENTOS

PROCESSO N. CJF-ADM-2018/00108
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATOR: Em mesa pelo Presidente
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 25/10/2018
ASSUNTO: REFERENDO DO ENCAMINHAMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE CRÉDITOS ADICIONAIS DAS UNIDADES DA JUSTIÇA FEDERAL, DO REMANEJAMENTO INTERNO ENTRE AS UNIDADES DE PRIMEIRO GRAU, BEM COMO DA EDIÇÃO DAS RESOLUÇÕES N. CJF-RES-2018/00491, 492, 493, 494, 495, 500 E 501.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, referendou o encaminhamento das solicitações de créditos adicionais a serem atendidas por autorização legislativa, o remanejamento interno entre as unidades da Justiça Federal de primeiro grau, bem como a edição das Resoluções n. CJF-RES-2018/00491, 492, 493, 494, 495, 500 e 501".

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Maria Thereza de Assis Moura, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Thompson Flores.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

PROCESSO N. CJF-PPN-2016/00001
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATOR: Em mesa pelo Presidente
INTERESSADO: Conselho da Justiça Federal
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 25/10/2018
ASSUNTO: REFERENDO DA RESOLUÇÃO N. CJF-RES-2018/00496, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, referendou a Resolução n. CJF-RES-2018/00496, 12 de setembro de 2018."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Maria Thereza de Assis Moura, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Thompson Flores.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

PROCESSO N. CJF-ADM-2018/00457
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATOR: Em mesa pelo Presidente
INTERESSADOS: Tribunal Regional Federal da 5ª Região e Seção Judiciária da Paraíba
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 25/10/2018
ASSUNTO: REFERENDO DO DESPACHO N. CJF-DES-2018/14.891, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018, QUE AUTORIZOU, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, A EXECUÇÃO DE DESPESAS PELA 5ª REGIÃO EM LIMITE SUPERIOR AO ESTABELECIDO NO §3º DO ART. 14 DA RESOLUÇÃO N. 179, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011, E, CONSEQUENTEMENTE, A ALTERAÇÃO DO PLANO DE OBRAS CONSOLIDADO DA JUSTIÇA FEDERAL.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, referendou o Despacho n. CJF-DES-2018/14.891, de 14 de setembro de 2018."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Maria Thereza de Assis Moura, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Thompson Flores.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

PROCESSO N. CJF-ADM-2016/00579
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATOR: Em mesa pelo Presidente
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal primeiro e segundo graus
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 25/10/2018
ASSUNTO: REFERENDO DA RESOLUÇÃO N. CJF-RES-2018/00497, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL, PERÍODO 2015/2020.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, referendou a Resolução n. CJF-RES-2018/00497, de 27 de setembro de 2018."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Maria Thereza de Assis Moura, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Thompson Flores.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

PROCESSO N. CJF-ADM-2013/00484
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATOR: Em mesa pelo Presidente
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 25/10/2018
ASSUNTO: REFERENDO DA RESOLUÇÃO N. CJF-RES-2018/00498, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ANEXO DA RESOLUÇÃO N. CJF-RES-2015/00356, DE 12 DE AGOSTO DE 2018, QUE TRATA ACERCA DA APROVAÇÃO DO GLOSSÁRIO DE METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL, PERÍODO DE 2015/2020.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, referendou a Resolução n. CJF-RES-2015/00356, de 12 de agosto de 2018."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Maria Thereza de Assis Moura, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Thompson Flores.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

PROCESSO N. CJF-ADM-2018/00508
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATOR: Em mesa pelo Presidente
INTERESSADA: Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 25/10/2018
ASSUNTO: REFERENDO DA PORTARIA N. CJF-POR-2018/00386, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE MANDATO DE JUIZ FEDERAL DA 3ª REGIÃO JUNTO À TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, referendou a Portaria n. CJF-POR-2018/00386, de 4 de outubro de 2018."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Maria Thereza de Assis Moura, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Thompson Flores.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

PROCESSO N. CJF-PPN-2018/00011
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATOR: Conselheiro RAUL ARAÚJO
PEDIDO DE VISTA: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 25/10/2018
ASSUNTO: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Prosseguindo no julgamento, o Conselho, por maioria, aprovou a proposta de resolução, nos termos do voto do relator, com as modificações sugeridas no voto do Conselheiro Presidente. Vencido, parcialmente, o Conselheiro André Fontes no que concerne à necessidade de ratificação, pelo Presidente do respectivo Tribunal, da indicação do representante da Ajufe para compor os comitês. Não votou a Conselheira Maria Thereza de Assis Moura, em razão de o seu antecessor ser o relator da matéria."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Maria Thereza de Assis Moura, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Thompson Flores.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

PROCESSO N. CJF-PPN-2018/00013
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATOR: Em mesa pelo Presidente
INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 25/10/2018
ASSUNTO: ANTEPROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS VAGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO NO QUADRO PERMANENTE DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO EM CARGOS DE JUIZ DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL E ALTERA A LEI N. 9.967/2000.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou o anteprojeto de lei, nos termos do voto do relator, e determinou a remessa do processo ao Superior Tribunal de Justiça, com fulcro no art. 8º, inciso I, alínea 'b", do Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Maria Thereza de Assis Moura, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Thompson Flores.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

PROCESSO N. CJF-PPN-2018/00016
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATOR: Em mesa pelo Presidente
INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 5ª Região
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 25/10/2018
ASSUNTO: ANTEPROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS VAGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO NO QUADRO PERMANENTE DA JUSTIÇA FEDERAL DA 5ª REGIÃO EM CARGOS DE JUIZ DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL E ALTERA A LEI N. 9.967/2000.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou o anteprojeto de lei, nos termos do voto do relator, e determinou a remessa do processo ao Superior Tribunal de Justiça, com fulcro no art. 8º, inciso I, alínea 'b", do Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Maria Thereza de Assis Moura, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Thompson Flores.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

PROCESSO N. CJF-PPP-2018/00005
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATOR: Em mesa pelo Presidente
INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 25/10/2018
ASSUNTO: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO PARA TRANSFERIR A 8ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS PARA A SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SETE LAGOAS/MG.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou a realocação da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais para a Subseção Judiciária de Sete Lagos."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Maria Thereza de Assis Moura, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Thompson Flores.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

PROCESSO N. CF-PCO-2012/00008
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATORA: Em mesa pela Corregedora-Geral da Justiça Federal
INTERESSADOS: Desembargador Federal Eustáquio Nunes Silveira e Ministério Público Federal.
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 25/10/2018
ASSUNTO: EMBARGOS DE declaraÇÃO OPOSTOS PELO DESEMBARGADOR FEDERAL EUSTÁQUIO NUNES SILVEIRA, EM FACE DA DECISÃO PROFERIDA PELO COLEGIADO NA SESSÃO DE 11 DE JUNHO DE 2018.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por indicação da relatora, decidiu adiar o julgamento da matéria."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Maria Thereza de Assis Moura, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Thompson Flores.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

PROCESSO N. CF-ADM-2012/00334
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATOR: Conselheiro RAUL ARAÚJO
PEDIDO DE VISTA: Conselheiro MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 25/10/2018
ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO N. CJF-RES-2014/00305, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O CADASTRO E A NOMEAÇÃO DE PROFISSIONAIS E O PAGAMENTO DE HONORÁRIOS A ADVOGADOS DATIVOS, EM CASOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Prosseguindo no julgamento, após o voto do Conselheiro Manoel de Oliveira Erhardt divergindo parcialmente do relator, pediu vista antecipada o Conselheiro Carlos Moreira Alves. Aguardam os Conselheiros Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Antônio Carlos Ferreira, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores e João Otávio de Noronha."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Maria Thereza de Assis Moura, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Thompson Flores.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

PROCESSO N. CJF-ADM-2018/00412
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATOR: Conselheiro MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 25/10/2018
ASSUNTO: CONSULTA FORMULADA PELO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO QUANTO À POSSIBILIDADE DE O MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA CONSIDERAR SEÇÕES JUDICIÁRIAS DAQUELE REGIONAL COMO UMA ÚNICA UNIDADE DE 1ª INSTÂNCIA, PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, decidiu adiar o julgamento da matéria, em razão do pedido do Conselheiro Carlos Moreira Alves para examinar a questão, tendo em vista que a consulta foi requerida na gestão anterior."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Maria Thereza de Assis Moura, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Thompson Flores.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

SIMONE LEMOS FERNANDES
Secretária-Geral

JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente do Conselho

CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ATO Nº 118, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS, no uso de suas atribuições regimentais e conforme o previsto no art. 17, inciso III, do Regimento Interno da TNU, instituído pela Resolução n. 345/2015, torna pública a deliberação do Colegiado da TNU na sessão de 26 de outubro do corrente ano, nos autos do processo acima identificado, sob relatoria da Juíza Federal Carmen Elizangela Dias Moreira de Resende, em que afetou o tema do presente feito como REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA, para que pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia possam apresentar memoriais escritos no prazo de dez dias.

EXTRATO DE ATA DA SESSÃO DE 26/10/2018
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5020036-21.2013.4.04.7001/PR
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
PRESIDENTE: JUÍZA FEDERAL PAULO DE TARSO VIEIRA SANSEVERINO
PROCURADOR(A): ANTONIO CARLOS PESSOA LINS
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: WARNEY MAURO DA COSTA VAL
ADVOGADO: AUREO FRANCISCO LANTMANN JUNIOR
REQUERIDO: NELSON AVILA SIMAO
ADVOGADO: AUREO FRANCISCO LANTMANN JUNIOR
REQUERIDO: LUIZ DE PAULA ROCHA
ADVOGADO: AUREO FRANCISCO LANTMANN JUNIOR
REQUERIDO: OSVALDO DE CARVALHO
ADVOGADO: AUREO FRANCISCO LANTMANN JUNIOR
REQUERIDO: MARIO TATSUO NAKANO
ADVOGADO: AUREO FRANCISCO LANTMANN JUNIOR

Certifico que a TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO, ao apreciar os autos do processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO, DECIDIU, POR UNANIMIDADE AFETAR O TEMA COMO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA COM A SEGUINTE QUESTÃO CONTROVERTIDA: "SABER QUAL O TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL DAS AÇÕES DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO RELATIVOS A IR DE PESSOA FÍSICA". (TEMA 194).

O PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS, no uso de suas atribuições regimentais e conforme o previsto no art. 17, inciso III, do Regimento Interno da TNU, instituído pela Resolução n. 345/2015, torna pública a deliberação do Colegiado da TNU na sessão de 26 de outubro do corrente ano, nos autos do processo acima identificado, sob relatoria do Juiz Federal Bianor Arruda Bezerra Neto, em que afetou o tema do presente feito como

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA, para que pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia possam apresentar memoriais escritos no prazo de dez dias.

EXTRATO DE ATA DA SESSÃO DE 26/10/2018
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5042553-09.2016.4.04.7100/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO
PRESIDENTE: JUÍZA FEDERAL PAULO DE TARSO VIEIRA SANSEVERINO
PROCURADOR(A): ANTONIO CARLOS PESSOA LINS
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: VALDAIR JOSE BETTI
ADVOGADO: CATIANE SCHARDONG
REQUERIDO: JUÍZO FEDERAL DA 2ª VF DE LAJEADO - MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Certifico que a TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO, ao apreciar os autos do processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO, DECIDIU, POR UNANIMIDADE AFETAR O TEMA COMO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA, COM A SEGUINTE QUESTÃO CONTROVERTIDA: "SABER QUAL O CRITÉRIO PARA FIXAÇÃO DO REGIME DE COMPENSAÇÃO ENTRE VALORES DE BENEFÍCIOS INACUMULÁVEIS, AMBOS REGULARMENTE CONCEDIDOS." (TEMA 195)

PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP 11, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018

Aprova a NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

NBC TSP 11 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Objetivo

1.O objetivo desta norma é estabelecer como as demonstrações contábeis devem ser apresentadas para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as de outras entidades. Para alcançar esse objetivo, esta norma estabelece exigências gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes quanto à sua estrutura e às exigências mínimas para o seu conteúdo. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de transações e outros eventos específicos são tratados em outras normas.

Alcance

2.Esta norma deve ser aplicada em todas as demonstrações contábeis elaboradas e apresentadas de acordo com o regime de competência e com as NBCs TSP.

3.As demonstrações contábeis de propósito geral (doravante referidas como demonstrações contábeis) são aquelas destinadas a satisfazer às necessidades de informação de usuários que não se encontram em condições de exigir relatórios elaborados para atender às suas necessidades específicas. Os usuários das demonstrações contábeis incluem contribuintes, parlamentares, credores, fornecedores, mídia e empregados, entre outros. Demonstrações contábeis são apresentadas em separado ou incluídas em outro documento público, tal como o relatório anual. Esta norma não se aplica às demonstrações contábeis condensadas de períodos intermediários.

4.Esta norma aplica-se igualmente a todas as entidades, inclusive àquelas que apresentam demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com a NBC TSP 17 - Demonstrações Contábeis Consolidadas, e demonstrações contábeis separadas, de acordo com a NBC TSP 16 - Demonstrações Contábeis Separadas.

5.Esta norma aplica-se às entidades do setor público, conforme o alcance definido na NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL.

6.(Não convergido).

Definições

7.Os termos a seguir são utilizados nesta norma com os seguintes significados:

Regime de competência é o regime contábil segundo o qual transações e outros eventos são reconhecidos quando ocorrem (não necessariamente quando caixa e equivalentes de caixa são recebidos ou pagos). Portanto, as transações e os eventos são registrados contabilmente e reconhecidos nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem. Os elementos reconhecidos, de acordo com o regime de competência, são ativos, passivos, contribuições dos proprietários, distribuições aos proprietários, receitas e despesas.

Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Contribuição dos proprietários corresponde à entrada de recursos para a entidade a título de contribuição de partes externas, que estabelece ou aumenta a participação delas no patrimônio líquido da entidade e que estabeleça vantagem financeira sobre o patrimônio líquido da entidade, a qual:

(a)dá direito a (i) distribuições de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços pela entidade durante sua vida, quando assim decidido pelos proprietários ou seus representantes e (ii) distribuições de quaisquer ativos líquidos excedentes, no caso de a entidade cessar suas atividades; e/ou

(b)pode ser vendida, trocada, transferida ou resgatada.

Distribuição aos proprietários corresponde à saída de recursos da entidade a título de distribuição a partes externas, que representa retorno sobre a participação ou a redução dessa participação no patrimônio líquido da entidade.

Entidade econômica é um grupo de entidades que inclui a entidade controladora e suas controladas.

Despesa corresponde a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriunda de distribuições aos proprietários.

Aplicação impraticável de exigência ocorre quando a entidade não pode aplicá-la depois de ter feito todos os esforços razoáveis nesse sentido.

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Omissões ou distorções materiais de itens das demonstrações contábeis quando, individual ou coletivamente, puderem influenciar as decisões que os usuários das demonstrações contábeis tomam com base nessas demonstrações. A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou da distorção julgada à luz das circunstâncias a que está sujeita. A dimensão ou a natureza do item, ou a combinação de ambas, pode ser o fator determinante para a definição da materialidade.

Patrimônio líquido corresponde à participação residual nos ativos da entidade após deduzir todos os seus passivos.

Notas explicativas contêm informação adicional em relação àquela apresentada nas demonstrações contábeis. As notas explicativas oferecem descrições narrativas ou detalhamentos de itens divulgados nessas demonstrações e informação sobre itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis.

Receita corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.

7A.Para fins desta norma:

(a)instrumento financeiro com opção de venda, que inclui a obrigação contratual para o emissor de recomprar ou resgatar esse instrumento em troca de caixa ou outro ativo financeiro no período da opção de venda, é classificado como instrumento patrimonial;

(b)instrumento que impõe à entidade a obrigação de entregar a outra parte uma parcela pro rata dos ativos líquidos apenas em caso de extinção da entidade é classificado como instrumento patrimonial.

Entidade econômica

8.O termo "entidade econômica" é utilizado nesta norma para definir, para fins de demonstrações contábeis, um grupo de entidades que inclui a entidade controladora e quaisquer entidades controladas.

9.Outros termos algumas vezes utilizados para se referir a uma entidade econômica incluem entidade administrativa, entidade financeira, entidade consolidada e grupo.

10.A entidade econômica pode incluir entidades com objetivos direcionados a políticas sociais e objetivos comerciais. Por exemplo, a secretaria de habitação pode ser a entidade econômica que inclui entidades que fornecem habitação a valor igual ou inferior ao custo, bem como entidades que fornecem moradia com fins comerciais.

Benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços

11.Os ativos fornecem meios para que as entidades alcancem seus objetivos. Os ativos que são utilizados para fornecer bens e serviços de acordo com os objetivos da entidade, mas que não geram diretamente fluxos de caixa líquidos positivos são geralmente descritos como aqueles que possuem potencial de serviços. Ativos que são utilizados para gerar fluxos de caixa líquidos positivos são geralmente descritos como aqueles que contêm benefícios econômicos futuros. Para abranger todos os propósitos dos ativos, esta norma utiliza o termo "benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços" para descrever as características essenciais dos ativos.

12.(Não convergido).

Materialidade

13.Avaliar se uma omissão ou distorção pode influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão e, portanto, se material, deve considerar as características desses usuários. Pressupõe-se que os usuários tenham conhecimento razoável do setor público, das atividades econômicas e da contabilidade e que tenham propensão para estudar a informação com razoável diligência. A avaliação deve levar em conta como os usuários com tais atributos poderiam ser influenciados em suas avaliações e na tomada de suas decisões.

Patrimônio líquido

14.Patrimônio líquido é o termo utilizado nesta norma para se referir à mensuração residual no balanço patrimonial (ativo menos passivo). O patrimônio líquido pode ser positivo ou negativo. Outros termos podem ser utilizados no lugar de patrimônio líquido, desde que seu significado esteja claro.

Finalidade das demonstrações contábeis

15.As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial e do desempenho da entidade. A finalidade das demonstrações contábeis é proporcionar informação sobre a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade que seja útil a grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões sobre a alocação de recursos. Especificamente, as demonstrações contábeis no setor público devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados, fornecendo informações:

(a)sobre as fontes, as alocações e os usos de recursos financeiros;

(b)sobre como a entidade financiou suas atividades e como supriu suas necessidades de caixa;

(c)úteis na avaliação da capacidade de a entidade financiar suas atividades e cumprir com suas obrigações e compromissos;

(d)sobre a condição financeira da entidade e suas alterações; e

(e)agregadas e úteis para a avaliação do desempenho da entidade em termos dos custos dos serviços, eficiência e cumprimento dos seus objetivos.

16.As demonstrações contábeis também podem ter a função preditiva ou prospectiva, proporcionando informações úteis para prever o nível de recursos necessários pelas operações continuadas, os recursos que podem ser gerados pela continuidade das operações e os riscos e as incertezas a elas associadas. As demonstrações contábeis também podem proporcionar informação aos usuários indicando:

(a)se os recursos foram obtidos e utilizados de acordo com o orçamento aprovado; e

(b)se os recursos foram obtidos e utilizados de acordo com as exigências legais e contratuais, inclusive os limites financeiros estabelecidos por autoridades competentes.

17.Para satisfazer a essas finalidades, as demonstrações contábeis proporcionam informação da entidade acerca de:

(a)ativos;
(b)passivos;
(c)patrimônio líquido;
(d)receitas;
(e)despesas;
(f)outras alterações no patrimônio líquido; e
(g)fluxos de caixa.

18.Embora a informação contida nas demonstrações contábeis possa ser relevante para satisfazer aos objetivos descritos no item 15, é improvável que todos os objetivos sejam satisfeitos. Especificamente, isso é provável de acontecer no que diz respeito a entidades cujo objetivo principal não seja o de gerar lucro, dado que seus gestores são responsáveis pela entrega de serviços, bem como pela gestão financeira. Informação suplementar, incluindo demonstrativos não financeiros, pode ser apresentada junto com as demonstrações contábeis no intuito de proporcionar uma visão mais abrangente das atividades da entidade durante o período.

Responsabilidade pelas demonstrações contábeis

19.A legislação brasileira define a responsabilidade pela elaboração e apresentação das demonstrações contábeis do governo e de outras entidades do setor público.

20.A responsabilidade pela elaboração das demonstrações contábeis consolidadas nacionais e por esfera de governo cabe, normalmente, a uma determinada autoridade definida pela legislação.

Componentes das demonstrações contábeis

21.O conjunto completo das demonstrações contábeis inclui:

(a)balanço patrimonial;
(b)demonstração do resultado;
(c)demonstração das mutações do patrimônio líquido;
(d)demonstração dos fluxos de caixa;
(e)quando a entidade divulga publicamente seu orçamento aprovado, comparação entre o orçamento e os valores realizados, quer seja como demonstração contábil adicional (demonstração das informações orçamentárias) ou como coluna para o orçamento nas demonstrações contábeis;
(f)notas explicativas, compreendendo a descrição sucinta das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas; e
(g)informação comparativa com o período anterior, conforme especificado nos itens 53 e 53A.

21A.O apêndice desta norma dispõe sobre a estrutura mínima das demonstrações contábeis a serem elaboradas pelas entidades do setor público.

22.As demonstrações elencadas no item 21 podem ter outras nomenclaturas definidas, conforme normas específicas ou de acordo com a legislação aplicável, mas, em qualquer caso, devem evidenciar as informações, conforme os dispositivos desta norma e das demais NBCs TSP, bem como observar a estrutura mínima referida no item 21A.

23.As demonstrações contábeis fornecem aos usuários informações sobre recursos e obrigações da entidade na data das demonstrações contábeis e sobre o fluxo dos recursos no período a que se refere as demonstrações. Essas informações são úteis para os usuários na realização de avaliações sobre a capacidade de a entidade continuar a fornecer bens e serviços a certo nível, bem como a quantidade necessária de recursos que devem ser fornecidos à entidade no futuro para que ela possa continuar a cumprir com suas obrigações de fornecer bens e serviços.

24.Em regra, as entidades do setor público estão sujeitas a limites orçamentários na forma de dotações ou autorizações (ou outros termos equivalentes), que podem ter eficácia por intermédio de autorização legislativa. As demonstrações contábeis podem fornecer informações se os recursos foram obtidos e utilizados de acordo com o orçamento aprovado. Entidades que publicam seus orçamentos aprovados devem atender às exigências da NBC TSP 13 - Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. Para as demais entidades, esta norma incentiva a

inclusão, nas demonstrações contábeis, da comparação entre o orçamento aprovado e os valores realizados para o período a que se refere. Os relatórios referentes ao orçamento podem ser apresentados de diferentes maneiras, incluindo:

(a)o uso de formato de colunas para as demonstrações contábeis, com colunas separadas para valores orçamentários e valores realizados. Uma coluna mostrando quaisquer variações do orçamento ou na dotação também pode ser apresentada com o fim de fornecer a informação completa; e

(b)divulgação de que os valores orçados não foram excedidos. Se quaisquer valores orçados ou dotações forem excedidos, ou despesas forem incorridas sem dotação ou outra forma de autorização, então os detalhes devem ser divulgados por meio de nota explicativa sobre esse item relevante nas demonstrações contábeis.

25.As entidades são incentivadas a apresentar informações adicionais para auxiliar os usuários na avaliação do desempenho da entidade e na administração dos seus bens, bem como auxiliá-los a tomar e avaliar decisões sobre a alocação de recursos. Essa informação adicional pode incluir detalhes sobre os produtos e os resultados da entidade na forma de (a) indicadores de desempenho, (b) demonstrativos de desempenho dos serviços prestados, (c) revisões de programas e (d) outros relatórios de gestão sobre o cumprimento dos objetivos da entidade durante o período divulgado.

26.As entidades são incentivadas também a divulgar informação sobre a conformidade com leis e outras normas. Quando a informação sobre a conformidade não é incluída nas demonstrações contábeis, pode ser útil utilizar uma nota explicativa referente a quaisquer documentos que incluam tal informação. Provavelmente, o reconhecimento da inconformidade também pode ser relevante para fins de prestação de contas e responsabilização e pode afetar a avaliação do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações futuras da entidade. Pode também influenciar as decisões sobre os recursos a serem alocados na entidade no futuro.

Considerações gerais

Apresentação adequada e conformidade com as NBCs TSP

27.As demonstrações contábeis devem apresentar adequadamente a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade. A apresentação adequada exige a representação fidedigna dos efeitos das transações, outros eventos e condições, de acordo com as definições e critérios de reconhecimento para ativos, passivos, receitas e despesas como estabelecido nas NBCs TSP. Presume-se que a aplicação das NBCs TSP, com divulgação adicional, quando necessária, resulta em demonstrações contábeis que se enquadram como apresentações adequadas.

28.A entidade, cujas demonstrações contábeis estejam em conformidade com as NBCs TSP, deve declarar, de forma explícita e sem reservas, essa conformidade nas notas explicativas. As demonstrações contábeis não devem ser descritas como em conformidade com as NBCs TSP, a menos que cumpram todas as suas exigências.

29.Em praticamente todas as circunstâncias, a apresentação adequada é obtida pela conformidade com as NBCs TSP aplicáveis. A apresentação adequada também exige que a entidade:

(a)selecione e aplique políticas contábeis de acordo com orientações específicas que tratem de políticas contábeis;

(b)apresente informação, incluindo suas políticas contábeis, de forma que proporcione informação relevante, representação fidedigna, compreensível, tempestiva, comparável e verificável;

(c)forneça divulgações adicionais quando o cumprimento das exigências específicas contidas nas NBCs TSP for insuficiente para permitir que os usuários compreendam o impacto de determinadas transações, outros eventos e condições sobre a situação patrimonial e o desempenho da entidade.

30.Políticas contábeis inadequadas não devem ser convalidadas em razão de sua divulgação, seja por meio de notas explicativas ou qualquer outra divulgação explicativa.

31.Em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração concluir que a conformidade com uma exigência em uma NBC TSP pode conduzir a uma apresentação tão distorcida que entraria em conflito com a finalidade das demonstrações contábeis estabelecida nesta norma, a entidade não deve aplicar essa exigência e deve seguir o disposto no item 32, a não ser que esse procedimento seja vedado sob o ponto de vista regulatório.

32.Quando a entidade não aplicar uma exigência de uma norma, de acordo com o item 31, ela deve divulgar:

(a)que a administração concluiu que as demonstrações contábeis apresentam de forma adequada a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade;

(b)que aplicou as NBCs TSP, exceto pela não aplicação de uma exigência específica com a finalidade de obter apresentação adequada;

(c)o título da norma que a entidade não aplicou; a natureza da exceção, incluindo o tratamento que a norma exigiria; a razão pela qual esse tratamento seria tão distorcido e entraria em conflito com a finalidade das demonstrações contábeis estabelecida nesta norma; e o tratamento efetivamente adotado; e

(d)para cada período apresentado, o impacto financeiro da não aplicação da norma vigente sobre cada item nas demonstrações contábeis que teria sido informado, caso tivesse sido cumprido a exigência não aplicada.

33.Quando a entidade não aplicar uma exigência de uma NBC TSP em período anterior, e esse procedimento afetar os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis do período corrente, ela deve proceder às divulgações estabelecidas no item 32(c) e (d).

34.O item 33 se aplica, por exemplo, quando a entidade deixa de aplicar determinada exigência em período anterior para a mensuração de ativos ou passivos, e esse procedimento afeta a mensuração das mudanças nos ativos e nos passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis do período corrente.

35.Em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração vier a concluir que a conformidade com uma exigência de uma NBC TSP conduziria à apresentação tão distorcida que entraria em conflito com a finalidade das demonstrações contábeis estabelecida nesta norma, mas a legislação ou regulamentos vigentes proíbem a não aplicação da exigência, a entidade deve, na maior extensão possível, reduzir os aspectos distorcidos identificados no cumprimento estrito dessa norma pela divulgação:

(a)o título da norma em questão, a natureza da exigência e as razões que levaram a administração a concluir que o cumprimento dessa exigência tornaria as demonstrações contábeis tão distorcidas que entrariam em conflito com a finalidade das demonstrações contábeis estabelecida nesta norma; e

(b)para cada período apresentado, os ajustes de cada item nas demonstrações contábeis que a administração concluiu serem necessários para se obter a apresentação adequada.

36.Para a finalidade dos itens 31 a 35, um item de informação poderia entrar em conflito com a finalidade das demonstrações contábeis quando não representasse fidedignamente as transações, outros eventos e condições que se propõe a representar ou que se poderia esperar razoavelmente que representasse e, consequentemente, seria provável que influenciasse as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações contábeis. Ao avaliar se o cumprimento de uma exigência em particular de uma norma resultaria em divulgação distorcida a ponto de entrar em conflito com a finalidade das demonstrações contábeis estabelecida nesta norma, a administração deve considerar:

(a)a razão pela qual a finalidade das demonstrações contábeis não é alcançada nessa circunstância particular; e

(b)como as circunstâncias da entidade diferem daquelas de outras entidades que cumprem a exigência. Se outras entidades em circunstâncias similares cumprem a exigência, há uma hipótese refutável de que o cumprimento da exigência por parte da entidade não resultaria em divulgação tão distorcida a ponto de entrar em conflito com a finalidade das demonstrações contábeis estabelecida nesta norma.

37.O descumprimento das exigências de uma NBC TSP, com a finalidade de atender a uma exigência estatutária ou legal para elaboração das demonstrações contábeis em uma jurisdição em particular, não constitui descumprimento conflitante com a finalidade das demonstrações contábeis estabelecidas nesta norma, de acordo com o que estabelece o item 31. Se tal descumprimento da norma for material, a entidade não pode declarar que está em conformidade com as NBCs TSP.

Continuidade

38.Quando da elaboração das demonstrações contábeis, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação. Essa avaliação deve ser feita pelos responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis devem ser elaboradas sob o pressuposto da continuidade, a menos que a administração tenha intenção de liquidar a entidade ou cessar as suas operações ou se não possuir alternativa realista senão a descontinuidade de suas atividades. Quando a administração tiver ciência, ao fazer a sua avaliação, de incertezas relevantes relacionadas a eventos ou condições que possam gerar dúvidas significativas acerca da capacidade da entidade continuar em operação, esse fato deve ser divulgado. Quando as demonstrações contábeis não forem elaboradas no pressuposto da continuidade, esse fato deve ser divulgado juntamente com as bases sobre as quais as demonstrações contábeis foram elaboradas e a razão pela qual não se pressupõe a continuidade da entidade.

39.Normalmente, as demonstrações contábeis são elaboradas com o pressuposto de que a entidade terá continuidade, permanecerá em operação e atenderá às suas obrigações legais no futuro previsível. Ao avaliar se o pressuposto de continuidade é apropriado, os responsáveis pela elaboração das demonstrações devem levar em consideração toda a informação disponível sobre o futuro, que é o período mínimo de doze meses (mas não limitado a esse período) a partir da data de aprovação das demonstrações contábeis.

40.A profundidade da análise depende dos fatos de cada caso e as avaliações do pressuposto de continuidade não são estabelecidas com base no teste de solvência aplicável às entidades do setor privado (em particular, às empresas). Podem existir circunstâncias para as quais avaliações de continuidade da liquidez e solvência aparentemente sejam desfavoráveis, mas outros fatores sugerem que a entidade esteja em continuidade. Por exemplo:

(a)na avaliação, se o governo está em condição de continuidade, o poder de arrecadar tributos pode habilitar algumas entidades a serem consideradas em continuidade, mesmo que operem por longos períodos com patrimônio líquido negativo; e

(b)para a entidade individualmente, a avaliação do balanço patrimonial na data de divulgação pode sugerir que o pressuposto da continuidade não seja apropriado. Entretanto, podem existir acordos de financiamento plurianuais, ou outros acordos, que devam assegurar a continuidade das operações da entidade.

41.A determinação se o pressuposto da continuidade é apropriado é mais relevante para entidades individuais do que para o governo como um todo. Para entidades individuais, na avaliação se a adoção do pressuposto da continuidade é apropriada, os responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis precisam considerar uma ampla quantidade de fatores relacionados (a) ao desempenho atual e esperado, (b) às reestruturações potenciais já anunciadas de unidades organizacionais, (c) às estimativas de receitas ou à probabilidade de financiamento contínuo do governo e (d) a outras fontes potenciais de refinanciamento antes de concluírem que o pressuposto da continuidade é apropriado.

Consistência de apresentação

42.A apresentação e a classificação de itens nas demonstrações contábeis devem ser mantidas de um período para outro, salvo se:

(a)for evidente, após a alteração significativa na natureza das operações da entidade ou após a revisão das respectivas demonstrações contábeis, que outra apresentação ou classificação seja mais adequada, tendo em vista os critérios para a seleção e aplicação de políticas contábeis, conforme norma específica; ou

(b)outra norma requerer alteração na apresentação.

43.Uma aquisição ou alienação significativa, ou revisão da apresentação das demonstrações contábeis pode sugerir que as demonstrações contábeis devam ser apresentadas de maneira distinta. Por exemplo, a entidade pode vender a posse de instituição financeira que representa uma de suas principais entidades controladas e a entidade econômica remanescente conduz principalmente os serviços administrativos e de assessoria política. Nesse caso, é improvável que a apresentação das demonstrações contábeis baseadas nas atividades principais da entidade econômica como instituição financeira seja relevante para a nova entidade econômica.

44.A entidade altera a apresentação das suas demonstrações contábeis apenas se proporcionar informação que seja uma representação fidedigna e mais relevante para seus usuários e se for provável que a estrutura revista continue sendo adotada, de modo que a comparabilidade não seja prejudicada. Ao efetuar tais alterações na apresentação, a entidade deve reclassificar a informação comparativa de acordo com os itens 55 e 56.

Materialidade e agregação

45.A entidade deve apresentar, separadamente, nas demonstrações contábeis, cada classe material de itens semelhantes. A entidade deve apresentar, separadamente, os itens de natureza ou função distinta, a menos que não sejam materiais.

46.As demonstrações contábeis resultam do processamento de grande número de transações ou outros eventos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam itens das demonstrações contábeis. Se o item não for individualmente material, deve ser agregado a outros itens, seja nas demonstrações contábeis, seja nas notas explicativas. O item pode não ser suficientemente material para justificar a sua apresentação individualizada nas demonstrações contábeis, mas pode ser suficientemente material para ser apresentado de forma individualizada nas notas explicativas.

47.A aplicação do conceito de materialidade significa que não é necessário fornecer divulgação específica exigida por NBC TSP se a informação não for material.

Compensação de valores

48.Ativos, passivos, receitas e despesas não devem ser compensados, exceto quando exigido ou permitido por NBC TSP.

49.A entidade deve informar separadamente os ativos e os passivos, as receitas e as despesas. A compensação desses elementos no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado, exceto quando refletir a essência da transação ou outro evento, prejudica a capacidade dos usuários (a) de compreender as transações, outros eventos e condições que tenham ocorrido e (b) de avaliar os futuros fluxos de caixa da entidade. A mensuração de ativos ajustados, como, por exemplo, com a obsolescência nos estoques ou com a perda de créditos nas contas a receber de clientes, não é considerada compensação.

50.A NBC TSP 02 - Receita de Transação com Contraprestação define o que são receitas e requer que estas sejam mensuradas pelo valor justo do montante recebido ou a receber, levando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos concedidos pela entidade. A entidade desenvolve, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram propriamente receitas, mas que são decorrentes das atividades principais geradoras de receitas. Os resultados de tais transações devem ser apresentados quando essa apresentação refletir a essência da transação ou outro evento, compensando-se quaisquer receitas com as despesas relacionadas resultantes da mesma transação. Por exemplo:

(a)ganhos e perdas na alienação de ativos não circulantes, incluindo investimentos e ativos operacionais, devem ser apresentados de forma líquida, deduzindo-se seus valores contábeis dos valores recebidos pela alienação e reconhecendo-se as despesas de venda relacionadas; e

(b)despesas relacionadas com a provisão reconhecida de acordo com a NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e que tiveram reembolso, segundo acordo contratual com terceiros (por exemplo, acordo de garantia do fornecedor), podem ser compensadas com o respectivo reembolso.

51.Adicionalmente, ganhos e perdas provenientes de grupo de transações semelhantes devem ser apresentados em base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros classificados como para negociação. Não obstante, esses ganhos e perdas devem ser apresentados separadamente se forem materiais.

52.A compensação de fluxos de caixa é tratada na NBC TSP 12 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Informação comparativa

53.A menos que uma norma permita ou exija de outra forma, a entidade deve divulgar informação comparativa com respeito ao período anterior para todos os montantes apresentados nas demonstrações contábeis do período corrente. Também deve ser apresentada de forma comparativa a informação narrativa e descritiva que vier a ser apresentada quando for relevante para a compreensão do conjunto das demonstrações contábeis do período corrente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

53A.A entidade deve apresentar, como informação mínima, balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração das mutações do patrimônio líquido, todos com informação comparativa relativa ao período anterior, bem como as respectivas notas explicativas.

54.Em alguns casos, as informações narrativas disponibilizadas nas demonstrações contábeis de períodos anteriores continuam a ser relevantes no período corrente. Por exemplo, a entidade divulga no período corrente os detalhes de disputa legal, cujo desfecho era incerto no final do período anterior e ainda está para ser resolvido. Os usuários podem se beneficiar da divulgação da informação de que a incerteza existia no final do período anterior e da divulgação de informações sobre as medidas que foram tomadas durante o período para resolver a incerteza.

55.Quando a apresentação ou a classificação de itens nas demonstrações contábeis forem modificadas, os montantes apresentados para fins comparativos devem ser reclassificados, a menos que a reclassificação seja impraticável. Quando os montantes apresentados para fins comparativos são reclassificados, a entidade deve divulgar:

(a)a natureza da reclassificação;

(b)o montante de cada item ou classe de itens que foi reclassificado; e

(c)a razão para a reclassificação.

56.Quando for impraticável reclassificar valores apresentados para fins comparativos, a entidade deve divulgar:

(a)a razão para não reclassificar os montantes; e

(b)a natureza dos ajustes que teriam sido feitos se os montantes tivessem sido reclassificados.

57.Aperfeiçoar a comparabilidade de informação entre períodos ajuda os usuários a tomar decisões, sobretudo porque lhes permite avaliar as tendências na informação financeira para fins de previsão. Em algumas circunstâncias, torna-se impraticável reclassificar a informação comparativa para o período anterior para obter a comparabilidade com o período corrente. Por exemplo, podem não ter sido coletados os dados necessários para a apresentação comparativa do período anterior com o período corrente, de modo a permitir a reclassificação e, consequentemente, pode não ser praticável reconstruir essa informação.

58.(Não convergido).

Estrutura e conteúdo

Introdução

59.Esta norma requer determinadas divulgações no balanço patrimonial, na demonstração do resultado e na demonstração das mutações do patrimônio líquido e requer a divulgação de outros itens nessas demonstrações ou nas notas explicativas. A NBC TSP 12 estabelece as exigências para a apresentação da demonstração dos fluxos de caixa.

60.Esta norma utiliza, por vezes, o termo "divulgação" em sentido amplo, englobando itens apresentados nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas. Divulgações também são exigidas por outras NBCs TSP. A menos que seja especificado em contrário, tais divulgações podem ser incluídas nas demonstrações contábeis.

Identificação das demonstrações contábeis

61.As demonstrações contábeis devem ser identificadas claramente e distinguidas de qualquer outra informação que porventura conste no mesmo documento divulgado.

62.As NBCs TSP aplicam-se apenas às demonstrações contábeis e não necessariamente à informação apresentada em outro relatório anual ou qualquer outro documento. Por isso, é importante que os usuários possam distinguir a informação elaborada, utilizando-se as NBCs TSP de qualquer outra informação que possa ser útil a eles, mas que não seja objeto de exigências das NBCs TSP.

63.Cada componente das demonstrações contábeis deve ser identificado claramente. Além disso, as seguintes informações devem ser divulgadas de forma destacada e repetida, quando necessário, para a devida compreensão da informação apresentada:

(a)o nome da entidade às quais as demonstrações contábeis se referem ou outro meio que permita sua identificação, bem como qualquer alteração que possa ter ocorrido nessa identificação desde o término do período anterior;

(b)se as demonstrações contábeis se referem a uma entidade individual ou a um grupo de entidades;

(c)a data de encerramento do período a que se referem ou o período a que se refere o conjunto das demonstrações contábeis;

(d)a moeda de apresentação; e

(e)o nível de arredondamento utilizado na apresentação dos valores nas demonstrações contábeis.

64.As exigências do item 63 são normalmente satisfeitas pela sua adequada apresentação nos títulos das páginas das demonstrações e nos títulos abreviados das colunas em cada página das demonstrações contábeis. Na determinação da melhor forma de apresentar tais informações, é necessário o exercício de julgamento. Por exemplo, quando as demonstrações contábeis são apresentadas eletronicamente, nem sempre podem ser utilizadas páginas separadas; as informações exigidas nas alíneas "a" a "e" do item 63 devem ser então apresentadas com frequência suficiente de forma a assegurar a devida compreensão das informações incluídas nas demonstrações contábeis.

65.As demonstrações contábeis tornam-se, muitas vezes, mais compreensíveis pela apresentação de informação em milhares ou milhões de unidades da moeda de apresentação. Esse procedimento é aceitável desde que o nível de arredondamento na apresentação seja divulgado e não seja omitida informação material.

Período a que se referem as demonstrações contábeis

66.As demonstrações contábeis devem ser apresentadas pelo menos anualmente (inclusive informação comparativa). Quando se altera a data de encerramento das demonstrações contábeis da entidade e as demonstrações contábeis são apresentadas para período mais longo ou mais curto do que um ano, a entidade deve divulgar, além do período abrangido pelas demonstrações contábeis:

(a)a razão de se utilizar período mais longo ou mais curto; e

(b)o fato de que não são inteiramente comparáveis os valores apresentados em certas demonstrações, tais como demonstração do resultado, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas.

67.Em circunstâncias excepcionais, a entidade pode ser solicitada a alterar a data-base de apresentação, por exemplo, para alinhar o período contábil ao ciclo orçamentário. Quando esse for o caso, é importante que (a) usuários estejam cientes de que os valores apresentados para o período corrente e os valores comparativos não são comparáveis e que (b) a razão para a mudança da data-base de apresentação seja divulgada. Um exemplo adicional é quando, ao fazer a transição de regime de caixa para o regime de competência, a entidade muda a data-base das demonstrações contábeis das entidades que fazem parte da entidade econômica para permitir a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

68.(Não convergido).

Tempestividade

69.A utilidade das demonstrações contábeis é prejudicada quando essas não são disponibilizadas aos usuários dentro de período razoável após a data-base das demonstrações contábeis. A entidade deve estar pronta para divulgar suas demonstrações contábeis em até seis meses a partir da data-base das demonstrações contábeis. Fatores constantemente presentes, tal como a complexidade das operações da entidade, não são razões suficientes para deixar de se divulgar as demonstrações contábeis dentro de prazo aceitável. Prazos dilatados mais específicos podem ser tratados por legislações e regulamentos.

Balanço patrimonial

Distinção entre circulante e não circulante

70.A entidade deve apresentar ativos circulantes e não circulantes e passivos circulantes e não circulantes, como grupos de contas separados no seu balanço patrimonial, de acordo com os itens 76 a 87, exceto quando a apresentação baseada na liquidez proporcionar informação que seja mais fidedigna e relevante. Quando essa exceção for aplicável, todos os ativos e passivos devem ser apresentados por ordem de liquidez.

71.Qualquer que seja o método de apresentação adotado, para cada item de ativo e passivo que reúne valores os quais se esperam serem realizados ou exigidos (a) em até doze meses após a data-base das demonstrações contábeis e (b) em mais do que doze meses após a data-base das demonstrações contábeis, a entidade deve divulgar o valor que espera ser realizado ou exigido após mais de doze meses.

72.Quando a entidade fornecer bens ou serviços dentro de ciclo operacional claramente identificável, a classificação separada de ativos e passivos circulantes e não circulantes no balanço patrimonial proporciona informação útil ao distinguir os ativos que estejam continuamente em circulação, como capital de giro, dos que são utilizados nas operações de longo prazo da entidade. Essa classificação também deve destacar os ativos que se espera que sejam realizados dentro do ciclo operacional corrente, bem como os passivos que devam ser exigidos dentro do mesmo período.

73.Para algumas entidades, tais como instituições financeiras, a apresentação de ativos e passivos por ordem crescente ou decrescente de liquidez proporciona informação fidedigna e mais relevante do que a apresentação em circulante e não circulante pelo fato de que tais entidades não fornecem bens ou serviços dentro de ciclo operacional claramente identificável.

74.Na aplicação do item 70, é permitido à entidade apresentar alguns dos seus ativos e passivos, utilizando-se da classificação em circulante e não circulante e outros por ordem de liquidez e exigibilidade quando esse procedimento proporcionar informação que represente fidedignamente e seja mais relevante. A necessidade de apresentação em base mista pode surgir quando a entidade tem diversos tipos de operações.

75.A informação acerca das datas previstas para a realização de ativos e de passivos é útil na avaliação da liquidez e solvência da entidade. As datas de vencimento de ativos financeiros e de passivos financeiros devem ser divulgadas. Os ativos financeiros incluem valores comerciais a receber e outros valores a receber e os passivos financeiros incluem dívidas a pagar comerciais e outras dívidas a pagar. A informação sobre a data prevista para a realização de ativos e passivos não monetários, tais como estoques e provisões, é também útil, qualquer que seja a classificação desses ativos e passivos como circulantes ou não circulantes.

Ativo circulante

76.O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer a qualquer dos seguintes critérios:

(a)espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com a finalidade de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;

(b)o ativo está mantido essencialmente com a finalidade de ser negociado;

(c)espera-se que o ativo seja realizado em até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou

(d)o ativo seja caixa ou equivalente de caixa (conforme definido na NBC TSP 12), a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Todos os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

77.Esta norma utiliza o termo "ativo não circulante" para incluir ativos tangíveis, ativos intangíveis e ativos financeiros de longo prazo. Não se proíbe o uso de descrições alternativas, contanto que seu significado seja claro.

78.O ciclo operacional da entidade é o tempo que se leva para converter entradas (inputs) ou recursos em saídas (outputs). Por exemplo, governos transferem recursos para entidades do setor público para que elas possam converter tais recursos em mercadorias, serviços ou outros tipos de produtos (outputs), para alcançar os resultados econômicos, políticos e sociais desejados pelo governo. Quando o ciclo operacional normal da entidade não for claramente identificável, pressupõe-se que sua duração seja de doze meses.

79.Os ativos circulantes incluem ativos (tais como impostos a receber, taxas sobre os usuários a receber, multas e tarifas regulatórias a receber, estoques e receitas de investimentos reconhecidas pelo regime de competência e ainda não recebidas) que são vendidos, consumidos ou realizados como parte do ciclo operacional normal, mesmo quando não se espera que sejam realizados no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os ativos circulantes também incluem ativos essencialmente mantidos com a finalidade de serem negociados (exemplos incluem alguns ativos financeiros classificados como "mantidos para negociação") e a parcela circulante de ativos financeiros não circulantes.

Passivo circulante

80.O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer a qualquer dos seguintes critérios:

(a)espera-se que o passivo seja exigido durante o ciclo operacional normal da entidade;

(b)o passivo está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;

(c)o passivo deve ser exigido no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou

(d)a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço (ver item 84). Os termos de passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não devem afetar a sua classificação.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não circulantes.

81.Alguns passivos circulantes, tais como contas a pagar comerciais e algumas apropriações por competência relativas a gastos com empregados e outros custos operacionais, são parte do capital circulante utilizado no ciclo operacional normal da entidade. Tais itens operacionais são classificados como passivos circulantes, mesmo que estejam para ser liquidados em mais de doze meses após a data das demonstrações contábeis. O mesmo ciclo operacional normal aplica-se à classificação dos ativos e passivos da entidade. Quando o ciclo operacional normal da entidade não for claramente identificável, pressupõe-se que a sua duração seja de doze meses.

82.Outros passivos circulantes não são exigidos como parte do ciclo operacional normal, mas têm sua liquidação prevista para o período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis ou estão essencialmente mantidos com a finalidade de serem negociados. Exemplos disso são os passivos financeiros classificados como "mantidos para negociação", saldos bancários negativos e a parte circulante de passivos financeiros não circulantes, dividendos a pagar, imposto de renda e outras dívidas a pagar não comerciais. Os passivos financeiros que proporcionem financiamento de longo prazo (ou seja, não fazem parte do capital circulante utilizado no ciclo operacional normal da entidade) e cuja liquidação não esteja prevista para o período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis são passivos não circulantes, sujeitos aos itens 85 e 86.

83.A entidade deve classificar os seus passivos financeiros como circulante quando o seu pagamento estiver previsto para o período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis, mesmo que:

(a)o prazo original para sua liquidação tenha sido por período superior a doze meses; e

(b)acordo de refinanciamento ou de reescalonamento de pagamentos de longo prazo seja completado após a data das demonstrações contábeis e antes das demonstrações contábeis serem autorizadas para sua divulgação.

84.Se a entidade espera - e tiver a possibilidade de refinanciar ou rolar a dívida para, pelo menos, doze meses após a data das demonstrações contábeis, segundo as condições de flexibilidade do empréstimo existente -, deve classificar a obrigação como não circulante, mesmo que, de outra forma, fosse devida dentro de período mais curto. Contudo, quando o refinanciamento ou substituição da obrigação não depender somente da entidade (por exemplo, se não houver acordo de refinanciamento), o simples potencial de refinanciamento não é considerado suficiente para a classificação como não circulante e, portanto, a obrigação deve ser classificada como circulante.

85.Quando a entidade não cumprir compromisso, segundo acordo de empréstimo de longo prazo até a data das demonstrações contábeis, tendo como consequência a condição de o passivo se tornar vencido e pagável à ordem do credor, o passivo deve ser classificado como circulante, mesmo que o credor tenha concordado, após a data das demonstrações contábeis e antes da data da autorização para emissão das demonstrações contábeis, em não exigir pagamento antecipado como consequência do descumprimento do compromisso. O passivo deve ser classificado como circulante porque, à data das demonstrações contábeis, a entidade não tem direito incondicional de diferir a sua liquidação para, pelo menos, doze meses após essa data.

86.Entretanto, o passivo deve ser classificado como não circulante, se o credor tiver concordado, até a data das demonstrações contábeis, em proporcionar um período de carência a terminar pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis, dentro do qual a entidade pode retificar o descumprimento e durante o qual o credor não pode exigir o pagamento imediato do passivo em questão.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

87.Com respeito a empréstimos classificados como passivo circulante, se os eventos que se seguem ocorrerem entre a data das demonstrações contábeis e a data em que as demonstrações contábeis forem autorizadas para serem emitidas, esses eventos se qualificam para divulgação como eventos que não originam ajustes. Os eventos que se enquadram nessa situação são os seguintes:

(a)refinanciamento para uma base de longo prazo;

(b)retificação de descumprimento de acordo de empréstimo de longo prazo; e

(c)concessão por parte do credor de período de carência para retificar descumprimento de acordo de empréstimo de longo prazo que termine pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Informação a ser apresentada no balanço patrimonial

88.No mínimo, o balanço patrimonial deve incluir os seguintes itens que apresentam valores:

(a)ativo imobilizado;

(b)propriedade para investimento;

(c)ativo intangível;

(d)ativos financeiros (exceto os mencionados nas alíneas (e), (g), (h) e (i));

(e)investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial;

(f)estoques;

(g)valores a receber de transação sem contraprestação (impostos e transferências);

(h)contas a receber de transação com contraprestação;

(i)caixa e equivalentes de caixa;

(j)tributos e transferências a pagar;

(k)contas a pagar oriundas de transação com contraprestação;

(l)provisões;

(m)passivos financeiros (exceto os mencionados nas alíneas (j), (k) e (l));

(n)participação de não controladores apresentada de forma destacada dentro do patrimônio líquido; e

(o)patrimônio líquido atribuíveis aos proprietários da entidade controladora.

89.Contas adicionais, cabeçalhos e subtotais devem ser apresentados no balanço patrimonial sempre que tais apresentações sejam relevantes para o entendimento da posição financeira e patrimonial da entidade.

90.Esta norma não determina a ordem ou o formato que deve ser utilizado na apresentação das contas. O item 88 simplesmente lista os itens que são suficientemente diferentes na sua natureza ou função para assegurar a apresentação individualizada no balanço patrimonial. Adicionalmente:

(a)contas do balanço patrimonial devem ser incluídas sempre que o tamanho, natureza ou função de item ou agregação de itens similares apresentados separadamente seja relevante na compreensão da posição financeira da entidade; e

(b)a nomenclatura de contas utilizada e sua ordem de apresentação dos itens e das agregações de itens semelhantes podem ser modificadas de acordo com a natureza da entidade e de suas transações, no sentido de fornecer informação que seja relevante para a compreensão da situação patrimonial da entidade.

91.A entidade deve julgar a adequação da apresentação de contas adicionais separadamente com base na avaliação:

(a)da natureza e liquidez dos ativos;

(b)da função dos ativos na entidade; e

(c)dos montantes, natureza e prazo dos passivos.

92.A utilização de distintos critérios de mensuração de classes diferentes de ativos sugere que suas naturezas ou funções são distintas e, portanto, devem ser apresentadas em contas separadas. Por exemplo, diferentes classes de imobilizado podem ser reconhecidas ao custo ou pelo valor de reavaliação em conformidade com a NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado.

Informação a ser apresentada no balanço patrimonial ou nas notas explicativas

93.A entidade deve divulgar, no balanço patrimonial ou nas notas explicativas, detalhamentos adicionais às rubricas apresentadas (subclassificações), classificadas de forma adequada às operações da entidade.

94.O detalhamento proporcionado nas subclassificações depende das exigências das NBCs TSP e da dimensão, natureza e função dos valores envolvidos. Os fatores estabelecidos no item 91 também devem ser utilizados para decidir as bases para tal subclassificação. As divulgações variam para cada item, por exemplo:

(a)os itens do ativo imobilizado devem ser segregados em classes de acordo com a NBC TSP 07;

(b)as contas a receber devem ser segregadas em valores a receber de taxas dos usuários, tributos e outras receitas de transações sem contraprestação, contas a receber de partes relacionadas, pagamentos antecipados e outros valores;

(c)os estoques devem ser subclassificados, de acordo com a NBC TSP 04 - Estoques, em classificações, tais como mercadorias para revenda, insumos, materiais, produtos em elaboração e produtos acabados;

(d)os tributos e transferências a pagar devem ser segregados em restituição de tributos a pagar, transferências a pagar e valores a pagar a outros membros da entidade econômica;

(e)as provisões devem ser segregadas em provisões para benefícios a empregados e outros itens; e

(f)os componentes do patrimônio líquido devem ser segregados em capital integralizado, resultados acumulados e quaisquer reservas.

95.Quando a entidade não possui nenhuma parcela de capital representado por ações, ela deve divulgar o patrimônio líquido no balanço patrimonial ou nas notas explicativas, demonstrando separadamente:

(a)o capital integralizado, consistindo do valor total acumulado, na data das demonstrações contábeis, das contribuições dos proprietários menos as distribuições aos proprietários;

(b)resultados acumulados;

(c)reservas, incluindo descrição da natureza e finalidade de cada reserva dentro do patrimônio líquido; e

(d)participação dos não controladores.

95A.Se a entidade reclassificou:

(a)instrumento financeiro com opção de venda classificado como instrumento patrimonial; ou

(b)instrumento que impõe à entidade a obrigação de entregar à contraparte o valor pro rata dos seus ativos líquidos (patrimônio líquido) somente na liquidação da entidade e é classificado como instrumento patrimonial;

entre passivos financeiros e o patrimônio líquido, ela deve divulgar o montante reclassificado, o momento e o motivo dessa reclassificação.

96.Muitas entidades do setor público não possuem capital representado por ações, mas a entidade é controlada exclusivamente por outra entidade do setor público. A natureza da participação do governo no patrimônio líquido da entidade é, provavelmente, a combinação de capital integralizado e do valor resultante dos resultados acumulados e reservas que refletem o patrimônio líquido atribuível às operações da entidade.

97.Em alguns casos, pode haver a participação de não controladores no patrimônio líquido da entidade. Por exemplo, no nível do governo como um todo, no sentido amplo, a entidade econômica pode incluir empresa estatal que foi parcialmente privatizada. Consequentemente, pode haver acionistas do setor privado com participação no patrimônio líquido da entidade.

98.Quando a entidade possui seu capital representado por ações, além das divulgações previstas no item 95, ela deve divulgar as seguintes informações no balanço patrimonial ou nas notas explicativas:

(a)para cada classe de ações do capital:

(i)a quantidade de ações autorizadas;

(ii)a quantidade de ações subscritas e inteiramente integralizadas, e subscritas mas não integralizadas;

(iii)o valor nominal por ação, ou informar que as ações não têm valor nominal;

(iv)a conciliação entre as quantidades de ações em circulação no início e no fim do período;

(v)os direitos, as preferências e as restrições associados a essa classe de ações, incluindo restrições na distribuição de dividendos e no reembolso de capital;

(vi)ações ou quotas da entidade mantidas pela própria entidade (ações ou quotas em tesouraria) ou por controladas ou coligadas; e

(vii)ações reservadas para emissão em função de opções e contratos para a venda de ações, incluindo os prazos e respectivos montantes; e

(b)a descrição da natureza e da finalidade de cada reserva dentro do patrimônio líquido.

Demonstração do resultado

Superávit ou Déficit

99.Todos os itens de receita e de despesa reconhecidos no período contábil devem ser incluídos no resultado, a menos que outra norma requeira tratamento diferente.

100.Normalmente, todos os itens de receita e de despesa reconhecidos no período contábil são incluídos no resultado. Isso inclui os efeitos das mudanças nas estimativas contábeis, que devem observar os procedimentos aplicáveis relativos à correção de erros e ao efeito de mudanças de políticas contábeis. Porém, em algumas circunstâncias, itens específicos podem ser excluídos do resultado do período corrente.

101.Outras normas tratam de itens que podem atender às definições de receita e de despesa estabelecidas nesta norma, mas que são geralmente excluídos do resultado. Exemplos incluem (a) resultados positivos de reavaliação (ver NBC TSP 07); (b) ganhos e perdas específicos provenientes da conversão das demonstrações contábeis das operações no exterior da entidade que tenha operação no exterior; e (c) ganhos e perdas de remensuração de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda.

Informação a ser apresentada na demonstração do resultado

102.No mínimo, a demonstração do resultado deve incluir itens que apresentam os seguintes valores do período contábil:

(a)receita;

(b)despesa;

(c)parcela do resultado de coligadas, controladas e empreendimento controlado em conjunto mensurada pelo método da equivalência patrimonial;

(d)ganhos ou perdas antes dos tributos reconhecidos na alienação de ativos ou pagamento de passivos relativos a operações em descontinuidade; e

(e)resultado do período.

103.Os itens a seguir devem ser divulgados na demonstração do resultado como alocações do resultado do período:

(a)resultado atribuível aos acionistas não controladores; e

(b)resultado atribuível aos acionistas controladores da entidade.

104.Outros itens e contas, títulos e subtotais devem ser apresentados na demonstração do resultado quando tal apresentação for relevante para a compreensão do desempenho financeiro da entidade.

105.Em função de os efeitos das várias atividades, transações e outros eventos da entidade diferirem em termos de seus impactos na capacidade de cumprir suas obrigações na entrega de serviços, a divulgação dos componentes do resultado ajuda a compreender o desempenho alcançado e a fazer projeções de futuros resultados. Outros itens devem ser incluídos na demonstração do resultado, e as descrições utilizadas e a ordem dos itens são modificadas quando for necessário explicar os elementos que compõem o resultado. Os fatores a serem considerados incluem a materialidade, a natureza e a função dos componentes das receitas e despesas. Os itens de receitas e despesas não devem ser compensados, a menos que sejam atendidos os critérios do item 48.

Informação a ser apresentada na demonstração do resultado ou nas notas explicativas

106.Quando os itens de receitas e despesas são materiais, sua natureza e valores devem ser divulgados separadamente.

107.As circunstâncias que dão origem à divulgação separada de itens de receitas e despesas incluem:

(a)reduções nos estoques ao seu valor realizável líquido ou no ativo imobilizado ao seu valor recuperável, bem como as reversões de tais reduções;

(b)reestruturações das atividades da entidade e reversões de quaisquer provisões para gastos de reestruturação;

(c)baixas de itens do ativo imobilizado;

(d)baixas de investimento;

(e)unidades operacionais descontinuadas;

(f)solução de litígios; e

(g)outras reversões de provisão.

108.A entidade deve apresentar, na demonstração do resultado ou nas notas explicativas, o detalhamento do total das receitas, cuja classificação esteja de acordo com as operações da entidade.

109.A entidade deve apresentar, na demonstração do resultado ou nas notas explicativas, a análise das despesas utilizando o detalhamento baseado na sua natureza ou na sua função dentro da entidade, devendo selecionar o critério que proporcionar informação que seja fidedigna e mais relevante.

110.As entidades são incentivadas a apresentar as análises citadas no item 109 na demonstração do resultado.

111.As despesas devem ser subclassificadas a fim de destacar os custos e suas apropriações de custos a programas específicos, atividades ou outros segmentos relevantes à entidade que é retratada nas demonstrações contábeis. Essa análise deve ser proporcionada em uma das duas maneiras descritas a seguir.

112.A primeira forma de análise é o método da natureza da despesa. As despesas são agregadas na demonstração do resultado de acordo com a sua natureza, como, por exemplo: depreciações, consumo de materiais, despesas com transporte, benefícios a empregados e despesas de publicidade, não sendo realocadas entre as várias funções dentro da entidade. Esse método pode ser simples de aplicar porque não são necessárias alocações de gastos em classificações funcionais. Segue abaixo um exemplo de classificação que utiliza o método da natureza do gasto:

Receitas X

Despesas com benefícios a empregadosX

Despesas com depreciações e amortizaçõesX

Outras despesasX

Total das despesas(X)

Resultado X

112A.Para os fins desta norma, os termos "natureza da despesa" e "classificação funcional" não se confundem com os termos correspondentes utilizados no orçamento.

113.A segunda forma de análise é o método da função da despesa, classificando-se as despesas de acordo com o programa ou o propósito para o qual elas foram incorridas. Esse método pode proporcionar informação mais relevante aos usuários do que a classificação de gastos por natureza, mas a alocação de despesas às funções pode exigir alocações arbitrárias e envolver considerável capacidade de julgamento. Segue abaixo exemplo de classificação que utiliza o método da função da despesa:

Receitas X

Despesas:

Despesas com saúde(X)

Despesas com educação(X)

Outras despesas(X)

Resultado X

114.As despesas associadas às principais funções empreendidas pela entidade devem ser apresentadas separadamente. Nesse exemplo, a entidade tem funções relacionadas ao fornecimento de serviços de saúde e educação. A entidade deve apresentar linhas de itens de despesa para cada uma dessas funções.

115.As entidades que classificarem os gastos por função devem divulgar informação adicional sobre a natureza das despesas, incluindo as despesas de depreciação e de amortização e as despesas com benefícios a empregados.

116.A escolha entre a classificação funcional das despesas e a classificação da natureza das despesas depende de fatores históricos e regulatórios e da natureza da entidade. Ambos os métodos proporcionam uma indicação daquelas despesas que podem variar, diretamente e indiretamente, com o nível de vendas ou de produção (outputs) da entidade. Dado que cada classificação tem seu mérito, conforme características de diferentes tipos de entidade, esta norma estabelece que cabe à administração apresentar o método que possibilite a representação fidedigna e seja mais relevante. Entretanto, dado que a informação fornecida, quando se utiliza o método da natureza das despesas, é útil, ao prever os futuros fluxos de caixa, é exigida divulgação adicional quando for utilizada a classificação funcional da despesa. No item 115, a expressão "benefícios a empregados" tem o mesmo significado dado na NBC TSP 15 - Benefícios a Empregados.

117.Quando a entidade distribuir dividendos ou outro item similar para os seus proprietários e possuir capital representado por ações, ela deve divulgar, na demonstração do resultado, na

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas, o valor de dividendos ou outro item similar distribuídos e reconhecidos como distribuições aos proprietários durante o período e o respectivo valor por ação.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

118.A entidade deve apresentar a demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstrando:

(a)o resultado do período;

(b)cada item de receita e de despesa do período que, conforme exigido por outras NBCs TSP, seja reconhecido diretamente no patrimônio líquido e o total desses itens;

(c)o total de receitas e de despesas do período (calculados como a soma das alíneas (a) e (b)), demonstrando separadamente o valor total atribuível aos proprietários da entidade controladora e o valor correspondente à participação de não controladores; e

(d)para cada componente do patrimônio líquido divulgado separadamente, os efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros.

119.A entidade também deve apresentar, na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas, as seguintes informações:

(a)os valores das transações com os proprietários agindo na sua capacidade de detentores do capital próprio da entidade, demonstrando separadamente as distribuições para os proprietários;

(b)o saldo de resultados acumulados no início do período e na data-base da demonstração e as alterações durante o período; e

(c)na medida em que componentes do patrimônio líquido são divulgados separadamente, a conciliação entre o valor contábil de cada componente do patrimônio líquido no início e no final do período, divulgando separadamente cada alteração.

120.As alterações no patrimônio líquido da entidade entre duas datas das demonstrações contábeis refletem o aumento ou a redução do patrimônio líquido durante o período.

121.A alteração total do patrimônio líquido durante um período representa o valor total do resultado desse período, adicionado a outras receitas e despesas reconhecidas diretamente como alterações no patrimônio líquido (sem passar pelo resultado do período), junto com qualquer contribuição dos proprietários e deduzindo-se as distribuições para os proprietários agindo na sua capacidade de detentores do capital próprio da entidade.

122.Contribuições dos proprietários e distribuições para os proprietários incluem transferências entre duas entidades que fazem parte da mesma entidade econômica (por exemplo, transferência de governo, atuando em sua qualidade de detentor de capital próprio, para departamento de governo). Contribuições dos proprietários, em sua qualidade de detentores de capital próprio, para entidades controladas devem ser reconhecidas como ajuste direto no patrimônio líquido da entidade controlada somente quando contribuições explicitamente aumentam a participação residual na entidade controlada na forma de direitos sobre o patrimônio líquido.

123.Esta norma requer que todos os itens de receita e de despesa reconhecidos no período sejam incluídos no resultado, a menos que outra norma requeira outro procedimento. Outras normas requerem que alguns itens (tais como aumento ou redução por reavaliação e ganhos ou perdas decorrentes de ajustes específicos de conversão para moeda estrangeira) sejam reconhecidos diretamente como alteração no patrimônio líquido (sem transitar pelo resultado do período). Como é importante considerar todos os itens de receita e de despesa na avaliação das mudanças ocorridas na situação patrimonial da entidade entre duas datas das demonstrações contábeis, esta norma exige que a apresentação da demonstração das mutações do patrimônio líquido destaque o total das receitas e das despesas da entidade, incluindo aquelas que foram reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

124.Os ajustes retroativos e as republicações retroativas para corrigir erros devem ser registrados tendo como contrapartida o saldo de resultados acumulados, ou seja, corrigindo o saldo de resultados acumulados, exceto quando outra norma requerer ajustes retroativos em outro componente do patrimônio líquido. O item 118(d) requer a divulgação na demonstração das mutações do patrimônio líquido do ajuste total para cada componente do patrimônio líquido, em separado do resultado divulgado, em separado das alterações nas políticas contábeis e em separado das correções de erro. Esses ajustes devem ser divulgados em cada período anterior e no início do período seguinte.

125.As exigências nos itens 118 e 119 podem ser cumpridas, utilizando-se o formato de colunas que concilia a abertura e o fechamento dos saldos de cada elemento da classe do patrimônio líquido. Uma alternativa consiste em apresentar apenas os itens descritos no item 118 na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Segundo essa abordagem, os itens descritos no item 119 devem ser apresentados nas notas explicativas.

Demonstração dos fluxos de caixa

126.A informação sobre fluxos de caixa proporciona aos usuários das demonstrações contábeis base para avaliar (a) a capacidade da entidade para gerar caixa e seus equivalentes e (b) as necessidades da entidade para utilizar esses fluxos de caixa. A NBC TSP 12 estabelece as exigências para a apresentação da demonstração dos fluxos de caixa e divulgações relacionadas.

Notas explicativas

Estrutura

127.As notas explicativas devem:

(a)apresentar informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e das políticas contábeis específicas utilizadas, de acordo com os itens 132 a 139;

(b)divulgar a informação requerida pelas NBCs TSP que não tenha sido apresentada no balanço patrimonial, na demonstração do resultado, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos fluxos de caixa; e

(c)prover informação adicional que não tenha sido apresentada no balanço patrimonial, na demonstração do resultado, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos fluxos de caixa, mas que seja relevante para a compreensão de quaisquer dessas demonstrações contábeis.

128.As notas devem ser apresentadas, tanto quanto seja praticável, de forma sistemática. Cada item do balanço patrimonial, da demonstração do resultado, da demonstração das mutações do patrimônio líquido e da demonstração dos fluxos de caixa deve ter referência cruzada entre informações relativas a cada uma dessas demonstrações e aquelas correspondentes apresentadas nas notas explicativas.

129.As notas explicativas são normalmente apresentadas pela ordem a seguir, no sentido de auxiliar os usuários a compreender as demonstrações contábeis e compará-las com demonstrações contábeis de outras entidades:

(a)declaração de conformidade com as NBCs TSP (ver item 28);

(b)resumo das políticas contábeis significativas aplicadas (ver item 132);

(c)informação de suporte sobre itens apresentados no balanço patrimonial, na demonstração do resultado, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos fluxos de caixa pela mesma ordem em que cada demonstração e cada item são apresentados; e

(d)outras divulgações, incluindo:

(i)passivos contingentes (ver a NBC TSP 03) e compromissos contratuais não reconhecidos; e

(ii)divulgações não financeiras, por exemplo, os objetivos e as políticas de gestão do risco financeiro da entidade.

130.Em algumas circunstâncias, pode ser necessário ou desejável alterar a ordem de determinados itens nas notas explicativas. Por exemplo, a informação sobre variações no valor justo reconhecidas no resultado pode ser divulgada juntamente com a informação sobre vencimentos de instrumentos financeiros, embora a primeira informação se relacione com a demonstração do resultado e a última informação se relacione com o balanço patrimonial. Contudo, até onde for possível, deve ser mantida uma estrutura sistemática (padronizada) das notas explicativas.

131.As notas explicativas que proporcionam informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e as políticas contábeis específicas podem ser apresentadas como componente separado das demonstrações contábeis.

Divulgação de políticas contábeis

132.A entidade deve divulgar no resumo de políticas contábeis significativas:

(a)a base de mensuração utilizada na elaboração das demonstrações contábeis;

(b)o grau em que a entidade tem aplicado qualquer disposição transitória de qualquer outra norma; e

(c)outras políticas contábeis utilizadas que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações contábeis.

133.É importante que os usuários estejam informados sobre a base ou bases de mensuração utilizadas nas demonstrações contábeis (por exemplo, custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável) porque a base sobre a qual as demonstrações contábeis são elaboradas afeta significativamente a análise dos usuários. Quando mais de uma base de mensuração for utilizada nas demonstrações contábeis, por exemplo, quando determinadas classes de ativos são reavaliadas, é suficiente divulgar a indicação das categorias de ativos e de passivos à qual cada base de mensuração foi aplicada.

134.Ao decidir se determinada política contábil específica deve, ou não, ser divulgada, a administração deve considerar se sua divulgação proporciona aos usuários melhor compreensão da forma com que as transações, outros eventos e condições estão refletidos no desempenho e na situação patrimonial. A divulgação de determinadas políticas contábeis é especialmente útil para os usuários quando essas políticas são selecionadas entre opções permitidas nas NBCs TSP. Um exemplo é a divulgação, pela entidade, da base de mensuração de suas propriedades para investimento, se pelo valor justo ou pelo modelo de custo (ver NBC TSP 06 - Propriedade para Investimento). Algumas normas requerem especificamente a divulgação de determinadas políticas contábeis, incluindo escolhas feitas pela administração entre diferentes políticas que as normas permitem. Por exemplo, a NBC TSP 07 requer especificamente a divulgação das bases de mensuração utilizadas para as classes do ativo imobilizado. A NBC TSP 14 - Custos de Empréstimos requer a divulgação se os custos de empréstimos foram lançados como despesa ou se foram capitalizados como parte do custo de ativos qualificáveis.

135.Cada entidade deve considerar a natureza das suas operações e as políticas que os usuários de suas demonstrações contábeis esperam que sejam divulgadas para esse tipo de entidade. Por exemplo, espera-se que entidades do setor público divulguem suas políticas contábeis para reconhecimento das receitas de impostos, doações e outras formas de receitas de transações sem contraprestação em bens e serviços. Quando a entidade possui entidades com operações significativas no exterior ou possui transações significativas em moeda estrangeira, espera-se que ela evidencie as políticas contábeis para o reconhecimento de ganhos e perdas cambiais. Quando combinações no setor público tiverem ocorrido, as políticas utilizadas para a mensuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) e para a mensuração da participação dos acionistas não controladores devem ser divulgadas.

136.A política contábil pode ser significativa devido à natureza das operações da entidade, mesmo que os valores associados a períodos anteriores e ao corrente não sejam materiais. É também adequado divulgar cada política contábil significativa que não seja especificamente exigida pelas NBCs TSP, mas que tenha sido selecionada e aplicada.

137.A entidade deve divulgar, no resumo das políticas contábeis significativas ou em outras notas explicativas, os julgamentos realizados, com a exceção dos que envolvem estimativas (ver item 140) que a administração fez no processo de aplicação das políticas contábeis da entidade e que têm efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

138.No processo de aplicação das políticas contábeis da entidade, a administração exerce diversos julgamentos, com a exceção dos que envolvem estimativas, que podem afetar, significativamente, os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis. Por exemplo, a administração exerce julgamento ao definir:

(a)se ativos são propriedades para investimento;

(b)se os acordos para o suprimento de produtos e/ ou serviços que envolvem a utilização de ativos são arrendamentos;

(c)se, em essência, determinadas vendas de bens decorrem de acordos de financiamento e, portanto, não dão origem a receitas de venda; e

(d)se a essência da relação entre a entidade que elabora as demonstrações contábeis e outras entidades indica que essas outras entidades são controladas pela entidade que elabora as demonstrações contábeis.

139.Algumas divulgações feitas de acordo com o item 137 são exigidas por outras normas. Por exemplo, a NBC TSP 20 - Divulgação de Participações em Outras Entidades exige que a entidade divulgue os julgamentos que realizou para determinar se exerce o controle sobre outra entidade. A NBC TSP 06 requer a divulgação dos critérios utilizados pela entidade para distinguir a propriedade de investimento da propriedade ocupada pelo proprietário e da propriedade mantida para venda no curso ordinário da atividade comercial, nas situações em que a classificação das propriedades é difícil.

Principais fontes de incerteza das estimativas

140.A entidade deve divulgar nas notas explicativas informação acerca (a) dos principais pressupostos relativos ao futuro e (b) de outras abordagens principais a respeito da incerteza das estimativas à data das demonstrações contábeis, que tenham risco significativo de provocar ajuste material nos valores contábeis de ativos e de passivos durante o próximo período. Com respeito a esses ativos e passivos, as notas explicativas devem incluir detalhes informativos acerca:

(a)da sua natureza; e

(b)do seu valor contábil à data das demonstrações contábeis.

141.Definir os montantes de alguns ativos e passivos exige a estimativa dos efeitos de eventos futuros incertos sobre esses ativos e passivos ao término do período de reporte. Por exemplo, na ausência de preços de mercado recentemente observados, passam a ser necessárias estimativas orientadas para o futuro para mensurar o valor recuperável de ativos do imobilizado, o efeito da obsolescência tecnológica nos estoques, provisões sujeitas ao futuro resultado de litígio em curso e passivos de longo prazo de benefícios a empregados, tais como obrigações de pensão. Essas estimativas envolvem pressupostos sobre esses assuntos, como o risco associado aos fluxos de caixa ou taxas de desconto, futuras alterações em salários e futuras alterações nos preços que afetam outros custos.

142.Os principais pressupostos e outras principais abordagens a respeito de incerteza das estimativas, divulgados de acordo com o item 140, relacionam-se a estimativas cujos julgamentos requeridos são os mais difíceis, subjetivos ou complexos a serem exercidos pela administração. Na medida em que o número de variáveis e de pressupostos que afetam a possível futura solução das incertezas aumenta, esses julgamentos tornam-se mais subjetivos e complexos, aumentando, consequente e proporcionalmente, a probabilidade de ajuste material dos valores contábeis de ativos e de passivos.

143.As divulgações descritas no item 140 não são requeridas para ativos e passivos que tenham risco significativo de que seus valores contábeis possam sofrer alteração significativa no próximo período contábil se, à data das demonstrações contábeis, os ativos e os passivos forem mensurados pelo valor justo com base em preços de mercado recentemente observados (os valores justos podem alterar-se materialmente no próximo período, mas essas alterações não serão fruto de pressupostos ou de outras abordagens a respeito da incerteza das estimativas à data das demonstrações contábeis).

144.As divulgações descritas no item 140 são apresentadas de forma a ajudar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os julgamentos que a administração fez acerca do futuro e sobre outras principais fontes de incerteza de estimativas. A natureza e a extensão da informação a ser divulgada variam de acordo com a natureza dos pressupostos e outras circunstâncias. Exemplos dessas divulgações são:

(a)a natureza dos pressupostos ou de outras incertezas nas estimativas;

(b)a sensibilidade dos valores contábeis aos métodos, pressupostos e estimativas subjacentes ao respectivo cálculo, incluindo as razões para essa sensibilidade;

(c)a resolução esperada para uma incerteza e a variedade de desfechos possíveis ao longo do próximo período social em relação aos valores contábeis dos ativos e dos passivos impactados; e

(d)a explicação de alterações feitas nos pressupostos adotados no passado no tocante a esses ativos e passivos, caso a incerteza permaneça sem solução.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

145.Não é necessária a divulgação de previsões ou orçamentos ao fazer as divulgações descritas no item 140.

146.Por vezes, é impraticável divulgar a extensão dos possíveis efeitos de pressuposto ou de outra fonte principal de incerteza das estimativas ao término do período de reporte. Nessas circunstâncias, a entidade deve divulgar, dentro do que for razoavelmente possível e com base no conhecimento existente, aqueles resultados que, no próximo período contábil, sejam diferentes dos pressupostos e poderiam requerer ajustes materiais nos valores contábeis dos ativos e passivos impactados. Em todos os casos, a entidade deve divulgar a natureza e o valor contábil do ativo ou do passivo específico (ou classe de ativos ou passivos) afetado por esses pressupostos.

147.As divulgações descritas no item 137, acerca de julgamentos específicos feitos pela administração no processo de aplicação das políticas contábeis da entidade, não se relacionam com a divulgação das principais fontes das incertezas das estimativas descritas no item 140.

148.A divulgação de alguns dos principais pressupostos que seria de outro modo exigida, de acordo com o que diz o item 140, é requerida por outras normas. Por exemplo, a NBC TSP 03 requer a divulgação, em circunstâncias específicas, de pressupostos importantes relativos a eventos futuros que afetem determinadas classes de provisões. A NBC TSP 07 requer a divulgação de pressupostos significativos aplicados na estimativa de valores justos de itens reavaliados do ativo imobilizado.

Capital

148A.A entidade deve divulgar informação que possibilite aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os objetivos, as políticas e os processos de gestão do capital dessa entidade.

148B.Para cumprir com o item 148A, a entidade deve evidenciar o seguinte:

(a)informação qualitativa sobre os seus objetivos, políticas e processos de gestão do capital, incluindo, sem a elas se limitar:

(i)descrição dos elementos abrangidos pela gestão do capital;

(ii)se a entidade está sujeita a exigências de capital impostas externamente, a natureza dessas exigências e a forma como são integradas na gestão de capital; e

(iii)como está cumprindo os seus objetivos em matéria de gestão de capital;

(b)dados quantitativos sintéticos sobre os elementos incluídos na gestão do capital. Algumas entidades consideram alguns passivos financeiros (como, por exemplo, algumas formas de dívidas subordinadas) como parte do capital. Outras consideram que devem ser excluídos do capital alguns componentes do capital próprio (como, por exemplo, os componentes associados a operações de hedge de fluxos de caixa);

(c)quaisquer alterações dos elementos referidos nas alíneas (a) e (b) em relação ao período anterior;

(d)indicação do cumprimento, ou não, durante o período, das eventuais exigências de capital impostas externamente a que a entidade está ou esteve sujeita;

(e)caso a entidade não tenha atendido a essas exigências externas de capital, as consequências dessa não observância.

Essas informações devem se basear nas informações prestadas internamente pelo pessoal-chave da gestão da entidade.

148C.A entidade pode gerir o capital de várias formas e pode estar sujeita a diferentes exigências no que diz respeito ao seu capital. Por exemplo, um conglomerado pode incluir entidades que exerçam a atividade de seguro, em paralelo com outras que exercem a atividade bancária, e essas entidades podem desenvolver a sua atividade em vários países diferentes. Caso a divulgação agregada das exigências de capital e da forma como ele é gerido não proporcione uma informação adequada ou contribua para distorcer o entendimento acerca dos recursos de capital da entidade pelos usuários das demonstrações contábeis, a entidade deve divulgar informações distintas relativamente a cada requerimento de capital a que está sujeita.

Instrumentos financeiros com opção de venda classificados no patrimônio líquido

148D.No caso de instrumentos financeiros com opção de venda (put) classificados como instrumentos patrimoniais, a entidade deve divulgar (na medida em que não tiver divulgado em outro lugar nas demonstrações contábeis):

(a)dados quantitativos sintéticos sobre os valores classificados no patrimônio líquido;

(b)seus objetivos, políticas e processos de gestão de sua obrigação de recompra ou resgate dos instrumentos quando exigido a fazer pelos detentores desses instrumentos, incluindo quaisquer alterações em relação ao período anterior;

(c)o fluxo de caixa de saída esperado na recompra ou no resgate dessa classe de instrumentos financeiros; e

(d)informação sobre como esse fluxo de caixa esperado na recompra ou no resgate dessa classe de instrumentos financeiros foi determinado.

Outras divulgações

149.A entidade deve divulgar nas notas explicativas:

(a)o montante de dividendos, ou outras distribuições similares, propostos ou declarados antes da data em que as demonstrações contábeis foram autorizadas para serem publicadas e não reconhecido como distribuição aos proprietários durante o período abrangido pelas demonstrações contábeis, bem como o respectivo valor por ação ou equivalente; e

(b)a quantia de quaisquer dividendos preferenciais cumulativos, ou outras distribuições similares, não reconhecidos.

150.A entidade deve divulgar, caso não sejam divulgadas em outro lugar nas demonstrações contábeis, as seguintes informações:

(a)o domicílio e a forma jurídica da entidade, e a jurisdição onde ela opera;

(b)a descrição da natureza das operações da entidade e de suas principais atividades;

(c)a referência à legislação relevante que rege as operações da entidade;

(d)o nome da entidade controladora e a entidade controladora da entidade econômica em última instância (onde for aplicável); e

(e)se é entidade com prazo de duração limitado, a informação sobre o tempo da sua duração.

151 e 152. (Eliminados).

153 a 155. (Não convergidos).

Vigência

Esta norma deve ser aplicada nas entidades do setor público a partir de 1º de janeiro de 2019, salvo na existência de algum normativo em âmbito nacional que estabeleça prazos específicos - casos em que estes prevalecem, e revoga, a partir de 1º de janeiro de 2019, a NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, e sua alteração (R1), a NBC T 16.8, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.135/2008, a Resolução CFC n.º 1.268/2009 e os artigos 3º, 6º e 7º da Resolução CFC n.º 1.437/2013, publicadas no DOU, Seção 1, de 25/11/2008 e 31/10/2014, 25/11/2008, 21/12/2009 e 2/4/2013, respectivamente.

ZULMIR IVÂNIO BREDA
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP 12, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018

Aprova a NBC TSP 12 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

NBC TSP 12 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Objetivo

A demonstração dos fluxos de caixa identifica (a) as origens dos fluxos de entradas de caixa, (b) os itens que geraram desembolsos de caixa durante o período das demonstrações contábeis, e (c) o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis. Os fluxos de caixa da entidade são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Ao tomar decisões econômicas quanto à alocação de recursos que dizem respeito à sustentabilidade das atividades da entidade, os usuários precisam compreender o efeito temporal e o grau de certeza dos fluxos de caixa. O objetivo desta norma é fornecer informações acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa da entidade por meio da demonstração dos fluxos de caixa que classifica os fluxos durante o período em fluxos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Alcance

1.A entidade que elabora e apresenta demonstrações contábeis de acordo com o regime de competência deve elaborar a demonstração dos fluxos de caixa em conformidade com as exigências desta norma e deve apresentá-la como parte integrante das suas demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada período de apresentação.

2.Informações sobre fluxos de caixa podem ser úteis aos usuários das demonstrações contábeis da entidade ao (a) avaliar os fluxos de caixa da entidade, (b) avaliar a conformidade da entidade com a legislação e regulamentos (incluindo orçamentos aprovados, onde aplicável) e (c) tomar decisões entre prover recursos à entidade ou transacionar com ela. Os usuários das demonstrações contábeis estão geralmente interessados em saber como a entidade gera e utiliza os recursos de caixa e equivalentes de caixa. Esse é o caso independentemente da natureza das atividades da entidade e mesmo que o caixa seja considerado como produto da entidade, como pode ser o caso de instituição financeira pública. As entidades necessitam de caixa essencialmente pelas mesmas razões, por mais diferentes que sejam as suas principais atividades geradoras de receita. Elas precisam de caixa para pagar pelos bens e serviços que consomem, para honrar os serviços da dívida e, em alguns casos, para reduzir o seu endividamento. Como consequência, esta norma exige que todas as entidades apresentem a demonstração dos fluxos de caixa.

3.Esta norma aplica-se às entidades do setor público, conforme o alcance definido na NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL.

4.(Não convergido).

Benefícios da informação dos fluxos de caixa

5.Informação sobre fluxos de caixa da entidade é útil ao auxiliar usuários a prever (a) futuras necessidades de caixa da entidade, (b) sua capacidade de gerar fluxos de caixa no futuro, e (c) sua capacidade de financiar mudanças no alcance e na natureza de suas atividades. A demonstração dos fluxos de caixa também proporciona meios pelos quais a administração da entidade pode demonstrar o cumprimento dos requisitos exigidos pelo processo de prestação de contas e responsabilização referentes às entradas e às saídas de caixa ocorridas durante o período a que se referem às demonstrações contábeis.

6.A demonstração dos fluxos de caixa, quando utilizada em conjunto com as demais demonstrações contábeis, disponibiliza informações que permitem aos usuários avaliar as variações ocorridas no patrimônio líquido da entidade, sua estrutura financeira (inclusive sua liquidez e solvência) e sua capacidade para afetar os valores e momentos dos fluxos de caixa, a fim de adaptá-los às mudanças nas circunstâncias e oportunidades. A demonstração dos fluxos de caixa também melhora a comparabilidade dos relatórios de desempenho operacional de diferentes entidades porque elimina os efeitos decorrentes do uso de diferentes critérios contábeis para as mesmas transações e eventos.

7.Informações históricas dos fluxos de caixa são frequentemente utilizadas como elementos que irão compor indicadores do valor, do momento e do grau de certeza dos fluxos de caixa futuros. Também são úteis para verificar a exatidão das avaliações passadas dos fluxos de caixa futuros.

Definições

8.Os termos a seguir são utilizados nesta norma com os seguintes significados:

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valor conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

Fluxos de caixa são as entradas e as saídas de caixa e de equivalentes de caixa.

Controle: a entidade controla outra entidade quando está exposta ou tem direitos a benefícios variáveis de seu envolvimento com a entidade controlada e tem a capacidade de afetar a natureza e o montante desses benefícios por meio de seu poder sobre essa entidade.

Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade.

Atividades de investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

Atividades operacionais são as atividades da entidade que não as de investimento e de financiamento.

Data das demonstrações contábeis é a data do último dia do período ao qual as demonstrações contábeis se referem.

Caixa e equivalentes de caixa

9.Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros fins. Para que o investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele deve ser prontamente conversível em quantia conhecida de caixa e estar sujeito a risco insignificante de mudanças de valor. Portanto, o investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa somente quando tiver vencimento de curto prazo de, por exemplo, três meses ou menos a partir da data de aquisição. Os investimentos em ações de outras entidades são excluídos dos equivalentes de caixa, a menos que sejam, essencialmente, equivalentes de caixa.

10.Empréstimos bancários são geralmente considerados como atividades de financiamento. Entretanto, saldos bancários negativos, decorrentes de empréstimos obtidos por meio de instrumentos como cheques especiais ou contas correntes garantidas que são liquidados em curto espaço de tempo compõem a gestão de caixa da entidade. Nessas circunstâncias, saldos bancários negativos são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa. Uma característica desses acordos oferecidos pelos bancos é que frequentemente os saldos flutuam de devedor para credor.

11.Os fluxos de caixa excluem movimentos entre itens que constituem caixa ou equivalentes de caixa porque esses componentes são parte da gestão de caixa da entidade e não parte de suas atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A gestão de caixa inclui o investimento do excesso de caixa em equivalentes de caixa.

Entidade econômica

12.O termo "entidade econômica" é utilizado nesta norma para definir, para fins de demonstrações contábeis, um grupo de entidades que inclui a entidade controladora e quaisquer entidades controladas.

13.Outros termos algumas vezes utilizados para se referir a uma entidade econômica incluem entidade administrativa, entidade financeira, entidade consolidada e grupo.

14.A entidade econômica pode incluir entidades com objetivos direcionados a políticas sociais e objetivos comerciais. Por exemplo, a secretaria de habitação pode ser a entidade econômica que inclui entidades que fornecem habitação a valor igual ou inferior ao custo, bem como entidades que fornecem moradia com fins comerciais.

Benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços

15.Os ativos fornecem meios para que as entidades alcancem seus objetivos. Os ativos que são utilizados para fornecer bens e serviços de acordo com os objetivos da entidade, mas que não geram diretamente fluxos de caixa líquidos positivos, são geralmente descritos como aqueles que possuem potencial de serviços. Ativos que são utilizados para gerar fluxos de caixa líquidos positivos são geralmente descritos como aqueles que contêm benefícios econômicos futuros. Para abranger todos os propósitos dos ativos, esta norma utiliza o termo "benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços" para descrever as características essenciais dos ativos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

16.(Não convergido).

Patrimônio líquido

17.Patrimônio líquido é o termo utilizado nesta norma para se referir à mensuração residual no balanço patrimonial (ativo menos passivo). O patrimônio líquido pode ser positivo ou negativo. Outros termos podem ser utilizados no lugar de patrimônio líquido, desde que seu significado esteja claro.

Apresentação da demonstração dos fluxos de caixa

18.A demonstração dos fluxos de caixa deve apresentar os fluxos de caixa do período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

19.A entidade deve apresentar seus fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais, de investimento e de financiamento da forma que seja mais apropriada às suas atividades. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliar o impacto de tal atividade sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa. Essas informações podem ser utilizadas também para avaliar a relação entre essas atividades.

20.Uma única transação pode incluir fluxos de caixa classificados em mais de uma atividade. Por exemplo, quando o desembolso de caixa para pagamento de empréstimo inclui tanto os juros como o principal, a parte dos juros pode ser classificada como atividade operacional, mas a parte do principal deve ser classificada como atividade de financiamento.

Atividades operacionais

21.O montante dos fluxos de caixa líquidos decorrentes das atividades operacionais é um indicador-chave da extensão na qual as operações da entidade são financiadas:

(a)por meio de tributos (direta e indiretamente);

(b)pelos destinatários dos bens e serviços oferecidos pela entidade.

O montante dos fluxos de caixa líquidos também auxilia ao demonstrar a condição da entidade de manter sua capacidade operacional, amortizar empréstimos, pagar dividendos ou distribuições similares e fazer novos investimentos sem recorrer a fontes externas de financiamento. Os fluxos de caixa operacionais consolidados do setor público em sentido amplo proporcionam uma indicação da medida do volume de recursos que o governo vem financiando suas atividades correntes por meio da tributação e outras cobranças. Informação sobre os componentes específicos dos fluxos de caixa operacionais históricos é útil, em conjunto com outras informações, para a projeção de futuros fluxos de caixa operacionais.

22.Os fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de caixa da entidade. São exemplos de fluxos de caixa relacionados às atividades operacionais:

(a)recebimentos de caixa decorrentes de impostos, taxas, contribuições e multas;

(b)recebimentos de caixa pela venda de mercadorias e pela prestação de serviços;

(c)recebimentos de caixa de concessões ou transferências e outras dotações ou autorizações orçamentárias realizadas pelo governo central e subnacionais ou outras entidades do setor público;

(d)recebimentos de caixa decorrentes de royalties, honorários, comissões e outras receitas;

(e)pagamentos em caixa a outras entidades do setor público para financiar suas operações (não inclui empréstimo);

(f)pagamentos em caixa a fornecedores de mercadorias e serviços;

(g)pagamentos em caixa a empregados ou em nome de empregados;

(h)recebimentos de caixa de sinistros e outros benefícios da apólice; e pagamentos em caixa de prêmios, anuidades, em transações com seguradora;

(i)pagamentos em caixa de tributos sobre o patrimônio ou a renda (quando aplicável) em relação a atividades operacionais;

(j)recebimentos e pagamentos em caixa de contratos mantidos para negociação imediata ou disponíveis para venda;

(k)recebimentos ou pagamentos em caixa decorrentes de operações descontinuadas; e

(l)recebimentos ou pagamentos em caixa decorrentes da solução de litígios.

Algumas transações, como a venda de ativo imobilizado, podem resultar em ganho ou perda que devem compor o resultado do período. Os fluxos de caixa relativos a tais transações são provenientes de atividades de investimento. Entretanto, pagamentos em caixa para construção ou aquisição de ativos mantidos para aluguel a terceiros e depois mantidos para venda, conforme descrito no item 83A da NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado são fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais. Os recebimentos de caixa referentes a aluguéis e vendas desses ativos também são considerados fluxos de caixa das atividades operacionais.

23.A entidade pode manter títulos e empréstimos para fins de negociação imediata ou futura, os quais, nesses casos, são semelhantes a estoques adquiridos especificamente para revenda. Dessa forma, os fluxos de caixa decorrentes da compra e venda desses títulos devem ser classificados como atividades operacionais. Da mesma forma, as antecipações de caixa e os empréstimos feitos por instituições financeiras públicas devem ser comumente classificados como atividades operacionais, uma vez que se referem à principal atividade geradora de caixa dessas entidades.

24.Em alguns casos, os governos ou outras entidades do setor público destinam recursos para financiar operações da entidade sem efetuar a distinção precisa da destinação desses recursos entre atividades ordinárias, capital de giro e capital integralizado. Quando a entidade não é capaz de identificar separadamente esses recursos entre atividades ordinárias, capital de giro e capital integralizado, eles devem ser classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais e esse fato deve ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações contábeis.

Atividades de investimento

25.A divulgação em separado dos fluxos de caixa decorrentes das atividades de investimento é importante porque tais fluxos de caixa representam a extensão em que as saídas de caixa são realizadas com a finalidade de contribuir para a futura prestação de serviços pela entidade. Somente saídas de caixa que resultam em ativo reconhecido nas demonstrações contábeis são passíveis de classificação como atividades de investimento. São exemplos de fluxos de caixa relacionados às atividades de investimento:

(a)pagamentos em caixa para aquisição de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo. Esses pagamentos incluem os custos de desenvolvimento ativados e ativos imobilizados de construção própria;

(b)recebimentos de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo;

(c)pagamentos para aquisição de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações em empreendimentos controlados em conjunto (exceto aqueles pagamentos referentes a títulos considerados como equivalentes de caixa ou aqueles mantidos para negociação imediata ou disponível para venda);

(d)recebimentos de caixa provenientes da venda de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações em empreendimentos controlados em conjunto (exceto aqueles recebimentos referentes aos títulos considerados como equivalentes de caixa e aqueles mantidos para negociação imediata ou disponível para venda);

(e)adiantamentos em caixa e empréstimos concedidos a terceiros (exceto aqueles adiantamentos e empréstimos feitos por instituição financeira pública);

(f)recebimentos de caixa por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos a terceiros (exceto adiantamentos e empréstimos concedidos por instituição financeira pública);

(g)pagamentos em caixa por contratos futuros, a termo, de opção e swap, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação imediata ou disponível para venda ou os pagamentos forem classificados como atividades de financiamento; e

(h)recebimentos de caixa por contratos futuros, a termo, de opção e swap, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação imediata ou disponível para venda ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

Quando o contrato for contabilizado como hedge de posição identificável, os fluxos de caixa do contrato devem ser classificados do mesmo modo como foram classificados os fluxos de caixa da posição que estiver sendo protegida.

Atividades de financiamento

26.A divulgação separada dos fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento é importante por ser útil na previsão de exigências de fluxos futuros de caixa por parte dos provedores de capital à entidade. São exemplos de fluxos de caixa relacionados às atividades de financiamento:

(a)caixa recebido proveniente da emissão de debêntures, empréstimos contraídos, notas promissórias, títulos e valores, hipotecas e outros empréstimos contraídos de curto e de longo prazos;

(b)amortização de empréstimos e financiamentos que foram contraídos; e

(c)pagamentos em caixa por arrendatário, para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil financeiro.

Apresentação de fluxos de caixa das atividades operacionais

27.A entidade deve apresentar a demonstração dos fluxos de caixa das atividades operacionais, utilizando, alternativamente:

(a)o método direto, segundo o qual as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos são informadas; ou

(b)o método indireto, segundo o qual o resultado do período é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvam caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

28.As entidades são incentivadas a divulgar os fluxos de caixa das atividades operacionais utilizando o método direto. Esse método proporciona informações que (a) podem ser úteis na estimativa de fluxos de caixa futuros e (b) não estão disponíveis no método indireto. Por meio do método direto a informação sobre as principais classes de recebimentos e pagamentos brutos de caixa podem ser obtidas, alternativamente:

(a)por meio dos registros contábeis da entidade; ou

(b)pelo ajuste das receitas operacionais, despesas operacionais (as instituições financeiras públicas devem considerar as receitas de juros e as similares e as despesas com juros e encargos similares) e outros itens da demonstração do resultado, referentes a:

(i)variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar;

(ii)outros itens que não envolvam caixa; e

(iii)outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

29.Entidades que elaboram e apresentam fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais, utilizando o método direto, são incentivadas também a apresentar a conciliação do resultado das suas atividades usuais com o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais. Essa conciliação deve ser apresentada como parte da demonstração dos fluxos de caixa ou nas notas explicativas das demonstrações contábeis.

30.De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é determinado ajustando o resultado das atividades usuais da entidade em relação aos efeitos de:

(a)variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar;

(b)itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas em moedas estrangeiras não realizados, resultados não distribuídos decorrentes de participações em entidades e participação de não controladores; e

(c)todos os outros itens cujos efeitos sobre o caixa sejam fluxos de caixa decorrentes das atividades de investimento ou de financiamento.

(d)(eliminada).

Apresentação dos fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento

31.A entidade deve apresentar, separadamente, as principais classes de recebimentos e de pagamentos brutos decorrentes das atividades de investimento e de financiamento, exceto quando os fluxos de caixa, nas condições descritas nos itens 32 e 35, forem apresentados em base líquida.

Apresentação dos fluxos de caixa em base líquida

32.Os fluxos de caixa decorrentes das seguintes atividades operacionais, de investimento e de financiamento podem ser apresentados em base líquida:

(a)recebimentos e pagamentos em caixa em favor ou em nome de clientes, contribuintes ou beneficiários, quando os fluxos de caixa refletirem mais as atividades dessas partes do que as da própria entidade; e

(b)recebimentos e pagamentos em caixa para itens cujo giro seja rápido, os montantes sejam significativos e os vencimentos sejam de curto prazo.

33.O item 32(a) se refere, exclusivamente, a transações cujos saldos de caixa resultantes são controlados pela entidade que apresenta as demonstrações contábeis. Exemplos de tais recebimentos e pagamentos incluem:

(a)a arrecadação de tributos executada por um nível de governo em favor de outro nível de governo, não incluindo tributos arrecadados pelo governo para seu uso próprio como parte de dispositivo normativo de repartição tributária;

(b)movimentação (depósitos e saques) em contas de depósitos à vista em instituição financeira pública;

(c)fundos mantidos para clientes por entidade de fundos de investimento ou de truste; e

(d)aluguéis cobrados em nome de terceiros e pagos inteiramente aos proprietários do bem alugado.

34.Exemplos de recebimentos e pagamentos referentes ao item 32(b) são adiantamentos destinados a, e reembolso de:

(a)compra e venda de investimentos; e

(b)outros empréstimos tomados a curto prazo, como, por exemplo, os que têm vencimento em três meses ou menos contados a partir da respectiva contratação.

35.Os fluxos de caixa decorrentes de cada uma das seguintes atividades de instituição financeira pública podem ser apresentados em base líquida:

(a)recebimentos e pagamentos em caixa pela aplicação e resgate de depósitos a prazo fixo;

(b)alocação de depósitos efetuados por meio da retirada de recursos de outras instituições financeiras; e

(c)adiantamentos e empréstimos de caixa concedidos a clientes e a amortização desses adiantamentos e empréstimos.

Fluxos de caixa em moeda estrangeira

36.Os fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira devem ser registrados na moeda funcional da entidade, convertendo-se o valor em moeda estrangeira à taxa cambial na data da ocorrência do fluxo de caixa.

37.Os fluxos de caixa de entidade controlada no exterior devem ser convertidos pela aplicação das taxas de câmbio entre a moeda funcional e a moeda estrangeira observadas na data da ocorrência dos fluxos de caixa.

38.(Não convergido).

39.Ganhos e perdas não realizados resultantes de mudanças nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras não são fluxos de caixa. Todavia, o efeito das mudanças nas taxas cambiais sobre o caixa e equivalentes de caixa, mantidos ou devidos em moeda estrangeira, deve ser apresentado na demonstração dos fluxos de caixa, a fim de conciliar o caixa e equivalentes de caixa no começo e no fim do período. Esse valor deve ser apresentado separadamente dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento e inclui as diferenças, se existirem, caso tais fluxos de caixa tenham sido convertidos e registrados com base nas taxas de câmbio do fim do período.

Juros e dividendos ou distribuições similares

40.Os fluxos de caixa referentes a juros, dividendos ou distribuições similares recebidos e pagos devem ser apresentados separadamente. Cada um deles deve ser classificado de maneira consistente, de período a período, como atividades operacionais, de investimento ou de financiamento.

41.O valor total dos juros pagos durante o período deve ser apresentado na demonstração dos fluxos de caixa, quer tenha sido reconhecido como despesa na demonstração do resultado, quer tenha sido capitalizado, de acordo com o tratamento alternativo permitido pela NBC TSP 14 - Custos de Empréstimos.

42.Os juros pagos e recebidos e os dividendos ou distribuições similares recebidos são comumente classificados como fluxos de caixa operacionais em instituições financeiras públicas. Todavia, não há consenso sobre a classificação desses fluxos de caixa para os outros tipos de entidades. Os juros pagos e recebidos e os dividendos ou distribuições similares recebidos podem ser

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

classificados como fluxos de caixa operacionais, porque eles entram na determinação do resultado. Alternativamente, podem ser classificados como fluxos de caixa de financiamento e fluxos de caixa de investimento, respectivamente, porque são custos de obtenção de recursos financeiros ou de retorno sobre investimentos.

43.Os dividendos ou distribuições similares pagos podem ser classificados como fluxos de caixa de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros. Alternativamente, podem ser classificados como componente dos fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais, a fim de auxiliar os usuários a determinar a capacidade de a entidade pagar dividendos utilizando os fluxos de caixa operacionais.

Tributos sobre o resultado

44.Os fluxos de caixa referentes aos tributos incidentes sobre o resultado devem ser apresentados separadamente e classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais, a menos que possam ser especificamente identificados como atividades de financiamento e de investimento.

45.Entidades do setor público normalmente são isentas de tributos sobre o resultado. Todavia, algumas entidades do setor público podem operar sob regime de equivalência tributária, nos quais os tributos são cobrados da mesma forma daqueles de entidades do setor privado.

46.Os tributos incidentes sobre o resultado decorrem de transações que originam fluxos de caixa que são classificados como atividades operacionais, de investimento ou de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa. Embora a despesa com esses tributos possa ser prontamente identificável com as atividades de investimento ou de financiamento, torna-se, às vezes, impraticável identificar os respectivos fluxos de caixa dos tributos, que podem, também, ocorrer em período diferente dos fluxos de caixa da transação subjacente. Portanto, os tributos pagos devem ser comumente classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais. Todavia, quando for praticável identificar o fluxo de caixa dos tributos com uma determinada transação, da qual resultem fluxos de caixa que sejam classificados como atividades de investimento ou de financiamento, o fluxo de caixa dos tributos deve ser classificado como atividade de investimento ou de financiamento, conforme apropriado. Quando os fluxos de caixa dos tributos forem alocados em mais de uma classe de atividade, o valor total dos tributos pagos no período também deve ser divulgado.

Investimento em controlada, em coligada e em empreendimento controlado em conjunto

47.Quando a contabilização de investimento em controlada, em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto basear-se no método da equivalência patrimonial ou no método de custo, a entidade investidora fica limitada a apresentar, na demonstração dos fluxos de caixa, os fluxos de caixa entre a própria entidade investidora e a investida, representados, por exemplo, por dividendos ou distribuições similares e por adiantamentos.

48.A entidade que apresente suas participações em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto, utilizando o método da equivalência patrimonial, deve incluir, em sua demonstração dos fluxos de caixa, os fluxos referentes a esses investimentos e as distribuições e outros pagamentos ou recebimentos entre a entidade e a coligada ou empreendimento controlado em conjunto.

Aquisição e venda de controlada e outras unidades operacionais

49.Os fluxos de caixa agregados decorrentes da aquisição e da alienação de entidades controladas ou outras unidades operacionais devem ser apresentados separadamente e classificados como atividades de investimento.

50.A entidade deve divulgar, de modo agregado, com relação tanto à aquisição quanto à venda das entidades controladas ou outras unidades operacionais durante o período, cada um dos seguintes itens:

(a)o valor total pago para aquisição ou o valor total recebido na venda;

(b)a parcela do valor total da compra ou da venda que foi paga ou recebida exclusivamente por meio de caixa e equivalentes de caixa;

(c)o montante de caixa e equivalentes de caixa de entidade controlada ou de outra unidade operacional adquirida ou vendida; e

(d)o montante dos ativos e passivos, exceto caixa e equivalentes de caixa, reconhecidos pela entidade controlada ou por outra unidade operacional adquirida ou vendida, resumido pelas principais classificações.

50A.A entidade de investimento, conforme definido pela NBC TSP 17 - Demonstrações Contábeis Consolidadas, não precisa aplicar os itens 50(c) ou 50(d) ao investimento em controlada que deva ser mensurado ao valor justo por meio do resultado. A entidade controladora que não seja ela própria entidade de investimento não precisa aplicar os itens 50(c) ou 50(d) ao investimento em entidade de investimento controlada na medida em que o investimento seja mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

51.A apresentação separada dos efeitos dos fluxos de caixa resultantes da aquisição ou da venda de entidades controladas ou de outras unidades operacionais, em linhas específicas da demonstração, juntamente com a apresentação separada dos montantes dos ativos e passivos adquiridos ou alienados, possibilita a distinção desses fluxos de caixa daqueles decorrentes de outras atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Os efeitos dos fluxos de caixa decorrentes da venda não devem ser deduzidos dos efeitos decorrentes da aquisição.

52.O montante consolidado pago (quando houver mais pagamentos que recebimentos) ou recebido (quando houver mais recebimentos do que pagamentos) como aquisição ou venda deve ser apresentado na demonstração dos fluxos de caixa como valor líquido de caixa e equivalentes de caixa resultante da aquisição ou da alienação.

52A.Os fluxos de caixa decorrentes de mudanças no percentual de participação em controlada, que não resultem em perda do controle, devem ser classificados como fluxos de caixa das atividades de financiamento, a menos que a controlada seja detida por entidade de investimento, conforme definido na NBC TSP 17, ou por meio de entidade de investimento controlada e deva ser mensurada ao valor justo por meio do resultado.

52B.As mudanças no percentual de participação em entidade controlada que não resultem na perda de controle, tais como compras ou vendas subsequentes de instrumentos patrimoniais da entidade controlada pela entidade controladora, devem ser tratadas contabilmente como transações patrimoniais (ver NBC TSP 17), a menos que a entidade controlada seja detida por entidade de investimento, ou por meio de entidade de investimento controlada e deva ser mensurada ao valor justo por meio do resultado. Portanto, os fluxos de caixa resultantes devem ser classificados da mesma forma que outras transações, conforme descrito no item 26.

53.Os ativos e os passivos, exceto os de caixa ou equivalentes de caixa, da entidade controlada ou outra unidade operacional adquirida ou alienada somente devem ser divulgados quando a entidade controlada ou a unidade operacional tiver reconhecido previamente esses ativos ou passivos. Por exemplo, quando a entidade do setor público que elabora demonstrações contábeis sob o regime de caixa é adquirida por outra entidade do setor público, a adquirente não precisa apresentar os ativos e os passivos (exceto caixa e equivalentes de caixa) da entidade adquirida uma vez que aquela entidade não teria reconhecido ativos e passivos que não sejam caixa e equivalentes de caixa.

Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

54.Transações de investimento e de financiamento que não envolvam o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. Tais transações devem ser divulgadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis, de modo que forneçam todas as informações relevantes sobre essas atividades de investimento e de financiamento.

55.Muitas atividades de investimento e de financiamento não impactam diretamente os fluxos de caixa correntes, embora afetem a estrutura de capital e de ativos da entidade. A não inclusão dessas transações que não envolvem caixa na demonstração dos fluxos de caixa é consistente com o objetivo dessa demonstração, visto que tais itens não envolvem fluxos de caixa no período corrente. São exemplos de transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa:

(a)a aquisição de ativos por meio da troca de ativos, por meio da assunção direta do respectivo passivo ou ainda por meio de arrendamento financeiro; e

(b)a conversão de dívida com terceiros em patrimônio líquido.

Componente de caixa e equivalentes de caixa

56.A entidade deve divulgar os componentes de caixa e equivalentes de caixa e deve apresentar a conciliação dos valores em sua demonstração dos fluxos de caixa com os respectivos itens apresentados no balanço patrimonial.

57.Em função da variedade de práticas de gestão de caixa e de produtos bancários e com vistas a atentar para a NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a entidade deve divulgar a política que adota na determinação da composição do caixa e equivalentes de caixa.

58.(Não convergido).

Outras divulgações

59.A entidade deve divulgar, juntamente com comentário da administração em nota explicativa, os valores significativos de saldos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso pela entidade econômica.

60.Existem diversas circunstâncias em que os saldos de caixa e equivalentes de caixa da entidade não estão disponíveis para uso pela entidade econômica. Entre os exemplos, estão saldos de caixa e equivalentes de caixa em poder de entidade controlada que opere em país no qual se apliquem controles cambiais ou outras restrições legais que impeçam o uso geral dos saldos pela entidade controladora ou outras entidades controladas.

61.Informações adicionais podem ser importantes para que os usuários entendam a posição financeira e a liquidez da entidade. A divulgação de tais informações, juntamente com as respectivas descrições contidas em notas explicativas, é recomendada e pode incluir:

(a)o montante de linhas de crédito obtidas, mas não utilizadas, que podem estar disponíveis para futuras atividades operacionais e para satisfazer a compromissos de capital, indicando restrições, se houver, sobre o uso de tais linhas de crédito; e

(b)(eliminada);

(c)o montante e a natureza de saldos de caixa não disponíveis.

62.Quando recursos ou alocações orçamentárias são elaborados sob o regime de caixa, a demonstração dos fluxos de caixa pode auxiliar os usuários a compreender a relação entre as atividades ou os programas da entidade e a informação orçamentária do governo. Consulte a NBC TSP 11 e a NBC TSP 13 - Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis para mais informações sobre a comparação dos valores orçados e realizados.

63 a 64. (Não convergidos).

Vigência

Esta norma deve ser aplicada nas entidades do setor público a partir de 1º de janeiro de 2019, salvo na existência de algum normativo em âmbito nacional que estabeleça prazos específicos - casos em que estes prevalecem.

ZULMIR IVÂNIO BREDA
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP 13, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018

Aprova a NBC TSP 13 - Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

NBC TSP 13 - APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Objetivo

1. Esta norma exige a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento, a ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades que publicam seu orçamento aprovado, obrigatória ou voluntariamente e, em razão disto, submetem-se à prestação de contas e responsabilização (accountability). Esta norma também exige a divulgação das razões das diferenças materiais entre os valores realizados e os orçados. O atendimento das exigências desta norma deve garantir que as entidades do setor público cumpram suas obrigações de prestação de contas e responsabilização e aprimorem a transparência das suas demonstrações contábeis pela apresentação (a) da conformidade com o orçamento aprovado, quando tenham a obrigatoriedade de publicá-lo; e (b) no caso em que o orçamento e as demonstrações contábeis forem elaborados sob o mesmo regime, o desempenho da entidade no sentido de alcançar os resultados orçados.

Alcance

2. A entidade que elabora e apresenta as demonstrações contábeis de acordo com o regime de competência deve aplicar esta norma.

3. Esta norma se aplica às entidades do setor público, conforme o alcance definido na NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL.

3A. Esta norma também se aplica às entidades paraestatais que, por força de determinação de órgão fiscalizador, esteja obrigada a observar as NBCs TSP.

4 e 5. (Não convergidos).

6. Em alguns casos, os orçamentos aprovados devem abranger todas as atividades controladas por entidade do setor público. Em outros, orçamentos aprovados separadamente podem ser, obrigatoriamente, publicados quando abrangerem determinadas atividades, grupos de atividades ou entidades incluídas nas demonstrações contábeis de governo ou de outras entidades do setor público. Isso pode ocorrer (a) quando, por exemplo, as demonstrações contábeis do governo abrangerem entidades governamentais ou programas que têm autonomia operacional e elaboram seus próprios orçamentos, ou (b) quando o orçamento é elaborado somente para o Setor Governo Geral (*) no caso da consolidação do governo como um todo. Esta norma se aplica a todas as entidades que publicam seus orçamentos aprovados ou seus componentes e apresentam as demonstrações contábeis.

(*) Setor Governo Geral é um conceito oriundo das normas relacionadas a estatísticas de finanças públicas que representa a agregação de (a) todas as unidades de governo federal, estadual e municipal, (b) fundos de seguridade social em cada nível de governo e (c) instituições não comerciais e sem fins lucrativos controladas por unidades de governo.

Definições

7. Os termos a seguir são utilizados nesta norma com os seguintes significados:

Regime contábil refere-se ao regime de competência ou de caixa.

Orçamento anual significa o orçamento aprovado para um ano. Não inclui estimativas futuras ou projeções divulgadas para períodos além daquele a que se refere o orçamento.

Dotação orçamentária é a autorização concedida pelo Poder Legislativo ou autoridade com prerrogativa semelhante para alocar recursos para os fins por eles especificados.

Orçamento aprovado corresponde à autorização para realização de despesa oriunda de lei ou outro instrumento que contenha decisões relacionadas à alocação das receitas orçamentárias estimadas relativas a determinado período.

Regime orçamentário refere-se ao regime adotado no orçamento (de competência, de caixa ou outro) que foi aprovado pelo Poder Legislativo ou outra autoridade com prerrogativa semelhante.

Base comparável significa os valores realizados apresentados sob o mesmo regime, mesma base de classificação, para as mesmas entidades e para o mesmo período para o qual o orçamento foi aprovado.

Orçamento final é o orçamento original ajustado por todas as reservas, transferências, alocações, créditos adicionais e outras mudanças autorizadas pelo Poder Legislativo ou autoridade com prerrogativa semelhante, aplicáveis ao período a que se refere o orçamento.

Orçamento plurianual é o orçamento aprovado para período maior do que um ano. Não inclui a publicação de estimativas ou projeções futuras para períodos posteriores ao período a que se refere o orçamento.

Orçamento original é o orçamento inicialmente aprovado para o período a que se refere.

Orçamento aprovado

8. O orçamento aprovado, conforme definição desta norma, apresenta as receitas estimadas para o período orçamentário anual ou plurianual, com base nos planos atuais e nas condições econômicas previstas durante o referido período orçamentário, e as despesas

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

aprovadas pelo Poder Legislativo ou autoridade com prerrogativa semelhante. O orçamento aprovado não é somente uma projeção ou uma estimativa com base em premissas sobre eventos futuros e possíveis ações de gerenciamento que não são necessariamente esperados que aconteçam. Da mesma forma, o orçamento aprovado difere da informação financeira prospectiva, que pode ser na forma de previsão, de projeção ou da combinação de ambos, como, por exemplo, a previsão para um ano mais a projeção para cinco anos.

9. Os orçamentos podem ser dispostos em lei como parte do processo de aprovação. Em alguns casos, a aprovação pode ser realizada sem que o orçamento se torne lei. Qualquer que seja o processo de aprovação, a característica essencial dos orçamentos aprovados é que a prerrogativa para alocar recursos do tesouro do governo ou outro órgão similar para os fins acordados e identificados é concedida pelo Poder Legislativo ou autoridade com prerrogativa semelhante. O orçamento aprovado estabelece a autorização para realizar despesas específicas. A autorização de despesa é geralmente considerada o limite legal no qual a entidade deve operar. Em alguns casos, o orçamento aprovado pelo qual a entidade deve prestar contas e ser responsabilizada pode ser o orçamento original e, em outros, o orçamento final.

10. Caso o orçamento não seja aprovado anteriormente ao início do período a que se refere, o orçamento original é o primeiro que for aprovado para ser executado naquele ano.

Orçamento original e final

11. O orçamento original pode incluir dotações residuais advindas de anos anteriores por força de lei.

12. Créditos adicionais podem ser necessários quando o orçamento original não previu despesas, tais como as decorrentes de guerras ou desastres naturais. Além disso, pode haver queda nas receitas orçamentárias durante o período e alterações orçamentárias podem ser necessárias para adaptar as alterações na priorização de financiamento durante o período. Consequentemente, os recursos alocados à entidade ou atividade podem ter que ser ajustados em relação ao valor originalmente orçado para o período a fim de se manter a disciplina fiscal. O orçamento final inclui todas as alterações autorizadas.

Valor realizado

13. Esta norma utiliza o termo "realizado" ou "montante realizado" para descrever os valores resultantes da execução orçamentária. Em alguns casos, "resultado da execução do orçamento", "execução do orçamento" ou termos similares podem ser utilizados com o mesmo significado que "realizado" ou "montante realizado".

Apresentação da comparação entre os valores orçados e os realizados

14. Conforme as exigências do item 21, a entidade deve apresentar a comparação dos valores orçados para os quais a entidade deve prestar contas e ser responsabilizada com os valores realizados na forma de demonstração contábil adicional ou como colunas adicionais nas demonstrações contábeis apresentadas de acordo com as NBCs TSP. A comparação dos valores realizados com os orçados deve apresentar separadamente para cada nível de supervisão:

(a) os valores referentes aos orçamentos original e final;

(b) os valores realizados em base comparável; e

(c) por intermédio de divulgação em nota, a explicação das diferenças materiais entre o orçamento pelo qual a entidade é responsável e os valores realizados, a menos que tal explicação seja incluída em outros documentos públicos emitidos em conjunto com as demonstrações contábeis, e a referência cruzada sobre esses documentos seja apresentada nas notas explicativas.

15. A apresentação nas demonstrações contábeis dos valores referentes aos orçamentos original e final e os realizados em base comparável com o orçamento que foi publicado deve cumprir o ciclo de prestação de contas e responsabilização ao permitir que os usuários das demonstrações contábeis identifiquem se os recursos foram obtidos e utilizados de acordo com o orçamento aprovado. Diferenças entre os valores realizados e os orçados, sejam do orçamento original ou do final (sempre referidas como "variação" pela contabilidade), também devem ser apresentadas nas demonstrações contábeis para garantir a integridade da informação.

16. A explicação das diferenças materiais entre os valores realizados e os orçados auxilia os usuários a entenderem as razões para as diferenças materiais do orçamento aprovado pelo qual a entidade submete-se à prestação de contas e responsabilização.

17. A entidade pode publicar, obrigatória ou voluntariamente, seu orçamento original, seu orçamento final ou ambos. Nas circunstâncias em que a publicação de ambos os orçamentos for obrigatória, a legislação deve fornecer orientação em relação aos casos em que a explicação das diferenças materiais entre os valores realizados e os constantes dos orçamentos originais ou finais é obrigatória, conforme o item 14(c). Na ausência desse tipo de orientação, as diferenças materiais podem ser obtidas com referência, por exemplo, (a) às diferenças entre o orçamento original e o realizado de modo a permitir a análise do desempenho em relação ao orçamento original; ou (b) às diferenças entre o orçamento final e o realizado, de modo a permitir a análise em relação à observância do orçamento final.

18. Em muitos casos, os valores do orçamento final e do realizado são os mesmos. Isso porque a execução orçamentária é monitorada durante o período e o orçamento original é progressivamente revisado para refletir mudanças nas condições, circunstâncias e fatos ocorridos durante o período. O item 29 exige a divulgação da explicação das razões para as alterações entre o orçamento original e o orçamento final. Tais divulgações, em conjunto com as divulgações exigidas pelo item 14, devem garantir que as entidades que publicam o seu orçamento aprovado sejam responsáveis pelo seu desempenho em face da relevância e da conformidade com o orçamento aprovado.

19. A análise e a discussão sobre a gestão, a revisão das operações ou outros relatórios públicos que fornecem comentários acerca do desempenho e do alcance dos objetivos da entidade durante o período, incluindo explicações de quaisquer diferenças materiais em relação aos valores orçados, são frequentemente emitidos juntamente com as demonstrações contábeis. De acordo com o item 14(c), a explicação das diferenças materiais entre os valores realizados e os orçados deve ser incluída nas notas explicativas às demonstrações contábeis, a menos que (a) seja incluída em outros documentos ou relatórios públicos emitidos conjuntamente com as demonstrações contábeis, e (b) as notas explicativas às demonstrações contábeis identifiquem os relatórios e os documentos nos quais a explicação pode ser encontrada.

20. Quando os orçamentos aprovados são publicados para algumas das entidades ou atividades abrangidas nas demonstrações contábeis, as exigências do item 14 devem ser aplicadas somente para as entidades ou atividades contempladas no orçamento aprovado. Isso significa que quando, por exemplo, o orçamento for elaborado somente para o Setor Governo Geral (ver definição no item 6) nas informações consolidadas do governo como um todo, as divulgações exigidas pelo item 14 devem ser realizadas somente em relação a ele.

Apresentação e divulgação

21. A entidade deve apresentar a comparação do orçamento com os valores realizados por meio de colunas adicionais nas demonstrações contábeis somente quando as demonstrações e o orçamento são elaborados em base comparável.

22. As comparações dos orçamentos e dos valores realizados podem ser apresentadas em demonstrações contábeis adicionais (demonstração das informações orçamentárias ou demonstração com finalidade semelhante) incluídas no conjunto completo das demonstrações contábeis, conforme especificado na NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Alternativamente, quando as demonstrações contábeis e o orçamento são elaborados em base comparável, isto é, os valores realizados são apresentados sob o mesmo regime, mesma base de classificação, para as mesmas entidades e para o mesmo período para o qual o orçamento foi aprovado, colunas adicionais podem ser acrescentadas às demonstrações contábeis existentes apresentadas em conformidade com as NBCs TSP. As colunas adicionais devem identificar os valores orçamentários originais e finais e, se a entidade assim escolher, as diferenças entre os valores orçados e os realizados.

23. Quando o orçamento e as demonstrações contábeis não são elaborados em base comparável, demonstração das informações orçamentárias adicional deve ser apresentada. Nesses casos, para garantir que os usuários interpretem adequadamente a informação contábil que é elaborada em bases diferentes, as demonstrações contábeis podem esclarecer que o orçamento e os regimes de contabilização diferem e que a demonstração das informações orçamentárias é elaborada na mesma base utilizada para o orçamento.

24. Quando os orçamentos são elaborados com base no regime de competência e abrangem todas as demonstrações contábeis, colunas adicionais de orçamento podem ser adicionadas a todas as demonstrações contábeis exigidas pelas NBCs TSP. Em alguns casos, os orçamentos elaborados com base no regime de competência podem ser apresentados sob a forma de algumas das demonstrações contábeis que compreendem o conjunto total das demonstrações contábeis, conforme especificado pelas NBCs TSP, como, por exemplo, o orçamento pode ser apresentado como demonstração do resultado ou como demonstração dos fluxos de caixa, com informação adicional fornecida em quadros adicionais. Nesses casos, as colunas adicionais referentes ao orçamento podem ser incluídas nas demonstrações contábeis, as quais também são adotadas para a apresentação do orçamento.

Nível de agregação

25. A documentação referente aos orçamentos pode oferecer detalhes sobre as atividades, programas ou entidades. Esses detalhes são frequentemente agregados em classes amplas de acordo com a estrutura do orçamento, classificações orçamentárias ou rubricas orçamentárias para a apresentação e aprovação pelo Legislativo ou outra autoridade com prerrogativa semelhante. A divulgação dos valores orçados e realizados consistente com essas classes e rubricas orçamentárias devem garantir que as comparações sejam feitas ao nível de supervisão identificado nos documentos orçamentários.

26. (Não convergido).

27. Em alguns casos, a informação contábil detalhada incluída nos orçamentos aprovados pode ser agregada com a finalidade de apresentação nas demonstrações contábeis em conformidade com as exigências desta norma. Essa agregação pode ser necessária para evitar o excesso de informação e para refletir os níveis relevantes de supervisão do Legislativo ou de outra autoridade com prerrogativa semelhante. Determinar o nível de agregação envolve julgamento profissional sendo que tal julgamento deve ser aplicado no contexto do objetivo desta norma e nas características qualitativas da informação contábil, conforme o disposto na NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL.

28. A informação orçamentária adicional, incluindo informação sobre o desempenho dos serviços prestados, deve ser apresentada em outros documentos que não correspondam às demonstrações contábeis. Incentiva-se a referência cruzada nas demonstrações contábeis para tais documentos, especialmente para vincular os dados orçados e realizados aos dados orçamentários não financeiros e ao desempenho dos serviços prestados.

Alteração do orçamento original em relação ao orçamento final

29. A entidade deve apresentar explicação se as alterações entre o orçamento original e o orçamento final ocorreram em consequência das alterações do orçamento ou de outros fatores, da seguinte forma:

(a) por meio da divulgação em notas explicativas às demonstrações contábeis; ou

(b) em relatório emitido anteriormente, simultaneamente, ou em conjunto com as demonstrações contábeis, sobre o qual referência cruzada deve ser incluída nas notas explicativas às demonstrações.

30. O orçamento final inclui todas as alterações aprovadas pelo Legislativo ou outro órgão ou entidade designado para revisar o orçamento original. De acordo com as exigências desta norma, a entidade do setor público deve incluir nas notas explicativas às demonstrações contábeis ou em relatório emitido anteriormente, simultaneamente, ou em conjunto com as demonstrações contábeis, a explicação das alterações entre o orçamento original e o orçamento final. Tal explicação deve informar se, por exemplo, as alterações decorrem de alteração das rubricas orçamentárias do orçamento original ou de outros fatores, tais como alterações nos parâmetros orçamentários gerais, incluindo alterações da política governamental. Tais divulgações são frequentemente realizadas na análise ou na discussão sobre a gestão ou relatório similar sobre as operações divulgadas conjuntamente, mas não como parte integrante das demonstrações contábeis. Tais divulgações devem também ser incluídas nos relatórios do resultado da execução do orçamento emitido pelas entidades do setor público para divulgar a execução orçamentária. Quando as divulgações são feitas em relatórios separados e, não, nas demonstrações contábeis, as notas explicativas às demonstrações contábeis devem incluir referência cruzada ao referido relatório.

Base comparável

31. Todas as comparações dos montantes realizados e dos orçados devem ser apresentados em base comparável ao orçamento.

32. A comparação dos valores orçados com os realizados deve ser apresentada no mesmo regime (regime de competência, de caixa ou outro), no mesmo critério de classificação para as mesmas entidades e no período a que se refere o orçamento aprovado. Isso garante que a divulgação nas demonstrações contábeis da informação sobre a observância do orçamento esteja no mesmo regime que o próprio orçamento. Em alguns casos, isso pode representar a comparação do orçamento com os valores realizados em regimes distintos, para diferente grupo de atividades e com formato diferente de apresentação ou classificação daqueles adotados nas demonstrações contábeis.

33. As demonstrações contábeis consolidam as entidades e as atividades controladas pela entidade. Orçamentos separados podem ser aprovados e publicados para as entidades individuais ou para as atividades particulares que compõem as demonstrações contábeis consolidadas. Quando isso ocorre, os orçamentos individuais podem ser conjugados para serem apresentados nas demonstrações contábeis em conformidade com as exigências desta norma. Tal conjugação não implica alterações ou revisões dos orçamentos aprovados. Isso ocorre porque esta norma exige a comparação dos valores realizados com os valores orçados.

34. As entidades podem adotar regimes distintos para a elaboração das suas demonstrações contábeis e para os seus orçamentos aprovados. Por exemplo, o governo pode adotar o regime de competência para suas demonstrações contábeis e o regime de caixa para seu orçamento. Além disso, o orçamento pode destinar o seu foco ou abranger informação sobre os compromissos para gastar recursos no futuro e as alterações em tais compromissos, enquanto as demonstrações contábeis devem informar ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas, outras alterações no patrimônio líquido e nos fluxos de caixa. Todavia, usualmente, as entidades a que se referem o orçamento e as que divulgam demonstrações contábeis são as mesmas. Da mesma forma, o período para o qual o orçamento é elaborado e o critério de classificação adotado para o orçamento, deve, em regra, ser refletido nas demonstrações contábeis. Isso garante que o sistema de contabilização registre e divulgue a informação contábil de maneira que facilite a comparação dos valores realizados com os orçados para fins de gestão e para fins de prestação de contas e responsabilização, por exemplo, para o monitoramento do comportamento da execução orçamentária durante o período e para divulgação ao governo, ao público e aos outros usuários de maneira relevante e tempestiva.

35. Em alguns casos, os orçamentos podem ser elaborados sob o regime de competência ou sob o regime de caixa, de acordo com o sistema de estatísticas de finanças públicas adotado, o qual abrange entidades e atividades diferentes daquelas incluídas nas demonstrações contábeis. Por exemplo, os orçamentos elaborados para serem compatíveis com os sistemas de estatísticas de finanças públicas podem estar focados no Setor Governo Geral (ver definição no item 6) e abrangem somente as entidades que cumprem as funções primárias ou "fora de mercado" do governo como as suas principais atividades, enquanto as demonstrações contábeis divulgam todas as atividades controladas pelo governo, incluindo as atividades de mercado.

36. Nos modelos de estatísticas de finanças públicas, o Setor Governo Geral (ver definição no item 6) pode incluir os níveis de governo municipal, estadual e nacional. Considerando que o governo nacional não controla os governos municipais e estaduais, as demonstrações contábeis devem ser elaboradas para cada nível de governo. As exigências desta norma somente se aplicam às demonstrações contábeis das entidades governamentais quando os orçamentos aprovados para as entidades e atividades que elas controlam, ou subseções, estejam disponíveis ao público.

Orçamento plurianual

37. Algumas entidades do setor público podem ter a opção de aprovar e publicar orçamentos plurianuais em vez dos orçamentos anuais. Em regra, os orçamentos plurianuais abrangem uma série de orçamentos anuais ou metas orçamentárias anuais. O orçamento aprovado para cada período anual reflete a aplicação das políticas

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

orçamentárias associadas ao orçamento plurianual para aquele período específico. Em alguns casos, o orçamento plurianual permite a transferência de dotações não utilizadas em determinado ano para períodos subsequentes.

38. As entidades do setor público que elaboram orçamentos plurianuais podem adotar diferentes abordagens para determinar seu orçamento original e o final, dependendo de como ocorre a aprovação. Por exemplo, uma entidade do setor público pode aprovar o orçamento bienal que contém dois orçamentos anuais aprovados, caso em que o orçamento original e o final aprovado para cada período anual devem ser identificáveis. Se as dotações não utilizadas oriundas do primeiro ano do orçamento bienal forem legalmente autorizadas para serem utilizadas no segundo ano, o orçamento original para o período do segundo ano deve ser aumentado nesses valores transferidos. Nos raros casos em que a entidade do setor público aprova o orçamento bienal ou plurianual que especificamente não separa os valores orçados para cada período anual, um julgamento pode ser necessário na identificação dos valores que devem ser atribuídos para cada período anual na determinação dos orçamentos anuais para os propósitos desta norma. Por exemplo, o orçamento original e o final aprovado para o primeiro ano do período bienal devem abranger quaisquer despesas de capital aprovadas que ocorreram durante o primeiro ano juntamente com o valor dos itens de receitas e despesas correntes atribuídos para aquele período. Os valores não gastos do primeiro período anual seriam, em seguida, incluídos no orçamento original para o segundo período anual e esse orçamento, juntamente com quaisquer alterações do mesmo período, formariam o orçamento final para o segundo ano. Quando os orçamentos plurianuais são adotados, incentiva-se que as entidades passem a oferecer em nota explicativa, divulgação adicional sobre a relação entre os valores realizados e os orçados, durante o período orçamentário.

Divulgação nas notas explicativas acerca do regime, do período e do alcance do orçamento

39. A entidade deve divulgar nas notas explicativas às demonstrações contábeis o regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

40. Podem existir diferenças entre o regime (caixa, competência ou alguma modificação desses regimes) que é utilizado na elaboração e apresentação do orçamento, e o regime utilizado na elaboração das demonstrações contábeis. Essas diferenças podem ocorrer quando o sistema contábil e o sistema orçamentário geram informação a partir de diferentes perspectivas. O orçamento pode estar centrado nos fluxos de caixa, ou fluxos de caixa adicionados a determinados compromissos, enquanto que as demonstrações contábeis evidenciam os fluxos de caixa e a informação contábil de natureza patrimonial por competência.

41. Os formatos e a estrutura de classificação adotados para a apresentação do orçamento aprovado também podem ser distintos dos formatos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis. O orçamento aprovado pode classificar itens sob a mesma estrutura adotada nas demonstrações contábeis, por exemplo, pela natureza econômica (indenização aos empregados, utilização de bens e serviços, etc.), ou pela função (saúde, educação, etc.). Por outro lado, o orçamento pode classificar os itens por meio de programas específicos (por exemplo, redução da pobreza ou controle de doenças contagiosas) ou componentes de programas ligados aos objetivos de desempenho efetivo (por exemplo, programas do ensino superior dos estudantes de graduação ou operações cirúrgicas realizadas pelos serviços de emergência do hospital), que diferem das classificações adotadas nas demonstrações contábeis.

42. A NBC TSP 11 exige que as entidades apresentem nas notas explicativas às demonstrações contábeis, informação sobre o regime de elaboração das demonstrações contábeis e sobre as políticas contábeis mais significativas adotadas. A divulgação do regime orçamentário adotado para a elaboração e a apresentação dos orçamentos aprovados auxilia os usuários a entenderem melhor a relação entre a informação orçamentária e a informação contábil divulgada nas demonstrações contábeis.

43. A entidade deve divulgar nas notas explicativas às demonstrações contábeis o período a que se refere o orçamento aprovado.

44. As demonstrações contábeis devem ser apresentadas, ao menos, anualmente. As entidades, em alguns casos, podem aprovar os orçamentos para período anual ou para período plurianual nos termos desta norma. A divulgação do período abrangido pelo orçamento aprovado, quando tal período difere do período a que se referem as demonstrações contábeis, irá auxiliar os usuários dessas demonstrações contábeis a entenderem melhor a relação das informações orçamentárias e a comparação do orçamento com as demonstrações contábeis. A divulgação do período abrangido pelo orçamento aprovado, quando tal período é o mesmo que o das demonstrações contábeis, também tem uma função útil de confirmação, particularmente nas jurisdições onde os orçamentos, as demonstrações contábeis intermediárias e os relatórios também são elaborados.

45. A entidade deve identificar nas notas explicativas às demonstrações contábeis as entidades abrangidas pelo orçamento aprovado.

46. As NBCs TSP exigem que as entidades elaborem e apresentem as demonstrações contábeis que consolidam todos os recursos controlados pela entidade. Em nível de consolidação nacional, as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as NBCs TSP devem abranger as entidades dependentes do orçamento e as empresas estatais controladas pelo governo. Todavia, conforme observado no item 35, os orçamentos aprovados elaborados de acordo com os modelos de informação de estatísticas de finanças públicas podem não abranger as operações do governo que são realizadas em base mercantil ou comercial. De acordo com as exigências do item 31, os valores orçados e os realizados devem ser apresentados em base comparável. A divulgação das entidades abrangidas pelo orçamento deve permitir que os usuários identifiquem a extensão na qual as atividades da entidade estão submetidas ao orçamento aprovado, e como a entidade que elabora o orçamento difere da entidade que divulga as demonstrações contábeis.

Conciliação dos valores realizados em base comparável com os valores das demonstrações contábeis

47. No caso em que as demonstrações contábeis e o orçamento não sejam elaborados em base comparável, os valores realizados apresentados em base comparável ao orçamento, de acordo com o item 31, devem ser conciliados aos seguintes valores realizados apresentados nas demonstrações contábeis, identificando separadamente qualquer regime, periodicidade e diferença entre as entidades:(a) se o regime de competência é adotado para o orçamento, as receitas totais, despesas totais e os fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento; ou

(b) se outro regime, exceto o regime de competência, for adotado para o orçamento, os fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A conciliação deve ser divulgada nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

48. As diferenças entre os valores realizados considerados consistentes com a base comparável, e os valores realizados reconhecidos nas demonstrações contábeis podem ser corretamente classificadas da seguinte forma:

(a) diferenças de regime, que ocorrem quando o orçamento aprovado é elaborado em regime diferente do regime contábil. Por exemplo, quando o orçamento é elaborado em regime de caixa ou regime de caixa modificado e as demonstrações contábeis são elaboradas em regime de competência;

(b) diferenças temporais, que ocorrem quando o período orçado difere do período a que se referem as demonstrações contábeis; e

(c) diferenças de entidade, que ocorrem quando o orçamento não leva em consideração os programas ou entidades que fazem parte da entidade para as quais as demonstrações contábeis são elaboradas.

Também podem existir diferenças de formatos e estruturas de classificação adotados para a apresentação das demonstrações contábeis e do orçamento.

49. A conciliação exigida pelo item 47 permite que a entidade cumpra melhor a sua responsabilidade em prestar contas por meio da identificação das principais razões das diferenças entre os valores realizados em regime orçamentário e os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Esta norma não impede a conciliação de cada um dos totais e subtotais principais, ou de cada classe de itens das demonstrações contábeis, apresentados em comparação dos valores realizados com os orçados com os valores equivalentes constantes das demonstrações contábeis.

50. Para algumas entidades que adotam o mesmo regime para a elaboração do orçamento e das demonstrações contábeis, apenas a identificação das diferenças entre os valores realizados no orçamento e os valores equivalentes nas demonstrações contábeis é exigida. Isso ocorre quando o orçamento (a) é elaborado para o mesmo período; (b) inclui as mesmas entidades; e (c) adotam a mesma forma de apresentação das demonstrações contábeis. Nesses casos, a conciliação não é necessária. Para outras entidades que adotam o mesmo regime para o orçamento e para as demonstrações contábeis, pode existir diferenças quanto à forma de apresentação, quanto à entidade ou em relação ao período a que se referem as demonstrações contábeis. Por exemplo, o orçamento aprovado pode adotar uma forma de apresentação e classificação diferente das demonstrações contábeis ao incluir apenas as atividades não comerciais da entidade, ou, ainda, pode ser um orçamento plurianual. A conciliação pode ser necessária quando existirem diferenças de apresentação, periodicidade ou em relação à entidade mesmo quando o orçamento e as demonstrações contábeis são elaborados sob o mesmo regime.

51.Para as entidades que utilizam o regime de caixa (ou regime de caixa modificado ou regime de competência modificado) na apresentação do orçamento aprovado e o regime de competência para as suas demonstrações contábeis, os principais totais apresentados na demonstração das informações orçamentárias devem ser conciliados aos fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, das atividades de investimento e das atividades de financiamento apresentados na NBC TSP 12 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

52.A divulgação da informação comparativa a respeito do período anterior de acordo com as exigências desta norma não é necessária.

53Esta norma exige a comparação dos valores realizados com os orçados a serem incluídos nas demonstrações contábeis das entidades que publicam o seu orçamento aprovado. Não é necessária a divulgação de comparação dos valores realizados do período anterior com o orçamento de tal período, nem é necessário que as explicações relacionadas às diferenças entre os valores realizados e os orçados do período anterior sejam divulgadas nas demonstrações contábeis do período atual.

54 a 55. (Não convergidos).

Vigência

Esta norma deve ser aplicada nas entidades do setor público a partir de 1º de janeiro de 2019, salvo na existência de algum normativo em âmbito nacional que estabeleça prazos específicos - casos em que estes prevalecem.

ZULMIR IVÂNIO BREDA
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP 14, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018

Aprova a NBC TSP 14 - Custos de Empréstimos.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

NBC TSP 14 - CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS

Objetivo

O objetivo desta norma é estabelecer o tratamento contábil dos custos de empréstimos. De modo geral, esta norma exige o reconhecimento imediato de tais custos no resultado do período. Permite, porém, como tratamento alternativo, a capitalização dos custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável.

Alcance

1.Esta norma deve ser aplicada na contabilização dos custos de empréstimos.

2.Esta norma se aplica às entidades do setor público, conforme o alcance definido na NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL.

3.(Não convergido).

4.Esta norma não trata do custo efetivo ou imputado a títulos patrimoniais (do patrimônio líquido).

Definições

5.Os termos a seguir são utilizados nesta norma com os seguintes significados:

Custos de empréstimos são os juros e outros custos que a entidade incorre relacionados com o empréstimo de recursos.

Ativo qualificável é o ativo que, necessariamente, leva um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos.

Custos de empréstimos

6.Os custos de empréstimos podem incluir:

(a)juros de empréstimos obtidos de curto e longo prazos e de saldo bancário negativo;

(b)amortização de descontos ou prêmios relacionados com empréstimos obtidos;

(c)amortização de custos adicionais relacionados com empréstimos obtidos;

(d)encargos financeiros relativos a arrendamentos mercantis financeiros e contratos de concessão de serviços públicos; e

(e)variações cambiais decorrentes de empréstimos em moeda estrangeira, na extensão em que elas sejam consideradas como ajuste do custo dos juros.

Entidade econômica

7. O termo entidade econômica é utilizado nesta norma para definir, para fins de demonstrações contábeis, um grupo de entidades que inclui a entidade controladora e quaisquer entidades controladas.

8. Outros termos algumas vezes utilizados para se referir a uma entidade econômica incluem entidade administrativa, entidade financeira, entidade consolidada e grupo.

9. A entidade econômica pode incluir entidades com objetivos direcionados a políticas sociais e objetivos comerciais. Por exemplo, a secretaria de habitação pode ser a entidade econômica que inclui entidades que fornecem habitação a valor igual ou inferior ao custo, bem como entidades que fornecem moradia com fins comerciais.

Benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços

10. Os ativos fornecem meios para que as entidades alcancem seus objetivos. Os ativos que são utilizados para fornecer bens e serviços de acordo com os objetivos da entidade, mas que não geram diretamente fluxos de caixa líquidos positivos são geralmente descritos como aqueles que possuem potencial de serviços. Ativos que são utilizados para gerar fluxos de caixa líquidos positivos são geralmente descritos como aqueles que contêm benefícios econômicos futuros. Para abranger todos os propósitos dos ativos, esta norma utiliza o termo "benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços" para descrever as características essenciais dos ativos.

11. (Não convergido).

Patrimônio líquido

12. Patrimônio líquido é o termo utilizado nesta norma para se referir à mensuração residual no balanço patrimonial (ativo menos passivo). O patrimônio líquido pode ser positivo ou negativo. Outros termos podem ser utilizados no lugar de patrimônio líquido, desde que seu significado esteja claro.

Ativo qualificável

13.Exemplos de ativos qualificáveis são edifícios, ativos de infraestrutura, como rodovias, pontes, usinas de geração de energia elétrica e estoques que exijam um considerável período para alcançarem a condição de estarem prontos para uso ou venda. Outros investimentos e ativos que são produzidos repetidamente durante curto período não são ativos qualificáveis. Os ativos que estão prontos para os seus devidos usos ou venda quando adquiridos também não são ativos qualificáveis.

Tratamento padrão para custos de empréstimos

Reconhecimento

14.Os custos de empréstimos devem ser reconhecidos como despesa do período em que são incorridos.

15.De acordo com o tratamento padrão, os custos de empréstimos devem ser reconhecidos como despesa no período que são incorridos, independentemente de como os empréstimos são aplicados.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Divulgação

16.As demonstrações contábeis devem divulgar a política contábil adotada para os custos de empréstimos.

Tratamento alternativo permitido para custos de empréstimos

Reconhecimento

17.Os custos de empréstimos devem ser reconhecidos como despesa no período em que são incorridos, exceto aqueles que são capitalizados de acordo com o item 18.

18.Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável devem ser capitalizados como parte do custo desse ativo. O valor dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização deve ser determinado de acordo com esta norma.

19.De acordo com o tratamento alternativo permitido, os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo devem ser incluídos no custo desse ativo. Esses custos de empréstimos são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que deles resultem benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços para a entidade e que esses custos possam ser mensurados confiavelmente. Outros custos de empréstimos devem ser reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

20.Quando a entidade adota o tratamento alternativo permitido, esse tratamento deve ser aplicado consistentemente a todos os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de todos os seus ativos qualificáveis.

Custos de empréstimos capitalizáveis

21.Os custos de empréstimos que são atribuíveis diretamente à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável são aqueles que seriam evitados se os gastos com esse ativo não tivessem sido realizados. Quando a entidade obtém emprestados recursos especificamente com o propósito de obter determinado ativo qualificável, os custos do empréstimo que são diretamente atribuíveis a esse ativo podem ser prontamente identificados.

22.Pode ser difícil identificar uma relação direta entre empréstimos específicos e um ativo qualificável e determinar os empréstimos que poderiam de outra maneira terem sido evitados. Tal dificuldade ocorre, por exemplo, quando a atividade de financiamento da entidade é coordenada de forma centralizada. Dificuldades também surgem quando a entidade usa uma gama variada de instrumentos de endividamento para obter recursos com taxas de juros variadas e transfere tais recursos, de diversas maneiras, para outras entidades que compõem a entidade econômica. Recursos que foram captados centralizadamente podem ser transferidos para outras entidades dentro da entidade econômica como empréstimo, subsídio ou aporte de capital. Essas transferências podem ser livres de juros ou exigirem que somente parte do custo dos juros efetivos seja recuperada. Outras complicações surgem por meio do uso de empréstimos com valor nominal em moeda estrangeira ou indexados a moedas estrangeiras, quando o grupo opera em economias altamente inflacionárias ou sujeitas a flutuações nas taxas de câmbio. Como resultado, pode ser difícil a determinação do montante dos custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável, sendo necessário o exercício de julgamento nessas circunstâncias.

23.Na extensão em que a entidade obtém emprestados recursos especificamente com o propósito de obter ativo qualificável, ela deve determinar o montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização como sendo aqueles efetivamente incorridos sobre tais empréstimos durante o período, menos qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário de tais empréstimos.

24.Os acordos financeiros para ativo qualificável podem resultar na entidade obtendo recursos emprestados e incorrendo em custos relacionados aos empréstimos antes de parte ou todos os recursos serem utilizados para gastos relacionados com o ativo qualificável. Em tais circunstâncias, os recursos são muitas vezes temporariamente investidos, aguardando a sua utilização no ativo qualificável. Na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização durante o período, quaisquer receitas financeiras obtidas sobre tais recursos devem ser deduzidas dos custos de empréstimos incorridos.

25.À medida que a entidade obtém emprestados recursos genericamente (sem destinação específica) e os utiliza com o propósito de obter ativo qualificável, ela deve determinar o montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização, aplicando uma taxa de capitalização aos gastos com o ativo. A taxa de capitalização deve ser a média ponderada dos custos de empréstimos que estiveram vigentes durante o período, que não sejam empréstimos feitos especificamente com o propósito de se obter o ativo qualificável. O montante do custo de empréstimos que a entidade capitaliza durante o período não deve exceder o montante do custo de empréstimos incorridos durante aquele período.

26.Somente os custos de empréstimos assumidos pela entidade podem ser capitalizados. Quando a entidade controladora obtém empréstimos que serão repassados à entidade controlada sem cobrar os custos de empréstimos, ou cobrando-os parcialmente, a entidade controlada somente pode capitalizar os custos de empréstimos nos quais ela mesma incorreu. Caso a entidade controlada receba contribuição de capital ou transferência de capital sem a incidência de juros, isso não acarreta nenhum custo de empréstimo obtido e consequentemente não deve capitalizá-lo.

27.Quando a entidade controladora transfere empréstimos a custos parciais para a entidade controlada, a entidade controlada pode capitalizar a parcela dos custos de empréstimos na qual ela mesma incorreu. Nas demonstrações contábeis da entidade econômica, o valor total dos custos de empréstimos pode ser capitalizado ao ativo qualificável, desde que os devidos ajustes de consolidação sejam feitos para eliminar os custos capitalizados pela entidade controlada.

28.Quando a entidade controladora transferir empréstimos sem custos para a entidade controlada, nenhuma das duas preenche os critérios para capitalização dos custos de empréstimos. No entanto, se a entidade econômica preenchesse os critérios para capitalização dos custos de empréstimos, ela seria capaz de capitalizar esses custos ao ativo qualificável em suas demonstrações contábeis.

29.Em algumas circunstâncias, pode ser apropriado incluir todos os empréstimos da controladora e de suas controladas quando do cálculo da média ponderada dos custos de empréstimos; em outras circunstâncias, é apropriado para cada controlada utilizar a média ponderada dos custos de empréstimos aplicável aos seus próprios empréstimos.

Excesso do valor contábil do ativo qualificável sobre o montante recuperável

30.Quando o valor contábil ou o custo final esperado do ativo qualificável exceder seu valor recuperável ou valor realizável líquido de realização, o valor contábil deve ser baixado ou ter seu valor reduzido de acordo com as exigências da NBC TSP 09 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa e da NBC TSP 10 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa. Em certas circunstâncias, o montante da baixa ou redução pode ser revertido de acordo com essas outras normas.

Início da capitalização

31.A entidade deve iniciar a capitalização dos custos de empréstimos como parte do custo do ativo qualificável quando:

(a)incorrer em gastos com o ativo;

(b)incorrer em custos de empréstimos; e

(c)iniciar as atividades que são necessárias para colocar o ativo em uso ou venda pretendidos.

32.Gastos com o ativo qualificável incluem somente aqueles que resultam em pagamento em caixa, transferências de outros ativos ou assunção de passivos onerosos. O saldo médio do ativo durante o período, incluindo os custos de empréstimos anteriormente capitalizados, é normalmente uma razoável aproximação dos gastos aos quais a taxa de capitalização deve ser aplicada naquele período.

33.As atividades necessárias para colocar o ativo em uso ou venda pretendidos abrangem mais do que a construção física do ativo. Elas incluem trabalho técnico e administrativo anterior ao início da construção física, tais como atividades associadas à obtenção de licenças. Entretanto, tais atividades excluem a de manter o ativo quando nenhuma produção ou desenvolvimento que alterem as condições do ativo estiverem sendo efetuados. Por exemplo, custos de empréstimos incorridos enquanto o terreno está em preparação são capitalizados durante o período em que tais atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas. Entretanto, custos de empréstimos incorridos, quando o terreno adquirido para fins de construção for mantido sem nenhuma atividade de preparação associada, não se qualificam para capitalização.

Suspensão da capitalização

34.A entidade deve suspender a capitalização dos custos de empréstimos durante períodos extensos nos quais as atividades de desenvolvimento do ativo qualificável são suspensas e deve reconhecê-los como despesa.

35. A entidade pode incorrer em custos de empréstimos durante um período extenso no qual as atividades necessárias para colocar o ativo em uso ou venda pretendidos são suspensas. Esses custos são aqueles necessários para a manutenção de ativos parcialmente completos e não se qualificam para capitalização. Entretanto, a entidade normalmente não suspende a capitalização dos custos de empréstimos durante o período no qual substancial trabalho técnico e administrativo está sendo feito. A entidade também não suspende a capitalização de custos de empréstimos quando o atraso temporário é parte necessária do processo de concluir o ativo para seu uso ou venda pretendidos. Por exemplo, a capitalização continua durante o período em que o nível elevado das águas atrasar a construção de uma ponte, se esse nível for comum durante o período de construção naquela região geográfica envolvida.

Término da capitalização

36.A entidade deve finalizar a capitalização dos custos de empréstimos quando substancialmente todas as atividades necessárias para colocar o ativo qualificável em uso ou venda pretendidos estiverem concluídas.

37.O ativo normalmente está pronto para seu uso ou venda pretendidos quando a sua construção física estiver completa, mesmo que trabalho administrativo de rotina possa ainda continuar. Se modificações menores, tais como a decoração da propriedade sob especificação do comprador ou do usuário, forem tudo o que está faltando, isso é indicador de que substancialmente todas as atividades estão completas.

38. Quando a entidade completa a construção do ativo qualificável em partes e cada parte é capaz de ser utilizada enquanto a construção de outras partes continuar, a entidade deve finalizar a capitalização dos custos de empréstimos quando completar substancialmente todas as atividades necessárias para colocar aquela parte em uso ou venda pretendidos.

39.Um centro de negócios compreendendo diversos edifícios, cada um deles podendo ser utilizado individualmente, é um exemplo de ativo qualificável no qual cada parte é capaz de ser utilizada enquanto a construção das outras partes continuar. Um exemplo de ativo qualificável que precisa estar completo antes de qualquer parte poder ser utilizada é uma sala de cirurgia em hospital quando toda a construção precisa ser finalizada para que a sala possa ser utilizada; uma estação de tratamento de esgoto onde diversos processos são realizados em sequência em diferentes partes da estação; e uma ponte que faz parte da rodovia.

Divulgação

40.A entidade deve divulgar:

(a)a política contábil adotada para os custos de empréstimos;

(b)o total dos custos de empréstimos capitalizados durante o período; e

(c)a taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização (quando for necessário utilizar taxa de capitalização para montantes obtidos em conjunto).

41.(Eliminado).

42 a 43. (Não convergidos).

Vigência

Esta norma deve ser aplicada nas entidades do setor público a partir de 1º de janeiro de 2019, salvo na existência de algum normativo em âmbito nacional que estabeleça prazos específicos - casos em que estes prevalecem.

ZULMIR IVÂNIO BREDA
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP 15, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018

Aprova a NBC TSP 15 - Benefícios a Empregados.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

NBC TSP 15 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Objetivo

1. O objetivo desta norma é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios a empregados (compreendendo os ocupantes de cargos, empregos ou funções públicos, civis ou militares, os membros de qualquer dos poderes, os detentores de mandato eletivo e os demais agentes políticos que recebam qualquer espécie remuneratória). Para tanto, esta norma requer que a entidade reconheça:

(a) o passivo, quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e

(b) a despesa, quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.

Alcance

2. Esta norma deve ser aplicada pela entidade empregadora na contabilização de todos os benefícios a empregados, exceto para os pagamentos baseados em ações.

3. Esta norma não trata das demonstrações contábeis elaboradas pelos planos de benefícios a empregados ou pelos fundos de pensão e assemelhados e esta norma não trata dos benefícios fornecidos pelos programas de seguridade social que não sejam remuneração em troca de serviços prestados por empregados, atuais e anteriores, de entidades do setor público.

4. Os benefícios a empregados aos quais esta norma se aplica incluem aqueles proporcionados:

(a) por planos ou outros acordos formais entre a entidade e os empregados individuais, grupos de empregados ou seus representantes;

(b) por disposições legais, ou por meio de acordos setoriais, pelos quais se exige que as entidades contribuam para planos nacionais, subnacionais, setoriais ou outros planos multiempregadores, ou quando se exige que as entidades contribuam para os programas de seguridade social; ou

(c) por práticas informais que deem origem a uma obrigação não formalizada. Práticas informais dão origem a uma obrigação não formalizada quando a entidade não tiver alternativa a não ser pagar os benefícios a empregados. Um exemplo de obrigação não formalizada ocorre quando uma alteração nas práticas informais da entidade cause dano inaceitável no seu relacionamento com os empregados.

5. Os benefícios a empregados incluem:

(a) benefícios de curto prazo, como, por exemplo, os seguintes, desde que se espere que sejam integralmente liquidados em até doze meses após a data a que se referem as demonstrações contábeis em que os empregados prestarem os respectivos serviços:

(i) vencimentos, remunerações, subsídios e contribuições para a seguridade social;

(ii) licença anual remunerada e licença médica remunerada;

(iii) participação nos lucros e bônus; e

(iv) benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, carros e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para empregados atuais;

(b) benefícios pós-emprego, como, por exemplo, os seguintes:

(i) benefícios de aposentadoria (por exemplo, pensões(*) e pagamentos integrais por ocasião da aposentadoria); e

(ii) outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência médica pós-emprego;

(c) outros benefícios de longo prazo a empregados, tais como:

(i) ausências remuneradas de longo prazo, tais como licenças por tempo de serviço ou sabáticas;

(ii) licença-prêmio ou outros benefícios por tempo de serviço; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(iii) benefícios por invalidez de longo prazo;

(d) benefícios rescisórios.

(*) As pensões a empregados incluem os benefícios recebidos diretamente por esses, mais conhecidos no Brasil como aposentadorias, bem como os recebidos por seus dependentes, mais conhecidos no Brasil como pensões.

6. Os benefícios a empregados incluem os benefícios oferecidos tanto aos empregados quanto aos seus dependentes e que podem ser liquidados por meio de pagamento (ou fornecimento de bens e serviços) efetuados diretamente a empregados, seus cônjuges, filhos ou outros dependentes ou ainda por terceiros, como, por exemplo, companhias de seguro.

7. O empregado pode prestar serviços à entidade em período integral, parcial, permanente, casual ou temporariamente. Para fins desta norma, a definição de empregado também inclui o pessoal-chave da administração (ou seja, as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador dessa entidade).

Definições

8. Os termos a seguir são utilizados nesta norma com os seguintes significados:

Definição de benefícios a empregados

Benefícios a empregados são todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho.

Benefícios de curto prazo a empregados são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após a data a que se referem as demonstrações contábeis em que os empregados prestarem o respectivo serviço.

Benefícios pós-emprego são os benefícios a empregados (exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo a empregados), que serão pagos após o período de emprego.

Outros benefícios de longo prazo a empregados são todos os benefícios a empregados que não benefícios de curto prazo a empregados, benefícios pós-emprego e benefícios rescisórios.

Benefícios rescisórios são benefícios a empregados fornecidos pela rescisão do contrato de trabalho como resultado de:

(a) decisão da entidade de terminar o vínculo empregatício do empregado antes da data normal de aposentadoria; ou

(b) decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho.

Definições relativas à classificação de planos

Planos de benefícios pós-emprego são acordos formais ou informais nos quais a entidade se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego para um ou mais empregados.

Planos de contribuição definida são planos de benefícios pós-emprego nos quais a entidade paga contribuições fixas à entidade separada (fundo), não tendo nenhuma obrigação legal ou não formalizada de pagar contribuições adicionais, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios aos empregados relativamente aos seus serviços dos períodos corrente e anteriores.

Planos de benefício definido são planos de benefícios pós-emprego que não sejam planos de contribuição definida.

Planos multiempregadores são planos de contribuição definida (exceto planos de previdência social) ou planos de benefício definido (exceto planos do regime geral de previdência social) que:

(a) possuem ativos formados por contribuições de várias entidades que não estão sob o mesmo controle; e

(b) utilizam aqueles ativos para fornecer benefícios a empregados de mais de uma entidade, de forma que os níveis de contribuição e benefício sejam determinados sem identificar a entidade que emprega os empregados em questão.

Planos do regime geral de previdência social são planos estabelecidos por lei que operam como se fossem planos multiempregadores para todas as entidades das categorias econômicas estabelecidas na legislação.

Definições relativas ao valor líquido do passivo (ativo) de benefício definido

Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido é o déficit ou o superávit, ajustado para refletir qualquer efeito da limitação de valor líquido de ativo de benefício definido ao teto de ativo para reconhecimento.

Déficit ou superávit é:

(a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos

(b) o valor justo dos ativos do plano (se houver).

Teto de ativo é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

Valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e anteriores.

Ativos do plano compreendem:

(a) ativos mantidos por fundo de benefícios de longo prazo a empregados; e

(b) apólices de seguros elegíveis.

Ativos mantidos por fundo de benefícios de longo prazo a empregados são ativos (exceto os instrumentos financeiros intransferíveis emitidos pela entidade que reporta) que:

(a) sejam mantidos pela entidade (fundo) legalmente separada da entidade que reporta e existem exclusivamente para pagar ou custear benefícios a empregados; e

(b) estejam disponíveis para serem utilizados somente para pagar ou custear benefícios a empregados; não se encontrem disponíveis para os credores da entidade que reporta (mesmo em caso de falência ou recuperação judicial); e não possam ser devolvidos à entidade que reporta, a menos que:

(i) os ativos remanescentes do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios a empregados do plano ou da entidade que reporta; ou

(ii) os ativos forem devolvidos à entidade que reporta, com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

Apólice de seguro elegível é a apólice de seguro emitida por seguradora que não seja parte relacionada da entidade que reporta (entidades são consideradas relacionadas se uma parte tiver o poder de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte nas decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade considerada parte relacionada e outra entidade estão sujeitas ao controle comum), se o produto da apólice:

(a) somente puder ser utilizado para pagar ou custear benefícios a empregados, segundo o plano de benefício definido; e

(b) não estiver disponível para os credores da própria entidade que reporta (mesmo em caso de falência) e não possa ser pago a essa, a menos que:

(i) o produto represente ativos excedentes que não sejam necessários para a apólice cobrir todas as respectivas obrigações de benefícios a empregados; ou

(ii) o produto seja devolvido à entidade que reporta para reembolsá-la por benefícios a empregados já pagos.

Definições relativas ao custo de benefício definido

Custo do serviço compreende:

(a) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente;

(b) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou cancelamento de plano de benefício definido) ou de redução (redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos pelo plano); e

(c) qualquer ganho ou perda na liquidação.

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido resultante da passagem do tempo.

Remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido compreendem:

(a) ganhos e perdas atuariais;

(b) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores que constam nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido; e

(c) qualquer mudança no efeito do teto de ativo, excluindo valores que constam nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de:

(a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e

(b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

Retorno sobre os ativos do plano consiste em juros, dividendos e outras receitas derivadas dos ativos do plano, juntamente com ganhos ou perdas realizados e não realizados sobre os ativos do plano, menos:

(a) quaisquer custos de administração dos ativos do plano; e

(b) qualquer tributo devido pelo plano, exceto tributos incluídos nas premissas atuariais utilizadas para mensurar o valor presente da obrigação de benefício definido.

Liquidação é a transação que elimina todas as obrigações futuras, legais ou não formalizadas, em relação à totalidade ou parte dos benefícios oferecidos por plano de benefício definido, exceto o pagamento de benefícios a empregados ou em seu nome que seja definido nos termos do plano e incluso nas premissas atuariais.

Benefícios de curto prazo a empregados

9. Benefícios de curto prazo a empregados incluem itens, como, por exemplo, os seguintes, desde que se espere que sejam integralmente liquidados em até doze meses após a data a que se referem as demonstrações contábeis em que os empregados prestarem os respectivos serviços:

(a) vencimentos, remunerações, subsídios e contribuições para a seguridade social;

(b) licença anual remunerada e licença médica remunerada;

(c) participação nos lucros e bônus; e

(d) benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, veículo e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para os atuais empregados.

10. A entidade não precisa reclassificar os benefícios de curto prazo a empregados, se as expectativas da entidade quanto à época da liquidação se modificarem temporariamente. Contudo, se as características do benefício se modificam (como, por exemplo, a mudança de benefício não cumulativo para benefício cumulativo) ou se a mudança nas expectativas quanto à época da liquidação não for temporária, a entidade deve considerar então se o benefício ainda atende à definição de benefício de curto prazo a empregados.

Reconhecimento e mensuração

Todos os benefícios de curto prazo a empregados

11. Quando o empregado tiver prestado serviços à entidade durante o período contábil, a entidade deve reconhecer o valor não descontado dos benefícios de curto prazo a empregados, que se espera que sejam pagos em troca desse serviço:

(a) como passivo, após a dedução de qualquer quantia já paga. Se a quantia já paga exceder o valor não descontado dos benefícios, a entidade deve reconhecer o excesso como ativo (despesa antecipada), desde que a despesa antecipada conduza, por exemplo, à redução dos pagamentos futuros ou à restituição de caixa;

(b) como despesa, salvo se outra NBC TSP exigir ou permitir a inclusão dos benefícios no custo de ativo (ver, por exemplo, a NBC TSP 04 - Estoques e a NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado).

12. Os itens 13, 16 e 19 explicam como a entidade deve aplicar o item 11 a benefícios de curto prazo a empregados, na forma de ausências remuneradas e planos de participação nos lucros e bônus.

Licenças remuneradas de curto prazo

13. A entidade deve reconhecer o custo esperado de benefícios de curto prazo a empregados na forma de licenças remuneradas, seguindo o item 11, da seguinte forma:

(a) no caso de licenças remuneradas cumulativas, quando o serviço prestado pelos empregados aumentar o seu direito a ausências remuneradas futuras; e

(b) no caso de licenças remuneradas não cumulativas, quando as ausências ocorrerem.

14. A entidade pode remunerar os empregados por ausência por várias razões, incluindo: feriados, doença e invalidez de curto prazo, maternidade ou paternidade, serviços em tribunais e serviço militar. O direito a licenças remuneradas pode ser classificado em duas categorias:

(a) cumulativa; e

(b) não cumulativa.

15. Licenças remuneradas cumulativas são aquelas que podem ser estendidas e utilizadas futuramente, se o direito adquirido no período corrente não for totalmente utilizado. As licenças remuneradas cumulativas podem ser com direito adquirido (em outras palavras, os empregados têm direito ao pagamento em dinheiro pelas licenças não gozadas no momento em que se desligarem da entidade) ou sem direito adquirido (quando os empregados não têm direito ao pagamento em dinheiro pelas licenças não gozadas ao deixarem a entidade). Surge a obrigação à medida que os empregados prestam serviços que aumentem o seu direito às licenças remuneradas futuras. A obrigação existe e deve ser reconhecida, mesmo se as ausências remuneradas forem sem direito adquirido, embora a faculdade de os empregados poderem sair antes de utilizar o direito acumulado não adquirido afete a mensuração dessa obrigação.

16. A entidade deve mensurar o custo esperado de licenças remuneradas cumulativas como a quantia adicional que a entidade espera pagar, em consequência do direito não utilizado que tenha sido acumulado até a data a que se referem as demonstrações contábeis.

17. O método especificado no item anterior mensura a obrigação pelo valor dos pagamentos adicionais que se espera que ocorrerão exclusivamente pelo acúmulo de benefício. Em muitos casos, a entidade pode não precisar fazer cálculos detalhados para estimar que não exista obrigação relevante referente a licenças remuneradas não utilizadas.

18. As licenças remuneradas não cumulativas não são estendidas para o próximo exercício: elas expiram se o direito não for totalmente usufruído no período corrente, e não dão aos empregados o direito ao pagamento em dinheiro por direitos não usufruídos no momento em que se desliguem da entidade. Esse é comumente o caso das licenças médicas remuneradas (na medida em que o direito passado não usufruído não aumenta o direito futuro), licença maternidade ou paternidade ou licença remunerada por serviços em tribunais ou serviço militar. A entidade não reconhece passivo nem despesa até a ocasião da ausência porque o serviço do empregado não aumenta o valor do benefício.

Planos de participação nos lucros e de bônus

19. A entidade deve reconhecer o custo esperado de pagamento de participação nos lucros e de bônus, de acordo com o item 11, quando e somente quando:

(a) a entidade tiver a obrigação legal ou não formalizada de fazer tais pagamentos em consequência de eventos passados; e

(b) a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

A obrigação presente existe quando, e somente quando, a entidade não tem alternativa realista, a não ser efetuar os pagamentos.

20. No setor público, algumas entidades possuem planos de bônus relacionados a objetivos de prestação de serviços ou a aspectos de desempenho financeiro. Em tais planos, os empregados recebem quantias específicas, dependentes da avaliação da sua contribuição para a realização dos objetivos da entidade ou de um segmento desta. Em alguns casos, tais planos podem ser para grupos de empregados em segmento particular, em vez de individualmente. Devido aos objetivos das entidades do setor público, os planos de participação nos lucros são menos comuns do que nas entidades com fins lucrativos. Entretanto, eles podem ser um item da remuneração dos empregados em alguns segmentos das entidades do setor público que operam com fins comerciais. Algumas entidades do setor público podem não operar com remuneração variável baseada em lucros, mas podem avaliar o desempenho em relação a medidas com bases financeiras, tais como a geração de fluxos de receita e o atingimento de metas orçamentárias. Alguns planos de bônus podem implicar pagamento a todos os empregados que prestam serviços no período a que se referem as demonstrações contábeis, mesmo que possam ter deixado a entidade antes do fim desse período. Entretanto, alguns outros planos de bônus, os empregados recebem pagamentos somente se permanecerem na entidade durante o período a que se referem as demonstrações contábeis. Tais planos criam uma obrigação não formalizada à medida que os empregados prestam serviço que aumenta a quantia a ser paga, se permanecerem na entidade até o

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

final do período especificado. A mensuração de tais obrigações não formalizadas deve refletir a possibilidade de alguns empregados se desligarem e não receberem a participação no lucro. O item 22 estabelece outras condições que devem ser satisfeitas, antes que a entidade possa reconhecer o custo esperado dos pagamentos relacionados ao desempenho, pagamentos de bônus e pagamentos de participações no lucro.

21. A entidade pode não ter obrigação legal de pagar o bônus. Entretanto, em alguns casos, a entidade adota essa prática. Em tais casos, a entidade tem uma obrigação não formalizada porque a entidade não tem alternativa realista a não ser pagar o bônus. A mensuração da obrigação não formalizada deve refletir a possibilidade de que alguns empregados possam se desligar sem o direito de receber o bônus.

22. A entidade pode fazer uma estimativa confiável da sua obrigação legal ou não formalizada em conformidade com o plano de participação nos lucros ou de bônus, quando e somente quando:

(a) os termos formais do plano contemplarem uma fórmula para determinar o valor do benefício;

(b) a entidade determinar os valores a serem pagos antes da aprovação para a emissão das demonstrações contábeis; ou

(c) a prática passada fornecer evidências claras do valor da obrigação não formalizada da entidade.

23. Uma obrigação, em conformidade com planos de participação nos lucros e de bônus, resulta do serviço prestado pelo empregado e, não, de transação com os proprietários. Portanto, a entidade deve reconhecer o custo dos planos de participação nos lucros e de bônus não como distribuição de lucro, mas como despesa.

24. Se os pagamentos de participação nos lucros e de bônus não forem totalmente liquidados dentro de doze meses após a data a que se referem as demonstrações contábeis em que os empregados prestaram o respectivo serviço, esses pagamentos devem ser considerados benefícios de longo prazo a empregados (ver itens 155 a 161).

Divulgação

25. Embora esta norma não exija divulgações específicas acerca de benefícios de curto prazo a empregados, outras NBCs TSP podem exigi-las. Por exemplo, a NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis exige a divulgação das despesas com benefícios a empregados.

Benefícios pós-emprego: distinção entre planos de contribuição definida e planos de benefício definido

26. Benefícios pós-emprego incluem itens, como, por exemplo, os seguintes:

(a) benefícios de aposentadoria (por exemplo, pensões e pagamentos integrais por ocasião da aposentadoria); e

(b) outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência médica pós-emprego.

Os acordos pelos quais a entidade proporciona benefícios pós-emprego são denominados planos de benefícios pós-emprego. A entidade deve aplicar esta norma a todos os acordos, que envolvam, ou não, o estabelecimento de entidade separada, tais como plano de pensão, plano de aposentadoria com limite de idade ou plano de reforma, para receber as contribuições e pagar os benefícios.

27. Os planos de benefício pós-emprego classificam-se como planos de contribuição definida ou de benefício definido, dependendo da essência econômica do plano decorrente de seus principais termos e condições.

28. Nos planos de contribuição definida, a obrigação legal ou não formalizada da entidade está limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo. Assim, o valor do benefício pós-emprego recebido pelo empregado deve ser determinado pelo valor das contribuições pagas pela entidade (e, em alguns casos, também pelo empregado) para o plano de benefícios pós-emprego ou para a companhia seguradora, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes das contribuições. Em consequência, o risco atuarial (risco de que os benefícios sejam inferiores ao esperado) e o risco de investimento (risco de que os ativos investidos venham a ser insuficientes para cobrir os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

29. Exemplos de casos em que a obrigação da entidade não está limitada a quantia que ela concorda em contribuir para o fundo quando a entidade tem obrigação legal ou não formalizada por meio de:

(a) fórmula de benefício de plano que não esteja exclusivamente vinculada ao valor das contribuições e exija que a entidade forneça contribuições adicionais, se os ativos forem insuficientes para cobrir os benefícios da fórmula de benefício de plano;

(b) garantia de retorno específico sobre contribuições, seja direta ou indiretamente vinculada ao plano; ou

(c) algumas práticas informais que dão origem à obrigação não formalizada. Por exemplo, a obrigação não formalizada pode surgir quando a entidade tiver histórico de aumento de benefícios para antigos empregados para compensar a inflação, mesmo quando não houver a obrigação legal de fazê-lo.

30. Nos planos de benefício definido:

(a) a obrigação da entidade é a de fornecer os benefícios pactuados aos empregados, atuais e antigos; e

(b) risco atuarial (de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado) e risco de investimento recaem, substancialmente, sobre a entidade. Se a experiência atuarial ou de investimento for pior que a esperada, a obrigação da entidade pode ser aumentada.

31. Os itens 32 a 51 explicam a distinção entre planos de contribuição definida e de benefício definido, no contexto de planos multiempregadores, planos de benefício definido que compartilham riscos entre entidades sob controle comum, planos do regime geral de previdência social e benefícios segurados.

Planos multiempregadores

32. A entidade deve classificar o plano multiempregador como plano de contribuição definida ou plano de benefício definido, de acordo com os termos do plano (incluindo qualquer obrigação não formalizada que vá além dos termos formais).

33. Se a entidade participar de plano multiempregador de benefício definido, a menos que o item 34 seja aplicável, a entidade deve:

(a) contabilizar proporcionalmente a sua parcela da obrigação de benefício definido, dos ativos do plano e do custo associado ao plano, da mesma forma como qualquer outro plano de benefício definido; e

(b) divulgar as informações exigidas pelos itens 137 a 150 (excluindo-se o item 150(d)).

34. Quando não houver informação suficiente disponível para se adotar a contabilização de benefício definido para plano multiempregador de benefício definido, a entidade deve:

(a) contabilizar o plano de acordo com os itens 53 e 54 como se fosse plano de contribuição definida;

(b) divulgar as informações exigidas pelo item 150.

35. Um exemplo de plano multiempregador de benefício definido é aquele em que:

(a) o plano é financiado em regime de repartição simples, tal que: as contribuições são definidas em nível que se espera seja suficiente para pagar os benefícios que vençam no mesmo período; e os benefícios futuros adquiridos durante o período corrente sejam pagos com contribuições futuras; e

(b) os benefícios dos empregados são determinados pelo tempo de serviço e as entidades participantes não podem se retirar do plano sem pagar a contribuição pelos benefícios adquiridos pelos empregados até a data de sua retirada. Esse plano representa os seguintes riscos atuariais para a entidade: se o custo final dos benefícios já adquiridos até a data a que se referem as demonstrações contábeis for maior do que o esperado, a entidade tem que aumentar as suas contribuições ou convencer os empregados a aceitarem a redução nos benefícios. Portanto, tal plano é plano de benefício definido.

36. Quando houver informações suficientes disponíveis sobre o plano multiempregador de benefício definido, a entidade deve contabilizar proporcionalmente sua parcela da obrigação de benefício definido, dos ativos do plano e do custo pós-emprego associados ao plano, da mesma forma que para qualquer outro plano de benefício definido. Entretanto, a entidade pode não ser capaz de identificar sua parte na posição financeira subjacente e o desempenho do plano com confiabilidade suficiente para fins contábeis. Isso pode ocorrer, se:

(a) o plano expuser as entidades participantes a riscos atuariais associados a empregados, atuais e antigos de outras entidades, resultando na falta de base consistente e confiável para alocar a obrigação, os ativos do plano e o custo individualmente às entidades que participam do plano;

(b) a entidade não tiver acesso às informações pertinentes ao plano que satisfaçam aos requisitos desta norma.

Nesses casos, a entidade deve contabilizar o plano como se fosse plano de contribuição definida e divulgar as informações adicionais exigidas pelo item 150.

37. Pode haver acordo contratual, entre o plano multiempregador e seus participantes, que determine como o excedente do plano será distribuído aos participantes (ou o déficit custeado). A entidade participante no plano multiempregador, com acordo desse tipo e que contabilize o plano como plano de contribuição definida, de acordo com o item 34, deve reconhecer o ativo ou o passivo resultante do acordo contratual e a receita ou a despesa no resultado.

38. Planos multiempregadores são distintos dos planos administrados em grupo. O plano administrado em grupo é meramente a agregação de planos individuais combinados para permitir que os empregadores reúnam os seus ativos para fins de investimento, de maneira a reduzir os custos de gestão e de administração, mas os direitos dos diferentes empregadores são segregados para o benefício exclusivo dos seus próprios empregados. Os planos administrados em grupo não apresentam problemas contábeis específicos porque a informação está prontamente disponível, sendo tratados da mesma forma que qualquer outro plano individual e porque tais planos não expõem as entidades participantes a riscos atuariais, associados aos empregados atuais e antigos de outras entidades. As definições desta norma exigem que a entidade classifique o plano administrado em grupo como plano de contribuição definida ou como plano de benefício definido de acordo com os termos do plano (incluindo qualquer obrigação não formalizada que vá além dos termos formais).

39. Para determinar quando reconhecer e como mensurar o passivo relativo ao encerramento de plano multiempregador de benefício definido ou à saída da entidade de plano de benefício definido, a entidade deve aplicar a NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Planos de benefício definido que compartilham riscos entre as várias entidades sob controle comum

40. Planos de benefício definido que compartilham riscos entre entidades sob controle comum, por exemplo, uma controladora e suas controladas, não são planos multiempregadores.

41. A entidade que patrocinar planos desse tipo deve obter informações acerca do plano como um todo, mensurado de acordo com esta norma, utilizando premissas que se apliquem ao plano como um todo. Se houver acordo contratual ou política expressa para atribuir o custo líquido dos benefícios definidos do plano, mensurado de acordo com esta norma às entidades individuais do grupo econômico, então a entidade deve, nas suas demonstrações contábeis separadas ou individuais, reconhecer o custo líquido correspondente aos benefícios definidos para ela. Se não houver tal acordo ou política, o custo líquido do benefício definido deve ser reconhecido nas demonstrações separadas ou individuais da entidade, que é legalmente a patrocinadora do plano. As outras entidades pertencentes ao grupo devem reconhecer, em suas demonstrações contábeis separadas ou individuais, o custo igual às contribuições devidas no período.

42. Há casos no setor público em que a entidade controladora e uma ou mais entidades controladas participam de plano de benefício definido. A menos que exista acordo contratual, acordo vinculativo ou política declarada, conforme especificado no item 41, a entidade controlada deve contabilizar em regime de contribuição definida e a entidade controladora deve contabilizar em regime de benefício definido nas suas demonstrações contábeis consolidadas. A entidade controlada também divulga suas contas em regime de contribuição definida em suas demonstrações contábeis separadas. A entidade controlada que contabiliza em regime de contribuição definida também deve fornecer detalhes da entidade controladora e declarar que, nas demonstrações contábeis consolidadas da entidade controladora, a contabilização utiliza o regime de benefício definido. A entidade controladora também deve fazer as divulgações exigidas pelo item 151.

43. Participação nesse plano é a transação com partes relacionadas, individualmente para cada entidade do grupo. A entidade deve, portanto, em suas demonstrações separadas ou individuais, divulgar as informações exigidas pelo item 151.

Planos do regime geral de previdência social

44. A entidade deve contabilizar sua contribuição em plano do regime geral de previdência social da mesma maneira que contabiliza sua participação em plano multiempregador (ver itens 32 e 39).

45. Planos do regime geral de previdência social são estabelecidos pela legislação e disponíveis a todas as entidades (ou todas as entidades de uma categoria em particular, por exemplo, um setor específico) e são operados pelo governo ou por outro órgão (por exemplo, agência criada especificamente para essa finalidade). Esta norma trata apenas dos benefícios dos empregados da entidade e não aborda a contabilização de quaisquer obrigações decorrente de planos de previdência social relacionados com empregados, atuais e anteriores, de entidades que não são controladas pela entidade que reporta. Embora os governos possam estabelecer planos do regime geral de previdência social e proporcionar benefícios a empregados de entidades do setor privado e/ou profissionais independentes, as obrigações decorrentes de tais planos não são tratadas nesta norma. Alguns planos estabelecidos por entidade fornecem benefícios compulsórios, como substituto para benefícios que, de outro modo, seriam cobertos pelo plano de previdência social e benefícios voluntários adicionais. Esses planos não são planos do regime geral de previdência social.

46. Muitos planos do regime geral de previdência social são financiados em regime de repartição simples: as contribuições são fixadas no nível que se espera seja suficiente para pagar os benefícios que vençam no mesmo período; benefícios futuros obtidos durante o período corrente serão pagos com contribuições futuras. Entidades cobertas por planos do regime geral de previdência social devem contabilizar esses planos como planos de contribuição definida ou de benefício definido. O tratamento contábil depende se a entidade tem obrigação legal ou não formalizada de pagar benefícios futuros. Se a única obrigação da entidade for pagar as contribuições à medida que elas vençam, não tendo obrigação de pagar benefícios futuros, ela deve contabilizar esse plano do regime geral de previdência social como plano de contribuição definida.

47. O plano do regime geral de previdência social pode ser classificado como plano de contribuição definida por entidade controlada. No entanto, é uma hipótese refutável que o plano do regime geral de previdência social será caracterizado como plano de benefício definido pela entidade controladora. Quando essa hipótese é refutada, o plano do regime geral de previdência social deve ser contabilizado como plano de contribuição definida.

Seguro de benefícios

48. A entidade pode pagar prêmios de seguro para custear plano de benefícios pós-emprego. A entidade deve tratar o plano como plano de contribuição definida, exceto se a entidade tiver (direta ou indiretamente por meio do plano) a obrigação legal ou não formalizada de:

(a) pagar os benefícios a empregados diretamente quando se vencerem; ou

(b) pagar contribuições adicionais, se a seguradora não cobrir todos os benefícios futuros do empregado relativos aos serviços prestados nos períodos corrente e anteriores.

Se a entidade tiver a obrigação legal ou não formalizada, o plano deve ser tratado como plano de benefício definido.

49. Os benefícios segurados por apólice de seguro não precisam ter relação direta ou automática com a obrigação da entidade em relação aos benefícios a empregados. Os planos de benefícios pós-emprego que envolvam apólices de seguro estão sujeitos à mesma distinção entre contabilização e financiamento aplicável a outros planos custeados.

50. Quando a entidade custeia a obrigação de benefícios pós-emprego, ao contribuir para uma apólice de seguro pela qual a entidade (direta ou indiretamente por meio do plano, utilizando-se de mecanismo de fixação de prêmios futuros ou por meio de relacionamento entre as partes relacionadas com a seguradora) mantém a obrigação legal ou não formalizada, o pagamento dos prêmios não corresponde a um acordo de contribuição definida. Como consequência a entidade:

(a) deve contabilizar a apólice de seguro elegível como ativo do plano (ver item 8); e

(b) deve reconhecer outras apólices de seguro como direitos de reembolso (se as apólices satisfizerem aos critérios do item 118).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

51. Quando a apólice de seguro estiver no nome de participante específico do plano ou de grupo de participantes e a entidade não tiver nenhuma obrigação legal ou não formalizada de cobrir qualquer perda na apólice, a entidade não tem obrigação de pagar benefícios a empregados, e a seguradora tem a responsabilidade exclusiva de pagar esses benefícios. O pagamento de prêmios fixos, segundo tais contratos, é, na verdade, a liquidação da obrigação de benefícios a empregado e, não, investimento para cobrir a obrigação. Consequentemente, a entidade deixa de possuir um ativo ou um passivo. Portanto, a entidade trata tais pagamentos como contribuições para plano de contribuição definida.

Benefícios pós-emprego: planos de contribuição definida

52. A contabilização dos planos de contribuição definida é direta porque a obrigação da entidade que reporta, relativa a cada exercício, é determinada pelos valores a serem contribuídos no período. Consequentemente, não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial. Além disso, as obrigações são mensuradas em base não descontada, exceto quando não são completamente liquidadas em até doze meses após a data a que se referem as demonstrações contábeis em que os empregados prestam o respectivo serviço.

Reconhecimento e mensuração

53. Quando o empregado tiver prestado serviços à entidade durante o período, a entidade deve reconhecer a contribuição devida para plano de contribuição definida em troca desses serviços:

(a) como passivo, após a dedução de qualquer contribuição já paga. Se a contribuição já paga exceder a contribuição devida relativa ao serviço prestado antes do período a que se referem as demonstrações contábeis, a entidade deve reconhecer esse excesso como ativo (despesa antecipada), na medida em que as antecipações conduzirão, por exemplo, à redução nos pagamentos futuros ou no reembolso em dinheiro; e

(b) como despesa, a menos que outra norma exija ou permita a inclusão da contribuição no custo de ativo (ver, por exemplo, as NBC TSP 04 e NBC TSP 07).

54. Quando as contribuições para plano de contribuição definida não são completamente liquidadas em até doze meses após a data a que se referem as demonstrações contábeis da prestação de serviço pelo empregado, elas devem ser descontadas, utilizando-se a taxa de desconto especificada no item 85.

Divulgação

55. A entidade deve divulgar o valor reconhecido como despesa para os planos de contribuição definida.

56. Quando for exigida por NBC TSP, a entidade deve divulgar informação acerca das contribuições para planos de contribuição definida relativas ao pessoal-chave da entidade.

Benefícios pós-emprego: planos de benefício definido

57. A contabilização dos planos de benefício definido é complexa porque são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação e a despesa do plano, bem como existe a possibilidade de ganhos e perdas atuariais. Além disso, as obrigações são mensuradas ao seu valor presente, porque podem ser liquidadas muitos anos após a prestação dos serviços pelos empregados.

Reconhecimento e mensuração

58. Plano de benefício definido pode não ter fundo constituído ou pode ser total ou parcialmente coberto pelas contribuições da entidade e, algumas vezes, dos seus empregados, para entidade ou fundo legalmente separado da entidade que reporta, e a partir do qual são pagos os benefícios a empregados. O pagamento dos benefícios depende não somente da situação financeira e do desempenho dos investimentos do fundo, mas também da capacidade e da propensão da entidade de suprir qualquer insuficiência nos ativos do fundo. Portanto, a entidade assume, na essência, os riscos atuariais e de investimento associados ao plano. Consequentemente, a despesa reconhecida de plano de benefício definido não é necessariamente o valor da contribuição devida relativa ao período.

59. A contabilização de planos de benefício definido pela entidade envolve os seguintes passos:

(a) determinar o déficit ou o superávit. Isso envolve:

(i) utilizar uma técnica atuarial, o método de crédito unitário projetado, para estimar de maneira confiável o custo final para a entidade do benefício obtido pelos empregados em troca dos serviços prestados nos períodos corrente e anteriores (ver itens 69 a 71). Isso exige que a entidade determine quanto do benefício deve ser atribuível aos períodos corrente e anteriores (ver itens 72 a 76) e que faça estimativas (premissas atuariais) acerca de variáveis demográficas (tais como rotatividade e mortalidade de empregados) e variáveis financeiras (tais como futuros aumentos nos salários e nos custos médicos), que afetarão o custo do benefício (ver itens 77 a 100);

(ii) descontar esse benefício para determinar o valor presente da obrigação de benefício definido e o custo do serviço corrente (ver itens 69 a 71 e 85 a 88);

(iii) deduzir o valor justo de quaisquer ativos do plano (ver itens 115 a 117) do valor presente da obrigação de benefício definido;

(b) determinar o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido como o valor do déficit ou do superávit determinado na alínea (a), ajustado por qualquer efeito de limitação de ativo líquido de benefício definido ao teto de ativo (ver item 66);

(c) determinar os valores a serem reconhecidos no resultado:

(i) custo do serviço corrente (ver itens 72 a 76);

(ii) qualquer custo do serviço passado e ganho ou perda na liquidação (ver itens 101 a 114);

(iii) juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido (ver itens 125 a 128);

(d) determinar as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido, a serem reconhecidas no patrimônio líquido, compreendendo:

(i) ganhos e perdas atuariais (ver itens 130 e 131);

(ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores que constam nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido (ver item 132); e

(iii) qualquer mudança no efeito do teto de ativo (ver item 66), excluindo os valores que constam nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

Quando a entidade possuir mais de um plano de benefício definido, deve aplicar esses procedimentos separadamente para cada plano relevante.

60. A entidade deve determinar o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido com suficiente regularidade, de modo que os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis não divirjam, significativamente, dos valores que seriam determinados na data a que se referem as demonstrações contábeis.

61. Esta norma incentiva, mas não requer, que a entidade envolva atuário habilitado na mensuração de todas as obrigações relevantes de benefícios pós-emprego. Por razões práticas, a entidade pode solicitar a atuário habilitado que realize a avaliação detalhada da obrigação antes da data a que se referem as demonstrações contábeis. Contudo, os resultados dessa avaliação devem ser atualizados com base em transações relevantes e em outras mudanças significativas nas circunstâncias (incluindo alterações nos valores de mercado e nas taxas de juros) até o final do período contábil a que se referem as demonstrações contábeis.

62. Em alguns casos, estimativas, médias e simplificações de cálculo podem proporcionar uma aproximação confiável dos cálculos detalhados e ilustrados nesta norma.

Contabilização da obrigação não formalizada

63. A entidade deve contabilizar não somente a sua obrigação legal segundo os termos formais de plano de benefício definido, mas também qualquer obrigação não formalizada que surja a partir das práticas informais da entidade. As práticas informais dão origem à obrigação não formalizada quando a entidade não tiver alternativa realista a não ser pagar os benefícios a empregados. Um exemplo de obrigação não formalizada ocorre quando uma alteração nas práticas informais da entidade possa causar dano inaceitável no seu relacionamento com os empregados.

64. Os termos formais de plano de benefício definido podem permitir que a entidade encerre sua obrigação com o plano. Contudo, é usualmente difícil para a entidade encerrar sua obrigação com o plano (sem pagamento), se os empregados tiverem de ser mantidos. Portanto, na ausência de evidência em sentido contrário, a contabilização de benefícios pós-emprego pressupõe que a entidade que prometa esses benefícios deve continuar a fazê-lo durante o tempo de trabalho remanescente dos empregados.

Balanço patrimonial

65. A entidade deve reconhecer o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no balanço patrimonial.

66. Quando a entidade obtiver superávit no plano de benefício definido, ela deve mensurar o valor líquido de ativo de benefício definido como sendo o menor entre:

(a) o superávit no plano de benefício definido; e

(b) o teto de ativo, determinado pela aplicação da taxa de desconto especificada no item 85.

67. O valor líquido de ativo de benefício definido pode surgir quando o plano de benefício definido tiver recebido excesso de contribuições ou quando ocorrerem ganhos atuariais. A entidade deve reconhecer o valor líquido de ativo de benefício definido nesses casos porque:

(a) a entidade controla o recurso, que é a capacidade de utilizar o superávit para gerar benefícios futuros;

(b) esse controle é resultado de eventos passados (contribuições pagas pela entidade e serviços prestados pelo empregado); e

(c) benefícios econômicos futuros estão disponíveis para a entidade na forma de redução nas contribuições futuras ou de restituição em dinheiro, seja diretamente à entidade ou indiretamente para outro plano deficitário. O teto de ativo é o valor presente desses benefícios futuros.

Reconhecimento e mensuração: valor presente de obrigação por benefício definido e custo do serviço corrente

68. O custo final de plano de benefício definido pode ser influenciado por muitas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. O custo final do plano é incerto e é provável que essa incerteza venha a permanecer por longo período de tempo. Com o objetivo de mensurar o valor presente das obrigações de benefício pós-emprego e o respectivo custo do serviço corrente, é necessário:

(a) aplicar método de avaliação atuarial (ver itens 69 a 71);

(b) atribuir benefício aos períodos de serviço (ver itens 72 a 76); e

(c) adotar premissas atuariais (ver itens 77 a 100).

Método de avaliação atuarial

69. A entidade deve utilizar o método de crédito unitário projetado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado.

70. O método de crédito unitário projetado (às vezes conhecido como método de benefícios acumulados com pro rata de serviço ou como método benefício/anos de serviço) considera cada período de serviço como dando origem a uma unidade adicional de direito ao benefício (ver itens 72 a 76) e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final (ver itens 77 a 100).

71. A entidade deve descontar a valor presente o total da obrigação de benefícios pós-emprego, mesmo se parte da obrigação seja liquidada em até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Atribuição de benefício a períodos de serviço

72. Para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo dos serviços passados, a entidade deve atribuir o benefício aos períodos de serviços de acordo com a fórmula de benefício do plano. Entretanto, se o serviço do empregado em anos posteriores conduzir a um nível significativamente superior de benefício do que em anos anteriores, a entidade deve atribuir o benefício de forma linear desde:

(a) a data em que o serviço prestado pelo empregado conduz aos primeiros benefícios do plano (independentemente de os benefícios estarem, ou não, condicionados a serviço posterior) até

(b) a data em que a prestação de serviço adicional por parte do empregado não conduza a qualquer valor significativo de outros benefícios do plano, com exceção de outros aumentos salariais.

73. O método de crédito unitário projetado exige que a entidade atribua benefícios ao período corrente (para determinar o custo do serviço corrente) e aos períodos corrente e anteriores (para determinar o valor presente das obrigações de benefícios definidos). A entidade deve atribuir benefícios a períodos em que surge a obrigação de proporcionar os benefícios pós-emprego. Essa obrigação surge quando os empregados prestam serviços em troca de benefícios pós-emprego, que a entidade espera pagar em períodos futuros a que se referem as demonstrações contábeis. As técnicas atuariais permitem que a entidade mensure essa obrigação com suficiente confiabilidade para justificar o reconhecimento do passivo.

74. Os serviços prestados pelos empregados dão origem à obrigação coberta por plano de benefício definido, mesmo que os benefícios estejam condicionados ao emprego futuro (em outras palavras, eles não estão adquiridos). Os serviços prestados por empregado, antes da data de aquisição, dão origem à obrigação não formalizada, porque, ao final de cada período a que se referem as demonstrações contábeis, o valor de serviço futuro, que o empregado terá de prestar antes de ter direito ao benefício, é reduzido. Ao mensurar sua obrigação de benefício definido, a entidade deve considerar a probabilidade de que alguns empregados possam não satisfazer a quaisquer requisitos de aquisição. De maneira similar, embora alguns benefícios pós-emprego, por exemplo, os benefícios médicos pós-emprego, se tornem pagáveis apenas se ocorrer evento especificado quando o empregado deixou de ser empregado, a obrigação é criada quando o empregado presta serviço que dará direito ao benefício se o evento especificado ocorrer. A probabilidade de ocorrência do evento especificado afeta a mensuração da obrigação, mas não determina se a obrigação existe.

75. A obrigação aumenta até a data em que a prestação de serviços por parte do empregado não mais conduzirá a valor significativo de outros benefícios. Portanto, todo o benefício é atribuído a períodos que terminam nessa data ou antes dela. O benefício é atribuído a períodos contábeis individuais, de acordo com a fórmula de benefício do plano. Entretanto, se o serviço do empregado, em anos posteriores, conduzir a um nível significativamente mais elevado de benefício do que em anos anteriores, a entidade deve atribuir o benefício em base linear até a data em que o serviço adicional pelo empregado conduzirá a nenhum valor significativo de benefícios adicionais. Isso decorre porque o serviço do empregado, ao longo de todo o período, acabará por levar o benefício em nível mais elevado.

76. Quando o valor da prestação for uma proporção constante do salário final por cada ano de serviço, os futuros aumentos salariais afetarão o valor exigido para liquidar a obrigação de serviço antes da data a que se referem as demonstrações contábeis, mas não criarão obrigação adicional. Assim sendo:

(a) para efeitos do disposto no item 72(b), os aumentos salariais não conduzem a outros benefícios, mesmo que o valor dos benefícios dependa do último salário; e

(b) o valor do benefício atribuído a cada período é uma proporção constante do salário a que o benefício está atrelado.

Premissas atuariais

77. As premissas atuariais não devem ser enviesadas e mutuamente compatíveis.

78. As premissas atuariais são as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego. As premissas atuariais compreendem:

(a) premissas demográficas acerca das características futuras dos empregados atuais e antigos (e seus dependentes) que sejam elegíveis aos benefícios. Premissas demográficas tratam de tópicos, tais como:

(i) mortalidade (ver itens 83 e 84);

(ii) taxas de rotatividade, invalidez e aposentadoria antecipada dos empregados;

(iii) proporção de participantes do plano com dependentes que serão elegíveis aos benefícios;

(iv) proporção de participantes do plano que escolherá cada opção de forma de pagamento disponível conforme os termos do plano; e

(v) taxas de sinistralidade dos planos médicos;

(b) premissas financeiras que abordam tópicos como:

(i) taxa de desconto (ver itens 85 a 88);

(ii) níveis de benefícios, excluindo qualquer custo dos benefícios que deva correr por conta de empregados, e salário futuro (ver itens 89 a 97);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(iii) no caso de benefícios médicos, custos médicos futuros, incluindo custos de administração de sinistros (ou seja, custos que serão incorridos no processamento e solução de sinistros, incluindo honorários legais e taxas de reguladores) (ver itens 98 a 100); e

(iv) impostos devidos pelo plano sobre contribuições relativas a serviços anteriores à data a que se referem as demonstrações contábeis, ou sobre benefícios decorrentes desses serviços.

79. As premissas atuariais não são enviesadas se elas não forem imprudentes nem excessivamente conservadoras.

80. As premissas atuariais são mutuamente compatíveis se refletirem as relações econômicas entre fatores, tais como inflação, taxas de crescimento salarial e taxa de desconto. Por exemplo, todas as premissas que dependem de determinado nível de inflação (tais como premissas sobre taxas de juros, aumentos de salários e de benefícios) para qualquer período futuro devem pressupor o mesmo nível de inflação.

81. A entidade deve determinar a taxa de desconto e outras premissas financeiras em termos nominais (taxa de inflação inclusa), exceto se as estimativas em termos reais (líquidas da taxa de inflação) forem mais confiáveis, por exemplo, em economia hiperinflacionária ou quando o benefício for indexado e existir mercado estruturado de títulos de dívida indexados na mesma moeda e prazo.

82. As premissas financeiras devem basear-se em expectativas de mercado na data a que se referem as demonstrações contábeis, relativamente ao período ao longo do qual devem ser liquidadas as obrigações.

Premissas atuariais: mortalidade

83. A entidade deve determinar suas premissas de mortalidade, tendo por referência a sua melhor estimativa de mortalidade dos participantes do plano durante e após o emprego.

84. A fim de estimar o custo final do benefício, a entidade deve considerar as mudanças esperadas na taxa de mortalidade, por exemplo, ajustando as tábuas-padrão de mortalidade com estimativas de melhorias na mortalidade.

Premissas atuariais: taxa de desconto

85. A taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego (tanto as custeadas como as não custeadas) deve refletir o valor do dinheiro no tempo. A moeda e o prazo do instrumento financeiro devem ser consistentes com a moeda e o prazo estimado das obrigações de benefício pós-emprego.

86. A premissa atuarial que tem efeito significativo é a taxa de desconto. A taxa de desconto deve refletir o valor do dinheiro no tempo, mas, não, o risco atuarial ou de investimento. Além disso, a taxa de desconto não deve refletir o risco de crédito específico da entidade suportado pelos seus credores, nem refletir o risco de a experiência futura poder diferir das premissas atuariais.

87. A taxa de desconto deve refletir os prazos estimados dos pagamentos de benefícios. Na prática, a entidade frequentemente consegue isso, aplicando uma única taxa de desconto média ponderada que reflita os prazos estimados e o valor dos pagamentos de benefícios e a moeda em que os benefícios vão ser pagos.

88. A entidade decide se a taxa de desconto que reflete o valor do dinheiro no tempo é a melhor aproximação, na data a que se referem as demonstrações contábeis, tendo por referência os rendimentos de mercado de títulos da dívida pública, de títulos da dívida privada com elevados ratings ou de outro instrumento financeiro. Geralmente, os rendimentos de mercado dos títulos da dívida pública fornecem a melhor aproximação do valor do dinheiro no tempo. Entretanto, pode haver situações em que esse não é o caso, por exemplo, quando não há mercado ativo de títulos da dívida pública ou em que os rendimentos do mercado de tais títulos não refletem o valor do dinheiro no tempo. Nesses casos, a entidade que relata deve determinar a taxa por outro método, por exemplo, por referência às rentabilidades de mercado de títulos da dívida privada com elevados ratings. Também pode haver circunstâncias em que não exista mercado ativo de títulos da dívida pública ou de títulos da dívida privada com elevados ratings com maturidade suficiente para corresponder ao prazo estimado de todos os pagamentos de benefícios. Nessas circunstâncias, a entidade deve utilizar as taxas correntes de mercado, com a maturidade apropriada para descontar pagamentos de maturidades mais curtas, e deve estimar a taxa de desconto para vencimentos mais longos, extrapolando as taxas correntes de mercado ao longo da curva de rendimento. É improvável que o valor presente total de obrigação de benefício definido seja particularmente sensível à taxa de desconto aplicada à parcela dos benefícios devidos após o vencimento final do instrumento financeiro disponível, como títulos da dívida pública e títulos da dívida privada.

Premissas atuariais: salários, benefícios e custos médicos

89. A entidade deve mensurar suas obrigações de benefício definido em base que reflita:

(a) os benefícios estabelecidos nos termos do plano (ou resultantes de qualquer obrigação não formalizada que vá além desses termos), na data a que se referem as demonstrações contábeis;

(b) quaisquer aumentos salariais estimados futuros que afetem os benefícios devidos;

(c) o efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros;

(d) as contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade; e

(e) as mudanças futuras estimadas no nível de benefícios do regime geral de previdência social que afetem os benefícios devidos, segundo o plano de benefício definido, se e somente se:

(i) essas mudanças tiverem sido decretadas antes da data a que se referem as demonstrações contábeis; ou

(ii) dados históricos ou outras evidências confiáveis indicarem que esses benefícios do regime geral de previdência social mudarão de alguma forma previsível, por exemplo, de acordo com mudanças futuras nos níveis gerais de preço ou nos níveis gerais de salário.

90. As premissas atuariais devem refletir alterações em benefícios futuros que estejam estabelecidos nos termos formais de plano (ou obrigação não formalizada que vá além desses termos) na data a que se referem as demonstrações contábeis. Esse é o caso quando, por exemplo:

(a) a entidade tem histórico de benefícios crescentes, por exemplo, para mitigar os efeitos da inflação e não exista indício de que essa prática se alterará no futuro;

(b) a entidade está obrigada, seja pelos termos formais de plano (ou obrigação não formalizada que vá além desses termos) ou pela legislação, a utilizar quaisquer excedentes desse plano para benefício dos participantes do plano (ver item 110(c)); ou

(c) os benefícios variam em resposta à meta de desempenho ou a outros critérios. Por exemplo, os termos do plano podem dispor que haverá redução do valor dos benefícios ou exigirá contribuições adicionais dos empregados, se os ativos do plano forem insuficientes. A mensuração da obrigação deve refletir a melhor estimativa do efeito da meta de desempenho ou outros critérios.

91. As premissas atuariais não devem refletir alterações nos benefícios futuros que não estejam estabelecidas nos termos formais do plano (ou de obrigação não formalizada), na data a que se referem as demonstrações contábeis. Tais alterações resultarão em:

(a) custo do serviço passado, na medida em que alterem benefícios relativos ao serviço prestado antes da alteração; e

(b) custo do serviço corrente relativo a períodos posteriores à alteração, na medida em que eles modifiquem os benefícios relativos a serviços posteriores à alteração.

92. As estimativas de futuros aumentos salariais devem levar em consideração a inflação, a experiência, as promoções e outros fatores relevantes, tais como oferta e demanda no mercado de trabalho.

93. Alguns planos de benefício definido limitam as contribuições que a entidade está obrigada a pagar. O custo final dos benefícios deve considerar o efeito do limite sobre as contribuições. O efeito do limite sobre contribuições deve ser determinado pelo que for mais curto entre:

(a) a vida estimada da entidade; e

(b) a vida estimada do plano.

94. Alguns planos de benefício definido exigem que os empregados ou terceiros contribuam para o custo do plano. As contribuições dos empregados reduzem o custo dos benefícios para a entidade. A entidade deve considerar se as contribuições de terceiros reduzem o custo dos benefícios para a entidade ou constituem direito a reembolso, conforme descrito no item 118. Contribuições de empregados ou de terceiros são estabelecidas nos termos formais do plano (ou resultam de obrigação não formalizada que vá além desses termos) ou são discricionárias. Contribuições discricionárias de empregados ou de terceiros reduzem o custo do serviço por ocasião do pagamento dessas contribuições ao plano.

95. Contribuições de empregados ou de terceiros estabelecidas nos termos formais do plano reduzem o custo do serviço (se estiverem atreladas ao serviço) ou afetam as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido (se não estiverem atreladas ao serviço). Um exemplo de contribuições que não estão atreladas ao serviço ocorre quando as contribuições forem exigidas para reduzir o déficit decorrente de perdas sobre os ativos do plano ou de perdas atuariais. Se as contribuições de empregados ou de terceiros são atreladas ao serviço, essas reduzem o custo do serviço da seguinte forma:

(a) se o valor das contribuições depende do número de anos de serviço, a entidade deve atribuir as contribuições para períodos de serviço, utilizando o mesmo método de atribuição exigido pelo item 72 para o benefício bruto (isto é, utilizando a fórmula de contribuição do plano ou a forma linear); ou

(b) se o valor das contribuições independe do número de anos de serviço, a entidade está autorizada a reconhecer tais contribuições como redução do custo do serviço no período em que o serviço relacionado seja prestado. Exemplos de contribuições que são independentes do número de anos de serviço incluem aqueles que são uma percentagem fixa do salário do empregado, um valor fixo durante todo o período de serviço ou dependem da idade do empregado.

96. Para contribuições dos empregados ou de terceiros que são atribuídas aos períodos de serviço, de acordo com o item 95(a), as mudanças nas contribuições resultam em:

(a) custo do serviço corrente e passado (se essas mudanças não forem estabelecidas nos termos formais do plano e não resultarem de obrigação não formalizada); ou

(b) ganhos e perdas atuariais (se essas mudanças forem estabelecidas nos termos formais do plano ou resultarem de obrigação não formalizada).

97. Alguns benefícios pós-emprego estão atrelados a variáveis, como o nível de benefícios do regime geral de previdência social ou assistência médica governamental. A mensuração de tais benefícios deve refletir a melhor estimativa dessas variáveis, baseadas no dado histórico e em outra evidência confiável.

98. As premissas acerca de custos médicos devem levar em consideração as estimativas de alterações futuras no custo dos serviços médicos que resultem não só da inflação como de alterações específicas nos custos médicos.

99. A mensuração de benefícios de assistência médica pós-emprego requer a utilização de premissas acerca do nível e da frequência de sinistros futuros e do custo para a cobertura desses sinistros. A entidade deve estimar os custos médicos futuros com base em dados históricos sobre a experiência da própria entidade, adicionado sempre que necessário por dados históricos de outras entidades, de companhias de seguro, de fornecedores de serviços médicos ou de outras fontes. As estimativas dos custos médicos futuros devem considerar o efeito dos avanços tecnológicos, a mudança no uso de assistência médica ou de modelos de prestação dessa assistência e as alterações nas condições de saúde dos participantes do plano.

100. O nível e a frequência dos sinistros são particularmente sensíveis à idade, às condições de saúde e ao sexo dos empregados (e dos seus dependentes) e podem ser sensíveis a outros fatores, tais como localização geográfica. Portanto, os dados históricos devem ser ajustados na medida em que o conjunto demográfico da população diferir daquele utilizado como base de dados. Esses dados devem ser também ajustados sempre que haja evidência confiável de que as tendências históricas se modificarão.

Custo do serviço passado e ganhos e perdas na liquidação

101. Antes de determinar o custo do serviço passado ou o ganho ou a perda na liquidação, a entidade deve remensurar o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido usando o valor justo dos ativos do plano e as premissas atuariais correntes (incluindo taxas de juros de mercado e outros preços de mercado correntes) que reflitam os benefícios oferecidos em conformidade com o plano antes de alteração, encurtamento ou liquidação do plano.

102. A entidade não precisa distinguir entre custo do serviço passado resultante de alteração, custo do serviço passado resultante de encurtamento e ganho ou perda na liquidação do plano, se essas transações ocorrerem ao mesmo tempo. Em alguns casos, a alteração no plano ocorre antes da liquidação, como, por exemplo, quando a entidade altera os benefícios decorrentes do plano e liquida posteriormente os benefícios alterados. Nesses casos, a entidade deve reconhecer o custo do serviço passado antes de qualquer ganho ou perda na liquidação.

103. A liquidação ocorre ao mesmo tempo em que uma alteração e um encurtamento no plano, se o plano for encerrado com o efeito de que a obrigação seja liquidada e o plano deixe de existir. Entretanto, o encerramento do plano não é liquidação se o plano for substituído por novo plano que ofereça benefícios que sejam, na essência, os mesmos.

Custo do serviço passado

104. Custo do serviço passado é a mudança no valor presente da obrigação de benefício definido, resultante de alteração ou encurtamento do plano.

105. A entidade deve reconhecer o custo do serviço passado como despesa na data em que ocorrer primeiro entre as seguintes opções:

(a) quando ocorrer a alteração ou o encurtamento do plano; e

(b) quando a entidade reconhecer os custos de reestruturação correspondentes (ver NBC TSP 03) ou os benefícios rescisórios (ver item 168).

106. A alteração no plano ocorre quando a entidade introduz ou cancela plano de benefício definido ou altera os benefícios devidos em virtude de plano de benefício definido existente.

107. O encurtamento ocorre quando a entidade reduz, significativamente, o número de empregados cobertos pelo plano. O encurtamento pode resultar de evento isolado, tal como o fechamento de fábrica de uma empresa estatal dependente, a descontinuação de operação ou o encerramento ou a suspensão do plano.

108. O custo do serviço passado pode ser tanto positivo (quando benefícios são introduzidos ou modificados de tal modo que o valor presente da obrigação de benefício definido aumenta) quanto negativo (quando benefícios são cancelados ou modificados, de tal modo que o valor presente da obrigação de benefício definido diminui).

109. Quando a entidade reduz determinados benefícios a pagar, conforme plano de benefício definido existente e, ao mesmo tempo, aumenta outros benefícios a pagar, segundo o plano para os mesmos empregados, a entidade deve tratar a alteração como alteração líquida.

110. O custo do serviço passado exclui:

(a) o efeito das diferenças entre os aumentos reais de salário e os previamente presumidos sobre a obrigação de pagar benefícios referentes a serviços prestados em anos anteriores (não há custo do serviço passado, porque as premissas atuariais contemplam projeções salariais);

(b) estimativas, a maior ou a menor, na concessão de aumentos discricionários de benefícios, quando a entidade tiver obrigação não formalizada de conceder tais aumentos (não há custo do serviço passado, pois as premissas atuariais admitem esses aumentos);

(c) estimativas de melhorias de benefícios resultantes de ganhos atuariais ou do retorno sobre os ativos do plano que tiverem sido reconhecidos nas demonstrações contábeis, se a entidade for obrigada, seja pelos termos formais do plano (ou de obrigação não formalizada que vá além desses termos) ou pela legislação, a utilizar qualquer excedente do plano em benefício dos participantes do plano, mesmo se o aumento de benefício ainda não tiver sido formalmente concedido (não há custo do serviço passado, pois o aumento resultante da obrigação é uma perda atuarial; ver item 90); e

(d) o aumento de benefícios com direito adquirido (ou seja, benefícios que não dependem de emprego futuro - ver item 74) quando, na ausência de benefícios novos ou melhorados, os

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

empregados atenderem aos requisitos de aquisição de direito (não há custo do serviço passado, pois a entidade reconheceu o custo estimado de benefícios como custo do serviço corrente, à medida que o serviço foi prestado).

Ganhos e perdas na liquidação

111. O ganho ou a perda na liquidação é a diferença entre:

(a) o valor presente da obrigação de benefício definido que estiver sendo liquidada, conforme determinado na data de liquidação; e

(b) o preço de liquidação, incluindo quaisquer ativos do plano transferidos e quaisquer pagamentos feitos diretamente pela entidade referente à liquidação.

112. A entidade deve reconhecer o ganho ou a perda na liquidação de plano de benefício definido quando ocorrer a liquidação.

113. A liquidação ocorre quando a entidade celebra a transação que elimina todas as obrigações, legais ou não formalizadas, restantes em relação à totalidade ou parte dos benefícios oferecidos pelo plano de benefício definido (exceto o pagamento de benefícios a empregados, ou em seu nome, de acordo com os termos do plano e considerado nas premissas atuariais). Por exemplo, uma transferência não recorrente de obrigações significativas do empregador em virtude do plano à companhia seguradora por meio da aquisição de apólice de seguros é uma liquidação; um pagamento em dinheiro em parcela única, de acordo com os termos do plano, a participantes do plano em troca de seu direito ao recebimento de benefícios pós-emprego específicos não é uma liquidação.

114. Em alguns casos, a entidade adquire uma apólice de seguro para custear parte ou a totalidade dos benefícios a empregados, referentes ao serviço prestado nos períodos corrente e anteriores. A aquisição de apólice desse tipo não é uma liquidação se a entidade mantiver a obrigação legal ou não formalizada (ver item 48) de pagar valores adicionais, se a seguradora não pagar os benefícios aos empregados, estabelecidos na apólice de seguro. Os itens 118 a 121 estabelecem o reconhecimento e a mensuração dos direitos a reembolsos previstos em apólices de seguro que não são ativos do plano.

Reconhecimento e mensuração: ativos do plano

Valor justo dos ativos do plano

115. O valor justo de quaisquer ativos do plano deve ser deduzido do valor presente da obrigação de benefício definido na determinação do déficit ou do superávit.

116. Os ativos do plano excluem contribuições não pagas, devidas pela entidade ao fundo de pensão, assim como quaisquer instrumentos financeiros não transferíveis, emitidos pela entidade e detidos pelo fundo. Os ativos do plano são reduzidos por quaisquer passivos do fundo que não estão relacionados com benefícios a empregados, por exemplo, contas a pagar e outros exigíveis e passivos resultantes dos instrumentos financeiros derivativos.

117. Quando os ativos do plano incluem apólices de seguro elegíveis, que correspondem exatamente ao valor e ao prazo de partes ou da totalidade dos benefícios devidos do plano, o valor justo dessas apólices de seguro deve ser considerado como o valor presente das respectivas obrigações (sujeito a qualquer redução necessária se os valores a receber, segundo as apólices de seguro, não forem integralmente recuperáveis).

Reembolsos

118. Quando, e somente quando, for praticamente certo que a outra parte reembolsará total ou parcialmente os gastos necessários para liquidar obrigação de benefício definido, a entidade deve:

(a) reconhecer seu direito ao reembolso como ativo separado. A entidade deve mensurar o ativo pelo valor justo;

(b) separar e reconhecer as variações no valor justo de seu direito ao reembolso da mesma forma que para mudanças no valor justo de ativos do plano (ver itens 126 e 128). Os componentes de custo de benefício definido reconhecidos de acordo com o item 122 podem ser reconhecidos pelo valor líquido dos valores relativos a variações no valor contábil do direito ao reembolso.

119. Algumas vezes, a entidade está em condições de procurar outra parte, tal como seguradora, para pagar parte ou a totalidade dos gastos necessários para liquidar a obrigação de benefício definido. Apólices de seguro elegíveis, como definidas no item 8, são ativos do plano. A entidade deve contabilizar apólices de seguro elegíveis da mesma maneira que os outros ativos do plano e o item 118 não é relevante para esses casos (ver itens 48 a 51 e 117).

120. Quando a apólice de seguro mantida pela entidade não é apólice de seguro elegível, essa apólice de seguro não é um ativo do plano. O item 118 é relevante para tais casos: a entidade deve reconhecer seu direito ao reembolso, de acordo com a apólice de seguro, como ativo separado e, não, como dedução, ao determinar o déficit ou o superávit do benefício definido. O item 142(b) exige que a entidade divulgue breve descrição da ligação entre o direito a reembolso e a respectiva obrigação.

121. Se o direito ao reembolso decorrer de apólice de seguro que corresponde exatamente ao valor e ao prazo de parte ou da totalidade dos benefícios devidos, conforme o plano de benefício definido, o valor justo do direito de reembolso é considerado como sendo o valor presente da respectiva obrigação (condicionado a qualquer redução necessária se o reembolso não for integralmente recuperável).

Componentes de custo de benefício definido

122. A entidade deve reconhecer os componentes de custo de benefício definido, exceto na medida em que outra NBC TSP exigir ou permitir sua inclusão no custo de ativo, da seguinte maneira:

(a) custo do serviço (ver itens 68 a 114) no resultado;

(b) juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido (ver itens 125 a 128) no resultado; e

(c) remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido (ver itens 129 a 132) no patrimônio líquido.

123. Outras NBCs TSP exigem a inclusão de alguns custos de benefício a empregados como custo de ativos, tais como estoques e imobilizado (ver NBC TSP 04 e NBC TSP 07). Quaisquer custos de benefícios pós-emprego incluídos no custo desses ativos devem considerar a proporção apropriada dos componentes listados no item 122.

124. Remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido reconhecidas no patrimônio líquido não devem ser reclassificadas para o resultado no período subsequente. Contudo, a entidade pode transferir esses valores reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido

125. Os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido devem ser determinados multiplicando-se o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto especificada no item 85, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

126. Os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido podem ser vistos como compreendendo receita de juros sobre ativos do plano, custo de juros sobre a obrigação de benefício definido e juros sobre o efeito do teto de ativo mencionado no item 66.

127. A receita de juros sobre ativos do plano é o componente de retorno sobre os ativos do plano e deve ser determinada multiplicando-se o valor justo dos ativos do plano pela taxa de desconto especificada no item 85, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças nos ativos do plano durante o período em razão de contribuições e pagamentos de benefícios. A diferença entre a receita de juros sobre ativos do plano e o retorno sobre ativos do plano deve ser incluída na remensuração do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

128. Os juros sobre o efeito do teto de ativo são parte da mudança total no efeito do teto de ativo e são determinados multiplicando-se o efeito do teto de ativo pela taxa de desconto especificada no item 85, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações contábeis. A diferença entre esse valor e a mudança total no efeito do teto de ativo deve ser incluída na remensuração do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

Remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido

129. Remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido compreendem:

(a) ganhos e perdas atuariais (ver item 130 e 131);

(b) retorno sobre os ativos do plano (ver item 132), excluindo valores que constam nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido (ver item 127); e

(c) qualquer mudança no efeito do teto de ativo, excluindo valores que constam nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido (ver item 128).

130. Ganhos e perdas atuariais resultam de aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e os ajustes pela experiência. As causas de ganhos e de perdas atuariais incluem, por exemplo:

(a) aumentos e reduções inesperadas nas taxas de mortalidade e rotatividade de empregados, antecipação de aposentadoria ou aumento nos salários, benefícios (se os termos formais ou construtivos do plano estabelecerem aumentos de benefícios inflacionários) ou custos médicos;

(b) o efeito de mudanças nas premissas em relação às opções de pagamento de benefícios;

(c) o efeito de mudanças nas estimativas de rotatividade futura de empregados, aposentadoria antecipada ou mortalidade, ou de aumentos nos salários, benefícios (se os termos formais ou construtivos do plano estabelecerem aumentos de benefícios inflacionários) ou custos médicos; e

(d) o efeito de mudanças na taxa de desconto.

131. Os ganhos e as perdas atuariais não devem incluir as alterações no valor presente da obrigação de benefício definido ocorrido em razão da introdução, alteração, encurtamento ou liquidação do plano de benefício definido ou alterações nos benefícios devidos, de acordo com o plano de benefício definido. Referidas alterações resultam em custo do serviço passado ou em ganhos ou perdas na liquidação.

132. Na determinação do retorno sobre os ativos do plano, a entidade deve deduzir os custos de gestão dos ativos do plano e quaisquer impostos devidos pelo próprio plano, exceto impostos incluídos nas premissas atuariais utilizadas para mensurar a obrigação de benefício definido (item 78). Outros custos de administração não devem ser deduzidos do retorno sobre os ativos do plano.

Apresentação

Compensação

133. A entidade pode compensar um ativo referente a um plano com um passivo referente a outro plano quando, e somente quando, a entidade:

(a) tem o direito legal para utilizar o excedente do plano para liquidar obrigações de outro plano; e

(b) tem a intenção de liquidar as obrigações em base líquida ou pretende liquidar, simultaneamente, o excedente do plano contra a obrigação de outro plano.

134. (Não convergido).

Distinção entre circulante e não circulante

135. As entidades normalmente distinguem ativos e passivos circulantes de ativos e passivos não circulantes. Esta norma não especifica se a entidade deve distinguir a parcela circulante e não circulante de ativos e passivos provenientes de benefícios pós-emprego.

Componente financeiro de custo de benefício definido

136. O item 122 exige que a entidade reconheça o custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no resultado. Esta norma não especifica como a entidade deve apresentar o custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido. A entidade deve apresentar esses componentes de acordo com o estabelecido na NBC TSP 11.

Divulgação

137. A entidade deve divulgar informações que:

(a) expliquem as características de seus planos de benefício definido e os riscos a eles associados (ver item 141);

(b) identifiquem e expliquem os valores em suas demonstrações contábeis decorrentes de seus planos de benefício definido (ver itens 142 a 146); e

(c) descrevam como seus planos de benefício definido podem afetar o valor, o prazo e a incerteza dos fluxos de caixa futuros da entidade (ver itens 147 a 149).

138. Para atingir os propósitos do item 137, a entidade deve considerar todos os seguintes itens:

(a) o nível de detalhamento necessário para atender aos requisitos de divulgação;

(b) o quanto de ênfase se deve dar a cada um dos diversos requisitos;

(c) o quanto de agregação ou desagregação se deve efetuar; e

(d) se os usuários das demonstrações contábeis necessitam de informações adicionais para avaliar as informações quantitativas divulgadas.

139. Se as divulgações efetuadas de acordo com os requisitos desta norma e de outras NBCs TSP forem insuficientes para atingir os objetivos do item 137, a entidade deve divulgar informações adicionais necessárias para alcançar esses objetivos. Por exemplo, a entidade pode apresentar a análise do valor presente da obrigação de benefício definido que distinga a natureza, as características e os riscos da referida obrigação. Essa divulgação pode fazer distinção:

(a) entre valores devidos a participantes ativos, inativos e pensionistas;

(b) entre benefícios com direito adquirido e benefícios acumulados, mas sem direito adquirido;

(c) entre benefícios condicionais, valores atribuíveis a futuros aumentos salariais e outros benefícios.

140. A entidade deve avaliar se a totalidade ou parte das divulgações deve ser desagregada para distinguir planos ou grupos de planos com riscos significativamente diferentes. Por exemplo, a entidade pode efetuar divulgações desagregadas sobre planos, mostrando uma ou mais das seguintes características:

(a) diferentes localizações geográficas;

(b) diferentes características, tais como planos de previdência de salário fixo, planos de previdência de salário final ou planos de assistência médica pós-emprego;

(c) diferentes ambientes regulatórios;

(d) diferentes segmentos;

(e) diferentes modalidades de financiamento (por exemplo, totalmente não custeado, total ou parcialmente custeado).

Características dos planos de benefício definido e seus riscos associados

141. A entidade deve divulgar:

(a) informações sobre as características de seus planos de benefício definido, incluindo:

(i) a natureza dos benefícios fornecidos pelo plano (por exemplo, plano de benefício definido de salário final ou plano baseado em contribuição com garantia);

(ii) a descrição da estrutura regulatória na qual o plano opera, como, por exemplo, o nível de quaisquer requisitos mínimos de custeio, e qualquer efeito da estrutura regulatória sobre o plano, como, por exemplo, o teto de ativo (ver item 66);

(iii) a descrição da responsabilidade de qualquer outra entidade pela governança do plano, tais como responsabilidades de administradores e conselheiros do plano;

(b) a descrição dos riscos aos quais o plano expõe a entidade, voltada para quaisquer riscos incomuns, específicos da entidade ou específicos do plano, e de quaisquer concentrações de risco significativas. Por exemplo, se os ativos do plano estiverem investidos principalmente em uma classe de investimentos, como, por exemplo, imóveis, o plano poderá expor a entidade à concentração de risco do mercado imobiliário;

(c) a descrição de quaisquer alterações, encurtamento e liquidações do plano;

(d) a base em que a taxa de desconto foi determinada.

Explicação de valores das demonstrações contábeis

142. A entidade deve fornecer a conciliação entre o saldo de abertura e o saldo de fechamento para cada um dos itens a seguir, se aplicáveis:

(a) o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido, apresentando conciliações separadas para:

(i) ativos do plano;

(ii) valor presente da obrigação de benefício definido;

(iii) efeito do teto de ativo;

(b) quaisquer direitos a reembolso. A entidade deve também apresentar a relação entre qualquer direito a reembolso e a obrigação correspondente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

143. Cada conciliação listada no item 142 deve apresentar cada um dos itens a seguir, se aplicáveis:

(a) custo do serviço corrente;

(b) receita ou despesa de juros;

(c) remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido, apresentando separadamente:

(i) o retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores de juros que constam na alínea (b);

(ii) ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas demográficas (ver item 78(a));

(iii) ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas financeiras (ver item 78(b));

(iv) mudanças no efeito limitador de ativo de benefício definido líquido ao teto de ativo, excluindo valores de juros que constam na alínea (b). A entidade deve divulgar também como determinou o benefício econômico máximo disponível, ou seja, se esses benefícios seriam na forma de reembolso, de reduções nas contribuições futuras ou da combinação de ambas;

(d) custo do serviço passado e ganhos e perdas resultantes de liquidações. Conforme permite o item 102, o custo do serviço passado e ganhos e perdas decorrentes de liquidações não precisam ser destacados se estes ocorrerem de forma simultânea;

(e) efeito de mudanças nas taxas de câmbio;

(f) contribuições efetuadas para o plano, apresentando separadamente aquelas efetuadas pelo empregador e pelos participantes do plano;

(g) pagamentos provenientes do plano, apresentando separadamente o valor pago referente a quaisquer liquidações;

(h) efeitos de combinações e alienações de negócios.

144. A entidade deve alocar o valor justo dos ativos do plano em classes que distingam a natureza e o risco desses ativos, subdividindo cada classe de ativos do plano entre aquelas que possuem valor de mercado cotado em mercado ativo e aquelas que não têm. Por exemplo, considerando-se o nível de divulgação requerido no item 138, a entidade pode distinguir entre:

(a) caixa e equivalentes de caixa;

(b) instrumentos patrimoniais (segregados por tipo de setor, porte da empresa, localização geográfica, etc.);

(c) instrumentos de dívida (segregados por tipo de emissor, qualidade do crédito, localização geográfica, etc.);

(d) imóveis (segregados por localização geográfica, etc.);

(e) instrumentos derivativos (segregados por tipo de risco subjacente especificado em contrato, por exemplo, contratos de taxa de juros, contratos de câmbio, contratos de ações, contratos de crédito, swaps de longevidade, etc.);

(f) fundos de investimento (segregados por tipo de fundo);

(g) títulos lastreados em ativos; e

(h) dívida estruturada.

145. A entidade deve divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros de sua própria emissão mantidos como ativos do plano e o valor justo de ativos do plano que sejam imóveis ocupados pela entidade ou outros ativos por ela utilizados.

146. A entidade deve divulgar as premissas atuariais significativas utilizadas para determinar o valor presente da obrigação de benefício definido (ver item 78). Referida divulgação deve ser em termos absolutos (por exemplo, como porcentagem absoluta, e não apenas como margem entre diferentes porcentagens ou outras variáveis). Quando a entidade elaborar divulgações totais por agrupamento de planos, ela deve fornecer essas divulgações na forma de médias ponderadas ou na forma de faixas restritas.

Valor, prazo e incerteza de fluxos de caixa futuros

147. A entidade deve divulgar:

(a) análise de sensibilidade para cada premissa atuarial significativa (divulgadas em conformidade com o item 146) na data a que se referem as demonstrações contábeis, demonstrando como a obrigação de benefício definido teria sido afetada por mudanças em premissa atuarial relevante que eram razoavelmente possíveis naquela data;

(b) métodos e premissas utilizados na elaboração das análises de sensibilidade exigidas pela alínea (a) e as limitações desses métodos;

(c) mudanças, em relação ao período anterior, nos métodos e nas premissas utilizados na elaboração das análises de sensibilidade e as razões dessas mudanças.

148. A entidade deve divulgar a descrição de quaisquer estratégias de confrontação de ativos/passivos utilizada pelo plano ou pela entidade patrocinadora, incluindo o uso de anuidades e outras técnicas, tais como swaps de longevidade, para gerenciamento do risco.

149. Para fornecer uma indicação do efeito do plano de benefício definido sobre os seus fluxos de caixa futuros, a entidade deve divulgar:

(a) descrição de quaisquer acordos de custeio e de política de custeamento que afetem contribuições futuras;

(b) contribuições esperadas ao plano para o próximo período a que se referem as demonstrações contábeis;

(c) informações sobre o perfil de vencimento da obrigação de benefício definido. Isso inclui a duração média ponderada da obrigação de benefício definido e pode incluir outras informações sobre os prazos de distribuição de pagamentos de benefícios, tais como a análise de vencimentos dos pagamentos de benefícios.

Planos multiempregadores

150. Caso participe de plano de benefício definido multiempregador, a entidade deve divulgar:

(a) descrição dos acordos de custeio, incluindo o método utilizado para determinar a taxa de contribuições da entidade e quaisquer requisitos mínimos de custeio;

(b) descrição da medida em que a entidade pode ser responsável perante o plano por obrigações de outras entidades, em conformidade com os termos e as condições do plano multiempregador;

(c) descrição de qualquer alocação convencionada de déficit ou de superávit sobre:

(i) o encerramento do plano; ou

(ii) a saída do plano por parte da entidade;

(d) caso a entidade contabilize esse plano como se ele fosse plano de contribuição definida, de acordo com o item 34, a entidade deve divulgar o seguinte, complementarmente às informações exigidas pelas alíneas (a) a (c), em vez das informações exigidas pelos itens 141 a 149:

(i) o fato de que o plano é plano de benefício definido;

(ii) a razão pela qual não estão disponíveis informações suficientes para permitir que a entidade contabilize o plano como plano de benefício definido;

(iii) as contribuições esperadas para o plano para o próximo período a que se referem as demonstrações contábeis;

(iv) informações sobre qualquer déficit ou superávit no plano que possa afetar o valor de contribuições futuras, incluindo a base utilizada para determinar o déficit ou o superávit e as implicações, se houver, para a entidade;

(v) a indicação do nível de participação da entidade no plano em comparação com outras entidades participantes. Exemplos de medidas que podem fornecer essa indicação incluem a proporção da entidade sobre as contribuições totais ao plano ou a proporção da entidade sobre o número total de participantes ativos, participantes aposentados e antigos participantes com direito a benefícios, se essas informações estiverem disponíveis.

Planos de benefício definido que compartilham riscos entre várias entidades sob controle comum

151. Caso a entidade participe de plano de benefício definido que compartilhe os riscos entre entidades sob controle comum, ela deve divulgar:

(a) o acordo contratual ou política estabelecida para a cobrança do custo líquido de benefício definido ou o fato de que referida política não exista;

(b) a política de determinação da contribuição a ser paga pela entidade;

(c) se a entidade contabilizar a alocação do custo líquido de benefício definido, conforme indicado no item 41, todas as informações sobre o plano como um todo exigidas pelos itens 137 a 149;

(d) se a entidade contabilizar a contribuição a pagar no período, conforme indicado no item 41, as informações sobre o plano como um todo exigidas pelos itens 137 a 139, 141, 144 a 146 e 149(a) e (b).

152. As informações exigidas pelo item 151(c) e (d) podem ser divulgadas por meio de referência cruzada com divulgações nas demonstrações contábeis de outra entidade de grupo se:

(a) as demonstrações contábeis desse grupo de entidade identificarem e divulgarem separadamente as informações exigidas sobre o plano; e

(b) as demonstrações contábeis desse grupo de entidade estiverem disponíveis aos usuários das demonstrações contábeis sob os mesmos termos que as demonstrações contábeis da entidade e, ao mesmo tempo, ou antes, que as demonstrações contábeis da entidade.

Requisitos de divulgação em outras NBCs TSP

153. Quando exigido por outra NBC TSP, a entidade deve divulgar informações sobre:

(a) transações com partes relacionadas com planos de benefícios pós-emprego; e

(b) benefícios pós-emprego para o pessoal-chave da administração.

154. Quando exigido pela NBC TSP 03, a entidade deve divulgar informações sobre passivos contingentes decorrentes de obrigações de benefícios pós-emprego.

Outros benefícios de longo prazo a empregados

155. Outros benefícios de longo prazo a empregados incluem itens, como, por exemplo, os seguintes, se a entidade não espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após a data a que se referem as demonstrações contábeis em que os empregados prestarem os respectivos serviços:

(a) ausências remuneradas de longo prazo, como, por exemplo, licença por tempo de serviço ou licença sabática;

(b) licenças-prêmio ou outros benefícios por tempo de serviço;

(c) benefícios de invalidez de longo prazo;

(d) participação nos lucros e bônus;

(e) remuneração diferida; e

(f) remuneração devida pela entidade até que o indivíduo ingresse em novo emprego.

156. A mensuração de outros benefícios de longo prazo a empregados não está normalmente sujeita ao mesmo grau de incerteza que a mensuração de benefícios pós-emprego. Por essa razão, esta norma requer um método simplificado de contabilização no caso de outros benefícios de longo prazo a empregados. Diferentemente da contabilização exigida para benefícios pós-emprego, esse método não deve reconhecer remensurações no patrimônio líquido.

157. Esta norma inclui uma hipótese refutável de que os pagamentos de benefícios de invalidez de longo prazo não estão normalmente sujeitos ao mesmo grau de incerteza que a mensuração dos benefícios pós-emprego. Quando essa hipótese é refutada, a entidade deve considerar se alguns ou todos os pagamentos de benefícios por invalidez devem ser contabilizados, de acordo com os itens 57 a 154.

Reconhecimento e mensuração

158. Ao reconhecer e mensurar o superávit ou o déficit em outro plano de benefícios de longo prazo a empregados, a entidade deve aplicar os itens 58 a 100 e 115 a 117. A entidade deve aplicar os itens 118 a 121 no reconhecimento e na mensuração de qualquer direito a reembolso.

159. Para outros benefícios de longo prazo a empregados, a entidade deve reconhecer o valor líquido dos seguintes valores no resultado, exceto se outra NBC TSP exigir ou permitir a inclusão no custo de ativo:

(a) custo do serviço (ver itens 68 a 114);

(b) juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido (ver itens 125 a 128); e

(c) remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido (ver itens 129 a 132).

160. Uma forma de outros benefícios de longo prazo a empregados é o benefício de invalidez de longo prazo. Se o nível de benefício depender do tempo de serviço, a obrigação surge a partir da prestação do serviço. A mensuração dessa obrigação reflete a probabilidade de que o pagamento venha a ser exigido e a duração de tempo pela qual se espera que o pagamento seja efetuado. Se o nível de benefício for o mesmo para qualquer empregado inválido, independentemente do tempo de serviço, o custo esperado desses benefícios deve ser reconhecido quando o evento que gera o benefício de longo prazo de invalidez ocorrer.

Divulgação

161. Embora esta norma não exija divulgações específicas sobre outros benefícios de longo prazo a empregados, outras NBCs TSP podem requerer tais divulgações. Por exemplo, a NBC TSP 11 requer a divulgação das despesas de benefícios a empregados.

Benefícios rescisórios

162. Esta norma trata de benefícios rescisórios separadamente de outros benefícios a empregados, porque o evento gerador da obrigação é a rescisão do contrato de trabalho e, não, a prestação do serviço pelo empregado. Benefícios rescisórios resultam da decisão da entidade de rescindir o contrato de trabalho ou da decisão do empregado de aceitar a oferta de benefícios por parte da entidade em troca da rescisão do contrato de trabalho.

163. Benefícios rescisórios não incluem benefícios a empregados decorrentes da rescisão do contrato de trabalho a pedido do empregado sem uma oferta da entidade ou como resultado de aposentadoria compulsória, uma vez que esses benefícios são benefícios pós-emprego. Algumas entidades fornecem um nível menor de benefício para rescisão do contrato de trabalho a pedido do empregado (na essência, benefício pós-emprego) do que para a rescisão do contrato de trabalho a pedido da entidade. A diferença entre o benefício fornecido pela rescisão do contrato de trabalho a pedido do empregado e o benefício maior fornecido por rescisão a pedido da entidade constitui benefício rescisório.

164. A forma do benefício a empregado não determina se ele é fornecido em troca de serviço ou em troca da rescisão do contrato de trabalho do empregado. Benefícios rescisórios são tipicamente pagamentos em parcela única, mas, algumas vezes, incluem também:

(a) melhoria de benefícios pós-emprego, seja indiretamente, por meio de plano de benefícios a empregados, ou diretamente;

(b) salário até o final do período de aviso específico, se o empregado não mais prestar serviços que proporcionem benefícios econômicos à entidade.

165. Indicadores de que o benefício a empregados é fornecido em troca de serviços incluem os seguintes:

(a) o benefício depende da prestação de serviços futuros (incluindo benefícios que aumentam se serviços adicionais forem prestados);

(b) o benefício é fornecido de acordo com os termos de plano de benefícios a empregados.

166. Alguns benefícios rescisórios são fornecidos de acordo com os termos de plano de benefícios a empregados existente. Por exemplo, eles podem ser especificados por lei, pelo contrato de trabalho ou por acordo sindical, ou podem ser implícitos como resultado da prática passada da entidade de fornecer benefícios similares. Outro exemplo, se a entidade disponibiliza uma oferta de benefícios, por mais do que um curto período, ou se exista mais do que um curto período entre a oferta e a data esperada de efetiva rescisão, a entidade considera se estabeleceu novo plano de benefícios a empregados e, assim, se os benefícios oferecidos em razão desse plano são benefícios rescisórios ou benefícios pós-emprego. Benefícios fornecidos de acordo com os termos de plano de benefícios a empregados são rescisórios, se resultarem da decisão da entidade de rescindir o contrato de trabalho do empregado e não dependerem da prestação de serviços futuros.

167. Alguns benefícios a empregados são fornecidos independentemente do motivo do desligamento do empregado. O pagamento desses benefícios é certo (sujeito a quaisquer requisitos de aquisição de direito ou de serviço mínimo), mas o momento desse pagamento é incerto. Embora esses benefícios sejam descritos, em alguns países, como indenizações rescisórias ou gratificações por desligamento, eles são benefícios pós-emprego e, não, benefícios rescisórios, e a entidade deve contabilizá-los como benefícios pós-emprego.

Reconhecimento

168. A entidade deve reconhecer o passivo e a despesa com benefícios rescisórios no momento que ocorrer primeiro entre as seguintes datas:

(a) quando a entidade não mais puder cancelar a oferta desses benefícios; e

(b) quando a entidade reconhecer os custos de reestruturação que estiver no alcance da NBC TSP 03 e envolver o pagamento de benefícios rescisórios.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

169. Para benefícios rescisórios devidos em razão da decisão do empregado de aceitar a oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho, o momento em que a entidade não pode mais cancelar a oferta desses benefícios é a data que ocorrer primeiro entre as seguintes opções:

(a) quando o empregado aceitar a oferta; e

(b) quando a restrição (por exemplo, exigência legal, regulatória ou contratual ou outra restrição) sobre a capacidade da entidade de cancelar a oferta passar a ter efeito. Isso se daria no momento em que a oferta fosse efetuada, se a restrição existisse no momento da oferta.

170. Para benefícios rescisórios devidos como resultado da decisão da entidade em rescindir o contrato de trabalho do empregado, a entidade não pode mais cancelar a oferta quando tiver comunicado aos empregados afetados o plano de rescisão que atenda a todos os critérios seguintes:

(a) as ações requeridas para a conclusão do plano indicam ser improvável que serão efetuadas mudanças significativas no plano;

(b) o plano identifica o número de empregados cujo contrato de trabalho deve ser rescindido, suas classificações de cargo ou funções e suas localizações (mas o plano não necessita identificar cada empregado individualmente) e a data de conclusão esperada;

(c) o plano estabelece os benefícios rescisórios que os empregados receberão em detalhes suficientes, de forma que os empregados possam determinar o tipo e o valor dos benefícios que receberão quando seu contrato de trabalho for rescindido.

171. Quando a entidade reconhecer benefícios rescisórios, ela pode ter também a necessidade de contabilizar a alteração ou o encurtamento em outros benefícios a empregados (ver item 105).

Mensuração

172. A entidade deve mensurar benefícios rescisórios no reconhecimento inicial, mensurando e reconhecendo mudanças subsequentes, de acordo com a natureza do benefício a empregados. Ficando evidente que os benefícios rescisórios são uma melhoria de benefícios pós-emprego, a entidade deve aplicar os requisitos para benefícios pós-emprego, do contrário:

(a) se a entidade espera que os benefícios rescisórios sejam integralmente liquidados em até doze meses após a data a que se referem as demonstrações contábeis em que o benefício rescisório for reconhecido, ela deve aplicar os requisitos para benefícios de curto prazo a empregados;

(b) se a entidade não espera que os benefícios rescisórios sejam integralmente liquidados em até doze meses após a data a que se referem as demonstrações contábeis, a entidade deve aplicar os requisitos para outros benefícios de longo prazo a empregados.

173. Dado que benefícios rescisórios não são fornecidos em troca de serviços, os itens 72 a 76 relativos à atribuição do benefício a períodos de serviço não são relevantes.

Divulgação

174. Embora esta norma não exija divulgações específicas sobre benefícios rescisórios, outras NBCs TSP podem exigir tais divulgações. Por exemplo, a NBC TSP 11 exige a divulgação das despesas de benefícios a empregados.

175 a 178. (Não convergidos).

Vigência

Esta norma deve ser aplicada nas entidades do setor público a partir de 1º de janeiro de 2019, salvo na existência de algum normativo em âmbito nacional que estabeleça prazos específicos - casos em que estes prevalecem.

ZULMIR IVÂNIO BREDA
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP 16, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018

Aprova a NBC TSP 16 - Demonstrações Contábeis Separadas.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

NBC TSP 16 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SEPARADAS

Objetivo

1. O objetivo desta norma é estabelecer critérios de contabilização e divulgação para investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) e em coligadas, quando da elaboração de demonstrações contábeis separadas.

Alcance

2. A entidade que elabora e apresenta demonstrações contábeis de acordo com o regime de competência deve aplicar esta norma na contabilização de investimentos em entidades controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas quando a investidora escolher, ou for exigido por regulamentos, apresentar demonstrações contábeis separadas.

3. Esta norma não determina quais entidades devem elaborar demonstrações contábeis separadas. Ela deve ser aplicada sempre que a entidade elaborar demonstrações contábeis separadas que devem estar em conformidade com as NBCs TSP.

4. Esta norma se aplica às entidades do setor público, conforme o alcance definido na NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL.

5. (Não convergido).

Definições

6. Os termos a seguir são utilizados nesta norma com os seguintes significados:

Demonstrações contábeis consolidadas são as demonstrações contábeis da entidade econômica em que ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da entidade controladora e de suas controladas são apresentados como se fosse uma única entidade econômica.

Demonstrações contábeis separadas são aquelas apresentadas pela entidade, na qual a entidade pode escolher, de acordo com esta norma, contabilizar seus investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas ao custo, ao valor justo por meio do resultado, ou utilizando o método da equivalência patrimonial, conforme descrito na NBC TSP 18 - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Os termos definidos em outras NBCs TSP são utilizados nesta norma com o mesmo significado conforme consta nessas outras normas. Os seguintes termos são definidos na NBC TSP 17 - Demonstrações Contábeis Consolidadas, na NBC TSP 18 ou na NBC TSP 19 - Acordos em Conjunto: coligada, controle, controlada, controladora, entidade econômica, método da equivalência patrimonial, entidade de investimento, controle em conjunto, operação em conjunto, empreendimento controlado em conjunto, empreendedor em conjunto e influência significativa.

7. Demonstrações contábeis separadas são aquelas apresentadas adicionalmente às demonstrações contábeis consolidadas ou às demonstrações contábeis de investidor que não possui investimentos em controladas, mas que possui investimentos em coligadas ou em empreendimentos controlados em conjunto que, conforme requisitos da NBC TSP 18, devem ser contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, exceto nas circunstâncias previstas nos itens 9 e 10.

8. As demonstrações contábeis de entidade que não possui investimentos em controlada, em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto não são consideradas demonstrações contábeis separadas.

9. A entidade que está dispensada, de acordo com o item 5 da NBC TSP 17, de consolidar suas demonstrações contábeis, ou, de acordo com o item 23 da NBC TSP 18, de aplicar o método da equivalência patrimonial, pode apresentar demonstrações contábeis separadas como sendo suas únicas demonstrações contábeis.

10. A entidade de investimento que seja obrigada, durante o período corrente e todos os períodos comparativos apresentados, a mensurar o seu investimento em todas as suas entidades controladas ao valor justo (ver NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, item 7.6(b)) por meio do resultado, de acordo com o item 56 da NBC TSP 17, pode apresentar demonstrações contábeis separadas como sendo suas únicas demonstrações contábeis.

Elaboração de demonstrações contábeis separadas

11. As demonstrações contábeis separadas devem ser elaboradas de acordo com todas as NBCs TSP aplicáveis, exceto nos casos dispostos no item 12.

12. Quando a entidade elaborar demonstrações contábeis separadas, ela deve contabilizar os seus investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas:

(a) ao custo;

(b) ao valor justo por meio do resultado; ou

(c) utilizando o método da equivalência patrimonial, conforme descrito na NBC TSP 18.

13. Se a entidade escolher, de acordo com o item 24 da NBC TSP 18, mensurar seus investimentos em coligadas ou em empreendimentos controlados em conjunto ao valor justo por meio do resultado, ela deve contabilizá-los da mesma forma em suas demonstrações contábeis separadas.

14. Se a controladora for obrigada, de acordo com o item 56 da NBC TSP 17, a mensurar seu investimento em controlada ao valor justo por meio do resultado, ela deve contabilizá-lo da mesma forma em suas demonstrações contábeis separadas. Se a controladora que não seja entidade de investimento for obrigada, de acordo com o item 58 da NBC TSP 17, a mensurar os investimentos de entidade de investimento controlada ao valor justo por meio do resultado e consolidar os outros ativos e passivos e receitas e despesas da entidade de investimento controlada, ela deve contabilizar esse investimento da mesma forma em suas demonstrações contábeis separadas.

15. Quando a controladora deixar de ser entidade de investimento, ou quando se tornar entidade de investimento, ela deve contabilizar a mudança a partir da data em que a mudança de condição tiver ocorrido, da seguinte forma:

(a) quando deixar de ser entidade de investimento, a entidade deve contabilizar o investimento na controlada de acordo com o item 12. A data da mudança de condição é a data de aquisição considerada. O valor justo da controlada na data de aquisição considerada deve representar a contraprestação estabelecida transferida na contabilização do investimento de acordo com o item 12;

(b) quando se tornar entidade de investimento, a entidade deve contabilizar o investimento em controlada ao valor justo por meio do resultado. A diferença entre o valor contábil anterior da controlada e seu valor justo na data da mudança de condição do investidor deve ser reconhecida como ganho ou perda no resultado. O montante acumulado de qualquer ganho ou perda anteriormente reconhecido diretamente no patrimônio líquido em relação a essas controladas deve ser tratado como se a entidade de investimento tivesse alienado esses investimentos em controladas na data da mudança de condição.

16. Dividendos ou distribuições similares de controladas, de empreendimentos controlados em conjunto ou de coligadas, devem ser reconhecidos nas demonstrações separadas da entidade quando o direito ao seu recebimento pela entidade for estabelecido. O dividendo ou distribuição similar deve ser reconhecido no resultado, a menos que a entidade opte por utilizar o método da equivalência patrimonial, caso em que o dividendo ou distribuição similar deve ser reconhecido como redução do valor contábil do investimento.

17. Quando a entidade controladora reorganizar a estrutura de sua entidade econômica por meio da constituição de nova entidade como sua controladora, de maneira que satisfaça aos seguintes critérios:

(a) a nova entidade controladora obtém o controle da controladora original (i) por meio da emissão de instrumentos patrimoniais em troca de instrumentos patrimoniais existentes da controladora original, ou (ii) por outros mecanismos que resultem em nova entidade controladora que tem direito de propriedade, que possibilite o controle, na entidade original;

(b) os ativos e os passivos da nova entidade econômica e da entidade econômica original são os mesmos imediatamente antes e depois da reorganização; e

(c) os proprietários da entidade controladora original antes da reorganização detêm a mesma participação absoluta e relativa no patrimônio líquido da entidade econômica original e da nova entidade econômica imediatamente antes e depois da reorganização;

e a nova entidade controladora deve contabilizar seus investimentos na controladora original, de acordo com o item 12(a), em suas demonstrações contábeis separadas, a nova entidade controladora deve mensurar ao custo o valor contábil de sua participação nos itens do patrimônio líquido evidenciados nas demonstrações contábeis separadas da entidade controladora original na data da reorganização.

18. De modo similar, a entidade que não é entidade controladora pode estabelecer nova entidade como sua controladora a fim de satisfazer ao critério descrito no item 17. As exigências do item 17 devem ser aplicadas igualmente em reorganizações desse tipo. Nesses casos, referências à "entidade controladora original" e à "entidade econômica original" devem ser entendidas como "entidade original".

Divulgação

19. A entidade deve aplicar todas as NBCs TSP aplicáveis quando realizar divulgações em suas demonstrações contábeis separadas, incluindo as exigências especificadas nos itens 20 a 23.

20. Quando a entidade controladora, de acordo com o item 5 da NBC TSP 17, decidir não elaborar demonstrações contábeis consolidadas, apresentando alternativamente demonstrações contábeis separadas, ela deve divulgar em suas demonstrações contábeis separadas:

(a) o fato de tratar-se de demonstrações contábeis separadas; de ter sido utilizada a dispensa da consolidação; o nome da entidade, cujas demonstrações contábeis consolidadas, em conformidade com as NBCs TSP, foram elaboradas para uso público; e o endereço onde podem ser obtidas as referidas demonstrações consolidadas;

(b) a lista dos investimentos significativos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas, incluindo:

(i) o nome das referidas entidades;

(ii) a localização principal das referidas entidades (caso seja diferente da entidade controladora);

(iii) a proporção da participação nessas entidades e a descrição de como essa participação foi determinada;

(c) a descrição do método utilizado para contabilizar os investimentos listados, de acordo com a alínea (b).

21. Quando a entidade de investimento que for controladora (exceto a controladora abrangida pelo item 20) elaborar, de acordo com o item 10, demonstrações contábeis separadas como suas únicas demonstrações contábeis, ela deve divulgar esse fato. A entidade de investimento deve apresentar também as divulgações relativas a entidades de investimento exigidas pela NBC TSP 20 - Divulgação de Participações em Outras Entidades.

22. Se a controladora que não seja entidade de investimento for obrigada, de acordo com o item 58 da NBC TSP 17, a mensurar os investimentos de entidade de investimento controlada ao valor justo por meio do resultado e a consolidar outros ativos, passivos, receitas e despesas da entidade de investimento controlada, ela deve divulgar esse fato. A entidade de investimento deve apresentar também as divulgações relativas a entidades de investimento exigidas pela NBC TSP 20.

23. Quando a controladora (que não se encontra na situação descrita nos itens 20 e 21), ou o investidor com controle conjunto ou influência significativa na investida, elaborar demonstrações contábeis separadas, a controladora ou o investidor deve identificar as demonstrações contábeis elaboradas em consonância com a NBC TSP 17, a NBC TSP 18 ou a NBC TSP 19, com as quais as demonstrações contábeis separadas têm relação. A controladora ou o investidor deve também divulgar em suas demonstrações contábeis separadas:

(a) o fato de tratar-se de demonstrações contábeis separadas e as razões do porquê de essas demonstrações contábeis terem sido elaboradas, caso não sejam exigidas pela legislação;

(b)a lista dos investimentos significativos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas, incluindo:

(i) o nome das referidas entidades;

(ii) a localização principal das referidas entidades (caso seja diferente da entidade controladora);

(iii) a proporção da participação nessas entidades e a descrição de como essa participação foi determinada;

(c) a descrição do método utilizado para contabilizar os investimentos listados de acordo com a alínea (b).

24 a 34. (Não convergidos).

Vigência

Esta norma deve ser aplicada nas entidades do setor público a partir de 1º de janeiro de 2021, salvo na existência de algum normativo em âmbito nacional que estabeleça prazos específicos - casos em que estes prevalecem.

ZULMIR IVÂNIO BREDA
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP 17, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018

Aprova a NBC TSP 17 - Demonstrações Contábeis Consolidadas.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

NBC TSP 17 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Objetivo

1. O objetivo desta norma é estabelecer critérios para a apresentação e elaboração de demonstrações contábeis consolidadas quando a entidade controla uma ou mais entidades.

2. Para atingir o objetivo do item 1, esta norma:

(a) exige que a entidade (controladora) que controle uma ou mais entidades (controladas) apresente demonstrações contábeis consolidadas;

(b) define o princípio de controle e estabelece controle como base para a consolidação;

(c) define como aplicar o princípio de controle para identificar se a entidade controla outra entidade e, portanto, deve consolidá-la;

(d) define os critérios contábeis para a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas; e

(e) define "entidade de investimento" e estabelece uma exceção para a consolidação de determinadas controladas de entidade de investimento.

Alcance

3. A entidade que elabora e apresenta demonstrações contábeis de acordo com o regime de competência deve aplicar esta norma para a elaboração e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas para a entidade econômica.

3A. A consolidação das demonstrações contábeis de que trata esta norma não se confunde com a consolidação para fins de prestação de contas, bem como com a consolidação das contas, nacional e por esfera de governo, exigidas pela legislação brasileira.

Combinações no setor público

4. Esta norma não trata dos critérios contábeis para combinações no setor público e seus efeitos sobre a consolidação, inclusive o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) resultante dessas combinações (ver NBC TSP 21 - Combinações no Setor Público).

Apresentação de demonstrações contábeis consolidadas

5. A entidade que seja controladora deve apresentar demonstrações contábeis consolidadas. Esta norma se aplica a todas as entidades, salvo no caso em que a controladora não necessitar apresentar demonstrações contábeis consolidadas, se atender a todas as seguintes condições:

(a) a controladora, em si, é entidade controlada e as necessidades de informações dos usuários são atendidas pelas demonstrações contábeis consolidadas de sua controladora, e, no caso de controle parcial, todos os outros proprietários, inclusive aqueles sem direito a voto, foram informados e não fizeram objeção quanto à não apresentação de demonstrações contábeis consolidadas pela entidade;

(b) os instrumentos de dívida ou patrimoniais não são negociados em mercado aberto (bolsa de valores nacional ou estrangeira, ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais);

(c) a entidade não arquivou ou não está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis em comissão de valores mobiliários ou outro órgão regulador, visando à emissão de qualquer classe de instrumentos em mercado aberto; e

(d) a controladora final ou qualquer controladora intermediária da entidade elabora demonstrações contábeis, disponíveis ao público, em conformidade com as NBCs TSP, em que as controladas são consolidadas ou são mensuradas ao valor justo (ver NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, item 7.6(b)) por meio do resultado de acordo com esta norma.

6. Esta norma não se aplica a planos de benefícios pós-emprego ou a outros planos de benefícios de longo prazo a empregados, aos quais se aplica a NBC TSP 15 - Benefícios a Empregados.

7. A controladora que é entidade de investimento não deve apresentar demonstrações contábeis consolidadas se estiver obrigada, de acordo com o item 56, a mensurar todas as suas controladas ao valor justo por meio do resultado.

8. A entidade controlada não deve ser excluída da consolidação porque suas atividades não são similares às das outras entidades da entidade econômica. As informações correspondentes devem ser fornecidas pela consolidação de tais entidades controladas e pela divulgação de informações adicionais nas demonstrações contábeis consolidadas sobre as diferentes atividades das controladas.

9. A exceção a que se refere o item 5 não se aplica quando as necessidades de informações dos usuários da entidade controlada não forem atendidas pelas demonstrações contábeis consolidadas de sua entidade controladora. Por exemplo, demonstrações contábeis consolidadas do governo como um todo podem não atender às necessidades de informações dos usuários em relação a setores ou atividades-chave desse governo. Exigências quanto à elaboração e divulgação da informação contábil desses usuários podem estar definidas na legislação.

10. A entidade pode ser requerida (por exemplo, pela legislação, inclusive para fins de prestação de contas, ou por usuários externos) a elaborar demonstrações contábeis que sejam para um grupo de entidades diferente daquele de que exige esta norma, as quais não estão no seu alcance.

11. Esta norma aplica-se às entidades do setor público, conforme o alcance definido na NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL.

12 e 13. (Não convergidos).

Definições

14. Os termos a seguir são utilizados nesta norma com os seguintes significados:

Benefícios são as vantagens que a entidade obtém de seu envolvimento com outras entidades. Benefícios podem ser financeiros ou não financeiros. O real impacto como resultado do envolvimento da entidade com outra entidade pode ter aspectos positivos ou negativos.

Acordo vinculante é aquele que confere direitos e obrigações executáveis às partes como se fosse na forma de contrato. Isso inclui direitos contratuais ou outros direitos legais.

Demonstrações contábeis consolidadas são as demonstrações contábeis de entidade econômica em que ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da entidade controladora e de suas controladas são apresentados como se fossem de uma única entidade econômica.

Controle: a entidade controla outra entidade quando está exposta ou tem direitos, a benefícios variáveis decorrentes de seu envolvimento com essa outra entidade e tem a capacidade de afetar a natureza ou o valor desses benefícios por meio de seu poder sobre ela.

Controlada é a entidade que é controlada por outra entidade.

Controladora é a entidade que controla uma ou mais controladas.

Tomador de decisões é a entidade com direitos de tomada de decisões que seja principal ou agente de outras partes.

Entidade econômica é a controladora e todas as suas controladas.

Entidade de investimento é a entidade que:

(a) obtém recursos de um ou mais investidores com o intuito de prestar a esses investidores serviços de gestão de investimentos;

(b) tem o propósito de investir recursos exclusivamente para retornos de valorização de capital, receitas de investimento, ou ambos; e

(c) mensura e avalia o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos com base no valor justo.

Participação de não controlador é a parte do patrimônio líquido da controlada não atribuível, direta ou indiretamente, à controladora.

Poder são direitos existentes que dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes de outra entidade.

Direitos de proteção são direitos destinados a proteger o interesse da parte que os detém, sem dar a essa parte poder sobre a entidade à qual esses direitos se referem.

Atividades relevantes são atividades da controlada que afetam significativamente a natureza ou o valor dos benefícios que a entidade controladora recebe decorrentes de seu envolvimento com a controlada.

Direitos de destituição são direitos de privar o tomador de decisões de sua autoridade de tomada de decisões.

Os termos definidos em outras NBCs TSP são utilizados nesta norma com o mesmo significado, conforme consta nessas outras normas. Os seguintes termos são definidos na NBC TSP 18 - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, NBC TSP 19 - Acordos em Conjunto ou NBC TSP 20 - Divulgação de Participações em Outras Entidades: coligada, participação em outra entidade, empreendimento controlado em conjunto (joint venture) e influência significativa.

Acordo vinculante

15. Acordos vinculantes podem ser evidenciados de diferentes maneiras. O acordo vinculante é geralmente, mas nem sempre, por escrito, na forma de contrato ou deliberações documentadas entre as partes. Mecanismos legais, tais como atos dos Poderes Legislativo ou Executivo, podem também criar acordos executáveis, similares a acordos contratuais, tanto por si mesmo ou em conjunto com contratos entre as partes.

Entidade econômica

16. O termo "entidade econômica" é utilizado nesta norma para definir, para fins de elaboração e divulgação da informação contábil, um grupo de entidades que contempla a entidade controladora e quaisquer entidades controladas, podendo abranger entidades com objetivos tanto de política social quanto de natureza comercial.

17. A delimitação da entidade econômica deve considerar as disposições constitucionais vigentes, em especial no tocante à limitação e à alocação do poder no setor público, e como o sistema governamental é estabelecido e opera. Por exemplo, no âmbito de cada esfera do governo como um todo, os poderes (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público, conforme o caso) formam uma única entidade econômica em relação às necessidades de informações dos usuários a serem atendidas pelas demonstrações contábeis consolidadas da referida entidade.

Controle

18. A entidade, independentemente da natureza de seu envolvimento com outra entidade, deve determinar se é controladora ao avaliar se controla essa outra entidade.

19. A entidade controla outra entidade quando está exposta ou tem direitos a benefícios variáveis decorrentes de seu envolvimento com essa outra entidade e tem a capacidade de afetar a natureza ou o valor desses benefícios por meio de seu poder sobre ela.

20. Assim, a entidade controla outra entidade se, e somente se, possuir todos os seguintes atributos:

(a) poder sobre essa outra entidade (ver itens 23 a 29);

(b) exposição ou direitos a benefícios variáveis decorrentes de seu envolvimento com essa outra entidade (ver itens 30 a 34); e

(c) a capacidade de utilizar seu poder sobre essa outra entidade para afetar a natureza ou o valor dos benefícios decorrentes de seu envolvimento com ela (ver itens 35 a 37).

21. A entidade deve considerar todos os fatos e circunstâncias ao avaliar se controla outra entidade. A entidade deve reavaliar se ainda controla outra entidade caso fatos e circunstâncias indiquem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle relacionados no item 20.

22. Duas ou mais entidades controlam coletivamente outra entidade quando devem agir em conjunto para dirigir as atividades relevantes. Nesses casos, como nenhuma das entidades pode dirigir as atividades sem a cooperação das demais, nenhuma entidade individualmente controla a outra entidade. A forma como cada entidade deve contabilizar sua participação nessa outra entidade não é tratada nesta norma.

Poder

23. A entidade tem poder sobre outra entidade quando tem direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente a natureza ou o valor dos benefícios a receber decorrentes de seu envolvimento com essa outra entidade. O direito de dirigir as políticas financeira e operacional de outra entidade indica a capacidade de dirigir as atividades relevantes dessa outra entidade e é frequentemente a maneira pela qual o poder é demonstrado no setor público.

24. O poder decorre de direitos. Algumas vezes, avaliar o poder é simples, como, por exemplo, quando o poder sobre outra entidade é obtido direta e exclusivamente dos direitos de voto concedidos por instrumentos patrimoniais, tais como ações, e pode ser avaliado considerando-se os direitos de voto decorrentes dessas participações acionárias. Em outros casos, entidades do setor público muitas vezes têm poder sobre outra entidade por meio de outros direitos. Podem ainda ter poder sem dispor de instrumentos patrimoniais representativos de investimentos financeiros. A entidade pode ter direitos conferidos por acordos vinculantes. Esses direitos podem conferir à entidade poder para exigir da outra entidade empregar ativos ou incorrer em passivos de forma a afetar a natureza ou o valor referente aos benefícios recebidos pela primeira. A avaliação se esses direitos dão poder sobre essa outra entidade pode ser complexa e exigir que mais de um fator seja considerado.

25. A entidade pode ter poder sobre outra entidade, mesmo se não tiver responsabilidade pelas operações usuais dessa outra entidade ou pela maneira como as funções estabelecidas são desempenhadas por ela. A legislação pode conferir a órgãos estatutários poderes para desempenhar suas funções independentemente do governo. Por exemplo, o órgão de auditoria geral normalmente goza de poderes legais para obter informações sem a necessidade de recorrer ao governo, e o Poder Judiciário, muitas vezes, tem poderes especiais dada sua independência. A legislação também pode estabelecer amplos parâmetros dentro dos quais o órgão estatutário é obrigado a operar, de forma consistente com os objetivos traçados pelo Poder Legislativo. A existência de poderes estatutários para operar de forma independente não impede, por si só, que a entidade tenha a capacidade de dirigir as políticas operacionais e financeiras de outra entidade que exerça poderes estatutários, bem como de obter benefícios. Por exemplo, eventual independência do banco central em relação à política monetária não o impede de ser controlado. Dessa forma, todos os fatos e circunstâncias devem ser considerados.

26. A existência de direitos sobre outra entidade não necessariamente faz surgir o poder para os propósitos desta norma. A entidade não tem poder sobre outra entidade apenas devido à existência de:

(a) controle regulatório; ou

(b) dependência econômica.

27. A entidade com capacidade atual para dirigir as atividades relevantes tem poder, mesmo que seus direitos de direção ainda não tenham sido exercidos. A evidência de que a entidade tem dirigido as atividades relevantes de outra entidade (que está sendo avaliada para fins de controle) pode ajudar a determinar se a entidade possui poder, mas essa evidência não é, em si, conclusiva para determinar se a entidade tem poder sobre essa outra entidade. No caso de entidade instituída para desempenhar atividades predeterminadas, o direito de dirigir as atividades relevantes pode ter sido exercido no momento em que a entidade foi instituída.

28. Se duas ou mais entidades têm, cada uma delas, direitos existentes que lhes dão a capacidade unilateral de dirigir diferentes atividades relevantes, a entidade que tem a capacidade atual de dirigir as atividades que afetam de forma mais significativa a natureza ou o valor dos seus benefícios tem poder sobre a outra entidade.

29. A entidade pode ter poder sobre outra entidade, mesmo que outras entidades tenham direitos existentes que lhes deem a capacidade atual de participar da direção das atividades relevantes, como, por exemplo, quando outra entidade tem influência significativa. Contudo, a entidade que detém apenas direitos de proteção não tem poder sobre outra entidade e, consequentemente, não a controla.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Benefícios

30. A entidade expõe-se ou tem direitos a benefícios variáveis decorrentes de seu envolvimento com outra entidade (que está sendo avaliada para fins de controle) quando os benefícios decorrentes de seu envolvimento têm o potencial de variar conforme o resultado do desempenho dessa outra entidade. Entidades envolvem-se com outras com a expectativa de benefícios positivos financeiros ou não financeiros ao longo do tempo. Todavia, em determinado período específico a que se referem as demonstrações contábeis, o impacto real do envolvimento da entidade com outra entidade (que está sendo avaliada para fins de controle) pode ser somente positivo, somente negativo ou ambos, positivo e negativo.

31. Os benefícios da entidade decorrentes de seu envolvimento com outra entidade (que está sendo avaliada para fins de controle) podem ser somente financeiros, somente não financeiros ou ambos, financeiros e não financeiros. Benefícios financeiros contemplam retornos de investimentos, tais como dividendos ou distribuições similares, e são algumas vezes denominados de "retornos". Benefícios não financeiros contemplam vantagens decorrentes de recursos escassos que não são mensurados em termos financeiros, bem como benefícios econômicos recebidos diretamente pelos usuários dos serviços da entidade. Os benefícios não financeiros podem ocorrer quando as atividades de outra entidade são congruentes (isto é, estão em consonância) com os objetivos da entidade e a apoiam no alcance desses objetivos. Por exemplo, uma entidade pode obter benefícios quando outra entidade com objetivos congruentes fornece serviços que a outra seria obrigada a fornecer. Atividades congruentes podem ser realizadas de forma voluntária ou a entidade pode ter o poder de dirigir a outra entidade para realizar essas atividades. Benefícios não financeiros também podem ocorrer quando duas entidades têm objetivos complementares (ou seja, os objetivos de uma entidade complementam e tornam mais completos os objetivos da outra).

32. Os exemplos a seguir ilustram os benefícios financeiros que a entidade pode receber decorrentes de seu envolvimento com outra entidade:

(a) dividendos, juros variáveis sobre títulos de dívida e outras distribuições de benefícios econômicos;

(b) exposição a aumentos ou diminuições no valor de investimento em outra entidade;

(c) exposição a perdas decorrentes de acordos para fornecer suporte financeiro, inclusive suporte financeiro para grandes projetos;

(d) economia de custos (por exemplo, se a entidade realizar economias de escala ou sinergias combinando operações ou ativos da outra entidade com suas próprias operações ou ativos);

(e) participações residuais nos ativos e passivos da outra entidade quando da sua liquidação; e

(f) outras exposições a benefícios variáveis que não estão disponíveis para outras entidades.

33. São exemplos de benefícios não financeiros:

(a) a capacidade de beneficiar-se do conhecimento especializado de outra entidade;

(b) o valor para a entidade de outra entidade realizar atividades que auxiliam a primeira a atingir seus objetivos;

(c) melhoria dos resultados das políticas públicas;

(d) maior eficiência das políticas públicas;

(e) produção e entrega de bens e serviços mais eficientes ou efetivos;

(f) ter disponíveis um ativo e os serviços correspondentes antes do que normalmente seria o caso; e

(g) ter nível de qualidade de serviço mais alto do que normalmente seria o caso.

34. Embora somente a entidade possa controlar outra entidade, mais de uma parte pode participar dos benefícios dessa outra entidade. Por exemplo, os titulares de participações de não controladores podem usufruir dos benefícios financeiros, tais como lucros ou distribuições dessa outra entidade, ou dos benefícios não financeiros, tais como os decorrentes da congruência de atividades com resultados desejados.

Relação entre poder e benefícios

35. A entidade controla outra entidade se possui não apenas poder sobre ela (que está sendo avaliada para fins de controle) e exposição ou direitos a benefícios variáveis decorrentes de seu envolvimento com essa outra entidade, mas também a capacidade de utilizar seu poder para afetar a natureza ou o valor dos benefícios decorrentes de seu envolvimento com ela.

36. A existência de objetivos congruentes por si só é insuficiente para que a entidade conclua que controla outra entidade. Para ter controle, a entidade também precisa ter a capacidade de utilizar seu poder sobre essa outra entidade (que está sendo avaliada para fins de controle) para direcioná-la a trabalhar de forma conjunta para promover seus objetivos.

37. A entidade com direitos de tomada de decisão deve determinar se é principal ou se é agente. A entidade também deve determinar se outra entidade com direitos de decisão atua como seu agente. O agente é uma parte comprometida principalmente para agir em nome e em benefício de outra parte ou partes (principal) e, portanto, não controla a outra entidade quando exerce sua autoridade na tomada de decisões a ele delegadas. Assim, às vezes, o poder do principal pode ser mantido e exercido pelo agente, mas em nome do principal.

Critérios contábeis

38.As demonstrações contábeis consolidadas devem ser elaboradas pela controladora com a utilização de políticas contábeis uniformes para transações e eventos de mesma natureza em circunstâncias semelhantes.

39. A consolidação de entidade controlada se inicia a partir da data em que a entidade obtém o controle de outra entidade e cessa quando a entidade perde o controle dessa outra entidade.

Procedimentos de consolidação

40. Demonstrações contábeis consolidadas:

(a) combinam itens similares de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa do controlador com os das controladas;

(b) compensam (eliminam) o valor contábil do investimento da controladora em cada controlada e a parcela do patrimônio líquido de cada controlada. A entidade deve aplicar a NBC TSP 21 para contabilizar qualquer ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill);

(c) eliminam integralmente ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados a transações entre entidades da mesma entidade econômica (superávits ou déficits resultantes de transações como ativos, tais como estoque e ativos fixos, são eliminados integralmente). As perdas entre entidades da entidade econômica podem indicar perda por redução ao valor recuperável que requer reconhecimento nas demonstrações contábeis consolidadas.

Políticas contábeis uniformes

41. Se o membro da entidade econômica utiliza políticas contábeis diferentes das adotadas nas demonstrações contábeis consolidadas para transações e eventos de mesma natureza em circunstâncias semelhantes, devem ser feitos ajustes apropriados às demonstrações contábeis desse membro na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas para garantir a conformidade com as políticas contábeis da entidade econômica.

Mensuração

42. A entidade deve incluir as receitas e as despesas da controlada nas demonstrações contábeis consolidadas desde a data em que adquire o controle até a data em que deixe de controlá-la. As receitas e as despesas das controladas se baseiam nos valores dos ativos e dos passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas na data de aquisição. Por exemplo, a despesa de depreciação reconhecida na demonstração do resultado consolidada após a data de aquisição é baseada nos valores dos correspondentes ativos depreciáveis reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas na referida data.

Potenciais direitos de voto

43. Na existência de potenciais direitos de voto ou outros derivativos com potenciais direitos de voto, as partes atribuíveis à controladora e às participações de não controladores ao elaborar as demonstrações contábeis consolidadas devem ser determinadas exclusivamente com base nos direitos de propriedade vigentes, e não deve refletir o possível exercício ou conversão dos potenciais direitos de voto e outros instrumentos derivativos, exceto se o item 44 for aplicável ao caso.

44. Em algumas circunstâncias, a entidade possui, em essência, direito de propriedade vigente como resultado de transação que, no momento corrente, dá a ela acesso aos benefícios associados ao direito de propriedade. Em tais casos, a proporção alocada à controladora e às participações de não controladores ao elaborar as demonstrações contábeis consolidadas deve ser determinada considerando o provável exercício dos potenciais direitos de voto e outros instrumentos derivativos que, correntemente, proporcionam à entidade acesso aos benefícios.

45. (Não convergido).

Data das demonstrações contábeis

46. As demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas devem ser de mesma data. Quando o final do período a que se referem as demonstrações contábeis da controladora for diferente do da controlada, a controladora deve:

(a) obter, para fins de consolidação, informação contábil adicional de mesma data das demonstrações contábeis da controladora; ou

(b) utilizar as demonstrações contábeis mais recentes da controlada, ajustadas para refletir os efeitos de transações ou eventos significativos ocorridos entre a data dessas demonstrações contábeis e a data das demonstrações contábeis consolidadas.

Participação de não controladores

47. A controladora deve apresentar as participações de não controladores no balanço patrimonial consolidado, dentro do patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido dos proprietários da controladora.

48. As mudanças na participação de entidade controladora em entidade controlada que não resultem na perda de controle são transações com proprietários na qualidade de proprietários.

49. A entidade deve atribuir o superávit ou o déficit e cada ganho ou perda reconhecidos diretamente no patrimônio líquido aos proprietários da controladora e às participações de não controladores. A entidade deve atribuir também o valor total reconhecido na demonstração das mutações do patrimônio líquido aos proprietários da controladora e às participações de não controladores, ainda que isso resulte em que as participações de não controladores tenham saldo deficitário.

50. Se a controlada tiver ações preferenciais em circulação com direito a dividendos cumulativos, que sejam classificadas como instrumento patrimonial, e sejam mantidas por acionistas não controladores, a entidade deve calcular sua parcela no resultado após efetuar ajuste para refletir os dividendos sobre essas ações, tenham, ou não, esses dividendos sido declarados.

Mudança na proporção mantida por participações de não controladores

51. Quando a proporção do patrimônio líquido mantida por participações de não controladores sofrer modificações, a entidade deve ajustar os valores contábeis das participações de controladores e de não controladores para refletir as mudanças em suas participações relativas na controlada. A entidade deve reconhecer diretamente no patrimônio líquido qualquer diferença entre o valor pelo qual são ajustadas as participações de não controladores e o valor justo da contrapartida paga ou recebida, e deve atribuir essa diferença aos proprietários da controladora.

Perda de controle

52. Se a controladora perder o controle da controlada, ela deve:

(a) desreconhecer os ativos e os passivos da ex-controlada do balanço patrimonial consolidado;

(b) reconhecer qualquer investimento remanescente na ex-controlada ao valor justo na data em que o controle for perdido, e, subsequentemente, contabilizar esse investimento e quaisquer montantes a pagar ou a receber da ex-controlada de acordo com as normas correspondentes; e

(c) reconhecer o ganho ou a perda associado à perda do controle atribuível à ex-controladora.

53. A controladora pode perder o controle da controlada em dois ou mais acordos (transações). Entretanto, algumas vezes, as circunstâncias indicam que acordos múltiplos devem ser contabilizados como uma única transação. Ao determinar se os acordos devem ser contabilizados como uma única transação, a controladora deve considerar a totalidade dos termos e condições dos acordos e seus efeitos econômicos. Um ou mais dos itens especificados a seguir indicam que a controladora deve contabilizar acordos múltiplos como uma única transação:

(a) eles são celebrados na mesma época ou com reflexos mútuos;

(b) eles formam uma única transação destinada a obter efeito comercial geral;

(c) a ocorrência do acordo depende da ocorrência de pelo menos outro acordo; e

(d) um acordo considerado individualmente não se justifica do ponto de vista econômico, mas se justifica do ponto de vista econômico quando considerado em conjunto com outros acordos. Um exemplo é quando a alienação de investimento tem o preço fixado abaixo do valor de mercado e é compensada pela alienação subsequente com preço fixado acima do valor de mercado.

54. Se perder o controle da controlada, a controladora deve:

(a) desreconhecer:

(i) os ativos (incluindo qualquer ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido; e

(ii) o valor contábil de quaisquer participações de não controladores na ex-controlada na data em que o controle for perdido (inclusive quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido atribuíveis às referidas participações);

(b) reconhecer:

(i) o valor justo da contrapartida recebida, se houver, proveniente de transação, evento ou circunstâncias que resultaram na perda de controle;

(ii) essa distribuição, se a transação, evento ou circunstâncias que resultaram na perda de controle envolverem a distribuição de ações da controlada aos proprietários em sua condição de proprietários; e

(iii) qualquer investimento retido na ex-controlada pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

(c) reclassificar diretamente para resultados acumulados, caso exigido por outra NBC TSP, os valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em relação à controlada, na forma descrita no item 55; e

(d) reconhecer no resultado qualquer diferença resultante como ganho ou perda atribuíveis à controladora.

55. Se perder o controle da controlada, a controladora deve contabilizar todos os valores anteriormente reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em relação a essa controlada na mesma base que seria exigida se a controladora tivesse alienado diretamente os respectivos ativos ou passivos. Se a reserva de reavaliação anteriormente reconhecida diretamente no patrimônio líquido for transferida diretamente para resultados acumulados por ocasião da alienação do ativo, a controladora deve transferir a reserva de reavaliação diretamente para resultados acumulados quando perder o controle da controlada.

Entidade de investimento: critério do valor justo

56. Salvo conforme descrito no item 57, a entidade de investimento não deve consolidar as suas controladas. Em vez disso, a entidade de investimento deve mensurar esse investimento em controlada ao valor justo por meio do resultado.

57. Não obstante o critério do item 56, se a entidade de investimento tiver uma controlada que não seja entidade de investimento e cuja finalidade principal e atividades são a prestação de serviços que estejam relacionados com as atividades de investimento da entidade de investimento, essa entidade deve consolidar essa controlada de acordo com os itens 38 a 55.

58. A controladora de entidade de investimento deve apresentar demonstrações contábeis consolidadas, em que deve (i) mensurar os investimentos da controlada ao valor justo por meio do resultado e (ii) consolidar outros ativos, passivos, receitas e despesas da controlada de acordo com os itens 38 a 55, exceto quando a própria controladora seja entidade de investimento.

Fatores determinantes se a entidade é entidade de investimento

59. A entidade deve considerar todos os fatos e circunstâncias ao avaliar se é entidade de investimento, incluindo seu objetivo e estrutura. Se os fatos e as circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos que constituem a definição de entidade de investimento, a controladora deve reavaliar se se qualifica como entidade de investimento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

60. A controladora que deixe de ser entidade de investimento ou que se torne entidade de investimento deve contabilizar a mudança em sua condição prospectivamente a partir da data em que a mudança na condição tiver ocorrido (ver itens 63 e 64).

Julgamentos e premissas

61. A entidade de investimento deve divulgar as informações relativas a julgamentos e premissas significativos assumidos ao determinar que é entidade de investimento, salvo se atender às seguintes características: (a) angariou recursos de mais de um investidor; (b) possui direitos de propriedade na forma de participações patrimoniais ou similares; e (c) tem mais de um investimento.

62. A ausência de uma dessas características não necessariamente desqualifica a entidade de ser entidade de investimento; todavia, a entidade é obrigada a divulgar informações acerca dos julgamentos e premissas significativos assumidos ao determinar que é entidade de investimento.

Contabilização da mudança na condição de entidade de investimento

63. Quando deixar de ser entidade de investimento, a entidade deve aplicar a NBC TSP 21 a qualquer controlada que tenha sido anteriormente mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com o item 56. A data da mudança de condição é a data de aquisição atribuída. O valor justo da controlada, na data de aquisição atribuída, deve representar a contraprestação atribuída transferida, ao mensurar qualquer ágio ou ganho decorrente de compra vantajosa que resulte da aquisição atribuída. Todas as controladas devem ser consolidadas, de acordo com os itens 38 a 51, a partir da data da mudança da condição.

64. Quando se tornar entidade de investimento, a entidade deve cessar de consolidar suas controladas na data da mudança de sua condição, exceto em relação a qualquer controlada que continue a ser consolidada, de acordo com o item 57. A entidade de investimento deve aplicar os critérios dos itens 52 e 53 àquelas controladas que ela deixar de consolidar como se a entidade de investimento tivesse perdido o controle daquelas controladas naquela data.

65 a 81. (Não convergidos).

Vigência

Esta norma deve ser aplicada nas entidades do setor público a partir de 1º de janeiro de 2021, salvo na existência de algum normativo em âmbito nacional que estabeleça prazos específicos - casos em que estes prevalecem, e revoga, a partir de 1º de janeiro de 2021, a NBC T 16.7, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.134/2008, publicada no DOU, Seção 1, de 25/11/2008.

ZULMIR IVÂNIO BREDA
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP 18, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018

Aprova a NBC TSP 18 - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

NBC TSP 18 - INVESTIMENTO EM COLIGADA E EM EMPREENDIMENTO CONTROLADO EM CONJUNTO

Objetivo

1. O objetivo desta norma é estabelecer a contabilização de investimentos em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto e definir as exigências para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de tais investimentos.

Alcance

2. A entidade que elabora e apresenta demonstrações contábeis de acordo com o regime de competência deve aplicar esta norma para a contabilização de investimentos em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto.

3. Esta norma deve ser aplicada por todas as entidades que são investidoras com controle em conjunto ou com influência significativa sobre uma investida, cujo investimento leva à manutenção de direito de propriedade quantificável.

4. Esta norma fornece as bases para a contabilização de direitos de propriedade em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto. Isto é, o investimento em outras entidades que confere à entidade riscos e retornos decorrentes do direito de propriedade. Esta norma aplica-se somente a direitos de propriedade quantificáveis. Isso inclui direitos de propriedade oriundos de investimentos na estrutura de capital formal de outra entidade. Uma estrutura de capital formal significa capital social ou uma forma equivalente de capital, tais como quotas de fundo de investimentos. Direitos de propriedade quantificáveis podem também incluir direitos de propriedade oriundos de outros investimentos nos quais o direito de propriedade da entidade possa ser mensurado confiavelmente (por exemplo, direitos em parceria). Quando a estrutura de capital da outra entidade for precariamente definida, pode não ser possível obter uma medida confiável do direito de propriedade.

5. Algumas contribuições realizadas por entidades do setor público podem ser denominadas "investimento", mas podem não dar origem ao direito de propriedade. Por exemplo, uma entidade do setor público pode realizar investimento substancial no desenvolvimento de hospital pertencente e operado por entidade de caridade. Ainda que tais contribuições sejam sem contraprestação, elas permitem que a entidade do setor público participe da operação do hospital e a entidade de caridade deve prestar contas à entidade do setor público quanto ao uso do dinheiro público. Entretanto, as contribuições realizadas pela entidade do setor público não constituem direito de propriedade, dado que a entidade de caridade poderia buscar fontes alternativas de recursos e, portanto, evitaria que a entidade do setor público participasse das operações do hospital. Assim, a entidade do setor público não está exposta aos riscos e não usufrui dos retornos que são decorrentes do direito de propriedade.

6. Esta norma aplica-se às entidades do setor público, conforme o alcance definido na NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL.

7. (Não convergido).

Definições

8. Os termos a seguir são utilizados nesta norma com os seguintes significados:

Coligada é a entidade sobre a qual o investidor tem influência significativa.

Acordo vinculante é aquele que confere direitos e obrigações executáveis às partes como se fosse na forma de contrato. Isso inclui direitos contratuais ou outros direitos legais.

Demonstrações contábeis consolidadas são as demonstrações contábeis de entidade econômica em que ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da entidade controladora e de suas controladas são apresentados como se fossem de uma única entidade econômica.

Método da equivalência patrimonial é o método contábil por meio do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo seu custo e ajustado, posteriormente, pela participação do investidor na variação do patrimônio líquido da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto. O resultado do período do investidor inclui sua participação no resultado do período da investida e o patrimônio líquido do investidor inclui sua participação nas variações do patrimônio líquido da investida que não foram reconhecidas no resultado do período da investida.

Acordo em conjunto é o acordo pelo qual duas ou mais partes têm controle em conjunto.

Controle em conjunto é o compartilhamento do controle por meio de acordo vinculante, que existe apenas quando decisões sobre as atividades relevantes exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Empreendimento controlado em conjunto é o acordo por meio do qual as partes controlam em conjunto o empreendimento e possuem direitos em seus ativos líquidos.

Empreendedor em conjunto é a parte de empreendimento controlado em conjunto que tem controle em conjunto desse empreendimento.

Influência significativa é o poder de participar nas decisões de políticas financeiras e operacionais de outra entidade, mas sem controlar, individualmente ou conjuntamente, essas políticas.

Os termos definidos em outras NBCs TSP são utilizados nesta norma com o mesmo significado conforme consta nessas outras normas. Os seguintes termos são definidos na NBC TSP 16 - Demonstrações Contábeis Separadas, na NBC TSP 17 - Demonstrações Contábeis Consolidadas ou na NBC TSP 19 - Acordos em Conjunto: benefícios, controle, controlada, controladora, entidade econômica, entidade de investimento, operação em conjunto, poder e demonstrações contábeis separadas.

Acordo vinculante

9. Acordos vinculantes podem ser evidenciados de diferentes maneiras. O acordo vinculante é geralmente, mas nem sempre, por escrito, na forma de contrato ou deliberações documentadas entre as partes. Mecanismos legais, tais como atos dos Poderes Legislativo ou Executivo, podem também criar acordos executáveis, similares a acordos contratuais, tanto por si mesmo ou em conjunto com contratos entre as partes.

Influência significativa

10. Se o investidor possuir influência significativa sobre a investida é uma questão de julgamento baseado na natureza do relacionamento entre o investidor e a investida e na definição de influência significativa desta norma. Esta norma é aplicável somente àquelas coligadas nas quais a entidade mantém direito de propriedade quantificável tanto na forma de posse de ações ou outras estruturas de capital formais quanto na forma na qual o direito da entidade possa ser mensurado confiavelmente.

11. Se a entidade mantém direito de propriedade quantificável e detém, direta ou indiretamente (por exemplo, por meio de controladas), vinte por cento ou mais do poder de voto da investida, presume-se que ela tenha influência significativa, a menos que possa ser claramente demonstrado o contrário. Por outro lado, se a entidade detém, direta ou indiretamente (por exemplo, por meio de controladas), menos de vinte por cento do poder de voto da investida, presume-se que ela não tenha influência significativa, a menos que essa influência possa ser claramente demonstrada. A propriedade substancial ou majoritária da investida por outro investidor não necessariamente impossibilita a entidade ter influência significativa.

12. A existência de influência significativa pela entidade, geralmente, é evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

(a) representação no conselho de administração ou órgão administrativo equivalente da investida;

(b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos ou distribuições similares;

(c) transações materiais entre a entidade e sua investida;

(d) intercâmbio de diretores ou gerentes; ou

(e) fornecimento de informação técnica essencial.

13. A entidade pode ter em seu poder opções não padronizadas de compras de ações (warrants), opções de compra de ações, instrumentos de dívida ou patrimoniais conversíveis em ações ordinárias ou outros instrumentos similares com potencial de, se executados ou convertidos, proporcionar à entidade poder de voto adicional ou reduzir o poder de voto de outra parte sobre as políticas financeiras e operacionais da outra entidade (isto é, potenciais direitos de voto). A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto, correntemente exercíveis ou conversíveis, incluindo aqueles mantidos por outras entidades, devem ser considerados quando da avaliação se a entidade tem influência significativa. Potenciais direitos de voto não são correntemente exercíveis ou conversíveis quando, por exemplo, não puderem ser exercidos ou convertidos até data futura ou até a ocorrência de evento futuro.

14. Na avaliação se os potenciais direitos de voto contribuem para a influência significativa, a entidade deve examinar todos os fatos e circunstâncias (inclusive os termos de exercício dos potenciais direitos de voto e quaisquer outros acordos vinculantes considerados individualmente ou em conjunto) que possam afetar os potenciais direitos, exceto a intenção da administração e a capacidade financeira para exercê-los ou convertê-los.

15. A entidade perde a influência significativa sobre a investida quando perde o poder de participar das decisões sobre as políticas financeiras e operacionais daquela investida. A perda de influência significativa pode ocorrer com ou sem mudança no nível de participação acionária absoluta ou relativa. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando a coligada se torna sujeita ao controle de outro governo, tribunal ou administrador. Também como resultado de acordo vinculante.

Método da equivalência patrimonial

16. Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento em coligada, ou em empreendimento controlado em conjunto, é inicialmente reconhecido pelo seu custo, e o seu valor contábil deve ser aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor no resultado do período da investida após a data da aquisição. A participação do investidor no resultado do período da investida deve ser reconhecida no resultado do período do investidor. Distribuições recebidas da investida reduzem o valor contábil do investimento. Ajustes no valor contábil podem ser necessários pela mudança na participação proporcional do investidor decorrente de variações do patrimônio líquido da investida que não foram reconhecidas no resultado do período da investida. Tais variações incluem aquelas decorrentes da reavaliação de ativos imobilizados e das diferenças de conversão em moeda estrangeira. A participação do investidor nessas variações deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido do investidor.

17. O reconhecimento de receita com base em distribuições recebidas pode não ser uma mensuração adequada da receita auferida pelo investidor decorrente de investimentos em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto, porque as distribuições recebidas podem ter pouca relação com o desempenho da investida. Já que o investidor possui controle em conjunto ou influência significativa sobre a investida, ele tem participação no desempenho da coligada ou empreendimento controlado em conjunto, como resultado, o retorno sobre seu investimento. O investidor considera essa participação, expandindo o alcance das demonstrações contábeis, ao incluir sua participação no resultado do período de cada uma das investidas. Assim, a aplicação do método da equivalência patrimonial proporciona relatório com maior grau de informação sobre o resultado do período e o patrimônio líquido do investidor.

18. Na existência de potenciais direitos de voto ou de outros derivativos com potenciais direitos de voto, a participação da entidade na coligada ou no empreendimento controlado em conjunto deve ser determinada somente com base nos direitos de propriedade vigentes e não deve refletir o possível exercício ou conversão dos potenciais direitos de votos e de outros instrumentos derivativos, exceto se o item 19 for aplicável ao caso.

19. Em algumas circunstâncias, a entidade possui, em essência, direito de propriedade vigente como resultado de transação que, no momento corrente, dá a ela acesso aos benefícios associados ao direito de propriedade. Em tais casos, a proporção alocada à entidade deve ser determinada considerando o exercício eventual desses potenciais direitos de voto e de outros instrumentos derivativos que, correntemente, proporcionam à entidade acesso aos benefícios.

20. Instrumentos financeiros que contêm potenciais direitos de voto, mas que, em essência, não proporcionam à entidade, no momento corrente, benefícios associados ao direito de propriedade em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto não devem ser contabilizados de acordo com esta norma.

21. O investimento em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto contabilizado por meio do método da equivalência patrimonial deve ser classificado como ativo não circulante.

Aplicação do método da equivalência patrimonial

22. A entidade com controle em conjunto ou influência significativa sobre a investida deve contabilizar seu investimento em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto com a utilização do método da equivalência patrimonial, a menos que tais investimentos se qualifiquem como exceções, conforme os itens 23 a 25.

Exceções da aplicação do método da equivalência patrimonial

23. A entidade não precisa aplicar o método da equivalência patrimonial para seus investimentos em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto se ela for controladora que está dispensada da elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com o alcance das exceções do item 5 da NBC TSP 17, ou se todos os itens seguintes se aplicarem:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(a) a entidade, em si, é entidade controlada e as necessidades de informação dos usuários são atendidas pelas demonstrações contábeis consolidadas de sua controladora e, no caso de controle parcial, todos os outros proprietários, inclusive aqueles sem direito a voto, foram informados e não fizeram objeção quanto à entidade não aplicar o método da equivalência patrimonial;

(b) os instrumentos de dívida ou patrimoniais não são negociados em mercado aberto (bolsa de valores doméstica ou estrangeira, mercados de balcão, incluindo mercados locais e regionais);

(c) a entidade não arquivou ou não está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis na comissão de valores mobiliários ou em outro órgão regulador, visando à emissão de qualquer classe de instrumentos em mercado aberto;

(d) a controladora final ou qualquer controladora intermediária da entidade elabora demonstrações contábeis, disponíveis ao público, em conformidade com as NBCs TSP, em que as controladas são consolidadas ou mensuradas ao valor justo, de acordo com a NBC TSP 17.

24. Quando o investimento em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto for mantido, direta ou indiretamente, por entidade que seja organização de capital de risco ou fundo mútuo, fundo de investimento e entidades similares, inclusive fundos de investimentos com produtos vinculados a seguros, a entidade pode decidir mensurar os investimentos naquelas coligadas ou empreendimentos controlados em conjunto ao valor justo por meio do resultado. A entidade de investimento terá, por definição, que adotar este critério.

25. Quando a entidade tiver investimento em coligada, a parcela pela qual é mantida indiretamente por meio de organização de capital de risco ou fundo mútuo, fundo de investimentos e entidades similares, inclusive fundos de investimentos com produtos vinculados a seguros, a entidade pode decidir mensurar essa parcela do investimento em coligada ao valor justo por meio do resultado, independentemente de a organização de capital de risco ou fundo mútuo, fundo de investimentos e entidades similares, inclusive fundos de investimentos com produtos vinculados a seguros, ter influência significativa sobre aquela parcela do investimento. Se a entidade fizer essa escolha, ela deve aplicar o método da equivalência patrimonial para a parcela remanescente de seu investimento em coligadas que não estiver sendo mantido por meio de organização de capital de risco ou fundo mútuo, fundo de investimentos e entidades similares, inclusive fundos de investimentos com produtos vinculados a seguros. Quando a entidade tiver investimento em coligada, do qual uma parcela é mantida indiretamente por meio de entidade de investimento, deve mensurar essa parcela do investimento ao valor justo por meio do resultado.

Descontinuidade do uso do método da equivalência patrimonial

26. A entidade deve descontinuar o uso do método da equivalência patrimonial a partir da data em que seu investimento deixar de se qualificar como coligada ou empreendimento controlado em conjunto, de acordo com o que segue:

(a) se o investimento passar a se qualificar como em controlada, a entidade deve contabilizar seu investimento de acordo com a NBC TSP 21 - Combinações no Setor Público e a NBC TSP 17;

(b) se a participação remanescente no investimento, antes qualificado como em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto, for ativo financeiro, a entidade deve mensurá-la ao valor justo. O valor justo da participação remanescente deve ser considerado como o seu valor justo no reconhecimento inicial tal qual um ativo financeiro. A participação remanescente que não tiver preço de mercado em mercado ativo não deve ser mensurada ao valor justo, se (i) o conjunto de estimativas aceitáveis do seu valor justo for significativo e (ii) as probabilidades das várias estimativas não puderem ser confiavelmente avaliadas. Nesse caso, a entidade deve mensurar a participação remanescente pelo valor contábil do investimento na data em que deixar de se qualificar como em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto, e o valor contábil deve ser considerado como o custo no reconhecimento inicial tal qual um ativo financeiro. A entidade deve reconhecer no resultado do período qualquer diferença entre:

(i) o valor justo (ou, se relevante, valor contábil) de qualquer participação remanescente e qualquer receita da alienação parcial da participação na coligada ou no empreendimento controlado em conjunto; e

(ii) o valor contábil do investimento na data em que o método da equivalência patrimonial foi descontinuado;

(c) quando a entidade descontinuar a utilização do método da equivalência patrimonial, deve contabilizar todos os valores anteriormente reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da entidade referentes àquele investimento na mesma base que teria sido requerida, se a investida tivesse alienado diretamente os ativos ou os passivos relacionados.

27. Se o investimento em coligada passar a se qualificar como empreendimento controlado em conjunto, ou o investimento em empreendimento controlado em conjunto passar a se qualificar como em coligada, a entidade deve continuar a aplicar o método da equivalência patrimonial e não deve remensurar a participação remanescente.

Mudanças no direito de propriedade

28. Se o direito de propriedade da entidade em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto for reduzido, mas o investimento continuar a ser classificado como em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto, respectivamente, a entidade deve transferir diretamente para o resultado acumulado a proporção do ganho ou da perda que teria sido anteriormente reconhecida no patrimônio líquido relacionada à redução do direito de propriedade, se a transferência para o resultado acumulado desse ganho ou perda tivesse sido requerida na alienação dos ativos ou passivos relacionados.

Procedimentos do método da equivalência patrimonial

29. Muitos dos procedimentos que são adequados para a aplicação do método da equivalência patrimonial são similares àqueles de consolidação, descritos na NBC TSP 17. Além disso, os conceitos que fundamentam os procedimentos utilizados para contabilizar a aquisição de controlada são também adotados para contabilizar a aquisição de investimento em coligada e em empreendimento controlado em conjunto.

30. A participação da entidade econômica em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto é a soma das participações mantidas pela controladora e suas controladas naquela coligada ou empreendimento controlado em conjunto. As participações mantidas por outras coligadas ou empreendimentos controlados em conjunto do grupo devem ser ignoradas para essa finalidade. Quando a coligada ou o empreendimento controlado em conjunto tiver investimentos em controladas, em coligadas ou em empreendimentos controlados em conjunto, o resultado do período e os ativos líquidos que devem ser considerados na aplicação do método da equivalência patrimonial são aqueles reconhecidos nas demonstrações contábeis das coligadas ou dos empreendimentos controlados em conjunto (incluindo a participação que lhe couber no resultado do período e nos ativos líquidos de suas coligadas e empreendimentos controlados em conjunto), após os ajustes necessários para uniformizar as políticas contábeis (ver itens 37 a 39).

31. Os resultados decorrentes de transações ascendentes (upstream) e descendentes (downstream) entre a entidade (incluindo suas controladas consolidadas) e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis da entidade somente na extensão da participação de outros investidores sobre essa coligada ou empreendimento controlado em conjunto. As transações ascendentes são, por exemplo, vendas de ativos da coligada ou empreendimento controlado em conjunto para o investidor. As transações descendentes são, por exemplo, vendas ou contribuição na forma de ativos do investidor para sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto. A participação do investidor no resultado decorrente dessas transações deve ser eliminada.

32. Quando transações descendentes proporcionarem evidências de redução do valor realizável líquido dos ativos a serem vendidos ou objetos de contribuição ou de perda por redução ao valor recuperável desses ativos, tais perdas devem ser reconhecidas integralmente pelo investidor. Quando transações ascendentes proporcionarem evidências de redução do valor realizável líquido dos ativos a serem comprados ou de perda por redução ao valor recuperável desses ativos, o investidor deve reconhecer sua participação em tais perdas.

33. A contribuição na forma de ativos não monetários para coligada ou empreendimento controlado em conjunto em troca de participação patrimonial na coligada ou empreendimento controlado em conjunto deve ser contabilizada em conformidade com o item 31, exceto se a contribuição não tiver natureza comercial, conforme esse termo é descrito na NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado. Se tal contribuição não tiver natureza comercial, o ganho ou a perda deve ser considerado como não realizado a não ser que o item 34 também se aplique. Tais ganhos e perdas não realizados devem ser eliminados contra o investimento contabilizado pelo método da equivalência patrimonial e não devem ser apresentados como ganhos ou perdas diferidos no balanço patrimonial consolidado da entidade ou no balanço patrimonial da entidade na qual os investimentos são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

34. Se, adicionalmente ao recebimento de participação patrimonial na coligada ou no empreendimento controlado em conjunto, a entidade receber ativos monetários ou não monetários, ela deve reconhecer integralmente no resultado do período a proporção do ganho ou da perda da contribuição relacionada aos ativos monetários ou não monetários recebidos.

35. O investimento deve ser contabilizado com a utilização do método da equivalência patrimonial a partir da data em que ele se qualificar como coligada ou empreendimento controlado em conjunto. Na aquisição do investimento, qualquer diferença entre o custo do investimento e a participação da entidade no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida deve ser contabilizada como segue:

(a) quando a entidade tiver incluído ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) relativo ao investimento em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto no valor contábil do investimento, a amortização desse ágio por expectativa de rentabilidade futura não é permitida;

(b) qualquer excedente da participação da entidade no valor justo líquido dos ativos e dos passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento deve ser incluído como receita na determinação da participação da entidade no resultado do período da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto no período em que o investimento for adquirido.

Ajustes apropriados na participação da entidade no resultado do período da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto devem ser efetuados, após a aquisição, para contabilizar, por exemplo, a depreciação de ativos com base nos seus valores justos da data da aquisição. Da mesma forma, ajustes apropriados na participação da entidade no resultado do período da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto após a aquisição devem ser efetuados para perdas por redução ao valor recuperável, tais como para ativo imobilizado ou, se relevante, ágio por expectativa de rentabilidade futura.

36. As demonstrações contábeis mais recentes disponíveis da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto devem ser utilizadas pela entidade para a aplicação do método da equivalência patrimonial. Quando o final do período das demonstrações contábeis da entidade for diferente daquele da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto, o investidor deve:

(a) obter, com a finalidade de aplicar o método da equivalência patrimonial, informação contábil adicional elaborada na mesma data das demonstrações contábeis da entidade; ou

(b) usar as demonstrações contábeis mais recentes da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto ajustadas por transações ou eventos relevantes que ocorrerem entre a data dessas demonstrações e a das demonstrações contábeis da entidade.

37. As demonstrações contábeis da entidade devem ser elaboradas com a utilização de políticas contábeis uniformes para transações e eventos de mesma natureza em circunstâncias semelhantes.

38. Exceto pelo descrito no item 39, se a coligada ou o empreendimento controlado em conjunto utilizar políticas contábeis diferentes daquelas da entidade para transações e eventos de mesma natureza em circunstâncias semelhantes, ajustes devem ser realizados para adequar as políticas contábeis da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto àquelas da entidade quando da utilização das demonstrações das coligadas e dos empreendimentos controlados em conjunto para a aplicação do método da equivalência patrimonial.

39. Não obstante as exigências do item 38, se a entidade tem participação em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto que seja entidade de investimento, a entidade deve, quando da aplicação do método da equivalência patrimonial, manter a mensuração ao valor justo aplicada por aquela entidade de investimento em suas participações em entidades controladas.

40. Se a coligada ou o empreendimento controlado em conjunto tiver, em circulação, ações preferenciais cumulativas que estiverem em poder de outros investidores que não a entidade e que forem classificadas como patrimônio líquido, a entidade deve calcular a sua participação no resultado do período após ajustá-lo pelos dividendos referentes a essas ações, tendo sido declarados ou não.

41. Se a participação da entidade no prejuízo do período da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto for igual ou maior do que a sua participação na coligada ou no empreendimento controlado em conjunto, a entidade deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em déficits adicionais. A participação na coligada ou no empreendimento controlado em conjunto é o valor contábil do investimento na coligada ou no empreendimento controlado em conjunto determinado com a utilização do método da equivalência patrimonial, juntamente com quaisquer participações de longo prazo que, em essência, constituem o investimento líquido da entidade na coligada ou no empreendimento controlado em conjunto. Por exemplo, um item, cuja liquidação não está planejada, nem é provável que ocorra em futuro previsível é, em essência, uma extensão do investimento da entidade naquela coligada ou empreendimento controlado em conjunto. Tais itens podem incluir ações preferenciais e empréstimos ou recebíveis de longo prazo, porém não incluem itens como recebíveis ou exigíveis de natureza comercial ou quaisquer recebíveis de longo prazo para os quais existam garantias adequadas, tais como empréstimos com garantias. O déficit reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que exceda o investimento em ações ordinárias da entidade deve ser aplicado aos demais itens que constituem a participação desta na coligada ou no empreendimento controlado em conjunto em ordem inversa de sua prioridade na liquidação.

42. Após a participação de a entidade ser reduzida a zero, déficits adicionais são considerados e o passivo reconhecido somente na medida em que a entidade tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou realizado pagamentos em nome da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto. Se a coligada ou o empreendimento controlado em conjunto, subsequentemente, reportar superávits, a entidade retoma o reconhecimento de sua participação nesses superávits somente após sua participação nos superávits se igualarem aos déficits não reconhecidos.

43 a 48. (Não convergidos).

Demonstrações contábeis separadas

49. O investimento em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto deve ser contabilizado nas demonstrações contábeis separadas da entidade em conformidade com o item 12 da NBC TSP 16.

50 a 53. (Não convergidos).

Vigência

Esta norma deve ser aplicada nas entidades do setor público a partir de 1º de janeiro de 2021, salvo na existência de algum normativo em âmbito nacional que estabeleça prazos específicos - casos em que estes prevalecem.

ZULMIR IVÂNIO BREDA
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP 19, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018

Aprova a NBC TSP 19 - Acordos em Conjunto.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

NBC TSP 19 - ACORDOS EM CONJUNTO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Objetivo

1.O objetivo desta norma é estabelecer critérios para a elaboração e divulgação de informação contábil por entidades que tenham participação em acordos em conjunto.

2.Para cumprir o objetivo do item 1, esta norma define controle em conjunto e exige que a entidade que seja parte determine o tipo de acordo em conjunto em que está envolvida pela avaliação dos seus direitos e obrigações e contabilize os mesmos conforme esse tipo de acordo.

Alcance

3.A entidade que elabora e apresenta demonstrações contábeis, de acordo com o regime de competência, deve aplicar esta norma para determinar o tipo de acordo em conjunto em que está envolvida, bem como para contabilizar os direitos e as obrigações referentes ao acordo em conjunto.

4.Esta norma deve ser aplicada a todas as entidades que sejam parte de acordo em conjunto.

5.Esta norma se aplica às entidades do setor público, conforme o alcance definido na NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL.

6.(Não convergido).

Definições

7.Os termos a seguir são utilizados nesta norma com os seguintes significados:

Acordo vinculante é aquele que confere direitos e obrigações executáveis às partes como se fosse na forma de contrato. Isso inclui direitos contratuais ou outros direitos legais.

Acordo em conjunto é o acordo pelo qual duas ou mais partes têm controle em conjunto.

Controle em conjunto é o compartilhamento do controle por meio de acordo vinculante, que existe apenas quando decisões sobre as atividades relevantes exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Operação em conjunto corresponde ao acordo em conjunto em que as partes que o controlam têm direitos sobre os ativos e obrigações junto aos passivos, relacionadas ao acordo.

Operador em conjunto é parte de operação conjunta que possui controle em conjunto dessa operação.

Empreendimento controlado em conjunto é o acordo por meio do qual as partes controlam em conjunto o empreendimento e possuem direitos em seus ativos líquidos.

Empreendedor em conjunto é a parte de empreendimento controlado em conjunto que tem controle em conjunto desse empreendimento.

Parte em acordo em conjunto é a entidade que participa de acordo em conjunto, independentemente de ter o controle em conjunto do acordo.

Instrumento separado é a estrutura financeira identificável separadamente, incluindo entidades legalmente separadas ou reconhecidas por estatuto, independentemente de essas entidades terem personalidade jurídica.

Os termos definidos em outras NBCs TSP são utilizados nesta norma com o mesmo significado que nessas outras normas. Os seguintes termos são definidos na NBC TSP 16 - Demonstrações Contábeis Separadas, na NBC TSP 17 - Demonstrações Contábeis Consolidadas ou na NBC TSP 18 - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto: benefícios, controle, método da equivalência patrimonial, poder, direitos de proteção, atividades relevantes, demonstrações contábeis separadas e influência significativa.

Acordo vinculante

8.Acordos vinculantes podem ser evidenciados de diferentes maneiras. O acordo vinculante é geralmente, mas nem sempre, formalizado por escrito, tal como contrato ou deliberações documentadas entre as partes. Mecanismos legais, tais como atos dos Poderes Legislativo ou Executivo, podem também criar acordos executáveis, similares a acordos contratuais, tanto por si mesmo ou em conjunto com contratos entre as partes.

Acordo em conjunto

9.Acordo em conjunto é o acordo pelo qual duas ou mais partes têm controle em conjunto.

10.O acordo em conjunto tem as seguintes características:

(a)as partes integrantes estão vinculadas por acordo vinculante;

(b)o acordo vinculante dá a duas ou mais dessas partes o controle em conjunto do acordo (ver itens 12 a 18).

11.O acordo em conjunto é operação em conjunto ou empreendimento controlado em conjunto.

Controle em conjunto

12.Controle em conjunto é o compartilhamento do controle do acordo, que existe apenas quando decisões relacionadas a atividades relevantes exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. O compartilhamento do controle pode ter sido firmado por meio de acordo vinculante.

13.A entidade que é parte do acordo deve avaliar se o acordo vinculante dá a todas as partes, ou a grupo das partes, o controle do acordo coletivamente. Todas as partes, ou grupo das partes, controlam coletivamente o acordo quando devem agir em conjunto para conduzir as atividades que afetem significativamente os benefícios do acordo (ou seja, atividades relevantes).

14.Uma vez que tenha sido determinado que todas as partes, ou grupo das partes, controlam o acordo coletivamente, o controle em conjunto existe somente quando as decisões sobre as atividades relevantes exigirem o consentimento unânime das partes que controlam o acordo coletivamente.

15.Em acordo em conjunto, nenhuma parte controla o acordo por si mesma. Uma parte com controle em conjunto do acordo pode impedir que qualquer das outras partes, ou grupo das partes, controle o acordo.

16.O acordo pode ser conjunto, mesmo que nem todas as partes tenham controle em conjunto do acordo. Esta norma faz distinção entre as partes que têm controle em conjunto do acordo em conjunto (operadores conjuntos ou empreendedores controlados em conjunto) e as partes que participam, mas não têm controle em conjunto, do acordo em conjunto.

17.A entidade deve fazer uso de julgamento quando da avaliação se todas as partes, ou grupo das partes, têm o controle em conjunto do acordo. A entidade deve fazer essa avaliação considerando todos os fatos e circunstâncias.

18.Se fatos e circunstâncias mudarem, a entidade deve reavaliar se ainda possui controle em conjunto do acordo.

Tipos de acordo em conjunto

19.A entidade deve determinar o tipo de acordo em conjunto em que está envolvida. A classificação do acordo em conjunto como operação em conjunto ou empreendimento controlado em conjunto depende dos direitos e obrigações das partes no acordo.

20.A entidade deve fazer uso de julgamento ao avaliar se o acordo em conjunto é operação em conjunto ou empreendimento controlado em conjunto. A entidade deve determinar o tipo de acordo em conjunto em que está envolvida, considerando seus direitos e obrigações decorrentes do acordo. A entidade deve avaliar os seus direitos e obrigações, considerando a estrutura e a forma jurídica do acordo, os termos acordados pelas partes ou estabelecidos por autoridade legislativa ou executiva e, quando relevante, outros fatos e circunstâncias.

21.Algumas vezes, as partes estão limitadas pela estrutura do acordo que estabelece os termos gerais para a realização de uma ou mais atividades. Essa estrutura de acordo pode indicar que as partes estabelecem diferentes acordos em conjunto para lidar com atividades específicas que fazem parte do acordo. Embora esses acordos em conjunto estejam relacionados com a mesma estrutura, seu tipo pode ser diferente, se os direitos e as obrigações das partes diferirem ao realizarem as diferentes atividades tratadas na estrutura do acordo. Consequentemente, as operações em conjunto e os empreendimentos controlados em conjunto podem coexistir quando as partes realizam diferentes atividades que fazem parte da mesma estrutura do acordo.

22.Se os fatos e as circunstâncias mudarem, a entidade deve reavaliar se o tipo de acordo em conjunto em que está envolvida mudou.

Demonstrações contábeis das partes de acordo em conjunto

Operação em conjunto

23.O operador em conjunto deve reconhecer em relação à sua participação em operação em conjunto:

(a)seus ativos, incluindo a sua participação em quaisquer ativos mantidos em conjunto;

(b)seus passivos, incluindo a sua participação em quaisquer passivos incorridos em conjunto;

(c)sua receita de venda da sua parcela sobre a produção advinda da operação em conjunto (venda direta por parte do operador em conjunto);

(d)sua parcela sobre a receita de venda da produção da operação em conjunto (venda por parte da operação em conjunto); esuas despesas, incluindo a sua participação em quaisquer despesas incorridas em conjunto.

24.O operador em conjunto deve contabilizar os ativos, os passivos, as receitas e as despesas relacionados à sua participação em operação em conjunto de acordo com as NBCs TSP aplicáveis aos ativos, passivos, receitas e despesas específicas.

25.(Não convergido).

26.Uma parte em operação em conjunto que não detenha o seu controle em conjunto também deve contabilizar sua participação no acordo, conforme os itens 23 e 24, caso tenha, com relação à operação em conjunto, direitos sobre os ativos e as obrigações quanto aos passivos. Se uma parte em operação em conjunto, mas que não seja parte do controle em conjunto, não tiver direitos sobre os ativos e as obrigações junto aos passivos, deve contabilizar sua participação na operação em conjunto em conformidade com as NBCs TSP aplicáveis àquela participação.

Empreendimento controlado em conjunto

27.O empreendedor em conjunto deve reconhecer sua participação em empreendimento controlado em conjunto como investimento e deve contabilizá-lo com a aplicação do método da equivalência patrimonial, de acordo com a NBC TSP 18, a menos que a entidade esteja dispensada de aplicar o método da equivalência patrimonial de acordo com o especificado naquela norma.

28.(Não convergido).

Demonstrações contábeis separadas

29.Nas suas demonstrações contábeis separadas, o operador ou o empreendedor em conjunto deve contabilizar sua participação em:

(a)operação em conjunto, conforme os itens 23 e 24; e

(b)empreendimento controlado em conjunto, conforme o item 12 da NBC TSP 16.

30.Nas suas demonstrações contábeis separadas, uma parte de acordo em conjunto, mas que não faça parte do controle em conjunto, deve considerar sua participação em:

(a)operação em conjunto, conforme o item 26; e

(b)empreendimento controlado em conjunto, quando detiver influência significativa, caso em que deve aplicar o item 12 da NBC TSP 16.

31 a 44. (Não convergidos).

Vigência

Esta norma deve ser aplicada nas entidades do setor público a partir de 1º de janeiro de 2021, salvo na existência de algum normativo em âmbito nacional que estabeleça prazos específicos - casos em que estes prevalecem.

ZULMIR IVÂNIO BREDA
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP 20, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018

Aprova a NBC TSP 20 - Divulgação de Participações em Outras Entidades.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

NBC TSP 20 - DIVULGAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS ENTIDADES

Objetivo

1.O objetivo desta norma é exigir que a entidade divulgue informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar:

(a)a natureza e os riscos associados com as participações em controladas, em controladas não consolidadas, em acordos em conjunto, em coligadas e em entidades estruturadas não consolidadas; e

(b)os efeitos dessas participações sobre a sua posição financeira, seu desempenho financeiro e seus fluxos de caixa.

Alcance

2.A entidade que elabora e apresenta demonstrações contábeis de acordo com o regime de competência deve aplicar esta norma para divulgar informações sobre as participações em controladas, em controladas não consolidadas, em acordos em conjunto, em coligadas e em entidades estruturadas não consolidadas.

3. Esta norma deve ser aplicada por entidade que tenha participação em quaisquer das seguintes situações:

(a) controladas;

(b) acordos em conjunto (ou seja, operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures));

(c) coligadas; ou

(d) entidades estruturadas não consolidadas.

4. Esta norma não se aplica a:

(a) planos de benefícios pós-emprego ou outros planos de benefícios de longo prazo a empregados aos quais se aplique a NBC TSP 15 - Benefícios a Empregados;

(b)demonstrações contábeis separadas de entidade às quais se aplique a NBC TSP 16 - Demonstrações Contábeis Separadas. Contudo:

(i) se a entidade tiver participações em entidades estruturadas não consolidadas e elaborar demonstrações contábeis separadas como suas únicas demonstrações contábeis, ela deve aplicar os requisitos dos itens 40 a 48 ao elaborar essas demonstrações;

(ii) a entidade de investimento que elaborar demonstrações contábeis em que todas as suas controladas são mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com o item 56 da NBC TSP 17 - Demonstrações Contábeis Consolidadas, deve divulgar as informações relativas a entidades de investimento exigidas por esta norma;

(c) participação mantida por entidade que é parte, mas que não tenha o controle conjunto de acordos em conjunto, a menos que resulte em influência significativa ou constitua participação em entidade estruturada;

(d) participação em outra entidade que seja contabilizada como instrumento financeiro. Contudo, a entidade deve aplicar esta norma:

(i) quando essa participação for em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto que, de acordo com a NBC TSP 18 - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, seja mensurada ao valor justo por meio do resultado; ou

(ii) quando essa participação for em entidade estruturada não consolidada.

5. Esta norma aplica-se às entidades do setor público, conforme o alcance definido na NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL.

6. (Não convergido).

Definições

7. Os termos a seguir são utilizados nesta norma com os seguintes significados:

Acordo vinculante é aquele que confere direitos e obrigações executáveis às partes como se fosse na forma de contrato. Isso inclui direitos contratuais ou outros direitos legais.

Participação em outra entidade refere-se ao envolvimento por meio de acordo vinculante ou outra forma que exponha a entidade à variabilidade dos retornos oriundos do desempenho da outra entidade. Participação em outra entidade pode ser comprovada pela, mas não está limitada a, detenção de instrumentos patrimoniais ou de dívida, bem como outras formas de envolvimento, como, por exemplo, o fornecimento de recursos como fonte de financiamento, suporte de liquidez, melhoria de crédito e garantias. Isso inclui os meios pelos quais a entidade tem o controle ou o controle em conjunto de outra entidade, ou influência significativa sobre ela. A entidade não tem necessariamente participação em outra entidade unicamente devido à relação típica cliente/fornecedor.

Resultado de entidade estruturada inclui, entre outros, taxas recorrentes e não recorrentes, juros, dividendos ou distribuições similares, ganhos ou perdas sobre a remensuração ou desreconhecimento de participações em entidades estruturadas e ganhos ou perdas decorrentes da transferência de ativos e passivos à entidade estruturada.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Entidade estruturada é:

(a) a entidade que foi projetada de modo que os acordos administrativos ou a legislação não sejam os fatores determinantes para decidir quem tem o controle, mas os acordos vinculantes sejam significativos para determinar o controle da entidade e as atividades relevantes são direcionadas por meio desses acordos; ou

(b) a entidade que foi projetada para que os direitos de voto ou similares não sejam os fatores determinantes para decidir quem controla a entidade, como quando qualquer direito de voto se relaciona apenas com tarefas administrativas e as atividades relevantes são direcionadas por meio de acordos vinculantes.

Os termos definidos em outras NBCs TSP são utilizados nesta norma com o mesmo significado conforme consta nessas outras normas. Os seguintes termos são definidos na NBC TSP 16, na NBC TSP 17, na NBC TSP 18 ou na NBC TSP 19 - Acordos em Conjunto: coligada, demonstrações contábeis consolidadas, controle, controlada, controladora, entidade econômica, método da equivalência patrimonial, entidade de investimento, acordos em conjunto, controle em conjunto, operação em conjunto, empreendimento controlado em conjunto, participação de não controlador, atividades relevantes, demonstrações contábeis separadas, instrumento separado e influência significativa.

Acordo vinculante

8. Acordos vinculantes podem ser evidenciados de diferentes maneiras. O acordo vinculante é geralmente, mas nem sempre, por escrito, na forma de contrato ou deliberações documentadas entre as partes. Mecanismos legais, tais como atos do Poder Legislativo e Executivo, podem também criar acordos executáveis, similares a acordos contratuais, tanto por si mesmo ou em conjunto com contratos entre as partes.

Divulgação de informações sobre participações em outras entidades

9. Para atingir o objetivo do item 1, a entidade deve divulgar:

(a) os julgamentos utilizados e as premissas significativas consideradas para determinar:

(i) a natureza de sua participação em outra entidade ou acordo;

(ii) o tipo de acordo em conjunto no qual ela possui participação (itens 12 a 14); e

(iii) que ela atende a definição de entidade de investimento, se aplicável (item 15);

(b) as informações sobre suas participações em:

(i) controladas (itens 17 a 26);

(ii) acordos em conjunto e em coligadas (itens 35 a 39); e

(iii) entidades estruturadas que não são consolidadas (itens 40 a 48);

(iv) direito de propriedade não quantificável (itens 49 e 50); e

(v) participação em controlada adquirida com intenção de alienação (itens 51 a 57).

10. Se as divulgações exigidas por esta norma, juntamente com as exigidas por outras NBCs TSP, não atingirem o objetivo do item 1, a entidade deve divulgar quaisquer informações adicionais necessárias para atingir esse objetivo.

11. A entidade deve considerar o nível de detalhe necessário para atingir o objetivo de divulgação do item 1 e a ênfase que deve ser dada a cada uma das exigências desta norma. Ela deve agregar ou desagregar divulgações de modo que informações úteis não sejam omitidas, seja pela inclusão de grande quantidade de detalhes insignificantes ou pela agregação de itens que possuem características diferentes.

Julgamentos e premissas significativos

12. A entidade deve divulgar a metodologia usada para determinar:

(a) que tem o controle de outra entidade, conforme descrito nos itens 18 a 20 da NBC TSP 17;

(b) que possui o controle em conjunto de acordo ou influência significativa sobre outra entidade; e

(c) o tipo de acordo em conjunto (ou seja, operação em conjunto ou empreendimento controlado em conjunto) quando tiver sido estruturado por meio de instrumento separado.

13. As divulgações exigidas pelo item 12 devem constar nas demonstrações contábeis ou incorporadas por referência cruzada em outra demonstração que esteja disponível, nos mesmos termos e ao mesmo tempo, para os usuários das demonstrações contábeis. Sem a informação incorporada por referência cruzada, as demonstrações contábeis estão incompletas.

14. Para dar cumprimento ao item 12, a entidade deve divulgar, por exemplo, os fatores considerados ao determinar se:

(a) controla uma entidade específica (ou categoria similar de entidades) onde a participação em outras entidades não é divulgada pela participação em instrumentos patrimoniais ou de dívida;

(b) não controla outra entidade (ou categoria similar de entidades) mesmo que detenha mais do que a metade dos direitos de voto da outra entidade (ou entidades);

(c) controla outra entidade (ou categoria de entidades) mesmo que detenha menos da metade dos direitos de voto da outra entidade;

(d) é agente ou principal;

(e) não tem influência significativa, mesmo que detenha 20% ou mais dos direitos de voto de outra entidade;

(f) tem influência significativa, mesmo que detenha menos de 20% dos direitos de voto de outra entidade.

Condição de entidade de investimento

15. Quando a controladora se qualificar como sendo entidade de investimento, de acordo com a NBC TSP 17, a entidade de investimento deve divulgar informações sobre julgamentos e premissas significativos que adotou ao determinar que é entidade de investimento. A entidade de investimento não necessita divulgar essa informação caso tenha todas as características do item 61 da NBC TSP 17.

16. Quando a entidade se tornar ou deixar de ser entidade de investimento, ela deve divulgar a mudança da condição de entidade de investimento e as razões para a mudança. Além disso, a entidade que se tornar entidade de investimento deve divulgar o efeito da mudança de condição sobre as demonstrações contábeis para o período apresentado, incluindo:

(a) o valor justo total, na data da mudança de condição, das controladas que deixaram de ser consolidadas;

(b) o ganho ou a perda total, se houver, calculado de acordo com o item 64 da NBC TSP 17; e

(c) as rubricas do resultado do período nas quais o ganho ou a perda for reconhecido (se não apresentada separadamente).

Participações em controladas

17. A entidade deve divulgar informações que possibilitem aos usuários de suas demonstrações contábeis consolidadas:

(a) compreender:

(i) a composição da entidade econômica; e

(ii) a participação de sócios não controladores nas atividades e fluxos de caixa da entidade econômica (ver item 19); e

(b) avaliar:

(i) a natureza e a extensão de restrições significativas sobre sua capacidade de acessar ou usar ativos e liquidar passivos da entidade econômica (ver item 20);

(ii) a natureza dos riscos associados as suas participações em entidades estruturadas consolidadas e mudanças nesses riscos (ver itens 21 a 24);

(iii) os efeitos de mudanças em sua participação societária em controlada que não resultam em perda de controle (ver item 25); e

(iv) os efeitos da perda de controle de controlada durante o período a que se referem às demonstrações contábeis (ver item 26).

18. Quando as demonstrações contábeis de controlada utilizadas na elaboração de demonstrações contábeis consolidadas forem referentes à data ou período diferente do das demonstrações consolidadas (ver item 46 da NBC TSP 17), a entidade deve divulgar:

(a) a data do final do período das demonstrações contábeis dessa controlada; e

(b) a razão para utilizar data ou período diferente.

Participações de não controladores nas atividades e nos fluxos de caixa da entidade econômica

19. A entidade deve divulgar para cada uma de suas controladas que tenha participação de não controladores que sejam materiais para a entidade que reporta:

(a) o nome da controlada;

(b) a sede e a forma legal da controlada e a jurisdição em que opera;

(c) a proporção de participações societárias mantidas por sócios não controladores;

(d) a proporção de direitos de voto mantidos por sócios não controladores, se diferente da proporção de participações societárias mantidas;

(e) o resultado alocado à participação de não controladores da controlada durante o período de reporte;

(f) participação de não controladores acumulada da controlada ao final do período das demonstrações contábeis;

(g) informações financeiras resumidas sobre a controlada.

Natureza e extensão de restrições significativas

20. A entidade deve divulgar:

(a) restrições significativas em acordos vinculantes (por exemplo, restrições legais, contratuais e regulatórias) sobre a sua capacidade de acessar ou usar os ativos e liquidar os passivos de entidade econômica, tais como:

(i) aquelas que restringem a capacidade da controladora ou de suas controladas de transferir caixa ou outros ativos para (ou de) outras entidades dentro da entidade econômica;

(ii) garantias ou outras exigências que possam restringir que dividendos e outras distribuições de capital sejam pagos ou que empréstimos e adiantamentos sejam feitos ou pagos a (ou por) outras entidades dentro da entidade econômica;

(b) a natureza e a extensão em que direitos de proteção de sócios não controladores podem restringir significativamente a capacidade da entidade de acessar ou usar os ativos e liquidar os passivos da entidade econômica (como, por exemplo, quando a controladora é obrigada a liquidar passivos de controlada antes de liquidar seus próprios passivos ou quando a aprovação de sócios não controladores é exigida seja para acessar os ativos seja para liquidar os passivos de controlada);

(c) os valores, nas demonstrações contábeis consolidadas, dos ativos e dos passivos aos quais se aplicam essas restrições.

Natureza dos riscos associados às participações em entidades estruturadas consolidadas

21. A entidade deve divulgar os termos de quaisquer acordos vinculantes que possam exigir que a controladora ou suas controladas forneçam suporte financeiro à entidade estruturada consolidada, incluindo eventos ou circunstâncias que possam expor a entidade que reporta à perda (por exemplo, acordos de liquidez ou gatilhos de classificação de crédito associados a obrigações de comprar ativos da entidade estruturada ou de fornecer suporte financeiro).

22. Se, durante o período das demonstrações contábeis, a controladora ou quaisquer de suas controladas tiver, sem que haja obrigação decorrente de acordo vinculante para fazê-lo, fornecido suporte financeiro ou outro suporte à entidade estruturada consolidada (por exemplo, adquirindo ativos da entidade estruturada ou instrumentos emitidos por ela), a entidade deve divulgar:

(a) o tipo e o valor do suporte fornecido, incluindo situações nas quais a controladora ou suas controladas tenham auxiliado a entidade estruturada na obtenção de suporte financeiro; e

(b) as razões para o fornecimento do suporte.

23. Se, durante o período das demonstrações contábeis, a controladora ou quaisquer de suas controladas tiver, sem que haja obrigação decorrente de acordo vinculante para fazê-lo, fornecido suporte financeiro ou outro suporte à entidade estruturada anteriormente não consolidada e esse fornecimento de suporte tiver resultado no controle da entidade estruturada pela entidade, a entidade deve divulgar explicação dos fatores relevantes para chegar a essa decisão.

24. A entidade deve divulgar quaisquer intenções atuais de fornecer suporte financeiro, ou outro tipo de suporte, à entidade estruturada consolidada, incluindo intenções de auxiliar a entidade estruturada a obter suporte financeiro.

Consequências de mudanças na participação societária de controladora em controlada que não resultam na perda de controle

25. A entidade deve apresentar quadro demonstrativo com os efeitos sobre o patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora de quaisquer mudanças na participação societária em controlada que não resultam na perda de controle.

Consequências da perda de controle de controlada durante o período das demonstrações contábeis

26. A entidade deve divulgar o ganho ou a perda se houver, calculado de acordo com o item 52 da NBC TSP 17 e:

(a) a parcela desse ganho ou perda atribuível à mensuração de qualquer investimento remanescente na ex-controlada, pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido; e

(b) as contas no resultado do período no qual o ganho ou a perda estiver reconhecido (se não apresentado separadamente).

Participações em controladas não consolidadas (entidade de investimento)

27. A entidade de investimento, que, de acordo com a NBC TSP 17, seja obrigada a aplicar a exceção à consolidação e, em decorrência disso, contabilize seu investimento em controlada ao valor justo por meio do resultado do período, deve divulgar esse fato.

28. Para cada controlada não consolidada, a entidade de investimento deve divulgar:

(a) o nome da controlada;

(b) a sede e a forma legal da controlada e a jurisdição em que opera;

(c) a proporção da participação societária mantida pela entidade de investimento e, se diferente, a proporção de direitos de voto mantidos.

29. Se a entidade de investimento for controladora de outra entidade de investimento, a controladora deve fornecer também as divulgações contidas nos itens 28(a) a (c) para investimentos que sejam controlados por sua controlada qualificada como entidade de investimento. A divulgação pode ser realizada pela inclusão, nas demonstrações contábeis da controladora, às demonstrações contábeis da controlada (ou controladas) que contêm as informações acima.

30. A entidade de investimento deve divulgar:

(a) a natureza e a extensão de quaisquer restrições significativas oriundas de acordos vinculantes (por exemplo, resultantes de acordos de empréstimo, requisitos regulatórios ou acordos contratuais) sobre a capacidade da controlada não consolidada de transferir recursos à entidade de investimento na forma de dividendos em dinheiro, ou distribuições similares, ou de pagar empréstimos ou adiantamentos feitos à controlada não consolidada pela entidade de investimento; e

(b) quaisquer compromissos ou intenções de fornecer suporte financeiro ou outro suporte à controlada não consolidada, incluindo compromissos ou intenções de auxiliar a controlada na obtenção de suporte financeiro.

31. Se, durante o período das demonstrações contábeis, a entidade de investimento ou quaisquer de suas controladas tiver, sem ter a obrigação contratual de fazê-lo, fornecido suporte financeiro ou outro tipo de suporte à controlada não consolidada (por exemplo, adquirindo ativos da controlada ou instrumentos emitidos por ela ou auxiliando-a na obtenção de suporte financeiro), a entidade deve divulgar:

(a) o tipo e o valor do suporte fornecido a cada controlada não consolidada; e

(b) as razões para o fornecimento do suporte.

32. A entidade de investimento deve divulgar os termos de quaisquer acordos vinculantes que poderiam exigir que ela ou suas controladas não consolidadas fornecessem suporte financeiro à entidade não consolidada, controlada e estruturada, incluindo eventos ou circunstâncias que poderiam expor a entidade que reportar suas demonstrações contábeis à perda (por exemplo, acordos de liquidez ou gatilhos de classificação de crédito associados a obrigações de comprar ativos da entidade estruturada ou de fornecer suporte financeiro).

33. Se, durante o período das demonstrações contábeis, a entidade de investimento ou quaisquer de suas controladas não consolidadas tiver, sem ter a obrigação resultante de acordo vinculante, fornecido suporte financeiro ou outro tipo de suporte à entidade não consolidada e estruturada que a entidade de investimento não controlava e se esse fornecimento de suporte tiver resultado no controle da entidade estruturada pela entidade de investimento, a entidade de investimento deve divulgar explicação dos fatores relevantes para chegar à decisão de fornecer esse suporte.

34. A controladora de entidade de investimento que não é entidade de investimento deve divulgar em suas demonstrações contábeis consolidadas, as informações exigidas nos itens 27 a 33 em relação a essas entidades controladas não consolidadas.

Participações em acordos em conjunto e em coligadas

35. A entidade deve divulgar informações que possibilitem aos usuários de suas demonstrações contábeis avaliarem:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(a) a natureza, a extensão e os efeitos financeiros de suas participações em acordos em conjunto e em coligadas, incluindo a natureza e os efeitos de sua relação com os demais investidores que têm o controle em conjunto ou influência significativa sobre os acordos em conjunto e sobre coligadas (ver itens 36 e 38); e

(b) a natureza dos riscos associados às suas participações em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas e as mudanças nesses riscos (ver item 39).

Natureza, extensão e efeitos financeiros das participações da entidade em acordos em conjunto e em coligadas

36. A entidade deve divulgar:

(a) para cada acordo em conjunto e coligada que seja material para a entidade que reporta a informação:

(i) o nome do acordo em conjunto ou da coligada;

(ii) a natureza da relação da entidade com o acordo em conjunto ou com a coligada (descrevendo, por exemplo, a natureza das atividades do acordo em conjunto ou da coligada e se elas são estratégicas para as atividades da entidade);

(iii) a sede e a forma legal do acordo em conjunto e da coligada e a jurisdição em que opera; e

(iv) a proporção de participações societárias ou outras participações mantidas pela entidade, e, se diferente, a proporção de direitos de voto mantidos (se aplicável);

(b) para cada empreendimento controlado em conjunto e coligada que seja material para a entidade que reporta a informação:

(i) se o investimento no empreendimento controlado em conjunto ou na coligada é mensurado, usando-se o método da equivalência patrimonial ou o valor justo;

(ii) informações financeiras resumidas sobre o empreendimento controlado em conjunto ou sobre a coligada; e

(iii) se o empreendimento controlado em conjunto ou a coligada for contabilizado, usando-se o método da equivalência patrimonial, o valor justo de seu investimento no empreendimento controlado em conjunto ou na coligada, se houver preço de mercado cotado para o investimento;

(c) informações financeiras sobre os investimentos da entidade em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas que não sejam individualmente materiais:

(i) de modo agregado para todos os empreendimentos controlados em conjunto que sejam individualmente imateriais; e

(ii) de modo agregado para todas as coligadas que sejam individualmente imateriais. Essa informação deve ser divulgada de forma separada das informações agregadas dos empreendimentos controlados em conjunto.

37. A entidade de investimento não precisa fornecer as divulgações exigidas pelo item 36(b) e (c).

38. A entidade também deve divulgar:

(a) a natureza e a extensão de quaisquer restrições significativas (por exemplo, resultantes de acordos de empréstimo, exigências regulatórias ou acordos vinculantes entre investidores com controle conjunto ou influência significativa sobre empreendimento controlado em conjunto ou sobre coligada) sobre a capacidade de empreendimentos controlados em conjunto ou de coligadas de transferir recursos à entidade na forma de dividendos ou distribuição similar ou de pagar empréstimos ou adiantamentos feitos pela entidade;

(b) quando as demonstrações contábeis do empreendimento controlado em conjunto ou da coligada, utilizadas na aplicação do método da equivalência patrimonial, forem referentes à data ou período diferente do das demonstrações contábeis da entidade:

(i) a data do final do período das demonstrações contábeis desse empreendimento controlado em conjunto ou dessa coligada; e

(ii) a razão para utilizar data ou período diferente;

(c) a parcela não reconhecida de perdas com empreendimento controlado em conjunto ou com coligada, tanto para o período das demonstrações contábeis quanto cumulativamente, se a entidade tiver deixado de reconhecer sua parcela das perdas com o empreendimento controlado em conjunto ou com a coligada ao aplicar o método da equivalência patrimonial.

Riscos associados às participações da entidade em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas

39. A entidade deve divulgar:

(a) compromissos relacionados com seus empreendimentos controlados em conjunto, separadamente do valor de outros compromissos; e

(b) de acordo com a NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a menos que a probabilidade de perda seja remota, os passivos contingentes incorridos com relação a suas participações em empreendimentos controlados em conjunto ou em coligadas (incluindo sua parcela de passivos contingentes incorridos em conjunto com outros investidores que tenham o controle conjunto ou influência significativa sobre empreendimentos controlados em conjunto ou coligadas), separadamente do valor de outros passivos contingentes.

Participações em entidades estruturadas não consolidadas

40. A entidade deve divulgar informações que possibilitem aos usuários de suas demonstrações contábeis:

(a) compreender a natureza e a extensão de suas participações em entidades estruturadas não consolidadas (ver itens 43 a 45); e

(b) avaliar a natureza dos riscos associados a suas participações em entidades estruturadas não consolidadas e mudanças nesses riscos (ver itens 46 a 48).

41. As informações exigidas pelo item 40(b) incluem informações sobre a exposição da entidade ao risco como resultado do envolvimento que teve com entidades estruturadas não consolidadas em períodos anteriores (por exemplo, patrocínio de entidade estruturada), mesmo que, na data das demonstrações contábeis, a entidade não tenha mais qualquer acordo vinculante com a entidade estruturada.

42. A entidade de investimento não precisa fornecer as divulgações exigidas pelo item 40 para a entidade estruturada não consolidada que ela controle e para a qual ela apresente as divulgações exigidas pelos itens 27 a 33.

Natureza das participações

43. A entidade deve divulgar informações qualitativas e quantitativas sobre suas participações em entidades estruturadas não consolidadas, incluindo, entre outras, a natureza, o propósito, o porte e as atividades da entidade estruturada e como a entidade estruturada é financiada.

44. Se a entidade tiver patrocinado entidade estruturada não consolidada em relação à qual não forneça as informações exigidas pelo item 46 (por exemplo, porque não tem participação na entidade na data de reporte), a entidade deve divulgar:

(a) como determinou quais entidades estruturadas patrocinou;

(b) o resultado dessas entidades estruturadas durante o período das demonstrações contábeis, incluindo a descrição dos tipos de receitas apresentadas; e

(c) o valor contábil (no momento da transferência) de todos os ativos transferidos a essas entidades estruturadas durante o período das demonstrações contábeis.

45. A entidade deve apresentar as informações do item 44(b) e (c) em formato de tabela, salvo se outro formato for mais adequado, e deve classificar suas atividades de patrocínio em categorias relevantes.

Natureza dos riscos

46. A entidade deve divulgar em formato de tabela, salvo se outro formato for mais apropriado, o resumo do que segue:

(a) os valores contábeis dos ativos e dos passivos reconhecidos em suas demonstrações contábeis relativos às suas participações em entidades estruturadas não consolidadas;

(b) as rubricas do balanço patrimonial em que esses ativos e passivos estiverem reconhecidos;

(c) o valor que melhor representa a exposição máxima da entidade à perda decorrente de suas participações em entidades estruturadas não consolidadas, incluindo como essa exposição à perda é determinada. Se não puder quantificar sua exposição máxima à perda decorrente de suas participações em entidades estruturadas não consolidadas, a entidade deve divulgar esse fato e as razões para tanto;

(d) a comparação dos valores contábeis dos ativos e dos passivos da entidade que se referem a suas participações em entidades estruturadas não consolidadas e a exposição máxima da entidade a perdas decorrentes dessas entidades.

47. Se, durante o período das demonstrações contábeis, a entidade tiver, sem ter a obrigação decorrente de acordo vinculante de fazê-lo, fornecido suporte financeiro ou outro à entidade estruturada não consolidada na qual anteriormente teve ou atualmente tenha participação (por exemplo, compra de ativos da entidade estruturada ou instrumentos emitidos por ela), a entidade deve divulgar:

(a) o tipo e o valor do suporte fornecido, incluindo situações nas quais a entidade tenha auxiliado a entidade estruturada na obtenção de suporte financeiro; e

(b) as razões para o fornecimento do suporte.

48. A entidade deve divulgar quaisquer intenções de fornecer suporte financeiro ou outro tipo de suporte à entidade estruturada não consolidada, incluindo intenções de auxiliar a entidade estruturada a obter suporte financeiro. Tais intenções incluem a de fornecer apoio como resultado ou não de obrigações decorrentes de acordos vinculantes.

Direitos de propriedade não quantificáveis

49. A entidade deve divulgar informações que permitam aos usuários de suas demonstrações contábeis entenderem a natureza e a extensão de quaisquer direitos de propriedade não quantificáveis em outras entidades.

50. Na medida em que essa informação ainda não tenha sido fornecida de acordo com esta norma, a entidade deve divulgar, em relação a cada direito de propriedade não quantificável, o que é material para a entidade que reporta:

(a) o nome da entidade em que possui participação societária; e

(b) a natureza de sua participação societária na entidade.

Participações em controladas adquiridas com intenção de alienação

51. A entidade, que não seja entidade de investimento, deve divulgar informações relativas à sua participação em controlada quando, no momento em que o controle surgiu, a entidade tem a intenção de alienar essa participação e, na data das demonstrações contábeis, mantém essa intenção.

52. Há uma série de situações em que a entidade do setor público pode obter controle de outra entidade, mas com a intenção ativa de alienar toda ou parte de sua participação em futuro próximo.

53. Por causa da ampla responsabilidade do governo com o bem-estar econômico da jurisdição, ele poderia intervir para evitar as consequências da falência da entidade, tal como instituição financeira. Tais intervenções podem levar a obtenção pelo governo do controle de outra entidade, ainda que não tenha intenção de mantê-lo. Em vez disso, sua intenção pode ser vender ou alienar sua participação na entidade controlada. Se a outra entidade precisar ser reestruturada para facilitar a alienação, a reestruturação pode ocorrer ao longo do período de um ou mais anos e o governo pode manter alguns ativos ou passivos residuais no final do processo. A consolidação de tais entidades controladas para os períodos das demonstrações contábeis em que o controle está presente pode ter impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas. A obtenção de controle como resultado de intervenções para evitar falências é mais provável que ocorra no contexto de governos, mas também pode ocorrer no caso de entidades individuais do setor público.

54. A entidade do setor público também pode adquirir participação em controlada com a intenção de alienar toda ou parte dessa participação na implementação dos objetivos políticos do governo. Por exemplo, o governo pode dirigir uma entidade para adquirir certas participações em outras entidades com a finalidade de redistribuição.

55. A entidade deve divulgar as seguintes informações em notas explicativas relativas a cada entidade controlada referida no item 51:

(a) o nome da entidade controlada e a descrição de suas atividades principais;

(b) a justificativa para a aquisição do controle e os fatores considerados na determinação desse controle;

(c) o impacto nas demonstrações contábeis consolidadas com a consolidação da controlada, incluindo o efeito sobre ativos, passivos, receitas, despesas e patrimônio líquido; e

(d) o estado atual da intenção de alienação, incluindo a forma prevista e o prazo.

56. As divulgações exigidas pelo item 55 devem ser fornecidas em cada data de reporte das demonstrações contábeis até que a entidade aliene esse controle ou cesse essa intenção. No período em que a entidade aliene o controle ou deixe de ter a intenção de alienar, deve divulgar:

(a) o fato de ter havido alienação ou mudança de intenção; e

(b) o efeito da alienação ou mudança de intenção nas demonstrações contábeis consolidadas.

57. Quando outras divulgações forem exigidas por esta norma ou outras NBCs TSP que forneçam informações relevantes aos itens 55 ou 56, deve ser realizada referência cruzada a essas outras divulgações.

58 a 62. (Não convergidos).

Vigência

Esta norma deve ser aplicada nas entidades do setor público a partir de 1º de janeiro de 2021, salvo na existência de algum normativo em âmbito nacional que estabeleça prazos específicos - casos em que estes prevalecem.

ZULMIR IVÂNIO BREDA
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP 21, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018

Aprova a NBC TSP 21 - Combinações no Setor Público

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

NBC TSP 21 - COMBINAÇÕES NO SETOR PÚBLICO

Objetivo

1.O objetivo desta norma é aprimorar a relevância, representação fidedigna e a comparabilidade das informações que a entidade que reporta apresenta em suas demonstrações contábeis sobre combinação no setor público (doravante denominada de combinação) e seus efeitos. Para esse fim, esta norma estabelece princípios e exigências, tais como:

(a)a entidade que reporta a informação contábil (doravante denominada entidade que reporta) classifica a combinação como fusão ou aquisição;

(b)a entidade resultante da fusão deve reconhecer e mensurar, nas suas demonstrações contábeis, os ativos identificáveis recebidos, os passivos assumidos e qualquer participação de não controladores na fusão;

(c)a entidade resultante da fusão deve reconhecer e mensurar componentes do patrimônio líquido e outros ajustes reconhecidos na fusão;

(d)a adquirente deve reconhecer e mensurar, nas suas demonstrações contábeis, os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e qualquer participação de não controladores na adquirida;

(e)a adquirente deve reconhecer e mensurar o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) adquirido, o ganho ou a perda, decorrente da aquisição; e

(f)a entidade que reporta determina quais informações devem ser divulgadas para permitir aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem a natureza e os efeitos financeiros da combinação.

Alcance

2.A entidade que elabora e apresenta demonstrações contábeis de acordo com o regime de competência deve aplicar esta norma na contabilização das combinações.

3.Esta norma aplica-se à transação ou outro evento que atenda à definição de combinação. Esta norma não se aplica:

(a)à contabilização da formação de acordo em conjunto nas demonstrações contábeis de tal acordo;

(b)à aquisição ou ao recebimento de ativo ou grupo de ativos (e quaisquer passivos relacionados) que não constitua uma operação. Nesses casos, a entidade deve identificar e reconhecer os ativos individuais identificáveis adquiridos ou recebidos (incluindo aqueles ativos que atendam à definição e aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis na NBC TSP 08 - Ativo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Intangível) e os passivos assumidos. Tal transação ou evento não dá origem a ágio por expectativa de rentabilidade futura;

(c)à assunção de passivo ou grupo de passivos que não constitua uma operação. Nesses casos, a entidade deve identificar e reconhecer os passivos individuais assumidos.

4.As exigências desta norma não se aplicam à aquisição por entidade de investimento, como definida na NBC TSP 17 - Demonstrações Contábeis Consolidadas, de investimento em controlada que deva ser mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

Definições

5.Os termos a seguir são utilizados nesta norma com os seguintes significados:

Combinações no setor público é a união de operações separadas em uma entidade do setor público.

Definições gerais relacionadas a todas as combinações

Participação patrimonial é utilizada amplamente para representar direitos de propriedade de entidades que pertençam a investidor e participações de proprietário, membro ou participante de entidades de mútuo.

O ativo é identificável se:

(a)for separável, ou seja, puder ser separado, totalmente ou em parte, da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou em conjunto com acordo vinculante, ativo ou passivo identificável, independentemente da intenção de a entidade fazer isso ou não; ou

(b)resultar de acordos vinculantes (incluindo direitos contratuais ou outros direitos legais), independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Entidade de mútuo é aquela que não é propriedade de investidor, fornece dividendos, custos mais baixos ou outros benefícios econômicos diretamente aos seus proprietários, membros ou participantes. Por exemplo, companhia de seguros mútuos, sociedade de crédito e cooperativa são todas entidades de mútuo.

Operação é o conjunto integrado de atividades e de ativos e/ou passivos relacionados que podem ser conduzidas e gerenciadas para atingir os objetivos da entidade, por meio do fornecimento de bens e/ou serviços.

Proprietário é utilizado amplamente para incluir qualquer parte que detenha direitos de propriedade quantificáveis em uma operação. Isso inclui, mas não se limita aos titulares de participações nas entidades que pertençam a investidor e, também, proprietários, participantes ou membros de entidades de mútuo.

Combinação sob controle comum é aquela na qual todas as operações ou entidades envolvidas são, em última instância, controladas pela mesma entidade tanto antes quanto depois da combinação.

Definições relacionadas à fusão

Fusão dá origem a uma entidade resultante e é:

(a)a combinação em que nenhuma das partes da combinação obtém o controle de uma ou mais operações; ou

(b)a combinação em que uma das partes da combinação obtém o controle de uma ou mais operações e em que há evidências de que a combinação tem a essência econômica de fusão.

Data da fusão é aquela em que a entidade resultante obtém o controle da operação combinada.

Operação combinada é aquela que combina uma ou mais operações para formar a entidade resultante da fusão.

Entidade resultante é o resultado de duas ou mais operações que se combinam em uma fusão.

Definições relativas à aquisição

Operação adquirida é aquela que a adquirente obtém o controle na aquisição.

Adquirente é a entidade que obtém o controle de uma ou mais operações na aquisição.

Aquisição é a combinação em que uma parte da combinação obtém o controle de uma ou mais operações e há evidências que a combinação não é fusão.

Data da aquisição é aquela em que a adquirente obtém o controle da operação adquirida.

Contraprestação contingente é geralmente a obrigação da adquirente de transferir ativos adicionais ou participações para os antigos proprietários da operação adquirida como parte da mudança do controle da operação adquirida se eventos futuros específicos ocorrerem ou condições forem atendidas. No entanto, a contraprestação contingente também pode dar à adquirente o direito ao retorno da contraprestação previamente transferida se as condições especificadas forem atendidas.

Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é o ativo que representa benefícios econômicos futuros resultantes de outros ativos adquiridos em uma aquisição que não são individualmente identificados e reconhecidos em separado.

Identificação da combinação no setor público

6.A entidade deve determinar se a transação ou outro evento é uma combinação por meio da aplicação das definições desta norma, a qual exige que os ativos e os passivos constituam uma operação. Se os ativos e os passivos não constituírem uma operação, a entidade deve contabilizar a transação ou outro evento de acordo com outras NBCs TSP.

Classificação das combinações no setor público

7.Se nenhuma das partes da combinação obtiver o controle de uma ou mais operações como resultado da combinação, esta deve ser classificada como fusão.

8.Se uma das partes da combinação obtiver o controle de uma ou mais operações como resultado desta, a entidade deve considerar a essência econômica da combinação e classificá-la como fusão ou aquisição. A combinação em que uma das partes obtém o controle de uma ou mais operações deve ser classificada como aquisição, a menos que tenha a essência econômica de fusão.

9.Ao determinar a classificação da combinação, a entidade deve considerar se o tratamento contábil resultante da combinação fornece informações que atendam aos objetivos das demonstrações contábeis e satisfaçam às características qualitativas. Para avaliar a essência econômica da combinação, a entidade deve considerar os indicadores relacionados à contraprestação e ao processo de tomada de decisão descritos nos itens 12 e 13. Esses indicadores, individualmente ou em conjunto, geralmente fornecem evidências que a essência econômica da combinação é de fusão. A combinação não precisa satisfazer a esses dois indicadores para ser classificada como fusão.

10.A análise dos indicadores relativos à contraprestação e ao processo de tomada de decisão descritos nos itens 12 e 13, geralmente produz resultados conclusivos e fornece evidências suficientes sobre a essência econômica da combinação para determinar se ela é fusão. Nessas circunstâncias, a classificação resultante e o tratamento contábil associado devem assegurar que os usuários tenham acesso a informações que atendam aos objetivos das demonstrações contábeis e satisfaçam às características qualitativas.

11.Em circunstâncias excepcionais, após a aplicação dos indicadores descritos nos itens 12 e 13 os resultados podem ser inconclusivos ou não fornecerem evidências suficientes sobre a essência econômica da combinação. Nessas circunstâncias, a entidade também deve considerar a classificação que poderia fornecer informações que melhor atendam aos objetivos das demonstrações contábeis e satisfaçam às características qualitativas, considerando o contido no item 14.

Indicadores que podem fornecer evidências que a combinação é fusão

Indicadores relacionados à contraprestação

12.Os indicadores a seguir podem fornecer evidências que a combinação é fusão:

(a)a contraprestação é paga por outras razões que não a de compensar aqueles que detêm direito aos ativos líquidos da operação transferida em razão da renúncia a esse direito;

(b)a contraprestação não é paga àqueles que detêm o direito aos ativos líquidos da operação transferida; ou

(c)a contraprestação não é paga porque não há ninguém (seja indivíduo ou entidade) com direito aos ativos líquidos da entidade transferida.

Indicadores relacionados ao processo de tomada de decisão

13.Os indicadores a seguir podem fornecer evidências que a combinação é uma fusão:

(a)a combinação é imposta por terceiro sem que qualquer das partes da combinação seja envolvida no processo de tomada de decisão;

(b)a combinação está sujeita à aprovação dos cidadãos de cada uma das partes por meio de consultas à sociedade; ou

(c)ocorre a combinação de entidades sob controle comum.

Questões adicionais podem ser levadas em consideração quando os indicadores relacionados à contraprestação e ao processo de tomada de decisão não fornecerem evidências suficientes para determinar se a combinação é fusão

14.A análise dos indicadores relacionados à contraprestação e ao processo de tomada de decisão pode, em circunstâncias excepcionais, produzir resultados inconclusivos ou não fornecer evidências suficientes para determinar se a combinação é uma fusão, com base na substância econômica da combinação e nos indicadores descritos nos itens 12 e 13. Nessas circunstâncias, a entidade deve considerar qual classificação e tratamento contábil resultante fornece informações que melhor atendam aos objetivos das demonstrações contábeis. A entidade também deve considerar qual classificação e tratamento contábil resultante poderia fornecer informação que melhor satisfaça às características qualitativas de relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.

Contabilização de fusão

15.A entidade resultante deve contabilizar cada fusão aplicando o método modificado da união de participações.

Método modificado da união de participações

16.A aplicação do método modificado da união de participações exige:

(a)identificar a entidade resultante;

(b)determinar a data da fusão;

(c)reconhecer e mensurar os ativos identificáveis recebidos, os passivos assumidos e qualquer participação de não controladores nas operações da combinação, consistente com as exigências das NBCs TSP; e

(d)reconhecer e mensurar os componentes do patrimônio líquido e outros ajustes da fusão.

Identificação da entidade resultante

17.Para cada fusão, a entidade resultante deve ser identificada.

18.O item 5 define a entidade resultante como "a entidade que é o resultado de duas ou mais operações que se combinam em uma fusão". A entidade resultante deve, posteriormente, ser identificada como a entidade que obtém o controle das operações da combinação como resultado da fusão.

Determinação da data da fusão

19.A entidade resultante deve identificar a data da fusão, que é a aquela em que se obtém o controle das operações da combinação.

20.A data em que a entidade resultante obtém o controle das operações da combinação pode ser aquela em que ela recebe os ativos e assume os passivos das operações da combinação. É possível que a entidade resultante não receba o título de propriedade dos ativos ou assuma responsabilidade legal pelos passivos das operações da combinação. Nessas circunstâncias, a entidade resultante, muitas vezes, obtém o controle dos ativos e dos passivos das operações da combinação na data cuja responsabilidade pelos ativos e passivos é formalmente delegada à entidade resultante. No entanto, a entidade resultante pode obter o controle em data diferente. Por exemplo, a legislação ou acordo por escrito pode prever que a entidade resultante obtenha o controle dos ativos e passivos das operações da combinação na data especificada. A entidade resultante deve considerar todos os fatos e as circunstâncias pertinentes na identificação da data da fusão.

Reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis, dos passivos assumidos e de qualquer participação de não controladores nas operações combinadas

Reconhecimento

21.A partir da data da fusão, a entidade resultante deve reconhecer os ativos identificáveis, os passivos e qualquer participação de não controladores que sejam reconhecidas nas demonstrações contábeis das operações da combinação a partir da data da fusão. O reconhecimento de ativos identificáveis e passivos recebidos está sujeito às condições especificadas nos itens 22 e 23.

Condições para reconhecimento

22.Os efeitos de todas as transações entre as operações da combinação devem ser eliminados na elaboração das demonstrações contábeis da entidade resultante.

23.Para se enquadrarem no reconhecimento como parte da aplicação do método modificado da união de participações, os ativos e os passivos identificáveis devem atender às definições da NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL na data da fusão. Por exemplo, os custos que a entidade resultante espera incorrer no futuro, mas não é obrigada, para efetuar o seu plano de saída da atividade da operação combinada ou para rescindir os contratos de trabalho ou mudar os empregados da operação combinada não são passivos na data da fusão. Portanto, a entidade resultante não deve reconhecer esses custos como parte da aplicação do método modificado da união de participações. Em vez disso, a entidade resultante deve reconhecer esses custos nas suas demonstrações contábeis pós-combinação de acordo com outras NBCs TSP.

Classificação ou designação de ativos e de passivos na fusão

24.Na data da fusão, a entidade resultante deve classificar ou designar os ativos e passivos recebidos da fusão, utilizando as classificações ou as designações anteriormente aplicadas pelas operações da combinação. A entidade resultante não deve adotar classificações ou designações diferentes no reconhecimento inicial, mesmo que isso seja permitido por outras NBCs TSP.

25.Em algumas situações, as NBCs TSP estabelecem diferentes contabilizações, dependendo de como a entidade classifica ou designa o ativo ou o passivo específico. Exemplos de classificações ou designações que a entidade resultante deve fazer com base naquelas anteriormente aplicadas às operações combinadas incluem, mas não estão limitadas a:

(a)classificação de ativos e de passivos financeiros específicos quando mensurados pelo valor justo ou pelo custo amortizado;

(b)designação de instrumento derivativo como instrumento de hedge; e

(c)avaliação se o derivativo embutido deve ser separado do contrato principal.

Mensuração

26.A entidade resultante deve mensurar os ativos e os passivos identificáveis das operações da combinação por seus valores contábeis nas demonstrações contábeis dessas operações a partir da data da fusão, sujeita às exigências do item 27.

27.A partir da data da fusão, a entidade resultante deve ajustar os valores contábeis de ativos e de passivos identificáveis das operações da combinação quando necessário para se adequarem às políticas contábeis da entidade resultante.

28.O método modificado da união de participações origina uma única entidade resultante combinada. Um conjunto uniforme de políticas contábeis, consistente com as exigências das NBCs TSP, deve ser adotado por essa entidade e os valores contábeis dos ativos e dos passivos identificáveis das operações da combinação devem ser ajustados, quando necessário, para se adequar a essas políticas contábeis.

29.A entidade resultante deve mensurar qualquer participação de não controladores na operação combinada nos valores contábeis das demonstrações contábeis dessa operação combinada a partir da data da fusão, ajustada pela participação proporcional de não controladores nos ajustes realizados de acordo com o item 27.

30.Os itens 33 a 35 especificam os tipos de ativos e de passivos identificáveis que compreendem itens patrimoniais para os quais esta norma fornece poucas exceções de mensuração.

Exceção ao reconhecimento ou à mensuração

31.Esta norma prevê poucas exceções ao reconhecimento e à mensuração. Os itens 32 a 35 estabelecem os itens específicos para os quais são permitidas as exceções, assim como a natureza de tais exceções. A entidade resultante deve contabilizar esses itens, aplicando as exigências descritas nos itens 32 a 35, que resulta em alguns itens sendo:

(a)reconhecidos pela aplicação das condições de reconhecimento em adição àquelas constantes nos itens 22 e 23 ou das exigências de outras NBCs TSP, com resultados que diferem da aplicação e das condições;

(b)mensurados por outro valor que não seja o valor contábil da data da fusão.

Exceção ao reconhecimento

Licenças e direitos similares previamente concedidos de uma para outra operação da combinação

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

32.A licença ou direito similar, anteriormente concedido por uma operação da combinação a outra e reconhecido como ativo intangível pelo destinatário, deve ser reconhecido da mesma forma pela entidade resultante. A licença ou direito similar não devem ser eliminados de acordo com o item 22.

Exceção ao reconhecimento e à mensuração

Tributos sobre a renda (quando incluídos nos termos da fusão)

33.As fusões envolvendo entidades do setor público podem resultar da não exigência de tributos por autoridade fiscal como parte dos termos da fusão. A entidade resultante não deve reconhecer quaisquer itens de tributação que não sejam exigíveis como resultado dos termos da fusão.

34.A entidade resultante deve reconhecer e mensurar quaisquer itens de tributação remanescentes incluídos ou decorrentes da fusão de acordo com outra NBC TSP que trate de tributos sobre a renda. A entidade resultante deve reconhecer e mensurar qualquer receita remanescente de tributação incluída ou decorrente da fusão de acordo com a NBC TSP 01 - Receita de Transação sem Contraprestação.

Benefícios a empregados

35.A entidade resultante deve reconhecer e mensurar o passivo (ou o ativo, se houver) relacionado a acordos de benefício a empregados da operação combinada de acordo com a NBC TSP 15 - Benefícios a Empregados.

Reconhecimento e mensuração dos componentes do patrimônio líquido resultantes da fusão

36.A fusão não dá origem ao ágio por expectativa de rentabilidade futura.

37.A entidade resultante deve reconhecer no patrimônio líquido a contrapartida, pelo mesmo valor, dos seguintes itens:

(a)os valores contábeis dos ativos das operações combinadas;

(b)os valores contábeis dos passivos das operações combinadas; e

(c)os valores contábeis da participação de não controladores nas operações combinadas.

38.A entidade resultante deve reconhecer no patrimônio líquido os ajustes correspondentes em relação:

(a)à eliminação de operações entre as entidades combinadas, de acordo com o item 22;

(b)aos ajustes realizados no valor contábil dos ativos e dos passivos identificáveis das operações da combinação, quando necessários para se adequarem às políticas contábeis da entidade resultante, de acordo com o item 27; e

(c)aos ajustes realizados em relação às exceções ao reconhecimento e/ou à mensuração, de acordo com os itens 32 a 35.

39.A entidade resultante pode apresentar os valores reconhecidos no patrimônio líquido, de acordo com os itens 37 e 38, ou como:

(a)balanço de abertura individual; ou

(b)componentes separados do patrimônio líquido.

Período de mensuração

40.Se a contabilização inicial da fusão estiver incompleta até o final do período a que se referem as demonstrações contábeis no qual a fusão ocorre, a entidade resultante deve informar em suas demonstrações contábeis os montantes provisórios para os itens, cuja contabilização está incompleta. Durante o período de mensuração, a entidade resultante deve ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da fusão para refletir novas informações obtidas sobre fatos e circunstâncias que existiam a partir da data da fusão e, se conhecidos, teriam afetado a determinação dos montantes reconhecidos a partir dessa data. Durante o período de mensuração, a entidade resultante também deve reconhecer ativos ou passivos adicionais se novas informações forem obtidas dos fatos e das circunstâncias que existiam a partir da data da fusão e, se conhecidos, teriam resultado no reconhecimento desses ativos e passivos a partir dessa data. O período de mensuração termina assim que a entidade resultante receba a informação que está buscando sobre fatos e circunstâncias que existiam a partir da data da fusão ou entenda que não é possível obter mais informações. No entanto, o período de mensuração não deve exceder a um ano a partir da data da fusão.

41.O período de mensuração é aquele que, após a data da fusão, a entidade resultante pode ajustar os valores provisórios reconhecidos na fusão. O período de mensuração fornece à entidade resultante prazo razoável para obter as informações necessárias para identificar e mensurar os ativos identificáveis, os passivos e qualquer participação de não controladores nas operações da combinação a partir da data da fusão de acordo com as exigências desta norma. As informações necessárias para identificar e mensurar os ativos identificáveis, os passivos e qualquer participação de não controladores nas operações da combinação está geralmente disponível na data da fusão. No entanto, esse pode não ser o caso, quando tiverem sido elaboradas as demonstrações das operações combinadas utilizando políticas contábeis diferentes.

42.A entidade resultante deve reconhecer o aumento (diminuição) no valor provisório do ativo (passivo) identificável, ajustando os componentes do patrimônio líquido reconhecidos, de acordo com os itens 37 e 38. No entanto, novas informações obtidas durante o período de mensuração podem, às vezes, resultar em ajuste no valor provisório de mais de um ativo ou passivo. Por exemplo, a entidade resultante pode ter assumido o passivo referente a danos relacionados a acidente em uma das instalações da operação combinada, os quais são cobertos, total ou parcialmente, por apólice de seguro. Se a entidade resultante obtiver nova informação durante o período de mensuração sobre o valor contábil desse passivo, o ajuste do ganho ou da perda resultante da alteração do montante provisório reconhecido para o passivo seria compensado (no todo ou em parte) pelo ajuste correspondente ao ganho ou à perda resultante da alteração do montante provisório reconhecido pela indenização a receber da seguradora.

43.Durante o período de mensuração, a entidade resultante deve reconhecer ajustes no valor provisório como se a contabilização tivesse sido concluída na data da fusão. Assim, a entidade resultante deve revisar informações comparativas de períodos anteriores apresentados nas demonstrações contábeis, se necessário, incluindo a alteração na depreciação ou amortização reconhecida em complemento à contabilização inicial.

44.Após o término do período de mensuração, a entidade resultante não deve revisar a contabilização da fusão, a menos, para corrigir erro.

Custos relacionados à fusão

45.Os custos relacionados à fusão são aqueles que a entidade resultante ou as operações combinadas incorrerem para efetuar a fusão. Esses custos podem incluir honorários de consultores e de profissionais, tais como advogados, contadores, peritos, avaliadores; custos administrativos gerais; e quaisquer custos de registro e emissão de títulos de dívida e de participação no capital. A entidade resultante e as combinações de operações devem considerar os custos relacionados à fusão como despesas nos períodos em que os custos são incorridos e os serviços são recebidos.

Mensuração e contabilização subsequente

46.Em geral, a entidade resultante deve mensurar e contabilizar de forma subsequente os ativos e os passivos recebidos e instrumentos patrimoniais emitidos na fusão de acordo com outras NBCs TSP aplicáveis a esses itens, dependendo da sua natureza. No entanto, esta norma fornece orientação sobre mensuração e contabilização subsequentes dos seguintes ativos recebidos e passivos assumidos ou incorridos na fusão:

(a)licenças e direitos similares previamente concedidos de uma operação combinada para outra;

(b)transferências, empréstimos concedidos e benefícios similares recebidos por meio da operação combinada com base em critérios que mudam como resultado da fusão; e

(c)tributos sobre a renda (que não estejam incluídos nos termos da fusão).

Licenças e direitos similares previamente concedidos de uma para outra operação combinada

47.A licença ou direito similar, previamente concedido de uma operação combinada para outra e reconhecido como ativo intangível deve ser amortizado durante o período restante do acordo vinculado pelo qual o direito foi concedido por período finito. Quando o direito for concedido por tempo indeterminado, a entidade resultante deve realizar o teste de redução ao valor recuperável anualmente e sempre que houver indício de que o direito é objeto de redução ao valor recuperável. A entidade resultante que posteriormente venda essa licença ou direito similar a terceiro deve incluir o valor contábil do ativo intangível na determinação do ganho ou da perda na venda.

Transferências, empréstimos concedidos e benefícios similares recebidos pela operação combinada com base em critérios que podem mudar o resultado da fusão

48.A transferência, o empréstimo concedido ou o benefício similar previamente recebido por operação combinada com base em critérios que mudam como resultado da fusão devem ser reavaliados prospectivamente de acordo com outras NBCs TSP.

Tributos sobre a renda (que não estejam incluídos nos termos da fusão)

49.As fusões envolvendo entidades do setor público podem resultar na não exigência de tributos por autoridade fiscal após a fusão. A entidade resultante deve contabilizar a não exigência tributária prospectivamente.

Apresentação das demonstrações contábeis

50.Exceto quando a entidade resultante não for uma nova entidade resultante da combinação, seu primeiro conjunto de demonstrações contábeis após a fusão deve incluir:

(a)balanço patrimonial de abertura na data da fusão;

(b)balanço patrimonial na data a que se referem as demonstrações contábeis;

(c)demonstração do resultado do período entre a data da fusão e a data a que se referem as demonstrações contábeis;

(d)demonstração das mutações do patrimônio líquido do período entre a data da fusão e a data a que se referem as demonstrações contábeis;

(e)demonstração dos fluxos de caixa do período entre a data da fusão e a data a que se referem as demonstrações contábeis;

(f)se a entidade disponibilizar ao público seu orçamento aprovado, a comparação dos valores orçados e realizados para o período entre a data da fusão e a data a que se referem as demonstrações contábeis, quer como demonstração contábil adicional separada ou como coluna adicional às demonstrações contábeis; e

(g)notas explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas, entre outras.

51.Quando a combinação não gerar uma nova entidade, a entidade resultante deve divulgar:

(a)os valores reconhecidos de cada classe principal de ativos, passivos e componentes do patrimônio líquido das operações combinadas incluídas na entidade resultante;

(b)qualquer ajuste efetuado nos componentes do patrimônio líquido, quando necessário para conformidade das políticas contábeis das operações da combinação com aquelas da entidade resultante; e

(c)qualquer ajuste realizado para eliminar transações entre as operações combinadas.

52.Sujeita às exigências dos itens 54 e 56, a apresentação de demonstrações contábeis para períodos anteriores à data da fusão é permitida, mas não exigida da entidade resultante. Quando a entidade resultante optar por apresentar demonstrações contábeis para períodos anteriores à data da fusão, deve divulgar a informação exigida pelo item 54(g).

Divulgação

53.A entidade resultante deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem a natureza e o efeito financeiro da fusão.

54.Para cumprir o objetivo do item 53, a entidade resultante deve divulgar as seguintes informações para cada fusão que ocorrer durante o período a que se referem as demonstrações contábeis:

(a)o nome e a descrição de cada operação combinada;

(b)a data da fusão;

(c)os principais motivos da fusão, incluindo, quando aplicável, a sua base legal;

(d)os valores reconhecidos a partir da data da fusão para cada classe principal de ativos e passivos transferidos;

(e)os ajustes realizados nos valores contábeis de ativos e de passivos registrados em cada operação combinada a partir da data da fusão para:

(i)eliminar o efeito das transações entre operações combinadas, de acordo com o item 22; e

(ii)se adequar às políticas contábeis da entidade resultante, de acordo com o item 27;

(f)a análise do patrimônio líquido, incluindo quaisquer componentes que sejam apresentados separadamente e ajustes significativos, tais como ganhos e perdas de reavaliação, reconhecido de acordo com os itens 37 e 38;

(g)se a entidade resultante optar por apresentar demonstrações contábeis para períodos anteriores à data da fusão em conformidade com o item 52, deve divulgar as seguintes informações para cada operação combinada:

(i)balanço patrimonial do final do período anterior;

(ii)demonstração do resultado do período anterior;

(iii)demonstração das mutações do patrimônio líquido do período anterior;

(iv)demonstração dos fluxos de caixa do período anterior; e

(v)notas explicativas, que compreendem um resumo das políticas contábeis significativas, entre outras;

A entidade resultante não deve reapresentar essa informação, mas deve divulgá-la conforme a mesma base utilizada nas demonstrações contábeis das operações combinadas. A entidade resultante deve divulgar a base sobre a qual essa informação é apresentada;

(h)se, no momento que as demonstrações contábeis da entidade resultante estiverem autorizadas para emissão, a última data a que estas se referem de qualquer uma das operações da combinação não antecede imediatamente a data da fusão, a entidade resultante deve divulgar as seguintes informações:

(i)os valores das receitas, das despesas e do resultado de cada operação combinada a partir da última data das demonstrações contábeis das operações combinadas até a data da fusão. Os valores da receita devem ser analisados de forma apropriada às operações da entidade de acordo com o item 108 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Os valores da despesa devem ser analisados, utilizando a classificação baseada na natureza da despesa(*) ou na sua função dentro da entidade, que forneça informações fidedignas, representativas e mais relevantes, de acordo com item 109 da NBC TSP 11;

(ii)os valores divulgados por operação combinada imediatamente antes da data da fusão para cada classe principal de ativos e de passivos;

(iii)os valores divulgados por operação combinada imediatamente antes da data da fusão no patrimônio líquido.

A entidade resultante não é obrigada a divulgar essa informação quando tenha optado por apresentar demonstrações contábeis para períodos anteriores à data da fusão, conforme especificado na alínea (g) acima.

(*) A natureza da despesa descrita nesta norma não se confunde com aquela inerente ao modelo orçamentário brasileiro.

55.A entidade resultante deve divulgar informações que permitam aos usuários de suas demonstrações contábeis avaliarem os efeitos financeiros dos ajustes reconhecidos no período corrente a que se referem as demonstrações contábeis relacionadas a fusões ocorridas nesse período ou anteriores.

56.Para cumprir o objetivo do item 55, a entidade resultante deve divulgar as seguintes informações:

(a)se a contabilização inicial da fusão estiver incompleta (ver item 40) para ativos ou passivos específicos, os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis da fusão foram, assim, determinados somente provisoriamente:

(i)os motivos pelos quais a contabilização inicial da fusão está incompleta;

(ii)os ativos ou os passivos para os quais a contabilização inicial está incompleta; e

(iii)a natureza e o valor de qualquer ajuste do período de mensuração reconhecido durante o período a que se referem as demonstrações contábeis, de acordo com o item 43;

(b)se os valores do tributo devido não forem mais exigidos como resultado dos termos da fusão (ver itens 33 e 34):

(i)o valor do tributo devido que não foi mais exigido; e

(ii)quando a entidade resultante é a autoridade fiscal, detalhes do ajuste realizado nos tributos a receber.

57.Se as divulgações específicas exigidas por esta e outras NBCs TSP não atenderem aos objetivos estabelecidos nos itens 53 e 55, a entidade resultante deve divulgar qualquer informação adicional necessária para atingir esses objetivos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Contabilização da aquisição

58.A adquirente deve contabilizar cada aquisição aplicando o método de contabilização da aquisição.

Método de contabilização da aquisição

59.A aplicação do método de contabilização da aquisição exige:

(a)identificação do adquirente;

(b)determinação da data da aquisição;

(c)reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e qualquer participação de não controladores na operação adquirida; e

(d)reconhecimento e mensuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura, o ganho ou a perda na aquisição.

Identificação da adquirente

60.Para cada aquisição, a parte da combinação que obtém o controle de uma ou mais operações deve ser identificada como adquirente.

61.A parte da combinação que obtém o controle de uma ou mais operações é identificada ao determinar a classificação da combinação, de acordo com os itens 7 e 8.

Determinação da data da aquisição

62.A adquirente deve identificar a data da aquisição, como aquela em que se obtém o controle da operação adquirida.

63.A data em que a adquirente obtém o controle da operação adquirida pode ser aquela em que transfere legalmente a contraprestação e/ou adquire os ativos e assume os passivos da operação adquirida - a data de encerramento. No entanto, a adquirente pode obter o controle em data que seja anterior ou posterior à data de encerramento. Por exemplo, a data da aquisição precede a data de encerramento se o acordo por escrito estabelece que a adquirente obtém o controle da operação adquirida em uma data antes do encerramento. A adquirente deve considerar todos os fatos e circunstâncias pertinentes na identificação da data da aquisição.

Reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de qualquer participação de não controladores na operação adquirida

Reconhecimento

64.A partir da data da aquisição, a adquirente deve reconhecer, separadamente, de qualquer ágio por expectativa de rentabilidade futura, os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e qualquer participação de não controladores na operação adquirida. O reconhecimento de ativos identificáveis adquiridos e passivos recebidos está sujeito às condições especificadas nos itens 65 e 66.

Condições de reconhecimento

65.A qualificação para o reconhecimento como parte da aplicação do método de aquisição, os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos devem atender às definições de ativos e passivos da NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL na data da aquisição e serem capazes de mensurar de forma a atender as características qualitativas e levar em conta as restrições à informação contida nos relatórios contábeis de propósito geral. Por exemplo, os custos que a adquirente espera incorrer no futuro, mas não é obrigada, para efetuar o seu plano de saída da atividade da operação adquirida ou para rescindir os contratos de trabalho ou mudar os empregados da operação adquirida não são passivos na data da aquisição. Portanto, a adquirente não deve reconhecer esses custos como parte da aplicação do método de aquisição.

66.Além disso, a qualificação para o reconhecimento como parte da aplicação do método de aquisição, os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos devem fazer parte do que a adquirente e a operação adquirida (ou seus antigos proprietários) trocaram na transação de aquisição, em vez de resultado de transações separadas. A adquirente deve aplicar as orientações contidas nos itens 109 a 111 para determinar quais ativos adquiridos ou passivos assumidos fazem parte da troca da operação adquirida e quais, se houver, são resultado de transações separadas a serem contabilizadas de acordo com a sua natureza e NBCs TSP aplicáveis.

67.A aplicação pela adquirente das condições de reconhecimento pode resultar em reconhecer alguns ativos e passivos que a operação adquirida não tenha reconhecido anteriormente como ativos e passivos nas suas demonstrações contábeis. Por exemplo, a adquirente deve reconhecer os ativos intangíveis identificáveis, como patente ou relacionamento com o cliente, que a operação adquirida não deve reconhecer como ativos nas suas demonstrações contábeis, porque os desenvolveu internamente e alocou os custos relacionados à despesa.

68.Os itens 76 a 82 especificam os tipos de ativos e passivos identificáveis que incluem itens para os quais esta norma oferece exceções limitadas às condições de reconhecimento.

Classificação ou designação de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos na aquisição

69.Na data da aquisição, a adquirente deve classificar ou designar os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos conforme necessário para posteriormente aplicar outras NBCs TSP. A adquirente deve fazer essas classificações ou designações com base nos termos do acordo vinculante (incluindo termos contratuais), condições econômicas, suas políticas contábeis ou operacionais e outras condições pertinentes se existentes na data da aquisição.

70.Em algumas situações, as NBCs TSP fornecem diferentes contabilizações, dependendo de como a entidade classifica ou designa ativo ou passivo específico. Exemplos de classificações ou designações que a adquirente deve fazer com base nas condições pertinentes que existiam na data da aquisição, mas não estão limitados à:

(a)classificação de ativos e passivos financeiros específicos, conforme mensurado pelo valor justo ou custo amortizado;

(b)designação de instrumento derivativo como hedge;

(c)avaliação se o derivativo embutido deve ser separado do contrato principal.

71.Esta norma fornece duas exceções às disposições do item 69:

(a)classificação de contrato de arrendamento como arrendamento mercantil operacional ou financeiro;

(b)classificação de contrato como de seguro, de acordo com outra NBC TSP.

A adquirente deve classificar esses acordos vinculantes com base nos termos e outros fatores no início do acordo vinculado (ou, se os termos do acordo vinculante tiverem sido modificados de maneira que alterasse sua classificação, na data dessa modificação, que poderia ser a de aquisição).

Mensuração

72.A adquirente deve mensurar os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em seus valores justos na data da aquisição.

73.Para cada aquisição, a adquirente deve mensurar, na data da aquisição, componentes de participação de não controladores na operação adquirida que representem nessa data efetivamente instrumentos patrimoniais e confiram a seus detentores uma participação proporcional nos ativos líquidos da adquirida em caso de sua liquidação, por um dos seguintes critérios:

(a)valor justo; ou

(b)participação proporcional atual conferida pelos instrumentos patrimoniais nos montantes reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da operação adquirida.

Todos os outros componentes de participação de não controladores devem ser mensurados na data da aquisição de valores ao valor justo, a menos que outra base de mensuração seja exigida pelas NBCs TSP.

74.Os itens 78 a 84 especificam os tipos de ativos e de passivos identificáveis que compreendem itens patrimoniais para os quais esta norma fornece poucas exceções de mensuração.

Exceções ao reconhecimento e à mensuração

75.Esta norma oferece exceções limitadas ao reconhecimento e à mensuração. Os itens 76 a 84 estabelecem os itens específicos para os quais são permitidas as exceções. A adquirente deve explicar esses itens aplicando as exigências dos itens 76 a 84, que resultará em alguns itens sendo:

(a)reconhecidos, quer pela aplicação de condições de reconhecimento, além daquelas descritas nos itens 65 e 66 quer aplicando as exigências de outras NBCs TSP, com resultados que diferem da aplicação e condições de reconhecimento;

(b)mensurados por montante diferente dos valores justos na data da aquisição.

Exceção ao reconhecimento

Passivos contingentes

76.A NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes define passivo contingente como:

(a)obrigação possível que decorre de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não completamente sobre o controle da entidade; ou

(b)obrigação presente que decorre de eventos passados, mas não é reconhecida porque:

(i)é improvável que a saída de recursos incorpore benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii)valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

77.As exigências da NBC TSP 03 não se aplicam na determinação de quais passivos contingentes foram reconhecidos a partir da data da aquisição. Em vez disso, a adquirente deve reconhecer, a partir da data da aquisição, o passivo contingente assumido na aquisição que a contraprestação é transferida se for obrigação presente que surge de eventos passados e seu valor justo pode ser mensurado de forma confiável (*). Portanto, ao contrário da NBC TSP 03, a adquirente deve reconhecer o passivo contingente assumido na aquisição onde a contraprestação é transferida nessa data, mesmo que não seja provável que a saída de recursos incorpore benefícios econômicos ou potencial de serviços que serão necessários para liquidar a obrigação. O item 115 fornece orientação sobre posterior contabilização de passivos contingentes.

(*) Informações confiáveis são livres de erros materiais e vieses, e os usuários podem depender de representar fidedignamente o que se pretende ou poderia razoavelmente esperar.

Exceções ao reconhecimento e à mensuração

Tributos sobre a renda (quando incluídos nos termos da aquisição)

78.As aquisições envolvendo entidades do setor público podem resultar da não exigência de tributos por autoridade fiscal como parte dos seus termos. A adquirente não deve reconhecer quaisquer itens de tributação que não sejam exigíveis como resultado dos termos da aquisição.

79.A adquirente deve reconhecer e mensurar quaisquer itens de tributação remanescentes incluídos ou decorrentes da aquisição de acordo com outra NBC TSP que trate de tributos sobre a renda. A entidade adquirente deve reconhecer e mensurar qualquer receita remanescente de tributação incluída decorrente da aquisição, de acordo com a NBC TSP 01.

Benefícios a empregado

80.A adquirente deve reconhecer e mensurar o passivo (ou o ativo, se houver) relacionado a acordos de benefício a empregados de operação adquirida de acordo com a NBC TSP 15.

Ativos de indenização

81.O vendedor pode contratualmente indenizar a adquirente, pelo resultado de incerteza ou contingência relacionada com o todo ou parte de ativo ou de passivo específico. Por exemplo, o vendedor pode indenizar a adquirente contra perdas acima da quantidade especificada de passivo resultante de determinada contingência; em outras palavras, o vendedor garante que a obrigação da adquirente não excederá a quantidade especificada. Como resultado, a adquirente obtém o ativo por indenização. A adquirente deve reconhecer o ativo de indenização ao mesmo tempo em que reconhece o item objeto da indenização, nas mesmas bases, sujeitos à avaliação da necessidade de constituir provisão para os valores incobráveis. Portanto, se a indenização se refere ao ativo ou ao passivo que é reconhecido na data da aquisição e mensurado pelo seu valor justo nessa data, a adquirente deve reconhecer o ativo de indenização na data da aquisição mensurado pelo seu valor justo. Se o ativo de indenização for mensurado pelo valor justo, os efeitos de incertezas sobre os fluxos de caixa futuros devido à cobrança de compensações, são inclusos na mensuração do valor justo e não é necessária a provisão de avaliação separada.

82.Em algumas circunstâncias, a indenização pode estar relacionada ao ativo ou ao passivo excetuado pelo reconhecimento ou mensuração. Por exemplo, a indenização pode estar relacionada ao passivo contingente não reconhecido na data da aquisição porque seu valor justo não era mensurável na data. Alternativamente, a indenização pode estar relacionada ao ativo ou ao passivo, por exemplo, aquele que resulta em benefício de empregado e que é mensurado em base diferente na data da aquisição pelo valor justo. Nessas circunstâncias, o ativo de indenização deve ser reconhecido e mensurado usando pressupostos consistentes com os utilizados para mensurar o item indenizado, sujeito à avaliação da administração sobre a cobrança do ativo de indenização e quaisquer limitações contratuais sobre o montante indenizado. O item 116 fornece orientação subsequente sobre a contabilização de ativo de indenização.

Exceções à mensuração

Direito readquirido

83.A adquirente deve mensurar o valor de direito readquirido reconhecido como ativo intangível em função do prazo remanescente do acordo vinculante relacionado, independentemente dos participantes do mercado considerarem a potencial renovação do acordo vinculante ao mensurar seu valor justo.

Transação com pagamento baseado em ações

84.A adquirente deve mensurar o passivo ou o instrumento patrimonial relacionado às transações com pagamento baseado em ações de transações de operações adquiridas ou à substituição de transações com pagamento baseado em ações da adquirente de acordo com outra NBC TSP que trata de pagamentos baseados em ações.

Reconhecimento e mensuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou do ganho proveniente de compra vantajosa

85.A adquirente deve reconhecer o ágio por expectativa de rentabilidade futura a partir da data da aquisição, sujeito às exigências do item 86 e mensurar pelo valor do excesso entre a alínea (a) e (b), abaixo descritas:

(a)a soma:

(i)da contraprestação transferida mensurada de acordo com esta norma, que geralmente requer o valor justo da data da aquisição (ver item 95);

(ii)do montante de qualquer participação de não controladores na operação adquirida, mensurada de acordo com esta norma; e

(iii)na aquisição realizada por estágios (ver itens 99 e 100), do valor justo, na data da aquisição, da participação societária adquirida anteriormente na operação da adquirente;

(b)o valor líquido na data da aquisição dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos mensurados de acordo com esta norma.

86.A adquirente deve reconhecer o ágio por expectativa de rentabilidade futura apenas na proporção que a aquisição resultará na:

(a)geração de entradas de caixa (como a aquisição de operação geradora de caixa); e/ou

(b)redução nas saídas de caixa líquidas da adquirente.

A adquirente deve reconhecer qualquer excesso da alínea (a) sobre a alínea (b) do item 85 como perda no resultado.

87.Na aquisição que a adquirente e a operação adquirida (ou seus antigos proprietários) trocam apenas participações patrimoniais, o valor justo da data da aquisição das participações nessa operação pode ser mensurável mais confiavelmente que o valor justo da data da aquisição da participação patrimonial na adquirente. Se esse for o caso, a adquirente deve determinar o valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura utilizando o valor justo da data da aquisição da participação patrimonial na adquirida em vez do valor justo da data da aquisição da participação patrimonial transferida. Para determinar o valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura na aquisição que nenhuma contraprestação é transferida, a adquirente deve utilizar o valor justo da data da aquisição da participação da adquirente na operação adquirida no lugar do valor justo na data da aquisição da contraprestação transferida (item 85(a)(i)).

Compra vantajosa

88.Ocasionalmente, na combinação classificada como aquisição, a adquirente fará uma compra vantajosa, quando o montante do item 85(b) for superior a soma dos montantes especificados no item 85(a). Se esse excesso continuar após a aplicação das exigências do item 90, a adquirente deve reconhecer o ganho resultante no resultado do período na data da aquisição. O ganho deve ser atribuído à adquirente.

89.A compra vantajosa pode acontecer, por exemplo, na aquisição de venda forçada, na qual o vendedor é compelido a agir dessa forma. No entanto, as exceções de reconhecimento ou de mensuração para itens específicos discutidos nos itens 76 a 84 também podem resultar no reconhecimento de ganho (ou mudança do valor de ganho reconhecido) em compra vantajosa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

90.Antes de reconhecer o ganho na compra vantajosa, a adquirente deve reavaliar se identificou corretamente todos os ativos adquiridos e passivos assumidos e deve reconhecer quaisquer ativos ou passivos adicionais identificados nessa revisão. A adquirente deve então revisar os procedimentos utilizados para mensurar os valores que esta norma exige para ser reconhecido na data da aquisição para todas as seguintes alíneas:

(a)os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos;

(b)a participação de não controladores na operação adquirida, se houver;

(c)para a aquisição realizada por estágios, a participação societária anteriormente adquirida pela adquirente na operação; e

(d)a contraprestação que foi transferida.

O objetivo da revisão é assegurar que as mensurações reflitam adequadamente a contraprestação a partir de todas as informações disponíveis na data da aquisição.

91.No setor público, a entidade, às vezes, obtém o controle de operação em transação sem contraprestação na qual ela transfere a contraprestação que não é aproximadamente igual ao valor justo da operação adquirida. Tais circunstâncias incluem, mas não estão limitadas a:

(a)compensações por confiscos de operações ou entidades; e

(b)transferência da operação para a adquirente por doador para contraprestação nominal.

92.Quando a fundamentação econômica da combinação é de aquisição, essas aquisições sem contraprestação devem ser tratadas e contabilizadas como tal, de acordo com os itens 88 a 90.

Aquisição de operação sem a transferência de contraprestação

93.No setor público, a entidade, às vezes, obtém o controle de operação em transação sem contraprestação, na qual não transfere nenhuma contraprestação. Tais circunstâncias incluem, mas não estão limitadas a:

(a)confiscos não compensados de operações ou entidades (também conhecidas como repatriações);

(b)transferência de operação para a entidade por doador sem contraprestação. Essas transferências podem assumir a forma de herança; e

(c)transferência de operação para a entidade onde a operação possui passivos líquidos. A entidade pode aceitar a transferência de passivos líquidos para evitar o término da operação. Tais operações, às vezes, são conhecidas como "socorros financeiros".

94.Quando a fundamentação econômica da combinação é de aquisição, a adquirente que obtém o controle na operação sem contraprestação em que não transfere a contraprestação não deve reconhecer o ágio por expectativa de rentabilidade futura. A adquirente deve reconhecer o ganho ou a perda no resultado do período em conformidade com o item 86.

Contraprestação transferida

95.A contraprestação transferida na aquisição deve ser mensurada pelo valor justo, que deve ser calculado como a soma dos valores justos da data da aquisição dos ativos transferidos e passivos incorridos pela adquirente aos antigos proprietários da operação adquirida e as participações patrimoniais emitidas pela adquirente. (Contudo, qualquer parte dos prêmios de pagamento baseados em ações da adquirente trocados por aqueles obtidos pelos empregados da operação adquirida que estão incluídos na contraprestação transferida na aquisição devem ser mensurados de acordo com o item 84 e não pelo seu valor justo.) Exemplos de formas potenciais de contraprestação incluem dinheiro, outros ativos, operação ou entidade controlada pela adquirente, contraprestação contingente, instrumentos patrimoniais ordinários e preferenciais, opções não padronizadas (warrants) e participações em entidades de mútuo.

96.A contraprestação transferida pode incluir ativos ou passivos da adquirente que tenham realizado valores que diferem dos seus valores justos na data da aquisição (por exemplo, ativos não monetários ou operação da adquirente). Em caso afirmativo, a adquirente deve remensurar os ativos ou os passivos transferidos a seus valores justos a partir da data da aquisição e reconhecer os ganhos ou as perdas resultantes, se houver, no resultado do período. No entanto, às vezes, os ativos ou passivos transferidos permanecem dentro da entidade combinada após a aquisição (por exemplo, porque os ativos ou os passivos foram transferidos para a adquirente em vez de seus antigos proprietários), e a adquirente, portanto, mantém o controle deles. Nessa situação, a adquirente deve mensurar esses ativos e passivos em seus valores contábeis imediatamente antes da data da aquisição e não deve reconhecer o ganho ou a perda no resultado do período de ativos ou de passivos que controla antes e depois da aquisição.

Contraprestação contingente

97.A contraprestação que a adquirente transfere em troca da operação adquirida inclui qualquer ativo ou passivo resultante de acordo de contraprestação contingente (ver item 95). A adquirente deve reconhecer o valor justo da data da aquisição da contraprestação contingente como parte da contraprestação transferida em troca da operação adquirida.

98.A adquirente deve classificar a obrigação de pagar como contraprestação contingente que atenda à definição de instrumento financeiro como passivo financeiro ou como componente do patrimônio líquido com base nas definições de instrumento patrimonial e passivo financeiro. A adquirente deve classificar como ativo o direito ao retorno da contraprestação anteriormente transferida, se as condições especificadas são atendidas. O item 117 fornece orientações sobre a contabilização subsequente de contraprestação contingente.

Aquisição realizada em estágios

99.A adquirente, às vezes, obtém o controle de operação adquirida que possuía participação patrimonial imediatamente antes da data da aquisição. Por exemplo, em 31 de dezembro de 20X1, a entidade A detém a participação de 35% na entidade B sem controlá-la. Naquela data, a entidade A compra a participação adicional de 40% na entidade B, o que lhe confere o controle da entidade B. Esta norma refere-se a tal operação como aquisição realizada em estágios, às vezes também referida como aquisição passo a passo.

100.Na aquisição realizada em estágios, a adquirente deve mensurar novamente sua participação patrimonial previamente mantida na operação adquirida pelo valor justo na data da aquisição e reconhecer o ganho ou a perda resultante, caso exista, no resultado do período ou no patrimônio líquido, conforme apropriado. Nos períodos anteriores a que se referem as demonstrações contábeis, a adquirente pode ter reconhecido mudanças no valor de sua participação na operação adquirida no patrimônio líquido. Se assim for, o valor que foi reconhecido no patrimônio líquido também deve ser reconhecido nas mesmas bases que seriam exigidas se a adquirente tivesse vendido diretamente a participação anteriormente mantida.

Orientação adicional para a aplicação do método de aquisição que é realizada por meio de alteração nos direitos de voto, somente por contrato e circunstâncias similares que não envolvem a transferência de contraprestação

A aquisição realizada por meio de alterações nos direitos de voto, por contrato, e circunstâncias semelhantes que não envolvem a transferência de contraprestação

101.A adquirente às vezes obtém o controle de operação adquirida sem a transferência de contraprestação. O método de contabilização de aquisição se aplica a essas combinações. Tais circunstâncias incluem:

(a)a operação adquirida recompra um número suficiente de suas próprias ações para o investidor (adquirente) obter o controle;

(b)os direitos de veto de não controladores que anteriormente impediam a adquirente de controlar a operação adquirida, na qual detinha direitos de voto do controlador;

(c)a adquirente e a operação adquirida concordam em combinar suas operações por contrato somente. A adquirente não transfere nenhuma contraprestação em troca do controle da operação adquirida e não detém direitos de propriedade quantificáveis nessa operação, na data da aquisição ou anteriormente.

102.Na aquisição realizada somente por contrato, a adquirente deve atribuir aos proprietários da operação adquirida o valor dos ativos líquidos da operação reconhecidos de acordo com esta norma. Em outras palavras, os direitos de propriedade quantificáveis na operação adquirida mantida por outras partes que não a adquirente são a participação de não controladores nas demonstrações contábeis de pós-combinação das demonstrações contábeis da adquirente, mesmo que o resultado seja que todos os direitos de propriedade quantificáveis na operação adquirida sejam atribuídos à participação de não controladores.

Período de mensuração

103.Se a contabilização inicial da aquisição estiver incompleta até o final do período a que se referem as demonstrações contábeis no qual a aquisição ocorre, a adquirente deve informar os montantes provisórios para os itens cuja contabilização está incompleta. Durante o período de mensuração, a adquirente deve ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir as novas informações obtidas sobre fatos e circunstâncias que existiam a partir da data da aquisição e, se conhecidos, teriam afetado a mensuração dos montantes reconhecidos a partir dessa data. Durante o período de mensuração, a adquirente também deve reconhecer ativos ou passivos adicionais se novas informações forem obtidas dos fatos e das circunstâncias que existiam a partir da data da aquisição e, se conhecidos, resultariam no reconhecimento desses ativos e passivos a partir dessa data. O período de mensuração termina assim que a adquirente recebe a informação que estava buscando sobre fatos e circunstâncias que existiam a partir da data da aquisição ou entenda que não é possível obter mais informações. No entanto, o período de mensuração não deve exceder a um ano a partir da data da aquisição.

104.O período de mensuração é aquele que, após a data da aquisição, a adquirente pode ajustar os valores provisórios reconhecidos na aquisição. O período de mensuração fornece à adquirente prazo razoável para obter as informações necessárias para identificar e mensurar seguindo a data da aquisição de acordo com as exigências desta norma:

(a)os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e qualquer participação de não controladores na operação adquirida;

(b)a contraprestação transferida para a operação adquirida (ou outro valor utilizado mensurando o ágio por expectativa de rentabilidade futura);

(c)na aquisição realizada em estágios, a participação na operação adquirida anteriormente realizada pela adquirente; e

(d)o ágio por expectativa de rentabilidade futura, a perda ou o ganho resultante na compra vantajosa.

105.A adquirente deve considerar todos os fatos pertinentes para determinar se as informações obtidas após a data da aquisição devem resultar em ajuste dos valores provisórios reconhecidos ou se essas informações resultam de eventos ocorridos após a data da aquisição. Os fatos pertinentes incluem a data que informações adicionais são obtidas e se a adquirente pode identificar o motivo para a alteração nos valores provisórios. As informações obtidas logo após a data da aquisição têm maior probabilidade de refletir as circunstâncias que existiam na data da aquisição que a informação obtida vários meses depois. Por exemplo, a menos que evento interveniente que altere seu valor justo possa ser identificado, a venda de ativo a terceiro logo após a data da aquisição por valor que difira significativamente do seu valor justo provisório mensurado nessa data é susceptível de indicar erro no valor provisório.

106.A adquirente deve reconhecer aumento (diminuição) no valor provisório do ativo identificável (passivo) por meio de redução (aumento) no ágio por expectativa de rentabilidade futura. No entanto, novas informações obtidas durante o período de mensuração podem, às vezes, resultar em ajuste ao valor provisório de mais de um ativo ou passivo. Por exemplo, a adquirente pode ter assumido o passivo referente a danos relacionados a acidente nas instalações da operação adquirida, os quais são cobertos, total ou parcialmente, por apólice de seguro. Se a adquirente obtiver nova informação durante o período de mensuração sobre o valor justo da data da aquisição desse passivo, o ajuste ao ágio por expectativa de rentabilidade futura resultante de alteração do valor provisório reconhecido para o passivo seria compensado (no todo ou em parte) pelo ajuste correspondente ao ágio por expectativa de rentabilidade futura resultante de alteração ao montante provisório reconhecido pela indenização a receber da seguradora.

107.Durante o período de mensuração, a adquirente deve reconhecer os ajustes nos valores provisórios como se a contabilização tivesse sido concluída na data da aquisição. Assim, a adquirente deve revisar as informações comparativas dos períodos anteriores apresentados nas demonstrações contábeis, se necessário, incluindo alterar a depreciação, a amortização ou outros rendimentos reconhecidos em complemento à contabilização inicial.

108.Após o término do período de mensuração, a adquirente não deve revisar a contabilização da aquisição, a menos, para corrigir erro.

Determinação sobre o que é parte da operação adquirida

109.A adquirente e a operação adquirida podem ter relacionamento pré-existente ou outro acordo antes de iniciar as negociações para a aquisição ou entrar em acordo durante as negociações que são separadas da aquisição. Em quaisquer das situações, a adquirente deve identificar quaisquer valores que não pertençam ao que a adquirente e a operação adquirida (ou seus ex-proprietários) trocaram na aquisição, ou seja, valores que não fazem parte da troca dessa operação. A adquirente deve reconhecer como parte da aplicação do método de aquisição apenas a contraprestação transferida pela operação adquirida e os ativos adquiridos e passivos assumidos na troca por essa operação. Transações separadas devem ser contabilizadas, de acordo com as demais NBCs TSP.

110.A transação realizada por, ou em nome, da adquirente ou principalmente em benefício dela ou da entidade combinada, em vez de em benefício da operação adquirida (ou de seus ex-proprietários) antes da aquisição, é provável que seja transação separada. Os exemplos seguintes são de transações separadas que não devem ser incluídas na aplicação do método de aquisição:

(a)transação que efetivamente estabelece relacionamentos pré-existentes entre a adquirente e a operação adquirida;

(b)transação que remunere empregados ou ex-proprietários da operação adquirida por serviços futuros; e

(c)transação que reembolsa a operação adquirida ou seus ex-proprietários pelo pagamento dos custos da adquirente relacionados à aquisição.

Custos relacionados à aquisição

111.Os custos relacionados à aquisição são aqueles que a adquirente incorre para efetuar a aquisição. Esses custos podem incluir honorários de consultores e de profissionais, tais como advogados, contadores, peritos, avaliadores; custos administrativos gerais; e quaisquer custos de registro e emissão de títulos de dívida e de participação no capital. A adquirente deve contabilizar os custos de aquisição como despesas nos períodos em que os custos são incorridos e os serviços recebidos.

Mensuração e contabilização subsequentes

112.Em geral, a adquirente deve mensurar e contabilizar de forma subsequente os ativos adquiridos, passivos assumidos ou incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos na aquisição de acordo com outras NBCs TSP aplicáveis a esses itens, dependendo da sua natureza. No entanto, esta norma fornece orientação sobre mensuração e contabilização subsequentes dos seguintes ativos adquiridos, passivos assumidos ou incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos na aquisição:

(a)direitos readquiridos;

(b)passivos contingentes reconhecidos a partir da data da aquisição;

(c)ativos de indenização;

(d)contraprestação contingente; e

(e)tributos sobre a renda (quando não incluídos nos termos da aquisição).

Direito readquirido

113.O direito readquirido reconhecido como ativo intangível deve ser amortizado durante o período remanescente do acordo vinculante que foi concedido o direito, por período finito. Quando o direito foi concedido por tempo indeterminado, a entidade resultante deve realizar o teste de redução ao valor recuperável anualmente, e sempre que houver indício de perda. A adquirente que posteriormente vende o direito readquirido a terceiro deve incluir o valor contábil do ativo intangível na determinação do ganho ou da perda na venda.

Transferências, empréstimos subsidiados e benefícios similares recebidos pela adquirente ou operação adquirida na base de critérios que podem mudar o resultado da aquisição

114.A transferência, empréstimo subsidiado ou benefício similar, previamente recebido pela adquirente ou operação adquirida com base em critérios que mudam o resultado da aquisição, deve ser reavaliado prospectivamente, de acordo com outras NBCs TSP.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Passivos contingentes

115.Após o reconhecimento inicial e até que o passivo seja liquidado, cancelado ou extinto, a adquirente deve mensurar o passivo contingente reconhecido na aquisição pelo maior valor entre:

(a)o montante que seria reconhecido de acordo com a NBC TSP 03; e

(b)o montante inicialmente reconhecido menos, se apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com a NBC TSP 02 - Receita de Transação com Contraprestação.

Ativos de indenização

116.Ao final de cada período subsequente, a que se referem as demonstrações contábeis, a adquirente deve mensurar o bem de indenização que foi reconhecido na data da aquisição nas mesmas bases do passivo ou ativo indenizado, sujeito a quaisquer limitações contratuais em seu valor e, para o ativo de indenização que não seja posteriormente avaliado pelo seu valor justo, sujeito à avaliação da gestão do valor recuperável do ativo de indenização. A adquirente deve desreconhecer o ativo de indenização somente quando for realizado, pelo recebimento ou pela venda ou de outra forma que implique em perda do seu direito.

Contraprestação contingente

117.Algumas mudanças no valor justo da contraprestação contingente que a adquirente reconhecer após a data da aquisição podem ser o resultado de informações adicionais que a adquirente obteve após essa data sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição. Tais mudanças são mensurações ajustadas no período, de acordo com os itens 103 a 107. No entanto, as mudanças resultantes de eventos após a data da aquisição, tais como o cumprimento da meta de resultados, o alcance de preço por ação especificado ou o alcance de marco em projeto de pesquisa e desenvolvimento, não são ajustes do período de mensuração. A adquirente deve explicar mudanças no valor justo da contraprestação contingente que não são ajustes do período de mensuração da seguinte forma:

(a)a contraprestação contingente classificada como componente do patrimônio líquido não deve ser remensurada e sua liquidação subsequente deve ser contabilizada dentro do patrimônio líquido;

(b)não convergido.

Tributos sobre a renda (quando não incluídos nos termos da aquisição)

118.As aquisições envolvendo entidades do setor público podem resultar da não exigência isenção de tributos por autoridade fiscal após a aquisição. A adquirente deve contabilizar o tributo não mais exigido prospectivamente.

Divulgação

119.A adquirente deve divulgar aos usuários das suas demonstrações contábeis informações que permitam avaliar a natureza e o efeito financeiro da aquisição que ocorre:

(a)durante o período atual a que se referem as demonstrações contábeis; ou

(b)após o período a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes que essas sejam autorizadas para emissão.

120.Para atender ao objetivo constante do item 119, a adquirente deve divulgar as seguintes informações para cada aquisição que ocorre durante o período a que se referem as demonstrações contábeis:

(a)o nome e a descrição da operação adquirida;

(b)a data da aquisição;

(c)o percentual de participações com direito a voto ou equivalentes adquiridas;

(d)os principais motivos para a aquisição e a descrição de como a adquirente obteve o controle da operação adquirida, incluindo, quando aplicável, a base legal;

(e)a descrição qualitativa dos fatores que compõem o ágio por expectativa de rentabilidade futura, como sinergias esperadas da combinação das transações da operação adquirida e da adquirente, ativos intangíveis que não se qualificam para reconhecimento em separado ou outros fatores;

(f)o total do valor justo da data da aquisição da contrapartida transferida e de cada grande classe, tais como:

(i)caixa;

(ii)outros ativos tangíveis ou intangíveis, incluindo operação ou entidade controlada da adquirente;

(iii)passivos incorridos, por exemplo, passivo de contraprestação contingente; e

(iv)instrumentos patrimoniais da adquirente, incluindo o número daqueles emitidos ou passíveis de emissão e o método de mensuração do valor justo desses instrumentos patrimoniais;

(g)para acordos de contraprestação e ativos de indenização:

(i)o valor reconhecido na data da aquisição;

(ii)a descrição do acordo e a base para determinar o montante do pagamento; e

(iii)a estimativa da gama de resultados (não descontados) ou, se o intervalo não puder ser estimado, esse fato e as razões pelas quais não pode ser estimado. Se o montante máximo do pagamento é ilimitado, a adquirente deve divulgar esse fato;

(h)para recebíveis adquiridos:

(i)o valor justo dos recebíveis;

(ii)os valores brutos a receber de acordo com o acordo vinculante; e

(iii)a melhor estimativa na data da aquisição dos fluxos de caixa segundo o acordo vinculante que não se espera que seja cobrado.

As divulgações devem ser fornecidas pela classe principal de recebíveis, tais como empréstimos, arrendamentos financeiros diretos e qualquer outra classe de recebíveis;

(i)os valores reconhecidos a partir da data da aquisição para cada classe principal de ativos adquiridos e passivos assumidos;

(j)para cada passivo contingente reconhecido, de acordo com o item 77, a informação exigida no item 98 da NBC TSP 03. Se o passivo contingente não for reconhecido porque o valor justo não puder ser mensurado de forma confiável, a adquirente deve divulgar:

(i)as informações exigidas pelo item 100 da NBC TSP 03; e

(ii)os motivos pelos quais o passivo não pode ser mensurado de forma confiável;

(k)o montante total do ágio por expectativa de rentabilidade futura que se espera seja dedutível para fins tributários;

(l)para operações que são reconhecidas separadamente da aquisição de ativos e assunção de passivos, de acordo com o item 109:

(i)a descrição de cada operação;

(ii)como a adquirente contabilizou cada operação;

(iii)os valores reconhecidos para cada operação e o item das demonstrações contábeis que cada valor é reconhecido; e

(iv)se a operação for a liquidação efetiva de relação pré-existente, o método utilizado para determinar o valor da liquidação;

(m)a divulgação de operações reconhecidas separadamente exigidas na alínea (l) deve incluir o montante dos custos relacionados com a aquisição e, separadamente, seus valores reconhecidos como despesa e os itens na demonstração do resultado que aquelas despesas são reconhecidas. O montante de qualquer custo de emissão não reconhecido como despesa e como eles foram reconhecidos também devem ser divulgados;

(n)na aquisição que a perda é reconhecida como resultado do período (ver item 86):

(i)o montante da perda reconhecida, de acordo com o item 86, e o item da demonstração do resultado que ela é reconhecida; e

(ii)a descrição das razões pelas quais a operação resultou em perda;

(o)na compra vantajosa (ver itens 88 a 90):

(i)o montante de qualquer ganho reconhecido, de acordo com o item 88, e o item da demonstração do resultado que o ganho é reconhecido; e

(ii)a descrição das razões pelas quais a operação resultou em ganho;

(p)para cada aquisição que a adquirente detém menos de 100% das participações quantificáveis ou equivalentes na operação adquirida na data da aquisição:

(i)o valor da participação de não controladores na operação adquirida reconhecida na data da aquisição e a base de mensuração desse montante; e

(ii)para cada participação de não controladores na operação adquirida mensurada pelo valor justo, as técnicas de avaliação e insumos significativos utilizados para mensurar esse valor;

(q)na aquisição realizada em estágios:

(i)o valor justo da data da aquisição da participação na operação adquirida detida pela adquirente imediatamente anterior a data da aquisição; e

(ii)o valor de qualquer ganho ou perda reconhecido como resultado da reavaliação ao valor justo da participação na operação adquirida detida pela adquirente antes da aquisição (ver item 100) e o item da demonstração do resultado que esse ganho ou perda é reconhecido;

(r)as seguintes informações:

(i)os valores de receita e de despesa, e o resultado do período da operação adquirida desde a data da aquisição incluída na demonstração consolidada do resultado do período a que se referem as demonstrações contábeis; e

(ii)a receita, a despesa e o resultado do período da entidade combinado para o atual período a que se referem as demonstrações contábeis, como se a data para todas as aquisições ocorridas durante o ano fosse desde o início do período.

Se a divulgação de qualquer informação exigida por esse item for impraticável, a adquirente deve divulgar esse fato e explicar por que a divulgação é impraticável.

121.Para aquisições imateriais ocorridas individualmente durante o período a que se referem as demonstrações contábeis, que sejam coletivamente materiais, a adquirente deve divulgar em agregado as informações exigidas pelo item 120(e) a (r).

122.Se a data da aquisição for posterior a data final a que se referem as demonstrações contábeis, mas anterior à data que é autorizada a emissão dessas demonstrações, a adquirente deve divulgar as informações exigidas pelo item 120, a menos que a contabilização inicial da aquisição esteja incompleta no momento que é autorizada a emissão das demonstrações contábeis. Nessa situação, a adquirente deve descrever quais informações não poderiam ser divulgadas e os motivos pelos quais não podem ser efetuadas.

123.A adquirente deve divulgar informações que permitam aos usuários das suas demonstrações contábeis avaliarem os efeitos financeiros dos ajustes reconhecidos no período atual a que se referem as demonstrações contábeis relacionadas com as aquisições que ocorreram no período ou períodos anteriores.

124.Para cumprir o objetivo do item 123, a adquirente deve divulgar as seguintes informações para cada aquisição material ou no agregado para aquisições individualmente imateriais que sejam coletivamente materiais:

(a)se a contabilização inicial da aquisição estiver incompleta (ver item 103) para ativos e passivos específicos, participações de não controladores ou itens de contraprestação e os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis para a aquisição foi assim determinada apenas provisoriamente:

(i)os motivos pelos quais a contabilização inicial da aquisição está incompleta;

(ii)os ativos, os passivos, as participações quantificáveis (ou equivalentes) ou os itens de contraprestação pela qual a contabilidade inicial está incompleta; e

(iii)a natureza e o montante de qualquer ajuste do período de mensuração reconhecido durante o período de relatório, de acordo com o item 107;

(b)para cada período a que se referem as demonstrações contábeis, após a data da aquisição até que a entidade realize, venda ou, de outra forma, perca o direito ao ativo de contraprestação contingente, ou até a entidade liquidar o passivo de contraprestação contingente, ou até que o passivo seja cancelado ou expirado:

(i)qualquer alteração nos valores reconhecidos, incluindo quaisquer diferenças surgidas na liquidação;

(ii)qualquer alteração na gama de resultados (não descontados) e os motivos para essas mudanças; e

(iii)as técnicas de avaliação e os insumos do modelo-chave utilizados para mensurar a contraprestação contingente;

(c)para os passivos contingentes reconhecidos na aquisição, a adquirente deve divulgar as informações exigidas nos itens 97 e 98 da NBC TSP 03 para cada classe de provisão;

(d)a conciliação do valor reconhecido do ágio por expectativa de rentabilidade futura no início e no final do período a que se referem as demonstrações contábeis deve mostrar separadamente:

(i)o valor bruto e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas no início do período a que se referem as demonstrações contábeis;

(ii)o ágio por expectativa de rentabilidade futura adicional reconhecido durante o período a que se referem as demonstrações contábeis;

(iii)ajustes resultantes do reconhecimento subsequente de valores durante o período a que se referem as demonstrações contábeis de acordo com outra NBC TSP que trate de tributos sobre a renda;

(iv)o ágio por expectativa de rentabilidade futura desreconhecido durante o período a que se referem as demonstrações contábeis;

(v)perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas durante o período a que se referem as demonstrações contábeis de acordo com a NBC TSP 10 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa. (NBC TSP 10 exige a divulgação de informações sobre o valor recuperável e redução do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura, em adição a essa exigência);

(vi)diferenças cambiais líquidas resultantes do período a que se referem as demonstrações contábeis;

(vii) quaisquer outras alterações no valor contábil durante o período a que se referem as demonstrações contábeis;

(viii) o valor bruto e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas no final do período a que se referem as demonstrações contábeis;

(e)o valor e a explicação de qualquer ganho ou perda reconhecida no período a que se referem as demonstrações contábeis no período corrente, quando:

(i)relacionam-se com ativos identificáveis adquiridos ou passivos assumidos na aquisição que foi efetuada no período a que se referem as demonstrações contábeis no período corrente ou anterior a que se referem; e

(ii)são de tal tamanho, natureza ou incidência que a divulgação é relevante para a compreensão das demonstrações contábeis da entidade combinada; e

(f)se os montantes dos tributos devidos que não forem mais exigidos como resultado dos termos da aquisição (ver itens 78 e 79):

(i)o montante dos tributos devidos que não forem mais exigidos; e

(ii)quando a adquirente é a autoridade fiscal, detalhes do ajuste efetuado nos tributos a receber.

125.Se as divulgações específicas exigidas por esta e por outras NBCs TSP não atenderem aos objetivos estabelecidos nos itens 119 e 123, a adquirente deve divulgar qualquer informação adicional necessária para atingir esses objetivos.

126 a 134. (Não convergidos).

Vigência

Esta norma deve ser aplicada nas entidades do setor público a partir de 1º de janeiro de 2021, salvo na existência de algum normativo em âmbito nacional que estabeleça prazos específicos - casos em que estes prevalecem.

ZULMIR IVÂNIO BREDA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO Nº 591, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Aprova o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, e

CONSIDERANDO o art. 8º, inciso IV, da Lei n° 5.905, de 12 de julho de 1973, que dispõe sobre a competência do Cofen em baixar provimentos e expedir instruções, para uniformidade de procedimento e bom funcionamento dos Conselhos Regionais;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSIDERANDO o disposto no art. 22, X e XI, do Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem a baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer rol de procedimentos que possa auxiliar o gestor e o fiscal de contrato de modo a que possam bem desempenhar a execução das atribuições que lhes são conferidas por lei, propiciando acesso a leis, ferramentas, formulários e outros necessários a uma gestão adequada e dentro das melhores práticas da administração pública;

CONSIDERANDO a necessidade de implementação de rotinas que garantam o acompanhamento e consequente cumprimento das obrigações contatuais, mediante medidas e procedimentos de fiscalização das avenças pactuadas;

CONSIDERANDO as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas de licitações e contratos da Administração Pública, ao estabelecer que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por representante da administração especialmente designado;

CONSIDERANDO, ainda, a deliberação do Plenário do Cofen, durante a realização de sua 506ª Reunião Ordinária, e tudo mais que consta dos autos do Processo Administrativo Cofen nº 0273/2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais, anexo à presente Resolução.

Parágrafo único. O Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos está disponível no sítio de internet do Cofen (www.portalcofen.gov.br).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogadas as disposições em contrário.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

LAURO CESAR DE MORAIS
1º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 592, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Aprova o Manual de Patrimônio dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem, e dá outras providências.

O Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, e

CONSIDERANDO o art. 8º, inciso IV, da Lei n° 5.905, de 12 de julho de 1973, que dispõe sobre a competência do Cofen em baixar provimentos e expedir instruções, para uniformidade de procedimento e bom funcionamento dos Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22, X e XI, do Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem a baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia;

CONSIDERANDO a IN/SRF Nº 1.700/2017 e o Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, que dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoamento do controle patrimonial de bens móveis e imóveis pertencentes ao patrimônio dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem, com fundamento na legislação aplicada à espécie;

CONSIDERANDO a necessidade do Conselho Federal de Enfermagem contar com documento que contenha os elementos técnicos capazes de propiciar o controle patrimonial, com indicativo de ações que assegurem, por meio de registros e relatórios, a coleta de dados relativos a identificação, existência, quantidade, localização, condições de uso e histórico dos bens patrimoniais, desde a sua primeira inclusão no patrimônio, até a sua baixa final;

CONSIDERANDO as disposições das Leis nºs 8.666/1993 e 10.520/2002, e ainda a deliberação do Plenário do Cofen por ocasião de sua 506ª Reunião Ordinária, e tudo mais que consta dos autos do Processo Administrativo Cofen nº 583/2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o Manual de Patrimônio, no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais, anexo à presente Resolução.

Parágrafo único. O Manual de Patrimônio dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem, está disponível no sítio de internet do Cofen (www.portalcofen.gov.br).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogadas a Resolução Cofen nº 484/2015 e a Resolução Cofen nº 533/2017.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

LAURO CESAR DE MORAIS
1º Secretário

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

RESOLUÇÃO Nº 661, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre o cuidado farmacêutico relacionado a suplementos alimentares e demais categorias de alimentos na farmácia comunitária, consultório farmacêutico e estabelecimentos comerciais de alimentos e dá outras providências.

O Brasil obteve um novo marco regulatório para suplementeos alimentares em 2018, que teve como objetivos contribuir para o acesso da população a suplementos alimentares seguros e de qualidade; reduzir a assimetria de informações existente nesse mercado; facilitar o controle sanitário e a gestão do risco desses produtos; eliminar obstáculos desnecessários à comercialização e inovação e simplificar o estoque regularatório vigente.

Tais mudanças surgiram especialmente pelos avanços em pesquisa, desenvolvimento e inovação desta categoria de produtos, bem como pela crescente demanda pela população, que visa hábitos de vida mais saudáveis.

Sendo a farmácia um estabelecimento de saúde reconhecido pela Lei Federal nº 13.021/2014, que possui autorização para comercialização de categorias de alimentos, é, portanto, um ambiente de acesso a tais produtos e requer, da mesma maneira como ocorre com medicamentos e outras tecnologias em saúde, atividades que permitam a racionalidade no seu uso.

Além disso, com os avanços da farmácia clínica no Brasil, há a necessidade de regulamentar os suplementos alimentares como modalidade de prática farmacêutica, que envolve a dispensação e a prescrição farmacêutica voltada ao cuidado à saúde de paciente, também em consonância com sua própria atuação na equipe multidisciplinar.

O termo "nutracêutico", descrito pela primeira vez por DeFelice (1989), ganhou diferentes releituras ao longo do tempo e, atualmente, refere-se como sinônimo de suplementos alimentares, conforme descritores em ciências da saúde (Decs/Mesh), embora ainda careça de um consenso quanto a seu arcabouço teórico-conceitual. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária não reconhece esse termo, não havendo, portanto, nenhuma categoria de produto que utilize esta definição. Assim, esta resolução, apesar de reconhecer a existência de literatura científica vasta sobre o tema, considerará o preconizado pela regulamentação vigente de suplementos alimentares.

O Conselho Federal de Farmácia (CFF), no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 3.820, de 11 de novembro 1960;

Considerando que o CFF, no âmbito de sua área específica de atuação e, como entidade de profissão regulamentada, exerce atividade típica de Estado, nos termos do artigo 5º, inciso XIII; artigo 21, inciso XXIV e artigo 22, inciso XVI, todos da Constituição Federal;

Considerando a outorga legal ao CFF de zelar pela saúde pública, promovendo ações de assistência farmacêutica em todos os níveis de atenção à saúde, de acordo com a alínea "p", do artigo 6º da Lei Federal nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, com as alterações da Lei Federal nº 9.120, de 26 de outubro de 1995;

Considerando que é atribuição do CFF expedir resoluções para eficácia da Lei Federal nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, e que compete-lhe o múnus de definir ou modificar a competência dos profissionais de Farmácia em seu âmbito, conforme o artigo 6º, alíneas "g" e "m";

Considerando a Lei Federal nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que estabelece em seu artigo 4º, inciso II, que medicamento é o produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnósticos; e, em seu artigo 18, que é facultado à farmácia ou drogaria manter serviço de atendimento ao público para aplicação de injeções a cargo de técnico habilitado, observada a prescrição médica;

Considerando a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, prevendo em seu artigo 6º que estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

Considerando a Lei Federal nº 13.021, de 11 de agosto de 2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas, que em seu artigo 2º entende-se por assistência farmacêutica o conjunto de ações e de serviços que visem a assegurar a assistência terapêutica integral e a promoção, a proteção e a recuperação da saúde nos estabelecimentos públicos e privados que desempenhem atividades farmacêuticas, tendo o medicamento como insumo essencial e visando ao seu acesso e ao seu uso racional; e em seu artigo 3º que a farmácia é uma unidade de prestação de serviços destinada a prestar assistência farmacêutica, assistência à saúde e orientação sanitária individual e coletiva, na qual se processe a manipulação e/ou dispensação de medicamentos magistrais, oficinais, farmacopeicos ou industrializados, cosméticos, insumos farmacêuticos, produtos farmacêuticos e correlatos;

Considerando o Decreto Federal nº 85.878, de 7 de abril de 1981, que estabelece normas para execução da Lei Federal nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, dispondo sobre o exercício da profissão farmacêutica, e dá outras providências;

Considerando as deliberações da Conferência Internacional sobre Cuidados Primários em Saúde realizada em Alma-Ata, promovida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), de 6/12 de setembro de 1978;

Considerando a Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006, que aprova a Política de Promoção da Saúde;

Considerando a Portaria MS/GM nº 529, de 1º de abril de 2013, que institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP);

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 338, de 6 de maio de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, em particular o inciso IV do artigo 1º, no que se refere à atenção farmacêutica;

Considerando a Resolução/CFF nº 357, de 27 de abril de 2001, que aprova o regulamento técnico das boas práticas de farmácia;

Considerando a Resolução/CFF nº 386, de 12 de novembro de 2002, que dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no âmbito da assistência domiciliar em equipes multidisciplinares;

Considerando a Resolução/CFF nº 499, de 17 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias, e dá outras providências, alterada pela Resolução/CFF nº 505, de 23 de junho de 2009;

Considerando a Resolução/CFF nº 520, de 16 de dezembro de 2009, que dispõe sobre as atribuições e responsabilidade técnica do farmacêutico nos Laboratórios de Saúde Pública, bem como nos de natureza privada, que realizem análise e pareceres técnicos em alimentos, medicamentos, meio ambiente, serviços de saúde e produtos em geral;

Considerando a Resolução/CFF nº 530, de 25 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre as atribuições e responsabilidade técnica do farmacêutico nas indústrias de alimentos;

Considerando a Resolução/CFF nº 538, de 29 de setembro de 2010, que dispõe sobre as atribuições do Farmacêutico analista de medicamentos, cosméticos, saneantes, alimentos e produtos para a saúde;

Considerando a Resolução/CFF nº 555, de 30 de novembro de 2011, que regulamenta o registro, a guarda e o manuseio de informações resultantes da prática da assistência farmacêutica em serviços de saúde;

Considerando a Resolução/CFF nº 572, de 25 de abril de 2013, que dispõe sobre a regulamentação das especialidades farmacêuticas, por linhas de atuação;

Considerando a Resolução/CFF nº 585, de 29 de agosto de 2013, que regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências;

Considerando a Resolução/CFF nº 586, de 29 de agosto de 2013, que regulamenta a prescrição farmacêutica e dá outras providências;

Considerando a Resolução/CFF nº 596, de 21 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 6, de 19 de outubro de 2017, que institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em farmácia e dá outras providências;

Considerando a RDC da Anvisa nº 67, de 08 de outubro de 2007, que dispõe sobre boas práticas de manipulação de preparações magistrais e oficinais para uso humano em farmácias;

Considerando a RDC da Anvisa nº 87, de 21 de novembro de 2008, que altera o regulamento técnico sobre as boas práticas de manipulação em farmácias, resolve:

Considerando a Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) da Anvisa nº 44, de 17 de agosto de 2009, que dispõe sobre boas práticas farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências e sua instrução normativa (IN) nº 09, de 17 de agosto de 2009, que dispõe sobre a relação de produtos permitidos para dispensação e comercialização em farmácias e drogarias;

Considerando a RDC da Anvisa nº 98, de 01 de agosto de 2016, que dispõe sobre os critérios e procedimentos para o enquadramento de medicamentos como isentos de prescrição e o re-enquadramento como medicamentos sob prescrição, e dá outras providências e sua instrução normativa (IN) nº 11, de 29 de setembro de 2016, que dispõe sobre a lista de medicamentos isentos de prescrição;

Considerando a RDC da Anvisa n° 239, de 26 de julho de 2018, que altera a Resolução RDC nº 27, de 6 de agosto de 2010 e estabelece os aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em suplementos alimentares;

Considerando a RDC da Anvisa nº 240, de 26 de julho de 2018, que altera a Resolução - RDC nº 27, de 6 de agosto de 2010 e estabelece as categorias de alimentos e embalagens isentos e com obrigatoriedade de registro sanitário;

Considerando a RDN da Anvisa nº 241, de 26 de julho de 2018, que dispõe sobre os requisitos para comprovação da segurança e dos benefícios à saúde dos probióticos para uso em alimentos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a RDC da Anvisa n° 242, de 26 de julho de 2018, que altera a Resolução - RDC nº 24, de 14 de junho de 2011, a Resolução - RDC nº 107, de 5 de setembro de 2016, a IN n° 11, de 29 de setembro de 2016 e a Resolução - RDC nº 71, de 22 de dezembro de 2009 e regulamenta o registro de vitaminas, minerais, aminoácidos e proteínas de uso oral, classificados como medicamentos específicos;

Considerando a RDC da Anvisa nº 243, de 26 de julho de 2018, que dispõe sobre os requisitos sanitários dos suplementos alimentares e a sua a instrução normativa (IN) da Anvisa nº 28, de 26 de julho de 2018, que estabelece as listas de constituintes, de limites de uso, de alegações e de rotulagem complementar dos suplementos alimentares;

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - Esta resolução estabelece os requisitos necessários à dispensação e prescrição das categorias de alimentos com venda permitida em drogarias, farmácias magistrais e estabelecimentos comerciais de alimentos pelo farmacêutico, que incluem os suplementos alimentares, alimentos para fins especiais, chás, produtos apícolas, alimentos com alegações de propriedade funcional ou de saúde e as preparações magistrais.

Art. 2º - Para fins desta resolução são adotadas as seguintes definições:

I-alimentos para fins especiais: são os alimentos especialmente formulados ou processados, nos quais se introduzem modificações no conteúdo de nutrientes, adequados à utilização em dietas, diferenciadas e ou opcionais, atendendo às necessidades de pessoas em condições metabólicas e fisiológicas específicas;

II-suplementos alimentares: são produtos para ingestão oral, apresentados em formas farmacêuticas, destinados a suplementar a alimentação de indivíduos saudáveis com nutrientes, substâncias bioativas, enzimas ou probióticos, isolados ou combinados;

III-produtos apícolas: produtos obtidos da apicultura com benefícios à saúde humana, como mel, pólen, geleia real e própolis;

IV-alimentos com alegação de propriedade funcional e/ou de saúde: são aqueles que podem produzir comprovadamente efeitos metabólicos e ou fisiológicos e ou efeitos benéficos à saúde, devendo ser seguros para consumo sem supervisão médica;

V-preparação magistral: é aquela preparada na farmácia, a partir de uma prescrição de profissional habilitado, destinada a um paciente individualizado, e que estabeleça em detalhes sua composição, forma farmacêutica, posologia e modo de usar;

VI-nutriente: substância química consumida normalmente como componente de um alimento, que proporcione energia, que seja necessária para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção da saúde e da vida ou cuja carência resulte em mudanças químicas ou fisiológicas características;

VII-compostos bioativos de alimentos: nutriente ou não nutriente consumido normalmente como componente de um alimento, que possui ação metabólica ou fisiológica específica no organismo humano;

VIII-formas farmacêuticas: estado final de apresentação que os princípios ativos farmacêuticos possuem após uma ou mais operações farmacêuticas executadas com a adição de excipientes apropriados ou sem a adição de excipientes, a fim de facilitar a sua utilização e obter o efeito terapêutico desejado, com características apropriadas a uma determinada via de administração;

IX-dispensação: é o ato profissional farmacêutico de proporcionar medicamentos e outros produtos a um paciente, geralmente em resposta à apresentação de uma receita elaborada por profissional autorizado. Neste ato, o farmacêutico informa e orienta o paciente sobre o uso adequado dos medicamentos, sua conservação e descarte;

X-prescrição farmacêutica: ato pelo qual o farmacêutico seleciona e documenta terapias farmacológicas e não farmacológicas, e outras intervenções relativas ao cuidado à saúde do paciente, visando à promoção, proteção e recuperação da saúde, e à prevenção de doenças e de outros problemas de saúde;

XI-rastreamento em saúde: identificação provável de doença ou condição de saúde não identificada, pela aplicação de testes, exames ou outros procedimentos que possam ser realizados rapidamente, com subsequente orientação e encaminhamento do paciente a outro profissional ou serviço de saúde para diagnóstico e tratamento;

XII-chás: são produtos constituídos de partes de vegetais, inteiras, fragmentadas ou moídas, obtidos por processos tecnológicos adequados a cada espécie, utilizados exclusivamente na preparação de bebidas alimentícias por infusão ou decocção em água potável, não podendo ter finalidades farmacoterapêuticas;

XIII-nutrivigilância: vigilância dos eventos adversos decorrentes do consumo de alimentos, bem como do monitoramento de sua segurança.

CAPÍTULO II

DA DISPENSAÇÃO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES E

DEMAIS CATEGORIAS DE ALIMENTOS

Art. 3º - O farmacêutico, no ato da dispensação de suplementos alimentares e demais categorias de alimentos, como etapa do cuidado, deve avaliar a prescrição e informar, por escrito ou verbalmente, ao paciente e/ou a seu cuidador, sobre sua utilização racional, quer estes sejam industrializados ou manipulados.

Art. 4º - O farmacêutico deverá avaliar a necessidade de uso do suplemento alimentar e demais categorias de alimentos, com base nas características do indivíduo, em evidências científicas quanto aos possíveis efeitos benéficos e/ou danosos à saúde, da conveniência do uso e custo.

Art. 5º - No processo da avaliação, seja do receituário ou para fins de autocuidado, o farmacêutico deverá considerar:

I-Reações adversas potenciais;

II-Interações potenciais com alimentos, suplementos, medicamentos, exames complementares e doenças;

III-Toxicidade (aguda, subcrônica e crônica);

IV-Precauções, advertências no uso e contraindicações;

V-Modo de uso relacionado à indicação/alegação de uso;

VI-Características do indivíduo (biológicas, socioeconômicas, culturais, psicológicas e valores).

CAPÍTULO III

DA PRESCRIÇÃO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES, DEMAIS CATEGORIAS DE ALIMENTOS E PREPARAÇÕES MAGISTRAIS

Art. 6º - A prescrição farmacêutica de suplementos alimentares é parte do processo do cuidado à saúde relativa ao paciente, com base nas Resoluções/CFF nº 585/13 e nº 586/13, nas quais o farmacêutico deve selecionar e documentar terapias com suplementos alimentares, em farmácias, consultório ou estabelecimento comercial de alimentos.

Art. 7º - O farmacêutico poderá prescrever suplementos alimentares, alimentos para fins especiais, chás, produtos apícolas, alimentos com alegações de propriedade funcional ou de saúde, medicamentos isentos de prescrição e as preparações magistrais formuladas com nutrientes, compostos bioativos isolados de alimentos, probióticos e enzimas, nos seguintes contextos:

I-Para prevenção de doenças e de outros problemas de saúde;

II-Para recuperação da saúde, sempre que no processo de rastreamento houver identificação de riscos;

III-Na otimização do desempenho físico e mental, associado ao exercício físico ou não;

IV-Na complementação da farmacoterapia, como forma de potencializar resultados clínicos de medicamentos, bem como prevenir ou reduzir reações adversas a medicamentos;

V-Na manutenção ou melhora da qualidade de vida.

Art. 8º - Caberá ao farmacêutico levar em conta as necessidades relativas ao paciente, as evidências científicas de eficácia e segurança, a conveniência, bem como a relação do custo com estas variáveis, não podendo prescrever doses ou apresentações não configuradas como isentas de prescrição pela legislação sanitária vigente;

Art. 9º - O farmacêutico deverá considerar a importância do trabalho interdisciplinar com outros profissionais de saúde, sempre que julgar necessário, realizando o encaminhamento do indivíduo a outros profissionais de saúde, para atendimento de demandas de maior complexidade ou especificidade;

Art. 10 - O farmacêutico poderá desenvolver, em colaboração com os demais membros da equipe de saúde, por meio do uso de suplementos alimentares e demais categorias de alimentos, ações para a promoção, proteção e recuperação da saúde, e a prevenção de doenças e de outros problemas de saúde.

CAPÍTULO IV

DA NUTRIVIGILÂNCIA

Art. 11 - O farmacêutico deverá, no exercício de suas atividades:

I-notificar os profissionais de saúde e os órgãos sanitários competentes, bem como o laboratório industrial, dos efeitos colaterais, das reações adversas, das intoxicações, voluntárias ou não, observados e registrados na prática da nutrivigilância;

II-estabelecer protocolos de nutrivigilância, visando a assegurar o seu uso racionalizado, a sua segurança e a sua eficácia terapêutica;

III-prestar orientação farmacêutica, com vistas a esclarecer ao paciente a relação benefício e risco, a conservação e a utilização de suplementos alimentares e demais categorias de alimentos, bem como suas interações (fármaco-nutriente, nutriente-nutriente) e a importância do seu correto manuseio.

CAPÍTULO V

DA DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 496, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre a fixação de valores para anuidades, taxas, emolumentos e multas, atribuíveis e devidos pelos profissionais e pessoas jurídicas circunscricionados perante a entidade, a serem arrecadados pelos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional no exercício do ano de 2019, e dá outras providências.

O Plenário do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, na conformidade com as competências previstas no artigo 5º, inciso II, da Lei nº 6.316 de 17 de dezembro de 1975, e cumprindo o deliberado em sua 279ª Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 22 de outubro de 2017, em sua subsede, situada na Rua Padre Anchieta, 2285, Salas 801/802, Bairro Bigorrilho - Curitiba - PR;

Considerando a obediência ao principio constitucional da reserva legal tributária, materializado pela norma do artigo 149 da Constituição da Republica Federativa do Brasil;

Considerando o dever legal previsto na norma do inciso IX do artigo 5º da Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e na norma do § 2º do artigo 6º da Lei Federal nº 12.514/2011, em fixar anuidades, taxas, emolumentos e multas atribuíveis aos profissionais e pessoas jurídicas circunscricionados perante a entidade;

Considerando que a organização e funcionamento dos serviços úteis e indispensáveis à regulamentação e fiscalização do exercício profissional dependem do produto da arrecadação das anuidades, taxas, emolumentos e multas, de acordo com os dizeres dos artigos 10 e 11 da Lei nº 6.316 de 17 de dezembro de 1975;

Considerando que a receita própria se trata de característica indispensável à existência da autarquia, na forma do disposto no inciso I do artigo 5º do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;

Considerando que os valores, ora fixados, são a base para a dotação orçamentária dos entes Regionais e Federal;, resolve:

Art. 1º As anuidades a serem arrecadadas pelos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITOs), de acordo com a competência estabelecida pelo inciso X do Art. 7º da Lei Federal nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, tendo como contribuintes os profissionais e pessoas jurídicas circunscritas, são fixadas em R$ 492,00 (quatrocentos e noventa e dois reais).

Art. 2º O pagamento da anuidade será efetuado até o último dia útil do mês de abril de 2019, diretamente ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO) em que se encontrarem inscritos os profissionais ou pessoas jurídicas.

Art. 3º As anuidades pagas, à vista, até o último dia útil do mês de janeiro de 2019, até o último dia útil do mês de fevereiro de 2019 e até o último dia útil do mês de março de 2019 terão desconto de 15%, 10% e 5% respectivamente.

Art. 4º Aos profissionais e às pessoas jurídicas será permitido o pagamento da anuidade em cinco parcelas mensais e sucessivas, sem juros, com vencimentos no último dia útil do mês de janeiro de 2019, no último dia útil do mês de fevereiro de 2019, no último dia útil do mês de março de 2019, no último dia útil do mês de abril de 2019 e no último dia útil do mês de maio de 2019.

Art. 5º As filiais ou representações de pessoas jurídicas instaladas em circunscrição de Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional diverso daquele de sua sede são também obrigadas ao pagamento da anuidade, independentemente do pagamento realizado pela matriz, devido na razão de 50% (cinquenta por cento) da anuidade estabelecida para a matriz.

Art. 6º A inadimplência da anuidade ou de parcelas destas, nos prazos fixados, ensejará a aplicação de multa no percentual de 2% (dois por cento) e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, calculados e acrescentados sobre o valor do débito corrigido monetariamente, segundo os índices da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou pelo índice oficial que venha a substituí-lo no período de inadimplência.

Art. 7º Os valores dos emolumentos a serem arrecadados pelos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e, no que couber, pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, são fixados nesta resolução, observados os seguintes valores, para vigência no exercício do ano de 2019:

a) Inscrição de pessoa física: R$140,00 (cento e quarenta reais);

b) Inscrição de pessoa jurídica: R$ 252,00 (duzentos e cinquenta e dois reais);

c) Expedição e substituição de carteira profissional, inclusive 2ª via: R$ 140,00 (cento e quarenta reais);

d) Expedição e substituição de cédula de identidade, inclusive 2ª via: R$ 30,00 (trinta reais);

e) Certidão, Licença Temporária de Trabalho ou Certificado de Registro: R$ 83,00 (oitenta e três reais).

Art. 8º Os requerimentos de emissão de certidões destinadas à defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal dos eventuais profissionais e cidadãos interessados, com a devida comprovação, serão analisados e, em caso de deferimento, as referidas certidões serão emitidas pelo respectivo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, sem a cobrança de qualquer valor a título de emolumentos.

Art. 9º Quando ocorrer o primeiro registro original de profissionais ou pessoas jurídicas perante o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, a anuidade será por este devida proporcionalmente aos meses do exercício relativos ao período em que passar a viger a inscrição, apurando-se o montante pelo rateio do valor da anuidade (R$ 492,00 - quatrocentos e noventa e dois reais) entre os meses do ano fiscal.

Art. 10 A multa a ser aplicada aos profissionais ou às pessoas jurídicas em razão de infringência à Lei Federal nº 6.316/1975 ou ato normativo do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional será fixada até o limite máximo de 10 (dez) vezes o valor da anuidade vigente, sendo aplicada em dobro no caso de reincidência.

Art. 11 O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional inscreverá os devedores inadimplentes de sua circunscrição em livro próprio da dívida ativa, especificando os débitos de quaisquer espécies relativos a anuidades, taxas, emolumentos e multas, objetivando a formação da certidão de dívida ativa, a fim de que haja a promoção de respectiva cobrança administrativa e a execução judicial.

Art. 12 A arrecadação de receitas, o recebimento de valores e a cobrança de anuidade, taxas, emolumentos e multas pelos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional serão efetivados, exclusivamente, mediante expedição de guia da arrecadação bancária e pagamento em instituição financeira conveniada entre os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e o COFFITO, sendo obrigatório o crédito automático de 20% (vinte por cento) do valor recebido para o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, a ser automaticamente destacado pela instituição financeira em que ocorrer a arrecadação, depositando-os em conta própria de titularidade do COFFITO, sendo expressamente vedado aos responsáveis e gestores dos Conselhos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional determinarem ou autorizarem outra forma de pagamento e arrecadação de receitas, diversas do recolhimento bancário nas contas-arrecadação.

$1º Na impossibilidade de repasse automático por problema ou inviabilidade operacional da Instituição Bancária, os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional estão obrigados a efetuar o repasse até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da arrecadação, no percentual legal de 20% (vinte por cento) da arrecadação bruta do mês anterior, sem descontos de qualquer natureza.

$ 2º Aos profissionais e pessoas jurídicas inscritos somente será reconhecido o efeito de recibo e comprovação de pagamento de suas obrigações de anuidade, taxas, emolumentos e multas, mediante chancela própria da instituição financeira conveniada para o recolhimento por intermédio das contas-arrecadação.

Art. 13 O recebimento de valores e a cobrança de anuidade, taxas, emolumentos e multas pelos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional poderá, a juízo de cada Conselho Regional, ser efetivado por meio de cartão de débito ou crédito, cabendo ao Conselho optante disponibilizar os meios necessários para que os profissionais e pessoas jurídicas realizem o pagamento nessa modalidade.

Parágrafo único - As despesas com a arrecadação de anuidade, taxas, emolumentos e multas será de responsabilidade exclusiva do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional optante por essa modalidade de pagamento.

Art. 14 Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do COFFITO.

Art. 15 Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

CÁSSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Diretor-Secretário

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

ACÓRDÃOS

Acórdão nº 87 de 19 de setembro de 2018 - 2T. PA CFMV nº 0406/2018. Origem: CRMV-CE. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Wendell José de Lima Melo.

Acórdão nº 88 de 19 de setembro de 2018 - 2T. PA CFMV nº 0609/2018. Origem: CRMV-PR. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Cícero Araujo Pitombo.

Acórdão nº 89 de 19 de setembro de 2018 - 2T. PA CFMV nº 0705/2018. Origem: CRMV-PR. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Cícero Araujo Pitombo.

Acórdão nº 90 de 19 de setembro de 2018 - 2T. PA CFMV nº 0786/2018. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Wendell José de Lima Melo.

Acórdão nº 91 de 19 de setembro de 2018 - 2T. PA CFMV nº 0951/2018. Origem: CRMV-GO. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto da Conselheira Relatora, Méd. Vet. Therezinha Bernardes Porto.

Acórdão nº 92 de 19 de setembro de 2018 - 2T. PA CFMV nº 1839/2018. Origem: CRMV-PR. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Cícero Araujo Pitombo.

Acórdão nº 93 de 19 de setembro de 2018 - 2T. PA CFMV nº 2144/2018. Origem: CRMV-RJ. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto da Conselheira Relatora, Méd. Vet. Therezinha Bernardes Porto.

Acórdão nº 94 de 19 de setembro de 2018 - 2T. PA CFMV nº 2180/2018. Origem: CRMV-PR. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto da Conselheira Relatora, Méd. Vet. Therezinha Bernardes Porto.

Acórdão nº 95 de 19 de setembro de 2018 - 2T. PA CFMV nº 2182/2018. Origem: CRMV-PR. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Wendell José de Lima Melo.

Acórdão nº 96 de 19 de setembro de 2018 - 2T. PA CFMV nº 2719/2018. Origem: CRMV-CE. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Cícero Araujo Pitombo.

Acórdão nº 97 de 19 de setembro de 2018 - 2T. PA CFMV nº 2927/2018. Origem: CRMV-PR. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Cícero Araujo Pitombo.

Acórdão nº 98 de 19 de setembro de 2018 - 2T. PA CFMV nº 3088/2018. Origem: CRMV-ES. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto da Conselheira Relatora, Méd. Vet. Therezinha Bernardes Porto.

Acórdão nº 99 de 19 de setembro de 2018 - 2T. PA CFMV nº 3200/2018. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Cícero Araujo Pitombo.

Acórdão nº 100 de 19 de setembro de 2018 - 2T. PA CFMV nº 3278/2018. Origem: CRMV-PR. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Wendell José de Lima Melo.

Acórdão nº 101 de 19 de setembro de 2018 - 2T. PA CFMV nº 3409/2018. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Cícero Araujo Pitombo.

Acórdão nº 102 de 19 de setembro de 2018 - 2T. PA CFMV nº 3493/2018. Origem: CRMV-PR. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Wendell José de Lima Melo.

Acórdão nº 103 de 19 de setembro de 2018 - 2T. PA CFMV nº 3496/2018. Origem: CRMV-TO. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do Voto da Conselheira Relatora, Méd. Vet. Therezinha Bernardes Porto.

Acórdão nº 104 de 19 de setembro de 2018 - 2T. PA CFMV nº 3502/2018. Origem: CRMV-MT. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Cícero Araujo Pitombo.

Acórdão nº 105 de 19 de setembro de 2018 - 2T. PA CFMV nº 3505/2018. Origem: CRMV-MT. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Wendell José de Lima Melo.

Acórdão nº 106 de 19 de setembro de 2018 - 2T. PA CFMV nº 7049/2017. Origem: CRMV-GO. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto da Conselheira Relatora, Méd. Vet. Therezinha Bernardes Porto.

NIVALDO DA SILVA
Presidente da Turma
Em exercício

CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Altera o § 3º do art. 4º da Resolução CONTER nº 10, de 11 de novembro de 2011, Que regula e disciplina o estágio curricular supervisionado na área das técnicas radiológicas.

O CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA - CONTER, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe confere a Lei n° 7.394 de 29 de outubro de 1985, regulamentada pelo Decreto n° 92.790, de 17 de junho de 1986, e o Regimento Interno do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia; CONSIDERANDO que compete exclusivamente ao CONTER orientar e normatizar o exercício das atividades dos profissionais da Radiologia; CONSIDERANDO os termos da Resolução CONTER nº 10, de 11 de novembro de 2011, que regula e disciplina o Estágio Curricular Supervisionado na área das técnicas radiológicas; CONSIDERANDO os termos da Portaria ANVISA nº 453/1998 (itens 3.25 e 3.47) e norma CNEN NN 3.01/2014 (inciso 5.7), que versam sobre as diretrizes de proteção radiológica; CONSIDERANDO a decisão da Reunião de Diretoria Executiva do CONTER, ad-referendum da Plenária, realizada no dia 17 de outubro de 2018. resolve:

Art. 1º Alterar o § 3º do Art. 4º da Resolução CONTER nº 10, de 11 de novembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 4º (...) § 3º Cabe à instituição de ensino o custeio do dosímetro individual aos alunos que ingressarem no Estágio Supervisionado e à Instituição Cedente, a responsabilidade pela contratação e o fornecimento deste dispositivo de controle da exposição à radiação."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalterados os demais termos da Resolução CONTER nº 10, de 11 de novembro de 2011.

MANOEL BENEDITO VIANA SANTOS
Diretor-Presidente

ADRIANO CÉLIO DIAS
Diretor-Secretário

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Altera o art. 6º da Resolução CONTER nº 11, de 15 de agosto de 2016, que institui e normatiza as atribuições, competências e funções dos técnicos e tecnólogos em radiologia no setor industrial.

O CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA - CONTER, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe confere a Lei n° 7.394 de 29 de outubro de 1985, regulamentada pelo Decreto n° 92.790, de 17 de junho de 1986, e o Regimento Interno do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia; CONSIDERANDO que compete exclusivamente ao CONTER orientar e normatizar o exercício das atividades dos profissionais da Radiologia; CONSIDERANDO os termos da Resolução CONTER nº 11, de 15 de agosto de 2016, que Institui e Normatiza as Atribuições, Competências e Funções dos Técnicos e Tecnólogos em Radiologia no Setor Industrial e dá outras providências; CONSIDERANDO que os profissionais com formação em Curso Superior de Tecnologia em Radiologia possuem "Habilitação Plena", podendo atuar em quaisquer áreas elencadas no artigo 1º da Lei nº 7.394/85 e no artigo 2º do Decreto nº 92.790/86; CONSIDERANDO a decisão da Reunião de Diretoria Executiva do CONTER, ad-referendum da Plenária, realizada no dia 17 de outubro de 2018. resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 6º da Resolução CONTER nº 11, de 15 de agosto de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 6º - Os Tecnólogos em Radiologia podem exercer todas as atividades dos Técnicos em Radiologia no Setor Industrial, desde que cumpram os requisitos previstos no artigo 3º desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalterados os demais termos da Resolução CONTER nº 11, de 15 de agosto de 2016.

MANOEL BENEDITO VIANA SANTOS
Diretor-Presidente

ADRIANO CÉLIO DIAS
Diretor-Secretário

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 14ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 69, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre a publicidade da proposta orçamentária do exercício de 2019 do Conselho Regional de Educação Física da 14ª Região - CREF14/GO-TO.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 14ª REGIÃO - CREF14/GO-TO, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX, do art.40 do Estatuto do CREF 14 GO/TO; CONSIDERANDO o inciso II do artigo 57 do Estatuto do CREF14/GO-TO que determina que compete ao Plenário a aprovação do orçamento anual do CREF14/GO-TO; CONSIDERANDO as deliberações do Plenário do CREF14/GO-TO do dia 29 de outubro de 2018. resolve:

Art. 1º - Dar publicidade a proposta orçamentária do Conselho Regional de Educação Física da 14ª Região - CREF14/GO-TO, devidamente aprovada, para o exercício financeiro de 2019, que estima a receita em R$ 3.598.770,00 (três milhões, quinhentos e noventa e oito mil, setecentos e setenta reais) e fixa sua despesa em igual importância, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º - A receita será realizada mediante a arrecadação da receita total de R$ 3.598.770,00 (três milhões quinhentos e noventa e oito mil e setecentos e setenta reais): 6.2.1.1 A RECEITA A REALIZAR R$ 3.598,770,00 6.2.2.1.01.01 DESPESAS CORRENTES R$ 3.410.770,00 6.2.2.1.01.02 DESPESAS DE CAPITAL R$ 188.000,00 TOTAL DESPESA R$ 3.598.770,00.

Art.3º - Para a abertura de créditos adicionais acima de 20% (vinte por cento) do valor da dotação orçamentária de cada despesa, será exigida, obrigatoriamente, a justificativa, indicação das fontes de recursos e aprovação em plenário.

Art. 4º - Para a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais acima de 20% (vinte por cento) do respectivo valor, será exigida aprovação em plenário. Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

JOVINO OLIVEIRA FERREIRA

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO Nº 76, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre a aprovação da reformulação orçamentária n. 05, de outubro de 2018.

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul em conjunto com o Tesoureiro, no uso de suas competências legais e regimentais, conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Decisão Cofen n. 0288/2016 de 29 de novembro de 2016;

CONSIDERANDO que "O Conselho Federal e os Conselhos Regionais são órgãos disciplinadores do exercício da profissão de enfermeiro e das demais profissões compreendidas nos serviços de Enfermagem", nos termos do art. 2º da Lei n. 5.509/73;

CONSIDERANDO que "os Conselhos Regionais de Enfermagem possuem personalidade jurídica própria e gozam de autonomia administrativa e financeira, observada a subordinação ao Conselho Federal de Enfermagem.", estabelecida no art. 3º da Lei n. 5.905/73 (art. 76, primeira parte do Regimento Interno do Cofen).

CONSIDERANDO que, em se tratando de autarquia pública, é função precípua do controle e acompanhamento dos gastos, como fruto da reformulação de métodos e técnicos de administração que assegure a excelência da gestão de recursos disponíveis e o primado da sua integridade;

CONSIDERANDO o constante do capítulo V-Dos Créditos Adicionais - artigos 40 a 46, e seus parágrafos e incisos, da Lei 4.320/64.

CONSIDERANDO o constante do capítulo IV-Dos Créditos Adicionais - artigos 87 a 90 do Regulamento da Administração Financeira e Contábil do Sistema Cofen e Conselhos Regionais, aprovado pela Resolução COFEN 340/2008.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSIDERANDO a necessidade de adequar o Orçamento para o corrente exercício às novas políticas da administração, suplementando algumas dotações orçamentárias para suporte das despesas que serão ordenadas do Orçamento para o Exercício de 2018.

CONSIDERANDO a deliberação na 439ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada nos dias 9 e 10 de outubro de 2018, decidem:

Art. 1º Autorizar as Abertura de Créditos Adicionais Suplementares no valor de R$ 2.609.450,00,00 (dois milhões seiscentos e nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

Art. 2º Autorizar as Abertura de Créditos Adicionais Especiais no valor de R$20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 3º Os recursos existentes disponíveis para à cobertura dos créditos alterados são provenientes de excesso de arrecadação com Transferência Intragovernamental pelo Cofen, Termo de Convênio (Acordo Formal de Contribuição) nº 30/2016, no valor de R$ 2.554.450,00 (dois milhões quinhentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta reais) e anulação parcial de despesas no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil) nos termos preceituados no artigo 43, parágrafo 1º inciso III da Lei 4.320/1964.

Art. 4º Em face das alterações ora aprovadas, altera-se o valor global do orçamento de 2018 para R$ 11.281.016,34 (onze milhões, duzentos e oitenta e um mil, dezesseis reais, e trinta e quatro centavos).

Art. 5° Esta Decisão entrará em vigor na data da homologação do Conselho Federal de Enfermagem, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Dê ciência, publique-se e cumpra-se.

SEBASTIÃO JUNIOR HENRIQUE DUARTE
Presidente do Conselho
COREN/MS nº 85775

RODRIGO ALEXANDRE TEIXEIRA
Secretário
COREN/MS n. 123978

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 52, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre a publicação na imprensa oficial do Regimento Interno do Crea-MS aprovado pelo seu Plenário por meio da Decisão PLMS n. 277/17 e homologado pelo Confea por meio da Decisão PL-1638/2018.

O Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, e

Considerando que a publicação do ato administrativo é requisito de moralidade e eficiência do ato, estando prevista, inclusive, no artigo 37 segundo o qual a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, resolve:

Art. 1º - Publicar na imprensa oficial o resumo da alteração do Regimento Interno do Crea-MS, aprovado pelo seu Plenário conforme Decisão N. PL-277/17 e homologado pelo Plenário do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea por meio da Decisão N. PL- 1638/2018, conforme abaixo:

REGIMENTO DO CREA-MS
DO CONSELHO REGIONAL
CAPITULO l
DA NATUREZA, DA FINALIDADE E DA ORGANIZAÇÃO DO CREA

Art. 1º O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul - Crea-MS, é entidade autárquica de fiscalização do exercício e das atividades profissionais dotada de personalidade jurídica de direito público, constituindo serviço público federal, vinculada ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea, com 'sede e foro na cidade de Campo Grande e jurisdição no Mato Grosso do Sul, instituída pela Resolução n. 263 de 20 de outubro de 1979, na forma estabelecida pelo Decreto Federal n. 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei n. 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de primeira e segunda instâncias no âmbito de sua jurisdição.

TÍTULO I
DA ESTRUTURA BÁSICA

Art. 5º A estrutura básica é responsável pela criação de condições para o desempenho integrado e sistemático das finalidades do Conselho Regional, sendo composta por órgãos de caráter decisório ou executivo, compreendendo:

I - Plenário;
II - Câmaras especializadas;
III - Presidência;
IV - Diretoria; e
V - Inspetorias.

TITULO II
DA ESTRUTURA DE SUPORTE

Art. 127. A estrutura de suporte é responsável pelo apoio aos órgãos da estrutura básica nos limites de sua competência específica, sendo composta por órgãos de caráter permanente, especial ou temporário, compreendendo:

I - comissão permanente;
II - comissão especial; e
III - grupo de trabalho.

TITULO VII
DAS DISPOSIÇOES FINAIS

Art. 196. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação pelo Crea MS, após homologação pelo Confea.

Art. 2º - O documento atualizado encontra-se no endereço eletrônico Crea-MS http://www.creams.org.br.br e Confea http://normativos.confea.org.br/downloads/anexo/1638-18.pdf.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DIRSON ARTUR FREITAG

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 11ª REGIÃO

ACÓRDÃOS

PED 27/2016
M. G. S.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.

Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética decorrente ao não cumprimento das obrigações pecuniárias inerentes ao exercício da Fisioterapia, verifica-se a prática da infração ética-disciplinar descrita no artigo 29 da Resolução COFFITO nº 424/2013, bem como nos artigos 15 e 16, VI, da Lei 6.316/75, razão pela qual aplica-se a pena de advertência, nos termos do artigo 17, I da Lei 6.316/75.

ACÓRDÃO nº 2718

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de advertência. Unânimes.

PED 30/2016
N. F. T.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.

Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética decorrente ao não cumprimento das obrigações pecuniárias inerentes ao exercício da Fisioterapia, verifica-se a prática da infração ética-disciplinar descrita no artigo 29 da Resolução COFFITO nº 424/2013, bem como nos artigos 15 e 16, VI, da Lei 6.316/75, razão pela qual aplica-se a pena de multa no valor de 3 (três) anuidades, nos termos do artigo 17, III da Lei 6.316/75.

ACÓRDÃO nº 2818

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de multa no valor de 3 (três) anuidades. Unânimes.

PED 31/2016
P. A. F.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.

Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética decorrente ao não cumprimento das obrigações pecuniárias inerentes ao exercício da Fisioterapia, verifica-se a prática da infração ética-disciplinar descrita no artigo 29 da Resolução COFFITO nº 424/2013, bem como nos artigos 15 e 16, VI, da Lei 6.316/75, razão pela qual aplica-se a pena de suspensão pelo período de 3 (três) anos, nos termos do artigo 17, IV da Lei 6.316/75.

ACÓRDÃO nº 2918

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de suspensão do registro profissional por 3 (três) anos e, caso não haja pagamento, determinam a abertura de processo ético-disciplinar para aplicação da penalidade de cassação do registro profissional. Unânimes.

PED 39/2016
A. F. S.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.

Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética decorrente ao não registro de consultório inerentes ao exercício da Fisioterapia, verifica-se a prática da infração ética-disciplinar descritas no artigo 105 da Resolução COFFITO nº 8/78, razão pela qual aplica-se a pena de advertência, nos termos do artigo 17, I da Lei 6.316/75.

ACÓRDÃO nº 3018

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de advertência. Unânimes.

PED 44/2016
A. K. G.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.

Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética decorrente ao não cumprimento das obrigações pecuniárias inerentes ao exercício da Fisioterapia, verifica-se a prática da infração ética-disciplinar descrita no artigo 29 da Resolução COFFITO nº 424/2013, bem como nos artigos 15 e 16, VI, da Lei 6.316/75, razão pela qual aplica-se a pena de suspensão pelo período de 3 (três) anos ou até a quitação dos débitos, nos termos do artigo 17, IV da Lei 6.316/75.

ACÓRDÃO nº 3118

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de suspensão do registro profissional por 3 (três) anos ou até a quitação dos débitos e, caso não haja pagamento, determinam a abertura de processo ético-disciplinar para aplicação da penalidade de cassação do registro profissional. Unânimes.

PED 67/2013
A. N. N.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.

Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética decorrente ao não cumprimento das obrigações pecuniárias inerentes ao exercício da Fisioterapia, bem como acerca da ausência de registro junto ao CREFITO verifica-se a prática da infração ética-disciplinar descrita no artigo 29 da Resolução COFFITO nº 424/2013, bem como nos artigos 15 e 16, VI, da Lei 6.316/75, além do art. 105 da Resolução COFFITO nº 8/1978, razão pela qual aplica-se a pena de multa no valor de 10 (dez) anuidades, nos termos do artigo 17, III da Lei 6.316/75.

ACÓRDÃO nº 3218

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de multa no valor de 10 (dez) anuidades. Maioria.

PED 74/2016
G. de A. L. P. L.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.

Quando não restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética por decorrência da perda do vínculo em virtude do vencimento da Licença Temporária de Trabalho (LLT) determina-se o arquivamento.

ACÓRDÃO nº 3318

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em determinar o arquivamento do processo ético-disciplinar. Unânime.

PED 109/2016
M. S. A.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.

Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética decorrente à ausência de registro de evolução de pacientes inerentes ao exercício da Fisioterapia, verifica-se a prática da infração ética-disciplinar descrita no artigo 1º da Resolução COFFITO nº 414/2012, razão pela qual aplica-se a pena de multa no valor de 2 (duas) anuidades, nos termos do artigo 17, III da Lei 6.316/75.

ACÓRDÃO nº 3418

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de multa no valor de 2 (duas) anuidades. Maioria.

PED 136/2016
T. A. D. A. M.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.

Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética decorrente ao não cumprimento das obrigações pecuniárias inerentes ao exercício da Fisioterapia bem como ao não registro de consultório, verifica-se a prática das infrações éticas-disciplinares descritas nos artigos 29 da Resolução COFFITO nº 424/2013, bem como nos artigos 15 e 16, VI, da Lei 6.316/75, além do artigo 105 da Resolução COFFITO nº 8/78, razão pela qual aplica-se a pena de advertência, nos termos do artigo 17, I da Lei 6.316/75.

ACÓRDÃO nº 3518

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de advertência. Unânimes.

Brasília, 20 de outubro de 2018.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIÃO

SECRETARIA ESPECIAL DOS PROCESSOS ÉTICOS E ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

ACÓRDÃOS

ACÓRDÃO Nº 166/2018, DE 26/10/2018 - PED Nº 034/2017 - (AOAM); ACÓRDÃO Nº 167/2018, DE 26/10/2018 - PED Nº 032/2016 - (BQM); ACÓRDÃO Nº 164/2018, DE 26/10/2018 - PAD Nº 039/2018 - (LADM); ACÓRDÃO Nº163/2018, DE 26/10/2018 - PAD Nº 1095/2016 - (MSS); ACÓRDÃO Nº 162/2018, DE 26/10/2018 - PAD Nº 1040/2016 - (ECLG); ACÓRDÃO Nº 170/2018, DE 26/10/2018 - PAD Nº 1057/2016 - (TCM); ACÓRDÃO Nº 171/2018, DE 26/10/2018 - PAD Nº 1073/2016 - (ESCJ); ACÓRDÃO Nº 172/2018, DE 26/10/2018 - PAD Nº 1079/2016 - (MSS); - ACÓRDÃO Nº 173/2018, DE 26/10/2018 PAD Nº 1085/2016 - (GMC); ACÓRDÃO Nº 174/2018, DE 26/10/2018 - PAD Nº 1252/2016 - (CAC); ACÓRDÃO Nº 175/2018, DE 26/10/2018 - PAD Nº 1296/2016 - (LMT); ACÓRDÃO Nº 176/2018, DE 26/10/2018 - PAD Nº 1280/2016 - (CVSSS); ACÓRDÃO Nº 177/2018, DE 26/10/2018 - PAD Nº 1099/2016 - (CHSL); ACÓRDÃO Nº 178/2018, DE 26/10/2018 - PAD Nº 1088/2016 - (SMV); ACÓRDÃO Nº 179/2018, DE 26/10/2018 - PAD Nº 1031/2016 - (IFC); ACÓRDÃO Nº 180/2018, DE 26/10/2018 - PAD Nº 1018/2016 - (APRMPA).

Vistos, relatados e discutidos os processos em que são representados os profissionais acima. Adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento, que passam a fazer parte do presente. ACORDAM os Conselheiros pela aplicação da pena de Suspensão do exercício profissional.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2018.
MARISA BACELLAR
Secretária

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO FEDERAL
CONSELHO PLENO

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Altera os arts. 86 e 97, o caput do art. 128, os §§ 2º, 4º e 5º do art. 137-D e o caput do art. 139 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei n. 8.906/94), o § 4º do art. 8º da Resolução n. 03/2010-COP, que "Aprova o Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Processo Disciplinar da Ordem dos Advogados do Brasil", e o art. 75 da Resolução n. 02/2015, que "Aprova o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB".

O CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, V, da Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994 - Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, e considerando o decidido nos autos da Proposição n. 49.0000.2018.009563-7/COP, resolve:

Art. 1º O art. 86 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei n. 8.906/94) passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 86. A decisão do Órgão Especial constitui orientação dominante da OAB sobre a matéria, quando consolidada em súmula publicada no Diário Eletrônico da OAB."

Art. 2º O art. 97 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei n. 8.906/94) passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 97. As pautas e decisões são publicadas no Diário Eletrônico da OAB, ou comunicadas pessoalmente aos interessados, e afixadas em local de fácil acesso na sede do Conselho Federal."

Art. 3º O caput do art. 128 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei n. 8.906/94) passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 128. O Conselho Seccional, até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data da votação, no último ano do mandato, convocará os advogados inscritos para a votação obrigatória, mediante edital resumido, publicado no Diário Eletrônico da OAB, do qual constarão, dentre outros, os seguintes itens: ..."

Art. 4º Os §§ 2º, 4º e 5º do art. 137-D do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei n. 8.906/94) passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 137-D. ... § 2º Frustrada a entrega da notificação de que trata o caput deste artigo, será a mesma realizada através de edital, a ser publicado no Diário Eletrônico da OAB. ... § 4º As demais notificações no curso do processo disciplinar serão feitas através de correspondência, na forma prevista no caput deste artigo, ou através de publicação no Diário Eletrônico da OAB, devendo, as publicações, observar que o nome e o nome social do representado deverão ser substituídos pelas suas respectivas iniciais, indicando-se o nome completo do seu procurador ou os seus, na condição de advogado, quando postular em causa própria. § 5º A notificação de que trata o inciso XXIII, do artigo 34, da Lei 8.906/94 será feita na forma prevista no caput deste artigo ou através de edital coletivo publicado no Diário Eletrônico da OAB."

Art. 5º O caput do art. 139 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei n. 8.906/94) passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 139. Todos os prazos processuais necessários à manifestação de advogados, estagiários e terceiros, nos processos em geral da OAB, são de quinze dias, computados somente os dias úteis e contados do primeiro dia útil seguinte, seja da publicação da decisão no Diário Eletrônico da OAB, seja da data do recebimento da notificação, anotada pela Secretaria do órgão da OAB ou pelo agente dos Correios. ..."

Art. 6º O § 4º do art. 8º da Resolução n. 03/2010-COP, que "Aprova o Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Processo Disciplinar da Ordem dos Advogados do Brasil", passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 8º ... § 4º Da decisão proferida pela CGD serão notificados os interessados ou seus procuradores habilitados, nos endereços indicados na petição, por meio dos endereços eletrônicos cadastrados na OAB ou mediante publicação no Diário Eletrônico da OAB, observados, quando cabíveis, os termos do art. 137-D do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB."

Art. 7º O art. 75 da Resolução n. 02/2015, que "Aprova o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB", passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 75. A pauta de julgamentos do Tribunal é publicada no Diário Eletrônico da OAB e no quadro de avisos gerais, na sede do Conselho Seccional, com antecedência de 15 (quinze) dias, devendo ser dada prioridade, nos julgamentos, aos processos cujos interessados estiverem presentes à respectiva sessão."

Art. 8º Esta Resolução entrará em vigor no dia 31 de dezembro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

CLAUDIO LAMACHIA
Presidente do Consleho

HELDER JOSÉ FREITAS DE LIMA FERREIRA
Relator

PROVIMENTO Nº 182, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Regulamenta o Diário Eletrônico da Ordem dos Advogados do Brasil - DEOAB.

O CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, V, da Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994 - Estatuto da Advocacia e da OAB, e considerando os termos dos arts. 45, § 6º, e 69, § 2º, do referido diploma, com a redação decorrente do art. 2º da Lei n. 13.688, de 2018, bem como o decidido nos autos da Proposição n. 49.0000.2018.009563-7/COP, resolve:

Art. 1º O Diário Eletrônico da Ordem dos Advogados do Brasil - DEOAB veiculará em sítio eletrônico exclusivo as publicações concernentes aos atos, às notificações e às decisões dos órgãos da Instituição, tanto no âmbito do Conselho Federal quanto dos Conselhos Seccionais e das Subseções da OAB. Parágrafo único. Do DEOAB constarão a Seção do Conselho Federal e vinte e sete Seções correspondentes aos Conselhos Seccionais, nas quais se mencionará o respectivo Estado para efeito de identificação da origem das publicações.

Art. 2º As matérias veiculadas no DEOAB serão de exclusiva responsabilidade do órgão originário da publicação. Parágrafo único. O Conselho Federal prestará assistência técnica aos Conselhos Seccionais, visando à utilização do sistema, na medida de suas possibilidades e mediante solicitação.

Art. 3º O DEOAB será mantido pelo Conselho Federal da OAB e alimentado por meio de transmissão eletrônica, por este, pelos Conselhos Seccionais e pelas Subseções, devendo as respectivas matérias obedecer aos seguintes critérios de configuração, segundo modelo a ser disponibilizado no sistema, cuja observância será necessária para validar a sua inserção: I - arquivo no padrão ".docx"; II - fonte: Times New Roman, tamanho 12; III - tamanho de papel A4; IV - margem esquerda: 2,1 (dois vírgula um) centímetros; V - margem direita: 2,1 (dois vírgula um) centímetros; VI - alinhamento justificado; VII - espaçamento entre linhas: simples. § 1º Não será admitida a veiculação de imagens, formulários e tabelas, devendo o conhecimento destes ser obtido, quando for o caso, mediante acesso a link específico indicado na matéria publicada. § 2º Não será admitida a veiculação de assinatura em imagem nas publicações veiculadas.

Art. 4º As matérias a serem veiculadas deverão estar agrupadas pelo tipo, não podendo um mesmo arquivo conter diferentes tipos de atos. Parágrafo único. O recebimento de matérias para publicação, na forma do caput deste artigo, gerará número de protocolo correspondente de confirmação de inserção no sistema.

Art. 5º O DEOAB armazenará o histórico de todas suas edições, cuja veiculação se dará somente em dias úteis, tornando-se passíveis de consulta no sítio eletrônico correspondente.

Art. 6º O acesso ao sistema para encaminhamento de matérias se dará mediante cadastramento de usuário e criação de senha perante a Gerência de Tecnologia da Informação do Conselho Federal da OAB, mediante indicação formal deste e dos Conselhos Seccionais. § 1º As matérias poderão ser transmitidas até às 23h59min. (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do dia anterior à data da disponibilização, horário a partir do qual a edição final do DEOAB correspondente tornar-se-á imutável. § 2º O cancelamento de matérias transmitidas para disponibilização será permitido até o horário indicado no § 1º deste artigo. § 3º O DEOAB será disponibilizado a partir das 06 (seis) horas. § 4º Considerar-se-á o horário oficial de Brasília-DF para efeito de observação dos horários indicados nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo. § 5º O prazo terá início no primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no DEOAB.

Art. 7º Este Provimento entrará em vigor no dia 31 de dezembro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

CLAUDIO LAMACHIA
Presidente do Conselho

HELDER JOSÉ FREITAS DE LIMA FERREIRA
Relator

PROVIMENTO Nº 183, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Altera o art. 1º e parágrafo único do Provimento n. 26/1966, que "Dispõe sobre a publicação local, pelos Conselhos Seccionais, de todos os Provimentos baixados pela Ordem dos Advogados do Brasil", o caput do art. 2º e o § 1º, o art. 3º e o caput do art. 8º do Provimento n. 102/2004, que "Dispõe sobre a indicação, em lista sêxtupla, de advogados que devam integrar os Tribunais Judiciários e Administrativos", o § 1º do art. 4º do Provimento n. 113/2006, que "Dispõe sobre a indicação de advogados para integrar o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, na forma da Constituição Federal", e a alínea "b" do § 2º do art. 3º, o caput do art. 6º e o caput do art. 8º e o § 2º do Provimento n. 146/2011, que "Dispõe sobre os procedimentos, critérios, condições de elegibilidade, normas de campanha eleitoral e pressupostos de proclamação dos eleitos nas eleições dos Conselheiros e da Diretoria do Conselho Federal, dos Conselhos Seccionais e das Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil e da Diretoria das Caixas de Assistência dos Advogados e dá outras providências".

O CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, V, da Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994 - Estatuto da Advocacia e da OAB, e considerando o decidido nos autos da Proposição n. 49.0000.2018.009563-7/COP, resolve:

Art. 1º O art. 1º e parágrafo único do Provimento n. 26/1966, que "Dispõe sobre a publicação local, pelos Conselhos Seccionais, de todos os Provimentos baixados pela Ordem dos Advogados do Brasil", passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º Os Provimentos do Conselho Federal (art. 18, incisos VIII e IX), além de publicados no Diário Eletrônico da OAB, serão obrigatoriamente divulgados no jornal oficial da sede dos Conselhos Seccionais, por expediente dos Presidentes destes. Parágrafo único. A divulgação prevista na segunda parte deste artigo pode ser substituída, a critério dos Presidentes dos Conselhos Seccionais, pela inserção no Diário Eletrônico da OAB de notícia de que o texto dos Provimentos encontra-se na sede da Seção e das Subseções à disposição dos interessados, foi afixado no átrio do edifício do fórum da Capital e será publicado no Boletim da Seccional, se houver."

Art. 2º O caput do art. 2º e o § 1º, o art. 3º e o caput do art. 8º do Provimento n. 102/2004, que "Dispõe sobre a indicação, em lista sêxtupla, de advogados que devam integrar os Tribunais Judiciários e Administrativos", passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 2º Ocorrendo vaga a ser preenchida por advogado nos Tribunais Judiciários, o Conselho Federal ou o Conselho Seccional, observada a competência respectiva, divulgará a notícia na página eletrônica da Entidade e publicará, no Diário Eletrônico da OAB, edital de abertura de inscrições dos interessados no processo seletivo. § 1º A abertura das inscrições deverá efetivar-se no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do dia útil seguinte ao da publicação do edital no Diário Eletrônico da OAB, e o prazo para as inscrições será de 20 (vinte) dias. ..." "Art. 3º Quando se tratar de vaga para Tribunal Federal com competência territorial que abranja mais de um Estado, além da divulgação da notícia nas páginas eletrônicas da Entidade, com a comunicação aos Conselhos Seccionais, o Conselho Federal publicará, no Diário Eletrônico da OAB, edital dando início ao procedimento e elaborará a lista correspondente." "Art. 8º Decorrido o prazo de inscrição, os pedidos serão encaminhados à Diretoria do Conselho competente, que publicará edital no Diário Eletrônico da OAB, com a relação dos pedidos de inscrição indeferidos, bem como dos demais inscritos, para que terceiros possam, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar impugnação. ..."

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018103100126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º O § 1º do art. 4º do Provimento n. 113/2006, que "Dispõe sobre a indicação de advogados para integrar o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, na forma da Constituição Federal", passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 4º ... § 1º Compete à Diretoria do Conselho Federal examinar a regularidade da documentação apresentada, cabendo, de sua decisão, a ser publicada no Diário Eletrônico da OAB, recurso pelo interessado, em 5 (cinco) dias, para o Conselho Pleno. ...."

Art. 4º A alínea "b" do § 2º do art. 3º, o caput do art. 6º e o caput do art. 8º e o § 2º do Provimento n. 146/2011, que "Dispõe sobre os procedimentos, critérios, condições de elegibilidade, normas de campanha eleitoral e pressupostos de proclamação dos eleitos nas eleições dos Conselheiros e da Diretoria do Conselho Federal, dos Conselhos Seccionais e das Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil e da Diretoria das Caixas de Assistência dos Advogados e dá outras providências", passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 3º ... § 2º ... b) publicar no quadro de avisos das secretarias do Conselho Seccional e das Subseções, bem como no Diário Eletrônico da OAB, a composição das chapas com registro requerido, para fins de impugnação; ..." "Art. 6º A publicação do edital no Diário Eletrônico da OAB deverá ocorrer até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data da votação, devendo esse termo final da publicação, no caso de encerramento em dia não útil, ser prorrogado para o primeiro dia útil subsequente. ..." "Art. 8º Protocolado o requerimento de registro, a Comissão Eleitoral deve mandar publicar, em até 24 (vinte e quatro) horas, nos quadros de avisos da Secretaria do Conselho Seccional e das Subseções, no Diário Eletrônico da OAB e no sítio eletrônico da Seccional, a relação das chapas com suas composições para fins de impugnação. ... § 2º A impugnação deverá ser formalizada em petição escrita e assinada, dirigida ao Presidente da Comissão Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação da relação de chapas no Diário Eletrônico da OAB, apontando ausência de condição de elegibilidade, causa de inelegibilidade ou irregularidade formal no pedido de registro, devendo ser instruída com os documentos pertinentes. ..."

Art. 5º Este Provimento entrará em vigor no dia 31 de dezembro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

CLAUDIO LAMACHIA
Presidente do Conselho

HELDER JOSÉ FREITAS DE LIMA FERREIRA
Relator

2ª CÂMARA

2ª TURMA

ACÓRDÃO

RECURSO N. 49.0000.2018.000928-0/SCA-STU. Recte: J.S.F.C. (Advs: André Vasconcelos Roque OAB/RJ 130538, Angelo Gamba Prata de Carvalho OAB/DF 56144, Gustavo José Mendes Tepedino OAB/RJ 41245, Milena Donato Oliva OAB/RJ 137546, Sofia Orberg Temer OAB/RJ 204625 e outros). Recdos: Despacho de fls. 933/936 do Presidente da STU/SCA, D.B.A.A. e L.F.F.D. Repte. legal: L.F.F.D. (Advs: Antonio Alcides Pinheiro da Silva Freire OAB/RJ 21524, Cid Vianna Montebello OAB/RJ 1756, Rodrigo Melo Mesquita OAB/DF 41509 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Conselheiro Federal Alexandre César Dantas Socorro (RR). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Arnaldo de Aguiar Machado Júnior (SE). EMENTA N. 186/2018/SCA-STU. Recurso voluntário. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso ao Conselho Federal da OAB, por ausência de seus pressupostos de admissibilidade (art. 75 EAOAB). Arquivamento liminar de representação determinado por Presidente de Tribunal e Ética e Disciplina, mesmo após a designação de relator. Incompetência. Após a designação de relator, na forma do art. 73, caput, do EAOAB, a ele compete a instrução do feito e o oferecimento de parecer preliminar. Impossibilidade de o Presidente do TED avocar o processo para decidir pelo relator. Recurso conhecido, excepcionalmente, para reformar a decisão de arquivamento liminar da representação, dada à incompetência do Presidente do TED para fazê-lo, e determinar o retorno dos autos ao Relator, para juízo de admissibilidade. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto divergente do Conselheiro Federal Arnaldo de Aguiar Machado Júnior (SE). Brasília, 1º de outubro de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente. Arnaldo de Aguiar Machado Júnior, Relator para o acórdão.

Brasília, 30 de outubro de 2018.
ALEXANDRE CÉSAR DANTAS SOCCORRO
Presidente da Turma

